ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 21

Brasília - DF, segunda-feira, 30 de janeiro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 17
Ministério da Cultura 18
Ministério da Defesa 20
Ministério da Educação 22
Ministério da Fazenda 45
Ministério da Integração Nacional 77
Ministério da Justiça 77
Ministério da Previdência Social 80
Ministério da Saúde 80
Ministério das Cidades 101
Ministério das Comunicações 103
Ministério de Minas e Energia 105
Ministério do Desenvolvimento Agrário 113
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 113
Ministério do Meio Ambiente 114
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 115
Ministério do Trabalho e Emprego 172
Ministério do Turismo 181
Ministério dos Transportes 181
Ministério Público da União 185
Tribunal de Contas da União 189
Poder Legislativo 195
Poder Judiciário 196
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 234

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 16 e 17, de 27 de janeiro de 2012. Comunica à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente, que se ausentará do País no período de 30 de janeiro a 1ª de fevereiro de 2012, para realizar visita oficial a Cuba, nos dias 30 e 31 de janeiro, e ao Haiti, no dia 1ª de fevereiro.

Nº 18, de 27 de janeiro de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2011.

Nº 19, de 27 de janeiro de 2012. Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Interministerial nº 9, de 27 de janeiro de 2012 (em conjunto com a Controladoria-Geral da União). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Aprovo. Em 27 de janeiro de 2012.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.102.756	621.385
Pessoal Ativo	85.753.343	495.319
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.142.041	98.462
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	207.372	27.604
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.123.203	385.758
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.103	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6.314.111	373.699
Despesas de Exercícios Anteriores	334.160	8.787
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.453.829	3.273
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	132.979.553	235.627
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	133.215.180	

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



Separatas
Periódico de conteúdos extraídos do Diário Oficial da União
Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo
Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	23,844%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%[1]	211.749.721
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	201.190.170

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

[1] O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	782.274	0
Pessoal Ativo	456.203	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	326.071	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	166.599	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	34.449	0
Despesas de Exercícios Anteriores	56	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	132.093	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	615.675	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	615.675	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,110%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.525.268
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.447.050

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	491.760	0
Pessoal Ativo	316.796	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	174.964	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	81.870	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	2.750	0
Despesas de Exercícios Anteriores	52	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	79.068	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	409.891	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	409.891	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,073%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	893.930
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	849.234

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.994.457	9.849
Pessoal Ativo	4.576.718	9.826
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.417.738	23
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.951	9.786
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	28.776	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.451	0
Despesas de Exercícios Anteriores	478.723	9.786
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.485.506	64
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.485.570	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	1,340%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	12.291.541
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	11.676.963

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTE-RIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3° Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.475.696.960	2.561.183.497	2.594.725.910	2.735.390.104
Dívida Mobiliária	2.368.029.688	2.420.861.595	2.449.474.593	2.594.070.699
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	48.529.720	81.514.964	92.835.834	92.835.834
Dívida Contratual	44.128.274	43.190.782	39.874.086	37.947.800
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	74.585	1.870.620	117.844	80.944
Outras Dívidas	14.934.693	13.745.536	12.423.553	10.454.826
DEDUÇÕES (II)	1.460.152.571	1.529.735.944	1.531.997.383	1.663.262.097
Ativo Disponível	405.585.450	432.378.671	403.642.188	476.761.167
Haveres Financeiros	1.079.963.064	1.118.975.288	1.153.383.042	1.210.593.295
(-) Restos a Pagar Processados*	(25.395.944)	(21.618.015)	(25.027.846)	(24.092.365)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.015.544.388	1.031.447.552	1.062.728.527	1.072.128.007
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	495,27%	488,42%	469,44%	489,59%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	203,16%	196,70%	192,27%	191,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[1]	-	-	-	-

FONTE: GEINC/SIAFI

[1] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre/2011.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTE-RIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimes-tre	Até o 2º Quadrimes-tre	Até o 3° Quadrimes-tre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.475.696.960	2.561.183.497	2.594.725.910	2.735.390.104
Dívida Mobiliária	2.368.029.688	2.420.861.595	2.449.474.593	2.594.070.699
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	1.607.284.038	1.658.242.917	1.695.316.664	1.787.374.290
(-) Aplicações em Títulos Públicos	(30.689.430)	(36.964.321)	(35.917.056)	(35.455.464)
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	706.369.588	722.710.506	714.257.293	754.750.436
Dívida Securitizada	13.617.657	13.277.844	14.511.344	14.123.735
Dívida Mobiliária Externa	71.447.834	63.594.649	61.306.347	73.277.703
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	48.529.720	81.514.964	92.835.834	92.835.834
Dívida Contratual	44.128.274	43.190.782	39.874.086	37.947.800
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	-
Demais Dívidas Contratuais	44.128.274	43.190.782	39.874.086	37.947.800
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	74.585	1.870.620	117.844	80.944
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	14.934.693	13.745.536	12.423.553	10.454.826
Outras Dívidas	0	0	0	-
DEDUÇÕES (II)	1.460.152.571	1.529.735.944	1.531.997.383	1.663.262.097
Ativo Disponível	405.585.450	432.378.671	403.642.188	476.761.167
Depósitos do TN no BCB	405.019.005	410.400.293	391.193.766	476.126.000
Depósitos à Vista	415.242	430.566	609.558	590.130
Arrecadação a Recolher	151.203	21.547.812	11.838.864	45.037
Haveres Financeiros	1.079.963.064	1.118.975.288	1.153.383.042	1.210.593.295
Aplicações Financeiras	342.576.275	372.407.655	368.191.623	371.154.794
Disponibilidades do FAT	147.714.630	150.092.880	151.923.835	158.477.741
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado*	194.861.645	222.314.775	216.267.788	212.677.053
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	-
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	471.501.534	477.677.064	480.260.040	486.099.013
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	405.875.267	415.124.021	419.983.129	428.629.107
Créditos da Lei nº 8.727/93	33.876.704	32.324.408	30.607.658	26.982.558
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	5.288.745	4.904.027	4.683.244	5.326.294
Demais	26.460.818	25.324.607	24.986.009	25.161.053
Demais Ativos Financeiros	265.885.255	268.890.569	304.931.379	353.339.489
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	-
Outros Créditos Bancários*	265.885.255	268.890.569	304.931.379	353.339.489
(-) Restos a Pagar Processados*	(25.395.944)	(21.618.015)	(25.027.846)	(24.092.365)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.015.544.388	1.031.447.552	1.062.728.527	1.072.128.007
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	495,27%	488,42%	469,44%	489,59%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	203,16%	196,70%	192,27%	191,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[1]	-	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

[1] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre/2011.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	28.107.549	26.541.065	34.669.072	42.844.983
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	28.107.549	26.541.065	34.669.072	42.844.983
Organismos Multilaterais[1]	24.920.224	23.700.683	29.586.713	37.325.563
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	16.223.528	15.602.460	19.916.230	26.085.858
Garantias a Empresas Estatais Federais	8.695.506	8.097.099	9.669.349	11.238.365
Garantias a Empresas Privadas[6]	1.190	1.124	1.134	1.340
Agências Governamentais[1]	2.965.946	2.636.208	3.073.023	3.352.486
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.930.495	1.661.458	2.119.577	2.416.935
Garantias a Empresas Estatais Federais	1.028.257	966.571	947.162	929.474
Garantias a Empresas Privadas[6]	7.194	8.179	6.283	6.077
Bancos Privados[1]	204.717	204.174	2.009.337	2.166.934
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	162.098	159.358	1.976.391	2.143.549
Garantias a Empresas Estatais Federais	42.619	44.816	32.946	23.385
Garantias a Empresas Privadas[6]	0	0	0	0
Outros Credores[1]	16.662	0	0	0
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0	0	0
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0
Garantias a Empresas Privadas[6]	16.662	0	0	0
MYDFA - BACEN (Acordo Internacional)[3]	0	0	0	0
Outras Garantias nos Termos da LRF[8]	0	0	0	0
INTERNAS (II)	59.308.984	61.511.055	63.945.312	71.514.906
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	27.374.449	28.964.909	31.113.345	33.977.504
Bancos Estatais[4]	1.948.557	4.700.602	8.412.221	10.773.557
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.948.557	4.700.602	8.412.221	10.773.557
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0
Garantias a Empresas Privadas[6]	0	0	0	0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional[2] [3]	10.683.242	9.828.449	9.647.750	11.078.444
BNDES - Garantia à Itaipu Binacional[2] [3]	0	0	0	0
BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	2.541.201	2.480.811	1.344.889	654.174
FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)	5.474.293	5.375.600	5.292.431	5.194.238
FI/FGTS-BNDES (Contrato s/n, DE 22.12.2008)	6.727.156	6.579.446	6.416.054	6.277.090
Outras Garantias nos Termos da LRF[8]	31.934.535	32.546.146	32.831.967	37.537.402
Fundo de Garantia à Exportação - FGE[5]	12.413.609	13.148.626	13.982.940	18.924.994
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC[5]	221.331	216.614	213.371	210.405
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal[4]	1.638.071	1.556.820	1.579.490	1.880.786
Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB[9]	0	0	0	0
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB[4]	483.933	465.504	470.979	552.369
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB[4]	211.421	214.049	215.247	215.521
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BNB[4]	0	0	0	0
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN[4]	46.584	36.212	33.846	40.365
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB[4]	288.750	302.225	264.306	284.273
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda[4]	1.428.280	1.302.877	1.117.374	994.852
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas[4]	3.080.214	3.671.241	3.789.024	3.781.824
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001[3]	12.122.343	11.631.978	11.165.391	10.652.014
CBEE - MP nº 2.209 e Decreto nº 3.209, de 29.08.2001[3]	0	0	0	0
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	87.416.533	88.052.120	98.614.385	114.359.888
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	17,49%	16,79%	17,84%	20,47%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	299.919.968	314.627.695	331.639.838	335.223.832

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Continua (1/2)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ milhares

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
GARANTIAS EXTERNAS (V)	20.109.635	19.098.185	27.112.733	34.290.080
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	20.109.635	19.098.185	27.112.733	34.290.080
Organismos Multilaterais[1]	17.324.422	16.630.290	22.524.589	29.211.340
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	16.223.528	15.602.460	19.916.230	26.085.858
Garantias a Empresas Estatais Federais	1.099.704	1.026.706	2.607.225	3.124.142
Garantias a Empresas Privadas[6]	1.190	1.124	1.134	1.340
Agências Governamentais[1]	2.563.834	2.263.720	2.578.807	2.911.806
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.930.495	1.661.458	2.119.577	2.416.935
Garantias a Empresas Estatais Federais	626.145	594.084	452.947	488.795
Garantias a Empresas Privadas[6]	7.194	8.179	6.283	6.077
Bancos Privados[1]	204.717	204.174	2.009.337	2.166.934
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	162.098	159.358	1.976.391	2.143.549
Garantias a Empresas Estatais Federais	42.619	44.816	32.946	23.385
Garantias a Empresas Privadas[6]	0	0	0	0
Outros Credores[1]	16.662	0	0	0
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0	0	0
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0
Garantias a Empresas Privadas[6]	16.662	0	0	0
Outras Garantias nos Termos da LRF[8]	0	0	0	0
GARANTIAS INTERNAS (VI)	22.041.067	24.273.688	26.583.672	29.873.836
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	15.173.000	17.009.862	19.404.859	22.506.175
Bancos Estatais[4]	1.948.557	4.700.602	8.412.221	10.773.557
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.948.557	4.700.602	8.412.221	10.773.557

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0
Garantias a Empresas Privadas[6]	0	0	0	0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional[2] [3]	10.683.242	9.828.449	9.647.750	11.078.444
BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	2.541.201	2.480.811	1.344.889	654.174
Outras Garantias nos Termos da LRF[8]	6.868.067	7.263.826	7.178.812	7.367.661
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC[5]	221.331	216.614	213.371	210.405
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal[4]	1.638.071	1.556.820	1.579.490	1.880.786
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB[7]	211.421	214.049	215.247	215.521
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BNB[7]	0	0	0	0
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN	0	0	0	0
Prog. Recuperação Lavoura Cacaueira-BB[4]	288.750	302.225	264.306	284.273
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda[4]	1.428.280	1.302.877	1.117.374	994.852
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas[4]	3.080.214	3.671.241	3.789.024	3.781.824
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII) = (V + VI)	42.150.702	43.371.873	53.696.404	64.163.916

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2/2)

Notas:

a) A relação de contratos de garantias em operações de crédito externo, efetuadas pela União no período de referência deste relatório, encontra-se detalhada na "Metodologia". (IN TCU nº 59/2009, Art. 4º, II, a)

b) Nenhuma garantia foi honrada pela União no período de referência deste relatório, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo. (IN TCU nº 59/2009, Art. 4º, II, b)

[1] Valores informados pelos credores - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

[2] Garantia amparada em acordo bilateral. A formalização da garantia prevista no contrato nº 1480, no montante de US$ 16,1 bilhões, está condicionada à celebração de contragarantia.

[3] Valores informados pelos mutuários - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

[4] Dados informados pelos gestores dos Fundos, Programas e Operações Especiais - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

[5] Valores integrados no SIAFI pelos gestores do FGPC e do FGE.

[6] Empresas privadas - Fianças concedidas antes da privatização, mediante contrato ou carta de fiança.

[7] Vinculação de contragarantia fidejusória, conforme disposição do Conselho Monetário Nacional - CMN.

[8] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

[9] A apólice na qual havia participação do Governo Federal da ordem de 8,941% foi cancelada em 16/11/2010.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	203.617.978	678.936.085
Mobiliária	202.097.923	673.516.996
Interna	199.838.712	670.327.045
Refinanciamento	153.546.231	469.156.545
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)[1]	1.088.067	4.082.907
Demais Internas - Orçamentárias	9.550.879	91.606.811
Demais Internas - Extraorçamentárias	35.653.535	105.480.783
BNDES e Trocas	35.653.535	105.480.783
Aporte Bacen MP 435/2008	-	-
Aporte em Empresas	-	-
Externa	2.259.212	3.189.951
Refinanciamento	2.254.369	3.182.947
Demais Externas - Orçamentárias	4.843	7.004
Contratual	1.520.055	5.419.089
Interna	233.991	1.601.627
Abertura de Crédito	233.991	1.601.627
Externa	1.286.064	3.817.463
Abertura de Crédito - Orçamentárias	782.635	2.584.810
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	50.622	54.148
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)[1]	452.807	1.178.505
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)*	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	558.706.387	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS (IV)[2]	577.339.281	103,34%
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (V)	53.346.572	9,55%
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	53.346.572	9,55%
(-) Aporte Bacen MP 435/2008[3]	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (Ia) + (III) - (IV) - (V)	48.250.233	8,64%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS[4]	335.223.832	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VII) = (VI+IIa)	48.250.233	8,64%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC e STN/CODIV/GEOFI

* A maior parte das operações que compõem as informações desta linha se aplica apenas a Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo que as informações da União se resumem às operações de "parcelamento de dívidas". No entanto, o controle contábil dessas informações no âmbito da União ainda está em implementação no Siafi.

[1] Valores evidenciados em atendimento ao Acórdão TCU nº 451/2009.

[2] Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

[3] Dedução conforme art. 7º, §2º, II, "b" da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

[4] Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício **financeiro**. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1. Recursos vinculados à Educação	13.002.548	1.225.932	11.776.616
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	26.950.371	7.969.920	18.980.451
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	178.786.993	290.385	178.496.607
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	24.585	35	24.550
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	7.787.671	90	7.787.581
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	6.402.796	8.486.705	-2.083.909
7. Recursos de Doações	92.611	443	92.168
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	76.551.377	594.500	75.956.878
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	17.147.741	720.965	16.426.776
10. Recursos do Tesouro Nacional	101.062.279	4.683.957	96.378.323
11. Recursos a Classificar	4.347.881	-	4.347.881
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	**432.156.854**	**23.972.931**	**408.183.923**
Disponibilidade Fundos Constitucionais	8.097.107	-	8.097.107
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	28.064.158	-	28.064.158
Aplicações Financeiras - FCVS	8.907.818	-	8.907.818
Aplicações Financeiras - Demais	2.556.443	-	2.556.443
Recursos para compra antecipada de câmbio	19.312.646	-	19.312.646
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo	-	5.063.752	-5.063.752
Depósitos do Tesouro Nacional (tributos a classificar)[1]	25.950.268	25.950.268	-
Receitas a Classificar	1.490.361	1.490.361	-
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	614.979	614.979	-
Recursos a liberar para o Legislativo, Judiciário e MPU	-	7.759.930	-7.759.930
Outras Disponibilidades e Obrigações[2]	3.065.482	1.085.681	1.979.801
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	**98.059.263**	**41.964.971**	**56.094.292**
TOTAL (III) = (I + II)	**530.216.117**	**65.937.903**	**464.278.214**

FONTE: Siafi e STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Eventuais valores de obrigações financeiras superiores aos da disponibilidade de caixa bruta são garantidos pela disponibilidade de caixa líquida em "Recursos do Tesouro Nacional".

b) A "Disponibilidade de Caixa Bruta" apresentada neste demonstrativo não representa a totalidade do Ativo Financeiro, assim como as "Obrigações Financeiras" não correspondem ao total do Passivo Financeiro. Na definição do Manual de Demonstrativos Fiscais, 3ª edição, aprovada pela Portaria STN nº 249, de 2010:
"A disponibilidade de caixa bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens."

[1] Representa valores de depósitos de tributos a classificar provenientes do Imposto Simples, CIDE, REFIS, parcelamentos decorrentes da Lei 11.941/2009 etc.

[2] Inclui valores em "Caixa", "Bancos Conta Movimento" em moeda estrangeira, "Outras Contas Bancárias" e demais disponibilidades não classificadas nas rubricas anteriores.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1. Recursos vinculados à Educação	488.617	737.315	770.979	6.883.665	11.776.616	274
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	2.961.235	5.008.685	2.627.113	6.866.590	18.980.451	257
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	8.757	281.628	825.165	7.767.693	178.496.607	6
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	35	-	4.175	-	24.550	-
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	90	-	22.108	5.852.614	7.787.581	-
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	1	8.486.704	3	212.168	-2.083.909	-
7. Recursos de Doações	226	217	4.013	22.834	92.168	-
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	233.591	360.909	3.896.259	8.175.545	75.956.878	3.087
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	263.468	457.496	527.973	1.248.854	16.426.776	0
10. Recursos do Tesouro Nacional	3.218.755	1.465.202	21.593.575	46.188.278	96.378.323	9.761
11. Recursos a Classificar	-	-	-	-	4.347.881	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	7.174.775	16.798.157	30.271.364	83.218.241	408.183.923	13.385
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS[1] (II)	-	-	-	-	56.094.292	
TOTAL (III) = (I + II)	7.174.775	16.798.157	30.271.364	83.218.241	464.278.214	13.385

FONTE: Siafi e STN/CCONT/GEINF

Nota: Eventuais valores de obrigações financeiras superiores aos da disponibilidade de caixa bruta são garantidos pela disponibilidade de caixa líquida em "Recursos do Tesouro Nacional".

[1] Recursos detalhados no Anexo V - Disponibilidade de Caixa deste Relatório.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2011

RGF - Anexo VII (LRF, art. 48) R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	133.215.180	23,84%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	211.749.721	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	201.190.170	36,01%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	615.675	0,110%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.525.268	0,273%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.447.050	0,259%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	409.891	0,073%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	893.930	0,160%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	849.234	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.485.570	1,340%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	12.291.541	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	11.676.963	2,090%

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.072.128.007	191,89%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	114.359.888	20,47%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	335.223.832	60,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	48.250.233	8,64%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	335.223.832	60,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	113.489.605	464.278.214

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC
[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2011

PORTARIA Nº 249, DE 30 DE ABRIL 2010, DA STN, QUE APROVOU A 3ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Nota: Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ANEXO I - LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"

1º passo - Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil 29213.02.XX - Crédito Liquidado + 292130301 - Crédito Pago Folha, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também excetuam-se os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem.
- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões; no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes.

c) Excetuam-se os seguintes Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades, do contexto, quando da geração da consulta:

00530014	Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista - Extinto Território de Roraima;	20870014	Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista - Extinto Território de Roraima;
00530016	Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá - Extinto Território do Amapá;	20870016	Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá - Extinto Território do Amapá.

d) Excetuam-se os valores das Unidades Orçamentárias 34101 a 34106, do Ministério Público da União, 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público e 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

e) Para obter os valores do elemento 91 - Sentenças Judiciais, também são excetuados os valores dos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

2º passo - Obtenção das Despesas Não Computadas:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critério definido no 1º passo, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 - Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões e os elementos de despesa 08 - Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 - Auxilio Funeral Inativo Civil, 31900804 - Auxilio Funeral Inativo Militar e 31900814 - Auxilio Funeral Pensionista Militar), 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

DESPESAS DEFINIDAS NOS INCISOS XIII E XIV DO ARTIGO 21 DA CF/88 E NO ARTIGO 31 DA EC Nº 19/98

3º passo - Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do GDF:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil: 29213.02. XX - Crédito Liquidado + 292130301 - Crédito Pago Folha, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, Poder Executivo, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, unidade orçamentária 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF;

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também excetuam-se os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;
- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões; no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes.

4º passo - Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do Amapá e de Roraima:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil: 29213.02.xx - Crédito Liquidado + 292130301 - Crédito Pago Folha, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nos Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades relacionados abaixo;

Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades:

00530014	Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista - Extinto Território de Roraima;	20870014	Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista - Extinto Território de Roraima;
00530016	Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá - Extinto Território do Amapá;	20870016	Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá - Extinto Território do Amapá.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões e 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também excetuam-se os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;
- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 - Aposentadorias e Reformas, 03 - Pensões; no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 - Outros Benefícios Assistenciais, 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes.

5º passo - Obtenção das Despesas Não Computadas do GDF, Amapá e Roraima:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas na despesa com pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critérios definidos nos 3º e 4º passos, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 - Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 - Aposentadorias e Reformas e 03 - Pensões e os elementos de despesa 08 - Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 - Auxilio Funeral Inativo Civil, 31900804 - Auxilio Funeral Inativo Militar e 31900814 - Auxilio Funeral Pensionista Militar), 09 - Salário-Família, 91 - Sentenças Judiciais, 92 - Despesas de Exercícios Anteriores e 94 - Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ANEXO II - LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B"

Amplitude: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Mobiliária		
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	+21231.01.01	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	+22211.01.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	+11113.XX.XX	ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS
	-11113.07.00	ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS / POUPANCAS
	-11113.14.XX	ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS / RECURSOS DA CONTA UNICA
	Critérios	
	Apenas os saldos referentes aos TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO "3" a "8" (Administração Indireta)	
	Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	+212310101	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	+222110100	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dívida Securitizada	+212310101	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	+222110100	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	Critérios	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada	
	+21231.01.02	PASSIVO / PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / TDA
	+22211.02.00	PASSIVO / PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / TDA
Dívida Mobiliária Externa	+21232.01.00	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / EXTERNAS / EM TITULOS
	+22221.01.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA / EM TITULOS / TITULOS DO TESOURO NACIONAL
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)		
	+21221.04.02	PASSIVO / PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / CREDORES - ENTIDADES E AGENTES / ENTIDADES CREDORAS / RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL / RESULTADO NEGATIVO BACEN - CUSTO DAS RESERVAS
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP	-	-
Demais Dívidas Contratuais	+21232.02.00	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / EXTERNAS / = EM CONTRATOS
	+22222.00.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA / = EM CONTRATOS
	+21231.02.01	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM CONTRATOS / CREDITOS SECURITIZADOS
	+21231.02.02	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM CONTRATOS / CONTRATOS DE EMPRESTIMOS
	+21231.02.03	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM CONTRATOS / JUROS PRO-RATA S/EMPREST.INTERNOS CONTRAIDOS
	+22212.00.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / = EM CONTRATOS
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)		
	+29511.01.00	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR
	+29511.02.00	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR
	+29511.04.00	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS
	+29521.01.01	RP PROCESSADOS A PAGAR - NE
	+29521.01.02	RP PROCESSADOS A PAGAR - FOLHA
	+29241.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR
	+29241.04.02	VALORES LIQUIDADOS A PAGAR
	+29213.02.02	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO (A PAGAR) - DOCUMENTO FOLHA
	Critérios	
	Apenas os saldos da ação 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas".	
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)		
	+21221.07.00	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / CREDORES - ENTIDADES E AGENTES / ENTIDADES CREDORAS / ENTIDADES FEDERAIS
	+22244.07.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OBRIGACOES A PAGAR / ENTIDADES CREDORAS / ENTIDADES FEDERAIS
	Critérios	
	Apenas os saldos da Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI).	
Outras Dívidas		
	Sem informação	

DEDUÇÕES

Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	+11112.01.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO / CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL
	+11112.03.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO / INSS
	+11112.04.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO / RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA
	+ Conciliação do Movimento da Conta Única no último dia útil do período de referência (total das Ordens Bancárias não sacadas no BB e no Bacen, bem como as Ordens Bancárias de Crédito retidas).	
Depósitos à Vista	+11112.99.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO / OUTRAS CONTAS
	Critérios	
	Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)" e da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".	
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadacao IN-SRF 80/89, Outros e Pendencia a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	+11112.99.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO / OUTRAS CONTAS
	+11113.12.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS / FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
	+1112X.XX.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA
	+11231.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+11251.04.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO / RECURSOS VINCULADOS / DEPOSITOS ESPECIAIS
	+11252.XX.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO / DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12232.01.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
	+12232.02.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - RECURSOS FAT
	Critérios	
	Apenas saldos contábeis da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".	
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	+24XXX.XX.XX	PASSIVO / PATRIMONIO LIQUIDO
	-11112.XX.XX	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA MOVIMENTO
	Critérios	
	Apenas saldos contábeis referentes ao Tipo de Administração 07 - "Fundos"	
	+11124.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA / APLICACOES FINANCEIRAS P/ LIQUIDACAO FUTURA DE DESPESAS
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no Siafi.	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Renegociação de Dívidas de Entes da Federação		
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	+11231.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+11238.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12238.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.	
Créditos da Lei nº 8.727/93	+11231.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+11238.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12238.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993.	
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	+11231.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+11238.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12238.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros).	
Demais Dívidas Renegociadas	+11231.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+11238.00.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12238.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".	
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.	
Demais Ativos Financeiros		
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.	
Outros Créditos Bancários	+11234.01.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / OPERACOES ESPECIAIS / CREDITOS DE OPERACOES ESPECIAIS
	+11234.03.00	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / OPERACOES ESPECIAIS / OPERACOES ESPECIAIS SECURITIZADAS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)".	
	+12231.00.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
	+12232.01.00	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
	Critérios	
	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)", e apenas os créditos concedidos ao BNDES, identificados em nível de conta corrente.	
(-) Restos a Pagar Processados		
	+29241.04.02	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR
	+29213.02.02	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR - DOCUMENTO FOLHA
	+29521.01.01	RP PROCESSADOS A PAGAR - NE
	+29521.01.02	RP PROCESSADOS A PAGAR - FOLHA
	+29511.02.00	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - ANEXO III - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º

I) Garantias Concedidas:

Os registros correspondentes às garantias concedidas pelo Tesouro Nacional estão identificados no SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo das contas contábeis 19953.XX.YY - Garantias Concedidas.

II) Contragarantias Recebidas:

Os registros correspondentes às contragarantias recebidas pelo Tesouro Nacional, decorrentes das garantias concedidas, estão identificados SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo de contas contábeis 19952.XX.YY - Contragarantias Recebidas.

Metodologia de Elaboração:

a) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional nas datas das informações dos respectivos saldos devedores;

b) Garantias Concedidas - Identifica as garantias concedidas, relativas às operações externas ou internas, de acordo com as seguintes categorias: aval ou fiança em operações de crédito e outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive garantias concedidas por meio de Fundos;

c) As garantias encontram-se classificadas, no primeiro nível de classificação, nas seguintes categorias:

I) Garantias Externas - São as garantias relativas a obrigações contraídas junto a organismos multilaterais de crédito, agências governamentais estrangeiras ou outros credores sediados no exterior;

II) Garantias Internas - São as garantias relativas as obrigações contraídas junto a credores públicos ou privados, no país.

d) As Garantias Externas e Internas estão subdivididas em:

I) Aval ou Fiança em Operações de Crédito - Nessa linha registram-se os saldos devedores do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, dos avais ou fianças em operações de crédito.

II) Outras Garantias nos Termos da LRF (externas ou internas) - Nessa linha, registram-se os saldos devedores do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, de outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo garantias concedidas por meio de Fundos.
Esta categoria inclui as garantias ou riscos assumidos em operações internas realizadas no âmbito de fundos, programas de financiamento (linhas de crédito) e operações especiais aprovadas por lei específica, a seguir: Fundo de Garantia à Exportação - FGE; Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC; garantias de execução de contrato (Operações do Tipo Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment-bond); Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BNB; Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO/BACEN; Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira-BB; Fundo de Aval Para Geração de Emprego e Renda- FUNPROGER; Lei nº 8.036, de 11.05.1990 - assunção do risco de operações ativas/ solvência; Empresa Gestora de Ativos - EMGEA - MP nº 2.155, de 22.6.2001. Nesses casos, os valores são informados pelas instituições, agentes operadores e financeiros federais.
Os registros são efetuados pela STN, exceto os relativos às garantias no âmbito do FGE e FGPC, cujos saldos são registrados diretamente pelos gestores desses fundos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) No 3º quadrimestre de 2011, o saldo devedor total das Garantias (Interna e Externa) apresentou um acréscimo no valor aproximado de R$ 15,745 bilhões. Na apuração do saldo das Garantias Internas, verifica-se um aumento de aproximadamente R$ 7,569 bilhões. Tal incremento justifica-se principalmente pelos novos contratos de financiamento firmados entre o BNDES e alguns Estados da Federação. As Garantias Externas apresentaram acréscimo de aproximadamente R$ 8,175 bilhões (aumento de 23,6%), justificada em grande parte pelos novos contratos assinados, os vários desembolsos ocorridos no quadrimestre e a grande variação cambial do período na ordem de 18,18%.

f) Ressaltamos que as variações ocorridas nos Saldos Devedores dos Contratos são fruto dos desembolsos, amortizações e variação cambial ocorridos no período em todos os Contratos de Garantia Externa e Interna. Logo, conclui-se que a alteração dos valores dos Saldos Devedores das Garantias não é decorrente exclusivamente da assinatura de contratos novos, tendo em vista que o registro é feito pelos desembolsos realizados no período e não pelo valor contratado, e desta forma não varia na mesma proporção que esses.

g) A dispensa de contragarantia decorre principalmente de operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que tornou obrigatória a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. A modalidade de operações de seguro de crédito não requer contragarantia, considerando que o próprio prêmio de seguro objetiva constituir reserva atuarial para cobertura de eventual sinistro, constituindo-se assim uma situação de inexigibilidade.

h) A diferença entre os valores referentes às garantias e às contragarantias decorre das situações anteriormente citadas, podendo assim ser resumido:

JUSTIFICATIVAS QUANTO À DIFERENÇA ENTRE O SALDO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III — R$ 1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA - INTERNOS	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Interna	**37.267.917.072,46**	**37.237.366.266,33**	**37.361.640.732,48**	**41.641.069.980,79**
CONTRATOS DE SEGURO - NÃO APLICÁVEL	**12.944.125.881,93**	**13.650.341.863,96**	**14.487.764.613,56**	**19.517.727.677,28**
A contragarantia é o prêmio de seguro	12.944.125.881,93	13.650.341.863,96	14.487.764.613,56	19.517.727.677,28
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	12.413.608.794,37	13.148.625.902,58	13.982.939.744,09	18.924.994.241,10
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	483.933.002,08	465.503.736,38	470.979.328,44	552.368.902,45
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO . Bacen	46.584.085,48	36.212.225,00	33.845.541,03	40.364.533,73
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000	**24.323.791.190,53**	**23.587.024.402,37**	**22.873.876.118,92**	**22.123.342.303,51**
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente	24.323.791.190,53	23.587.024.402,37	22.873.876.118,92	22.123.342.303,51
BNDES(Contrato S/Nº, de 22/12/2008)	6.727.155.960,32	6.579.446.144,43	6.416.054.475,49	6.277.090.275,04
BNDES (Contrato nº 433/08)	5.474.292.534,01	5.375.600.493,18	5.292.430.820,76	5.194.238.374,43
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001	12.122.342.696,20	11.631.977.764,76	11.165.390.822,67	10.652.013.654,04
Total geral	**37.267.917.072,46**	**37.237.366.266,33**	**37.361.640.732,48**	**41.641.069.980,79**

i) Em atenção às determinações contidas no Acórdão n.º 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta-se, a seguir, a tabela "Garantias Externas - Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU:

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III — R$ 1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Data de Encerramento	Moeda de Origem	Valor Contratado Moeda de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa					**7.997.913.748,23**	**7.442.880.333,41**	**7.556.339.372,12**	**8.554.902.939,96**
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000					**6.586.887.326,88**	**6.154.786.790,03**	**6.278.425.937,60**	**7.150.516.419,87**
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente					**6.586.887.326,88**	**6.154.786.790,03**	**6.278.425.937,60**	**7.150.516.419,87**
NIBNIB-100	17/07/2002	15/09/2017	USD	100.000.000,00	117.114.886,30	102.264.500,00	103.168.000,00	112.548.000,00
NIBPIL 03/15 (NIB-60)	09/11/2005	15/11/2020	USD	60.000.000,00	95.374.793,56	89.902.857,14	86.162.285,70	96.469.714,26
JBIC12.07.02	12/07/2002	14/03/2020	JPY	45.000.000.000,00	402.112.022,02	372.487.870,38	494.215.651,90	440.679.330,61
BID2023	19/03/2009	19/03/2029	USD	1.000.000.000,00	1.666.200.000,00	1.573.300.000,00	1.587.200.000,00	1.875.800.000,00
BID1860	19/10/2007	19/10/2029	USD	1.000.000.000,00	1.666.200.000,00	1.573.300.000,00	1.587.200.000,00	1.875.800.000,00
BID1608	23/09/2005	23/09/2025	USD	1.000.000.000,00	1.562.062.500,00	1.425.803.125,00	1.438.400.000,00	1.641.325.000,00
BID1374	09/05/2002	09/05/2022	USD	900.000.000,00	1.077.823.125,00	1.017.728.437,50	982.080.000,00	1.107.894.375,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 96, DE 15.12.1989					**1.411.026.421,35**	**1.288.093.543,38**	**1.277.913.434,52**	**1.404.386.520,09**
Obrigação de vincular contragarantias, mas com possibilidade de dispensa caso a caso e entendimento jurídico de não aplicabilidade a empresas estatais					**1.411.026.421,35**	**1.288.093.543,38**	**1.277.913.434,52**	**1.404.386.520,09**
BID841	12/12/1994	12/12/2019	USD	400.000.000,00	420.993.972,25	407.343.146,45	404.953.434,52	437.177.145,09
BID1125	14/03/1999	14/03/2019	USD	1.100.000.000,00	973.685.625,00	865.315.000,00	872.960.000,00	967.209.375,00
BID602	15/01/1991	15/05/2011	USD	250.000.000,00	16.346.824,10	15.435.396,93		
Total geral					**7.997.913.748,23**	**7.442.880.333,41**	**7.556.339.372,12**	**8.554.902.939,96**

j) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, letra a, da Instrução Normativa - IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, apresenta-se, a seguir, a relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (Acórdão nº 1.779/2009/TCU):

Contratos de Garantia Assinados no 3º Quadrimestre/2011						
Contratos	**Mutuário**	**SIAFI**	**Data de assinatura**	**Moeda de Origem**	**Valor Contratado (moeda de origem)**	**Descrição**
AFD 3005	Município de Curitiba	502161	19/7/2011	EUR	36.150.000,00	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
BID 2258/OCBR	Município de Aracaju	502154	22/7/2011	USD	30.250.000,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - PROCIDADES
BID 2323/OCBR	Mun. de Sâo José dos Campos	502155	18/8/2011	USD	85.672.400,00	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos - SP
BID 2371/OCBR	Est. do Rio Grande do Sul	502156	29/8/2011	USD	60.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul - PROFISCO - RS
BID 2520/OCBR	Município de Paranaguá	502166	30/9/2011	USD	16.649.600,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá - PROCIDADES
KFW - COPASA	COPASA	502169	29/11/2011	EUR	100.000.000,00	Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba
BIRD 7964-BR	Caixa Econômica Federal	502170	5/12/2011	USD	50.000.000,00	Prog. de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
BID 2483/OCBR	Estado do Espírito Santo	502171	21/12/2011	USD	175.000.000,00	Programa Rodoviário do Espírito Santo III
BID 2549/OCBR	Furnas - Centrais Elétricas	502172	21/12/2011	USD	128.660.000,00	Programa de Recuperação das Hidrelétricas de Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

k) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa - IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, informamos que no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, nenhuma garantia foi honrada pela União e que não há processo de recuperação de haveres da União decorrentes da Honra de Aval Externo.

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ANEXO IV - LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C"

a) Identifica-se, no SIAFI, a conta contábil 19114.00.00 - Receita Realizada, até o mês de referência, saldo acumulado, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Categoria Econômica da Receita 2 - Capital, Subcategoria Econômica da Receita 1 - Operações de Crédito, especificadas nas fontes originárias de Receita, Operações de Crédito Externas e Internas;

b) Não há identificação no SIAFI do Item II - Antecipação de Receita Orçamentária - ARO, por não haver, no âmbito da União, esta ocorrência.

c) Os valores das operações de crédito extra-orçamentárias são apurados a partir das contas contábeis:

Operações de Crédito - Contratuais

5.1.3.3.1.02.02 OPERACOES DE CREDITO - ASSUNCAO DIV. EXTERNA
5.2.3.3.1.01.01 OPERACOES DE CREDITO - INTERNAS
5.2.3.3.1.01.02 ASSUNCAO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - INTERNA
5.2.3.3.1.01.03 OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA
5.2.3.3.1.01.04 ASSUNCAO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - EXTERNA

Operações de Crédito - Em Títulos

5.2.3.3.1.02.01 OPERACOES DE CREDITO - INTERNAS (BNDES x TROCAS)
5.2.3.3.1.02.02 ASSUNCAO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - INTERNA (FCVS)
5.2.3.3.1.02.03 OPERACOES DE CREDITO - EXTERNAS
5.2.3.3.1.02.04 ASSUNCAO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - EXTERNA
5.2.3.3.1.02.05 EMISSAO DE TITULOS - APORTE BACEN MP 435/2008
5.2.3.3.1.02.06 EMISSAO DE TITULOS - APORTE EM EMPRESAS

Cancelamentos de Operações de Créditos

6.2.3.3.1.02.00 - OPERACOES DE CREDITOS - EM TITULOS, apurada no órgão superior 25000 - Ministério da Fazenda.

5) DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA - LRF, art. 55, inciso III alínea "a", Anexo V

As consultas são realizadas considerando os seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
- Poder UG Executora: Executivo;
- Exceto o Órgão Superior: 34000 - Ministério Público da União e 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público;

Os valores são apurados conforme os critérios mencionados e as regras de cálculo abaixo:

GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)
<Grupo de Destinação de Recursos> (conforme "Composição dos Grupos de Destinação de Recursos" abaixo)	Σ +11216.04.00 LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO e [UG EX 170500] +11216.14.00 LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREGA e [UG EX 170500] +11216.17.00 LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA e [UG EX 170500] +11216.20.00 LIMITE DE SAQUE BACEN e [UG EX 170500] +19329.09.02 CONTROLE APLICACAO FINANCEIRA CTU e [UG EX 170500] +19329.02.00 DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS e [UG = 170500]	+29213.02.02 CREDITO EMPENHADO LIQ.A PAGAR-DOCUMENTO FOLHA Σ +29241.04.02 VALORES LIQUIDADOS A PAGAR +29511.02.00 RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR +29521.01.01 RP PROCESSADOS A PAGAR - NE +29521.01.02 RP PROCESSADOS A PAGAR - FOLHA +19996.51.95 CONTROLE PASSIVOS FINANC - S/NE CADASTRO +19996.51.96 CONTROLE PASSIVOS FINANCEIROS - NE +19996.51.97 CONTROLE PASSIVOS FINANCEIROS - FOLHA
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)		
Disponibilidade dos Fundos Constitucionais	+11112.06.00 DISPONIBILIDADES FUNDOS CONSTITUCIONAIS	
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	+11113.13.00 FUNDO DE APLIC.-EXTRAMERCADO FAT/FUNCAFE/FNDE	
Aplicações Financeiras - FCVS	+11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS e [Órgão da UG = 25901]	
Aplicações Financeiras - Demais	Σ +11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS -11113.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS e [Órgão da UG = 25901] -11113.13.00 FUNDO DE APLIC.-EXTRAMERCADO FAT/FUNCAFE/FNDE +11112.01.22 RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS -19329.09.02 CONTROLE APLICACAO FINANCEIRA CTU +11123.XX.XX APLICACOES FINANCEIRAS EM TITULOS RESG IMED. (ME)	
Recursos para compra antecipada de câmbio	+11124.00.00 APLICACOES FINANCEIRAS P/ LIQUID.F	
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo		Item "Depósitos do TN" e [UG EX 170500]
Depósitos do Tesouro Nacional (Arrecadação)	+21149.00.00 DEPOSITOS A QUEM DE DIREITO e [UG = 170500]	+21149.00.00 DEPOSITOS A QUEM DE DIREITO e [UG = 170500]
Receitas a Classificar	+21411.00.00 RECEITAS A CLASSIFICAR	+21411.00.00 RECEITAS A CLASSIFICAR
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	+21216.18.00 RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	+21216.18.00 RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT
Recursos a liberar para o Legislativo, Judiciário e MPU		Σ +11216.01.00 = RECURSOS A RECEBER POR TRANSFERENCIA e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000] +11216.04.00 = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000] +11216.12.XX = RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000] +11216.14.00 = LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREGA e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000] +11216.22.00 = RECURSOS A RECEBER PARA PAGTO DE RP-INSCRICAO e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000] +11216.27.00 = RECURSO A RECEBER FORM.C/OUTRO ENTE-INSCRICAO e [Poder da UG Executora = Legislativo, Judiciário] ou [Órgão Superior = 34000, 59000]
Outras Disponibilidades e Obrigações	Σ +11111.00.00 CAIXA +11121.00.00 CAIXA (ME) +11112.99.00 OUTRAS CONTAS +11122.00.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO (ME) +111XX.XX.XX - Subtotal	Item "Diversas Obrig TN" e [UG EX 170500]
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Composição dos itens de informação "Depósitos" e "Diversas Obrigações":

Informações	Contas Contábeis
Item "Depósitos"	211110100,211110200,211110300,211120000,211130200,211130300,211130400,21114XXXX,211150000,211160000,211170000,211180000,21119XXXX,211230200,211230300, 211230600,211230800,211230900,211300000,211410000,211420000,211430000,211440000,211450000,211460000,211470000,211480000,211490100,211490200,211490300, 211490400,211490500,211490600,211490700,2114908XX,211490900,211491000,211491118,2114912XX,211491300,211491400,211491500,211491600,211492000,211492100, 211492200,211492300,211492400,211499900,2115XXXXX,211610100,211610200
Item "Diversas Obrigações"	2121603XX,2121615XX,212162300,212180300,212210100,212210200,212210300,212217001,2122201XX,2122202XX,2122210XX,212229800,212230000,212240000,212250000, 212260000,212270100,212280000,212290000,212430000,212490000,2126XXXXX,212710100,212720100,212730100,2129XXXXX,214900000,221210000,221220000,221240000, 221270100,221270300,221270400,221280000,221290000,222610100,222620100,222630100

Composição dos GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS a partir dos códigos de destinação de recursos e seus detalhamentos:

Composição dos Grupos de Destinação de Recursos

1. Recursos vinculados à Educação			
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13 (1)	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO
21	RENDA LIQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTANEA	21	RENDA LIQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTANEA
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.
2. Recursos vinculados à Seguridade Social			
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033907	CONC.PROG. SEGURIDADE SOCIAL
		18-033908	CONC.PROG. COTA DE PREVIDENCIA(SEGUR.SOCIAL)
		18-033909	CONC.PROG. FNS(FUNDO NACIONAL DE SAUDE)
22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES
25	CONTR.E ADIC. S/A REC.DE CONC.DE PROGNOSTICOS	25	CONTR.E ADIC. S/A REC.DE CONC.DE PROGNOSTICOS
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	39-209262	ALIENACOES BENS APREENDIDOS-SEGURIDADE SOCIAL
		39-191372	MPS/FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40-171431	CONTRIB.PIS/PASEP-SEG.DESEMP./ABONO
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras			
43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL
44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA
47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVICOS	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVICOS
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS
52	RESULTADO DO BACEN	52	RESULTADO DO BACEN
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL
89	REC.OPER.OF.CRED.- RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS	89	REC.OPER.OF.CRED.- RETORNO REF.DIV.CLUB.PARIS
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos			
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS
63	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES	63	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES
65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND	65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos			
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	01	FPM/FPE/IPI E FUNDOS CONSTITUCIONAIS
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	11-017337	CIDE COMBUSTIVEIS-ESTADOS/MUNICIPIOS
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13-150071	QUOTA ESTADUAL/MUNICIPAL DO SALARIO-EDUCACAO
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033905	CONC.PROG. ESTADOS (SEC.EST.ESPORTES)
	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033910	TRANSF.A CLUBES SOCIAIS-ART2º,IV,B L.11345/06
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-442081	SFB-CONC.FLONAS-DEMAIS VALORES-ESTADOS
		29-442082	SFB-CONCESSAO FLONAS-DEMAIS VALORES-MUNICIPIO
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34-001198	INDENIZ.ITAIPU-ESTADOS/MUNICIPIOS
		34-032000	COMP.FINANC.REC.HIDRICOS-ESTADOS
		34-032001	COMP. FINANC.- REC.HIDRICOS MUNICIPIOS
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41-032000	COMP.FINANC.REC.MINER. EST/MUN
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42-032284	ROYALTIES - EST/MUN LEI 9478/97
		42-032290	PART.ESP. - EST/MUN LEI 9478/97 - ART.50
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)			
54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL
7. Recursos de Doações			
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	11 (2)	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	16	REC.USO REC.HID
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18 (3)	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29 (4)	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34 (5)	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS
37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB	37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL.DOS COMB

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

38	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	38	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40-171432	CONTRIBUICAO DO PIS/PASEP (BNDES)
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41 (7)	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42 (8)	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	72 (9)	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS
74	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	74 (10)	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	75 (11)	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	76 (12)	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS
81	RECURSOS DE CONVENIOS	81	RECURSOS DE CONVENIOS
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS
85	DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN	85	DESV.PARCIAL DE REC.DA COTA-PARTE COMP.FINAN
86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86 (14)	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS
92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO

9. Outros Recursos Vinculados a Fundos

18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18-033901	CONC.PROG.FUNPEN (FUNDO PENITENC.NACIONAL)
		18-033902	CONC.PROG.FNC(FUNDO NACIONAL DA CULTURA)
		18-033903	CONC.PROG.FIES (FUNDO FINAN.AO ESTUD.ENSINO)
		18-110244	RECEITA SORTEIOS ENTID.FILANTROPICAS-FNCA
		18-200333	RECEITA SORTEIOS ENTID.FILANTROPICAS-FUNPEN
		18-200401	RECEITA SORTEIOS ENT.FILANTR-FUND.DIR.DIFUSOS
		18-340001	RECEITA SORTEIOS ENTID. FILANTROPICAS-FNC
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-011000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL) FNC/FSA
		29-024000	RECEITA DE OUTORGA(ANATEL)FNDCT-CT ES
		29-041000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL)FUST
		29-203003	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICA
		29-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/20
		29-442080	FNDF-RECEITA CONCESSAO FLORESTAS NACIO
31	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	31	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF
32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	32	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	34-024183	COMP.FINANC.REC.HIDRICOS-FNDCT-CT-HIDRO
		34-024198	INDENIZ.ITAIPUFNDCT-CT-HIDRO
		34-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	39 (6)	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	41-024184	COMP.FINANC.REC.MINER.MCT/FNDCT
		41-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
		41-024287	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,I-FNDCT-CT-PETRO
		41-024289	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,II-FNDCT-CT PETRO
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	42-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF
66	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	66-041000	SUPERAVIT EXERCICIOS ANTERIORES-FUNTTEL
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	72-012069	CONTRIB. P/O FUNDO AEROVIARIO-ANAC
		72-024301	CT INFO-ART.35 DO DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024302	CT INFO-§3º,ART.37 DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024303	CT INFO-§3º,ART.10 DECRETO Nº 5.906/06-FNDCT
		72-024304	CONTRIBUICOES CT-ENERGIA-FNDCT
		72-024305	CONTRIBUICOES CT-INFORMATICA-FNDCT
		72-024306	CONTRIBUICOES CT-AMAZONIA-FNDCT
		72-024307	CONT.P/LIC.USO TECNOL.CT-VERDE AMARELO-FNDCT
		72-024308	CONTRIBUICOES CT-AERONAUTICO-FNDCT
		72-024309	CONTRIBUICOES CT-AGRONEGOCIO-FNDCT
		72-024310	CONTRIBUICOES CT-BIOTECNOLOGIA-FNDCT
		72-024311	CONTRIBUICOES CT-SAUDE-FNDCT
		72-041310	CONT.S/RE.BRT.EMP.PREST.SERV.TEL.-FUNTTEL
		72-041902	CONTR.S/REC.OP.BRT.EMP.PREST.SERV.TELEC.-FUST
		72-249010	FNDCT/CT AMAZONIA-§3º,ART.7º,DEC 6.008/06
		72-249011	FNDCT/CT AMAZONIA-ART.31 DO DEC 6.008/06
		72-249012	FNDCT/CT AMAZONIA-§3º,ART.35 DO DEC.6.008/06
		72-249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001
		72-249014	CT-VERDE AMARELO-PROGR.INOVACAO P/COMPETITIV.
		72-249015	CONT.REC.BRT.EMP.PREST.SERV.TEL.FUNTTEL/FNDCT
		72-700111	FUNDO NAVAL
74	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	74-016067	TX.FISCALIZACAO-FUNDO DO EXERCITO
		74-020172	MULTA DE TRANSITO-FUNSET
		74-020246	MJ SENTENCAS PENAIS CONDENATORIAS-FUNPEN
		74-020256	MJ DECORRENTES DE QUEBRA DE FIANCA-FUNPEN
		74-030911	MULTAS LEI 10.703/2003-FNSP
		74-038298	MULTAS PREV.LEG.SEG.DESEMP.E AB.SALARIAL-FAT
		74-038338	MULTA CONTRIBUICAO SOCIAL-LC 110/01-FAT
		74-110071	MULTAS PREVISTAS LEI DO SERVICO MILITAR-FSM
		74-120069	MJ CODIGO BRASILEIRO DE AERONAUT-F.AEROV.ANAC
		74-120320	MJ DE ARRENDAMENTOS/OUTRAS MULTAS-F.AERON.
		74-120520	MULTAS PREV COD BRAS AERON.- FDO.AERONAUTICO
		74-253003	TX.SAUDE SUPLEM/MLT AUTO INFR/RESSARC SUS-ANS
		74-270031	TX.FISCALIZACAO PRODUTOS CONTROLADOS-FUNAD
		74-270032	TX.FISCALIZACAO PROD.CONTROLADOS-DPF
		74-300905	MJ PREV.LEG.DEFESA DIREITOS DIFUSOS/SDE
		74-300906	MJ PREV.LEG.DEFESA DIREITOS DIFUSOS TRAB/SDE
		74-419020	FUST-REC.MULTA PREV.LEI GERAL DAS TELECOM.
		74-429020	FNC-REC.MULTA PREV.LEI GERAL DAS TELECOM.
		74-449010	MULTAS PREVISTAS NA LEI NR 9.605/98-FNMA
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	75-039000	TX.UTIL.SIST.ELETR.CONTR.ARREC.FRETE MAR.MERC
		75-110071	FUNDO DO SERVICO MILITAR
		75-017294	TAXA SISCOMEX-FUNDAF-SRFB
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	76-012069	RENDAS FUNDO AEROVIARIO
		76-038204	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL-FAT
		76-121031	CONTRIB.AO PROGR.DE ENSINO FUNDAMENTAL-FNDE
		76-700113	FUNDO DE DESENV.ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	78 (13)	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA
86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86-249010	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNDCT
		86-449011	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNMA
		86-529310	MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-F.NAVAL

10. Recursos do Tesouro Nacional

00	RECURSOS ORDINARIOS	00	RECURSOS ORDINARIOS
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29-017000	RECEITA DE OUTORGA (ANATEL) DEMAIS RECEITAS
		29-032281	BONUS DE ASSIN.CONTRAT.DE CONCESSAO-ANP/STN
		29-392070	RECEITA CONC.MALHA FERROV-PARC.UNIAO(5%)
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	78-980000	TES.NACIONAL-FUNDO FISCALIZ.DAS TELECOMUNIC.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

86	OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	86-711010	OUT.REC.ORIGINARIAS-TARIFA EMB.INTERNACIONAL
		86-980000	CESSAO A TIT.ONEROSO ATIV.PESQ/LAVRA PETROLEO
97	DIVIDENDOS UNIAO	97	DIVIDENDOS UNIAO
98	DESVINCULACAO DE RECURSOS	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL
11. Recursos a Classificar			
77	FONTE A CLASSIFICAR	77	FONTE A CLASSIFICAR
90	RECURSOS DIVERSOS	90	RECURSOS DIVERSOS

(1) fonte 13, exceto o detalhamento 150071.
(2) fonte 11, exceto o detalhamento 017337.
(3) fonte 18, exceto os detalhamentos 033901, 033902, 033903, 033905,033907,033908,033909, 033910,110244,200333,200401 e 340001.
(4) fonte 29, exceto os detalhamentos 017000,032281,392070,442081, 442082, 011000, 024000, 041000, 203003, 249013 e 442080.
(5) fonte 34, exceto os detalhamentos 001198,032000, 032001, 024183, 024198 e 249013.
(6) fonte 39, exceto os detalhamentos 209262 e 191372.
(7) fonte 41, exceto os detalhamentos 032000, 024184, 249013, 024287 e 024289.
(8) fonte 42, exceto os detalhamentos 032284, 032290 e 249013.
(9) fonte 72, exceto os detalhamentos 012069, 024301 a 024311, 041310, 041902, 249010 a 249015 e 700111.
(10) fonte 74, exceto os detalhamentos 016067, 020172, 020246, 020256, 030911, 038298, 038338, 110071, 120069, 120320, 120520, 253003, 270031, 270032, 300905, 300906, 419020, 429020 e 449010.
(11) fonte 75, exceto os detalhamentos 039000, 110071 e 017294.
(12) fonte 76, exceto os detalhamentos 012069, 038204, 121031 e 700113.
(13) fonte 78, exceto o detalhamento 980000.
(14) fonte 86, exceto os detalhamentos 711010,980000, 249010, 449011 e 529310.

6) DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR - LRF, art. 55, inciso III alínea "b", Anexo VI

Além dos valores provenientes do Anexo V - Disponibilidade de Caixa, utilizam-se os seguintes critérios na apuração:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
- Poder UG Executora: Executivo;
- Exceto o Órgão Superior: 34000 - Ministério Público da União e 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público;

Os critérios acima, conforme o caso, são usados como "filtros" na apuração dos saldos, no SIAFI, das seguintes contas:

Informações	Contas Contábeis
RP Processados de Exercícios Anteriores	295110200,295210101,295210102
RP Processados do Exercício	292410402,292130202
RP Não Processados do Exercício (inscritos no exercício)	195310000
RP Não Processados de Exercícios Anteriores (inscritos em exercícios anteriores)	295110100
Cancelamento de Empenho por Insuficiência de Caixa	192410190

7) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - ANEXO VII - LRF, ART. 48
As informações são obtidas dos Anexos I a VI.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 93, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA no processo administrativo nº 23422.001403/2011-71.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA no processo administrativo nº 23422.001403/2011-71, em trâmite na Instituição de Ensino Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
CGC 27.316.538/0001-66

BALANCETE PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - PROVISÓRIO

ATIVO	R$ MIL	PASSIVO	R$ MIL
CIRCULANTE	**149.614**	**CIRCULANTE**	**29.739**
Caixa e Bancos	101.169	Empréstimos	1.551
Aplicações Financeiras	34.937	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	6.186
Clientes	7.287	Fornecedores de Materiais Serviços e Obras	1.481
Almoxarifado	47	Depósito Garantia Taxas Portuárias	2.151
INSS / Convênio	63	Provisões Operacionais	0
Tributos a Recuperar	4189	Provisões p/ Ações Judiciais	7.663
Outros Impostos a Recuperar	18	Outras Exigibilidades	10.707
Adiant.a Empregados /Fornecedores	1.709	**NÃO CIRCULANTE**	**105.895**
Despesas Diferidas	165	Empréstimos	43.466
Outros Valores a Receber	30	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	25.897
NÃO CIRCULANTE	**152.959**	Provisão p/ Ações Judiciais	36.532
Realizável a Longo Prazo	37.645		
Investimentos	113		
Imobilizado	114.548	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**166.939**
Intangível	537	Capital Social	164.193
Diferido	116	Reserva de Capital	76.857
		Prejuízo Acumulado	-74.111
TOTAL DO ATIVO	**302.573**	**TOTAL DO PASSIVO**	**302.573**

CLÓVIS LASCOSQUE
Diretor Presidente

HUGO JOSÉ AMBOSS MERSON DE LIMA
Diretor de Infraestrutura e Operações.

JOLHIOMAR MASSARIOL NASCIMENTO
Diretor de Administração e Finanças

DANILO ROGER MARÇAL QUEIROZ
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

ELI BATISTA DE ARAUJO PIROLA
Contadora - CRC - ES 5764.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 214, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Aprova condição especial para o avião EMB-550, aplicável às manobras de rolamento.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 60800.109356/2011-85, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a condição especial CE/SC 25-004, intitulada "Condição Especial Aplicável às Manobras de Rolamento", para fins de certificação do projeto de tipo do avião Embraer EMB-550.

Parágrafo único. A condição especial de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 10, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Renova a autorização operacional de sociedade empresária de táxi aéreo e de serviços aéreos especializados.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 60800.143595/2011-64, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de janeiro de 2012, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo e de serviços aéreos públicos especializados nas atividades aerolevantamento e aeropublicidade outorgada à sociedade empresária TWO TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 04.263.318/0001-16, com sede social em Itupeva (SP).

Art. 2º A exploração do serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo somente poderá ser realizada de acordo com as especificações operativas aprovadas.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos públicos especializados somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas a Decisão nº 325, de 21 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2006, Seção 1, página 153, e a Decisão nº 88, de 2 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2010, Seção 1, página 7.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 197 - Inscrever o heliponto Fazenda Mãe d´água (SJDH), em Petrópolis (RJ); validade de 10 (dez) anos;

Nº 198 - Inscrever o aeródromo Associação Tocantinense de Aviação (SWEJ), em Porto Nacional (TO); validade de 10 (dez) anos;

Nº 199 - Inscrever o heliponto Solar das Paineiras (SDAK), em Mogi Guaçu (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 200 - Renovar a inscrição do heliponto em hospital Hospital Unimed (SIXH), em Joinville (SC); validade de 10 (dez) anos; e

Nº 201 - Renovar a inscrição do heliponto Life Center (SIFG), em Belo Horizonte (MG); validade de 10 (dez) anos.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO UHEBE

PORTARIAS DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, resolve:

Nº 202 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado NOBLE PHOENIX (9PEG) /RJ;

Nº 203 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado NOBLE THERALD MARTIN (9PNT) / RJ;

Nº 204 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado OSX 1 (9PEE) / RJ; e

Nº 205 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado PRIDE BRAZIL (9PPB) / ES.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO UHEBE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 196, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Regimento Interno do Grupo Brasileiro de Segurança Operacional.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 3º, §1º, c/c art. 4º, inciso II, da Resolução no 189, de 24 de maio de 2011, e considerando o que consta do processo no 60800.028343/2011-14, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, o Regimento Interno do Grupo Brasileiro de Segurança Operacional (BAST).

Parágrafo único. O Anexo de que trata o caput deste artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria nº 16, de 26 de janeiro de 2012, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012, onde se lê: PORTARIA Nº 16, DE 26 DE JANEIRO DE 2012, leia-se: PORTARIA Nº 24, DE 26 DE JANEIRO DE 2012.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

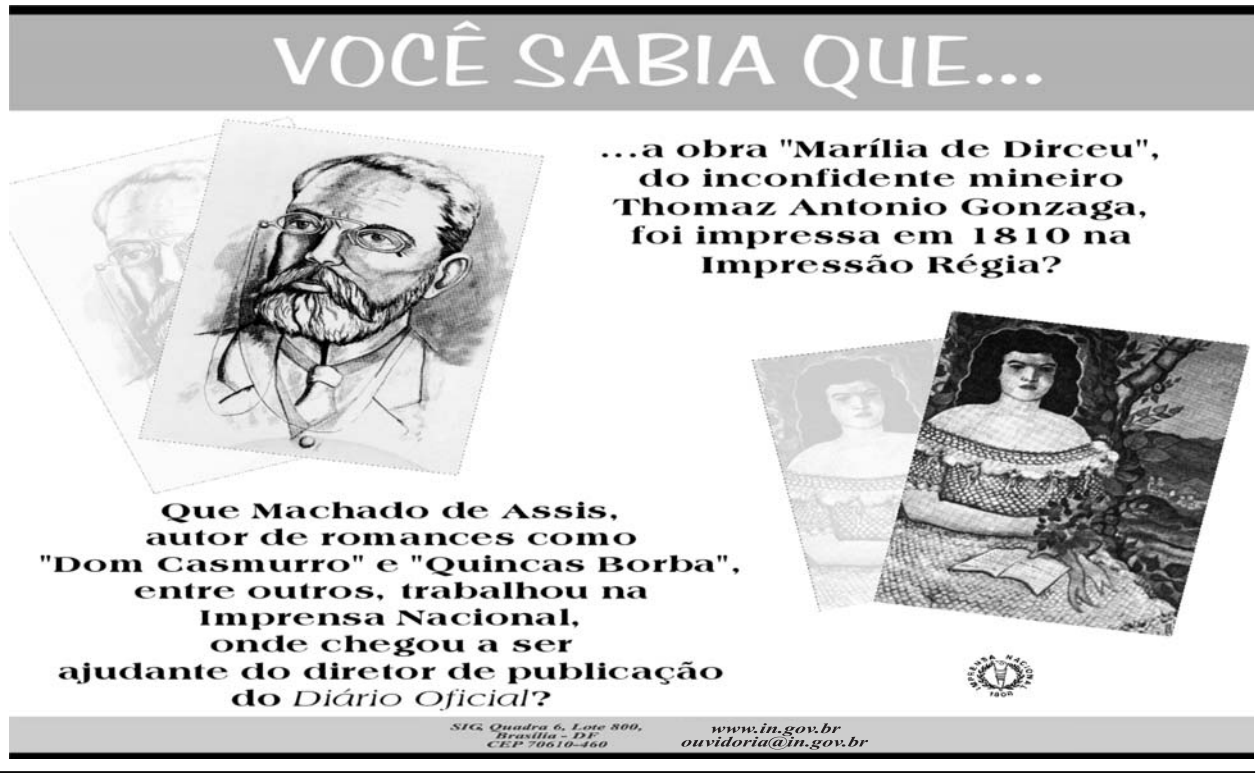
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 24 de janeiro de 2012

437 ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Universidade Federal de Sergipe	900.0239/1991	13.031.547/0001-04

ERNESTO COSTA DE PAULA



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Altera a redação da Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011.

Art. 1º As alíneas 'd' do inciso IV e 'c' do inciso V do art. 1º da Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, em 1º de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

IV - .....

d) design e moda;

.....

V - .....

c) preservação ou restauração de patrimônio museológico;

....." (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 1º da Portaria nº 116, de 2011, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

"Art. 1º .....

IV - .....

f) formação técnica e artística de profissionais;

g) projetos educativos orientados à fruição e produção de artes visuais; e

h) projetos de fomento à cadeia produtiva das artes visuais;"

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 17, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002 e o disposto no inciso XI, do art. 14 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando:

a) a Decisão de Diretoria Colegiada n° 537/2011, de 22/12/2011;

b) a Portaria nº 376, de 23 de dezembro de 2011;

b) o Decreto n° 6.170, de 25 de julho de 2007;

c) a Portaria Interministerial CGU/MF/MP 127, de 29 de maio de 2008, e alterações posteriores; e

d) o COMUNICA SIASG nº 051233 de 31 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Descentralizar a importância de R$ 1.350.00,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), para o Centro Técnico Audiovisual, órgão vinculado à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura - CTAV, sob a forma de descentralização de Crédito Orçamentário, com a finalidade de execução do Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais 2012, atendendo às disposições contidas no art. 7º, inciso X da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001.

Art. 2º Os referidos recursos serão descentralizados em favor da UG 420036 - CTAV/SAV/MinC, e correrão à conta da ação orçamentária 13.392.2027.4533.0001 Fomento a produção, distribuição e comercialização de obras cinematográficas e audiovisuais no país e no exterior (MP 2.228-1/2001) - Natureza da despesa 3.3.90.00.

Art. 3º Os recursos financeiros decorrentes da descentralização de crédito estabelecida nesta Portaria serão transferidos para o CTAV em 01 (uma) parcela no valor de R$1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), após a publicação da Portaria no D.O.U.

Parágrafo único - Poderá ser autorizada, de forma excepcional, a transferência de recursos em parcelas, a fim de custear as despesas do Programa, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Constitui parte integrante desta Portaria, como se nela estivesse transcrito, o Anexo - Termo de Cooperação, devendo o CTAV observar os prazos e as condições estipuladas no referido Anexo.

Art. 5º Fica facultada à ANCINE a verificação in loco do cumprimento das obrigações avençadas nesta Portaria e respectivo anexo.

Art. 6º O CTAV, após realização das atividades, deverá encaminhar à ANCINE relatório conforme Termo de Cooperação anexo a esta Portaria.

Art. 7º O Centro Técnico Audiovisual - CTAV, órgão vinculado à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura deverá restituir à Agência Nacional do Cinema, até o final do exercício de 2012, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 15, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos seguintes projetos audiovisuais, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto:

SALIC	NOME PROJETO	Nº PROCESSO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	CIDADE/UF
090067	BOSSA NOSSA	01580.008107/2009-21	PORTRAITS FACTORY FILMES LTDA.	13.325.711/0001-88	Pedro Leopoldo/MG
090480	RESGATE 193	01580.045802/2009-74	MEDIALAND PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	08.346.159/0001-74	São Paulo/SP

Art. 2º Prazo de captação: de 01/01/2012 a 31/12/2013.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

DELIBERAÇÃO Nº 16, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos seguintes projetos audiovisuais, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto:

SALIC	NOME PROJETO	Nº PROCESSO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	CIDADE/UF
100348	A LINHA FRIA DO HORIZONTE	01580.033041/2010-41	PROJETO OLHO VIVO	07.381.315/0001-75	Curitiba/PR

Art. 2º Prazo de captação: de 01/01/2012 a 31/12/2014.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

DELIBERAÇÃO Nº 17, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008, Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011 e pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista no art. 18 da Lei nº. 8.313/91, de 23/12/1991.

11-0475 - 4º Hollywood Brasil Filme Festival

Processo: 01580.041018/2011-10

Proponente: Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 12.997.262/0001-51

Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

07-0475 - Era Uma Vez... Um Duende

Processo: 01580.043094/2007-75

Proponente: Estação Mídia Et Imagem Ltda.

Cidade/UF: Rio Acima / MG

CNPJ: 05.270.469/0001-64

Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

08-0006 - O Menino no Espelho

Processo: 01580.000897/2008-16

Proponente: Camisa Listrada Ltda.

Cidade/UF: Belo Horizonte / MG

CNPJ: 03.987.306/0001-71

Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0010 - Capão, A Onda de Uma Comunidade

Processo: 01580.001250/2008-10

Proponente: Truque Produtora de Cinema TV e Vídeo Ltda.

Cidade/UF: Salvador / BA

CNPJ: 16.487.027/0001-90

Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0212 - Uma História de Amor Assombrado

Processo: 01580.017067/2011-23

Proponente: Cinética Filmes e Produções Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 01.946.155/0001-88

Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.048.425,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 36.642-0

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 100.000,00

Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 36.643-9

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.396.921,87 para R$ 0,00

Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0045 - Vai Que Dá Certo

Processo: 01580.006088/2009-07

Proponente: Fraiha Produções de Eventos e Editora Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 00.538.914/0001-00

Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.147.014,55

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.398.011,05 para R$ 1.398.011,05

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 25.063-5

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 429.543,05

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 25.066-X

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 25.064-3

Prazo de captação: até 31/12/2012.

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação, aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0381 - Quebrando o Tabu

Processo: 01580.037494/2009-11

Proponente: Spray Filmes S/S Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 06.945.371/0001-22

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.985.743,03 para R$ 3.052.409,70

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.711.360,37 para R$ 2.778.027,04

Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 12.733-7

Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2013.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Sidney Miller/2012;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na Seção 3.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 19, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Cássia Eller/2012;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação da Sala Funarte Guiomar Novaes/2012;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital de Ocupação do Galpão 1 da Funarte MG /2012;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a substituição de proponente do projeto audiovisual "Documentário Fazendo Acontecer", processo nº: 01400.021267/2010-71, pronac nº: 10-10757, de Biruta Mídias Mirabolantes Ltda ME, CNPJ nº: 06.971.729/0001-91, para Jaguaripe Serviços de Publicidade e Mídia Ltda, CNPJ nº: 09.347.466/0001-32.

Art. 2º Autorizar a substituição de proponente do projeto audiovisual "Histórias que Salvam o Planeta", processo nº: 01400.040690/2011-51, pronac nº: 11-13358, de Novelo Produções, CNPJ nº: 12.772.107/0001-37, para ONG Me Ensina, CNPJ nº: 08.397.336/0001-41.

Art. 3º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "PENSADORES DO DIREITO INTERNACIONAL", processo nº: 01400.020068/2011-26, Pronac nº: 11-4515, proponente: São Paulo Cine Vídeo Ltda EPP, CNPJ nº: 02.188.743/0001-62, que passa a ser "O Brasil e o Direito Internacional".

Art. 4º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual " II Festival de Jericoacoara - Cinema Digital", processo nº: 01400.006564/2011-77, Pronac nº: 11-2407, proponente: Anhamum Produções Audiovisuais Ltda, CNPJ nº: 05.966.506/0001-73, que passa a ser "III Festival de Jericoacoara - Cinema Digital".

Art. 5º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Primeiro Plano 2011 - Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades", processo nº: 01400.008186/2011-66, Pronac nº: 11-3222, proponente: Luzes da Cidade Grupo de Cinefilos e Produtores Culturais, CNPJ nº: 01.631.403/0001-00, que passa a ser " Primeiro Plano 2012 - Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades".

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual, relacionado no anexo II a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 4133 - É o Jazz!
Coletiva Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 11.937.451/0001-76
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/03/2012
11 1273 - CINE BR EM MOVIMENTO 2011
T. Brazil Produções Ltda
CNPJ/CPF: 68.518.554/0001-19
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 1272 - CINE PATROCINADOR AO AR LIVRE - VIAJANDO PELO BRASIL 2011
T. Brazil Produções Ltda
CNPJ/CPF: 68.518.554/0001-19
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 2313 - Olhar de Cinema Internacional de Curitiba
Grafo Audiovisual Ltda ME
CNPJ/CPF: 09.437.566/0001-50
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2012 a 31/08/2012
11 5053 - V Mostra Internacional de Curtas Os Diferentes Olhares do Mundo
Pacta Consultoria
CNPJ/CPF: 07.717.016/0001-69
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
07 0705 - Curta-Metragem Duas Luas
Lunática Filmes e Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 09.178.239/0001-20
PE - Recife
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
05 9868 - Hipólito da Costa Patrono da Imprensa Brasileira
Associação Riograndense de Imprensa -ARI
CNPJ/CPF: 92.963.081/0001-43
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
08 2217 - Aos Grandes Mestres Danubio Gonçalves
Empresa Cinematográfica Pampeana Ltda
CNPJ/CPF: 00.613.962/0001-16
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
07 0654 - Barrels Board (Prancha de tubo)
João Jorge da Silva Neto
CNPJ/CPF: 025.394.589-55
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 0063 - Região dos Lagos Cine Festival (EX:Festival Nacional de Cinema de Saquarema)
Instituto Brasileiro de Imagem, Comunicação e Ação Social - I'Com
CNPJ/CPF: 05.083.354/0001-60
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 0235 - MOSTRA DE CINEMA AO AR LIVRE - CIDADE GALERIA (CG)
Brazimage Produção de Imagens Ltda ME
CNPJ/CPF: 06.914.361/0001-20
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 1894 - Festival MIMO de Cinema
Lu Araújo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.688.405/0001-03
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 0457 - Documentário Futboleiros
Sagre Consultoria Empresarial Ltda
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 8296 - Plano Anual de Trabalho da Sociedade Amigos da Cinemateca - 2011
Sociedade Amigos da Cinemateca
CNPJ/CPF: 59.090.092/0001-90
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 13420 - Aquisição Acervo Jean Manzon
Sociedade Amigos da Cinemateca
CNPJ/CPF: 59.090.092/0001-90
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
06 10553 - CTAV Reserva Técnica e Preservação
Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho
CNPJ/CPF: 21.187.992/0001-88
MG - Cataguases
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3528 - Relicário do Medo
Pedro Arburúas
CNPJ/CPF: 079.540.617-79
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0442 - DOSSIÊ ARARAQUARA
Videografia Criaçao e Produção Ltda
CNPJ/CPF: 55.084.750/0001-80
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3222 - Primeiro Plano 2012 - Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades
Luzes da Cidade Grupo de Cinefilos e Produtores Culturais
CNPJ/CPF: 01.631.403/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

ANEXO II

09 8236 - WEBSITE CONECTEDANCE
Noa Comunicações Ltda. ME
CNPJ/CPF: 04.255.131/0001-70
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 49, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 5047 - Inventos Alegres do Vovô
Clorys Daly Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 11.413.342/0001-50
Processo: 01400.020727/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 297.626,25
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 02/09/2012
Resumo do Projeto:
O projeto objetiva montar o espetáculo de bonecos Inventos Alegres do Vovô, com o boneco criado por Jorge Crespo, e que atuou no programa infantil "Canta Conto", na TVE-RJ. Serão 4 apresentações em cada uma das 16 cidades (de 8 estados): Campinas e Jundiaí (SP), Vitória e Cachoeiro do Itapemerim (ES), Goiânia e Pirinópolis (GO), Palmas e Paraíso do Tocantis (TO), Cuiabá e Chapada dos Guimarães (MT), Campo Grande e Aquidauana (MS), Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG) e Petrópolis e Niterói (RJ).
11 3810 - Mal Invisível
Arteiros Produções
CNPJ/CPF: 11.921.610/0001-44
Processo: 01400.014503/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 315.431,00
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 31/08/2012
Resumo do Projeto:
Mal Invisível consiste num espetáculo teatral resultante de um estudo de cinco anos. Mergulhado na obra La supplication, de Svetlana Alexievitch, que trata do universo particular de pessoas vítimas de contaminação radioativa, surgiu a inspiração para montagem de um espetáculo imagético, que discute a degradação silenciosa de pessoas em contato com diversos elementos violentos presentes em nosso cotidiano. A temporada e circulação, juntas, contarão com 21 apresentações.
11 9423 - Cordel do Amor Sem Fim - Temporada Paulista
Lisboa Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.821.798/0001-93
Processo: 01400.033766/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 685.318,50
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Produzir e manter temporada de três meses do espetáculo "CORDEL DO AMOR SEM FIM" com texto de Claudia Baral e direção de Mel Lisboa. Estreia prevista para 2012 no Teatro EVA HERZ na cidade de São Paulo, serão, portanto 39 apresentações, com sessões às sextas, sábados e domingos, os ingressos serão comercializados a R$ 60,00 inteira e R$ 30,00 meia entrada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 11953 - Manutenção do Projeto Villa-Lobos e as Crianças 2012
Academia Brasileira de Música
CNPJ/CPF: 29.509.130/0001-36
Processo: 01400.037665/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 897.540,00
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto Villa-Lobos e as Crianças - 2012 compreende a formação de novos talentos para a música erudita, sobre o universo de Heitor Villa-Lobos, com orientação musical, artística e pedagógica do músico Turíbio Santos para promover a realização de doze concertos gratuitos, quarenta e oito ensaios abertos dentro dos diversos museus do IBRAM e da da Rádio Nacional da EBC, assim como a gravação de áudio e vídeo para abastecer o site do projeto e dos patrocinadores.

ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 0068 - PINTURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (título provisório)
ANA LUISA HOWARD DE CASTILHO - ME
CNPJ/CPF: 10.722.075/0001-30
Processo: 01400.000150/20-11
SP - Laranjal Paulista
Valor do Apoio R$: 295.876,00
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Produção de um livro para divulgar a obra de Oscar Oiwa, artista brasileiro contemporâneo com trabalhos já consolidados no exterior, mas pouco divulgados no Brasil. O livro apresentará o percurso do artista, desde suas produções no Brasil até a sua atividade internacional, enfatizando o processo de criação versus o espaço no período de 1991 até 2010.

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART26)
11 3892 - Pin-UPs Brasileiras
Vital Marketing Comunicação e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.936.575/0001-60
Processo: 01400.018311/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 712.211,50
Prazo de Captação: 30/01/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O livro PIN-UPS BRASILEIRAS traz o resgate de um movimento secular das pin-ups, que acompanhou acontecimentos históricos da humanidade, e que até hoje exerce forte influência na Cultura Pop contemporânea. Trata-se da edição de 3.000 exemplares de um livro de fotografia que trará textos exclusivos em forma de contos e ilustrado com imagens onde arte e tecnologia se unem em um conceito sofisticado e inovador.

PORTARIA Nº 50, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 1647 - Me Engana que eu Gosto
Heloisa Helena Lopes Neves
CNPJ/CPF: 522.613.366-91
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 3159 - TERRA SANTA
Daltrozo Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 63.928.865/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 30/06/2012
10 4893 - ATÉ AS PRINCESAS SOLTAM PUM
Daltrozo Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 63.928.865/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 1748 - Thriller Live
M. V. P. Publicidade e Edições Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 55.229.975/0001-88
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 0372 - Quem está fora quer entrar quem está dentro Quer sair
Régis Produções Teatrais e Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 50.755.800/0001-90
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 8150 - PRINCESA, EU?
Renata Castanheira Halada
CNPJ/CPF: 287.063.688-16
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 0158 - Em casa com Rosa e Rosinha
Rosa e Rosinha Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.649.812/0001-01
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 0303 - Festival Musical em SP
Jean Paulo & Michell Produções Artísitcas Ltda.
CNPJ/CPF: 09.499.190/0001-08
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 4873 - All Jazz Festival
Móbile Cultural Assessoria e Planejamento de Projetos Culturais e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 09.222.543/0001-28
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 5094 - Festival de Música DiQuinta
Di Quinta Bar e Danceteria Ltda.
CNPJ/CPF: 00.305.024/0001-59
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 6045 - Restauração do Acervo do Artista Rubens Gerchman
Sagre Consultoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 11724 - Restauração da Igreja da Santa Casa de Misericórdia de Goyanna
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Goyanna
CNPJ/CPF: 07.587.172/0001-52
PE - Goiana
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 0974 - Ampliação da Biblioteca Casal Gomes de Mello
Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello
CNPJ/CPF: 88.384.581/0001-53
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
08 8932 - Usina de Memórias: A História da Usina Henry Borden narrada por seus trabalhadores.
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento
CNPJ/CPF: 02.414.436/0001-52
SP - São Paulo
Período de captação: 20/01/2012 a 23/11/2012
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 7079 - REVISTA DE HISTÓRIA - V
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 4746 - JC VIOLLA - 30 ANOS
J.C. Violla Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 71.715.577/0001-28
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0718 - Malandro Beleza reminiscências cariocas
Nilo Marques Braga
CNPJ/CPF: 027.360.477-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
08 6018 - Livro e Leitura para Todos
Ler é Fundamental Produções e Projetos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.248.399/0001-36
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 4971 - Coleção Edelweiss
Track & Marketing - Comunicação e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.304.605/0001-15
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
09 5010 - Oficina Artes e Ofícios
Associação de Teatro e Dança Expressão em Movimento
CNPJ/CPF: 01.608.824/0001-01
SP - Campos do Jordão
Período de captação: 01/01/2012 a 31/01/2012
10 10544 - RETIRO DOS ARTISTAS - ID
Clube dos Compositores do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil
CNPJ/CPF: 29.550.936/0001-78
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/07/2012
10 5072 - Simplesmente Cuba
Lisette Revoredo Guerra
CNPJ/CPF: 92.509.785/0001-40
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 3756 - Exposição Multimídia - Você por Dentro da História
Sagre Consultoria Empresarial Ltda
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 4367 - Cuniã - o lago da menina
Pascoal Eduardo Del Gaiso
CNPJ/CPF: 083.965.058-29
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 4967 - O caminho de cada um
FLUXOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.307.068/0001-34
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 12852 - 25 ANOS DE CABO A RABO
Clube dos Compositores do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil
CNPJ/CPF: 29.550.936/0001-78
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
06 2734 - Complexo Cultural de Matias Barbosa
Espaço Cultural Cine Stella
CNPJ/CPF: 06.285.301/0001-95
MG - Matias Barbosa
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 3933 - O Calidoscópio da Poesia Brasileira Perspectivas e Fazeres
Adviser Serviços Educacionais Soc. Simples Ltda.
CNPJ/CPF: 03.793.883/0001-22
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao Processo: 01400.020844/2009-73, Projeto "Trilhas da Música Instrumental Brasileira" - Pronac: 09 4161 na Portaria de Prorrogação nº 0041/12 de 24 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 18, de 25 de janeiro de 2012, Seção 1.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 5/DPC, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

Renova o Credenciamento da Escola de Mergulho do Centro de Tecnologia Senai-RJ Solda para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da Escola de Mergulho do Centro de Tecnologia Senai-RJ Solda para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, conforme estabelecido no Capítulo 3 da NORMAM-15.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 24 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 182/SEORI, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 207/MD, de 27 de fevereiro de 2004, e considerando o disposto nas Leis nºs 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, 12.494, de 20 de setembro de 2011, 12.526, de 11 de novembro de 2011, 12.536, de 8 de dezembro de 2011, 12.555, 12.556, 12.557 e 12.558, de 15 de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dezembro de 2011, e 12.567, de 26 de dezembro de 2011; nos Decretos nºs 7.445, de 1º de março de 2011, e 7.622, de 22 de novembro de 2011; nos Decretos de 24 de fevereiro de 2011, de 1º de junho de 2011, de 24 de junho de 2011, de 4 de agosto de 2011, de 24 de agosto de 2011, de 20 de outubro de 2011, de 10 de novembro de 2011, de 30 de novembro de 2011, de 2 de dezembro de 2011 e de 15 de dezembro de 2011; nas Portarias Interministeriais nºs 261/MF/MP, de 25 de maio de 2011, 317/MF/MP, de 28 de junho de 2011, 428/MF/MP, de 1º de setembro de 2011, 429/MF/MP, de 5 de setembro de 2011, 434/MF/MP, de 8 de setembro de 2011, 478/MF/MP, de 19 de outubro de 2011, e 544/MF/MP, de 1º de dezembro de 2011; e nas Portarias nºs 1 e 2/SOF/MP, de 17 de fevereiro de 2011, 23/MP, de 1º de março de 2011, 70/MF, de 2 de março de 2011, 11/SOF/MP, de 4 de março de 2011, 33/SOF/MP, de 25 de maio de 2011, 39/SOF/MP, de 1º de junho de 2011, 275/MF, de 6 de junho de 2011, 42/SOF/MP, de 8 de junho de 2011, 292/ MF, de 27 de junho de 2011, 318/ MF, de 28 de junho de 2011, 50/SOF/MP, de 28 de junho de 2011, 52/SOF/MP, de 1º de julho de 2011, 60/SOF/MP, de 20 de julho de 2011, 64/SOF/MP, de 28 de julho de 2011, 65/SOF/MP, de 3 de agosto de 2011, 75/SOF/MP, de 19 de agosto de 2011, 417/MF, de 23 de agosto de 2011, 80 e 81/SOF/MP, de 30 de agosto de 2011, 84/SOF/MP, de 5 de setembro de 2011, 89/SOF/MP, de 19 de setembro de 2011, 94/SOF/MP, de 26 de setembro de 2011, 95/SOF/MP, de 28 de setembro de 2011, 106/SOF/MP, de 10 de outubro de 2011, 108/SOF/MP, de 11 de outubro de 2011, 128/SOF/MP, de 1º de novembro de 2011, 131/SOF/MP, de 3 de novembro de 2011, 132/SOF/MP, de 4 de novembro de 2011, 137/SOF/MP, de 7 de novembro de 2011, 502/MP, de 22 de novembro de 2011, 532/MF, de 23 de novembro de 2011, 155/SOF/MP, de 24 de novembro de 2011, 162/SOF/MP, de 1º de dezembro de 2011, 164/SOF/MP, de 2 de dezembro de 2011, 170/SOF/MP, de 7 de dezembro de 2011, 176/SOF/MP, de 12 de dezembro de 2011, 184/SOF/MP, de 13 de dezembro de 2011, 185/SOF/MP, de 14 de dezembro de 2011, 554/MF, de 14 de dezembro de 2011, 187/SOF/MP, de 15 de dezembro de 2011, e 192/SOF/MP, de 20 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar os limites finais autorizados para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos Comandos Militares e da Administração Central do Ministério da Defesa, constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII desta Portaria.

Art. 2º Divulgar os valores finais autorizados para pagamento de despesas no exercício de 2011, inclusive dos Restos a Pagar dos Comandos Militares e da Administração Central do Ministério da Defesa, na forma dos Anexos IX e X desta Portaria.

ARI MATOS CARDOSO

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	LEI ORÇAMENTÁRIA + CRÉDITOS	LIMITES
	TOTAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.737.952	1.127.127
52101 - MINISTERIO DA DEFESA	1.684.880	1.074.339
52901 - FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	1.223	1.223
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	44.459	44.459
52903 - FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	7.390	7.106
ANAC	36.337	36.337
AERONÁUTICA	2.768.635	2.467.619
EXÉRCITO	2.571.190	2.207.322
MARINHA	4.264.370	3.620.253
TOTAL	11.378.484	9.458.658

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	LEI ORÇAMENTÁRIA + CRÉDITOS	LIMITES
	TOTAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.900	37.630
52901 - FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	892	52
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	38.008	37.578
ANAC	13.073	13.073
AERONÁUTICA	1.474.297	1.327.873
EXÉRCITO	388.617	343.787
MARINHA	129.559	51.259
TOTAL	2.044.446	1.773.622

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

NÃO APLICÁVEL

Fontes: 145, 179, 182, 282, e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

NÃO APLICÁVEL

Fonte: 112 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS*

NÃO APLICÁVEL

*** Inclui recursos de todas as fontes e corresponde ao Programa 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais.**

ANEXO VI

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)*

NÃO APLICÁVEL

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO VII

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

EXCLUSIVE BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	LEI ORÇAMENTÁRIA+ CRÉDITOS	LIMITES
	TOTAL	TOTAL
AERONÁUTICA	195	195
EXÉRCITO	146	146
TOTAL	341	341

*Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO VIII

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES*

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	LEI ORÇAMENTÁRIA + CREDITOS	LIMITES
	TOTAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	18.678	18.678
52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA	7.343	7.343
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	11.335	11.335
ANAC	2.579	2.579
AERONÁUTICA	419.858	419.858
EXÉRCITO	1.338.376	1.338.376
MARINHA	453.983	453.983
TOTAL	2.233.474	2.233.474

*Inclui recursos de todas as fontes e abrange auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, assistência pré-escolar e auxílio-transporte ou similares a servidores militares, empregados e seus dependentes.

ANEXO IX

(ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA

LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E AOS RESTOS A PAGAR

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	ATÉ DEZ
ADMINSTRAÇÃO CENTRAL	1.168.234
52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA	1.106.870
52901 - FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	734
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	53.240
52903 - FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	7.390
ANAC	42.185
AERONÁUTICA	2.743.825
EXÉRCITO	2.913.457
MARINHA	5.080.217
TOTAL	11.947.918

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO X

(ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E AOS RESTOS A PAGAR

R$ mil

COMANDO/UNIDADE	ATÉ DEZ
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.900
52901 - FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	892
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	38.008
AERONÁUTICA	1.656.897
EXÉRCITO	1.027.121
MARINHA	222.366
TOTAL	2.945.284

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Define Calendário DAV 2012.

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso IX do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer o calendário de atividades correspondentes às ações de avaliação e acompanhamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu, a cargo da Diretoria de Avaliação da CAPES, relativas ao primeiro semestre de 2012:

ATIVIDADE	PERÍODO
Solicitação de mudança de Área formulada por Programas de Pós-Graduação	01 a 17 de fevereiro de 2012
CAPESNET - Coleta: dados do ano 2011	19 de março a 18 de abril de 2012
Apresentação de Projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter/Dinter)	23 de abril a 23 de maio de 2012
Apresentação de Novas Propostas de Mestrado Profissional (APCN-MP)	23 de abril a 23 de maio de 2012
Apresentação de Novas Propostas de Mestrado e Doutorado Acadêmicos (APCN)	28 de maio a 27 de junho de 2012

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIAS DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, nomeada pelo Decreto de 27/02/2009, publicado no DOU de 02/03/2009, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 56 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de 3º Grau, Classe Assistente, do Departamento de Enfermagem, instituído pelo Edital nº 14, de 04/11/2011, publicado no DOU de 07/11/2011, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Enfermagem em Saúde Coletiva
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Annie Jeanninne Bisso Lacchini - 7,50
2º - Aline Alves Veleda - 7,38
3º - Letícia Becker Vieira - 7,33
4º - Aline Iara de Souza - 7,20
5º - Odete Messa Torres - 7,18
6º - Denise Antunes de Azambuja Zocche - 7,04
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 57 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de 3º Grau, Classe Assistente, do Departamento de Educação e Informação em Saúde, instituído pelo Edital nº 14, de 04/11/2011, publicado no DOU de 07/11/2011, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Inglês
Regime de trabalho: 20 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Ana Luiza Pires de Freitas - 8,19
2º - Johanna Dagort Billig - 7,06
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 58 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de 3º Grau, Classe Assistente, do Departamento de Patologia e Medicina Legal, instituído pelo Edital nº 14, de 04/11/2011, publicado no DOU de 07/11/2011, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Patologia
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Rafael Nazário Bringhenti - 7,88
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 59 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de 3º Grau, Classe Adjunto, do Departamento de Enfermagem, instituído pelo Edital nº 14, de 04/11/2011, publicado no DOU de 07/11/2011, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:
Área de conhecimento: Gerenciamento em Enfermagem
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Média Final
1º - Rita Catalina Aquino Caregnato - 9,20
2º - Daiane Dal Pai - 9,09
3º - Joel Rolim Mancia - 7,50
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MIRIAM DA COSTA OLIVEIRA

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

PORTARIA Nº 8, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

A Diretora-Geral do Instituto Benjamin Constant, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 25, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 325, de 17 de abril de 1998, resolve:

Declarar o término da Bolsa de Estudos, em virtude da conclusão das atividades do Programa de Residência em Oftalmologia, em 31/01/2012, dos seguintes médicos residentes:

BERNARDO TEIXEIRA LOPES
FERNANDA VIANA DUARTE
YOURY ALCÍDIA GUIMARÃES CARDOSO
JOÃO HENRIQUE CARDOSO MEIRELES DA COSTA
LÍVIA ADNET MARTINS RIBEIRO
BRUNO MAGALHÃES JUNQUEIRA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARIA ODETE SANTOS DUARTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Pelotas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Pelotas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral.

TÍTULO II
DO CAMPUS PELOTAS

Art, 2º - O Campus Pelotas do IFSul com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação está instalado na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Art. 3º - O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem sua origem no hoje Campus Pelotas, considerado Instituição de educação profissional, pioneira e modelo de excelência em todo o Estado, que em 1917, abrigava a Escola de Artes e Officios, a qual, em 1930, passa a ser denominada Escola Technico-Profissional.

Art. 4º - Em 1942, através do decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, é criada, pelo então Presidente Getúlio Dorneles Vargas, a Escola Técnica de Pelotas (ETP), mediante gestões e ações de Luiz Simões Lopes. É inaugurada em 11 de outubro de 1943, tendo o início de suas atividades letivas em 1945.

Art. 5º - No ano de 1959, a Escola Técnica de Pelotas passa a autarquia Federal, e em 1965 passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Art. 6º - Em 1999, ocorre a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS, o que possibilitou, além da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio, a oferta de Cursos de Graduação e de Pós-graduação.

Art. 7º - Em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, a qual possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar,

Art. 8º - A partir dessa data, o então CEFET-RS passa a ser denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e com as suas práticas pedagógicas, nos termos dessa Lei.

Capítulo I
DOS OBJETIVOS

Art. 9º - O Campus Pelotas tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, normas e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo único. Respeitadas as diretrizes, regulamentos e normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Pelotas, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fim.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL

Art. 10 - A estrutura organizacional do Campus compreende:

I. Diretor-geral;
II. Gabinete da Direção-geral;
III. Diretoria de Ensino:
a Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio:
i) Coordenadorias dos Cursos Técnicos de Nível Médio,
b.Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação:
i) Coordenadorias dos Cursos de Graduação, e
ii) Coordenadorias dos Cursos de Pós-Graduação,
c. Departamento de Ensino de Formação Geral:
i) Coordenadorias de Áreas,
d. Departamento de Estrutura Funcional do Ensino:
i) Coordenadoria da Biblioteca,
ii) Coordenadoria de Produção e Editoração Gráfica, e
iii) Coordenadoria de Administração Escolar,
e Departamento de Registros Acadêmicos:
i) Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio, e
ii) Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-graduação,
f. Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil:
i) Coordenadoria de Apoio Pedagógico,
ii) Coordenadoria de Assistência Estudantil, e
iii) Coordenadoria de Orientação Educacional;
IV Coordenadoria de Educação a Distância;
V Diretoria de Pesquisa e Extensão:
a. Coordenadoria de Serviços de Integração com Empresas,
b. Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada,
c. Coordenadoria de Atividades Culturais,
d Coordenadoria de Eventos, e
e. Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;
VI. Diretoria de Administração e de Planejamento:
a. Departamento de Administração:
i) Coordenadoria de Almoxarifado,
ii) Coordenadoria Financeira,
iii) Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento,
iv) Coordenadoria de Compras, e
v) Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte,
b. Departamento de Tecnologia da Informação:
i) Coordenadoria de Manutenção e Redes, e
ii) Coordenadoria de Sistemas de Gestão,
c. Departamento de Manutenção da Estrutura:
i) Coordenadoria de Instalação e Manutenção Elétrica,
ii) Coordenadoria de Manutenção de Esquadrias e Móveis,
iii) Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Serviços,
iv) Coordenadoria de Manutenção e Construção Civil,
v) Coordenadoria de Instalação e Manutenção de Refrigeração, e
vi) Coordenadoria de Instalação e Manutenção Telefônica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
CAPÍTULO I
DO CONSELHO DO CAMPUS

Art. 11 - O Conselho do Campus Pelotas, com função consultiva, auxilia a gestão do Campus no âmbito do planejamento e na tomada de decisões, sendo responsável por analisar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração.

Art 12 O Conselho do Campus é composto (pelo) por:

I. Diretor-geral;

II . Diretor de Ensino;

III. Diretor de Pesquisa e Extensão;

IV. Diretor de Administração;

V. Chefe do Departamento do Ensino Técnico de Nível Médio;

VI Chefe do Departamento do Ensino de Graduação e Pós-graduação;

VII. Chefe do Departamento de Formação Geral;

VIII.Chefe do Departamento de Estrutura Funcional do Ensino;

IX. Chefe do Departamento de Registros Acadêmicos;

X. Chefe do Departamento de Administração;

XI Chefe do Departamento de Informática;

XII..Chefe do Departamento de Manutenção;

XIII Coordenação de Apoio Pedagógico e Assistência Estudantil;

XIV um representante da Diretoria de Pesquisa e Extensão;

XV.. um representante dos Coordenadores do Ensino Técnico de Nível Médio;

XVI um representante dos Coordenadores do Ensino de Graduação e Pós-graduação;

XVII um representante dos Coordenadores das Áreas da Formação Geral;

XVIII um representante dos Grupos de Pesquisa;

XIX um servidor docente representantes do Ensino Técnico de Nível Médio;

XX um servidor docente representante do Ensino de Graduação e Pós-graduação;

XXI um servidor Técnico-administrativo;

XXII um servidor técnico-administrativo representante que atue nas Atividades de Projetos e Obras;

XXIII um servidor técnico-administrativo representante que atue nas Atividades de Gestão de Pessoas;

XXIV um representante discente no Ensino Técnico de Nível médio; e

XXV um representante discente no Ensino de Graduação e Pós-graduação.

Art. 13 - Os servidores dos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII são membros natos e serão substituídos em suas ausências por seus representantes de direito, sendo os demais representantes eleitos por seus pares.

Art. 14 - O Conselho do Campus será presidido pelo Diretor-geral, ou por um representante, por ele designado.

Art. 15 - A duração do mandato dos conselheiros eleitos será de 2 (dois) anos, iniciando-se na data da publicação da Portaria de nomeação, sendo permitida uma recondução.

§ 1º A Presidência do Conselho do Campus deverá tomar providências para a realização de eleições no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos.

§ 2º O Diretor-geral terá 15 (quinze) dias para encaminhar a publicação da Portaria de nomeação dos representantes eleitos, titular e suplente, a contar do recebimento das atas de eleição encaminhadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 16 - Compete ao Conselho do Campus:

I. analisar e emitir parecer sobre as diretrizes de atuação do Campus e execução de sua política educacional;

II. analisar e emitir parecer, no âmbito do Campus, sobre a estrutura organizacional, em observância à legislação especifica;

III. analisar e emitir parecer sobre os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Campus;

IV. analisar e emitir parecer sobre as propostas de planos de ação e de desenvolvimento institucional do Campus;

V. analisar e emitir parecer sobre o Projeto Pedagógico e a Organização Didática do Campus;

VI. analisar e emitir parecer sobre a criação, extinção e currículos de cursos no âmbito do Campus;

VII. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e fomento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

VIII. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para o ingresso, organização, funcionamento, avaliação e alterações de projetos pedagógicos de cursos em todos os níveis de ensino;

IX. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para o afastamento de servidores para fins acadêmicos;

X. analisar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária;

XI. analisar e emitir parecer sobre as contas do exercício financeiro e relatórios de gestão do Campus;

XII. analisar e emitir parecer sobre as diretrizes para concessão de bolsas institucionais de mestrado e doutorado para os servidores do Campus;

XIII. analisar e emitir parecer sobre os critérios para seleção de docentes;

XIV. analisar e emitir parecer sobre a organização e o funcionamento geral do Campus;

XV. analisar e emitir parecer sobre o dimensionamento das necessidades de composição do quadro e de capacitação de pessoal;

XVI.analisar e emitir parecer sobre celebração, acompanhamento e avaliação de convênios;

XVII. solicitar a criação de comissões temporárias; e

XVIII. analisar e emitir parecer sobre os processos de avaliação e autoavaliação do Campus.

Art. 17 - O Conselho do Campus terá as seguintes Câmaras permanentes:

I. Câmara de Ensino do Campus;

II. Câmara de Pesquisa e Extensão do Campus; e

III.Câmara de Administração do Campus.

Art. 18 - A Câmara de Ensino será composta pelo(s):

I. Diretor de Ensino;

II. Chefe do Departamento do Ensino Técnico de Nível Médio;

III. Chefe do Departamento do Ensino de Graduação e Pós-graduação;

IV. Chefe do Departamento de Formação Geral;

V. Coordenadores do Ensino Técnico de Nível Médio;

VI. Coordenadores do Ensino de Graduação e Pós-graduação; e

VII. Coordenadores das Áreas de Formação Geral.

Art. 19 - A Câmara de Pesquisa e Extensão será composta pelo(s):

I. Diretor de Pesquisa e Extensão;

II. responsável pela Extensão na Diretoria de Pesquisa e Extensão;

III. responsável pela Pesquisa na Diretoria de Pesquisa e Extensão;

IV. Líderes dos Grupos de Pesquisa; e

V. Líderes dos Projetos de Extensão.

Art. 20 - A Câmara de Administração será composta pelo(s)

I, Diretor de Administração

II. Chefe do Departamento de Administração;

III. Chefe do Departamento de Informática;

IV. Chefe do Departamento de Manutenção;

V. Coordenadores do Departamento de Administração;

VI. Coordenadores do Departamento de Informática;;

VII. Coordenadores do Departamento de Manutenção da Estrutura;

VIII. um representante que atue nas Atividades de Projetos e Obras; e

IX. um representante que atue nas Atividades de Gestão de Pessoas.:

Art. 21 - Os regulamentos do funcionamento da Câmara de Ensino, da Câmara de Pesquisa e Extensão e da Câmara de Administração terão regulamentação própria.

CAPÍTULO II
DO DIRETOR-GERAL

Art. 22 - O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 23 - Ao Diretor-geral compete:

I. administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II.superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III. assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV. indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V. exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;

VI. encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII. possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII. exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX. assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X. acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

XI. articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII. emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII. responsabilizar-se pela gestão das Atividades de Saúde do Campus.

XIV. divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XV. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Seção I
Das Atividades de Saúde

Art. 24 - As Atividades de Saúde compreendem:

I. atendimento odontológico, ambulatorial de enfermagem e consultas médicas;

II. planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;

III. elaboração e emissão de pareceres técnicos;

IV. colaboração em atividades de educação em saúde; e

V. assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Capítulo III
DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)

Art. 25 - O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.

Art. 26 - À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:

I. assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;

II. revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;

III. organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;

IV. coordenar as atividades administrativas do Gabinete;

V. responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;

VI. apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria em atividades demandadas pela Reitoria;

VII. dar suporte à realização de eventos no Campus;

VIII. organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;

IX. presidir as comissões de formatura do Campus;

X. gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete; e

XI. fazer a gestão das Atividades de Comunicação Social.

Seção I
Das Atividades de Comunicação Social

Art. 27 - As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I. planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II. elaboração de matérias referentes ao Campus;

III. atualização do Portal do Campus; e

IV. registro das reuniões e dos eventos institucionais do Campus.

Capítulo IV
DA DIRETORIA DE ENSINO (DIREN)

Art. 28 - A Diretoria de Ensino é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

Art. 29 - A Diretoria de Ensino compreende:

I. Departamento do Ensino Técnico de Nível Médio;

II. Departamento do Ensino de Graduação e Pós-graduação;

III. Departamento de Formação Geral;

IV. Departamento de Estrutura Funcional do Ensino;

V. Departamento de Registros Acadêmicos; e

VI. Coordenação de Apoio Pedagógico e Assistência Estudantil.

Art. 30 - À Diretoria de Ensino compete:

I. propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II. propor à Direção-geral do Campus a abertura e a extinção de oferta de vagas de cursos;

III. zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas relacionados aos cursos Técnicos de Nível Médio, de Graduação e de Pós-graduação;

IV. propor, em consonância com os Departamentos de Ensino e as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;

V. orientar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos Técnicos de Nível Médio, de Graduação e de Pós-graduação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Projeto Pedagógico Institucional;

VI. analisar e propor a criação, e adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

VII. prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos e Áreas, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

VIII. promover a efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

IX. fomentar a elaboração e o desenvolvimento de Projetos Multidisciplinares;

X. proporcionar visibilidade às atividades e projetos de ensino desenvolvidos pelo Campus;

XI. coordenar a elaboração dos horários dos professores dos cursos e das áreas, que atuarão nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

XII. articular as atividades do NAPNE e do NEABI;

XIII. elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino;

XIV. analisar os resultados das avaliações de desempenho dos estudantes visando ao êxito do corpo discente; e

XV. propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico do Campus.

Seção I
Do Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio (DETNM)

Art. 31. O Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio é responsável pela supervisão geral dos cursos técnicos, pela articulação entre os cursos e a Diretoria de Ensino, e é corresponsável, junto com o Departamento de Ensino de Formação Geral, pela integração das disciplinas, conteúdos e ações desenvolvidas nos cursos técnicos integrados.

Art. 32 - Ao Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio compete:

I. gerenciar ações didático-pedagógicas e administrativas relativas aos cursos técnicos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II. avaliar a participação em seminários, simpósios, microestágios e visitas técnicas;

III. solicitar a abertura de processo seletivo de professores substitutos e efetivos para atender aos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação;

IV. definir o plano de vagas para ingresso de estudantes em cada semestre letivo, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional;

V. elaborar, juntamente com o Departamento de Ensino de Formação Geral e o Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação, o calendário para cada semestre e/ou ano letivo;

VI. gerar as turmas dos cursos no sistema acadêmico para definição dos diários de classe;

VII. elaborar, publicar e controlar todos os horários das turmas e dos professores dos cursos técnicos;

VIII. avaliar e encaminhar os projetos de capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes do Ensino Técnico de Nível Médio;

IX. promover, juntamente com o Departamento de Ensino de Formação Geral, a integração das disciplinas, conteúdos e ações desenvolvidas nos cursos técnicos integrados; e

X. identificar necessidades de qualificação para os servidores sob sua responsabilidade.

Subseção I

Das Coordenadorias do Cursos Técnicos de Nível Médio

Art. 33 - As coordenadorias dos cursos Técnicos de Nível Médio, com suas Coordenações Pedagógicas e com suas Coordenações de Áreas Físicas e Materiais, em consonância com a Diretoria de Ensino, são responsáveis por propor suas atividades administrativas e acadêmicas, alterações de Projetos Pedagógicos de Cursos e gestão da infraestrutura dos cursos, discutindo temas ligados ao planejamento e avaliação, conforme atribuições definidas em seus regulamentos próprios, buscando uma contínua articulação do currículo com os demais segmentos da sociedade.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de Cursos Técnicos de Nível Médio serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

Subseção II

Das Coordenações dos Cursos Técnicos de Nível Médio

Art. 34 - As Coordenações de Cursos Técnicos de Nível Médio estão estabelecidas na Organização Didática do IFSul.

Seção II

Do Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação (DEGPG)

Art. 35 - O Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação é responsável pela supervisão geral dos cursos de graduação e de pós-graduação, pela articulação entre os cursos, seus Colegiados e seus Núcleos Docentes Estruturantes e a Diretoria de Ensino, bem como por prover as condições pedagógicas e de infraestrutura necessárias ao funcionamento dos cursos.

Art. 36 - Ao Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação compete:

I. gerenciar as atividades didático-pedagógicas e administrativas relativas à formação em nível de graduação e de pós-graduação;

II. avaliar e encaminhar, para os órgãos competentes, a participação dos professores em seminários, simpósios, congressos, entre outros;

III. gerenciar a elaboração dos horários dos professores dos cursos de graduação e de pós-graduação;

IV. elaborar, juntamente com o Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio e o Departamento de Ensino de Formação Geral, o calendário para cada semestre e/ou ano letivo;

V. avaliar e encaminhar os projetos de capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes do Ensino de graduação e de pós-graduação;

VI. solicitar ao Diretor de Ensino a abertura de processo seletivo de professores substitutos e efetivos para atender às disciplinas dos cursos Técnicos de Nível Médio, de Graduação e de Pós-graduação; e

VII. identificar necessidades de qualificação para os servidores sob sua responsabilidade.

Subseção I

Das Coordenadorias dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação

Art. 37 - As Coordenadorias dos cursos de Graduação e de Pós-graduação, com suas Coordenações Pedagógicas e com suas Coordenações de Áreas Físicas e Materiais, são responsáveis, através de seus colegiados, em acompanhar a gestão dos cursos, propondo alterações dos currículos plenos, discutindo temas ligados ao planejamento e avaliação das atividades acadêmicas, assessorando a Direção nos assuntos referentes às transferências, adaptações, aproveitamentos e reformulações curriculares, conforme atribuições definidas no regulamento do Campus.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-graduação serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

Subseção II

Das Coordenações dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação

Art. 38 - As Coordenações de Cursos de Graduação e de Pós-graduação estão estabelecidas na Organização Didática do IFSul.

Subseção III

Dos Colegiados dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação

Art. 39 - Os colegiados dos cursos de Graduação e Pós-Graduação terão regulamentação própria na sua composição e funcionamento em conformidade com a Organização Didática do IFSul.

Seção III

Do Departamento de Ensino de Formação Geral (DEFG)

Art. 40 - O Departamento de Ensino de Formação Geral é responsável pela supervisão das coordenadorias de Formação Geral, pela articulação entre as áreas e a Diretoria de Ensino, por disciplinas do Ensino Superior, e é corresponsável, junto com o Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio, pela integração das disciplinas, conteúdos e ações desenvolvidas nos cursos técnicos integrados.

Art. 41 - Ao Departamento de Ensino de Formação Geral compete:

I. gerenciar as atividades didático-pedagógicas e administrativas relativas à formação geral;

II. avaliar e encaminhar, para os órgãos competentes, a participação dos professores em seminários, simpósios, congressos, entre outros;

III. promover, juntamente com o Departamento de Ensino Técnico, a integração das disciplinas, conteúdos e ações desenvolvidas nos cursos técnicos integrados;

IV. elaborar, juntamente com o Departamento de Ensino Técnico e o Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação, o calendário para cada semestre e/ou ano letivo;

V. avaliar e encaminhar os projetos de capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes do Ensino de formação geral;

VI. solicitar a abertura de processo seletivo de professores substitutos e efetivos para atender às disciplinas dos cursos Técnicos de Nível Médio, de graduação e de pós-graduação;

VII. publicar e gerenciar todos os horários das turmas e dos professores da Formação Geral; e

VIII. identificar e promover ações pertinentes às necessidades de qualificação para os servidores sob sua responsabilidade.

Subseção I

Das Coordenadorias de Áreas

Art. 42 - As Coordenadorias de Áreas, com suas Coordenações Pedagógicas e com suas Coordenações de Áreas Físicas e Materiais, são responsáveis por propor suas atividades administrativas e acadêmicas, em consonância com a Diretoria de Ensino, buscando uma contínua articulação do currículo com os demais segmentos da sociedade.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de Áreas serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus

Subseção II

Das Coordenações de Áreas

Art. 43 - As Coordenações de Áreas estão estabelecidas na Organização Didática do IFSul.

Seção IV

Do Departamento de Estrutura Funcional do Ensino (DEFE)

Art. 44 - O Departamento de Estrutura Funcional do Ensino é responsável por prover as necessidades de estrutura para o funcionamento do ensino.

Art. 45 - Ao Departamento de Estrutura Funcional do Ensino compete:

I. administrar a produção e a editoração gráfica, as atividades da biblioteca, a administração escolar, a utilização de equipamentos audiovisuais e a estrutura física do ensino;

II. atuar nas ações disciplinares do corpo discente;

III. avaliar e encaminhar projetos de capacitação dos servidores do Departamento; e

IV. responsabilizar-se pela gestão das Atividades do Processo Seletivo do Campus.

Subseção I

Das Atividades de Processo Seletivo

Art. 46 - As Atividades de Processo Seletivo compreendem a participação no planejamento, na execução e na divulgação dos processos seletivos do Campus

Subseção II

Da Coordenadoria da Bibioteca (COBIB)

Art. 47 - A Coordenadoria da Biblioteca é responsável por administrar o acesso e o uso do acervo da biblioteca do Campus.

Art. 48 - À Coordenadoria da Biblioteca compete:

I. viabilizar e administrar o acesso à informação para a comunidade acadêmica;

II. implementar e acompanhar os procedimentos administrativos da biblioteca;

III. preservar a memória da produção intelectual do Campus;

IV. desenvolver ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

V. administrar o catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.

Subseção III

Da Coordenadoria de Produção e Editoração Gráfica (COPEG)

Art. 49 - A Coordenadoria de Produção e Editoração Gráfica é responsável por viabilizar o atendimento das solicitações de serviços de produção e editoração gráficos.

Art. 50 - À Coordenadoria de Produção e Editoração Gráfica compete:

VI. editorar e imprimir provas dos processos seletivos;

VII. elaborar arte para produção gráfica;

VIII. reproduzir material gráfico para atividades didáticas e administrativas; e

IX. confeccionar material gráfico para controle de serviços e certificados.

Subseção IV

Da Coordenadoria de Administração Escolar (COADE)

Art. 51 - A Coordenadoria de Administração Escolar é responsável por gerenciar as ações referentes ao ensino e sua estrutura.

Art. 52 - À Coordenadoria de Administração Escolar compete:

I. disponibilizar e solicitar a manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II. assistir os estudantes nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;

III. estruturar e gerir os horários de aulas; e

IV. gerir as atividades e os serviços de apoio à comunidade acadêmica.

Seção V

Do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA)

Art. 53 - O Departamento de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 54 - Ao Departamento de Registros Acadêmicos compete gerenciar as Atividades referentes aos Registros da vida acadêmica dos estudantes do Ensino Técnico de Nível Médio, Graduação e Pós-graduação.

Art. 55 - O Departamento de Registros Acadêmicos compreende:

I. Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio; e

II. Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-graduação.

Subseção I

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio (CRAET)

Art. 56 - A Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio é responsável, em nível médio, por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 57 - À Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio compete:

I. implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II. propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III. coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV. organizar e manter atualizadas as pastas individuais dos estudantes;

V. coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos dos estudantes;

VI. lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII. informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII. certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.

Subseção II

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-graduação (CRAEGP)

Art. 58 - À Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-graduação é responsável, em nível de graduação e de pós-graduação, por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 59 - Á Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-graduação compete:

I. implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II. propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III. coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV. organizar e manter atualizadas as pastas individuais dos estudantes;

V. coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos dos estudantes;

VI. lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII. informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII. certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.

Seção VI

Da Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil (COAPAE)

Art. 60 - A Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil é responsável por assessorar a Diretoria de Ensino, objetivando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a assegurar o êxito do estudante.

Art. 61 - À Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil compete:

I. articular as ações entre as Coordenadorias de Apoio Pedagógico, de Assistência Estudantil e de Orientação Educacional;

II. coordenar as demandas das Coordenadorias de Apoio Pedagógico, de Assistência Estudantil e de Orientação Educacional;

III.; identificar e promover ações pertinentes às necessidades de qualificação para os servidores sob sua responsabilidade;

IV. promover reuniões periódicas com as Coordenadorias de Apoio Pedagógico, de Assistência Estudantil e de Orientação Educacional;

CÓPIA DE DIVULGAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V. propor ações de apoio pedagógico, de assistência estudantil e de orientação educacional à Diretoria de Ensino; e

VI. responsabilizar-se pela gestão das Atividades de Pesquisa de Dados Acadêmicos.

Subseção I

Das Atividades de Pesquisa de Dados Acadêmicos

Art. 62 - As Atividades de Pesquisa de Dados Acadêmicos compreendem:

I. coleta e organização dos Dados Acadêmicos para a elaboração do Relatório Anual de Atividades do Campus;

II. realização de cadastros, de pesquisas e de estudos acadêmicos a pedido dos órgãos competentes, ou em resposta a demandas de órgãos superiores da República; e

III. pesquisa, organização e análise dos Dados Acadêmicos do semestre corrente.

Subseção II

Da Coordenadoria de Apoio Pedagógico (COAP)

Art. 63 - A Coordenadoria de Apoio Pedagógico é responsável por promover as necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações democráticas.

Art. 64 - À Coordenadoria de Apoio Pedagógico compete:

I. participar na elaboração do processo de construção coletiva e execução das propostas administrativas e pedagógicas, conforme as diretrizes e metas prioritárias da gestão do processo de ensino;

II. identificar e analisar os princípios do processo educacional e propor sistemáticas para a qualificação do fazer pedagógico;

III. investigar, diagnosticar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da gestão do ensino e com os integrantes da comunidade;

IV. acompanhar o processo de planejamento e de avaliação dos cursos e programas;

V. fomentar e acompanhar pesquisas concernentes ao processo de ensino-aprendizagem;

VI, subsidiar e orientar o trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, de ensino e de aprendizagem;

VII. propor e executar ações de formação continuada dos profissionais de educação em serviço;

VIII. promover espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;

IX. incentivar processos de integração com a escola, objetivando a articulação entre o corpo docente, o corpo discente e a comunidade;

X. participar das bancas de concursos públicos e nas provas de desempenho dos mesmos para provimento dos cargos de docentes;

XI. assessorar a elaboração dos instrumentos avaliativos do processo seletivo dos diferentes níveis de ensino;

XII. emitir, quando solicitado pela Diretoria de Ensino, parecer concernente a processos pedagógicos;

XIII. participar da avaliação da prática pedagógica dos professores, dos Conselhos de Classe e de comissões, conforme previsto na Organização Didática;

XIV. participar, periodicamente das reuniões pedagógicas dos cursos e áreas; e

XV. participar de eventos de capacitação e atualização profissional.

Subseção III

Da Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE)

Art. 65 - A Coordenadoria de Assistência Estudantil é responsável por propor e gerenciar programas, projetos e atividades relacionados à assistência estudantil, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e a Coordenadoria de Orientação Educacional.

Art. 66 - À Coordenadoria de Assistência Estudantil compete:

I. gerenciar e implementar políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II. planejar e coordenar a execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III. promover ações nas áreas de saúde e serviço social;

IV. realizar o estudo e o diagnóstico social da população acadêmica;

V. desenvolver atividades de orientação profissional;

VI. supervisionar o funcionamento do refeitório;

VII. fomentar e promover, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante; e

VIII. propor critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Subseção IV

Da Coordenadoria de Orientação Educacional (COOE)

Art. 67 - A Coordenadoria de Orientação Educacional é responsável por planejar, orientar, assessorar e acompanhar programas, projetos e atividades relacionados ao processo educativo junto à comunidade acadêmica e aos pais e/ou responsáveis, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e a Coordenadoria de Assistência Estudantil.

Art. 68 - À Coordenadoria de Orientação Educacional compete:

I. participar das atividades de diagnóstico da população acadêmica;

II. planejar e sistematizar atividades de informação profissional;

III. participar da avaliação da prática pedagógica dos professores;

IV. participar das reuniões pedagógicas dos cursos e áreas; e

V. planejar, coordenar e orientar os estudantes no cumprimento e na execução das políticas educacionais.

Seção VII

Da Coordenadoria de Educação a Diatância (COED)

Art. 69 - A Coordenadoria de Educação a Distância é responsável por apoiar iniciativas referentes à utilização das mediações tecnológicas, com vistas à criação de objetos educacionais, a serem aplicados no ensino, na modalidade presencial e a distância, bem como por prover a instrumentalização das tecnologias da informação e da comunicação à comunidade acadêmica.

Art. 70 - À Coordenadoria de Educação a Distância compete:

I. apoiar a implementação de programas e projetos de educação a distância, por meio da articulação permanente com os diretores/chefes dos departamentos de ensino do Campus;

II. apoiar atividades e projetos de educação a distância desenvolvidos pelo Campus;

III. organizar cursos e seminários para a instrumentalizar a comunidade acadêmica com as tecnologias da informação e da comunicação emergentes;

IV. fornecer suporte ao desenvolvimento de objetos educacionais com mediação tecnológica, a serem utilizados em nível de ensino, na modalidade presencial e a distância;

V. fornecer mediação tecnológica a projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;

VI. pesquisar, sistematizar e documentar novas tecnologias da informação e da comunicação;

VII. elaborar roteiros e tutoriais para facilitar o acesso da comunidade acadêmica a ferramentas de tecnologias da informação e de comunicação;

VIII. avaliar o desenvolvimento de atividades mediadas por tecnologia e propor encaminhamentos à Diretoria de Ensino; e

IX. hospedar e fornecer suporte às aplicações e aos objetos educacionais em desenvolvimento.

Capítulo V

DA DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO (DIRPEX)

Art. 71 - A Diretoria de Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Art. 72 - À Diretoria de Pesquisa e Extensão compreende:

I. Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas;

II. Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada;

III. Coordenadoria de Atividades Culturais;

IV. Coordenadoria de Eventos; e

V. Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

Art. 73 - À Diretoria de Pesquisa e Extensão compete:

I. propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II. propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de pesquisa, inovação e extensão;

III. fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e extensão;

IV. estimular a interação do Campus com a sociedade;

V. coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;

VI. coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

VII. coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;

VIII. fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

IX. promover a realização de cursos de formação inicial e continuada;

X. elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de pesquisa e extensão;

XI. coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos no Campus; e

XII. zelar pela efetiva articulação da pesquisa e extensão com o desenvolvimento das atividades de ensino.

Seção I

Da Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas (COSIE)

Art. 74 - A Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas é responsável por exercer atividades relacionadas à divulgação, seleção e contratação de estagiários oriundos do Campus.

Art. 75 - À Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas compete:

I. recepcionar empresas/instituições que buscam contratar estagiários oriundos do Campus;

II. fazer todos os procedimentos internos no Campus para a execução dos contratos de estágio;

III. pesquisar junto aos meios de comunicação, em contato com empresas e agentes de integração, a disponibilidade de vagas para estágio relacionadas aos cursos oferecidos no Campus, fazendo a divulgação aos interessados;

IV. divulgar as ofertas de estágio;

V. acompanhar a vida profissional dos egressos;

VI. gerenciar visitas técnicas; e

VII. gerenciar atividades finais de estágio.

Seção II

Da Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada (COFIC)

Art. 76 - A Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada é responsável por exercer atividades relacionadas com o planejamento, execução e acompanhamento de cursos de formação inicial e continuada, seminários, congressos e outros.

Art. 77 - À Coordenação de Formação Inicial e Continuada compete:

I. elaborar em conjunto com o proponente, o projeto de ação a ser executada, bem como responsabilizar-se pela tramitação, acompanhamento e finalização deste;

II. prospectar e promover cursos de qualificação e requalificação, que oportunizem, à comunidade em geral, atualização nas mais diversas áreas do conhecimento;

III. coordenar cursos oriundos de convênios, de acordo com as demandas apresentadas;

IV. apoiar a realização de seminários, simpósios, semanas acadêmicas de cursos, congressos e encontros propostos e realizados pelo Campus; e

V. certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidas pelo Campus.

Seção III

Da Coordenadoria de Atividades Culturais (COAC)

Art. 78 - A Coordenadoria de Atividades Culturais é responsável por exercer atividades relacionadas com o planejamento e a execução de todas as atividades culturais desenvolvidas pelo Campus.

Art. 79 - À Coordenadoria de Atividades Culturais compete apoiar, formular, incentivar, socializar e acompanhar as atividades culturais.

Seção IV

Da Coordenadoria de Eventos (COEVE)

Art. 80 - A Coordenadoria de Eventos é responsável por exercer atividades relacionadas com todos os eventos desenvolvidos pelo Campus.

Art. 81 - À Coordenadoria de Eventos compete:

I. coordenar o processo de planejamento, execução e divulgação dos eventos programados pelo Campus;

II. dar apoio organizacional à comunidade acadêmica na promoção de eventos do Campus;

III. apoiar as atividades e projetos que promovam e disseminem o conhecimento e o intercâmbio da Instituição com a sociedade; e

IV. executar atividades e projetos que forem de sua própria proposição.

Seção V

Da Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (COAPIDT)

Art. 82 - A Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico é responsável por exercer o acompanhamento as atividades de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvidos no Campus.

Art. 83 - À Coordenadoria Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico compete:

I. manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;

II. divulgar as ações referentes a pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;

III. incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento tecnológico;

IV. acompanhar programas e projetos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico;

V. incentivar a implantação de grupos de pesquisas;

VI. encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, dos programas e projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico; e

VII. articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores.

Capítulo VI

DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DIRAP)

Art. 84 - A Diretoria de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 85 - A Diretoria de Administração e de Planejamento compreende:

I. Departamento de Administração;

II. Departamento de Tecnologia da Informação; e

III. Departamento de Manutenção da Estrutura.

Art. 86 - À Diretoria de Administração e de Planejamento compete:

I. elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II. coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III. acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados, bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais, Patrimônio e Tecnologia da Informação do Campus;

VI. planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

VII. elaborar editais, coordenar e realizar os processos licitatórios;

VIII. definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus;

IX. elaborar a prestação de contas do Campus;

X. fazer a gestão das Atividades de Projetos e Obras; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XI. responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.

Seção I

Das Atividades de Projetos e Obras

Art. 87 - As atividades de Projetos e Obras compreendem:

I. planejamento e supervisão da elaboração dos planos globais de desenvolvimento físico do Campus;

II. avaliação e emissão de parecer técnico quanto às estruturas físicas existentes no Campus;

III. coordenação e elaboração de estudos preliminares e de projetos técnicos de construção e de reforma das edificações do Campus;

IV. análise, orientação e emissão de parecer sobre projetos de ampliação elaborados e terceirizados pelo Campus;

V. manutenção do registro dos projetos de construções, de instalações e de informações de infraestrutura do Campus;

VI. elaboração, acompanhamento, subsídio e fiscalização de projetos de arquitetura, de engenharia ou complementares; e

VII. orientação, supervisão e emissão de parecer técnico nos processos de licitação para execução de serviços e de obras de engenharia e de arquitetura.

Seção II

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 88 - As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I. orientação e acompanhamento de novos servidores;

II. organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III. identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV. encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V. operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI. avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII. acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção III

Do Departamento de Administração (DEAD)

Art. 89 - O Departamento de Administração é responsável em controlar e em acompanhar todos os atos e os fatos administrativos ocorridos no Campus, bem como subsidiar a Diretoria de Administração e de Planejamento.

Art. 90 - Ao Departamento de Administração compete:

I. controlar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros;

II. analisar as operações contábeis do Campus;

III. elaborar, controlar e registrar contratos;

IV. fiscalizar a documentação dos contratos;

V. obter e atualizar documentos de regularidade fiscal junto aos órgãos públicos;

VI. emitir atestados de capacidade técnica para empresas fornecedoras;

VII. emitir mapas de produtos controlados a serem encaminhados à Delegacia de Polícia Federal;

VIII. acompanhar e registrar a movimentação dos bens patrimoniais do Campus; e

IX. coordenar as atividades desenvolvidas pelas coordenadorias de: contabilidade e orçamento; finanças; compras; almoxarifado e; protocolo, arquivo e transporte.

Subseção I

Da Coordenadoria de Almoxarifado (COALM)

Art. 91 - A Coordenadoria de Almoxarifado é responsável pelas atividades de gestão do estoque, recepção e distribuição de material.

Art. 92 - À Coordenadoria de Almoxarifado compete:

I. receber, classificar e arquivar os pedidos de material, notas de empenho e seus respectivos comprovantes de entrega ao fornecedor;

II. registrar a entrada e a saída de material;

III. armazenar o material recebido no estoque;

IV. gerenciar o consumo e a atualização do estoque;

V. realizar o inventário anual do material em estoque e consolidar com os saldos contábeis; e

VI. realizar a cobrança da entrega do material em atraso.

Subseção II

Da Coordenadoria de Compras (COMPRAS)

Art. 93 - A Coordenadoria de Compras é responsável pelas atividades de licitação de serviços, de obras e de aquisição de materiais.

Art. 94 - À Coordenadoria de Compras compete:

I. formalizar os processos de solicitação de compras de materiais, de serviços e de obras a licitar;

II. realizar a aquisição dos materiais, bens, serviços e obras, através de contratação direta;

III. realizar pesquisas de preço de mercado para composição de processos licitatórios;

IV. administrar e adquirir materiais e serviços via pronto pagamento;

V. manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

VI. arquivar os processos de compras e os documentos de fornecedores cadastrados;

VII. atender os fornecedores na prestação de informações sobre licitações; e

VIII. realizar serviços externos referentes às compras de pronto pagamento e de transporte de documentos.

Subseção III

Da Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento (CORÇAM)

Art. 95 - A Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento é responsável pelas atividades de registro de atos e de fatos ocorridos na gestão do Ordenador de Despesa, por examinar e dar pareceres sobre os procedimentos técnico-contábeis e por executar o orçamento.

Art. 96 - À Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento compete:

I. coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária e contábil do Campus;

II. analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III. solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

IV. elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

V. controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VI. apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e

VII. realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Subseção IV

Da Coordenadoria Financeira (COFIN)

Art. 97 - A Coordenadoria Financeira é responsável pelas atividades de recepção dos recursos consignados no orçamento do Campus e de pagamento das despesas autorizadas pelo Ordenador de Despesa.

Art. 98 - À Coordenadoria Financeira compete:

I. coordenar e executar os trabalhos e funções da administração financeira do Campus;

II. receber e pagar Notas Fiscais;

III. realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados; e

IV. responsabilizar-se pela Gestão das Atividades de Diárias e Passagens.

Subseção V

Das Atividades de Gestão de Diárias e de Passagens

Art. 99 - As Atividades de Gestão de Diárias e de Passagens compreendem:

I. emissão de diárias de acordo com as solicitações do Campus;

II. compra de passagens aéreas junto à empresa credenciada; e

III. registro da prestação de contas de cada solicitante de diárias.

Subseção VI

Da Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte (COPAT)

Art. 100 - A Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte é responsável pelo atendimento ao público, recepção e expedição de correspondências, coordenando as atividades relacionadas com o transporte.

Art. 101 - À Coordenadoria de Protocolo, de Arquivo e de Transporte compete:

I. gerenciar a correspondência e o malote do Campus;

II. administrar o sistema de Protocolo do Campus;

III. gerenciar a frota de veículos do Campus; e

IV. administrar a execução dos serviços contratados relativos à: portaria, vigilância e transportes.

Seção IV

Do Departamento de Tecnologia da Informação (DETI)

Art. 102 - O Departamento de Tecnologia da Informação é responsável pela disponibilização dos recursos de infraestrutura, de equipamentos e de sistemas de tecnologia da informação aos servidores e estudantes do Campus.

Art. 103 - Ao Departamento de Tecnologia da Informação compete:

I. fazer a gestão de Tecnologia da Informação do Campus;

II. estruturar os processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;

III. planejar, prover e manter a infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

IV. analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação;

V. zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e

VI. prover treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.

Subseção I

Da Coordenadoria de Sistemas de Gestão (COSG)

Art. 104 - A Coordenadoria de Sistemas de Gestão é responsável pela análise, desenvolvimento, suporte, treinamento e manutenção dos softwares de gestão, utilizados no Campus.

Art. 105 - À Coordenadoria de Sistemas de Gestão compete:

I. administrar e manter os sistemas de gestão implantados no Campus;

II. realizar treinamento ao usuário em nível de sistemas de gestão; e

III . realizar o suporte técnico ao usuário, em nível de software.

Subseção II

Da Coordenadoria de Manutenção e Redes (COMR)

Art. 106 - A Coordenadoria de Manutenção e Redes é responsável pela manutenção e gerenciamento da rede e de sua infraestrutura, cabeamento estruturado e gerenciamento de serviços de rede, manutenção preventiva, corretiva e eletiva de equipamentos de informática do Campus, em nível de software e de hardware.

Art. 107 - À Coordenadoria de Manutenção e Redes compete:

I. definir e manter a infraestrutura e os equipamentos de rede;

II. administrar e manter os serviços disponibilizados pelo Campus ;

III. monitorar o tráfego de dados do Campus ;

IV. supervisionar o cumprimento a política de segurança em rede; e

V. realizar o suporte técnico ao usuário, em nível de hardware.

Seção V

Do Departamento de Manutenção da Estrutura (DEME)

Art. 108 - O Departamento de Manutenção da Estrutura é responsável pela manutenção de prédios, máquinas e equipamentos, bem como pela conservação e adequação dos ambientes do Campus.

Parágrafo Único. Excetuam-se os equipamentos de Tecnologia da Informação.

Art. 109 - Ao Departamento de Manutenção da Estrutura compete:

I. executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II. planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III. autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços;

IV. acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares; e

V. assessorar o Diretor-geral, as Diretorias e os Departamentos.

Subseção I

Coordenadoria de Instalação e Manutenção Elétrica (COIME)

Art. 110 - A Coordenadoria de Instalação e Manutenção Elétrica é responsável pelas instalações e manutenções elétricas do Campus.

Art. 111 - À Coordenadoria de Instalação e Manutenção Elétrica compete:

I. coordenar os serviços de instalações elétricas do Campus;

II. planejar os serviços de instalação e manutenção;

III. executar projetos de reformas e novas instalações;

IV. gerenciar as necessidades de materiais utilizados;

V. promover treinamento e qualificação de pessoa; e

VI. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

Subseção II

Da Coordenadoria de Manutenção de Esquadrias e Móveis (COMEM)

Art. 112 - A Coordenadoria de Manutenção de Esquadrias e Móveis é responsável pela manutenção de esquadrias e móveis.

Art. 113 - À Coordenadoria de Manutenção de Esquadrias e Móveis compete:

I. coordenar os serviços de manutenção de esquadrias e móveis;

II. desenvolver métodos de execução visando à otimização, produtividade e segurança dos serviços realizados;

III. gerenciar as necessidades de materiais;

IV. promover o treinamento e a qualificação dos servidores; e

V. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

Subseção III

Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Serviços (COMMS)

Art. 114 - A Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Serviços é responsável pelas instalações e manutenções mecânicas e os serviços de limpeza e de transporte interno do Campus.

Art. 115 - À Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Serviços compete:

I. coordenar os serviços de instalação e de manutenção;

II. coordenar os serviços de limpeza, de transporte e de organização de materiais e de equipamentos;

III. executar os serviços de instalação e de manutenção;

IV. desenvolver métodos de execução, visando à otimização da produtividade e da segurança dos serviços realizados;

V. gerenciar as necessidades de materiais utilizados;

VI. promover treinamento e qualificação dos servidores; e

VII. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

Subseção IV

Coordenadoria de Manutenção e Construção Civil (COMCC)

Art. 116 - A Coordenadoria de Manutenção e Construção Civil é o responsável pela manutenção predial corretiva e preventiva.

Art. 117 - À Coordenadoria de Manutenção e Construção Civil compete:

I. planejar e coordenar os serviços de manutenção civil;

II. desenvolver métodos de execução visando à otimização, produtividade e segurança dos serviços realizados;

III. gerenciar as necessidades de materiais;

IV. promover treinamento e qualificação dos servidores; e

V. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

Subseção V

Coordenação de Instalação e Manutenção de Refrigeração (COIMR)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 118 - A Coordenação de Instalação e Manutenção de Refrigeração é responsável pelas instalações e manutenções de refrigeração do Campus.

Art. 119 - À Coordenação de Instalação e Manutenção de Refrigeração compete:

I. planejar, coordenar e executar os serviços de instalação e manutenção de refrigeração do Campus;

II. desenvolver métodos de execução visando à otimização, produtividade e segurança dos serviços realizados;

III. prever as necessidades de materiais utilizados;

IV. promover treinamento e qualificação dos servidores; e

V. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

Subseção VI

Coordenadoria de Instalação e Manutenção Telefônica (COIMT)

Art. 120 - A Coordenadoria de Instalação e Manutenção Telefônica é responsável pela instalação e manutenção telefônica do Campus.

Art. 121 - À Coordenadoria de Instalação e Manutenção Telefônica compete:

I. coordenar os serviços de telefonia do Campus;

II. acompanhar os contratos de telefonia;

III. emitir relatório referente ao uso de serviço de telefonia;

IV. planejar e executar os serviços de instalação e manutenção da rede telefônica;

V. fiscalizar e assessorar os serviços prestados por empresas terceirizadas ao Campus;

VI. gerenciar as necessidades de materiais utilizados;

VII. promover treinamento e qualificação dos servidores; e

VIII. assessorar o Departamento de Manutenção da Estrutura.

CAPÍTULO VII

DOS NÚCLEOS

Art. 122 - Os Núcleos, órgãos de assessoramento a direção geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, departamentos, coordenadorias ou gabinete do Diretor-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 123 - Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 124 - O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção II

Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 125 - O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

Seção III

Do Núcleo de Projetos Sociais (NUPS)

Art. 126 - O Núcleo de Projetos Sociais é responsável por exercer atividades relacionadas com o planejamento e execução de programas de cunho social realizados no Campus.

Seção IV

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 127 - O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção V

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 128 - O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção VI

Do Núcleo de Memória e Patrimônio Histórico do Campus (NMPH)

Art. 129 - O Núcleo de Memória e Patrimônio Histórico do Campus é responsável por gerir as atividades relacionadas com a catalogação, preservação e divulgação da memória e do Patrimônio Histórico do Campus.

Seção VII

Do Núcleo de Capacitação (NUCAP)

Art. 130 - O Núcleo de Capacitação é encarregado de analisar e propor atividades de capacitação dos servidores do Campus.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 131 - A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será, gradativamente, implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 132 - A organização interna das Diretorias, dos Departamentos, das Coordenadorias e dos Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida em regulamento próprio, que deve ser aprovado pelo Conselho do Campus e pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 133 - Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto, por ele indicado, em consonância com o Diretor-geral.

Art. 134 - Sempre que houver a necessidade de representação discente esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo Único. Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver uma representação de cada nível de ensino.

Art. 135 - O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I. alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II. proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III. proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV. proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo Único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 136 - Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 137 - Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Camaquã, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Camaquã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II

DO CAMPUS CAMAQUÃ

Art, 2º - O Campus Camaquã, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 118 de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2010, está instalado na cidade de Camaquã, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Campus Camaquã tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Camaquã, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º - A estrutura organizacional do Campus compreende:

I. Diretor-geral;

II. Gabinete da Direção-geral (GABDIR);

III. Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX):

a - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC),

b - Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX), e

c - Coordenações de Cursos e Áreas;

IV - Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP);

a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG),

b - Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN),

c - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP), e

d - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF);

V - Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

c - Núcleo de Educação a Distância (NEAD),

d - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e

e - Núcleo de Gestão Ambiental Interada (NUGAI).

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DO DIRETOR-GERAL

Art. 5º - O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 6º - Ao Diretor-geral compete:

I. administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II.superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III. assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV. indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V. exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;

VI. encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII. possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII. exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX. assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X. acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

XI. articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII. emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XV. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Das Atividades de Saúde

Art. 9º - As Atividades de Saúde compreendem:

I. atendimento ambulatorial de enfermagem e consultas médicas;

II. planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;

III. elaboração e emissão de pareceres técnicos;

IV. colaboração em atividades de educação em saúde;

V. assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e

VI - acompanhamento psicológico.

Das Atividades de Comunicação Social

Art. 10 - As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I. planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II. elaboração de matérias referentes ao Campus;

III. atualização do Portal do Campus; e

IV. registro das reuniões e eventos institucionais do Campus

Das Atividades de Protocolo e Transporte

Art. 11 - As Atividades de Protocolo e Transporte compreendem:

I - gerenciamento da correspondência e do malote do campus;

II - administração do Sistema de Protocolo do campus;

III - gerenciamento da frota de veículos do campus; e

IV - administração da execução dos serviços contratados para portaria e transporte.

CAPÍTULO III

DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DEPEX)

Art. 12 - O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Art. 13 - O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compreende:

I. Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;

II . Coordenadoria de Registros Acadêmicos; e

III . Coordenação de Cursos.

Art. 14 - Ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I . propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II. analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III. propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

IV. prestar orientação e apoio às Coordenações de Curso, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V. propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;

VI. propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII. coordenar as atividades de planejamento de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito do Campus;

VIII. aplicar os regulamentos disciplinares;

IX. orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;

X . propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão;

XI. coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;

XII. elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XIII. propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e

XIV. fazer a gestão da Atividades de Assistência Estudantil, Pedagógicas, de Biblioteca e de Apoio ao Ensino.

Das Atividades de Assistência Estudantil

Art. 15 - As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:

I. gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II. planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III. promoção de ações nas áreas de saúde e serviço social;

IV. realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;

V - desenvolvimento de atividades de orientação profissional;

VI. supervisão do funcionamento do refeitório;

VII. fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e

VIII. proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Das Atividades Pedagógicas

Art. 16 - As Atividades Pedagógicas compreendem:

I. promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;

II. assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;

III. planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;

IV. promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;

V. acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;

VI. planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade escolar;

VII. subsídios e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, ensino e aprendizagem;

VIII. fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;

IX. fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e

X. participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.

Das Atividades de Biblioteca

Art. 17 - As Atividades de Biblioteca compreendem:

I. viabilização e administração do acesso à formação para a comunidade acadêmica;

II. implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;

III. desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

IV. administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.

Das Atividades de Apoio ao Ensino

Art. 18 - As Atividades de Apoio ao Ensino compreendem:

I. disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II. assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;

III. estruturação e controle dos horários de aulas; e

IV. gestão das atividades e serviços de apoio à comunidade acadêmica.

Seção I

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)

Art. 19 - A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 20 - À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:

I. implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II. propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III. coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV. organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;

V. coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;

VI. lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII. informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII. certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidas pelo Campus.

Seção II

Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX)

Art. 21 - A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação esupervisão da execução de atividades de pesquisa, inovação e extensão.

Art. 22 - À Coordenadoria de Pesquisa e Extensão compete:

I. fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e extensão;

II. manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, inovação e extensão;

III. divulgar as ações referentes à pesquisa, inovação e extensão;

IV. incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, da inovação e da extensão;

V. articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;

VI. acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;

VII. incentivar a implantação de grupos de pesquisas;

VIII. encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;

IX. coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;

X. estimular a interação do Campus com a sociedade;

XI. coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;

XII. coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

XIII. coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;

XIV. fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

XV. organizar visitas técnicas para estudantes , programadas segundo interesses curriculares dos cursos;

XVI. encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e

XVII. promover a realização de cursos de formação inicial e continuada.

Seção III

Das Coordenações de Cursos

Art. 23 - As Coordenações de Curso estão estabelecidas na Organização Didática.

Parágrafo Único - Os Coordenadores de cursos serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

Capítulo IV

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)

Art. 24 - O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoa no âmbito do Campus.

Art. 25 - O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I. Coordenadoria de Manutenção Geral;

II. Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

III. Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio; e

IV. Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. - 1. Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I. elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II. coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III. acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais, Patrimônio e Tecnologia da Informação do Campus;

VI. planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

VII. definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus;

VIII. elaborar a prestação de contas do Campus; e

IX. responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 2. - .As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I. orientação e acompanhamento de novos servidores;

II. organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III. identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV. encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V. operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI. avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII. acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção I

Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)

Art. 3 - A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção de prédios, máquinas e equipamentos, bem como pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.

Parágrafo Único. Excetuam-se os equipamentos didáticos dos cursos, que têm a manutenção sob responsabilidade da coordenação do curso.

Art.4 - À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:

I. executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II. planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III. autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços; e

IV. elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares.

Seção II

Da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN)

Art. 5 - A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é responsável em prover aos usuários do Campus a qualidade no serviço de Tecnologia da Informação.

Art. 6 - À Coordenadoria de Tecnologia da Informação compete:

I. fazer a gestão de Tecnologia da Informação do Campus;

II. estruturar os processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;

III. planejar, prover e manter a infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

IV. analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação;

V. zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados;

VI. prover treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação;

Seção III

Da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP)

Art. 7 - A Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio é responsável pela aquisição de materiais, contratação de serviços, bem como pelos seus recebimentos, registros, guarda e distribuição.

Art. 8 - À Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I. coordenar e realizar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços e obras necessários ao funcionamento e à modernização do Campus;

II. coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

III. manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

IV. registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis e imóveis do Campus; e

V. coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Seção IV

Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)

Art. 9 - A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 10. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I. coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II. analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III. realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV. solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V. elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

VI. controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII. apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus;

VIII. realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão;

IX. elaborar, controlar e registrar contratos; e

X. fiscalizar a documentação dos contratos.

Capítulo V

DOS NÚCLEOS

Art. 11 - Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (departamentos, coordenadorias ou gabinete do Diretor-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 12 - Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 13 - O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 14 - O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III

Do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Art. 15 - O Núcleo de Educação a Distância tem por finalidade assessorar o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto ao planejamento e à execução das atividades de ensino realizadas na modalidade a distância.

Parágrafo único - Quando se tratarem de atividades de ensino semipresenciais nos cursos presenciais do Campus, com uso de ambiente virtual de aprendizagem, haverá articulação com os coordenadores dos cursos envolvidos.

Seção IV

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 16 - O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção V

Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 17 - O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 - A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 19 - A organização interna das Diretorias, dos Departamentos, das Coordenadorias e dos Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio, que deve ser aprovado pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 20 - Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele indicado em consonância com o Diretor-geral.

Art. 21 - Sempre que houver a necessidade de representação discente, esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo Único - Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 22 - O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I. alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II. proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III. proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV. proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo único - A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 23 - Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 24 - Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Bagé, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 25º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Bagé do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II

DO CAMPUS BAGÉ

Art. 26º O Campus Bagé, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 1.170 de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2010, está instalado na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 27º O Conselho do Campus Bagé tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas, pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Bagé, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 28º A estrutura organizacional do Campus compreende:

I. Conselho de Campus;

II. Diretor-geral;

III. Gabinete da Direção-geral (GABDIR):

a - Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (COAE);

IV. Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX):

a - Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE),

b - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC),

c - Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX),

d - Coordenadoria de Cursos Técnicos (COCUT), e

e - Coordenações de Cursos;

V. Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):

a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG),

b - Coordenadoria Geral de Administração (COGEA),

c - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP), e

d - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF);

VI. Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI),

c - Núcleo de Educação a Distância (NEAD),

d - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e

e - Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI).

TÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CAMPUS

Art. 29º O Conselho do Campus Bagé, de caráter consultivo e fiscalizador, com a finalidade de apoiar a gestão administrativa e acadêmica, de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas democraticamente construídas pela comunidade.

Art. 30º O Conselho de Campus, integrado por membros designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição e estrutura básica:

I. o Diretor-geral do Campus;

II. o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão;

III. o Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento;

IV. um representante do corpo docente, em efetivo exercício, eleito pelos seus pares;

V. um representante do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, eleito pelos seus pares;

VI. um representante do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleito pelos seus pares; e

VII. três representantes sem vinculo com o IFSul.

§ 1º. Para cada membro efetivo do Conselho de Campus, haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, com exceção dos membros natos, previstos nos incisos I, II e III, cujos suplentes serão seus respectivos substitutos legais.

§ 2º As normas para a eleição dos representantes do Conselho de Campus, bem como as necessárias para o seu funcionamento, serão fixadas em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

§ 3º Exceto para os conselheiros previstos nos incisos I, II e III, cujos mandatos perduram pelo período em que se mantêm no respectivo cargo, o mandato dos demais membros do Conselho de Campus terá duração de dois anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente.

§ 4º Em sua primeira constituição, os membros previstos no inciso VII serão um representante dos trabalhadores, escolhido em reunião promovida pela direção do Campus com as entidades representativas dos trabalhadores, um representante da sociedade civil, pertencendo a entidades civis ou empresariais, escolhido pelo Diretor-geral do Campus, dentre os nomes apresentados pelas entidades e um representante de pais de alunos escolhido em reunião de pais com a Direção-geral.

Art.7º Perderá o mandato o membro do Conselho de Campus que faltar, injustificadamente, a duas reuniões consecutivas ou a três reuniões alternadas no mesmo ano ou vir a ter exercício profissional ou representatividade diferentes daqueles que determinaram sua designação.

Art. 31º O Conselho de Campus reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 32º O presidente do Conselho de Campus será o Diretor-geral do Campus.

Art. 33. Compete ao Conselho de Campus:

I. analisar e emitir parecer sobre as diretrizes de atuação do Campus e execução de sua política educacional;

II. analisar e emitir parecer, no âmbito do Campus, sobre a estrutura organizacional, em observância à legislação especifica;

III. analisar e emitir parecer sobre os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Campus;

IV. analisar e emitir parecer sobre as propostas de planos de ação e de desenvolvimento institucional do Campus;

V. analisar e emitir parecer sobre o Projeto Político-pedagógico e a Organização Didática do Campus;

VI. analisar e emitir parecer sobre a criação, extinção e currículos de cursos no âmbito do Campus;

VII. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e fomento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, no âmbito do Campus;

VIII. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para o ingresso, organização, funcionamento, avaliação e alterações de projetos pedagógicos de cursos em todos os níveis de ensino;

IX. analisar e emitir parecer sobre as normas gerais para o afastamento de servidores para fins acadêmicos;

X. analisar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária;

XI. analisar e emitir parecer sobre as contas do exercício financeiro e relatórios de gestão do Campus;

XII. analisar e emitir, no âmbito do Campus, parecer sobre as diretrizes para concessão de bolsas institucionais de mestrado e doutorado para os servidores do Campus;

XIII. analisar e emitir parecer sobre os critérios para seleção de docentes;

XIV. analisar e emitir parecer sobre a organização e o funcionamento geral do Campus;

XV. analisar e emitir parecer sobre o dimensionamento das necessidades de composição do quadro e de capacitação de pessoal;

XVI. analisar e emitir parecer sobre celebração, acompanhamento e avaliação de convênios;

XVII. solicitar a criação de comissões temporárias; e

XVIII. analisar e emitir parecer sobre os processos de avaliação e autoavaliação do Campus.

Art. 34. As decisões do Conselho de Campus serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição em contrário do Regimento Geral ou deste Regimento Interno.

Art. 35. As reuniões ordinárias do Conselho de Campus terão prioridades sobre quaisquer outras atividades no âmbito do Campus.

Art. 36. As reuniões do Conselho de Campus poderão ser abertas à participação de membros da comunidade acadêmica na condição de ouvintes, desde que este seja o entendimento dos membros do Conselho de Campus, a partir do tema proposto.

Art. 37. Todas as matérias levadas à deliberação do Conselho de Campus serão decididas, preferencialmente, por consenso.

§ 1º Não havendo consenso, as matérias serão submetidas à votação.

§ 2º Não será permitido o voto por procuração.

§ 3º Cabe ao presidente do Conselho de Campus apenas o voto de qualidade em caso de empate.

TÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Capítulo I

DO DIRETOR-GERAL

Art. 38. O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

Parágrafo único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria de Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 39. Ao Diretor-geral compete:

I. administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II. superintender às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III. assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV. indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V. exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigente;

VI. encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII. possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII. exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX. assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X. acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XI. articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII. emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII. divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XIV. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Capítulo II

DO GABINETE DA DIRAÇÃO-GERAL (GABDIR)

Art. 40. O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.

Art. 41. O Gabinete da Direção-geral compreende:

I. Coordenadoria de Assuntos Estratégicos.

Art. 42. À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:

I. assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;

II. revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;

III. organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;

IV. coordenar as atividades administrativas do Gabinete;

V. responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;

VI. apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria em atividades demandadas pela Reitoria;

VII. dar suporte à realização de eventos no Campus;

VIII. organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;

IX. presidir as comissões de formatura do Campus;

X. gerenciar a documentação e a correspondência que tramitam no âmbito do Gabinete;

XI. proceder à emissão de diárias e passagens; e

XII. fazer a gestão das Atividades de Comunicação Social, Atividades de Protocolo e Atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Das Atividades de Comunicação Social

Art. 43. As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I. planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II. elaboração de matérias referente ao Campus;

III. atualização do Portal do Campus; e

IV. registro de reuniões e eventos institucionais do Campus.

Das Atividades de Protocolo

Art. 44. As Atividades de Protocolo compreendem:

I. gerenciamento da correspondência e do malote do Campus; e

II. administração do Sistema de Protocolo do Campus.

Das Atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação

Art. 45. As Atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação compreendem:

I. gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação do Campus;

II. cumprimento das políticas e diretrizes da área de Tecnologia da Informação e Comunicação do Campus;

III. provimento da infraestrutura adequada aos usuários dos recursos de tecnologia da informação e comunicação e zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados;

IV. planejamento, análise, desenvolvimento e implantação de projetos de sistemas de informação;

V. treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação;

VI. implantação e manutenção das políticas e ações definidas pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; e

VII. apoio à realização dos eventos relacionados à área de tecnologia.

Seção I

Da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (COAE)

Art. 46. A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos é responsável por acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, realizar a previsão de orçamento do Campus e atuar junto à Direção-geral no que concerne ao planejamento estratégico.

Art. 47. À Coordenadoria de Assuntos Estratégicos compete:

I. atuar junto à Direção-geral no planejamento estratégico do Campus;

II. promover a busca permanente de oportunidades de projetos em benefício do Campus; e

III. acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional e participar de suas revisões anuais.

Capítulo III

DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DEPEX)

Art. 48. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Art. 49. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compreende:

I. Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino;

II. Coordenadoria de Registros Acadêmicos;

III. Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;

IV. Coordenadoria de Cursos Técnicos; e

V. Coordenações de Cursos.

Art. 50. Ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I. propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II. analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III. propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

IV. prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V. propor, em consonância com as Coordenações de Cursos e Áreas, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

VI. propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

VII. coordenar as atividades de planejamento de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito do Campus;

VIII. aplicar os regulamentos disciplinares;

IX. orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;

X. propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão;

XI. coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;

XII. elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XIII. propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e

XIV. fazer a gestão das Atividades de Assistência Estudantil e Pedagógicas.

Das Atividades de Assistência Estudantil

Art. 51. As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:

I. gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II. planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III. promoção de ações nas áreas de saúde e serviço social;

IV. realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;

V. desenvolvimento de atividades de orientação profissional;

VI. supervisão do funcionamento do refeitório;

VII. fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante; e

VIII. proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Das Atividades Pedagógicas

Art. 52. As atividades Pedagógicas compreendem:

I. promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;

II. assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;

III. planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;

IV. promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;

V. acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;

VI. planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade acadêmica/escolar;

VII. subsídio e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático pedagógico, ensino e aprendizagem;

VIII. fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;

IX. fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e

X. participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.

Seção I

Da Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE)

Art. 53. A Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino é responsável por proporcionar as condições necessárias ao funcionamento do ensino.

Art. 54. À Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino compete fazer a gestão das Atividades de Biblioteca e de Apoio ao Ensino.

Das Atividades de Bibioteca

Art. 55. As atividades de Biblioteca compreendem:

I. viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;

II. implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;

III. desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

IV. administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.

Das Atividades de Apoio ao Ensino

Art. 56. As atividades de Apoio ao Ensino compreendem:

I. disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II. assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;

III. estruturação e controle dos horários de aulas; e

IV. gestão das atividades e serviços de apoio voltadas à comunidade acadêmica.

Seção II

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)

Art. 57. A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes e à execução dos processos seletivos.

Art. 58. À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:

I. implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II. propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III. coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV. organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;

V. coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;

VI. lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII. informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais;

VIII. certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidas pelo Campus; e

IX. executar os processos seletivos, desde sua divulgação até a proclamação dos resultados finais.

Seção III

Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX)

Art. 59. A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de pesquisa, inovação e extensão.

Art. 60. À Coordenadoria de Pesquisa e Extensão compete:

I. fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e extensão;

II. manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, inovação e extensão;

III. divulgar as ações referentes a pesquisa, inovação e extensão;

IV. incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, da inovação e da extensão.

V. articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;

VI. acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;

VII. incentivar a implantação de grupos de pesquisas;

VIII. encaminhar para registro, na Pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;

IX. coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;

X. estimular a interação do Campus com a sociedade;

XI. coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;

XII. coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

XIII. coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;

XIV. fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

XV. organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos;

XVI. encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e

XVII. promover a realização de cursos de formação inicial e continuada.

Seção IV

Da Coordenadoria de Cursos Técnicos (COCUT)

Art. 61. A Coordenadoria de Cursos Técnicos é responsável por executar o projeto pedagógico dos cursos técnicos, zelando pelo seu efetivo cumprimento e desenvolvimento.

Art. 62. À Coordenadoria de Cursos Técnicos compete:

I. construir e propor o projeto pedagógico dos cursos técnicos;

II. acompanhar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos; e

III. coordenar as reuniões de colegiados dos cursos técnicos.

Seção V

Das Coordenações de Cursos

Art. 63. As Coordenações de Cursos estão estabelecidas na Organização Didática.

Parágrafo único. Os Coordenadores de cursos serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Capítulo IV
DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)

Art. 64. O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 65. O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I. Coordenadoria de Manutenção Geral;

II. Coordenadoria Geral de Administração;

III. Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio; e

IV. Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 66. Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I. elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II. coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como, a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III. acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados, bem como, elaborar as respectivas prestações de contas;

IV. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais e Patrimônio do Campus;

VI. planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus; e

VII. elaborar a prestação de contas do Campus.

Seção I
Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)

Art. 67. A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção de prédios, máquinas e equipamentos, pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus, bem como pelo gerenciamento da frota de veículos.

Parágrafo único. Excetuam-se os equipamentos de informática e comunicação.

Art. 68. À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:

I. executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II. planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III. administrar os serviços contratados para manutenção predial, manutenção elétrica e motoristas;

IV. elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares do Campus;

V. zelar pelas áreas verdes do Campus;

VI. zelar pela manutenção e bem-estar dos animais de produção nas áreas do Campus; e

VII. realizar o gerenciamento da frota de veículos do Campus.

Seção II
Da Coordenadoria Geral de Administração (COGEA)

Art. 69. A Coordenadoria Geral de Administração é responsável pelas atividades relacionadas à gestão de pessoas, promoção de saúde, gestão de contratos e fiscalização dos serviços terceirizados que envolvam mão de obra.

Art. 70. À Coordenadoria Geral de Administração compete:

I. elaborar, controlar e registrar os contratos do Campus;

II. planejar a abertura de novas licitações;

III. elaborar minutas dos termos de contrato com a colaboração das Coordenadorias atendidas;

IV. fazer a gestão das Atividades de Saúde; e

V. responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas.

Das Atividades de Saúde

Art. 71. As Atividades de Saúde compreendem:

I. atendimento ambulatorial de enfermagem;

II. planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;

III. elaboração e emissão de pareceres técnicos;

IV. colaboração em atividades de educação em saúde; e

V. assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 72. As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I. orientação e acompanhamento de novos servidores;

II. organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III. identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV. encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V. operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI. avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII. acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção III
Da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP)

Art. 73. A Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio é responsável pela aquisição de materiais, contratação de serviços, bem como pelos seus recebimentos, registros, guarda e distribuição.

Art. 74. À Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I. coordenar e realizar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços e obras necessárias ao funcionamento e à modernização do Campus;

II. coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

III. manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

IV. registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis, imóveis e semoventes do Campus; e

V. coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Seção IV
Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)

Art. 75. A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 76. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I. coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II. analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III. realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV. solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V. elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizados de créditos;

VI. controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII. apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus;

VIII. fiscalizar a documentação dos contratos; e

IX. realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Capítulo V
DOS NÚCLEOS

Art. 77. Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (departamentos, coordenadorias ou gabinete do Direção-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 78. Além dos Núcleos que constam neste Regimento Interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I
Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 79. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II
Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 80. O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III
Do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Art. 81. O Núcleo de Educação a Distância tem por finalidade assessorar o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto ao planejamento e à execução das atividades de ensino realizadas na modalidade à distância.

Parágrafo único. Quando se tratarem de atividades de ensino semipresenciais nos cursos presenciais do Campus, com uso de ambiente virtual de aprendizagem, haverá articulação com os coordenadores dos cursos envolvidos.

Seção IV
Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 82. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção V
Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 83. O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 85. A organização interna das Diretorias, dos Departamentos, das Coordenadorias e dos Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio que deve ser aprovado pelo Conselho do Campus e pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 86. Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto, por ele indicado, em consonância com o Diretor-geral.

Art. 87. Sempre que houver a necessidade de representação discente, esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo único. Em casos que envolvam assuntos de educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 88. O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I. alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II. proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III. proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV. proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos seguimentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 89. Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 90. Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Venâncio Aires, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 91º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Venâncio Aires do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II
DO CAMPUS VENÂNCIO AIRES

Art. 92º O Campus Venâncio Aires, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 578 de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2011, está instalado na cidade de Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I
DOS OBJETIVOS

Art. 93º O Campus Venâncio Aires tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Venâncio Aires, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 94º A estrutura organizacional do Campus compreende:

I -Diretor-geral;

II -Gabinete da Direção-geral (GABDIR);

III -Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX):

a - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC),

b - Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX),

c - Coordenadoria de Área Física dos Cursos (COAF), e

d - Coordenações de Cursos;

IV -Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):

a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG),

b - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP), e

c - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V -Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI),

c - Núcleo de Educação a Distância (NEAD),

d - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e

e - Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI).

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Capítulo I

DO DIRETOR-GERAL

Art. 95º O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 96º Ao Diretor-geral compete:

I -administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II -superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III -assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV -indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V -exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;

VI -encaminhar informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII -possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII -exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX -assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X -acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

XI -articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII -emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII -divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XIV -cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Capítulo II

DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)

Art. 97º O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.

Art. 98º À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:

I -assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;

II -revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;

III -organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;

IV -coordenar as atividades administrativas do Gabinete;

V -responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;

VI -apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria em atividades demandadas pela Reitoria;

VII -dar suporte à realização de eventos no Campus;

VIII -organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;

IX -presidir as comissões de formatura do Campus;

X -gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete;

XI -proceder à emissão de diárias e passagens; e

XII -fazer a gestão das Atividades de Saúde, de Comunicação Social e de Protocolo e Transporte.

Das Atividades de Saúde

Art. 99 º As Atividades de Saúde compreendem:

I -atendimento odontológico, médico e ambulatorial de enfermagem;

II -planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;

III -elaboração e emissão de pareceres técnicos;

IV -colaboração em atividades de educação em saúde;

V -assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e

VI -acompanhamento psicológico.

Das Atividades de Comunicação Social

Art. 100. As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I -planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II -elaboração de matérias referentes ao Campus;

III -atualização do Portal do Campus; e

IV -registro de reuniões e eventos institucionais do Campus.

Das Atividades de Protocolo e Transporte

Art. 101. As Atividades de Protocolo e Transporte compreendem:

I -gerenciamento da correspondência e do malote do Campus;

II -administração do Sistema de Protocolo do Campus; e

III -gerenciamento da frota de veículos do Campus.

Capítulo III

DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DEPEX)

Art. 102. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Art. 103. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compreende:

I -Coordenadoria de Registros Acadêmicos;

II -Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;

III -Coordenadoria de Área Física dos Cursos; e

IV - Coordenações de Cursos.

Art. 104. Ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I -propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II -analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III -propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

IV -prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V -propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;

VI -propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

VII -coordenar as atividades de planejamento de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito do Campus;

VIII -aplicar os regulamentos disciplinares;

IX -orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;

X -propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão;

XI -coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;

XII -elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XIII -propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e

XIV -fazer a gestão das Atividades de Assistência Estudantil, Pedagógicas, de Biblioteca e de Apoio ao Ensino.

Das Atividades da Assistência Estudantil

Art. 105. As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:

I -gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II -planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III -promoção de ações nas áreas de saúde e serviço social;

IV -realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;

V -desenvolvimento de atividades de orientação profissional;

VI -supervisão do funcionamento do refeitório;

VII -fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante; e

VIII -proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Das Atividades Pedagógicas

Art. 106. As Atividades Pedagógicas compreendem:

I -promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;

II -assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;

III -planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;

IV -promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;

V -acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;

VI -planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade acadêmica;

VII -subsídio e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, ensino e aprendizagem;

VIII -fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;

IX -fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e

X -participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.

Das Atividades de Biblioteca

Art. 107. As Atividades de Biblioteca compreendem:

I -viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;

II -implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;

III -desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

IV -administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.

Das Atividades de Apoio ao Ensino

Art. 108. As Atividades de Apoio ao Ensino compreendem:

I -disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II -assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;

III -estruturação e controle dos horários de aulas; e

IV -gestão das atividades e serviços de apoio à comunidade acadêmica.

Seção I

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)

Art. 109. A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 110. À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:

I -implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II -propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III -coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV -organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;

V -coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;

VI -lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII -informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII -certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.

Seção II

Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX)

Art. 111. A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de pesquisa, inovação e extensão.

Art. 112. À Coordenadoria de Pesquisa e Extensão compete:

I -fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e extensão;

II -manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, inovação e extensão;

III -divulgar as ações referentes à pesquisa, inovação e extensão;

IV - incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, da inovação e da extensão.

V -articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;

VI -acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;

VII -incentivar a implantação de grupos de pesquisas;

VIII -encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;

IX -coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;

X -estimular a interação do Campus com a sociedade;

XI -coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;

XII -coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

XIII -coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;

XIV -fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

XV -organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos;

XVI -encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e

XVII -promover a realização de cursos de formação inicial e continuada.

Seção III

Da Coordenadoria de Área Física dos Cursos (COAF)

Art. 113. A Coordenadoria de Área Física dos Cursos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes à implantação, manutenção e suporte da estrutura física do ensino.

Art. 114. À Coordenadoria de Área Física dos Cursos compete:

I -atuar em conjunto com as coordenadorias dos cursos de modo a atender às demandas, bem como às melhorias nos espaços físico dos cursos;

II -gerenciar a conferência ou inspeção de material solicitado pelos Cursos, bem como de serviços realizados, antes de sua aceitação;

III -fazer o planejamento da manutenção corretiva e preventiva de máquinas, equipamentos e laboratórios ligados ao Departamento de Ensino;

IV -organizar a previsão anual referente à compra de materiais, equipamentos e serviços, articulando-se com as Coordenadorias dos Cursos e Departamentos de Ensino e de Administração;

V -manter arquivados catálogos, mostruários, manuais e informações sobre materiais e equipamentos de interesse dos Cursos ou Áreas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI -manter em boas condições de funcionamento e uso, os equipamentos, materiais e instalações dos Cursos ou Áreas;

VII -controlar o estoque regular de matéria-prima, EPIs, ferramentas, etc. para o pleno funcionamento das aulas;

VIII -promover e executar o pedido de compra de material permanente e de consumo para as atividades dos Cursos ou Áreas; e

IX -responsabilizar-se pela instalação dos espaços, salas e laboratórios do departamento de Ensino.

Seção IV

Das Coordenações de Cursos

Art. 115. As Coordenações de Cursos estão estabelecidas na Organização Didática.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de cursos serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

Capítulo IV

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)

Art. 116. O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 117. O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I -Coordenadoria de Manutenção Geral;

II -Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio; e

III -Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 118. Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I -elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II -coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III -acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV -planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V -planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais, Patrimônio e Tecnologia da Informação do Campus;

VI -planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

VII -definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus;

VIII -elaborar a prestação de contas do Campus;

IX -manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

X -elaborar, controlar e registrar contratos;

XI -fiscalizar a documentação dos contratos;

XII -responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus; e

XIII -fazer a gestão das Atividades de Tecnologia da Informação.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 119. As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I -orientação e acompanhamento de novos servidores;

II -organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III -identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV -encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V -operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI -avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII -acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Das Atividades de Tecnologia da Informação

Art. 120. As atividades de Tecnologia da Informação compreendem:

I -gestão de Tecnologia da Informação do Campus;

II -processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;

III -planejamento, provisão e manutenção da infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

IV -análise, desenvolvimento e implantação dos projetos de sistemas de informação;

V -zelo pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e

VI -provisão de treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.

Seção I

Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)

Art. 121. A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção de prédios, máquinas, veículos e equipamentos, bem como pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.

Parágrafo Único. Excetuam-se os equipamentos de informática.

Art. 122. À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:

I -executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II -planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III -autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços;

IV -elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares; e

V -administrar a execução dos serviços contratados para portaria e transporte.

Seção II

Da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP)

Art. 123. A Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio é responsável pela aquisição de materiais, contratação de serviços, bem como pelos seus recebimentos, registros, guarda e distribuição.

Art. 124. À Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I -coordenar e realizar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços e obras necessários ao funcionamento e à modernização do Campus;

II -coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

III -registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis e imóveis do Campus; e

IV -coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Seção III

Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)

Art. 125. A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 126. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I -coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II -analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III -realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV -solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V -elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

VI -controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII -apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e

VIII -realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Capítulo V

DOS NÚCLEOS

Art. 127. Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (departamentos, coordenadorias ou gabinete do Diretor-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 128. Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 129. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 130. O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III

Do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Art. 131. O Núcleo de Educação a Distância tem por finalidade assessorar o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto ao planejamento e à execução das atividades de ensino realizadas na modalidade a distância.

Parágrafo único. Quando se tratarem de atividades de ensino semipresenciais nos cursos presenciais do Campus, com uso de ambiente virtual de aprendizagem, haverá articulação com os coordenadores dos cursos envolvidos.

Seção IV

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 132. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção V

Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 133. O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 134. A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 135. A organização interna dos Departamentos, das Coordenadorias e Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio, que deve ser aprovado pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 136. Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele indicado em consonância com o Diretor-geral.

Art. 137. Sempre que houver a necessidade de representação discente, esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo Único. Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 138. O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I - alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II - proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III - proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV - proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 139. Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 140. Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Passo Fundo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 141º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Passo Fundo do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II

DO CAMPUS PASSO FUNDO

Art. 142º O Campus Passo Fundo, criado a partir da transformação da Unidade de Ensino Descentralizada de Passo Fundo, que teve sua origem no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituído pela Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005, foi inaugurado em 30 de outubro de 2007.

Art. 143º O Campus Passo Fundo, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 1.120 de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2007, está instalado na cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 144º O Campus Passo Fundo tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Passo Fundo, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Art. 145º A estrutura organizacional do Campus compreende:
I - Diretor-geral;
II - Gabinete da Direção-geral (GABDIR);
III - Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX):
a - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC),
b - Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX), e
c - Coordenações de Cursos;
IV - Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):
a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG),
b - Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN),
c - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP), e
d - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF);
V - Núcleos:
a - Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),
b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI), e
c - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).
TÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
Capítulo I
DO DIRETOR-GERAL
Art. 146º O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.
Parágrafo único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.
Art. 147º Ao Diretor-geral compete:
I - administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;
II - superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;
III - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;
IV - indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;
V - exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;
VI - encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;
VII - possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;
VIII - exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;
IX - assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;
X - acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;
XI - articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;
XII - emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;
XIII - divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e
XIV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.
Capítulo II
DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)
Art. 148º O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.
Art. 149º À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:
I - assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;
II - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;
III- organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;
IV - coordenar as atividades administrativas do Gabinete;
V - responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;
VI - apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria, em atividades demandadas pela Reitoria;
VII - dar suporte à realização de eventos no Campus;
VIII - organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;
IX - presidir as comissões de formatura do Campus;
X - gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete;
XI - proceder à emissão de diárias e passagens; e
XII - fazer a gestão das Atividades de Saúde, de Comunicação Social e de Protocolo e Transporte.
Das Atividades de Saúde
Art. 150. As Atividades de Saúde compreendem:
I - atendimento ambulatorial de enfermagem;
II - planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;
III - elaboração e emissão de pareceres técnicos;
IV - colaboração em atividades de educação em saúde;
V - assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e
VI - acompanhamento psicológico.
Das Atividades de Comunicação Social
Art. 151. As Atividades de Comunicação Social compreendem:
I - planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;
II - elaboração de matérias referentes ao Campus;
III - atualização do Portal do Campus; e
IV - registro de reuniões e eventos institucionais do Campus.
Das Atividades de Protocolo e Transporte
Art. 152. As Atividades de Protocolo e Transporte compreendem:
I - gerenciamento da correspondência e do malote do Campus;
II - administração do Sistema de Protocolo do Campus; e
III - gerenciamento da frota de veículos do Campus.
Capítulo III
DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DEPEX)
Art. 153. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.
Art. 154. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compreende:
I - Coordenadoria de Registros Acadêmicos;
II - Coordenadoria de Pesquisa e Extensão; e
III - Coordenações de Cursos.
Art. 155. Ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:
I - propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
II - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;
III - propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;
IV - prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;
V - propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;
VI - propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;
VII - coordenar as atividades de planejamento de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito do Campus;
VIII - aplicar os regulamentos disciplinares;
IX - orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;
X - propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão;
XI - coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;
XII - elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
XIII - propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e
XIV - fazer a gestão das Atividades de Assistência Estudantil, Pedagógicas, de Biblioteca e de Apoio ao Ensino.
Das Atividades de Assistência Estudantil
Art. 156. As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:
I -gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;
II -planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;
III -apoio a ações nas áreas de saúde e serviço social;
IV -realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;
V -desenvolvimento de atividades de orientação profissional;
VI -fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e
VII -proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.
Das Atividades Pedagógicas
Art. 157. As Atividades Pedagógicas compreendem:
I - promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;
II - assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;
III - planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;
IV - promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;
V - acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;
VI - planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade acadêmica;
VII - subsídio e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, ensino e aprendizagem;
VIII - fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;
IX - fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e
X - participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.
Das Atividades de Biblioteca
Art. 158. As Atividades de Biblioteca compreendem:
I - viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;
II - implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;
III - desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e
IV - administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.
Das Atividades de Apoio ao Ensino
Art. 159. As Atividades de Apoio ao Ensino compreendem:
I - disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;
II - assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;
III - estruturação e controle dos horários de aulas; e
IV - gestão das atividades e serviços de apoio a comunidade acadêmica.
Seção I
Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)
Art. 160. A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.
Art. 161. À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:
I -implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;
II -propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;
III -coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;
IV -organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;
V -coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;
VI -lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;
VII -informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e
VIII -certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.
Seção II
Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX)
Art. 162. A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de pesquisa, inovação e extensão.
Art. 163. À Coordenadoria de Pesquisa e Extensão compete:
I -fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e extensão;
II - manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, inovação e extensão;
III - divulgar as ações referentes a pesquisa, inovação e extensão;
IV - incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, da inovação e da extensão;
V - articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;
VI - acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;
VII - incentivar a implantação de grupos de pesquisas;
VIII - encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;
IX - coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;
X - estimular a interação do Campus com a sociedade;
XI - coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;
XII - coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;
XIII - coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;
XIV - fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;
XV - organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos;
XVI - encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e
XVII - promover a realização de cursos de formação inicial e continuada.
Seção III
Das Coordenações de Cursos
Art. 164. As Coordenações de Cursos estão estabelecidas na Organização Didática.
Parágrafo único. Os Coordenadores de Cursos serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Capítulo IV

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)

Art. 165. O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 166. O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I - Coordenadoria de Manutenção Geral;

II - Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

III - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio; e

IV -Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 167. Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I -elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II -coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III -acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados, bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV -realizar a conformidade dos registros de gestão dos lançamentos diários da unidade gestora;

V -planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

VI -planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais, Patrimônio e Tecnologia da Informação do Campus;

VII -planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

VIII -definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus;

IX -elaborar e controlar contratos;

X -elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares; e

XI -responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 168. As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I - orientação e acompanhamento de novos servidores;

II - organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III - identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV - encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V - operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI - avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII - acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção I

Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)

Art. 169. A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção de prédios, máquinas e equipamentos, bem como, pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.

Parágrafo único. As máquinas e os equipamentos referidos no caput deste artigo dizem respeito apenas aos de uso geral, não contemplando os utilizados nos Cursos, bem como, os de informática.

Art. 170. À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:

I - executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II - planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente; e

III - autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços.

Seção II

Da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN)

Art. 171. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é responsável em prover aos usuários do Campus a qualidade no serviço de Tecnologia da Informação.

Art. 172. À Coordenadoria de Tecnologia da Informação compete:

I - fazer a gestão de Tecnologia da Informação do Campus;

II - estruturar os processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;

III - planejar, prover e manter a infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

IV - analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação;

V - zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e

VI - prover treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.

Seção III

Da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP)

Art. 173. A Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio é responsável pela aquisição de materiais, contratação de serviços, bem como pelos seus recebimentos, registros, guarda e distribuição.

Art. 174. À Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - coordenar e realizar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços e obras necessários ao funcionamento e à modernização do Campus;

II - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

III - registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis, e imóveis do Campus;

IV - manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais; e

V -coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Seção IV

Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)

Art. 175. A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 176. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I - coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II - analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III - realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV - solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V - elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

VI - controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII - fiscalizar documentalmente e fazer o registro de contratos;

VIII - apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e

IX -realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Capítulo V

DOS NÚCLEOS

Art. 177. Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (departamentos, coordenadorias ou gabinete da Direção-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 178. Além dos Núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 179. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 180. O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 181 O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 182. A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 183. Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele indicado em consonância com o Diretor-geral.

Art. 184. Sempre que houver a necessidade de representação discente, esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo único. Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 185. O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I -alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II -proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III - proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV - proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 186. Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 187. Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 74, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Sapucaia do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Sapucaia do Sul do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II

DO CAMPUS SAPUCAIA DO SUL

Art. 2º O Campus Sapucaia do Sul, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 525 de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 1995, está instalado na cidade de Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 3º O Campus Sapucaia do Sul tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Sapucaia do Sul, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A estrutura organizacional do Campus compreende:

I - Diretor-geral;

II - Gabinete da Direção-geral (GABDIR):

a - Coordenadoria de Comunicação Social (CCS);

III - Departamento de Ensino (DEPEN):

a - Coordenadoria de Estrutura Funcional de Ensino (COEFE),

b - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC), e

c - Coordenações de Cursos;

IV - Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (DEPEP):

a - Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-empresa (COSIE);

V - Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):

a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG),

b - Coordenadoria de Compras (COMP),

c - Coordenadoria de Contratos (CONT),

d - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e de Finanças (COCAF), e

e - Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Transporte (COPAP);

VI - Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI),

c - Núcleo de Educação a Distância (NEAD),

d - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e

e - Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
Capítulo I
DO DIRETOR-GERAL
Art. 5º O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.
Parágrafo Único: Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.
Art. 6º Ao Diretor-geral compete:
I - administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;
II - superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;
III - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;
IV - indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;
V - exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigente;
VI - encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;
VII - possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;
VIII - exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;
IX - assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;
X - acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;
XI - articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;
XII - emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;
XIII - divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e
XIV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.
Capítulo II
DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)
Art. 7º O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.
Art. 8º À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:
I - assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;
II - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;
III - organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;
IV - coordenar as atividades administrativas do Gabinete;
V - responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;
VI - apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria, em atividades demandadas pela Reitoria;
VII - dar suporte à realização de eventos no Campus;
VIII - organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;
IX - presidir as comissões de formatura do Campus;
X - gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete;
XI - proceder à emissão de diárias e passagens;
XII - definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus; e
XIII - fazer a gestão das Atividades de Saúde e de Tecnologia da Informação do Campus.
Das Atividades de Saúde
Art. 9º As Atividades de Saúde compreendem:
I - atendimento ambulatorial de enfermagem e consultas médicas;
II - planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;
III - elaboração e emissão de pareceres técnicos;
IV - colaboração em atividades de educação em saúde;
V - acompanhamento psicológico; e
VI - assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Das Atividades de Tecnologia da Informação
Art. 10 As Atividades de Tecnologia da Informação compreendem:
I - gestão de Tecnologia da Informação do Campus;
II - estruturação dos processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;
III - planejamento, realização do provimento e manutenção da infraestrutura de forma adequada aos usuários de sistemas de informação;
IV - análise, desenvolvimento e implantação de projetos de sistemas de informação;
V - zelo pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e
VI - treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.
Seção I
Da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)
Art. 11 A Coordenadoria de Comunicação Social é responsável pelo registro, produção, divulgação de eventos e atividades realizados no Campus.
Art. 12 À Coordenadoria de Comunicação Social compete:
I - planejar e executar as ações de comunicação, edição e divulgação do Campus, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;
II - elaborar matérias referentes ao Campus;
III - atualizar o Portal do Campus; e
IV - registrar as reuniões e eventos institucionais do Campus.
Capítulo III
DO DEPARTAMENTO DE ENSINO (DEPEN)
Art. 13 O Departamento de Ensino é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino.
Art. 14 O Departamento de Ensino compreende:
I - Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino;
II - Coordenadoria de Registros Acadêmicos; e
III - Coordenações de Cursos.
Art. 15 Ao Departamento de Ensino compete:
I - propor a reformulação de normas e procedimentos à Pró-reitoria de Ensino;
II - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;
III - propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de Cursos Técnicos e Superiores de Graduação;
IV - prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos e Áreas, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;
V - propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;
VI - propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;
VII - coordenar as atividades de planejamento de ensino no âmbito do Campus;
VIII - aplicar os regulamentos disciplinares;
IX - orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;
X - coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;
XI - elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino;
XII - propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e
XIII - fazer a gestão das Atividades de Assistência Estudantil e Pedagógicas.
Das Atividades de Assistência Estudantil
Art. 16 As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:
I -gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;
II -planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;
III -promoção de ações nas áreas de saúde e serviço social;
IV -realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;
V -desenvolvimento de atividades de orientação profissional;
VI -fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e
VII -proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.
Das Atividades Pedagógicas
Art. 17 As Atividades Pedagógicas compreendem:
I - promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;
II - assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;
III - planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;
IV - promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;
V - acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;
VI - planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade acadêmica;
VII - subsídio e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, ensino e aprendizagem;
VIII - fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;
IX - fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e
X - participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.
Seção I
Da Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE)
Art. 18 A Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino é responsável por proporcionar as condições necessárias ao funcionamento do ensino.
Art. 19 À Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino compete a gestão das Atividades de Biblioteca e de Apoio ao Ensino.
Das Atividades de Biblioteca
Art. 20 As Atividades de Biblioteca compreendem:
I - viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;
II - implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;
III - desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e
IV - administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.
Das Atividades de Apoio ao Ensino
Art. 21 As Atividades de Apoio ao Ensino compreendem:
I - disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;
II - assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;
III - gestão das atividades e serviços de apoio à comunidade acadêmica;
IV - registro de toda e qualquer não-conformidade referente à execução das atividades de ensino e aprendizagem no Campus;
V -repasse de toda e qualquer informação interna de interesse da comunidade acadêmica;
VI -controle da movimentação discente no espaço físico escolar; e
VII -alocação e controle do uso dos espaços físicos.
Seção II
Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)
Art. 22 A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.
Art. 23 À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:
I - implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;
II - propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;
III - coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;
IV - organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;
V - coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;
VI - lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos; e
VII - informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e
VIII - certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.
Seção III
Art. 24 As Coordenações de Cursos estão estabelecidas na Organização Didática.
Parágrafo único. Os coordenadores de curso serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.
Capítulo IV
Art. 25 O Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de pesquisa, inovação, extensão e pós-graduação.
Art. 26 O Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação compreende:
I -Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa.
Art. 27 Ao Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação compete:
I -propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
II -analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto de Política Pedagógica Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;
III -propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de ofertas de vagas de cursos de pós-graduação;
IV -propor, em consonância com as coordenações de cursos de pós-graduação, ações para compor o Plano de Ação do IFSul;
V -propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;
VI -coordenar as atividades de planejamento de pesquisa, extensão e pós-graduação no âmbito do Campus;
VII -fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, extensão e pós-graduação;
VIII -manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, extensão e pós-graduação;
IX -divulgar as ações referentes a pesquisa, extensão e pós-graduação;
X - incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, extensão e pós-graduação;
XI -articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;
XII -acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;
XIII -incentivar a implantação de grupos de pesquisas;
XIV -encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;
XV -coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVI -estimular a interação do Campus com a sociedade;
XVII -coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;
XVIII -fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;
XIX -promover a realização de cursos de formação inicial e continuada;
XX -propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação; e
XXI -elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de pesquisa, extensão e pós-graduação.
Seção I
Da Coordenadoria de Serviço de Integração campus-Empresa (COSIE)
Art. 28 A Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de interação do Campus com as empresas.
Art. 29 À Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa compete:
I -coordenar as pesquisas periódicas dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;
II -coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;
III -organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos; e
IV -encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos.
Capítulo V
DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)
Art. 30 O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.
Art. 31 O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:
I - Coordenadoria de Manutenção Geral;
II - Coordenadoria de Compras;
III - Coordenadoria de Contratos;
IV - Coordenadoria Orçamento, Contabilidade e de Finanças; e
V -Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Transporte.
Art. 32 Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:
I - elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;
II - coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
III - acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados bem como elaborar as respectivas prestações de contas;
IV - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;
V - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais e Patrimônio do Campus;
VI - planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;
VII - elaborar a prestação de contas do Campus; e
VIII - responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.
Das Atividades de Gestão de Pessoas
Art. 33 As atividades de Gestão de Pessoas compreendem:
I - orientação e acompanhamento de novos servidores;
II - organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demandas à Diretoria de Gestão de Pessoas;
III - identificação das necessidades de capacitação dos servidores;
IV - encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;
V - operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;
VI - avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e
VII - acompanhamento dos projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.
Seção I
Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)
Art. 34 A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção dos prédios, máquinas e equipamentos, bem como, pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.
Parágrafo único. Excetuam-se os equipamentos de tecnologia da informação.
Art. 35 À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:
I - executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;
II - planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;
III - autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços; e
IV - elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares.
Seção II
Da Coordenadoria de Compras (COMP)
Art. 36 A Coordenadoria de Compras é responsável pelas atividades de licitação de serviços, de obras e de aquisição de materiais.
Art. 37 À Coordenadoria de Compras, compete:
I - formalizar os processos de solicitação de compras de materiais, de serviços e de obras a licitar;
II - coordenar e realizar a aquisição dos materiais e a contratação de serviços e obras;
III - realizar pesquisas de preço de mercado a partir de informações recebidas dos requerentes;
IV - arquivar a documentação dos processos de compras; e
V - atender os fornecedores na prestação de informações sobre licitações.
Seção III
Da Coordenadoria de Contratos (CONT)
Art. 38 A Coordenadoria de Contratos é responsável pela gestão dos contratos do Campus.
Art. 39 À Coordenadoria de Contratos compete:
I -elaborar as minutas de contrato referentes aos processos de contratação;
II -elaborar, controlar e registrar os contratos;
III -coordenar e acompanhar a execução dos processos de contratação de serviços necessários ao funcionamento e à modernização do Campus; e
IV -fiscalizar a documentação dos contratos firmados pelo Campus.
Seção IV
Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)
Art. 40 A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.
Art. 41 À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:
I - coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;
II - analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;
III - realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;
IV - solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;
V - elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;
VI - controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;
VII - apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e
VIII - realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.
Seção V
Da Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Transporte (COPAP)
Art. 42 A Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Transporte é responsável por controlar os bens adquiridos, administrar o protocolo e gerenciar a frota de veículos.
Art. 43 À Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Transporte compete:
I - realizar serviços externos referentes às compras de pronto pagamento e de transporte de documentos;
II - executar e controlar as atividades relacionadas a recebimento, registro, guarda e distribuição de materiais;
III - registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis e imóveis do Campus;
IV -coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus;
V -gerenciar a correspondência e malote do Campus;
VI -administrar o Sistema de Protocolo do Campus; e
VII -gerenciar a frota de veículos do Campus.
Capítulo VI
DOS NÚCLEOS
Art. 44 Os Núcleos, órgão de assessoramento da Direção-Geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, departamentos, coordenadorias ou gabinete do Diretor-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.
§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.
§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.
§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.
§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.
Art. 45 Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.
Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.
Seção I
Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
Art. 46 O Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.
Seção II
Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)
Art. 47 O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.
Seção III
Do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
Art. 48 O Núcleo de Educação a Distância tem por finalidade assessorar o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto ao planejamento e à execução das atividades de ensino realizadas na modalidade a distância.
Parágrafo único. Quando se tratarem de atividades de ensino semipresenciais nos cursos presenciais do Campus, com uso de ambiente virtual de aprendizagem, haverá articulação com os coordenadores dos cursos envolvidos.
Seção IV
Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
Art. 49 O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes a temática das relações étnico-raciais.
Seção V
Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)
Art. 50 O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.
TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 51 A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.
Art. 52 A organização interna das diretorias, dos departamentos, das coordenadorias e dos colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio que deve ser aprovado pelas instâncias legais que constam do Estatuto e Regimento Geral do IFSul.
Art. 53 Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele, indicado em consonância com o Diretor-geral.
Art. 54 Sempre que houver a necessidade de representação discente esta será indicado pelos órgãos estudantis instituídos no Campus no âmbito.
Parágrafo único. Em casos em que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.
Art. 55 O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:
I -alterações na legislação no Estatuto ou no Regimento Geral;
II -proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou
III -proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou
IV -proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.
Parágrafo único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.
Art. 56 Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.
Art. 57 Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:
Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Pelotas - Visconde da Graça, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 188º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Pelotas - Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.
TÍTULO II
DO CAMPUS PELOTAS - VISCONDE DA GRAÇA
Art. 189º O Campus Pelotas - Visconde da Graça, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação, está instalado na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 190º O Campus Pelotas - Visconde da Graça, instituição de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior de Graduação e Pós-graduação, tem como origem o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, que passou a integrar o IFSul pela Portaria nº 715 de 2010 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2010 e retificada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2010.

Art. 191º O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça constituiu-se originariamente pelo Colégio Agrícola Visconde da Graça e pelo Colégio de Economia Doméstica Rural, sendo incorporados como Unidade da Fundação Universidade Federal de Pelotas, do Ministério da Educação e Desporto, pelo Decreto nº 56.881, de 16 de dezembro de 1969.

§1º - O Colégio Agrícola Visconde da Graça foi criado pelo Decreto nº 15.102, publicado no Diário Oficial da União, de 09 de novembro de 1921, e inaugurado a 12 de outubro de 1923, sob a denominação de "Patronato Agrícola do RS".

§2º - O Colégio de Economia Doméstica Rural teve o início de seu funcionamento em 1957 com a denominação de Curso Colegial de Economia Rural, passando, pelo Decreto nº 52.666 de 11.10.1963 e, posteriormente, pelo Decreto nº 53.774, de 20.03.1964, a Colégio de Economia Doméstica Rural.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 192º O Campus Pelotas - Visconde da Graça tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Pelotas - Visconde da Graça, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 193º A estrutura organizacional do Campus compreende:

I - Conselho do Campus;

II - Diretor-geral;

III - Gabinete da Direção-geral:

a - Coordenadoria da Secretaria do Gabinete;

IV - Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

V - Coordenadoria de Assistência Estudantil;

VI - Coordenadoria de Saúde;

VII - Diretor de Ensino:

a - Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação:

i. Coordenações de Cursos e Coordenações de Áreas, e

ii Coordenadoria de Gestão Acadêmica,

b - Departamento de Educação a Distância:

iii Coordenações de Cursos,

c - Coordenadoria de Registros Acadêmicos,

d - Coordenadoria de Supervisão Pedagógica, e

e - Coordenadoria de Orientação Educacional;

VIII - Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação:

a - Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa, e

b - Coordenadoria de Pesquisa e Pós-graduação;

IX - Departamento de Administração e de Planejamento:

a - Coordenadoria de Infraestrutura e Planejamento Físico:

i Coordenadoria de Manutenção da Infraestrutura,

ii Coordenadoria de Manutenção de Máquinas e Equipamentos,

b - Coordenadoria de Administração:

i Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças,

ii Coordenadoria de Compras,

iii Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado, e

iv Coordenadoria de Protocolo e Transporte,

c - Coordenadoria de Produção e Apoio Didático:

i Coordenadoria de Agricultura,

ii Coordenadoria de Agroindústria, e

iii Coordenadoria de Zootecnia;

X - Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI),

c - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e

d - Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NuGAI).

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Capítulo I

DO CONSELHO DO CAMPUS (CCAM)

Art. 194º O Conselho do Campus Pelotas - Visconde da Graça, com fins normativos e consultivos nas instâncias Acadêmica e Administrativa, no âmbito do Campus, tem seu funcionamento, sua estrutura e suas comissões definidos, compostos e regulados por este Regimento e seu funcionamento detalhado em Regulamento Próprio, internamente aprovado pela maioria simples de seus membros.

Art. 195º O Conselho do Campus é composto por:

I - Diretor-geral;

II - Diretor de Ensino;

III - Chefe do Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação;

IV - Chefe do Departamento de Educação a Distância;

V - Chefe do Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação;

VI - Chefe do Departamento de Administração e Planejamento;

VII - seis docentes;

VIII - dois técnico-administrativos em educação; e

IX - dois representantes discentes (um da Educação Básica e um da Educação Superior).

§ 1º Os servidores dos incisos I, II, III, IV, V e VI são membros natos e serão substituídos em suas ausências pelo substituto imediato indicado pelo Diretor-geral.

§ 2º - Para os incisos VII, VIII e IX serão eleitos pelos seus pares, representantes titulares e suplentes.

Art. 196º A duração do mandato dos conselheiros eleitos será de 01 (um) ano, iniciando-se na data da publicação da Portaria de nomeação, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Único. A Presidência do Conselho do Campus deverá tomar providências para a realização de eleições no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos, tendo 15 (quinze) dias para encaminhar a relação dos eleitos ao Reitor.

Art. 197. O suplente substituirá o conselheiro titular em suas ausências, assumindo suas atribuições.

Art. 198. São inelegíveis para os Incisos VII, VIII e IX deste Conselho todos os servidores detentores de Cargos de Direção e Funções Gratificadas, assim como os afastados por qualquer motivo.

Parágrafo Único. O caput deste artigo não se aplica aos coordenadores de cursos.

Art. 199. O Conselho do Campus terá as seguintes Câmaras Permanentes, constituídas, cada uma delas, de 3 (três) membros do Conselho, eleitos pelos Conselheiros por maioria de votos, na primeira reunião anual:

I - Câmara de Ensino do Campus;

II - Câmara de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Campus; e

III - Câmara de Legislação e Normas do Campus.

Art. 200. O Conselho do Campus poderá solicitar pareceres a consultores ad hoc.

Art. 201. Ao Conselho do Campus compete:

I - analisar, emitir parecer sobre as diretrizes de atuação do Campus e execução de sua política educacional;

II - analisar, emitir parecer sobre a estrutura organizacional do Campus, em observância à legislação especifica;

III - analisar, emitir parecer sobre os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Campus;

IV - analisar, emitir parecer sobre as propostas de planos de ação e de desenvolvimento institucional do Campus;

V - analisar, emitir parecer sobre o Projeto Pedagógico e a Organização Didática do Campus;

VI - analisar, emitir parecer sobre a criação, extinção e currículos de cursos no âmbito do Campus;

VII - analisar, emitir parecer sobre as normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e fomento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

VIII - analisar, emitir parecer sobre as normas gerais para o ingresso, organização, funcionamento, avaliação e alterações de projetos pedagógicos de cursos em todos os níveis de ensino;

IX - analisar, emitir parecer sobre as normas gerais para o afastamento de servidores para fins acadêmicos;

X - analisar, emitir parecer sobre as diretrizes para concessão de bolsas institucionais de mestrado e doutorado para os servidores do Campus;

XI - analisar, emitir parecer sobre os critérios para seleção de docentes;

XII - analisar, emitir parecer sobre a celebração, acompanhamento e avaliação de convênios;

XIII - analisar e emitir parecer sobre os processos de avaliação e autoavaliação do Campus;

XIV - analisar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária;

XV - analisar e emitir parecer sobre as contas do exercício financeiro e relatórios de gestão do Campus;

XVI - analisar e emitir parecer sobre o dimensionamento das necessidades de composição do quadro e de capacitação de pessoal;

XVII - analisar e emitir parecer sobre a organização e o funcionamento geral do Campus;

XVIII - solicitar a criação de comissões temporárias.

Capítulo II

DO DIRETOR-GERAL

Art. 202. O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

§ 1º Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto será o Diretor Adjunto que também executará a função de ordenador de despesas.

§ 2º Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, e do Diretor Adjunto, o seu substituto será designado por portaria do Reitor e também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 203. Ao Diretor-geral compete:

I - administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II - superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV - indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V - exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;

VI - encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII - possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII - exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX - assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X - acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

XI - articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII - emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII - divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XIV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Capítulo III

DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)

Art. 204. O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.

Art. 205. O Gabinete da Direção-geral compreende:

a - Secretaria do Gabinete.

Art. 206. À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:

I - assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;

II - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;

III - organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;

IV - coordenar as atividades administrativas do Gabinete;

V - responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;

VI - apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria em atividades demandadas pela Reitoria;

VII - dar suporte à realização de eventos no Campus;

VIII - organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;

IX - presidir as comissões de formatura do Campus;

X - gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete; e

XI - fazer a gestão das Atividades de Comunicação Social.

Das Atividades de Comunicação Social

Art. 207. As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I - planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II - elaboração de matérias referentes ao Campus;

III - atualização do Portal do Campus; e

IV - registro de reuniões e eventos institucionais do Campus.

Seção I

Da Coordenadoria da Secretaria do Gabinete (SeGab)

Art. 208. A Coordenadoria da Secretaria do Gabinete da Direção-geral do Campus é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades de registros e documentação, bem como de atendimento ao público relacionado ao Gabinete da Direção-geral.

Art. 209. À Coordenadoria da Secretaria do Gabinete compete:

I - receber e atender ao público, prestando informações gerais e providenciando os encaminhamentos necessários;]

II - acompanhar publicação de legislação relativa à educação e à administração do Campus e registrar adequadamente;

III - receber, protocolar, encaminhar, arquivar, organizar, redistribuir e manter os documentos que tramitam pelo Gabinete do Diretor; e

IV - redigir documentos oficiais e atas do Gabinete.

Capítulo IV

DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CTI)

Art. 210. A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é responsável em prover aos usuários do Campus a qualidade no serviço de Tecnologia da Informação.

Art. 211. À Coordenadoria de Tecnologia da Informação compete:

I - fazer a gestão de Tecnologia da Informação do Campus;

II - estruturar os processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus;

III - planejar, prover e manter a infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

IV - analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação;

V - zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e

VI - prover treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.

Capítulo V

DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (CAE)

Art. 212. A Coordenadoria de Assistência Estudantil é responsável por propor e gerenciar programas, projetos e atividades relacionados à assistência estudantil, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Supervisão Pedagógica e a Coordenadoria de Orientação Educacional.

Art. 26 . À Coordenadoria de Assistência Estudantil compete:

I - gerenciar e implementar políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II - planejar e coordenar a execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III - promover ações nas áreas de saúde e serviço social;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - realizar o estudo e o diagnóstico social da população acadêmica;

V - desenvolver atividades de orientação profissional;

VI - supervisionar o funcionamento do refeitório;

VII - coordenar e supervisionar as moradias estudantis;

VIII - fomentar e promover, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante; e

IX - propor critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Capítulo VI

DA COORDENADORIA DE SAÚDE (CS)

Art. 213. A Coordenadoria de Saúde é responsável por executar as ações referentes à saúde preventiva e curativa.

Art. 214. À Coordenadoria de Saúde compete:

I - realizar o atendimento ambulatorial de enfermagem, consultas médicas e odontológicas;

II - planejar e implementar ações de promoção à saúde;

III - realizar o atendimento pré-hospitalar nos casos de urgência e emergência;

IV - elaborar e emitir pareceres técnicos;

V - colaborar em atividades de educação em saúde;

VI - assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e

VII - realizar acompanhamento psicológico.

Capítulo VII

DA DIRETORIA DE ENSINO (DIREN)

Art. 215. A Diretoria de Ensino é responsável por planejar, superintender, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

Art. 216. A Diretoria de Ensino compreende:

I - Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação:

a - Coordenações de Cursos e Coordenações de Áreas, e

b - Coordenadoria de Gestão Acadêmica;

II - Departamento de Educação a Distância:

a - Coordenações de Cursos;

III - Coordenadoria de Registros Acadêmicos;

IV - Coordenadoria de Supervisão Pedagógica; e

V - Coordenadoria de Orientação Educacional.

Art. 217. À Diretoria de Ensino compete:

I - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

III - propor a reformulação de normas e procedimentos à Pró-reitoria de Ensino;

IV - propor a execução de programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

V - propor estratégias de planejamento de ensino;

VI - orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;

VII - analisar e propor os encaminhamentos de convênios na área de ensino;

VIII - propor, em consonância com os departamentos e as coordenações de cursos e áreas, ações para comporem o plano de ação do IFSul;

IX - acompanhar processos seletivos e vestibular para ingresso nos cursos;

X - elaborar editais e normas do Campus, destinados às atividades de ensino;

XI - propor o Calendário Acadêmico, de acordo com o estabelecido na Organização Didática;

XII - supervisionar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Projeto Pedagógico Institucional;

XIII - prestar orientação e apoio na execução de regulamentos, normas e encaminhamento de processos;

XIV - promover a avaliação das ações educacionais do Campus; e

XV - informar o número de vagas para processos seletivos e vestibular.

Seção I

Do Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação (Depg)

Art. 218. O Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino.

Art. 219. O Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação compreende:

I - Coordenações de Cursos e de Áreas; e

II - Coordenadoria de Gestão Acadêmica.

Art. 220. Ao Departamento de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação compete:

I - propor a reformulação de normas e procedimentos ao Diretor de Ensino;

II - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III - propor ao Diretor de Ensino a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

IV - prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos e Áreas, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V - propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;

VI - propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

VII - coordenar as atividades de planejamento de ensino;

VIII - orientar e coordenar a avaliação das atividades acadêmicas;

IX - propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino;

X - elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino; e

XI - elaborar o Calendário Acadêmico, encaminhar ao Diretor de Ensino para aprovação nas instâncias competentes, implementar e fazer cumprir, de acordo com o estabelecido na Organização Didática.

Subseção I

Das Coordenações de Cursos e de Áreas

Art. 221 As Coordenações de Cursos e de Áreas estão estabelecidas na Organização Didática.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de Curso serão eleitos de acordo com as normas estabelecidas no Campus.

Art. 222. Cada curso deve ter um Colegiado definido na Organização Didática.

Parágrafo Único. Na composição do Colegiado deve ser preservada a participação mínima de 70% (setenta por cento) de docentes e garantida a representatividade discente.

Subseção II

Da Coordenadoria de Gestão Acadêmica (CGAc)

Art. 223. A Coordenadoria de Gestão Acadêmica é responsável por organizar e sistematizar as ações voltadas ao processo educacional e por disponibilizar a infraestrutura básica para o adequado funcionamento acadêmico.

Art. 224. À Coordenadoria de Gestão Acadêmica compete:

I - zelar pela organização e ordem das atividades educacionais do Campus;

II - coordenar atividades relacionadas aos multimeios educacionais; e

III - fazer a gestão das Atividades de Biblioteca e de Infraestrutura, Apoio Didático e Discente.

Das Atividades de Biblioteca

Art. 225. As Atividades de Biblioteca compreendem:

I - viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;

II - implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;

III - desenvolvimento de ações referentes à manutenção e melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

IV - administração do catálogo dos materiais bibliográficos

Das Atividades de Gestão de Infraestrutura e Apoio Didático e Discente

Art. 226. As Atividades de Gestão de Infraestrutura e Apoio Didático e Discente compreendem:

I - disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II - assistência aos estudantes nos aspectos de saúde, lazer, segurança e disciplina;

III - estruturação e controle dos horários de aulas; e

IV - coordenação de atividades voltadas à comunidade acadêmica.

Seção II

Do Departamento de Educação a Distância (Dead)

Art. 227 O Departamento de Educação a Distância é responsável pelo planejamento, a administração, a coordenação, a execução e a supervisão da Educação a Distância, bem como apoiar as iniciativas referentes à utilização das mediações tecnológicas, com vistas à criação de objetos educacionais a serem aplicados no ensino, na modalidade presencial.

Parágrafo Único. O Departamento de Educação a Distância compreende:

I - Coordenações de Cursos.

Art. 228. Ao Departamento de Educação a Distância compete:

I - propor a reformulação de normas e procedimentos ao Diretor de Ensino;

II - coordenar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos e avaliar as atividades acadêmicas;

III - executar a adequação dos cursos ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional;

IV - propor a criação e organização de novos cursos, a abertura e/ou desativação de cursos, bem como a modificação do número de vagas ofertadas;

V - coordenar e acompanhar os processos de avaliação dos cursos em todos os níveis e modalidades da Educação a Distância;

VI - acompanhar as ações relativas à Educação a Distância, no âmbito do Campus;

VII - propor, coordenar e acompanhar convênios em atividades de Educação a Distância;

VIII - acompanhar processos seletivos e vestibular para ingresso nos cursos;

IX - coordenar a seleção de pessoal previsto nos projetos e programas de Educação a Distância;

X - elaborar editais e normas, no âmbito Campus;

XI - elaborar o Calendário Acadêmico, encaminhar ao Diretor de Ensino para aprovação nas instâncias competentes, implementar e fazer cumprir, de acordo com o estabelecido na Organização Didática;

XII - promover a articulação entre Campus e Polos;

XIII - articular as ações de tecnologia da informação, ambiente virtual, supervisão pedagógica e apoio linguístico com as áreas responsáveis;

XIV - acompanhar a execução dos projetos educacionais e projetos de desenvolvimento tecnológico; e

XV - fazer a gestão das Atividades de Coordenação de Tutores.

Das Atividades de Coordenação de Tutores

Art. 229. As Atividades de Coordenação de Tutores compreendem:

I - orientação e acompanhamento do processo de comunicação on-line;

II - assistência aos tutores em suas práticas; e

III - gestão das atividades dos tutores.

Subseção I

Das Coordenações de Cursos a Distância

Art. 230. As Coordenações de Cursos Profissional Técnico e Tecnológico a Distância têm por finalidade assessorar o Departamento, desenvolvendo em conjunto, atividades relativas à execução das políticas educacionais, assim como o planejamento, a organização, o desenvolvimento e a avaliação do processo educativo junto a estudantes e docentes.

Seção III

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA)

Art. 231. A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 232. À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:

I - implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II - propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III - coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV - organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;

V - coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;

VI - lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII - informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII - certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidas pelo Campus.

Seção IV

Da Coordenadoria de Supervisão Pedagógica (CoSuP)

Art. 233. A Coordenadoria de Supervisão Pedagógica tem por finalidade assessorar a Educação Profissional e Superior.

Art. 234. À Coordenadoria de Supervisão Pedagógica compete:

I - promover e executar o processo de formação continuada de docentes em serviço;

II - assessorar nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;

III - organizar as atividades destinadas à orientação docente nos processos e procedimentos de ensino;

IV - planejar e executar ações de desenvolvimento e atualização pedagógica para docentes;

V - fomentar e promover, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante;

VI - participar nos processos didático-pedagógicos do Campus;

VII - orientar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico de cada curso;

VIII - acompanhar a execução de diretrizes curriculares e a construção de novas propostas;

IX - emitir parecer sobre questões de cursos, disciplinas, programas, planos e projetos de ensino;

X - promover a avaliação e a autoavaliação no processo pedagógico acadêmico; e

XI - fomentar, realizar e acompanhar pesquisas que envolvam a ação educativa.

Seção V

Da Coordenadoria de Orientação Educacional (COE)

Art. 235. A Coordenadoria de Orientação Educacional é responsável por planejar, orientar, assessorar e acompanhar programas, projetos e atividades relacionados ao processo educativo junto à comunidade acadêmica e aos pais e/ou responsáveis, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Supervisão Pedagógica e a Coordenadoria de Assistência Estudantil.

Art. 50. À Coordenadoria de Orientação Educacional compete:

I - participar das atividades de diagnóstico da população acadêmica;

II - planejar e sistematizar atividades de informação profissional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - participar da avaliação da prática pedagógica dos professores;

IV - participar das reuniões pedagógicas dos cursos e áreas; e

V - planejar, coordenar e orientar os estudantes no cumprimento e na execução das políticas educacionais.

Capítulo VIII

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (DPEP)

Art. 236. O Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de Pós-graduação, Pesquisa, Inovação e Extensão.

Art. 237. O Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação compreende:

I - Coordenadoria de Estágios e Egressos; e

II - Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Art. 238. Ao Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação compete:

I - propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III - propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de ofertas de vagas de cursos de pós-graduação;

IV - prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos de Pós-graduação, na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V - propor, em consonância com as coordenações de cursos de pós-graduação, ações para compor o Plano de Ação do IFSul;

VI - propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

VII - coordenar as atividades de planejamento de pesquisa, extensão e pós-graduação no âmbito do Campus;

VIII - manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa, extensão e pós-graduação;

IX - divulgar as ações referentes a pesquisa, extensão e pós-graduação;

X - incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa, extensão e pós-graduação;

XI - acompanhar programas e projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e de extensão;

XII - encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa, inovação e extensão;

XIII - coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos;

XIV - estimular a interação do Campus com a sociedade;

XV - coordenar a dinâmica de produção e de prestação de serviços;

XVI - fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

XVII - promover a realização de cursos de formação inicial e continuada;

XVIII - propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;

XIX - elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de pesquisa, extensão e pós-graduação;

XX - organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos; e

XXI - coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades extraclasse dos estudantes.

Seção I

Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa (COSIE)

Art. 239. A Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de interação do Campus com as empresas.

Art. 240. À Coordenadoria de Serviço de Integração Campus-Empresa compete:

I - coordenar, em conjunto com os Departamentos de Educação Profissional e de Cursos Superiores de Graduação, de Educação a Distância e com a Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação, os mecanismos de interação entre o Campus e as empresas e/ou instituições parceiras;

II - captar e divulgar ofertas de estágios e de empregos;

III - promover o fortalecimento das interações entre o Campus e as empresas;

IV - coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

V - prover procedimentos e meios para a inclusão de estudantes em estágios;

VI - emitir parecer sobre proposta e/ou alterações de projetos ou programas de atividades de estágio;

VII - emitir parecer de projetos de estágios;

VIII - encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e

IX - executar e acompanhar programa de acompanhamento de egressos.

Seção II

Da Coordenadoria de Pós-graduação e Pesquisa (CPP)

Art. 241. A Coordenadoria de Pesquisa e Pós-graduação é responsável por planejar e coordenar a execução das atividades de Pesquisa, Inovação e de Pós-graduação e do processo de desenvolvimento científico do Campus.

Art. 242. À Coordenadoria de Pesquisa e Pós-graduação compete:

I - fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa, inovação e de Cursos de Pós-graduação;

II - articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;

III - incentivar a implantação de grupos de pesquisas;

IV - coordenar as atividades de planejamento de pesquisa, inovação e pós-graduação no âmbito do Campus;

V - ordenar e acompanhar os trâmites internos dos processos relacionados às atividades acadêmicas e administrativas de Pesquisa e Pós-graduação; e

VI - acompanhar programas e projetos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico.

Capítulo IX

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEPLAN)

Art. 243. O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 244. O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I - Coordenadoria de Infraestrutura e Planejamento Físico:

a - Coordenadoria de Manutenção de Infraestrutura, e

b - Coordenadoria de Manutenção de Máquinas e Equipamentos;

II - Coordenadoria de Administração:

a - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças,

b - Coordenadoria de Compras,

c - Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado, e

d - Coordenadoria de Protocolo e Transporte;

III - Coordenadoria de Produção e Apoio Didático:

a - Coordenadoria de Agricultura,

b - Coordenadoria de Agroindústria, e

c - Coordenadoria de Zootecnia.

Art. 245. Ao Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I - elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II - coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III - acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V - orientar e supervisionar a elaboração e a gestão do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento;

VI - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais e Patrimônio do Campus;

VII - planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus; e

VIII - elaborar a prestação de contas do Campus.

Seção I

Da Coordenadoria de Infraestrutura e de Planejamento Físico (CIPlan)

Art. 246. A coordenadoria de Infraestrutura e Planejamento Físico é responsável por ordenar, coordenar, acompanhar e controlar a execução de serviços e a fiscalização de obras e manutenção.

Art. 247. À Coordenadoria de Infraestrutura e Planejamento Físico compete:

I - planejar e coordenar as ações executivas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

II - planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

III - propor e acompanhar e controlar a execução da política de gestão do CaVG, no que se refere a:

a - segurança física e patrimonial;

b - sistemas de atendimento à comunidade no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão na área do Campus;

c - serviços de conservação e manutenção física, ambiental e patrimonial;

d - serviços na área de planejamento físico; e

e - atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área.

Seção II

Da Coordenadoria de Manutenção de Infraestrutura (CMI)

Art. 248. A Coordenadoria de Manutenção de Infraestrutura é responsável pela manutenção de prédios e pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.

Art. 249. À Coordenadoria de Manutenção de Infraestrutura compete:

I - executar e acompanhar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II - planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III - autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços;

IV - elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares; e

V - acompanhar, supervisionar, controlar e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas.

Seção III

Coordenadoria de Manutenção de Máquinas e Equipamentos (CMME)

Art. 250. A Coordenadoria de Manutenção de Máquinas e Equipamentos é responsável pelo acompanhamento da vida útil dos recursos materiais, desde a sua especificação técnica, assessoria na aquisição, recebimento, operação, até sua desativação.

Parágrafo Único. Excetuam-se os equipamentos de informática.

Art. 251. À Coordenadoria de Manutenção de Máquinas e Equipamentos compete:

I - planejar, sistematizar e operacionalizar a manutenção preventiva;

II - solicitar a aquisição de materiais;

III - identificar a necessidade de serviços externos e solicitá-los;

IV - emitir parecer sobre máquinas e equipamentos.

Seção IV

Da Coordenadoria de Administração (CoAd)

Art. 252. A Coordenadoria de Administração é responsável por coordenar, ordenar, administrar, executar, supervisionar e controlar os procedimentos e as ações administrativas do Campus relacionadas aos sistemas federais de administração.

Art. 253. A Coordenadoria de Administração compreende:

I - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças;

II - Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado;

III - Coordenadoria de Protocolo e Transporte; e

IV - Coordenadoria de Compras.

Art. 254. À Coordenadoria de Administração compete:

I - estabelecer diretrizes e propor normas aplicáveis às atividades de administração institucional;

II - coordenar e orientar os procedimentos de planejamento e orçamento, bem como promover a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, por meio de seus instrumentos de gestão;

III - dimensionar as necessidades de recursos para a manutenção e ampliação do Campus;

IV - acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos e convênios firmados, elaborando, acompanhando e supervisionando as respectivas prestações de contas;

V - coordenar a elaboração de informações estatísticas;

VI - planejar e coordenar a execução das ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a gestão de pessoas;

VII - elaborar o planejamento orçamentário;

VIII - planejar, coordenar e controlar as ações administrativas relacionadas as suas Coordenadorias;

IX - administrar a execução dos serviços contratados para portaria;

X - proceder à emissão de diárias e passagens;

XI - elaborar a prestação de contas do Campus; e

XII - responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 255. As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I - orientação e acompanhamento de novos servidores;

II - organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III - identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV - encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V - operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI - avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII - acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Subseção I

Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COC)

Art. 256. A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 257. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I - coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II - analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III - realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV - solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V - elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

VI - controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII - elaborar, controlar e registrar contratos;

VIII - fiscalizar a documentação dos contratos;

IX - apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e

X - realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Subseção II

Da Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado (CoPA)

Art. 258. A Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado é responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades relativas à gestão dos materiais necessários ao funcionamento do Campus, bem como o controle dos bens patrimoniais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 259. A Coordenadoria de Patrimônio e Almoxarifado compete:

I - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas com recebimento, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

II - manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

III - registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis, imóveis e semoventes do Campus; e

IV - coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Subseção III

A Coordenadoria de Protocolo e Transporte (CPT)

Art. 260. A coordenadoria de Protocolo e Transporte é responsável pelas atividades de protocolo do Campus, bem como pela guarda e manutenção da frota de veículos.

Art. 261. À Coordenadoria de Protocolo e Transporte compete:

I - gerenciar a correspondência e o malote do Campus;

II - administrar o Sistema de Protocolo do Campus;

III - gerenciar a frota de veículos do Campus; e

IV - administrar a execução dos serviços contratados de transporte.

Subseção IV

Coordenadoria de Compras (CCom)

Art. 262. A Coordenadoria de Compras é responsável pela execução e controle das atividades relativas à aquisição de materiais e contratação de serviços necessários ao funcionamento do CaVG.

Art. 263. À Coordenadoria de Compras compete:

I - coordenar e realizar os processos de contratação de serviços e obras necessários ao funcionamento do Campus;

II - executar a gestão e o controle de compras de materiais de consumo e permanentes;

III - administrar os processos de aquisição de bens e serviços nos mercados nacional e internacional;

IV - coordenar e realizar os processos licitatórios.

Seção V

Coordenadoria de Produção e Apoio Didático (CPAD)

Art. 264. A Coordenadoria de Produção e Apoio Didático é responsável por planejar, coordenar, executar e supervisionar.

Parágrafo Único - A Coordenação de Produção e Apoio Didático compreende:

I - Coordenadoria de Agricultura;

II - Coordenadoria de Agroindústria; e

III - Coordenadoria de Zootecnia.

Art. 265. À Coordenadoria de Produção e Apoio Didático compete:

I - desenvolver a gestão estratégica dos setores produtivos e serviços nos diferentes segmentos de produção didática existentes no CaVG;

II - coordenar a oferta de produtos, serviços e soluções tecnológicas;

III - promover a ação integrada entre as coordenadorias sob sua responsabilidade;

IV - promover a realização de acordos e a interação permanente do CaVG com órgãos e instituições em nível nacional e internacional para a incorporação de avanços e inovações tecnológicas e gerenciais.

Subseção I

Da Coordenadoria de Agricultura (CoAgri)

Art. 266. A Coordenadoria de Agricultura é responsável pelas atividades agrícolas, considerando as demandas de ensino, pesquisa e extensão e da produção sustentável.

Art. 267. À Coordenadoria de Agricultura compete:

I - elaborar, propor e desenvolver projetos de produção em consonância com as áreas envolvidas;

II - prover as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção;

III - desenvolver atividades adequadas de manejo e de destinação dos resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação vigente e preconizando a Educação Ambiental;

IV - zelar pela organização e desenvolvimento das áreas produtivas;

V - promover a capacitação do pessoal atuante na área; e

VI - sistematizar e disponibilizar dados sobre produção e utilização de insumos.

Subseção II

Da Coordenadoria de Zootecnia (CZoo)

Art. 268. A Coordenadoria de Zootecnia é responsável pelas atividades zootécnicas, considerando as demandas de ensino, pesquisa e extensão e da produção sustentável.

Art. 269. À Coordenadoria de Zootecnia compete:

I - elaborar, propor e desenvolver projetos de produção em consonância com as áreas envolvidas;

II - prover as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção;

III - desenvolver atividades adequadas de manejo e de destinação dos resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação vigente e preconizando a Educação Ambiental;

IV - zelar pela organização e desenvolvimento das áreas produtivas, assim como pelo Bem-estar animal;

V - promover a capacitação do pessoal atuante na área; e

VI - sistematizar e disponibilizar dados sobre produção e utilização de insumos.

Subseção III

Da Coordenadoria de Agroindústria (CoAgro)

Art. 270. A Coordenadoria de Agroindústria é responsável pelas atividades agroindustriais, considerando as demandas de ensino, pesquisa e extensão e da produção sustentável.

Art. 271. À Coordenadoria de Agroindústria compete:

I - elaborar, propor e desenvolver projetos de produção agroindustrial de frutas e hortaliças, carnes e derivados, leite e derivados e panificação, em consonância com as áreas envolvidas, visando atender as demandas de ensino-aprendizagem;

II - prover as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção;

III - desenvolver atividades adequadas de manejo e de destinação dos resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação vigente e preconizando a Educação Ambiental

IV - zelar pela organização e desenvolvimento das plantas de processamento e dos processos Agroindustriais;

V - promover a capacitação do pessoal atuante na área; e

VI - sistematizar e disponibilizar dados sobre produção e utilização de insumos.

Capítulo X

DOS NÚCLEOS

Art. 272. Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, departamentos, coordenadorias ou gabinete da Direção-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio, aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 273. Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 274. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 275. O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 276. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção IV

Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 277. O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 278. A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 279. A organização interna das Diretorias, dos Departamentos, das Coordenadorias e dos Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio, que deve ser aprovado pelo Conselho do Campus e pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 280. Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele indicado em consonância com o Diretor-geral.

Art. 281. Sempre que houver a necessidade de representação discente esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo Único. Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 282. O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I - alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II - proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III - proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV - proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo Único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 283. Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 284. Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 76, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008; Considerando os pareceres emitidos pelas Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna; e Considerando a reunião do Conselho Superior, realizada nos dias 19 e 20/12/2011, resolve:

Aprovar, conforme o anexo, após discussão e deliberação pelos Conselheiros do Colegiado, o Regimento Interno do campus Charqueadas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ANTÔNIO CARLOS BARUM BROD

ANEXO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 285º O presente Regimento Interno estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e é parte integrante do Regimento Geral do IFSul.

TÍTULO II

DO CAMPUS CHARQUEADAS

Art. 286º O Campus Charqueadas, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 1.690 de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2006, está instalado na cidade de Charqueadas, no Estado do Rio Grande do Sul, com foro da Seção Judiciária respectiva, da Justiça Federal, diretamente subordinado à Reitoria.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 287º O Campus Charqueadas tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

Parágrafo Único. Respeitadas as diretrizes, os regulamentos e as normas de que trata o caput deste artigo e, considerando o quadro de pessoal, a infraestrutura e os recursos orçamentários disponíveis, o Campus Charqueadas, em atendimento às demandas existentes, de forma isolada ou conjunta, atuará nas suas atividades fins.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 288º A estrutura organizacional do Campus compreende:

I - Diretor-geral;

II - Gabinete da Direção-geral (GABDIR);

III - Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX):

a - Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC),

b - Coordenadoria de Pesquisa (COPES),

c - Coordenadoria de Extensão (COEX),e

d - Coordenações de Cursos;

IV - Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):

a - Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG);

b - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP), e

c - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF);

V - Núcleos:

a - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

b - Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI),

c - Núcleo de Educação a Distância (NEAD),

d - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI),

e - Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI), e

f - Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED).

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Capítulo I

DO DIRETOR-GERAL

Art. 289º O Diretor-geral é o responsável por planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades do Campus.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências do Diretor-geral, o seu substituto, designado por portaria do Reitor, também executará a função de ordenador de despesas.

Art. 290º Ao Diretor-geral compete:

I - administrar e representar o Campus, dentro dos limites estatutários, regimentais e delegações do Reitor, em consonância com os princípios, as finalidades e os objetivos do IFSul;

II - superintender as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus;

III - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do IFSul, zelando pela imagem da Instituição;

IV - indicar ao Reitor os nomes para os cargos de direção e funções gratificadas do Campus;

V - exercer, no âmbito do Campus, o poder disciplinar, na forma prevista nos ordenamentos jurídicos vigentes;

VI - encaminhar as informações do Campus para composição do Relatório de Gestão e prestação de contas do IFSul;

VII - possibilitar o contínuo aperfeiçoamento das pessoas e a melhoria dos recursos físicos e de infraestrutura do Campus;

VIII - exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;

IX - assistir a Reitoria em assuntos pertinentes ao Campus;

X - acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

como propor a criação de novos cursos e a readequação dos já existentes;

XI - articular-se com a Reitoria, com vistas ao desenvolvimento das atividades do Campus;

XII - emitir normas complementares que regulem as atividades no âmbito das competências do Campus;

XIII - divulgar no Campus, as informações relevantes para seu funcionamento; e

XIV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior do IFSul.

Capítulo II

DO GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL (GABDIR)

Art. 291º O Gabinete da Direção-geral é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades administrativas da Direção-geral.

Art. 292º À Chefia de Gabinete da Direção-geral compete:

I - assistir o Diretor-geral em suas representações política e social;

II - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Diretor-geral;

III - organizar e administrar a agenda de compromissos do Diretor-geral;

IV - coordenar as atividades administrativas do Gabinete;

V - responsabilizar-se pelo cerimonial do Campus;

VI - apoiar a Chefia de Gabinete da Reitoria em atividades demandadas pela Reitoria;

VII - dar suporte à realização de eventos no Campus;

VIII - organizar e administrar a agenda de cerimonial e eventos do Campus;

IX - presidir as comissões de formatura do Campus;

X - gerenciar a documentação e a correspondência, que tramitam no âmbito do Gabinete;

XI - fazer a gestão das Atividades de Comunicação Social;

XII - administração do Sistema de Protocolo do Campus; e

XIII - responsabilizar-se pela agenda dos motoristas.

Das Atividades de Comunicação Social

Art. 293º As Atividades de Comunicação Social compreendem:

I - planejamento e execução das ações de comunicação, edição e divulgação do Campus em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Ministério da Educação;

II - elaboração de matérias referentes ao Campus;

III - atualização do Portal do Campus; e

IV - registro de reuniões e eventos institucionais do Campus.

Capítulo III

DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (DEPEX)

Art. 294. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Art. 295. O Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compreende:

I - Coordenadoria de Registros Acadêmicos;

II - Coordenadoria de Pesquisa;

III - Coordenadoria de Extensão; e

IV - Coordenações de Cursos.

Art. 296. Ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I - propor a reformulação de normas e procedimentos às Pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;

II - analisar e propor a criação e adequação de projetos pedagógicos de cursos, com base no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional;

III - propor à Direção-geral do Campus, a abertura e extinção de oferta de vagas de cursos;

IV - prestar orientação e apoio às Coordenações de Cursos na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos e avaliação, bem como orientá-las sobre o seu desenvolvimento;

V - propor, em consonância com as Coordenações de Cursos, ações para comporem o Plano de Ação do IFSul;

VI - propor e executar programas de capacitação, em consonância com as políticas para a formação e qualificação continuada dos servidores;

VII - coordenar as atividades de planejamento de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito do Campus;

VIII - aplicar os regulamentos disciplinares;

IX - orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas;

X - propor, coordenar e acompanhar convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão;

XI - coordenar e acompanhar processos seletivos para ingresso nos cursos;

XII - elaborar editais e normas do Campus, decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XIII - propor, de acordo com o estabelecido na Organização Didática, o Calendário Acadêmico; e

XIV - fazer a gestão das Atividades de Assistência Estudantil, Pedagógicas, de Biblioteca, de Apoio ao Ensino e de Saúde.

Das Atividades de Assistência Estudantil

Art. 297. As Atividades de Assistência Estudantil compreendem:

I - gestão e implementação de políticas e procedimentos de assistência estudantil;

II - planejamento e coordenação da execução de programas e de projetos na área de assistência estudantil;

III - promoção de ações nas áreas de saúde e serviço social;

IV - realização de estudo e de diagnóstico social da população acadêmica;

V - desenvolvimento de atividades de orientação profissional;

VI - supervisão do funcionamento do refeitório;

VII - fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, ações para permanência e êxito do estudante; e

VIII - proposição de critérios e projetos para a distribuição de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Das Atividades Pedagógicas

Art. 298. As Atividades Pedagógicas compreendem:

I - promoção e execução do processo de formação continuada de docentes em serviço;

II - assessoramento nos processos de formação continuada dos demais trabalhadores em educação;

III - planejamento, promoção e execução das atividades de formação integral dos estudantes;

IV - promoção de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional e seus desafios;

V - acompanhamento do processo de planejamento e avaliação dos cursos e programas;

VI - planejamento e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem em conjunto com os integrantes da comunidade acadêmica;

VII - subsídio e orientação ao trabalho docente, em relação ao processo didático-pedagógico, ensino e aprendizagem;

VIII - fomento, realização e acompanhamento de pesquisas que envolvam a ação educativa;

IX - fomento e promoção, em conjunto com os demais profissionais da educação, de ações para permanência e êxito do estudante; e

X - participação nos processos didático-pedagógicos dos diferentes setores institucionais.

Das Atividades de Biblioteca

Art. 299. As Atividades de Biblioteca compreendem:

I - viabilização e administração do acesso à informação para a comunidade acadêmica;

II - implementação e acompanhamento dos procedimentos administrativos da biblioteca;

III - desenvolvimento de ações referentes à manutenção e à melhoria da infraestrutura, do acervo e das condições de acesso e pesquisa no âmbito da biblioteca; e

IV - administração do catálogo dos materiais bibliográficos do acervo.

Das Atividades de Apoio ao Ensino

Art. 300. As Atividades de Apoio ao Ensino compreendem:

I - disponibilização e solicitação de manutenção dos ambientes, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem;

II - assistência aos alunos nos aspectos de saúde, esporte, lazer, segurança e disciplina;

III - estruturação e controle dos horários de aulas; e

IV - gestão das atividades e serviços de apoio à comunidade acadêmica.

Das Atividades de Saúde

Art. 301. As Atividades de Saúde compreendem:

I - atendimento ambulatorial de enfermagem;

II - planejamento e implementação de ações de promoção à saúde;

III - elaboração e emissão de pareceres técnicos;

IV - colaboração em atividades de educação em saúde;

V - assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e

VI - acompanhamento psicológico.

Seção I

Da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC)

Art. 302. A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é responsável por coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos registros da vida acadêmica dos estudantes.

Art. 303. À Coordenadoria de Registros Acadêmicos compete:

I - implementar a padronização e promover o aprimoramento dos procedimentos relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

II - propor e operacionalizar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;

III - coordenar e executar os procedimentos relacionados aos processos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos e suporte ao corpo docente e discente;

IV - organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes;

V - coordenar e executar os procedimentos relacionados à emissão de documentos acadêmicos;

VI - lançar trocas de turmas, turnos, diários, trancamentos, cancelamentos, transferências, dispensas e aproveitamentos;

VII - informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais; e

VIII - certificar a participação em cursos, eventos e outras atividades de pesquisa, inovação e extensão promovidos pelo Campus.

Seção II

Da Coordenadoria de Pesquisa (COPES)

Art. 304. A Coordenadoria de Pesquisa é o responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de pesquisa e inovação.

Art. 305. À Coordenadoria de Pesquisa compete:

I -fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de pesquisa e inovação;

II -presidir a comissão de organização de feiras, mostras e fóruns de pesquisa;

III -divulgar e oportunizar a participação do Campus em jornadas de iniciação científica;

IV -coordenar a implementação das bolsas de pesquisa do Campus;

V -manter atualizados os dados e relatórios sobre pesquisa e inovação;

VI -divulgar as ações referentes à pesquisa e inovação;

VII -incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da pesquisa e inovação;

VIII -articular-se com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na proposição de projetos inovadores;

IX -acompanhar programas e projetos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico;

X -coordenar e acompanhar a promoção de eventos científicos;

XI -incentivar a implantação de grupos de pesquisas; e

XII -encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de pesquisa e inovação.

Seção III

Da Coordenadoria de Extensão (COEX)

Art. 306. A Coordenadoria de Extensão é o responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da execução de atividades de extensão.

Art. 307. À Coordenadoria de Extensão compete:

I -fomentar, coordenar e supervisionar a execução das ações de extensão;

II -implementar as comissões dos eventos, congressos, seminários e fóruns de extensão;

III -manter atualizados os dados e relatórios sobre a extensão;

IV -divulgar as ações referentes a extensão;

V -incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da extensão.

VI -acompanhar programas e projetos de extensão;

VII -encaminhar para registro, na pró-reitoria correspondente, os programas e projetos de extensão;

VIII -coordenar e acompanhar a promoção de eventos artístico-culturais, sociais e desportivos;

IX -estimular a interação do Campus com a sociedade;

X -coordenar a pesquisa periódica dos egressos de todos os cursos oferecidos pelo Campus;

XI -coordenar o processo de realização de estágios concedidos pelo Campus;

XII -coordenar a dinâmica de prestação de serviços;

XIII -fomentar e coordenar as atividades de empreendedorismo e economia solidária;

XIV -organizar visitas técnicas para estudantes, programadas segundo interesses curriculares dos cursos;

XV -encaminhar, acompanhar e avaliar o estágio dos alunos; e

XVI -promover a realização de cursos de formação inicial e continuada.

Seção IV

Das Coordenações de Cursos

Art. 308. As Coordenações de Cursos estão estabelecidas na Organização Didática.

Parágrafo Único. Os Coordenadores de cursos serão eleitos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Campus.

Capítulo IV

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO (DEAP)

Art. 309. O Departamento de Administração e de Planejamento é responsável por planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de administração, planejamento, infraestrutura, gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.

Art. 310. O Departamento de Administração e de Planejamento compreende:

I - Coordenadoria de Manutenção Geral;

II - Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio; e

III - Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF).

Art. 311. Ao Departamento de Administração e de Planejamento compete:

I - elaborar as diretrizes gerais e a descentralização orçamentária do Campus, em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II - coordenar e orientar as atividades de planejamento, orçamento e modernização do Campus, bem como a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III - acompanhar e controlar a execução dos programas, projetos, contratos e convênios firmados bem como elaborar as respectivas prestações de contas;

IV - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, bem como a manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Campus;

V - planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de Materiais, Patrimônio e Tecnologia da Informação do Campus;

VI - planejar e coordenar o desenvolvimento físico do Campus;

VII - responsabilizar-se pela gestão das Atividades de Tecnologia da Informação;

VIII - definir as permissões de acesso dos usuários aos recursos disponibilizados, por meio da rede de computadores do Campus;

IX - elaborar a prestação de contas do Campus; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

X - responsabilizar-se pelas Atividades de Gestão de Pessoas do Campus.

Das Atividades da Tecnologia da Informação

Art. 312 As atividades da Tecnologia da Informação compreendem:

I -estruturar os processos, no que se refere à gestão da informação e da tecnologia, no âmbito do Campus Charqueadas;

II -planejar, prover e manter a infraestrutura adequada aos usuários de sistemas de informação;

III -analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação;

IV -zelar pela integridade e segurança dos dados institucionais armazenados; e

V -prover treinamento e suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação.

Das Atividades de Gestão de Pessoas

Art. 313. As Atividades de Gestão de Pessoas compreendem:

I - orientação e acompanhamento de novos servidores;

II - organização, controle e atualização da documentação gerada pelos servidores do Campus e seus dados cadastrais para posterior encaminhamento de documentação e demanda à Diretoria de Gestão de Pessoas;

III - identificação das necessidades de capacitação dos servidores;

IV - encaminhamento e tramitação de projetos de servidores;

V - operacionalização do programa de avaliação de desempenho dos servidores;

VI - avaliação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas, das ações de atenção à saúde e à segurança no trabalho; e

VII - acompanhamento de projetos e ações emanados da Direção-geral do Campus e da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Seção I

Da Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG)

Art. 314. A Coordenadoria de Manutenção Geral é responsável pela manutenção de prédios, máquinas e equipamentos, bem como, pela conservação e adequação de todos os ambientes do Campus.

Art. 315. À Coordenadoria de Manutenção Geral compete:

I - executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis;

II - planejar e solicitar a aquisição de material de consumo e de material permanente;

III - autorizar, controlar e fiscalizar o trabalho das empresas prestadoras de serviços;

IV - gerenciar a frota de veículos;

V - gerenciar as atividades de transporte; e

VI - elaborar, acompanhar, subsidiar e fiscalizar projetos de arquitetura, engenharia ou complementares.

Seção II

Da Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio (COCAP)

Art. 316. A Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio é responsável pela aquisição de materiais, contratação de serviços, bem como pelos seus recebimentos, registros, guarda e distribuição.

Art. 317. À Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - coordenar e realizar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços e obras necessários ao funcionamento e à modernização do Campus;

II - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de material;

III - elaborar, controlar e registrar contratos;

IV - fiscalizar a documentação dos contratos;

V - manter o cadastro de fornecedores nos sistemas internos e governamentais;

VI - registrar, controlar e atualizar de forma permanente a documentação dos bens móveis e imóveis do Campus; e

VII - coordenar a elaboração do inventário e tomada de contas do almoxarifado do Campus.

Seção III

Da Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF)

Art. 318. A Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças é responsável pelo registro e controle da execução orçamentária, contábil e financeira do Campus.

Art. 319. À Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças compete:

I - coordenar e executar os trabalhos e funções da administração orçamentária, contábil e financeira do Campus;

II - analisar as demonstrações contábeis, conforme o plano estabelecido pela administração superior;

III - realizar as transferências internas de recursos, previamente autorizados;

IV - solicitar remanejamentos e transposições orçamentárias;

V - elaborar e disponibilizar relatórios para controle dos recursos orçamentários de repasses recebidos/descentralizações de créditos;

VI - controlar, registrar, arquivar e apresentar prestação de contas de convênios e repasses;

VII - apropriar, controlar e prestar contas dos suprimentos de fundos concedidos pelo Campus; e

VIII - realizar a conformidade contábil e dos registros de gestão.

Capítulo V

DOS NÚCLEOS

Art. 320. Os Núcleos, órgãos de assessoramento da Direção-geral, poderão ser compostos por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, departamentos, coordenadorias ou gabinete do Diretor-geral), para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

§ 1º Os Núcleos não constarão do organograma do IFSul.

§ 2º Os Núcleos estarão, obrigatoriamente, subordinados a um ente administrativo, através de portaria do Reitor.

§ 3º Deverá constar em portaria emitida pelo Reitor o nome dos servidores indicados pelo Diretor-geral para compor o Núcleo.

§ 4º Os Núcleos poderão ter competências específicas estabelecidas em Regulamento Próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 321. Além dos núcleos que constam neste regimento interno, o Diretor-geral poderá solicitar ao Reitor a criação e/ou extinção de outros Núcleos do Campus.

Parágrafo Único. Na portaria de criação do Núcleo constarão os seus objetivos.

Seção I

Do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Art. 322. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável em desenvolver as ações de apoio aos alunos e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Seção II

Do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)

Art. 323. O Núcleo de Assuntos Internacionais é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais - cooperação e intercâmbio.

Seção III

Do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Art. 324. O Núcleo de Educação a Distância tem por finalidade assessorar o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto ao planejamento e à execução das atividades de ensino realizadas na modalidade a distância.

Parágrafo único. Quando se tratarem de atividades de ensino semipresenciais nos cursos presenciais do Campus, com uso de ambiente virtual de aprendizagem, haverá articulação com os coordenadores dos cursos envolvidos.

Seção IV

Do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Art. 325 O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais.

Seção V

Do Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)

Art. 326. O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada é responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental do Campus.

Seção VI

Do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED)

Art. 327. O Núcleo de Gênero e Diversidade é responsável pela implementação de programas e projetos envolvendo os temas gênero e diversidade.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 328. A estrutura estabelecida neste Regimento Interno será gradativamente implementada no Campus, na medida em que existam condições físicas, orçamentárias e de pessoal para a sua implementação.

Art. 329. A organização interna das Diretorias, dos Departamentos, das Coordenadorias e dos Colegiados, de acordo com as características, competências e atribuições especificadas neste Regimento Interno, será estabelecida e detalhada em Regulamento Próprio, que deve ser aprovado pelas instâncias legais do IFSul.

Art. 330. Nos impedimentos e nas ausências eventuais dos detentores de cargo em comissão ou função de confiança, suas atribuições serão exercidas por um substituto por ele indicado em consonância com o Diretor-geral.

Art. 331. Sempre que houver a necessidade de representação discente, esta será indicada pelos órgãos estudantis instituídos no Campus.

Parágrafo Único. Em casos que envolvam assuntos da educação básica e superior, deverá haver um representante de cada nível de ensino.

Art. 332. O presente Regimento Interno somente poderá ser modificado por:

I - alterações na legislação, no Estatuto ou no Regimento Geral; ou

II - proposição do Reitor ou do Diretor-geral; ou

III - proposição de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Superior; ou

IV - proposição de pelo menos 1/3 (um terço) de qualquer um dos segmentos da comunidade acadêmica do Campus.

Parágrafo único. A modificação proposta nos termos deste artigo tornar-se-á válida se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior.

Art. 333. Revogadas as disposições em contrário e cumpridas as formalidades legais, o presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 334. Os casos omissos, neste Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho Superior.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal do ABC, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.002238/2011-29, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal do ABC.

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

d. Relatório do cumprimento do objeto.

e. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

f. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

g. Relatório completo de execução físico-financeira.

h. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

i. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

j. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

k. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

l. Relatório do cumprimento do objeto.

m. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

n. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

o. Relatório completo de execução físico-financeira.

p. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

q. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

r. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

s. Fotos do Objeto, quando for o caso.

t. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal da Bahia, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2012, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.002662/2011-73, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

d. Relatório do cumprimento do objeto.

e. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

f. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

g. Relatório completo de execução físico-financeira.

h. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

i. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

j. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

k. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

l. Relatório do cumprimento do objeto.

m. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

n. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

o. Relatório completo de execução físico-financeira.

p. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

q. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

r. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

s. Fotos do Objeto, quando for o caso.

t. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2012, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 43, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6379 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, para fins de apoio às Instituições relacionadas no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.302.1073.6379.0001 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais - Nacional

PTRES: 001763

Exercício: 2011

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.445, de 1º de março de 2011.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011, com base no Art. 27 do Decreto nº. 93.872/86.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 6379 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, será realizado pela Diretoria de Hospitais e Residências - DHR/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

Apoio aos Hospitais Universitários.

Unidade	Processo nº	Valor Total	Fonte	Nota de Crédito
Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral-UFPR	23000.016500/2011-20	R$ 40.920,62	0112915002	2011NC002004
Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	23000.016629/2011-38	R$ 593.460,22	0112915002	2011NC001924
Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	23000.016347/2011-31	R$ 356.332,54	0112915002	2011NC001917

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 8, de 12/01/2012, publicada no DOU de 13/01/2012, Seção 1, página 14, onde se lê: "Art. 1º - Indeferir o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência ..." leia-se: "Art. 1º - Indeferir o pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência ...".

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 560, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 06, de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06, de 09/01/2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Neolatinas
Setorização: Letras Espanholas
1 - Carolina Gomes da Silva
2 - Karen Luz Basaure Guerrero
3 - Anne Katheryne Estebe Magessy

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 85, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.040493/2011-34, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Campus de Araranguá objeto do Edital nº 120/DDPP/2011, publicado no Diário Oficial da União de 11/11/2011, homologado pela Direção do Campus em 19/12/2011.

Campo de Conhecimento: Circuitos Digitais
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 01 (uma)
Classe: Adjunto 1

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Roderval Marcelino	8,60

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.046, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Altera o inciso XI do caput e o inciso III do parágrafo único do art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo novos prazos para concessão de empréstimos em moeda por instituições financeiras federais para os Estados e Distrito Federal.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, com fundamento no art. 4º, incisos VI e VIII, da Lei n° 4.595, de 1964, resolveu:

Art. 1º O art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º-N .....
.....
XI - Prazo de contratação: até 31 de dezembro de 2012.
.....
Parágrafo único .....
.....

III - prazo de contratação: até 31 de dezembro de 2012, observadas a avaliação prévia da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere ao art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as condições de salvaguarda a que se refere a Resolução nº 3751, de 30 de junho de 2009." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.047, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem nos estados da região Sul.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, e tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas, para os agricultores familiares que tiveram perdas na renda, oriunda predominantemente das culturas de feijão, milho e soja, em decorrência da estiagem que atingiu municípios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública após 1º de dezembro de 2011, reconhecida pelo Governo Federal, a:

I - prorrogar, para até 31 de julho de 2012, o vencimento das parcelas vencidas e vincendas entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de julho de 2012, mantidos os encargos financeiros de normalidade pactuados, para as seguintes operações de crédito rural, contratadas no âmbito do Pronaf, em situação de adimplência em 31 de dezembro de 2011, desde que não amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou por outra modalidade de seguro agropecuário:

a) custeio da safra 2011/2012;

b) custeio de safras anteriores à safra 2011/2012 prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN);

c) investimento, inclusive as parcelas com vencimento anterior ao ano de 2012 prorrogadas por autorização do CMN;

II - para os agricultores familiares que tiveram redução superior a 30% na renda de que trata o caput, comprovada por laudo técnico:

a) renegociar o pagamento do saldo devedor das operações de crédito rural de que trata a alínea "a" do inciso I, para reembolso em até 5 (cinco) parcelas anuais, com o vencimento da primeira parcela fixado para até 1 (um) ano após a data da formalização da renegociação;

b) prorrogar até 100% (cem por cento) das parcelas vencidas e vincendas em 2012 das operações enquadradas nas alíneas "b" e "c" do inciso I deste artigo, para até 1 (um) ano após o vencimento da última parcela prevista no contrato.

§ 1º Fica dispensada, para efeito da concessão do prazo adicional prevista no inciso I deste artigo, a análise caso a caso da comprovação de perdas e da impossibilidade de pagamento do mutuário e o cumprimento das exigências previstas no Manual de Crédito Rural (MCR) 10-1-33-"a"-II e III e "b" e MCR 10-5-8-"c" e "e".

§ 2º As renegociações e prorrogações de que trata o inciso II deste artigo devem ser formalizadas até 30 de dezembro de 2012, observadas as condições estabelecidas no MCR 10-1-33 e 10-5-8, de acordo com a finalidade do crédito e a fonte de recurso que lastreia a operação, dispensado o cumprimento das exigências constantes do MCR 10-1-33-"a"-II e III e do MCR 10-5-8-"e".

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.048, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem em alguns municípios dos estados da região Sul.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, e tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas, para os produtores rurais que tiveram perdas na renda oriunda predominantemente das culturas de feijão, milho e soja, em decorrência da estiagem que atingiu municípios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública após 1º de dezembro de 2011, reconhecida pelo Governo Federal, a:

I - prorrogar, para até 31 de julho de 2012, o vencimento das parcelas vencidas e vincendas, entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de julho de 2012, das seguintes operações de crédito rural, em situação de adimplência em 31 de dezembro de 2011, mantendo-se os encargos financeiros pactuados para a situação de normalidade:

a) custeio da safra 2011/2012, contratadas com recursos obrigatórios (Manual de Crédito Rural - MCR 6-2), equalizados da poupança rural (MCR 6-4), ou ao amparo do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), desde que não amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou por outra modalidade de seguro agropecuário;

b) custeio prorrogado de safras anteriores à safra 2011/2012, por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), inclusive aquelas ao abrigo do Pronamp, do Proger Rural ou do Proger Rural Familiar, desde que não amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou por outra modalidade de seguro agropecuário;

c) investimento, contratadas com recursos obrigatórios (MCR 6-2) ou equalizados da poupança rural (MCR 6-4), contratadas no âmbito do Pronamp ou ao amparo do Proger Rural ou Proger Rural Familiar, inclusive as parcelas com vencimento anterior ao ano de 2012 prorrogadas por autorização do CMN;

d) investimento, contratadas no âmbito do Programa Finame Agrícola Especial ou com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e equalizados pelo Tesouro Nacional, de programas coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), inclusive as parcelas com vencimento anterior ao ano de 2012 prorrogadas por autorização do CMN;

II - para os produtores rurais que tiveram redução superior a 30% na renda de que trata o caput deste artigo, comprovada por laudo técnico:

a) renegociar, com base nas condições constantes do MCR 2-6-9, o pagamento do saldo devedor das operações de crédito rural de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo, para reembolso em até 5 (cinco) parcelas anuais, com o vencimento da primeira parcela fixado para até 1 (um) ano após a data da formalização da renegociação;

b) prorrogar, com base nas condições do MCR 2-6-9, até 100% (cem por cento) das parcelas vencidas e vincendas em 2012 das operações enquadradas nas alíneas "b" e "c" do inciso I deste artigo, para até 1 (um) ano, após o vencimento da última parcela prevista no contrato;

c) renegociar, com base nas condições do MCR 13-1-4, até 100% (cem por cento) das parcelas de principal das operações enquadradas na alínea "d" do inciso I deste artigo, mediante a incorporação ao saldo devedor e redistribuição nas parcelas restantes, ou prorrogação para até 12 (doze) meses, após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, dispensado o cumprimento das exigências contidas no MCR 13-1-4-"d".

§ 1º Fica dispensada, para efeito da concessão do prazo adicional prevista no inciso I do caput deste artigo, a análise caso a caso da comprovação de perdas e da impossibilidade de pagamento do mutuário e o cumprimento das exigências de que tratam o MCR 2-6-10-"a" e MCR 13-1-4-"b" e "d".

§ 2º As prorrogações ou renegociações de que trata o inciso II do caput deste artigo devem ser formalizadas até 30 de dezembro de 2012.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4.049, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Institui linha emergencial de crédito no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor de cooperativas de produção agropecuárias cujos associados tiveram perda de renda em função de estiagem na região Sul, e dá outras providências.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 2 (Procap-Agro) do Capítulo 13 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar acrescida do item 7 com a seguinte redação:

"7 - Fica autorizada, no âmbito do Procap-Agro, a concessão de crédito emergencial em favor de cooperativas de produção agropecuária, para renegociação de dívidas contraídas por associados que tiveram perdas na renda, oriunda predominantemente das culturas de feijão, milho e soja, em decorrência da estiagem que atingiu municípios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com decretação de situação de emergência ou do estado de calamidade publica reconhecida pelo Governo Federal, observadas as normas gerais estabelecidas para a concessão de crédito rural e as seguintes condições específicas:

a) beneficiários: cooperativas singulares de produção agropecuária;

b) finalidade: renegociação de até 100% (cem por cento) do montante devido à cooperativa pelos associados em decorrência de débitos vencidos e vincendos entre 1°/1/2012 a 30/6/2012, desde que contraídos para aquisição de insumos para o plantio de lavouras de feijão, milho e soja da safra 2011/2012;

c) limite de crédito: R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por cooperativa, em uma ou mais operações, independentemente de outros limites estabelecidos para esse programa, não podendo ultrapassar R$40.000,00 (quarenta mil reais) por associado ativo da cooperativa;

d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

e) reembolso:

I - prazo: até 5 (cinco) anos, incluído até 1 (um) ano de carência;

II - periodicidade: principal, em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do beneficiário; juros, juntamente com as parcelas de amortização, exceto durante a fase de carência, quando são exigíveis semestralmente ou anualmente, conforme o cronograma de reembolso do principal;

f) prazo de contratação: até 30 de dezembro de 2012;

g) risco da operação: da instituição financeira;

h) garantias: as usuais do crédito rural;

i) fonte e limites de recursos: sistema BNDES, no montante de até R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a ser deduzido do montante disponibilizado para o Procap-Agro - integralização de quotas-partes - na safra 2011/2012;

j) a concessão do crédito fica condicionada à comprovação, pela cooperativa, de que as condições ora estabelecidas serão repassadas aos associados." (NR)

Art. 2º As alíneas "e" e "f" do item 1 da Seção 5 (Moderfrota) do Capítulo 13 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"e) prazo de reembolso para itens novos: até 8 (oito) anos quando o crédito for destinado à aquisição de:

I - equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café;

II - tratores;

III - implementos agrícolas isolados ou associados; e

IV - colheitadeiras, isoladas ou associadas com sua(s) plataforma(s) de corte, desde que faturada(s) em conjunto;

f) prazos de reembolso para itens usados: até 4 (quatro) anos quando o crédito for destinado à aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas isolados ou associados;" (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.050, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o cumprimento do direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras de que trata a Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, com operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, com base no art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e tendo em vista o art. 1º desta mesma Lei, alterado pela Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, resolveu:

Art. 1º Ficam autorizados os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal, para fins do cumprimento da exigibilidade de que trata a Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, a conceder crédito a pessoas naturais que tenham renda mensal igual ou inferior a dez salários mínimos, desde que o crédito seja comprovadamente destinado à aquisição exclusiva de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, segundo as condições estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º Os bens e serviços referidos no caput são aqueles definidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º As instituições referidas no caput devem exigir declaração do beneficiário das operações, por escrito ou por meio de declaração eletrônica, informando que:

I - o bem ou serviço a ser adquirido está inserido no rol de bens e serviços definidos no ato citado no § 1º;

II - o bem ou serviço não será utilizado com a finalidade de comercialização; e

III - o somatório do valor da operação com o saldo de outras da mesma espécie não ultrapassa o limite estabelecido no art. 2º, inciso II.

Art. 2º As operações de que trata o art. 1º devem observar as seguintes condições:

I - taxa de juros efetivas não superior a 2% a.m. (dois por cento ao mês);

II - valor máximo, por beneficiário, de R$30.000,00 (trinta mil reais);

III - prazo da operação não inferior a 120 dias; e

IV - valor da taxa de abertura de crédito não superior a 2% (dois por cento) do valor do crédito concedido.

Parágrafo único. Fica admitida, excepcionalmente, a contratação de operações em prazo menor do que o previsto no inciso III, caso em que o limite para a taxa de abertura de crédito estabelecido no inciso IV deve ser reduzido na mesma proporção.

Art. 3º As operações de que trata o art. 1º vencidas e não pagas podem ser computadas para o cumprimento da exigibilidade, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) no primeiro ano após o vencimento; e

II - 50% (cinquenta por cento) no segundo ano.

Art. 4º A exigibilidade oriunda de captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM) pode ser cumprida com operações para aquisição de bens e serviços de que trata o art.1º.

Art. 5º As operações de que trata o art. 1º não podem ser computadas para cumprimento do percentual mínimo previsto no art. 6º da Resolução nº 4.000, de 2011, relativo ao microcrédito produtivo orientado, inclusive no caso de exigibilidade decorrente de captação de DIM.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.051, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Altera a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de janeiro de 2012, com base no art. 4º, incisos V, VIII e XXXI, da referida Lei, no art. 12 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, no § 1º do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, e no § 1º do art. 10 da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, e tendo em vista o disposto na no art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e na Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Os incisos II, III e IV do art. 3º da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

II - bancos de desenvolvimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento: operações específicas autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

III - sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio:

.....

c) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou o seu equivalente em outras moedas; e

d) operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior;

IV - agências de turismo, observado o prazo de validade da autorização de que trata o art. 4º-A: compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais." (NR)

Art. 2º A Resolução nº 3.568, de 2008, passa a vigorar acrescida dos arts. 4º-A e 16-A, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O prazo de validade da autorização detida para operar no mercado de câmbio por agência de turismo cujos controladores finais tenham apresentado pedido de autorização ao Banco Central do Brasil até 30 de novembro de 2009, devidamente instruído com os documentos de números 1 a 7 e 10 a 18 do Anexo VII à Circular nº 3.179, de 26 de fevereiro de 2003, visando à constituição e ao funcionamento de instituição do Sistema Financeiro Nacional passível de operar no mercado de câmbio, observa as disposições a seguir, sem prejuízo do posterior atendimento de outras exigências de instrução de processos, efetuadas com base na regulamentação em vigor:

I - caso o pedido seja deferido, a autorização concedida à agência de turismo perde a validade concomitantemente com a data de início das atividades da nova instituição autorizada, respeitado o prazo previsto no plano de negócios; e

II - na hipótese de arquivamento ou indeferimento do pedido, a autorização concedida à agência de turismo perde a validade 30 (trinta) dias após a decisão do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. As autorizações para operar no mercado de câmbio detidas pelas demais agências de turismo e pelos meios de hospedagem de turismo expiraram em 31 de dezembro de 2009." (NR)

"Art. 16-A No recebimento da receita de exportação de mercadorias ou de serviços, deve ser observado que:

I - o exportador de mercadorias ou de serviços pode manter no exterior a integralidade dos recursos relativos ao recebimento de suas exportações;

II - o ingresso, no País, dos valores de exportação pode se dar em moeda nacional ou estrangeira, prévia ou posteriormente ao embarque da mercadoria ou à prestação dos serviços, e os contratos de câmbio podem ser celebrados para liquidação pronta ou futura, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil;

III - os contratos de câmbio de exportação são liquidados mediante a entrega da moeda estrangeira ou do documento que a represente ao banco com o qual tenham sido celebrados;

IV - o recebimento do valor decorrente de exportação deve ocorrer:

a) mediante crédito do correspondente valor em conta no exterior mantida em banco pelo próprio exportador;

b) a critério das partes, mediante crédito em conta mantida no exterior por banco autorizado a operar no mercado de câmbio no País, na forma da regulamentação em vigor;

c) por meio de transferência internacional em reais, aí incluídas as ordens de pagamento oriundas do exterior em moeda nacional, na forma da regulamentação em vigor;

d) mediante entrega da moeda em espécie ao banco autorizado a operar no mercado de câmbio, na forma a ser definida pelo Banco Central do Brasil;

e) por meio de cartão de uso internacional, emitido no exterior, vale postal internacional ou outro instrumento em condições especificamente previstas na regulamentação do Banco Central do Brasil;

V - a celebração de contrato de câmbio ou a transferência internacional em reais referente a receitas de exportação pode ser realizada por pessoa diversa do exportador nas seguintes hipóteses:

a) fusão, cisão, incorporação de pessoas jurídicas e em outros casos de sucessão previstos em lei;

b) decisão judicial;

c) outras situações previstas pelo Banco Central do Brasil.

VI - é vedada instrução para pagamento ou para crédito no exterior, a terceiros, de qualquer valor de exportação, exceto no caso de comissão de agente e parcela de outra natureza devida a terceiro, residente ou domiciliado no exterior, prevista no documento que ampara o embarque ou a prestação do serviço, ou no caso de exportação conduzida por intermediário no exterior, na forma e limite definidos pelo Banco Central do Brasil;

VII - o valor decorrente de recebimento antecipado de exportação, para o qual não tenha havido o respectivo embarque da mercadoria ou a prestação de serviços, pode:

a) mediante anuência prévia do pagador no exterior, ser convertido pelo exportador em investimento direto de capital ou em empréstimo em moeda e registrado, no Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e respectiva regulamentação; ou

b) ser objeto de retorno ao exterior, observada a regulamentação tributária aplicável a recursos não destinados à exportação;

VIII - o valor em moeda nacional do encargo financeiro de que trata o art. 12 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, alterada pela Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, deve ser recolhido pelo banco comprador da moeda estrangeira, observados os procedimentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil;

IX - relativamente a exportação de serviços, a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC) e de adiantamento sobre cambiais entregues (ACE) restringe-se aos serviços definidos por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

X - as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, autorizadas a operar no mercado de câmbio, com as quais forem firmados contratos de câmbio de exportação devem, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente às correspondentes liquidações, fornecer por meio de mecanismo eletrônico regulado pelo Banco Central do Brasil, para acesso exclusivo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os seguintes dados relativos às liquidações de contratos de câmbio relativos a embarques de mercadorias e prestações de serviço realizados a partir de 1º de março de 2007, observado o prazo para entrega definido pelo Banco Central do Brasil:

a) nome empresarial e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do vendedor da moeda estrangeira, se pessoa jurídica, ou nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se pessoa física;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) montante das liquidações, consolidado mensalmente por tipo de moeda estrangeira e por natureza da operação;

c) montante do contravalor em reais das liquidações referidas na alínea "b" deste inciso, consolidado mensalmente; e

d) nome e número de inscrição no CNPJ da instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, compradora da moeda estrangeira." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - as alíneas "a" e "b" do inciso III e o inciso V do art. 3º, bem como o art. 4º, todos da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008; e

II - a Resolução nº 3.719, de 30 de abril de 2009.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAIS E DO PROAGRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.534, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o cadastramento dos financiamentos de crédito rural previstos na Circular 3.573, de 23 de janeiro de 2012, no sistema Registro Comum de Operações Rurais - Recor, e presta esclarecimentos de ordem operacional.

O Gerente Executivo da Gerência Executiva de Regulação, Fiscalização e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Gerop), no uso das atribuições que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e com base no art. 3º da Circular n° 3.573, de 23 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Para utilização da faculdade de aplicação dos recursos em crédito rural instituída pela Circular n° 3.573, de 23 de janeiro de 2012, com a consequente aquisição do direito à dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre os recursos à vista, é necessário observar que:

I - as operações de crédito rural de custeio agrícola referentes à safrinha (2ª safra) 2012, à safra de inverno 2012 e à safra do nordeste 2012 devem ser registradas no sistema Registro Comum das Operações Rurais (Recor), com os códigos de Fonte/Programa:

a) 4800 FACULDADE DE APLICAÇÃO - COMPULSÓRIO - PRONAF;

b) 4817 FACULDADE DE APLICAÇÃO - COMPULSÓRIO - PRONAMP;

c) 4996 FACULDADE DE APLICAÇÃO - COMPULSÓRIO - DEMAIS BENEFICIÁRIOS;

d) 5586 FACULDADE DE APLICAÇÃO - COMPULSÓRIO - PRONAF - SUBEMPRÉSTIMOS;

e) 5593 FACULDADE DE APLICAÇÃO COMPULSÓRIO - PRONAMP - SUBEMPRÉSTIMOS; e

f) 5603 FACULDADE DE APLICAÇÃO - COMPULSÓRIO - DEMAIS BENEFICIÁRIOS - SUBEMPRÉSTIMOS;

II - as operações devem permanecer registradas com os referidos códigos de Fonte/Programa até o vencimento ou a liquidação, não sendo admitido alterar a fonte de recursos das operações lastreadas com os recursos de que trata a Circular nº 3.573, de 2012;

III - as contratações devem sujeitar-se às regras aplicáveis às operações de crédito rural de custeio agrícola prescritas no Manual de Crédito Rural (MCR), particularmente no que se refere:

a) à incidência de taxa efetiva de juros aplicável aos recursos obrigatórios (MCR 2-4-3-"a"-I e 2-4-4-"a" e "b");

b) aos limites de financiamento (MCR 3-2-5);

c) às normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), quando os financiamentos forem destinados aos beneficiários desses programas;

d) ao enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais);

IV - os saldos médios diários das aplicações previstas nos incisos I e II do art. 1º da Circular nº 3.573, de 2012, computados para cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos à vista não poderão ser computados para qualquer outra finalidade.

Art. 2º - Na contratação de Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR), denominado DIR-Cir3573, para fins de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório, previsto no inciso II do art. 1º da Circular nº 3.573, de 2012, deve ser observado por parte da instituição financeira:

I - depositante, para fazer jus à dedução da exigibilidade referida no caput:

a) prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias;

b) vedação de negociação no mercado secundário;

c) identificação da modalidade DIR-Cir3573, cujo saldo médio diário deve ser informado à Gerop e ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban);

II - depositária:

a) sujeição à Circular nº 3.573, de 2012, e às normas complementares, inclusive de cunho operacional, bem como à comprovação da aplicação do respectivo valor nas operações de crédito rural de custeio agrícola admitidas nessa norma;

b) não pode figurar como depositante de DIR-Cir3573.

Art. 3º - Os saldos das operações de crédito de custeio agrícola de que trata a Circular nº 3.573, de 2012, amparadas em recursos à vista de captação da própria instituição financeira ou lastreadas em recursos oriundos de DIR-Cir3573, devem ser informados à Gerop por meio de anexo específico do MCR - Documento 24.

Art. 4º - Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA

DIRETORIA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA-CIRCULAR Nº 3.533, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Divulga procedimentos para a remessa de informações relativas às operações de que trata a Circular nº 3.573, de 23 de janeiro de 2012.

O Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Circular nº 3.573, de 23 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Para a prestação das informações relativas à soma dos saldos médios diários das operações de que tratam os incisos I e II do art. 1º da Circular nº 3.573, de 23 de janeiro de 2012, deve ser utilizado o CodItem 1034 - "Operações Dedutíveis de Crédito Rural", enviado por meio de mensagem "RCO0002 - IF informa Demonstrativo", do Grupo de Serviços RCO, constante do Catálogo de Mensagens e de Arquivos da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), cujo campo "CodRCO" deve ser preenchido com código "01-Recursos à Vista".

Parágrafo Único. O valor informado por meio do CodItem 1034 - "Operações Dedutíveis de Crédito Rural", referente ao último dia do período de cálculo do recolhimento compulsório sobre recursos à vista, será considerado para fins de dedução no período de cumprimento correspondente, observado o limite disposto no § 2º, art.1º, da Circular nº 3.573, de 2012.

Art. 2º - A soma dos saldos médios diários das operações de que tratam os incisos I e II do art. 1º da Circular nº 3.573, de 23 de janeiro de 2012, observada a regulamentação complementar, deve ser informada:

I - para as instituições do grupo "A", a partir do período de cálculo de 23 de janeiro a 3 de fevereiro de 2012, cujo período de movimentação se inicia em 1º de fevereiro de 2012, até o período de cálculo de 10 a 21 de junho de 2013, cujo período de movimentação se inicia em 19 de junho de 2013; e

II - para as instituições do grupo "B", a partir do período de cálculo de 30 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012, cujo período de movimentação se inicia em 8 de fevereiro de 2012, até o período de cálculo de 17 a 28 de junho de 2013, cujo período de movimentação se inicia em 26 de junho de 2013.

Art. 3º - A documentação comprobatória das informações objeto desta Carta Circular deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos, contados a partir da data a que se refere cada informação, nos termos do disposto no art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

Art. 4º - Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

DASO MARANHÃO COIMBRA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamentos, abertos ao público, de processos administrativos sancionadores - CVM.

I - Marcação de sessão de julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05/03/2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores, nas datas, horários e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os indiciados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM Nº RJ2009/8439 - IMPÉRIO LISAMAR S/A - Indústria e Comércio

Data: 28/02/2012 - terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Otavio Yazbek

Procuradora: Adriana Cristina Dullius

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: Inadimplemento do dever de prestar informações à CVM, por parte da Império Lisamar S/A e de seus administradores, por mais de três anos.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Antonio Baptista dos Santos	Não constituiu advogado
Antonio Carlos Grila Nunes dos Santos	Não constituiu advogado
Belmiro Marques de Paiva	José Oswaldo Corrêa
Cezar Luiz Dalcin	Não constituiu advogado
José de Paiva	José Oswaldo Corrêa
Manuel Vieira da Cunha	Não constituiu advogado
Maria Diniz Machado	José Oswaldo Corrêa
Mario Reis Xavier Junior	Sonia Ferreira da Silva

PAS CVM Nº RJ2010/11352 - CONDOMINIUM VILLAGE S/A

Data: 28/02/2012 - terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Otavio Yazbek

Procuradora: Raquel Passarelli Campos

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: Inadimplemento do dever de prestar informações à CVM por mais de três anos, o que acarreta análise de responsabilidade dos administradores, nos termos do parágrafo único do art.3º da Instrução CVM nº 287/98.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Edison Luis Lopes Pedreira	Luiz Fernando Zornig Filho
Juliana Liz Silva	Luiz Fernando Zornig Filho
Lincoln Bettega Curial	Luiz Fernando Zornig Filho
Luiz Gonzaga Bettega Sparandio	Luiz Fernando Zornig Filho
Luiz Renato da Silva	Luiz Fernando Zornig Filho
Márcia Aparecida Barbosa	Luiz Fernado Zornig Filho
Mario Sergio da Silva	Luiz Fernando Zornig Filho

PAS CVM Nº 15/08 - BB MILÊNIO

Data: 28/02/2012 - terça-feira

Horário: 15h

Relatora: Diretora Luciana Dias

Procuradora: Julya Sotto Mayor Wellisch

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: Apurar eventual ocorrência de irregularidades em negócios realizados no mercado de futuros da BM&F em nome de fundos de investimentos exclusivos do BB Milênio & Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Longo Prazo, bem como apurar as eventuais responsabilidades dos administradores e gestores dos Fundos.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Almir Guilherme Barbassa	Isabel Bocater
Arnaldo José Vallet	Roy Barbosa de Campos
BB Gestão de Recursos DTVM	Roy Barbosa de Campos
João Pinheiro Nogueira Batista	Isabel Bocater
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Isabel Bocater

PAS CVM Nº RJ2011/3665 - LUCIANO DECOURT e MARIA ELIZABETH DECOURT

Data: 28/02/2012 - terça-feira

Horário: 15h

Relatora: Diretora Luciana Dias

Procuradora: Milla de Aguiar

Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: Negociação com ações da Aços Villares S/A de posse de informações relevantes ainda não divulgadas no mercado.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Luciano Decourt	Ronald Nilander
Maria Elizabeth Decourt	Ronald Nilander

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012

LEONARDO JOSÉ FERNANDES DA SILVA
Chefe
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Ratifica o Convênio ICMS 1/12 de 9 de janeiro de 2012.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 170ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 9 de janeiro de 2012, e publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2012:

Convênio ICMS 1/12 - Concede isenção do ICMS nas operações internas, bem como nas correspondentes prestações de serviço de transporte, com gado vacum a ser utilizado ou utilizado em testes de vacinas para febre aftosa.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

No § 1º do art. 38-A incluído pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.236, de 11 de janeiro de 2012, publicada na página 28 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 9, de 12 de janeiro de 2012:

Onde se lê:

"Art. 38-A. (...)

(...)

§ 1º (...) atendam ao disposto no § 1º do art. 1º, emitidas (...) mencionada no § 2º do art. 1º e a data (...)

(...)"

Leia-se:

"Art. 38-A. (...)

(...)

§ 1º (...) atendam ao disposto no § 1º do art. 71-A, emitidas (...) mencionada no § 2º do art. 71-A e a data (...)

(...)"

No § 5º do art. 71-A incluído pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.236, de 11 de janeiro de 2012, publicada na página 28 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 9, de 12 de janeiro de 2012:

Onde se lê:

"Art. 71-A. (...)

(...)

§ 5º (...) as regras disciplinadas nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 3º."

Leia-se:

"Art. 71-A. (...)

(...)

§ 5º (...) as regras disciplinadas nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 26-A."

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das competências que lhe conferem a Portaria RFB nº 2.744, de 13 de maio de 2011, que o criou , e o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria RFB nº 3.231, de 10 de agosto de 2010, e considerando a deliberação ocorrida na reunião de 21 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar as diretrizes, o período de validade e a metodologia e cronograma de trabalho para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º As diretrizes aprovadas são:

a) vinculação do Orçamento com o Planejamento Estratégico;

b) aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de risco visando garantir a eficiência e a segurança institucional;

c) agilização, integração e automatização do controle e da cobrança do crédito tributário;

d) priorização dos serviços por meio de atendimento eletrônico de forma integrada e conclusiva;

e) automatização do tratamento da informação;

f) estímulo à inovação;

g) provimento de soluções integradas e alinhadas às necessidades institucionais;

h) disponibilização de infraestrutura tecnológica para agilizar atividades e apoiar tomada de decisões; e

i) aumentar a capacidade de desenvolvimento de software.

Art. 3º O PDTI da Secretaria da Receita Federal do Brasil será elaborado para o quadriênio 2012-2015.

Art. 4º A elaboração do PDTI será realizado por Grupo de Trabalho, composto por:

a) um representante de cada um dos membros do Comitê de TI;

b) um representante do Gabinete da RFB (Coordenações Especias); e

c) três representantes das Regiões Fiscais.

Paragrafo único. Os trabalhos para a elaboração do PDTI será coordenado pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Art. 5º Esta resolução convalida os atos praticados de acordo com esta decisão.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o acesso às informações da Secretaria da Receita Federal do Brasil pelos tribunais.

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das competências que lhe conferem a Portaria RFB nº 2.744, de 13 de maio de 2011, que o criou , e o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria RFB nº 3.231, de 10 de agosto de 2010, e considerando a deliberação ocorrida na reunião de 21 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer que deverá constar nos convênios de disponibilização de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para os tribunais, cláusulas de segurança jurídica e tecnológica em termos similares aos níveis de segurança utilizados pela RFB, a serem cumpridas pelos convenentes.

Parágrafo único. No convênio, não será autorizada a transferência da base de dados da RFB disponibilizada a um tribunal para outros tribunais.

Art. 2º Os convênios vigentes devem ser reavaliados quanto aos aspectos objeto do artigo anterior.

Art. 3º Esta resolução convalida os atos praticados de acordo com esta decisão.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a utilização da rede sem fio no ambiente corporativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das competências que lhe conferem a Portaria RFB nº 2.744, de 13 de maio de 2011, que o criou , e o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria RFB nº 3.231, de 10 de agosto de 2010, e considerando a deliberação ocorrida na reunião de 20 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer a utilização da rede sem fio, do tipo Wi-Fi, padrão IEEE 802.11, somente no ambiente corporativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta resolução convalida os atos praticados de acordo com esta decisão.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a apresentação de informações sobre viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados nas vias aéreas e marítimas e revoga o Ato Declaratório Executivo Coana nº 23, de 21 de dezembro de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, tendo em vista as disposições constantes do art. 129 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e do § 1º do art. 3º da IN RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, alterada pela IN RFB nº 1.217, de 20 de dezembro de 2011, e pela IN RFB nº 1.240, de 17 de janeiro de 2012, declara:

Art. 1º As empresas de transporte aéreo internacional regular deverão enviar, para o endereço de correio eletrônico ListaPassageiros.Coana@receita.fazenda.gov.br, lista contendo o nome completo; e o documento de identificação, indicando número, tipo, órgão e país de emissão; de todos os passageiros e tripulantes, no prazo de até duas horas após o fechamento dos voos na origem.

§ 1º O disposto no caput aplica-se a todos os voos internacionais regulares, chegando ou saindo do território nacional.

§ 2º Caso o voo tenha previsão de duração inferior a duas horas, a companhia aérea deverá enviar a lista contendo as informações solicitadas no caput antes da efetiva chegada do mesmo.

§ 3º No cabeçalho de cada lista deverá constar o nome da companhia aérea, o número e a data do voo.

§ 4º A lista de cada voo deverá ser enviada em mensagem específica, cujo título deverá ser formado pelo código IATA do aeroporto brasileiro de chegada ou saída, o dígito "S" ou "C", se voo saindo ou chegando no Brasil, o código IATA da companhia aérea, o número do voo e o dia/mês/ano da sua previsão de saída ou chegada.

§ 5º Até entrada em vigor de padrão a ser estabelecido, a lista poderá ser enviada em qualquer formato.

Art. 2º As empresas de transporte marítimo internacional regular deverão enviar, para o endereço de correio eletrônico ListaPassageiros.Coana@receita.fazenda.gov.br, lista contendo o nome completo; e o documento de identificação, indicando número, tipo, órgão e país de emissão; de todos os passageiros e tripulantes, no prazo de até vinte e quatro horas após a partida da embarcação na origem.

§ 1º O disposto no caput aplica-se a todos as viagens marítimas internacionais regulares, chegando ou saindo do território nacional.

§ 2º A lista referente às viagens marítimas internacionais regulares deverá ser enviada em mensagem específica, cujo título deverá ser formada com o nome do município brasileiro onde se localiza o porto de entrada ou saída, o dígito "S" ou "C", correspondendo à entrada ou saída do País, o código IMO da embarcação, e o dia/mês/ano da sua previsão de saída ou chegada.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Coana nº 23, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HERICA GOMES VIERIA

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere a Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica restabelecida a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa Refrigerantes Coroa Ltda, CNPJ 27.657.485/0001-47.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado, sem prejuízo de sua força normativa, o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 54, de 3 de novembro de 2011.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos industriais envasadores de bebidas, abaixo relacionados, obrigados à utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nome Empresarial	CNPJ	Cidade	UF
Casa Di Conti Ltda	46.842.894/0001-68	Cândido Mota	SP
Engarrafamento Pitu Ltda	11.856.283/0001-94	Vitória de Santo Antão	PE

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720070/2012-26 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Volvo, modelo S80 2.9, ano 2001, cor azul, chassi YV1TS94K511213766, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 01/0992376-0, de 09.10.2001, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade da Embaixada da Nova Zelândia, CNPJ: 04.299.893/0001-79, para Sr. Bergson Morais Ribeiro, CPF: 290.004.321-20.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Concede Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I e §§ 1º e 4º, e o art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à AGBR COMÉRCIO, SERVIÇOS GRÁFICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 11.416.247/0001-00, situada à Q SIBS 03 CONJUNTO C S/N LOTE 29 PARTE, NÚCLEO BANDEIRANTE, BRASÍLIA-DF, CEP: 71.736-303, o Registro Especial de nº GP-01101/00226, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo de nº 10166.729248/2011-88.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN RFB nº 976, de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do Registro Especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Concede Registros Especiais para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I e §§ 1º e 4º, e o art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à O SÁBIO GRÁFICA EDITORA E PAPELARIA LTDA ME - CNPJ nº 10.544.366/0001-85, situada ao ST SIBS QUADRA 02 CONJUNTO B LOTE 11 E PARTE, NÚCLEO BANDEIRANTE, BRASÍLIA-DF, CEP: 71.736-202, os Registros Especiais de nº GP-01101/00227 e nº UP-01101/00064, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo de nº 10166.729192/2011-61.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN RFB nº 976, de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do Registro Especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Concede Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I e §§ 1º e 4º, e o art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à EDITORA SINTAGMA LTDA - CNPJ nº 14.261.048/0001-68, situada à Q SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS QUADRA 01 LOTE 495, 505 E 215 SALA 110 ANDAR 1 EDIF BARÃO DO RIO BRANCO, ZONA INDÚSTRIA, BRASÍLIA-DF, CEP: 70.610-410, o Registro Especial de nº UP-01101/00065, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo de nº 10166.729239/2011-97.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN RFB nº 976, de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do Registro Especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOEL MIYAZAKI

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Concede Habilitação no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, ao estabelecimento de pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo Art. 1º, incisos I e III, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 149, de 7 de abril de 2011 (DOU:08/04/2011) c/c os Arts. 220, inciso IV e 295, inciso VII da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, tendo-se, ainda, em vista as disposições contidas na Instrução Normativa SRF nº 879, de 15 de outubro de 2008 e o regulamentado no Decreto nº 6.582, de 26 de setembro de 2008, observados seus Anexos I e II, como também, de acordo com o disposto nos artigos 13 a 16 da Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004, e considerando-se, por fim, o constante do processo nº 10380.728.838/2011-59, declara:

Art. 1º. Fica concedida ao estabelecimento da pessoa jurídica APM TERMINAIS PECÉM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS LTDA, de CNPJ nº 05.388.226/0001-25, a habilitação para operar, na condição de "operador portuário", na área de porto organizado, nos termos do inciso III, Art. 1º, da Lei nº 8.630, de 25/2/1993, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, NO ÂMBITO DO PORTO DO MUCURIPE", até 31 de dezembro de 2015, conforme disposto no artigo 16, "in fine" da supracitada lei, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 556, de 23.12.2011, publicada no DOU de 26.12.2011, relativamente às aquisições e importações amparadas pelo REPORTO.

Art. 2º. A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

Art. 3º. A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

Art. 4º. As máquinas, equipamentos e bens objetos do referido regime tributário são os constantes dos Anexos I e II ao Decreto nº6.582, de 26 de setembro de 2008.

Art. 5º. A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo de 05(cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

Art. 6º. Na hipótese de inobservância dos requisitos estabelecidos para habilitação ao presente regime, inclusive sua manutenção, aplica-se o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 7º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, observado o disposto no § 3º, art. 5°, da supracitada Instrução Normativa.

Art. 8º. Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

HELDER SILVA NOBRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Concede Registro Especial - Bebidas a Pessoa Jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, art. 220, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, c/c o Art. 1º, inciso I, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 149, de 7 de abril de 2011, publicada no DOU de 08/04/2011 e de acordo com o disposto no art. 3º, caput, §1º, da Instrução Normativa SRF 504, de 03 de fevereiro de 2005 (DOU de 9.2.2005), considerando, ainda, o que consta dos autos do processo administrativo n.º 10380.002432/2011-42, DECLARA:

Art. 1.º Fica concedido à empresa SUPER REDE DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA, estabelecida à Rua Teodomiro de Castro, nº 4585, GALPAOL, Álvaro Weyne, Fortaleza-CE, CEP: 60.336-010, inscrita no CNPJ sob n.º 12.676.963/0001-99, o Registro Especial, previsto no art.1.º, §6º, do Decreto-Lei nº1.593/1977, com a redação dada pela Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, c/c os arts. 1º ao 13, da supracitada Instrução Normativa, sob o n.º03101/0065 como IMPORTADOR, referente a importação dos produtos de que trata a supracitada instrução normativa, inclusive observado o disposto no art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010.

Art. 2.º O Registro Especial conferido por este ato refere-se somente ao estabelecimento matriz. Sua extensão a outros estabelecimentos industriais da empresa dependerá de novo ato concessivo, junto à Delegacia ou Inspetoria da Receita Federal de jurisdição correspondente;

Art. 3.º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela autoridade concedente se, posteriormente à concessão, ocorrer qualquer fato previsto no art. 8.º da Instrução Normativa supracitada;

Art. 4.º A concessão deste Registro Especial não exime o contribuinte do cumprimento das demais obrigações, principais e acessórias, previstas na legislação tributária, mormente as disposições contidas no art. 9º da supracitada Instrução Normativa;

Art. 5º A Delegacia da Receita Federal do Brasil deverá adotar as providências disciplinadas no art. 12 da supracitada Instrução Normativa, inclusive quanto a alimentação do Sistema Selecon;

HELDER SILVA NOBRE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 6, publicado no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2012, Seção 1, página 24, onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 24 DE JANEIRO DE 2012", leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N º 6, DE 5 DE JANEIRO DE 2012"

5ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

Código NCM 3921.13.90 - Laminado de plástico (poliuretano) microalveolar, com reforço em uma das faces com tecido de fibras mistas (algodão e poliéster), de espessura de 1,0mm e gramatura de 400g/m², de cor uniforme e idêntica em ambas as faces, apresentado em rolos com 1,4m de largura, utilizado na fabricação de couro artificial.

Dispositivos Legais: Regra Geral para Interpretação do Sistema Harmonizado - RGI/SH nº 1 (texto da posição 3921 e notas 2a e 5 do capítulo 59), RGI/SH nº 6 (texto da subposição 3921.13), RGC-1 (texto do item 3921.13.90) da Tarifa Externa Comum do Mercosul - TEC, aprovada pela Resolução CAMEX nº 43, de 22/12/2006, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH do Capítulo 39 (aprovadas pelo Decreto nº 435/92, regulamentadas pela IN/RFB nº 807/2008).

RICARDO S MACHADO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

Código NCM 3921.13.90 - Laminado de plástico (poliuretano) microalveolar, com reforço de TNT (tecido não tecido - viscose) em uma das faces, com espessura de 0,7mm e gramatura de 240g/m², de cor uniforme e idêntica em ambas as faces, apresentado em rolos com 1,4m de largura, utilizado na fabricação de couro artificial.

Dispositivos Legais: Regra Geral para Interpretação do Sistema Harmonizado - RGI/SH nº 1 (texto da posição 3921 e notas 2a e 5 do capítulo 59), RGI/SH nº 6 (texto da subposição 3921.13), RGC-1 (texto do item 3921.13.90) da Tarifa Externa Comum do Mercosul - TEC, aprovada pela Resolução CAMEX nº 43, de 22/12/2006, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH do Capítulo 39 (aprovadas pelo Decreto nº 435/92, regulamentadas pela IN/RFB nº 807/2008).

RICARDO S MACHADO
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 220, 296 e 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa do SRF 504, de 03 de fevereiro de 2005, e ainda, o que consta do processo administrativo fiscal nº 10680.009081/96-06, resolve declarar:

1. Inscrita no Registro Especial sob o número 06101/105, a empresa TOPÁZIO INDUSTRIAL S/A, CNPJ n.º 16.774.804/0002-69, estabelecida na Fazenda Conquista, s/nº, Zona Rural, no município de Entre Rios de Minas/MG, CEP 35.490-000, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento.

2. A interessada exerce a atividade de produtora e engarrafadora do produto CACHAÇA EXTRA PREMIUM, de marcas: TOPÁZIO IMPERIAL (10 anos), TOPÁZIO (6 anoa) e TOPÁZIO (3 anos), que será comercializado em recipientes de 720 ml; e, do produto CACHAÇA, de marca ETÉREA, que será comercializado em recipientes de 720 ml.

3. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN/SRF N.º 504/2005, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

4. Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

5. Fica revogado o ADE DRF/BHE Nº 19, de 13 de Janeiro de 2000, publicado no D.O.U. de 19/01/2000.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Declara a nulidade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, por delegação de competência constante na Portaria DRF/JFAMG nº 32, de 18/02/2011 combinado com o que dispõe no artigo 33, inciso I, § 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011 bem como os elementos integrantes do Processo 13637.000323/2007-43, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.702.260/0001-09, razão social: Lecio Rissi ME , por enquadrar-se na hipótese prevista no artigo 33, inciso da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.

EDUARDO PENIDO PINTO MARQUES

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Declara habilitada ao Registro Especial como Importador de Bebidas Alcoólicas, conforme INRFB 504/2005

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, SRFB aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010 e de acordo com o disposto no artigo 3º da IN RFB nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e considerando tudo o que consta no processo administrativo nº 15586.720236/2011-61, resolve:

Art.1º Declarar habilitada ao REGISTRO ESPECIAL com o nº 07201/0441, como estabelecimento IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, a empresa VITÓRIA FOODS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME CNPJ-12.871.743/0001-16

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 2009, com as alterações produzidas pela Portaria MF nº 206, de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011 que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 12448.729259/2011-27, resolve:

Art.1º - TORNAR INAPTAS as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das sociedades abaixo, conforme artigo 39, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1183, em virtude de não terem sido localizadas em seus respectivos domicílios tributários:

INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
31.654.064/0001-30	VIDEO MARGE CENTER LOCADORA DE FILMES LTDA ME
00.350.183/0001-75	MINE PADARIA O NECAO LTDA ME
29.933.488/0001-91	AUTO MECANICA K DIESEL LTDA ME
28.211.084/0001-21	LANCHONETE RONDONIA LTDA ME

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 2009, com as alterações produzidas pela Portaria MF nº 206, de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011 que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10735.722493/2011-62, resolve:

Art.1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade J.H. Manutenção e Serviços de Acabamento Ltda-ME , CNPJ nº 04.696.256/0001-36, conforme artigo 39, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1183, em virtude de não ter sido localizada no domicílio tributário eleito pelo contribuinte.

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

MONICA PAES BARRETO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 , e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARÍTIMO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 no. 333 de 27 de dezembro de 2011, publicado no D.O.U. de 28 de dezembro de 2011.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Processo 10768.000422/2010-47				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0051721.09.02 MAERSK CHAMPION	25/02/2014
Processo 10768.003374/2010-49 e Proc.10768.002576/2011-54 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030640.07.02 MAERSK BOULDER	(*) 19/02/2012
Processo 10768.005868/2010-68				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059813.10.2 MAERSK RETRIEVER	16/09/2012
Processo 10768.007566/2010-24				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020871.06.2 MAERSK ROVER	21/11/2014
Proc. 10768.004486/2010-17 e Proc.10768.002938/2011-15 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032153.07.2 MAERSK CHIEFTAIN	(*) 01/03/2012
Processo 10768.006256/2010-92				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059265.10.2 MAERSK ASSETER	24/08/2014
Processo 10768.006257/2010-37				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059816.10.2 MAERSK MARINER	09/08/2012
Processo 10768.006742/2010-19 e Processo 10768.002659/2011-43 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020853.06.2 MAERSK MASTER	(*) 01/03/2012
Processo 10768.004320/2010-09				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.00338863.07.2 MAERSK TOPPER	12/11/2012
Processo 10768.006255/2010-48				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059266.10.2 MAERSK ADVANCER	24/08/2014
Processo 10768.003373/2010-02 e 10768.001242/2011-63(*) Proc.10768.002577/2011-07 (**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS AS	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032150.07.02 MAERSK CUTTER	(**) 01/03/2012
Processo 10768.003370/2010-61 - provimento a recurso e 10768.001363/2011-13 (*)-Proc.10768.002811/2011-98 (**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030635.07.2 MAERSK BLAZER	01/03/2012
Proc. 10768.003371/2010-13 - prov. a recurso e 10768.001498/2011-71 (*)Proc.10768.002937/2011-62(**)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030631.07.2 MAERSK HANDLER	(**) 01/03/2012
Processo 10768.000581/2011-22 , Processo 10768.003064/2011-13 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	OGX PETRÓLEO E GÁS	BLOCOS (*) BMC39, BMC40. BMC41, BMC42, BMC43, BMS56, BMS57, BMS58, BMS59	OGXLT/2010/109 OGXLT/2010/110 MAERSK TERRIER	(*) 12/03/2013
Processo 10768.002219/2011-96 e 10768.003468/2011-07 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	SHELL BRASIL PETROLEO LTDA	TODA A AREA EM QUE A SHELL BRASIL PETROLEO LTDA SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	contrato nº 4610031774 MAERSK LIFTER	(*) 06/03/2012
Processo 10768.002766/2011-71 e 10768.003300/2011-93 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	SONANGOL STAR-FISH OIL & GAS S.A	BLOCOS BM-C-45, BM-C-46 E BM-S-60	Contrato s/no. MAERSK PROVIDER	(*) 21/01/2012
Processo 10768.0004272/2011-40				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030628.07.2 MAERSK HELPER	29/02/2012
Processo 10768.002451/2011-24				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020831.06.2 MAERSK CLIPPER	01/03/2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070 de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro nos artigos 5º e 6º da IN RFB nº 844/2008, a empresa KAROON PETRÓLEO & GÁS LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo n° 181, de 19 de julho de 2010, publicado no DOU de 20 de julho de 2010.

JOSE MAURO SANTOS FRANCO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Processo nº 10768.100155/2010-15 e 10768.100155/2010-15(*)			
Nº NO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
09.347.916/0001-97 09.347.916/0003-59(*)	Campo em Exploração Bacia Sedimentar de Santos: Bloco S-M-1037 Bloco S-M-1102 Bloco S-M-1101 Bloco -M-1165 Bloco S-M-1166	48610.001378/2008-34 BM-S-61 48610.001379/2008-89 BM-S-62 48610.001383/2008-47 BM-S-68 48610.001384/2008-91 BM-S-69 48610.001385/2008-36 BM-S-70	12.03.2013

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro da 2011, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada em Cumbica, município de Guarulhos - SP, autorizada, em caráter excepcional, a realizar, em 27 de janeiro de 2012, as operações prevista no inciso I e Caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave proveniente de Assunção - Paraguai - e com destino à mesma cidade levando a bordo o Exmo. Sr. Presidente da República do Paraguai Fernando Armindo Lugo Méndez e comitiva

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais, incluídos o embarque e desembarque dos viajantes, serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato vigora na data de sua publicação, produzindo efeitos no dia 27 de janeiro 2012.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA.

PORTARIA Nº 9, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Delega competência.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2010 e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art.1º Delegar competência ao Chefe da Divisão de Fiscalização - DIFIS/SRRF08 e, na sua ausência ou impedimento ao Chefe Substituto da Divisão de Fiscalização - DIFIS/SRRF08, para praticar os atos de que trata o inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 6º, da Portaria RFB nº 3.014, de 29 de junho de 2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição, e cuja competência esteja, por meio deste ato, sendo delegada à referida autoridade.

Art.3º Revogar a Portaria nº SRRF08/G nº 36, de 02 de julho de 2004, publicada no DOU de 06/07/04.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2.012

Declara a inaptidão da pessoa jurídica, nos termos da Instrução Normativa do RFB de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda de número 587, de 21 de dezembro de 2.010, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 39, da Instrução Normativa do SRF de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011, resolve:

Artigo 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 06.048.636/0001-90, em nome da pessoa jurídica LAVA RÁPIDO UNICAR DE BAURU II LTDA. EPP, por considerá-la NÃO LOCALIZADA, nos termos do inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, da Instrução Normativa RFB de número 1.183, acima referida, sendo considerados tributariamente ineficazes, os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir da data de publicação do presente Ato Declaratório Executivo, conforme processo administrativo de número 10805.722185/2011-66.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2.012

Declara a inaptidão da pessoa jurídica, nos termos da Instrução Normativa do RFB de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda de número 587, de 21 de dezembro de 2.010, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º, do artigo 39, da Instrução Normativa do SRF de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011, resolve:

Artigo 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 07.136.056/0001-17, em nome da pessoa jurídica MFG METALÚRGICA LTDA. - EPP, por considerá-la NÃO LOCALIZADA, nos termos do inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, da Instrução Normativa do SRF de número 1.183, acima referida, sendo considerados tributariamente ineficazes, os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir da data de publicação do presente Ato Declaratório Executivo, conforme processo administrativo de número 19515.720644/2011-15.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 15, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 24, de 31 de janeiro de 2002, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, conforme os fatos relatados no processo administrativo indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	PORTARIA DE EXCLUSÃO
65.711.616/0001-16	COOPERATIVA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MIRASSOL - COOPEM	13869.000042/2003-33	69

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUIZ ALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOGI DAS CRUZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Declara nulo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O CHEFE DA AGENCIA DA RECEITA FEDERAL EM MOGI DAS CRUZES, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com fundamento no artigo 28, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1005/2010, e considerando o constante no processo administrativo nº 13884.720118/2012-43, declara:

Art. 1º. Fica ANULADA, de ofício, a inscrição CNPJ nº 14.931.475/0001-06, referente a ANHEMBI ASSESSORIA E LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME, da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da referida inscrição no CNPJ.

ANTONIO ODIL DA COSTA PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Declara nula a inscrição no CPF por ter sido considerada fraudulenta.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2010, com base no disposto nos artigos 32 e 33, ambos da Instrução Normativa-IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 16041.000005/2012-38, declara:

Art. 1º - NULA, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nº 270.527.678-56, em nome de Eliseu Scorsolini, por ter sido considerada fraudulenta.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

Concede à pessoa jurídica contratada pela titular do projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, co-habilitação ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alteradas pelas Instruções Normativas nº 778 de 19 de outubro de 2008 e nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante dos processos administrativos nºs 13804.004694/2010-21, 13804.004695/2010-75, 13804.004696/2010-10, 13804.004697/2010-64, 13804.004698/2010-17, 13804.004699/2010-53, 13804.004700/2010-40, 13804.004701/2010-94 e 13804.004702/2010-39, resolve:

Art. 1º Reconhecer à FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO LTDA, cadastrada sob o CNPJ 66.806.555/0001-33, com sede administrativa à Av Friedrich Von Voith 1831, bairro de Perus, cep 02995-000, São Paulo - SP, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I da Portaria MT nº 229, de 17 de setembro de 2008, de titularidade de AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A, CNPJ 09.326.342/0001-70, que se refere a projeto de obras de construção civil na Rodovia Fernão Dias - BR-381 SP/MG, conforme determina art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARMINE RULLO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÕES

No Ato Declaratório Executivo n° 149, de 13 de janeiro de 2012, publicado no DOU em 17 de janeiro de 2012, Seção 1, página 20:

Onde se lê: "...e o constante do processo administrativo nº 18186.007560/2010-18, resolve:"

Leia-se: ..".e o constante do processo administrativo nº 18186.727630/2011-21, resolve:"

Onde se lê: "Art.2º... que se refere a projeto de reforços, melhorias e expansão de distribuição de energia elétrica, conforme determina art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Leia-se: "Art. 2º ... que se refere a projetos de geração de energia elétrica com contrato de comercialização de energia regulado pelo poder público, conforme determina art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007."

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.

PROCESSO: 14311.000010/2012-98

CONTRIBUINTE: SEVERINO ROBERTO LOPES 03269367422

CNPJ: 97.544.698/0001-48

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Habilita ao Repetro, até 17/03/2016, a empresa que menciona

A CHEFE da DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA - DIANA da SUPERINTENDÊNCIA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inc. I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, e à vista do que consta do processo nº 12782.000001/2012-25 declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA, com sede no município de Guarujá - SP na Rua Senador Salgado Filho, 365 - Jardim Santense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ do MF sob nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural de que trata o art. 1º da IN/RFB nº 844/2006 durante a execução dos contratos relacionados no item abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 17 de março de 2016, para operar a embarcação "CREST OLYMPUS" do tipo AHTS 15000 TO, em serviços de apoio marítimo às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural nas áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos termos da legislação brasileira vigente, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços E&P nº 2050.0070584.11.2, vinculado ao Contrato de Afretamento E&P nº 2050.0070583/11.2, firmados entre a PETROBRAS e, respectivamente, PETRO-SANTOS LTDA. E RADIANCE OFFSHORE B.V.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações prevista no art. 34 da IN/RFB nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo ato declaratório executivo.

6. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SANDRA IVETE RAU VITALI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Habilitação em admissão temporária.

RODRIGO LOREZON YUNAN GASSIBE, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1294467, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de Junho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo nº 10314.720099/2012-21, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, a utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária a empresa HOSTMANN STEINBERG TINTAS GRÁFICAS BRASIL LTDA , estabelecida na R M.M.D.C., 1065, Município de São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.672.995/0001-86, para as mercadorias abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	MODELO	NCM	PESO UNITÁRIO (kg)	SALDO TOTAL
CAIXAS METÁLICAS	MB-5	7309.00.90	130	3000

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO LOREZON YUNAN GASSIBE

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 439 da Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 481042011-20001030, em face à decisão judicial que cassou a determinação de sua expedição, em favor do contribuinte QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ 82.094.640/0001-72.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Concede Registro Especial a IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010, de acordo com o caput do art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e na forma do despacho exarado no processo nº 13982.720042/2012-48, declara:

Art. 1º Concedido Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504/2005, sob o nº 09203/0094, ao estabelecimento de CNPJ nº 07.637.666/0001-02 da empresa PRIME COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, situado à Rua Jacinto Patussi, 140-D - Bairro Quedas do Palmital, Chapecó/SC.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 8º da referida IN, especialmente no caso de desatendimento ou inobservância dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

PORTARIA Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Aplica penalidade de suspensão.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1°. Aplicar a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Receita Federal, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa AGILIZA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ 22.580.716/0001-48, com base no que dispõe o item 12.1 do Edital de Leilão nº 917800/000001/2011, o artigo 109, inciso I da Lei 8666/93 e a decisão de fls. 39 do processo 10907.000799/2011-45.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

PORTARIA Nº 7, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Aplica penalidade de suspensão.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Receita Federal, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa VITAL CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ 01.543.113/0001-04, com base no que dispõe o subitem 11.1.2 do Edital de Leilão nº 0917800/00002/2011, o artigo 109 da Lei 8666/93 e a decisão de fls. 44 do processo 10907.720429/2011-28.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, conforme competência conferida pelo art.1º da Portaria DRF/NHO nº 98, de 2 de setembro de 2011, publicado no DOU em 06 de setembro de 2011; tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, vigente à época dos fatos; e em concordância com a Representação Fiscal protocolada sob o nº 11065.724086/2011-92, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude do enquadramento previsto no art.29, incisos IV e XII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e no art.5º, incisos IV e XIV, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007:

Nome empresarial: Senun Calçados Ltda

CNPJ nº: 02.945.811/0001-90

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01.01.2008, conforme disposto no art.6º, inciso VI, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Fica, também, o contribuinte impedido de optar pelo Simples Nacional pelos próximos 10 (dez) anos-calendário seguintes à exclusão, conforme vedação expressa no art.29, §2º, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 5º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZ FERNANDO LOUREIRO DE MOURA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto nos incisos I e II do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de dezembro de 2011, os Balanços Financeiro e Patrimonial das empresas que integram o SIAFI na modalidade total, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

ANEXO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, Anexos I a VI, VIII a XV e XVIII, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária, Tabelas 1 a 15 e 17, são divulgados conforme os incisos I e II do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da Execução Orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até 31 de dezembro. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Na fórmula da dotação inicial constam contas de detalhamento, para que seja possível evidenciar a dotação inicial detalhada, lançada no SIAFI até o nível de modalidade.

5. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento.

6. Esta publicação apresenta três situações distintas:

6.1. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais, consolidados na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

6.2. Realização das receitas e despesas de refinanciamento da dívida pública da União; e

6.3. Realização das receitas e despesas da União, excetuando-se nessas demonstrações o refinanciamento da dívida pública da União.

7. Nos Anexos I, II e IX e nas Tabelas 1, 5, 10, 11, 12 e 13 são destacadas as operações intra-orçamentárias às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Volume I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010. No Anexo III, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

8. A Tabela 9-A - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, são desvinculados vinte por cento da receita da União proveniente das seguintes contribuições sociais:

a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

b) Cota-Parte da Contribuição Sindical;

c) Contribuição sobre os Concursos de Prognósticos;

d) Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

e) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; e

Sobre as Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social não se aplica a desvinculação de recursos com base no inciso XI do art. 167 da Constituição. Por analogia, também não se aplica a mesma desvinculação sobre as receitas de Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Quanto à receita de Contribuição para o Salário-Educação, a exceção decorre do disposto no § 2º do art. 76 do ADCT. No demonstrativo consta nota explicativa com memória de cálculo das receitas desvinculadas por força de dispositivo constitucional.

9. A divergência na inscrição de restos a pagar, entre o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado de 2010, divulgado pela Portaria nº 134, de 28 de fevereiro de 2011, da STN, e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de dezembro de 2011, é oriunda de variações cambiais e critério de apuração. Os números do Relatório de Gestão Fiscal foram identificados em contas que compõem o Balanço Patrimonial ao final do exercício. Já os divulgados neste Relatório, foram apurados por meio de contas de controle orçamentário, inviabilizando a identificação da totalidade dos valores anteriormente divulgados, uma vez que não há, ainda, correlação direta entre as informações registradas. A divergência nos valores entre os meses de novembro e dezembro decorre de variações cambiais.

10. O valor da coluna da previsão atualizada da receita apresenta-se menor do que o da dotação atualizada da despesa em decorrência da abertura de créditos adicionais com a utilização excesso de arrecadação e de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2010, proveniente de receitas orçamentárias previstas e efetivamente arrecadadas em exercícios anteriores a 2011.

11. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

12. Estas informações estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorio_resumido.asp.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	1.272.151.790	1.272.151.790	200.993.033	15,80	1.213.655.485	95,40	58.496.305
RECEITAS CORRENTES	1.034.447.004	1.034.447.004	183.713.763	17,76	1.029.613.468	99,53	4.833.537
RECEITA TRIBUTARIA	347.539.632	347.539.632	57.630.293	16,58	338.648.828	97,44	8.890.803
Impostos	341.050.584	341.050.584	56.778.376	16,65	331.500.737	97,20	9.549.847
Taxas	6.489.047	6.489.047	851.917	13,13	7.148.091	110,16	(659.044)
RECEITA DE CONTRIBUICOES	537.146.864	537.146.864	102.471.608	19,08	545.486.602	101,55	(8.339.737)
Contribuições Sociais	522.323.006	522.323.006	100.136.147	19,17	529.788.994	101,43	(7.465.988)
Contribuições Econômicas	14.823.859	14.823.859	2.335.460	15,75	15.697.608	105,89	(873.749)
RECEITA PATRIMONIAL	57.478.754	57.478.754	10.206.074	17,76	65.708.554	114,32	(8.229.800)
Receitas Imobiliárias	833.160	833.160	159.910	19,19	965.451	115,88	(132.292)
Receitas de Valores Mobiliários	26.445.665	26.445.665	4.771.552	18,04	31.270.843	118,25	(4.825.177)
Receita de Concessões e Permissões	2.385.575	2.385.575	2.105.309	88,25	3.823.522	160,28	(1.437.947)
Compensações Financeiras	27.365.463	27.365.463	3.126.229	11,42	29.568.876	108,05	(2.203.413)
Receita de Outorga a Título Oneroso	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita de Cessão de Direitos	0	0	39.643	0,00	68.530	0,00	(68.530)
Outras Receitas Patrimoniais	448.891	448.891	3.430	0,76	11.332	2,52	437.559
RECEITA AGROPECUARIA	25.758	25.758	3.429	13,31	21.014	81,58	4.744
Receita da Produção Vegetal	14.946	14.946	1.646	11,02	11.166	74,71	3.780
Receita da Produção Animal e Derivados	10.754	10.754	1.785	16,60	9.843	91,53	910
Outras Receitas Agropecuárias	58	58	(2)	(3,96)	5	8,29	53
RECEITA INDUSTRIAL	817.987	817.987	78.942	9,65	562.500	68,77	255.487
Receita da Indústria de Transformação	817.987	817.987	78.942	9,65	562.500	68,77	255.487
RECEITA DE SERVICOS	44.663.613	44.663.613	7.888.676	17,66	47.975.847	107,42	(3.312.234)
TRANSFERENCIAS CORRENTES	289.279	289.279	176.527	61,02	450.679	155,79	(161.400)
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Transferências de Instituições Privadas	26.551	26.551	20.294	76,44	24.324	91,61	2.227
Transferências do Exterior	14.219	14.219	6.866	48,29	13.705	96,39	513

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Transferências de Pessoas	3.504	3.504	98	2,79	508	14,51	2.996
Transferências de Convênios	245.006	245.006	149.239	60,91	411.900	168,12	(166.894)
Transferências para o Combate à Fome	0	0	29	0,00	242	0,00	(242)
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	(8.758)	0,00	0	0,00	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.485.118	46.485.118	5.266.974	11,33	30.759.445	66,17	15.725.673
Multas e Juros de Mora	15.637.965	15.637.965	2.401.553	15,36	14.250.142	91,13	1.387.823
Indenizações e Restituições	3.103.838	3.103.838	1.077.245	34,71	4.083.697	131,57	(979.859)
Receita da Dívida Ativa	9.479.908	9.479.908	872.668	9,21	4.586.119	48,38	4.893.790
Receitas Correntes Diversas[1]	18.263.407	18.263.407	915.509	5,01	7.839.487	42,92	10.423.920
RECEITAS DE CAPITAL	237.704.785	237.704.785	17.279.270	7,27	184.042.017	77,42	53.662.768
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	150.245.978	150.245.978	3.297.379	2,19	94.201.985	62,70	56.043.994
Operações de Crédito Internas	145.985.218	145.985.218	2.668.776	1,83	91.610.171	62,75	54.375.047
Operações de Crédito Externas	4.260.761	4.260.761	628.603	14,75	2.591.814	60,83	1.668.947
ALIENACAO DE BENS	5.430.729	5.430.729	225.210	4,15	1.936.460	35,66	3.494.269
Alienação de Bens Móveis	2.159.997	2.159.997	150.173	6,95	1.734.483	80,30	425.514
Alienação de Bens Imóveis	3.270.732	3.270.732	75.037	2,29	201.977	6,18	3.068.755
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	27.595.250	27.595.250	5.897.578	21,37	28.945.140	104,89	(1.349.890)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	317.574	317.574	20.885	6,58	111.586	35,14	205.987
Transferências de Pessoas	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Transferência de Outras Instituições Públicas	4.643	4.643	0	0,00	4.519	97,32	125
Transferências de Convênios	312.930	312.930	20.885	6,67	107.068	34,21	205.863
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	54.115.254	54.115.254	7.838.218	14,48	58.846.846	108,74	(4.731.591)
Resultado do Banco Central do Brasil	25.572.000	25.572.000	0	0,00	17.483.488	68,37	8.088.512
Remuneração das Disponibilidades	28.543.184	28.543.184	7.837.927	27,46	41.255.161	144,54	(12.711.977)
Proveniente da Execução de Garantias	0	0	55	0,00	140	0,00	(140)
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	70	70	237	336,66	2.142	3.047,63	(2.071)
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	0	0	0	0,00	105.915	0,00	(105.915)
Receitas de Capital Diversas[2]	0	0	0	0	0	0,00	0

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/3)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	15.349.428	15.349.428	3.789.315	24,69	15.001.903	97,74	347.525
RECEITAS CORRENTES	15.349.428	15.349.428	3.217.759	20,96	13.527.941	88,13	1.821.487
RECEITA TRIBUTARIA	0	0	82	0,00	467	0,00	(467)
Impostos	0	0	36	0,00	28	0,00	(28)
Taxas	0	0	46	0,00	439	0,00	(439)
RECEITA DE CONTRIBUICOES	15.100.801	15.100.801	3.126.492	20,70	13.272.650	87,89	1.828.151
Contribuições Sociais	15.100.801	15.100.801	3.126.492	20,70	13.272.619	87,89	1.828.182
Contribuições Econômicas	0	0	0	0,00	31	0,00	(31)
RECEITA PATRIMONIAL	2.282	2.282	174	7,61	5.338	233,92	(3.056)
Receitas Imobiliárias	2.163	2.163	123	5,67	2.377	109,89	(214)
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	(1)	0,00	2.784	0,00	(2.784)
Receita de Concessões e Permissões	119	119	52	43,90	177	149,10	(58)
RECEITA INDUSTRIAL	187.083	187.083	42.667	22,81	168.580	90,11	18.503
Receita da Indústria de Transformação	187.083	187.083	42.667	22,81	168.580	90,11	18.503
RECEITA DE SERVICOS	56.904	56.904	13.361	23,48	40.207	70,66	16.697
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.359	2.359	34.983	1.483,21	40.699	1.725,56	(38.341)
Multas e Juros de Mora	23	23	(757)	(3.361,92)	(440)	(1.954,73)	463
Indenizações e Restituições	2.336	2.336	35.606	1.524,17	40.641	1.739,71	(38.305)
Receitas Correntes Diversas[1]	0	0	134	0,00	497	0,00	(497)
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	571.555	0,00	1.473.962	0,00	(1.473.962)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	571.555	0,00	1.450.636	0,00	(1.450.636)
Operações de Crédito Internas	0	0	571.555	0,00	1.450.636	0,00	(1.450.636)
ALIENACAO DE BENS	0	0	0	0,00	23.325	0,00	(23.325)
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0,00	23.325	0,00	(23.325)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.287.501.218	1.287.501.218	204.782.348	15,91	1.228.657.388	95,43	58.843.830
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	678.514.678	678.514.678	92.426.027	13,62	472.339.492	69,61	206.175.186
Operações de Crédito Internas	678.514.678	678.514.678	90.171.658	13,29	469.156.545	69,14	209.358.133
Mobiliária	678.514.678	678.514.678	90.171.658	13,29	469.156.545	69,14	209.358.133
Operações de Crédito Externas	0	0	2.254.369	0,00	3.182.947	0,00	(3.182.947)
Mobiliária	0	0	2.254.369	0,00	3.182.947	0,00	(3.182.947)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.966.015.896	1.966.015.896	297.208.375	15,12	1.700.996.880	86,52	265.019.016
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.966.015.896	1.966.015.896	297.208.375	15,12	1.700.996.880	86,52	265.019.016
CRÉDITOS ADICIONAIS (Abertos com Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação)	-	49.279.909	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro		39.148.465					
Excesso de Arrecadação		10.131.444					

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (2/3)

[1] Nas Receitas Correntes Diversas estão incluídas as Receitas Correntes a Classificar.
[2] Nas Receitas de Capital Diversas estão incluídas Outras Receitas.

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% (g/f)	SALDO A EXECUTAR ((g+h)/f)
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	1.266.933.212	49.115.905	1.316.049.117	108.454.186	1.179.629.111	212.164.393	1.095.024.404	84.605.183	89,63	136.420.006
DESPESAS CORRENTES	1.030.321.505	27.583.845	1.057.905.351	100.674.666	993.826.657	182.180.020	948.736.270	45.090.387	93,94	64.078.694
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	183.499.559	477.782	183.977.341	36.957.238	182.441.405	36.469.289	181.833.613	607.792	99,17	1.535.936
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	169.870.725	(78)	169.870.647	(28.042.119)	131.122.390	19.910.774	131.036.557	85.834	77,19	38.748.257
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	676.951.221	27.106.141	704.057.362	91.759.547	680.262.862	125.799.957	635.866.100	44.396.762	96,62	23.794.500
Transferência a Estados, DF e Municípios	234.237.206	5.926.199	240.163.405	5.493.691	230.352.198	46.544.752	218.570.211	11.781.988	95,91	9.811.207
Benefícios Previdenciários	267.320.982	7.402.523	274.723.505	50.577.282	273.821.017	50.374.592	273.616.256	204.761	99,67	902.488
Demais Despesas Correntes	175.393.033	13.777.419	189.170.452	35.688.575	176.089.646	28.880.613	143.679.633	32.410.013	93,09	13.080.806

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPESAS DE CAPITAL	210.856.741	27.891.729	238.748.470	7.779.520	185.802.454	29.984.373	146.288.134	39.514.795	77,82	52.946.016
INVESTIMENTOS	62.869.251	4.688.786	67.558.037	22.953.519	48.382.116	7.921.680	17.071.402	31.310.714	71,62	19.175.921
INVERSÕES FINANCEIRAS	42.583.376	2.904.886	45.488.262	7.460.066	39.449.382	7.967.991	31.588.385	7.860.998	86,72	6.038.880
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.404.114	20.298.057	125.702.171	(22.634.066)	97.970.956	14.094.702	97.628.347	343.084	77,94	27.731.216
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.754.965	(6.359.669)	19.395.296	0	0	0	0	0	0,00	19.395.296
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (IX)	18.944.469	164.003	19.108.473	4.547.990	17.833.891	4.220.514	16.530.186	1.303.705	93,33	1.274.582
DESPESAS CORRENTES	16.997.820	129.603	17.127.423	3.710.110	15.854.065	3.730.500	15.314.142	539.923	92,57	1.273.358
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.266.389	(80.455)	16.185.934	3.558.349	15.040.080	3.507.864	14.699.566	340.514	92,92	1.145.854
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731.431	210.058	941.489	151.761	813.985	222.636	614.576	199.409	86,46	127.504
Demais Despesas Correntes	731.431	210.058	941.489	151.761	813.985	222.636	614.576	199.409	86,46	127.504
DESPESAS DE CAPITAL	1.946.650	34.400	1.981.050	837.880	1.979.826	490.014	1.216.044	763.782	99,94	1.224
INVESTIMENTOS	53.256	0	53.256	8.665	52.033	17.758	42.430	9.603	97,70	1.223
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.893.393	34.400	1.927.793	829.215	1.927.793	472.255	1.173.614	754.179	100,00	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.285.877.681	49.279.909	1.335.157.590	113.002.176	1.197.463.002	216.384.907	1.111.554.590	85.908.888	89,69	137.694.588
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	678.514.678	0	678.514.678	(191.975.942)	479.368.325	63.571.713	479.367.849	0	70,65	199.146.353
Amortização da Dívida Interna	651.393.785	0	651.393.785	(190.064.379)	460.943.209	63.375.972	460.942.733	0	70,76	190.450.576
Dívida Mobiliária	651.007.589	0	651.007.589	(190.064.379)	460.943.209	63.375.972	460.942.733	0	70,80	190.064.380
Outras Dívidas	386.196	0	386.196	0	0	0	0	0	0,00	386.196
Amortização da Dívida Externa	27.120.894	0	27.120.894	(1.911.563)	18.425.116	195.740	18.425.116	0	67,94	8.695.778
Dívida Mobiliária	8.258.771	0	8.258.771	(979.494)	6.871.017	(13.794)	6.871.017	0	83,20	1.387.754
Outras Dívidas	18.862.123	0	18.862.123	(932.069)	11.554.099	209.534	11.554.099	0	61,26	7.308.023
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.964.392.359	49.279.909	2.013.672.268	(78.973.766)	1.676.831.327	279.956.619	1.590.922.439	85.908.888	83,27	336.840.941
SUPERAVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	24.165.553	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.964.392.359	49.279.909	2.013.672.268	(78.973.766)	1.676.831.327	279.956.619	1.615.087.992	85.908.888	-	336.840.941

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (3/3)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União
Contador - CRC-DF 013403/0-0

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A LIQUIDAR (a-(b+c))
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b+c)/total(b+c))	% (b+c)/a	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
Legislativa	6.640.473	6.295.406	1.289.341	6.046.246	1.230.441		375.912	0,03	5,97	5.919.493
Judiciaria	22.151.691	22.948.200	4.728.578	22.519.908	4.330.929	21.123.150	1.396.758	1,88	98,13	428.291
Essencial a Justica	5.775.486	6.003.973	1.354.728	5.810.262	1.120.339	5.373.633	436.630	0,49	96,77	193.711
Administracao	26.698.906	21.209.030	4.470.787	19.155.409	4.115.891	17.612.095	1.543.315	1,60	90,32	2.053.621
Defesa Nacional	32.059.315	34.122.958	8.832.006	32.327.448	7.915.469	27.939.811	4.387.637	2,70	94,74	1.795.510
Seguranca Publica	8.041.186	10.224.416	1.761.014	7.689.711	1.426.160	6.469.959	1.219.752	0,64	75,21	2.534.705
Relacoes Exteriores	1.926.018	2.206.972	520.810	1.923.588	526.090	1.903.134	20.454	0,16	87,16	283.384
Assistencia Social	41.701.222	45.965.257	6.739.404	45.570.866	7.804.680	45.109.187	461.679	3,81	99,14	394.391
Previdencia Social	351.177.355	361.313.096	67.737.872	360.039.851	67.381.807	359.310.137	729.714	30,07	99,65	1.273.245
Saude	71.368.229	74.557.388	15.924.244	72.241.423	14.643.186	63.965.609	8.275.814	6,03	96,89	2.315.965
Trabalho	32.673.269	38.145.372	4.667.354	36.449.372	5.621.032	35.979.707	469.666	3,04	95,55	1.696.000
Educacao	57.314.787	62.769.217	12.652.472	58.453.901	12.096.933	48.184.705	10.269.196	4,88	93,13	4.315.316
Cultura	1.715.668	1.865.863	786.679	1.414.081	174.290	646.740	767.341	0,12	75,79	451.782
Direitos da Cidadania	1.785.904	1.906.084	524.562	1.407.825	367.607	1.075.079	332.746	0,12	73,86	498.259
Urbanismo	7.149.153	7.330.967	2.304.264	4.275.565	423.065	1.287.401	2.988.165	0,36	58,32	3.055.401
Habitacao	712.001	707.501	268.437	508.060	17.847	59.757	448.303	0,04	71,81	199.441
Saneamento	1.786.164	1.774.408	826.736	1.653.044	99.012	269.667	1.383.377	0,14	93,16	121.364
Gestao Ambiental	4.562.187	5.170.580	1.588.096	3.751.287	871.927	2.344.255	1.407.032	0,31	72,55	1.419.293
Ciencia e Tecnologia	7.177.495	7.634.251	2.115.536	7.000.259	1.448.032	5.332.979	1.667.280	0,58	91,70	633.992
Agricultura	19.594.323	20.238.337	3.995.507	15.851.311	2.696.423	9.897.033	5.954.279	1,32	78,32	4.387.025
Organizacao Agraria	4.665.900	5.183.588	1.850.979	4.239.096	900.735	2.134.271	2.104.825	0,35	81,78	944.491
Industria	2.786.897	3.046.397	428.779	1.862.953	407.169	1.649.709	213.244	0,16	61,15	1.183.445
Comercio e Servicos	6.090.383	6.119.288	1.765.738	3.707.029	312.941	1.221.328	2.485.701	0,31	60,58	2.412.259
Comunicacoes	1.313.342	1.378.249	216.563	845.930	198.701	685.560	160.369	0,07	61,38	532.319
Energia	983.290	969.761	129.277	625.794	120.086	550.926	74.868	0,05	64,53	343.967
Transporte	23.351.704	23.963.657	6.001.777	19.169.477	4.214.394	10.799.591	8.369.886	1,60	79,99	4.794.180
Desporto e Lazer	2.405.012	2.715.915	748.222	1.152.796	111.484	312.607	840.190	0,10	42,45	1.563.119
Encargos Especiais	515.637.297	539.663.721	-41.227.587	461.770.509	75.808.238	434.645.752	27.124.757	38,56	85,57	77.893.212
Reserva de Contingencia	26.633.028	19.727.741	0	0	0	0	0	0,00	0,00	19.727.741
TOTAL	1.285.877.681	1.335.157.590	113.002.176	1.197.463.002	216.384.907	1.111.554.114	85.908.888	100,00	89,69	137.694.588

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF Continua (1/3)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a-(b+c))
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b+c)/(total (b+c))	% ((b+c)/a)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
LEGISLATIVA	5.855.374	5.510.307	1.080.375	5.297.862	1.043.627	4.948.149	349.713	0,48	96,14	212.445
Acao Legislativa	4.330.118	4.123.654	819.668	4.037.891	837.436	3.823.680	214.211	0,37	97,92	85.763
Controle Externo	761.792	733.748	133.700	726.719	130.772	690.296	36.422	0,07	99,04	7.029
Administracao Geral	325.090	208.350	57.500	113.139	9.914	34.547	78.592	0,01	54,30	95.211
Tecnologia Da Informacao	51.270	42.780	5.325	34.163	4.694	23.734	10.429	0,00	79,86	8.616
Formacao De Recursos Humanos	11.255	10.749	1.194	8.079	1.874	7.295	784	0,00	75,16	2.670
Comunicacao Social	1.000	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Atencao Basica	159.465	170.752	23.396	159.450	19.742	150.572	8.878	0,01	93,38	11.302
Alimentacao E Nutricao	197.719	202.919	36.372	202.246	36.162	202.036	210	0,02	99,67	673
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.377	1.377	275	1.370	270	1.365	5	0,00	99,49	7

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Educacao Infantil	15.362	15.052	2.943	14.805	2.762	14.623	181	0,00	98,36	247
Outros Encargos Especiais	926	926	0	0	0	0	0	0,00	0,00	926
JUDICIARIA	19.382.039	20.226.541	4.096.965	19.860.906	3.715.647	18.489.508	1.371.398	1,81	98,19	365.635
Controle Externo	56.814	53.189	3.316	43.572	9.340	39.609	3.963	0,00	81,92	9.617
Acao Judiciaria	14.161.101	14.909.475	2.781.994	14.813.647	2.798.590	14.360.164	453.483	1,35	99,36	95.827
Administracao Geral	3.353.686	3.329.401	825.043	3.164.171	606.458	2.621.968	542.203	0,29	95,04	165.230
Tecnologia Da Informacao	526.930	529.684	277.375	465.606	42.823	146.119	319.487	0,04	87,90	64.078
Formacao De Recursos Humanos	84.898	81.386	12.512	67.849	16.321	55.744	12.105	0,01	83,37	13.538
Comunicacao Social	71.190	66.422	6.187	53.637	6.055	37.017	16.620	0,00	80,75	12.785
Atencao Basica	343.562	378.705	48.701	377.764	66.393	358.948	18.816	0,03	99,75	940
Alimentacao E Nutricao	671.254	755.918	122.389	754.750	149.514	752.238	2.512	0,07	99,85	1.168
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	15.540	16.163	1.874	15.800	2.496	15.436	364	0,00	97,76	363
Educacao Infantil	88.134	98.444	17.004	97.775	16.586	97.353	422	0,01	99,32	669
Telecomunicacoes	8.930	7.754	571	6.334	1.071	4.912	1.422	0,00	81,69	1.420
ESSENCIAL A JUSTICA	4.977.314	5.174.662	1.135.803	5.010.561	941.991	4.618.846	391.715	0,46	96,83	164.101
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	2.524.889	2.586.435	554.979	2.561.863	484.434	2.413.301	148.562	0,23	99,05	24.572
Defesa Da Ordem Juridica	4.899	3.399	1.017	2.743	400	1.784	959	0,00	80,70	656
Representacao Judicial E Extrajudicial	35.999	34.999	5.000	31.369	8.335	28.226	3.143	0,00	89,63	3.629
Administracao Geral	2.000.959	2.140.281	514.084	2.024.948	384.905	1.840.916	184.032	0,18	94,61	115.333
Normatizacao E Fiscalizacao	16.616	8.690	4.703	8.688	0	0	8.688	0,00	99,99	1
Tecnologia Da Informacao	72.075	54.237	2.701	50.869	3.850	37.313	13.556	0,00	93,79	3.367
Formacao De Recursos Humanos	16.154	15.177	2.560	11.701	3.350	9.374	2.327	0,00	77,10	3.476
Comunicacao Social	20.044	17.904	1.519	16.449	5.937	13.079	3.370	0,00	91,87	1.455
Atencao Basica	34.508	44.157	8.331	43.827	7.097	41.025	2.802	0,00	99,25	330
Alimentacao E Nutricao	134.193	144.925	27.046	144.047	26.437	143.438	609	0,01	99,39	878
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.636	4.549	806	4.306	654	4.154	152	0,00	94,65	243
Educacao Infantil	11.246	17.811	3.852	17.720	3.282	17.150	570	0,00	99,49	91
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	100.818	101.818	9.155	91.777	13.282	68.888	22.890	0,01	90,14	10.040
Desenvolvimento Cientifico	280	280	50	252	28	198	54	0,00	90,09	28
ADMINISTRACAO	23.514.930	18.464.241	3.948.423	16.936.952	3.591.063	15.425.050	1.511.902	1,55	91,73	1.527.289
Representacao Judicial E Extrajudicial	5.352	5.352	2.248	5.302	1.976	4.943	359	0,00	99,06	50
Planejamento E Orcamento	78.696	72.450	12.054	42.889	10.935	37.269	5.621	0,00	59,20	29.560
Administracao Geral	16.842.376	13.310.460	2.612.102	12.627.474	2.665.166	12.269.210	358.264	1,15	94,87	682.985
Administracao Financeira	48.747	45.640	3.636	19.820	8.935	17.336	2.484	0,00	43,43	25.820
Controle Interno	27.421	26.001	4.827	19.214	5.119	16.406	2.808	0,00	73,90	6.787
Normatizacao E Fiscalizacao	146.690	170.193	37.327	129.117	38.238	106.800	22.317	0,01	75,87	41.075
Tecnologia Da Informacao	1.793.707	1.711.987	549.330	1.637.425	362.358	1.400.128	237.297	0,15	95,64	74.562
Ordenamento Territorial	45.277	31.381	3.734	10.038	2.408	6.637	3.400	0,00	31,99	21.344
Formacao De Recursos Humanos	56.517	60.232	13.046	37.562	9.877	25.360	12.202	0,00	62,36	22.670
Administracao De Receitas	149.526	164.110	44.645	153.425	40.976	127.759	25.666	0,01	93,49	10.685
Comunicacao Social	218.906	226.396	21.189	197.112	38.013	111.950	85.162	0,02	87,07	29.284
Defesa Civil	1.528	1.528	289	789	400	600	189	0,00	51,60	740
Informacao E Inteligencia	5.656	1.746	373	1.670	334	1.557	113	0,00	95,62	77
Cooperacao Internacional	2.203	328.242	123.650	123.650	38.302	38.302	85.348	0,01	37,67	204.592
Atencao Basica	220.160	219.719	35.570	215.438	37.567	214.022	1.416	0,02	98,05	4.281
Alimentacao E Nutricao	326.424	316.741	48.069	311.949	53.150	311.286	663	0,03	98,49	4.792
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	35.909	37.054	5.614	28.008	4.655	26.880	1.128	0,00	75,59	9.046
Empregabilidade	17.000	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Ensino Superior	41.037	41.037	4.954	36.307	15.937	36.261	47	0,00	88,47	4.730
Educacao Infantil	9.193	10.873	1.728	9.353	1.728	9.352	2	0,00	86,02	1.520
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	1.309	1.309	285	567	79	233	334	0,00	43,30	742
Difusao Cultural	606	606	365	582	115	213	370	0,00	96,06	24
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	26.932	1.044	-7	326	28	298	27	0,00	31,22	718
Controle Ambiental	36.700	240	0	240	48	240	0	0,00	99,84	0
Desenvolvimento Cientifico	48.291	56.715	9.403	43.822	9.563	39.570	4.252	0,00	77,27	12.893
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	4.779	4.779	1.298	3.773	583	2.287	1.487	0,00	78,96	1.006
Producao Industrial	19.420	19.420	3.835	17.760	4.317	12.352	5.408	0,00	91,45	1.660
Servicos Financeiros	407.663	452.330	157.945	452.330	201.746	395.715	56.615	0,04	100,00	0
Telecomunicacoes	248.069	244.069	27.363	189.949	29.200	152.615	37.334	0,02	77,83	54.120
Transporte Aereo	0	248.898	50.870	60.903	2.834	8.038	52.864	0,01	24,47	187.996
Lazer	227.000	227.000	164.255	164.816	0	0	164.816	0,02	72,61	62.184
Outros Encargos Especiais	2.421.837	426.690	8.424	395.342	6.478	51.431	343.912	0,04	92,65	31.347
DEFESA NACIONAL	31.623.007	33.682.098	8.738.189	31.902.744	7.807.216	27.543.995	4.358.749	2,91	94,72	1.779.354
Administracao Geral	18.355.057	19.110.850	4.230.660	18.921.273	4.166.020	18.505.710	415.563	1,73	99,01	189.578
Normatizacao E Fiscalizacao	71.869	44.071	11.916	37.976	9.130	29.863	8.113	0,00	86,17	6.095
Tecnologia Da Informacao	88.531	66.921	22.831	58.488	16.746	34.963	23.525	0,01	87,40	8.433
Formacao De Recursos Humanos	131.063	124.405	20.009	112.608	29.962	91.231	21.377	0,01	90,52	11.797
Comunicacao Social	2.700	2.700	178	2.166	580	1.742	424	0,00	80,22	534
Defesa Aerea	3.315.723	3.591.811	1.224.885	3.326.239	838.924	1.961.497	1.364.741	0,30	92,61	265.572
Defesa Naval	3.376.980	3.408.017	1.333.806	3.376.696	1.243.520	2.477.735	898.961	0,31	99,08	31.321
Defesa Terrestre	1.579.203	2.369.456	960.555	1.964.517	558.804	1.069.040	895.477	0,18	82,91	404.939
Defesa Civil	-5	127.576	52.826	80.869	21.157	33.088	47.782	0,01	63,39	46.707
Informacao E Inteligencia	6.404	10.614	1.792	7.154	2.715	6.584	571	0,00	67,41	3.459
Relacoes Diplomaticas	0	157.110	0	0	0	0	0	0,00	0,00	157.110
Cooperacao Internacional	243.108	243.108	82.795	247.845	95.533	192.810	55.035	0,02	101,95	-4.737
Assistencia Comunitaria	681.694	783.378	185.628	445.042	74.382	140.994	304.048	0,04	56,81	338.336
Atencao Basica	69.479	66.468	7.862	66.212	12.129	65.358	854	0,01	99,62	256
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	1.585.511	1.624.689	336.262	1.585.106	381.823	1.454.866	130.240	0,14	97,56	39.583
Suporte Profilatico E Terapeutico	5.428	5.428	417	4.770	1.755	4.045	726	0,00	87,88	658
Alimentacao E Nutricao	333.654	332.635	41.195	332.914	75.778	307.435	25.479	0,03	100,08	-279
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	360.183	398.789	57.651	392.010	62.236	390.494	1.516	0,04	98,30	6.779
Empregabilidade	11.979	11.979	1.944	11.945	6.087	9.847	2.098	0,00	99,71	34
Ensino Fundamental	3.056	3.056	382	3.054	462	2.716	338	0,00	99,94	2
Ensino Medio	3.606	3.606	744	3.493	1.212	2.859	634	0,00	96,86	113
Ensino Profissional	50.840	50.840	14.728	46.420	20.688	43.202	3.219	0,00	91,31	4.420
Ensino Superior	9.913	9.913	4.755	7.918	791	2.202	5.716	0,00	79,87	1.995
Educacao Infantil	60.409	62.608	8.686	62.557	10.715	62.236	321	0,01	99,92	51
Educacao De Jovens E Adultos	4.400	4.900	678	4.394	1.018	4.043	352	0,00	89,68	506
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	5.982	5.982	1.721	5.254	1.257	3.791	1.464	0,00	87,84	727
Habitacao Urbana	250.800	250.800	96.144	173.622	30.661	104.433	69.189	0,02	69,23	77.178
Controle Ambiental	-522	37.648	20.341	35.310	15.684	25.620	9.690	0,00	93,79	2.338
Meteorologia	2.430	2.430	568	1.344	488	966	378	0,00	55,32	1.086
Desenvolvimento Cientifico	37.994	37.994	5.157	33.696	7.210	26.679	7.017	0,00	88,69	4.298
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	269.244	269.244	-9.846	188.031	76.707	158.520	29.511	0,02	69,84	81.214
Producao Industrial	735	735	218	525	54	246	278	0,00	71,43	210
Telecomunicacoes	32.959	32.959	4.075	22.666	5.214	18.956	3.710	0,00	68,77	10.294
Energia Eletrica	952	952	365	822	0	0	822	0,00	86,33	130
Transporte Aereo	265.498	16.600	5.075	5.872	1	107	5.765	0,00	35,37	10.728
Transporte Rodoviario	1.972	1.972	8	1.159	578	891	268	0,00	58,77	813
Transporte Hidroviario	23.086	23.086	4.324	18.192	4.457	14.348	3.845	0,00	78,80	4.894
Desporto De Rendimento	380.751	386.427	6.842	314.314	32.690	294.742	19.573	0,03	81,34	72.113
Outros Encargos Especiais	341	341	13	270	48	139	131	0,00	79,25	71
SEGURANCA PUBLICA	7.300.030	9.470.360	1.579.432	6.950.532	1.255.529	5.744.129	1.206.404	0,63	73,39	2.519.827
Administracao Geral	3.792.164	4.110.691	805.239	3.957.871	814.690	3.794.990	162.881	0,36	96,28	152.820
Normatizacao E Fiscalizacao	11.478	12.628	3.242	9.564	2.121	5.856	3.708	0,00	75,73	3.065

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tecnologia Da Informacao	20.000	20.000	10.451	10.451	0	0	10.451	0,00	52,25	9.549
Formacao De Recursos Humanos	1.250.328	1.269.548	6.082	635.832	89.657	550.062	85.770	0,06	50,08	633.716
Comunicacao Social	1.000	1.000	834	993	0	158	834	0,00	99,25	7
Policiamento	1.489.003	1.598.368	395.397	786.026	199.264	468.744	317.282	0,07	49,18	812.342
Defesa Civil	127.313	1.738.313	233.453	1.177.033	98.860	654.812	522.221	0,11	67,71	561.280
Informacao E Inteligencia	107.216	186.755	40.168	83.043	6.030	37.761	45.281	0,01	44,47	103.712
Cooperacao Internacional	1.100	1.100	722	1.065	405	640	424	0,00	96,79	35
Atencao Basica	39.659	60.436	10.241	59.474	10.616	59.134	340	0,01	98,41	962
Alimentacao E Nutricao	93.194	92.954	15.257	91.995	15.218	91.955	40	0,01	98,97	959
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.938	3.942	560	3.321	538	3.299	22	0,00	84,25	621
Educacao Infantil	5.966	5.916	953	5.590	920	5.555	35	0,00	94,50	326
Custodia E Reintegracao Social	20.000	20.000	7.140	7.140	0	0	7.140	0,00	35,70	12.860
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	328.621	339.660	47.262	113.472	16.516	66.752	46.720	0,01	33,41	226.187
Servicos Urbanos	750	750	222	710	66	476	234	0,00	94,67	40
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	1.800	1.800	0	1.000	185	990	10	0,00	55,56	800
Telecomunicacoes	6.500	6.500	2.206	5.953	443	2.945	3.008	0,00	91,59	547
RELACOES EXTERIORES	1.801.872	2.067.506	487.470	1.797.216	492.947	1.777.365	19.851	0,16	86,93	270.290
Administracao Geral	836.606	887.006	227.154	889.717	230.201	882.318	7.399	0,08	100,31	-2.710
Tecnologia Da Informacao	2.000	2.000	1	127	10	126	1	0,00	6,36	1.873
Formacao De Recursos Humanos	6.859	6.859	2.273	5.659	903	4.068	1.590	0,00	82,50	1.200
Relacoes Diplomaticas	737.365	945.465	194.712	695.297	195.350	686.741	8.557	0,06	73,54	250.168
Cooperacao Internacional	92.700	92.700	33.326	82.156	34.097	81.539	618	0,01	88,63	10.544
Atencao Basica	54.803	62.767	16.358	70.589	16.380	70.589	0	0,01	112,46	-7.822
Alimentacao E Nutricao	6.648	6.130	997	6.085	997	6.085	0	0,00	99,27	45
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	636	344	42	301	42	301	0	0,00	87,43	43
Educacao Infantil	133	113	17	99	17	99	0	0,00	87,00	15
Difusao Cultural	30.605	30.605	8.557	23.814	8.495	23.308	506	0,00	77,81	6.790
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	12.517	12.517	995	9.625	2.792	9.049	576	0,00	76,90	2.892
Promocao Comercial	21.000	21.000	3.036	13.747	3.663	13.142	605	0,00	65,46	7.253
ASSISTENCIA SOCIAL	41.694.023	45.957.188	6.738.883	45.563.647	7.803.266	45.102.665	460.982	4,16	99,14	393.541
Planejamento E Orcamento	8.325	7.493	2.500	3.070	0	558	2.512	0,00	40,97	4.423
Administracao Geral	268.170	234.538	44.569	186.819	51.774	169.262	17.557	0,02	79,65	47.718
Normatizacao E Fiscalizacao	12.978	12.978	1.298	12.978	2.504	12.773	205	0,00	100,00	0
Tecnologia Da Informacao	43.101	64.897	33.479	59.096	27.766	48.816	10.280	0,01	91,06	5.801
Formacao De Recursos Humanos	1.638	1.471	26	285	70	257	28	0,00	19,35	1.186
Comunicacao Social	13.500	12.150	0	12.150	5.463	5.463	6.687	0,00	100,00	0
Informacao E Inteligencia	1.316	1.184	868	910	0	42	868	0,00	76,88	274
Assistencia Ao Idoso	11.534.495	11.537.714	1.525.370	11.537.361	1.525.372	11.537.361	0	1,05	100,00	353
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	13.370.341	13.579.031	2.088.799	13.578.771	2.088.830	13.578.771	0	1,24	100,00	259
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	708.909	769.345	120.674	674.820	117.303	670.899	3.921	0,06	87,71	94.525
Assistencia Comunitaria	14.871.393	18.407.687	2.362.984	18.227.313	3.378.575	18.074.044	153.269	1,66	99,02	180.374
Atencao Basica	957	653	98	576	98	576	0	0,00	88,21	77
Alimentacao E Nutricao	692.543	792.850	222.257	782.432	379.421	674.081	108.350	0,07	98,69	10.419
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	887	487	48	303	48	303	0	0,00	62,25	184
Fomento Ao Trabalho	0	23.300	19.502	19.502	9.057	9.057	10.445	0,00	83,70	3.798
Educacao Infantil	108	118	22	113	22	113	0	0,00	95,77	5
Educacao De Jovens E Adultos	1.100	990	0	0	0	0	0	0,00	0,00	990
Saneamento Basico Rural	149.197	486.777	311.748	455.430	215.885	312.453	142.977	0,04	93,56	31.347
Abastecimento	15.065	23.525	4.640	11.717	1.079	7.834	3.884	0,00	49,81	11.807
PREVIDENCIA SOCIAL	350.507.323	360.527.803	67.546.290	359.255.681	67.190.262	358.529.091	726.590	32,81	99,65	1.272.122
Representacao Judicial E Extrajudicial	24.000	26.400	2.803	25.876	4.820	25.747	129	0,00	98,01	524
Administracao Geral	3.411.087	3.941.044	862.662	3.888.793	874.931	3.861.766	27.027	0,36	98,67	52.251
Normatizacao E Fiscalizacao	3.138	2.744	-14	1.536	334	1.524	12	0,00	55,98	1.208
Tecnologia Da Informacao	569.922	602.905	41.140	582.080	109.219	509.285	72.795	0,05	96,55	20.824
Formacao De Recursos Humanos	45.385	23.926	5.744	18.462	8.014	17.487	975	0,00	77,16	5.464
Comunicacao Social	18.813	18.813	0	18.511	7.198	7.198	11.313	0,00	98,40	301
Previdencia Basica	269.634.076	277.083.058	51.044.232	276.072.980	50.836.480	275.738.647	334.333	25,21	99,64	1.010.078
Previdencia Do Regime Estatutario	73.887.477	76.095.356	15.034.427	75.942.633	14.889.765	75.760.402	182.232	6,94	99,80	152.723
Previdencia Complementar	1.569	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Previdencia Especial	2.582.083	2.399.524	496.232	2.377.138	406.529	2.287.435	89.703	0,22	99,07	22.386
Atencao Basica	125.556	140.472	29.599	140.192	21.603	132.193	8.000	0,01	99,80	280
Alimentacao E Nutricao	143.099	139.214	22.887	138.676	22.887	138.676	0	0,01	99,61	538
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	38.051	36.421	5.899	35.856	5.899	35.856	1	0,00	98,45	565
Educacao Infantil	3.960	4.120	651	3.893	651	3.893	0	0,00	94,49	227
Desenvolvimento Cientifico	1.115	1.115	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1.115
Normalizacao E Qualidade	17.704	12.404	28	9.054	1.932	8.983	71	0,00	72,99	3.350
Outras Transferencias	288	288	0	0	0	0	0	0,00	0,00	288
SAUDE	70.191.370	73.114.697	15.569.817	70.867.342	14.286.643	62.621.711	8.245.631	6,47	96,93	2.247.354
Planejamento E Orcamento	48.798	32.666	21.076	28.347	1.065	7.351	20.996	0,00	86,78	4.319
Administracao Geral	7.480.206	7.673.747	1.714.793	7.389.819	1.632.878	7.054.061	335.758	0,67	96,30	283.928
Controle Interno	16.305	10.305	2.732	9.110	1.253	5.255	3.855	0,00	88,40	1.195
Normatizacao E Fiscalizacao	57.038	66.911	12.941	65.224	11.787	48.172	17.052	0,01	97,48	1.687
Tecnologia Da Informacao	225.089	235.039	49.583	222.948	50.050	163.323	59.625	0,02	94,86	12.091
Formacao De Recursos Humanos	274.639	271.043	90.993	260.899	56.991	134.433	126.466	0,02	96,26	10.144
Comunicacao Social	146.556	153.156	62.057	152.894	23.433	97.996	54.898	0,01	99,83	261
Informacao E Inteligencia	44.827	39.107	14.885	15.850	180	268	15.582	0,00	40,53	23.256
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	24.501	24.501	11.524	22.164	2.423	11.758	10.405	0,00	90,46	2.338
Atencao Basica	12.468.448	13.256.453	3.358.090	13.075.100	2.463.676	11.205.107	1.869.993	1,19	98,63	181.352
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	36.671.322	37.781.994	6.195.153	36.309.530	7.212.278	33.447.907	2.861.623	3,32	96,10	1.472.464
Suporte Profilatico E Terapeutico	6.407.202	7.087.441	1.191.559	7.026.623	1.413.419	6.234.458	792.165	0,64	99,14	60.818
Vigilancia Sanitaria	327.107	321.816	122.123	308.844	101.570	279.054	29.790	0,03	95,97	12.972
Vigilancia Epidemiologica	3.306.943	3.410.987	1.094.237	3.359.252	844.329	2.637.747	721.505	0,31	98,48	51.735
Alimentacao E Nutricao	404.090	389.169	78.792	379.015	66.752	364.995	14.020	0,03	97,39	10.155
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	85.218	77.437	13.248	77.224	12.844	76.666	558	0,01	99,73	213
Ensino Superior	196.715	213.400	66.272	203.643	20.079	110.707	92.936	0,02	95,43	9.757
Educacao Infantil	9.522	9.865	1.889	9.578	1.654	9.301	276	0,00	97,09	287
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	73.154	66.924	35.132	58.578	14.111	21.233	37.344	0,01	87,53	8.347
Assistencia Aos Povos Indigenas	368.569	331.708	79.903	306.643	104.093	272.138	34.505	0,03	92,44	25.065
Saneamento Basico Rural	227.375	120.175	96.530	103.920	3.711	4.942	98.978	0,01	86,47	16.255
Saneamento Basico Urbano	1.001.735	1.206.335	1.157.476	1.168.850	199.111	202.360	966.490	0,11	96,89	37.485
Preservacao E Conservacao Ambiental	3.000	2.400	804	1.574	133	529	1.046	0,00	65,60	826
Desenvolvimento Cientifico	257.032	276.050	85.914	271.417	36.766	194.998	76.418	0,02	98,32	4.634
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	33.517	20.426	2.658	4.726	1.420	3.422	1.305	0,00	23,14	15.699
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	32.461	35.643	9.454	35.571	10.638	33.530	2.042	0,00	99,80	72
TRABALHO	32.460.895	37.908.998	4.611.745	36.225.377	5.567.578	35.758.570	466.807	3,31	95,56	1.683.621
Administracao Geral	1.199.246	1.305.246	285.470	1.262.430	287.786	1.221.178	41.252	0,12	96,72	42.816
Administracao Financeira	69.830	185.636	12.030	79.874	18.240	72.646	7.227	0,01	43,03	105.762
Normatizacao E Fiscalizacao	36.651	36.633	3.314	26.872	5.372	26.052	820	0,00	73,35	9.761
Tecnologia Da Informacao	60.869	60.869	6.915	57.518	9.592	51.361	6.157	0,01	94,49	3.351
Formacao De Recursos Humanos	3.158	3.158	285	1.554	279	1.263	291	0,00	49,19	1.605
Comunicacao Social	27.000	27.000	2.202	21.611	3.290	14.885	6.726	0,00	80,04	5.389
Atencao Basica	22.144	26.634	3.875	23.685	4.393	23.685	0	0,00	88,93	2.948
Alimentacao E Nutricao	32.326	32.481	5.344	31.687	5.344	31.687	0	0,00	97,55	795
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	30.137.382	35.360.357	3.996.577	34.216.530	5.163.726	34.189.572	26.958	3,12	96,77	1.143.827
Relacoes De Trabalho	27.507	27.507	1.838	5.358	733	3.376	1.982	0,00	19,48	22.149
Empregabilidade	383.947	391.143	121.805	180.566	24.794	39.978	140.588	0,02	46,16	210.577
Fomento Ao Trabalho	100.898	99.576	26.642	28.753	9.031	9.468	19.284	0,00	28,88	70.823

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Educacao Infantil	770	890	133	801	133	801	0	0,00	90,04	89
Educacao De Jovens E Adultos	334.960	327.844	133.066	267.699	32.815	63.442	204.257	0,02	81,65	60.145
Difusao Cultural	250	250	14	31	0	16	14	0,00	12,36	219
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	200	200	-30	15	0	15	0	0,00	7,27	185
Desenvolvimento Cientifico	14.900	14.900	8.126	14.241	1.938	7.143	7.098	0,00	95,58	659
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	3.048	2.848	652	2.668	114	2.002	666	0,00	93,66	181
Transferências Para A Educação Básica	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Promocao Industrial	5.800	5.800	3.486	3.486	0	0	3.486	0,00	60,11	2.314
Outros Encargos Especiais	8	25	0	0	0	0	0	0,00	0,00	25
EDUCACAO	51.767.323	57.091.104	11.039.281	52.909.474	10.717.543	43.400.118	9.509.357	4,83	92,68	4.181.630
Administracao Geral	3.463.800	922.289	82.949	732.249	146.897	590.164	142.085	0,07	79,39	190.039
Administracao Financeira	141.473	163.845	4.815	143.573	2.221	2.221	141.352	0,01	87,63	20.272
Tecnologia Da Informacao	202.287	321.870	107.873	295.785	40.971	118.193	177.592	0,03	91,90	26.086
Formacao De Recursos Humanos	1.352.938	1.284.048	176.625	765.062	167.904	615.810	149.253	0,07	59,58	518.985
Comunicacao Social	27.000	27.000	0	27.000	12.926	24.548	2.452	0,00	100,00	0
Cooperacao Internacional	164.169	164.369	50.672	174.324	31.819	112.555	61.768	0,02	106,06	-9.955
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	7.093	7.093	670	701	677	699	2	0,00	9,88	6.393
Atencao Basica	327.603	375.553	61.809	356.192	63.101	344.523	11.669	0,03	94,84	19.361
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	2.446.534	3.207.559	721.387	2.971.039	645.609	2.764.330	206.709	0,27	92,63	236.520
Suporte Profilatico E Terapeutico	1.000	1.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1.000
Alimentacao E Nutricao	3.904.079	3.882.357	119.947	3.834.940	472.561	3.830.551	4.389	0,35	98,78	47.417
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	136.979	140.744	22.530	129.298	23.314	129.288	9	0,01	91,87	11.446
Empregabilidade	200	200	0	0	0	0	0	0,00	0,00	200
Ensino Fundamental	398.759	645.638	68.877	604.310	267.747	546.971	57.339	0,06	93,60	41.328
Ensino Medio	991.950	953.149	29.782	900.664	655.991	787.579	113.085	0,08	94,49	52.485
Ensino Profissional	4.605.858	5.926.396	1.951.720	5.396.698	1.466.668	4.161.997	1.234.702	0,49	91,06	529.698
Ensino Superior	17.882.525	21.043.285	4.871.615	19.645.664	4.096.380	16.519.811	3.125.853	1,79	93,36	1.397.621
Educacao Infantil	953.056	993.606	64.414	966.960	74.009	338.935	628.025	0,09	97,32	26.647
Educacao De Jovens E Adultos	797.976	957.225	83.815	794.884	298.355	783.231	11.653	0,07	83,04	162.340
Educacao Especial	198.754	202.939	38.175	88.341	12.205	50.524	37.818	0,01	43,53	114.598
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	1.157	1.157	509	699	41	146	553	0,00	60,47	457
Difusao Cultural	156.057	192.343	76.948	110.210	3.200	34.207	76.003	0,01	57,30	82.132
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	37.735	45.513	5.621	6.674	2.484	2.574	4.100	0,00	14,66	38.839
Desenvolvimento Cientifico	253.314	278.819	104.939	220.289	68.650	128.322	91.968	0,02	79,01	58.530
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	227.438	234.236	77.056	195.166	42.483	125.243	69.922	0,02	83,32	39.070
Desporto Comunitario	479.525	479.525	198.340	479.525	48.024	117.153	362.372	0,04	100,00	0
Lazer	4.900	4.900	0	0	0	0	0	0,00	0,00	4.900
Transferencias Para A Educacao Basica	12.603.163	14.634.447	2.118.193	14.069.227	2.073.304	11.270.544	2.798.683	1,28	96,14	565.220
CULTURA	1.666.330	1.807.595	772.412	1.360.528	160.617	594.952	765.576	0,12	75,27	447.067
Planejamento E Orcamento	8.443	7.596	1.205	4.257	767	2.800	1.457	0,00	56,04	3.339
Administracao Geral	483.065	501.946	87.632	446.919	90.424	404.633	42.286	0,04	89,04	55.027
Administracao Financeira	3.146	4.984	4.177	4.216	0	38	4.177	0,00	84,58	768
Normatizacao E Fiscalizacao	4.023	9.023	233	1.041	234	852	189	0,00	11,54	7.982
Tecnologia Da Informacao	1.200	1.200	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1.200
Formacao De Recursos Humanos	23.073	23.311	2.490	5.429	1.227	2.646	2.783	0,00	23,29	17.882
Comunicacao Social	12.700	12.700	4.000	8.800	34	34	8.766	0,00	69,29	3.900
Atencao Basica	8.614	8.777	1.974	8.157	2.247	7.302	854	0,00	92,94	620
Alimentacao E Nutricao	15.778	13.624	2.160	12.729	2.071	12.640	89	0,00	93,43	895
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.021	3.783	598	3.423	570	3.395	28	0,00	90,47	360
Educacao Infantil	251	316	89	287	41	239	48	0,00	90,98	28
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	259.128	288.009	84.251	149.114	18.458	49.519	99.595	0,01	51,77	138.895
Difusao Cultural	691.294	745.242	410.641	542.936	43.885	110.028	432.908	0,05	72,85	202.306
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	4.205	4.555	282	430	108	219	211	0,00	9,44	4.125
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	3.500	3.500	0	0	0	0	0	0,00	0,00	3.500
Producao Industrial	14.360	9.500	6.145	6.145	0	0	6.145	0,00	64,68	3.355
Promocao Comercial	129.530	169.530	166.535	166.645	551	606	166.039	0,02	98,30	2.885
DIREITOS DA CIDADANIA	1.724.078	1.822.954	507.117	1.331.660	351.050	1.000.954	330.706	0,12	73,05	491.294
Acao Legislativa	2.500	2.500	1.500	2.300	0	800	1.500	0,00	92,00	200
Planejamento E Orcamento	10.245	9.245	1.000	1.000	1.000	1.000	0	0,00	10,82	8.245
Administracao Geral	529.229	680.043	140.896	619.940	127.838	564.127	55.813	0,06	91,16	60.103
Administracao Financeira	2.513	1.513	0	1.139	0	672	467	0,00	75,28	374
Normatizacao E Fiscalizacao	550	550	401	450	344	375	76	0,00	81,89	100
Tecnologia Da Informacao	17.286	17.286	3.935	8.535	1.280	4.680	3.856	0,00	49,38	8.751
Formacao De Recursos Humanos	74.215	82.749	26.389	39.206	10.718	14.966	24.240	0,00	47,38	43.543
Comunicacao Social	21.910	15.910	34	13.266	4.565	5.442	7.824	0,00	83,38	2.644
Informacao E Inteligencia	6.000	8.550	4.688	7.430	1	8	7.422	0,00	86,90	1.120
Assistencia Ao Idoso	4.300	4.290	826	832	6	6	826	0,00	19,40	3.458
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	1.050	1.050	0	1.044	400	400	644	0,00	99,42	6
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	56.282	56.282	29.906	47.639	6.785	14.847	32.792	0,00	84,64	8.643
Atencao Basica	7.898	11.526	1.020	10.337	1.914	10.097	239	0,00	89,69	1.189
Alimentacao E Nutricao	17.717	19.549	1.216	19.027	3.194	19.027	0	0,00	97,33	522
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.685	2.681	190	2.458	402	2.458	0	0,00	91,68	223
Fomento Ao Trabalho	839	839	209	225	201	206	19	0,00	26,82	614
Educacao Infantil	747	708	6	568	93	568	0	0,00	80,19	140
Educacao De Jovens E Adultos	426.093	323.494	131.172	240.663	141.688	220.161	20.502	0,02	74,39	82.831
Difusao Cultural	2.430	2.430	1.507	2.048	327	657	1.391	0,00	84,27	382
Custodia E Reintegracao Social	151.050	151.020	39.730	78.388	4.156	27.205	51.183	0,01	51,91	72.632
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	290.863	335.514	92.167	162.161	29.273	68.100	94.061	0,01	48,33	173.353
Assistencia Aos Povos Indigenas	72.604	65.804	20.913	53.850	11.222	32.815	21.035	0,00	81,83	11.954
Preservacao E Conservacao Ambiental	18.038	16.838	3.321	10.915	2.801	8.235	2.680	0,00	64,82	5.923
Desenvolvimento Cientifico	2.907	2.907	527	2.467	584	1.631	837	0,00	84,87	440
Desporto Comunitario	3.578	3.578	0	0	0	0	0	0,00	0,00	3.578
Outras Transferencias	550	6.100	5.562	5.774	2.259	2.471	3.302	0,00	94,64	327
URBANISMO	7.064.908	7.246.721	2.285.460	4.192.651	404.904	1.205.588	2.987.063	0,38	57,86	3.054.071
Planejamento E Orcamento	5.399	5.399	3.832	4.703	872	1.085	3.618	0,00	87,11	696
Administracao Geral	79.587	88.717	15.430	57.931	15.970	51.415	6.516	0,01	65,30	30.786
Tecnologia Da Informacao	113.533	121.463	26.274	113.703	34.410	113.703	0	0,01	93,61	7.761
Formacao De Recursos Humanos	8.781	8.131	566	1.458	363	944	514	0,00	17,93	6.673
Comunicacao Social	43.550	43.670	9.000	43.041	5.874	24.694	18.347	0,00	98,56	629
Assistencia Comunitaria	725.178	726.077	214.466	249.702	4.312	5.229	244.474	0,02	34,39	476.375
Atencao Basica	12.019	11.519	185	9.909	1.816	9.303	606	0,00	86,02	1.610
Alimentacao E Nutricao	25.799	25.799	-112	25.687	4.531	25.110	577	0,00	99,57	112
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.307	1.507	-213	1.310	232	1.246	63	0,00	86,93	197
Educacao Infantil	960	1.000	162	913	162	913	0	0,00	91,26	87
Infra-Estrutura Urbana	4.285.769	4.272.564	1.805.813	2.521.317	75.796	155.005	2.366.311	0,23	59,01	1.751.247
Servicos Urbanos	45.646	44.346	17.405	18.828	1.099	1.928	16.900	0,00	42,46	25.518
Transportes Coletivos Urbanos	1.600.392	1.780.542	181.835	1.056.849	259.333	814.472	242.377	0,10	59,36	723.692
Habitacao Urbana	110.487	110.487	6.217	82.601	133	542	82.059	0,01	74,76	27.887
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	4.700	4.700	4.600	4.700	0	0	4.700	0,00	100,00	0
Normalizacao E Qualidade	800	800	0	0	0	0	0	0,00	0,00	800
HABITACAO	712.001	707.501	268.437	508.060	17.847	59.757	448.303	0,05	71,81	199.441
Infra-Estrutura Urbana	421.827	421.827	211.102	388.109	13.016	47.138	340.970	0,04	92,01	33.719
Habitacao Urbana	290.173	285.673	57.335	119.951	4.831	12.618	107.333	0,01	41,99	165.722
SANEAMENTO	1.786.152	1.774.396	826.724	1.653.032	99.012	269.667	1.383.365	0,15	93,16	121.364
Administracao Geral	1.988	1.988	890	1.165	0	261	904	0,00	58,61	823

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Saneamento Basico Urbano	1.784.164	1.772.408	825.834	1.651.867	99.012	269.406	1.382.461	0,15	93,20	120.541
GESTAO AMBIENTAL	4.402.167	4.989.011	1.548.690	3.574.140	832.699	2.169.046	1.405.094	0,33	71,64	1.414.871
Planejamento E Orcamento	6.732	5.932	2.580	4.938	2.118	3.340	1.598	0,00	83,26	993
Administracao Geral	1.044.638	1.166.112	230.255	1.133.512	245.502	1.081.120	52.393	0,10	97,20	32.600
Normatizacao E Fiscalizacao	61.109	71.501	10.445	58.296	13.476	56.300	1.996	0,01	81,53	13.205
Tecnologia Da Informacao	21.215	24.465	3.780	22.182	4.747	16.512	5.670	0,00	90,67	2.283
Ordenamento Territorial	11.705	11.705	8.780	10.066	7.410	8.639	1.427	0,00	86,00	1.639
Formacao De Recursos Humanos	69.388	72.426	18.355	32.950	5.238	15.286	17.664	0,00	45,49	39.476
Comunicacao Social	144	134	0	0	0	0	0	0,00	0,00	134
Atencao Basica	14.112	17.972	2.870	17.108	3.142	16.963	145	0,00	95,19	864
Alimentacao E Nutricao	29.327	28.398	4.371	27.084	4.371	27.084	0	0,00	95,37	1.314
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.958	1.878	225	1.576	225	1.576	0	0,00	83,93	302
Educacao Infantil	1.210	1.365	170	1.055	170	1.055	0	0,00	77,27	310
Saneamento Basico Rural	42.543	42.543	16.740	40.128	1.953	7.570	32.559	0,00	94,32	2.414
Saneamento Basico Urbano	11.383	8.383	474	911	177	290	621	0,00	10,87	7.472
Preservacao E Conservacao Ambiental	428.356	568.137	269.808	353.231	271.773	293.439	59.792	0,03	62,17	214.906
Controle Ambiental	117.829	145.910	48.207	103.111	22.255	71.356	31.755	0,01	70,67	42.800
Recuperacao De Areas Degradadas	7.408	17.408	4.652	7.488	1.446	3.001	4.487	0,00	43,01	9.920
Recursos Hidricos	2.518.449	2.786.275	922.076	1.754.538	247.964	564.115	1.190.423	0,16	62,97	1.031.737
Desenvolvimento Cientifico	1.809	2.495	467	1.206	296	639	568	0,00	48,36	1.288
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	100	100	0	0	0	0	0	0,00	0,00	100
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	460	660	0	0	0	0	0	0,00	0,00	660
Promocao Da Producao Vegetal	2.794	2.515	436	760	436	760	0	0,00	30,24	1.754
Irrigacao	5.500	8.500	0	0	0	0	0	0,00	0,00	8.500
Servicos Financeiros	4.000	4.200	4.000	4.000	0	0	4.000	0,00	95,24	200
CIENCIA E TECNOLOGIA	6.949.911	7.406.603	2.062.299	6.779.355	1.394.523	5.115.772	1.663.583	0,62	91,53	627.248
Planejamento E Orcamento	9.850	9.850	1.971	9.453	2.358	8.903	550	0,00	95,97	397
Administracao Geral	1.386.165	1.496.742	317.519	1.461.030	321.835	1.397.079	63.951	0,13	97,61	35.712
Normatizacao E Fiscalizacao	11.184	11.243	3.774	7.741	1.809	4.324	3.417	0,00	68,85	3.502
Tecnologia Da Informacao	105.421	104.432	61.545	76.481	297	13.232	63.249	0,01	73,24	27.951
Formacao De Recursos Humanos	10.847	10.747	943	6.707	1.116	5.936	771	0,00	62,41	4.039
Comunicacao Social	500	500	0	500	0	500	0	0,00	100,00	0
Defesa Civil	400	400	291	368	115	115	253	0,00	92,10	32
Cooperacao Internacional	5.212	5.212	1.734	1.961	73	262	1.700	0,00	37,63	3.251
Atencao Basica	29.859	28.338	3.840	26.821	4.424	25.746	1.075	0,00	94,65	1.517
Alimentacao E Nutricao	35.861	36.017	5.438	35.052	6.562	34.520	533	0,00	97,32	965
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	18.574	21.697	2.694	21.537	3.202	20.900	637	0,00	99,26	160
Educacao Infantil	1.018	1.330	231	1.301	231	1.301	0	0,00	97,82	29
Controle Ambiental	8.726	8.726	2.619	8.613	2.592	4.180	4.432	0,00	98,70	114
Desenvolvimento Cientifico	1.188.192	1.230.200	330.223	1.199.613	236.079	984.124	215.489	0,11	97,51	30.587
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	3.167.963	3.464.604	1.145.306	3.270.652	728.666	2.188.906	1.081.746	0,30	94,40	193.952
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	70.328	68.678	11.965	34.724	6.434	26.307	8.417	0,00	50,56	33.954
Producao Industrial	585.466	591.931	82.510	469.824	66.361	360.956	108.868	0,04	79,37	122.107
Mineracao	8.313	8.313	766	6.910	1.176	4.962	1.948	0,00	83,13	1.403
Normalizacao E Qualidade	4.999	4.659	2.207	3.012	529	915	2.097	0,00	64,64	1.648
Promocao Comercial	199.855	201.805	68.385	72.490	1.825	1.825	70.665	0,01	35,92	129.315
Petroleo	95.700	95.700	16.479	59.294	7.714	26.384	32.910	0,01	61,96	36.406
Alcool	5.479	5.479	1.858	5.271	1.127	4.396	875	0,00	96,19	208
AGRICULTURA	18.969.370	19.580.071	3.838.325	15.201.232	2.541.144	9.250.606	5.950.626	1,39	77,64	4.378.839
Planejamento E Orcamento	15.916	15.916	4.984	7.859	1.431	1.485	6.374	0,00	49,38	8.057
Administracao Geral	2.762.665	3.333.658	731.909	3.226.890	730.211	3.179.084	47.806	0,29	96,80	106.768
Normatizacao E Fiscalizacao	94.666	96.166	26.893	51.583	7.738	27.733	23.850	0,00	53,64	44.583
Tecnologia Da Informacao	35.640	35.640	9.269	34.068	6.641	24.457	9.611	0,00	95,59	1.571
Formacao De Recursos Humanos	68.229	67.464	7.238	11.028	1.249	4.365	6.664	0,00	16,35	56.436
Comunicacao Social	18.350	18.350	0	12.849	4.598	11.301	1.548	0,00	70,02	5.501
Cooperacao Internacional	578	578	29	69	34	55	13	0,00	11,88	510
Atencao Basica	66.640	74.243	6.653	73.877	11.788	73.723	154	0,01	99,51	365
Alimentacao E Nutricao	113.642	123.247	19.916	122.088	21.209	122.061	27	0,01	99,06	1.159
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	13.612	14.330	2.259	13.825	2.255	13.761	64	0,00	96,47	505
Ensino Profissional	4.225	4.225	1.186	1.186	11	11	1.176	0,00	28,08	3.038
Educacao Infantil	10.345	11.300	1.576	11.100	1.988	11.100	0	0,00	98,23	200
Educacao Especial	1.000	1.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1.000
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.775	1.775	964	1.037	70	127	909	0,00	58,41	738
Meteorologia	19.779	19.779	4.032	19.638	9.381	16.550	3.088	0,00	99,29	140
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	410.998	411.034	225.087	403.615	69.868	198.406	205.209	0,04	98,19	7.419
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	44.816	44.816	21.857	36.731	5.265	18.804	17.926	0,00	81,96	8.086
Promocao Da Producao Vegetal	5.755.687	7.055.687	1.397.971	5.594.622	1.109.329	3.145.684	2.448.939	0,51	79,29	1.461.064
Promocao Da Producao Animal	368.711	365.280	51.653	102.373	14.685	33.855	68.518	0,01	28,03	262.906
Defesa Sanitaria Vegetal	85.226	85.226	22.329	77.707	11.091	61.800	15.907	0,01	91,18	7.519
Defesa Sanitaria Animal	143.977	143.977	31.672	135.929	27.793	114.928	21.001	0,01	94,41	8.048
Abastecimento	8.332.402	7.028.402	1.134.467	4.885.506	463.128	2.044.659	2.840.847	0,45	69,51	2.142.896
Extensao Rural	13.139	11.407	3.309	8.412	0	5.103	3.309	0,00	73,74	2.995
Irrigacao	554.205	583.722	128.221	352.636	38.842	130.846	221.790	0,03	60,41	231.086
Normalizacao E Qualidade	10.142	10.142	2.010	9.116	1.280	5.264	3.852	0,00	89,88	1.026
Promocao Comercial	14.456	14.156	837	5.328	1.248	5.291	37	0,00	37,64	8.828
Comercializacao	200	200	6	129	12	129	0	0,00	64,37	71
Servicos Financeiros	200	200	0	0	0	0	0	0,00	0,00	200
Energia Eletrica	1.150	1.150	-1	29	0	24	5	0,00	2,49	1.121
Transporte Hidroviario	7.000	7.000	2.000	2.000	0	0	2.000	0,00	28,57	5.000
ORGANIZACAO AGRARIA	4.603.518	5.093.820	1.826.246	4.151.019	880.379	2.052.539	2.098.481	0,38	81,49	942.800
Planejamento E Orcamento	15.853	15.853	3.748	13.731	2.989	11.924	1.807	0,00	86,61	2.122
Administracao Geral	624.399	710.149	163.565	656.297	136.502	591.636	64.661	0,06	92,42	53.852
Normatizacao E Fiscalizacao	11.868	11.868	44	3.099	620	1.355	1.743	0,00	26,11	8.769
Tecnologia Da Informacao	10.000	10.000	0	8.664	1.818	4.997	3.667	0,00	86,64	1.336
Ordenamento Territorial	830.517	831.437	415.423	502.244	36.448	50.586	451.658	0,05	60,41	329.194
Formacao De Recursos Humanos	32.645	29.845	9.797	15.663	1.204	6.303	9.360	0,00	52,48	14.182
Comunicacao Social	5.838	5.838	1.868	5.838	734	1.755	4.082	0,00	100,00	0
Informacao E Inteligencia	600	600	55	253	93	252	0	0,00	42,11	347
Assistencia Comunitaria	130.000	130.000	0	130.000	59.000	109.148	20.852	0,01	100,00	0
Atencao Basica	20.445	20.861	3.021	19.269	3.025	19.218	51	0,00	92,37	1.591
Alimentacao E Nutricao	24.414	23.192	3.695	22.505	3.677	22.487	18	0,00	97,04	688
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.959	4.359	691	4.040	687	4.037	4	0,00	92,69	319
Ensino Profissional	21.333	21.333	6.929	17.057	2.759	6.882	10.176	0,00	79,96	4.276
Educacao Infantil	788	826	124	687	109	672	15	0,00	83,25	138
Educacao De Jovens E Adultos	6.608	6.608	672	3.375	40	1.013	2.363	0,00	51,08	3.233
Difusao Cultural	300	300	2	93	-15	62	32	0,00	31,06	207
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	28.643	29.162	16.212	20.452	1.827	4.841	15.610	0,00	70,13	8.710
Preservacao E Conservacao Ambiental	2.200	2.200	18	633	0	0	633	0,00	28,79	1.567
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	9.151	9.151	6.400	6.400	516	516	5.884	0,00	69,94	2.751
Promocao Da Producao Vegetal	22.226	22.226	6.640	11.347	77	577	10.770	0,00	51,06	10.878
Abastecimento	34.527	49.527	23.357	33.799	18.082	26.772	7.027	0,00	68,24	15.728
Extensao Rural	401.314	399.696	152.812	329.914	31.729	53.389	276.525	0,03	82,54	69.782
Reforma Agraria	2.337.690	2.731.590	1.002.479	2.327.993	575.399	1.128.946	1.199.046	0,21	85,22	403.597
Promocao Comercial	27.200	27.200	8.695	17.666	3.059	5.171	12.495	0,00	64,95	9.534
INDUSTRIA	2.647.670	2.897.763	395.226	1.717.950	373.104	1.506.363	211.588	0,16	59,29	1.179.813
Administracao Geral	990.444	1.148.864	238.879	1.027.748	227.151	962.092	65.655	0,09	89,46	121.116

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Normatizacao E Fiscalizacao	9.541	9.541	327	3.588	808	3.383	204	0,00	37,60	5.953
Tecnologia Da Informacao	26.407	27.080	8.448	24.913	4.740	15.019	9.894	0,00	92,00	2.167
Ordenamento Territorial	4.311	4.311	1.287	4.045	1.156	3.229	816	0,00	93,82	266
Formacao De Recursos Humanos	17.307	17.307	814	3.708	809	2.877	831	0,00	21,42	13.600
Administracao De Concessoes	1.103	1.103	130	379	142	372	7	0,00	34,38	724
Comunicacao Social	200	200	0	0	0	0	0	0,00	0,00	200
Atencao Basica	14.940	17.122	2.857	16.437	2.725	16.181	255	0,00	96,00	685
Alimentacao E Nutricao	24.668	27.027	3.148	26.099	4.884	26.099	0	0,00	96,57	928
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.653	2.739	428	2.390	444	2.356	33	0,00	87,23	350
Empregabilidade	33.512	31.192	13.410	15.018	283	711	14.307	0,00	48,15	16.175
Educacao Infantil	1.112	1.354	181	1.281	233	1.268	14	0,00	94,63	73
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	207	207	-2	42	1	42	1	0,00	20,45	165
Recursos Hidricos	11.722	11.722	4.273	11.557	2.948	6.065	5.493	0,00	98,59	165
Desenvolvimento Cientifico	120.000	120.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	120.000
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	4.280	4.280	315	4.115	2.450	2.903	1.212	0,00	96,14	165
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	4.782	4.782	43	2.806	504	2.543	263	0,00	58,67	1.976
Promocao Industrial	752.706	751.656	6.428	14.328	1.893	9.544	4.783	0,00	1,91	737.328
Producao Industrial	12.092	9.909	2.960	2.990	1.355	1.376	1.614	0,00	30,18	6.918
Mineracao	80.360	128.130	26.041	116.694	28.349	72.588	44.105	0,01	91,07	11.436
Propriedade Industrial	21.683	9.100	964	6.166	2.039	5.522	643	0,00	67,75	2.935
Normalizacao E Qualidade	358.271	481.494	84.070	363.121	83.250	357.165	5.955	0,03	75,42	118.373
Transferências Para A Educação Básica	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Promocao Comercial	17.438	13.778	183	5.183	2.607	5.000	183	0,00	37,62	8.595
Comercio Exterior	127.780	64.780	0	55.259	0	0	55.259	0,01	85,30	9.521
Servicos Financeiros	100	100	40	100	3	42	58	0,00	100,00	0
Outros Encargos Especiais	10.050	9.985	0	9.985	4.332	9.985	0	0,00	100,00	0
COMERCIO E SERVICOS	6.083.056	6.111.437	1.764.020	3.700.203	311.425	1.214.971	2.485.233	0,34	60,55	2.411.234
Planejamento E Orcamento	10.991	10.991	1.384	1.689	102	164	1.524	0,00	15,37	9.302
Administracao Geral	100.188	109.448	26.998	95.390	24.921	87.345	8.045	0,01	87,16	14.058
Normatizacao E Fiscalizacao	2.711	2.711	1.337	1.435	8	8	1.427	0,00	52,94	1.276
Tecnologia Da Informacao	20.507	20.507	6.067	12.613	4.193	10.310	2.303	0,00	61,51	7.894
Formacao De Recursos Humanos	143.809	133.809	21.750	51.095	16.488	23.893	27.201	0,00	38,18	82.714
Comunicacao Social	6.750	6.750	0	1	0	1	0	0,00	0,01	6.749
Cooperacao Internacional	495	495	-7	61	25	61	0	0,00	12,25	434
Atencao Basica	901	901	113	677	128	677	0	0,00	75,14	224
Alimentacao E Nutricao	2.076	2.091	289	1.571	289	1.571	0	0,00	75,12	520
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	336	336	43	214	43	214	0	0,00	63,68	122
Educacao Infantil	102	107	9	55	9	55	0	0,00	50,95	53
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	6.000	7.200	3.100	3.100	1.200	1.200	1.900	0,00	43,06	4.100
Desenvolvimento Cientifico	4.000	4.000	107	1.505	46	1.410	95	0,00	37,62	2.495
Promocao Industrial	791	791	137	541	163	541	0	0,00	68,36	250
Normalizacao E Qualidade	4.688	4.688	1.298	1.842	16	79	1.762	0,00	39,29	2.846
Promocao Comercial	17.000	20.000	7.600	13.334	5.391	9.168	4.166	0,00	66,67	6.665
Transferências Para A Educação Básica	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Comercializacao	5.950	5.850	883	2.883	0	0	2.883	0,00	49,29	2.967
Comercio Exterior	2.372.993	2.386.694	869.629	2.363.709	198.352	944.942	1.418.767	0,22	99,04	22.985
Turismo	3.382.770	3.394.070	823.284	1.148.490	60.049	133.332	1.015.158	0,10	33,84	2.245.579
COMUNICACOES	1.252.115	1.309.836	202.456	787.621	185.329	631.988	155.634	0,07	60,13	522.215
Planejamento E Orcamento	22.700	22.700	0	0	0	0	0	0,00	0,00	22.700
Administracao Geral	458.699	501.096	81.279	396.146	80.485	355.681	40.465	0,04	79,06	104.950
Normatizacao E Fiscalizacao	65.031	65.031	4.669	29.773	5.960	21.927	7.845	0,00	45,78	35.259
Tecnologia Da Informacao	44.258	46.658	8.313	22.625	8.674	11.574	11.051	0,00	48,49	24.033
Formacao De Recursos Humanos	22.026	22.026	2.930	4.254	886	1.716	2.538	0,00	19,32	17.771
Comunicacao Social	4.000	4.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	4.000
Atencao Basica	15.588	11.018	1.396	10.627	1.653	10.355	272	0,00	96,46	391
Alimentacao E Nutricao	10.076	8.686	1.453	8.271	1.453	8.271	0	0,00	95,22	415
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	938	1.178	197	978	197	978	0	0,00	83,03	200
Empregabilidade	0	17.000	5.108	5.108	278	278	4.830	0,00	30,05	11.892
Educacao Infantil	314	334	55	319	55	319	0	0,00	95,51	15
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	37.105	37.105	6.508	24.897	5.453	15.584	9.313	0,00	67,10	12.209
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	181.408	181.408	24.039	68.900	15.574	35.372	33.528	0,01	37,98	112.508
Servicos Financeiros	6.942	6.942	402	1.902	0	0	1.902	0,00	27,40	5.040
Telecomunicacoes	156.801	158.425	688	97.402	3.415	73.533	23.869	0,01	61,48	61.023
Outros Encargos Especiais	226.229	226.229	65.420	116.420	61.246	96.400	20.020	0,01	51,46	109.809
ENERGIA	932.357	907.484	113.694	569.705	108.529	500.502	69.203	0,05	62,78	337.779
Planejamento E Orcamento	37.901	37.901	-1.340	11.255	3.083	8.938	2.317	0,00	29,70	26.646
Administracao Geral	360.572	393.859	63.230	356.317	76.498	345.284	11.032	0,03	90,47	37.543
Normatizacao E Fiscalizacao	84.266	87.646	937	83.241	13.881	77.300	5.941	0,01	94,97	4.405
Formacao De Recursos Humanos	8.658	7.378	582	4.690	1.584	4.459	232	0,00	63,57	2.688
Administracao De Concessoes	20.038	20.038	3.020	18.142	4.065	17.947	195	0,00	90,54	1.896
Comunicacao Social	3.700	3.700	0	3.519	14	3.514	5	0,00	95,11	181
Atencao Basica	2.633	2.843	265	2.777	478	2.659	117	0,00	97,67	66
Alimentacao E Nutricao	7.779	7.087	758	6.874	1.162	6.780	94	0,00	96,99	213
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	355	381	21	215	33	209	7	0,00	56,57	165
Educacao Infantil	284	376	61	353	61	353	0	0,00	94,01	23
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	1.850	1.850	129	129	129	129	0	0,00	6,99	1.721
Normalizacao E Qualidade	6.891	5.649	724	3.360	1.941	2.841	519	0,00	59,48	2.289
Conservacao De Energia	985	985	0	0	0	0	0	0,00	0,00	985
Energia Eletrica	112.797	115.913	-563	14.660	3.631	13.256	1.405	0,00	12,65	101.253
Petroleo	268.301	220.531	45.871	62.826	1.967	16.832	45.994	0,01	28,49	157.705
Alcool	15.347	1.347	0	1.347	0	0	1.347	0,00	100,00	0
TRANSPORTE	23.211.513	23.808.449	5.967.001	19.016.264	4.179.604	10.654.408	8.361.856	1,74	79,87	4.792.186
Planejamento E Orcamento	981.952	708.215	123.591	273.358	22.707	50.538	222.820	0,02	38,60	434.857
Administracao Geral	1.123.185	1.266.366	240.414	1.158.854	255.850	1.008.718	150.136	0,11	91,51	107.512
Normatizacao E Fiscalizacao	125.254	119.254	8.455	65.975	14.175	41.963	24.011	0,01	55,32	53.280
Formacao De Recursos Humanos	4.850	4.850	782	2.671	813	1.825	846	0,00	55,08	2.179
Administracao De Concessoes	4.123	4.123	796	3.353	147	2.508	845	0,00	81,34	769
Comunicacao Social	8.050	13.050	7.000	12.000	132	4.706	7.294	0,00	91,95	1.050
Atencao Basica	29.277	41.836	8.066	41.490	7.549	40.396	1.094	0,00	99,17	346
Alimentacao E Nutricao	25.466	25.443	4.638	24.763	4.245	24.242	521	0,00	97,32	681
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	6.633	7.075	1.480	6.862	1.198	6.555	308	0,00	96,99	213
Educacao Infantil	884	998	288	935	140	787	148	0,00	93,67	63
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	300	300	0	0	0	0	0	0,00	0,00	300
Controle Ambiental	6.801	6.801	391	528	102	170	358	0,00	7,76	6.274
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	11.466	11.466	176	176	0	0	176	0,00	1,54	11.290
Promocao Industrial	3.324.063	3.324.063	820.817	2.575.569	822.543	2.494.922	80.647	0,24	77,48	748.493
Servicos Financeiros	7.794	7.794	7.794	7.794	7.794	7.794	0	0,00	100,00	0
Transporte Rodoviario	13.084.852	13.865.883	3.861.076	11.646.686	2.474.326	5.233.821	6.412.864	1,06	84,00	2.219.198
Transporte Ferroviario	2.831.181	2.810.299	374.414	2.149.398	228.348	1.082.227	1.067.171	0,20	76,48	660.902
Transporte Hidroviario	1.635.383	1.590.631	506.823	1.045.851	339.535	653.235	392.616	0,10	65,75	544.780
DESPORTO E LAZER	2.401.192	2.711.539	747.161	1.148.669	110.513	308.845	839.824	0,10	42,36	1.562.870
Planejamento E Orcamento	11.329	11.329	1.161	4.688	683	4.053	635	0,00	41,38	6.641
Administracao Geral	69.528	81.437	14.364	72.941	16.823	65.340	7.601	0,01	89,57	8.496
Formacao De Recursos Humanos	3.132	3.132	305	1.251	203	859	392	0,00	39,94	1.881
Comunicacao Social	44.250	44.250	0	39.400	8.165	22.245	17.156	0,00	89,04	4.850

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atencao Basica	491	491	-35	424	70	424	0	0,00	86,37	67
Alimentacao E Nutricao	1.051	1.126	166	1.044	166	1.044	0	0,00	92,69	82
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	252	252	23	168	23	168	0	0,00	66,59	84
Educacao Infantil	35	45	5	33	5	33	0	0,00	72,77	12
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	100	100	100	100	0	0	100	0,00	100,00	0
Desporto De Rendimento	819.452	1.128.890	175.102	293.906	53.138	130.688	163.217	0,03	26,03	834.984
Desporto Comunitario	1.419.022	1.407.937	555.914	734.315	31.074	83.810	650.506	0,07	52,16	673.621
Lazer	2.550	2.550	56	399	163	182	217	0,00	15,65	2.151
Outros Encargos Especiais	30.000	30.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	30.000
ENCARGOS ESPECIAIS	514.941.938	538.997.816	-41.243.754	461.358.727	75.800.403	434.528.777	26.829.950	42,13	85,60	77.639.090
Cooperacao Internacional	410.245	473.896	16.976	420.110	86.009	381.881	38.228	0,04	88,65	53.787
Fomento Ao Trabalho	12.941.151	13.523.732	582.581	13.523.732	1.257.718	13.523.732	0	1,24	100,00	0
Infra-Estrutura Urbana	46.828	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Promocao Da Producao Vegetal	307.937	385.937	0	307.937	0	0	307.937	0,03	79,79	78.000
Irrigacao	2.077	2.077	0	0	0	0	0	0,00	0,00	2.077
Producao Industrial	4.023.260	4.151.088	127.828	4.151.088	0	28.976	4.122.112	0,38	100,00	0
Servicos Financeiros	42.030	45.852	11.936	38.927	15.497	37.833	1.094	0,00	84,90	6.926
Energia Eletrica	376.000	376.000	70.000	150.000	32.809	98.493	51.507	0,01	39,89	226.000
Transporte Hidroviario	1.538	1.231	0	0	0	0	0	0,00	0,00	1.231
Refinanciamento Da Divida Interna	15.228.040	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Servico Da Divida Interna	237.403.869	257.691.913	-27.275.394	218.452.468	33.335.639	218.105.190	347.277	19,95	84,77	39.239.446
Servico Da Divida Externa	-2.177.070	13.060.905	-585.269	8.636.399	669.836	8.554.759	81.640	0,79	66,12	4.424.506
Outras Transferencias	152.083.884	153.336.461	3.314.786	145.722.582	29.749.221	133.426.446	12.296.135	13,31	95,03	7.613.879
Outros Encargos Especiais	59.981.528	60.827.027	-16.063.156	36.295.336	4.587.004	28.249.198	8.046.138	3,31	59,67	24.531.691
Transferencias Para A Educacao Basica	34.270.620	35.121.697	-1.444.041	33.660.148	6.066.670	32.122.268	1.537.881	3,07	95,84	1.461.548
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.509.437	19.680.615	0	0	0	0	0	0,00	0,00	19.680.615
Reserva De Contingencia	26.509.437	19.680.615	0	0	0	0	0	0,00	0,00	19.680.615
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	1.266.933.212	1.316.049.117	108.454.186	1.179.629.111	212.164.393	1.095.023.929	84.605.183	100,00	83,21	136.420.006

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (2/3)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					
					DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b+c)/total (b+c))	% (b+c)/a	SALDO A EXECUTAR (a-(b+c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
LEGISLATIVA	785.099	785.099	208.967	748.385	186.814	722.185	26.200	4,20	95,32	36.714
Acao Legislativa	184.450	184.450	43.212	180.739	44.483	178.384	2.355	1,01	97,99	3.711
Controle Externo	1.162	1.162	544	1.162	429	846	316	0,01	100,00	0
Administracao Geral	598.779	598.779	165.198	565.815	141.807	542.424	23.391	3,17	94,49	32.964
Tecnologia Da Informacao	0	0	0	0	0	0	0	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	435	435	-5	396	50	261	135	0,00	91,01	39
Atencao Basica	272	272	17	272	45	270	2	0,00	100,00	0
JUDICIARIA	2.769.652	2.721.658	631.613	2.659.002	615.282	2.633.642	25.360	14,91	97,70	62.656
Acao Judiciaria	52.157	52.188	8.013	51.700	8.064	47.863	3.837	0,29	99,06	488
Administracao Geral	2.708.474	2.660.462	623.021	2.598.493	605.139	2.577.584	20.909	14,57	97,67	61.969
Formacao De Recursos Humanos	648	635	77	554	140	459	95	0,00	87,26	81
Atencao Basica	7.278	7.278	198	7.272	1.656	6.839	433	0,04	99,91	7
Controle Externo	866	866	175	777	171	717	60	0,00	89,72	89
Comunicacao Social	55	55	-4	33	6	33	0	0,00	58,77	23
Tecnologia Da Informacao	174	174	133	174	106	147	27	0,00	100,00	0
ESSENCIAL A JUSTICA	798.171	829.312	218.925	799.701	178.348	754.786	44.915	4,48	96,43	29.610
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	10.146	10.146	1.777	10.022	2.480	9.375	647	0,06	98,78	123
Representacao Judicial E Extrajudicial	1.211	1.211	-793	1.211	18	681	530	0,01	100,00	0
Administracao Geral	783.853	814.994	217.893	785.538	175.492	743.042	42.496	4,40	96,39	29.455
Formacao De Recursos Humanos	763	763	-219	744	76	210	534	0,00	97,50	19
Atencao Basica	1.066	1.066	116	1.063	182	979	84	0,01	99,72	3
Desenvolvimento Cientifico	20	20	11	11	0	0	11	0,00	54,00	9
Comunicacao Social	197	197	119	197	31	68	129	0,00	99,85	0
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	914	914	22	914	69	430	483	0,01	100,00	0
Defesa Da Ordem Juridica	1	1	0	1	1	1	0	0,00	100,00	0
ADMINISTRACAO	3.183.975	2.744.789	522.364	2.218.457	524.828	2.187.045	31.412	12,44	80,82	526.331
Planejamento E Orcamento	2.428	2.428	346	1.953	126	1.517	436	0,01	80,45	475
Administracao Geral	3.104.403	2.665.265	519.389	2.174.623	520.564	2.163.286	11.336	12,19	81,59	490.642
Administracao Financeira	2.881	2.881	-11	450	72	396	54	0,00	15,62	2.431
Controle Interno	579	579	26	111	21	57	54	0,00	19,24	468
Normatizacao E Fiscalizacao	712	712	107	373	320	320	53	0,00	52,32	340
Tecnologia Da Informacao	349	349	84	314	69	280	34	0,00	89,98	35
Formacao De Recursos Humanos	4.730	4.730	1.422	4.089	881	2.773	1.316	0,02	86,45	641
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	19	19	0	19	0	18	0	0,00	100,00	0
Desenvolvimento Cientifico	247	247	40	223	39	202	21	0,00	90,28	24
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	21	21	11	16	10	15	1	0,00	78,22	5
Telecomunicacoes	65.205	65.205	-324	34.021	2.469	17.231	16.790	0,19	52,18	31.184
Controle Ambiental	50	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Ordenamento Territorial	1.095	1.095	772	1.095	70	294	801	0,01	100,00	0
Administracao De Receitas	620	620	511	533	88	103	430	0,00	85,97	87
Atencao Basica	616	617	-26	616	96	545	71	0,00	99,84	1
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	5	5	3	5	3	5	0	0,00	100,00	0
Ensino Superior	1	1	0	1	1	1	0	0,00	100,00	0
Representacao Judicial E Extrajudicial	15	15	15	15	0	0	15	0,00	100,00	0
DEFESA NACIONAL	436.308	440.860	93.818	424.704	108.253	395.816	28.888	2,38	96,34	16.155
Administracao Geral	328.258	332.761	77.077	330.750	77.623	328.376	2.374	1,85	99,40	2.011
Formacao De Recursos Humanos	694	694	104	558	206	500	58	0,00	80,36	136
Defesa Aerea	2.056	2.056	410	2.056	508	1.274	782	0,01	100,00	0
Defesa Naval	3.136	3.136	1.746	2.895	1.872	2.711	184	0,02	92,29	242
Defesa Terrestre	42.324	42.324	3.594	42.312	13.934	19.690	22.622	0,24	99,97	13
Assistencia Comunitaria	14.065	14.065	59	1.088	234	622	467	0,01	7,74	12.977
Atencao Basica	434	433	57	432	76	307	125	0,00	99,87	1
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	31.750	31.750	10.218	31.678	10.493	30.490	1.188	0,18	99,77	72
Ensino Fundamental	2	2	0	2	0	2	0	0,00	100,00	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ensino Medio	39	39	0	39	1	31	8	0,00	99,97	0
Ensino Profissional	1.069	1.069	126	443	239	443	0	0,00	41,48	626
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	5	5	-1	3	0	1	2	0,00	58,61	2
Desenvolvimento Cientifico	763	763	55	763	194	684	78	0,00	100,00	0
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	10.902	10.902	-54	10.896	2.728	10.468	428	0,06	99,94	6
Tecnologia Da Informacao	98	98	58	98	9	10	88	0,00	100,00	0
Producao Industrial	15	15	0	15	5	6	9	0,00	100,07	0
Telecomunicacoes	20	20	0	0	0	0	0	0,00	0,00	20
Normatizacao E Fiscalizacao	6	6	-1	6	2	6	0	0,00	98,40	0
Empregabilidade	21	21	2	21	3	12	9	0,00	100,00	0
Controle Ambiental	522	572	346	522	93	100	422	0,00	91,25	50
Desporto De Rendimento	45	45	-3	45	5	40	5	0,00	99,98	0
Cooperacao Internacional	61	61	9	61	16	28	33	0,00	99,95	0
Transporte Hidroviario	7	7	5	7	0	2	5	0,00	100,00	0
Defesa Civil	5	5	0	5	5	5	0	0,00	100,00	0
Alimentacao E Nutricao	3	3	3	3	3	3	0	0,00	100,00	0
Comunicacao Social	4	4	4	4	3	3	1	0,00	100,00	0
Informacao E Inteligencia	3	3	3	3	3	3	0	0,00	100,00	0
SEGURANCA PUBLICA	741.157	754.057	181.582	739.179	170.631	725.831	13.348	4,14	98,03	14.878
Administracao Geral	720.564	733.464	169.436	719.442	169.109	717.972	1.470	4,03	98,09	14.023
Formacao De Recursos Humanos	1.401	1.401	120	1.178	90	1.034	144	0,01	84,08	223
Policiamento	12.694	12.694	9.842	12.509	79	2.528	9.981	0,07	98,55	184
Normatizacao E Fiscalizacao	22	22	-4	18	6	18	0	0,00	82,95	4
Informacao E Inteligencia	35	35	-37	3	0	1	2	0,00	7,18	32
Defesa Civil	6.397	6.397	2.183	5.985	1.331	4.260	1.725	0,03	93,56	412
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	45	45	43	45	16	18	27	0,00	99,98	0
RELACOES EXTERIORES	124.146	139.466	33.340	126.372	33.143	125.769	603	0,71	90,61	13.095
Administracao Geral	99.439	114.759	29.820	114.074	29.722	113.813	261	0,64	99,40	685
Formacao De Recursos Humanos	1.291	1.291	111	896	108	842	55	0,01	69,42	395
Relacoes Diplomaticas	23.185	23.185	3.398	11.369	3.303	11.093	276	0,06	49,04	11.816
Difusao Cultural	15	15	0	0	0	0	0	0,00	0,00	15
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	183	183	0	0	0	0	0	0,00	0,00	183
Cooperacao Internacional	32	32	11	32	11	21	11	0,00	100,00	0
ASSISTENCIA SOCIAL	7.199	8.069	522	7.219	1.414	6.523	697	0,04	89,47	850
Administracao Geral	6.698	7.568	341	6.718	1.305	6.216	501	0,04	88,77	850
Assistencia Comunitaria	41	41	10	41	4	35	6	0,00	100,02	0
Abastecimento	335	335	157	335	86	244	91	0,00	100,00	0
Alimentacao E Nutricao	94	94	12	94	15	24	70	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	32	32	1	32	4	4	28	0,00	100,00	0
Tecnologia Da Informacao	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
PREVIDENCIA SOCIAL	670.032	785.292	191.582	784.169	191.545	781.046	3.124	4,40	99,86	1.123
Administracao Geral	669.850	785.110	191.626	784.017	191.521	780.913	3.104	4,40	99,86	1.093
Previdencia Do Regime Estatutario	12	12	1	12	1	12	0	0,00	100,00	0
Previdencia Basica	116	116	11	116	20	97	20	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	54	54	-55	23	3	23	0	0,00	43,26	31
SAUDE	1.176.859	1.442.691	354.427	1.374.080	356.543	1.343.898	30.182	7,70	95,24	68.611
Administracao Geral	1.338.442	1.404.274	337.146	1.337.192	346.074	1.321.510	15.682	7,50	95,22	67.082
Normatizacao E Fiscalizacao	2.654	2.654	1.280	2.654	57	516	2.138	0,01	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	2.334	2.334	1.047	1.647	191	720	927	0,01	70,57	687
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	-175.517	24.483	14.110	24.217	8.693	15.101	9.116	0,14	98,91	266
Suporte Profilatico E Terapeutico	4.026	4.026	214	4.002	418	2.481	1.521	0,02	99,38	25
Vigilancia Sanitaria	1.039	1.039	37	527	167	406	121	0,00	50,74	512
Desenvolvimento Cientifico	660	660	94	660	129	591	69	0,00	100,00	0
Vigilancia Epidemiologica	2.762	2.762	280	2.745	613	2.314	431	0,02	99,39	17
Assistencia Aos Povos Indigenas	52	52	17	32	2	3	29	0,00	62,18	20
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	226	226	172	226	172	226	0	0,00	100,00	0
Atencao Basica	56	56	0	56	6	11	45	0,00	100,00	0
Ensino Superior	69	69	26	66	3	3	64	0,00	96,78	2
Tecnologia Da Informacao	53	53	0	53	17	17	36	0,00	100,00	0
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	3	3	3	3	0	0	3	0,00	100,00	0
TRABALHO	212.374	236.374	55.609	223.995	53.455	221.136	2.859	1,26	94,76	12.379
Administracao Geral	212.261	236.261	55.519	223.890	53.450	221.121	2.769	1,26	94,76	12.371
Empregabilidade	12	12	7	12	3	6	6	0,00	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	8	8	0	8	1	8	0	0,00	100,00	0
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	2	2	0	2	0	2	0	0,00	100,00	0
Normatizacao E Fiscalizacao	1	1	0	1	0	0	1	0,00	99,21	0
Fomento Ao Trabalho	81	81	73	73	0	0	73	0,00	90,34	8
Relacoes De Trabalho	9	9	9	9	0	0	9	0,00	100,00	0
EDUCACAO	5.547.464	5.678.113	1.613.191	5.544.427	1.379.390	4.784.587	759.840	31,09	97,65	133.686
Administracao Geral	3.188.858	3.318.910	777.428	3.220.937	779.855	3.215.943	4.994	18,06	97,05	97.973
Formacao De Recursos Humanos	7.109	7.042	1.192	3.472	888	2.226	1.246	0,02	49,30	3.571
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	199	199	17	19	17	19	0	0,00	9,56	180
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	92.212	92.212	20.893	90.080	21.074	90.015	65	0,51	97,69	2.132
Ensino Fundamental	1.836	1.836	320	1.282	321	1.272	10	0,01	69,81	554
Ensino Medio	133.364	133.364	9.385	132.323	80.815	122.317	10.006	0,74	99,22	1.041
Ensino Profissional	29.048	29.048	5.994	24.634	6.231	19.029	5.605	0,14	84,80	4.414
Ensino Superior	2.062.282	2.062.945	797.288	2.043.667	483.350	1.316.218	727.449	11,46	99,07	19.278
Educacao Especial	888	888	121	523	87	357	166	0,00	58,82	366
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	49	49	38	49	0	3	47	0,00	99,92	0
Difusao Cultural	57	57	3	17	8	15	2	0,00	29,28	40
Desenvolvimento Cientifico	389	389	105	357	17	246	111	0,00	91,95	31
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	229	229	0	191	20	31	160	0,00	83,56	38
Atencao Basica	193	193	10	192	26	175	17	0,00	99,83	0
Educacao De Jovens E Adultos	1.127	1.127	30	41	6	14	28	0,00	3,66	1.085
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	563	563	78	78	11	11	67	0,00	13,81	485
Educacao Infantil	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Lazer	100	100	0	0	0	0	0	0,00	0,00	100
Alimentacao E Nutricao	181	181	93	178	68	152	26	0,00	98,19	3
Tecnologia Da Informacao	23.107	23.107	-2.957	23.107	6.591	16.478	6.629	0,13	100,00	0
Cooperacao Internacional	128	128	0	128	6	68	60	0,00	100,00	0
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Transferencias Para A Educacao Basica	5.546	5.546	3.152	3.152	0	0	3.152	0,02	56,83	2.394
CULTURA	49.338	58.268	14.267	53.553	13.673	51.787	1.766	0,30	91,91	4.715
Administracao Geral	48.645	57.575	13.946	52.954	13.589	51.514	1.441	0,30	91,97	4.621
Formacao De Recursos Humanos	167	167	7	127	17	118	9	0,00	75,93	40
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	214	214	88	175	30	92	83	0,00	81,46	40
Difusao Cultural	204	204	171	191	7	11	180	0,00	93,20	14
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	5	5	3	5	2	2	3	0,00	100,00	0
Normatizacao E Fiscalizacao	100	100	50	100	27	50	50	0,00	100,00	0
Planejamento E Orcamento	2	2	2	2	2	2	0	0,00	100,00	0
DIREITOS DA CIDADANIA	61.826	83.130	17.446	76.165	16.557	74.125	2.040	0,43	91,62	6.965

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Administracao Geral	60.595	81.899	16.864	75.160	16.447	73.666	1.494	0,42	91,77	6.739
Formacao De Recursos Humanos	785	785	420	609	42	199	410	0,00	77,68	175
Assistencia Aos Povos Indigenas	78	78	27	67	16	31	36	0,00	85,84	11
Comunicacao Social	14	14	-5	14	0	14	0	0,00	100,00	0
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	186	186	18	186	11	172	14	0,00	99,99	0
Desenvolvimento Cientifico	8	8	0	0	0	0	0	0,00	0,00	8
Difusao Cultural	12	12	7	12	6	7	5	0,00	96,63	0
Preservacao E Conservacao Ambiental	4	4	3	4	2	2	3	0,00	96,21	0
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	143	143	111	111	34	34	78	0,00	78,10	31
Fomento Ao Trabalho	1	1	1	1	0	0	1	0,00	100,00	0
URBANISMO	84.245	84.245	18.804	82.915	18.161	81.813	1.102	0,46	98,42	1.331
Administracao Geral	7.044	7.044	1.430	5.921	1.314	5.741	180	0,03	84,06	1.123
Transportes Coletivos Urbanos	76.494	76.494	17.124	76.375	16.622	75.580	795	0,43	99,84	119
Formacao De Recursos Humanos	119	119	0	33	2	33	0	0,00	27,66	86
Atencao Basica	216	216	1	216	55	209	6	0,00	100,00	0
Habitacao Urbana	13	13	0	13	0	13	0	0,00	100,00	0
Assistencia Comunitaria	358	358	248	356	167	237	119	0,00	99,38	2
Planejamento E Orcamento	1	1	0	1	0	1	0	0,00	100,00	0
SANEAMENTO	12	12	12	12	0	0	12	0,00	100,00	0
Administracao Geral	12	12	12	12	0	0	12	0,00	100,00	0
GESTAO AMBIENTAL	160.020	181.569	39.406	177.147	39.228	175.209	1.938	0,99	97,56	4.422
Administracao Geral	144.798	166.347	38.881	162.186	38.708	161.215	971	0,91	97,50	4.161
Formacao De Recursos Humanos	461	461	-177	286	42	144	141	0,00	61,88	176
Normatizacao E Fiscalizacao	92	92	-1	16	1	16	0	0,00	17,36	76
Desenvolvimento Cientifico	8	8	1	8	0	6	2	0,00	98,48	0
Preservacao E Conservacao Ambiental	455	455	156	453	1	297	156	0,00	99,48	2
Recursos Hidricos	14.136	14.136	523	14.130	467	13.514	616	0,08	99,95	7
Controle Ambiental	2	2	0	2	0	2	0	0,00	100,00	0
Recuperacao De Areas Degradadas	18	18	0	18	7	13	6	0,00	99,95	0
Saneamento Basico Urbano	8	8	7	8	0	0	8	0,00	100,00	0
Saneamento Basico Rural	41	41	15	41	2	2	39	0,00	99,98	0
CIENCIA E TECNOLOGIA	227.584	227.648	53.237	220.904	53.509	217.207	3.697	1,24	97,04	6.744
Administracao Geral	216.757	216.821	50.353	210.855	50.447	209.266	1.589	1,18	97,25	5.967
Desenvolvimento Cientifico	301	301	204	299	32	95	205	0,00	99,60	1
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.847	2.847	2.237	2.817	2.166	2.285	532	0,02	98,95	30
Producao Industrial	7.228	7.228	377	6.551	830	5.324	1.228	0,04	90,64	677
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	12	12	-11	12	-1	7	4	0,00	100,00	0
Mineracao	180	180	0	180	13	124	57	0,00	100,00	0
Cooperacao Internacional	58	58	0	0	0	0	0	0,00	0,00	58
Formacao De Recursos Humanos	171	171	70	159	11	82	77	0,00	92,96	12
Atencao Basica	8	8	0	8	0	5	3	0,00	98,22	0
Alcool	21	21	7	21	10	18	3	0,00	100,00	0
Petroleo	0	0	0	0	0	0	0	0,00	100,00	0
Normalizacao E Qualidade	1	1	0	1	1	1	0	0,00	100,00	0
AGRICULTURA	624.953	658.266	157.182	650.080	155.278	646.427	3.653	3,65	98,76	8.186
Administracao Geral	612.930	646.280	153.915	638.650	154.033	637.832	818	3,58	98,82	7.630
Normatizacao E Fiscalizacao	186	186	0	116	17	56	59	0,00	62,28	70
Formacao De Recursos Humanos	386	386	-14	86	8	85	1	0,00	22,34	300
Atencao Basica	454	454	64	454	65	448	7	0,00	100,00	0
Ensino Profissional	2	2	0	0	0	0	0	0,00	0,00	2
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.344	2.307	707	2.305	622	1.967	339	0,01	99,92	2
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	202	202	13	139	12	132	7	0,00	68,55	64
Defesa Sanitaria Vegetal	368	368	60	264	39	163	101	0,00	71,75	104
Defesa Sanitaria Animal	451	451	48	444	84	255	189	0,00	98,41	7
Irrigacao	7.345	7.345	2.330	7.338	362	5.273	2.065	0,04	99,90	7
Normalizacao E Qualidade	47	47	0	47	0	30	17	0,00	100,00	0
Promocao Da Producao Animal	70	70	46	70	5	20	49	0,00	100,00	0
Abastecimento	167	167	13	167	33	166	0	0,00	100,00	0
ORGANIZACAO AGRARIA	62.383	89.768	24.734	88.077	20.356	81.732	6.344	0,49	98,12	1.691
Administracao Geral	60.331	87.717	24.300	86.600	19.927	80.748	5.852	0,49	98,73	1.117
Ordenamento Territorial	120	120	34	111	24	66	45	0,00	92,24	9
Reforma Agraria	1.097	1.097	214	748	165	510	239	0,00	68,22	349
Formacao De Recursos Humanos	39	39	1	32	6	31	1	0,00	81,37	7
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	2	2	0	1	1	1	0	0,00	67,55	1
Extensao Rural	361	361	0	305	136	236	69	0,00	84,69	55
Normatizacao E Fiscalizacao	132	132	92	132	38	56	76	0,00	99,93	0
Ensino Profissional	167	167	50	72	43	48	24	0,00	43,14	95
Educacao De Jovens E Adultos	92	92	37	69	11	31	37	0,00	74,84	23
Promocao Da Producao Vegetal	23	23	0	0	0	0	0	0,00	0,00	23
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	19	19	6	6	5	5	1	0,00	32,48	13
INDUSTRIA	139.227	148.634	33.553	145.002	34.065	143.346	1.656	0,81	97,56	3.632
Administracao Geral	135.473	144.880	33.307	141.354	33.441	140.038	1.316	0,79	97,57	3.526
Administracao De Concessoes	2.277	2.277	-450	2.277	57	2.215	62	0,01	100,00	0
Mineracao	989	989	536	894	419	708	186	0,01	90,36	95
Empregabilidade	26	26	15	25	2	7	18	0,00	95,60	1
Formacao De Recursos Humanos	63	63	34	62	23	42	21	0,00	98,81	1
Recursos Hidricos	137	137	55	134	55	119	15	0,00	97,61	3
Atencao Basica	107	107	14	107	19	105	2	0,00	100,00	0
Tecnologia Da Informacao	56	56	26	56	24	54	2	0,00	100,00	0
Promocao Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0
Ordenamento Territorial	83	83	22	78	20	44	34	0,00	94,51	5
Educacao Infantil	1	1	0	1	0	1	0	0,00	100,00	0
Normalizacao E Qualidade	11	11	-8	11	3	11	0	0,00	100,00	0
Normatizacao E Fiscalizacao	2	2	2	2	2	2	0	0,00	100,00	0
COMERCIO E SERVICOS	7.327	7.851	1.718	6.826	1.515	6.357	469	0,04	86,94	1.025
Administracao Geral	7.001	7.525	1.521	6.548	1.511	6.342	206	0,04	87,01	977
Formacao De Recursos Humanos	85	85	38	38	1	1	37	0,00	44,84	47
Promocao Comercial	67	67	0	67	0	0	67	0,00	100,00	0
Tecnologia Da Informacao	110	110	94	108	4	14	94	0,00	98,81	1
Planejamento E Orcamento	65	65	65	65	0	0	65	0,00	100,00	0
COMUNICACOES	61.227	68.412	14.107	58.308	13.372	53.573	4.736	0,33	85,23	10.104
Administracao Geral	59.739	66.925	14.093	57.264	13.173	52.656	4.608	0,32	85,56	9.661
Normatizacao E Fiscalizacao	563	563	63	173	53	91	83	0,00	30,74	390
Formacao De Recursos Humanos	924	924	-49	871	145	826	45	0,00	94,27	53
ENERGIA	50.933	62.277	15.582	56.089	11.558	50.424	5.664	0,31	90,06	6.188
Planejamento E Orcamento	461	1.531	1.033	1.133	19	37	1.096	0,01	74,04	397
Administracao Geral	48.343	59.550	14.402	54.663	11.349	50.136	4.528	0,31	91,79	4.886
Formacao De Recursos Humanos	292	292	146	289	190	249	40	0,00	98,94	3
Normalizacao E Qualidade	292	292	0	3	0	2	1	0,00	1,19	289
Administracao De Concessoes	1.545	612	0	0	0	0	0	0,00	0,00	612
TRANSPORTE	140.190	155.207	34.776	153.213	34.790	145.183	8.030	0,86	98,72	1.994
Administracao Geral	134.308	149.325	33.149	147.604	33.946	142.833	4.770	0,83	98,85	1.721
Normatizacao E Fiscalizacao	1.529	1.529	449	1.529	208	509	1.020	0,01	100,00	0
Formacao De Recursos Humanos	1.331	1.331	228	1.211	122	274	937	0,01	90,98	120

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Administracao De Concessoes	74	74	29	74	11	56	19	0,00	100,01	0
Planejamento E Orcamento	667	667	201	667	63	419	248	0,00	100,00	0
Controle Ambiental	921	921	209	770	288	767	3	0,00	83,58	151
Transporte Rodoviario	1.356	1.356	506	1.354	151	322	1.032	0,01	99,85	2
Transporte Hidroviario	4	4	4	4	2	2	2	0,00	100,00	0
DESPORTO E LAZER	3.820	4.376	1.061	4.128	972	3.762	366	0,02	94,33	248
Administracao Geral	3.694	4.249	1.036	4.043	936	3.687	356	0,02	95,15	206
Formacao De Recursos Humanos	42	42	0	1	0	1	0	0,00	2,94	41
Desporto Comunitario	83	83	24	82	35	73	9	0,00	98,77	1
Desporto De Rendimento	1	1	1	1	0	0	1	0,00	100,00	0
ENCARGOS ESPECIAIS	695.359	665.905	16.167	411.782	7.835	116.975	294.807	2,31	61,84	254.122
Outras Transferencias	353	353	1	353	12	268	84	0,00	100,00	0
Outros Encargos Especiais	695.006	665.552	16.166	411.430	7.823	116.707	294.723	2,31	61,82	254.122
RESERVA DE CONTINGENCIA	123.591	47.127	0	0	0	0	0	0,00	0,00	47.127
Reserva De Contingencia	123.591	47.127	0	0	0	0	0	0,00	0,00	47.127
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	18.944.469	19.108.473	4.547.990	17.833.891	4.220.514	16.530.186	1.303.705	100,00	86,51	1.274.581
TOTAL (III) = (I + II)	1.285.877.681	1.335.157.590	113.002.176	1.197.463.002	216.384.907	1.111.554.114	85.908.888	100,00	83,25	137.694.588

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (3/3)

Notas:
a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.
c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RREO - Anexo III (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[5]
	JAN/11	FEV/11	MAR/11	ABR/11	MAI/11	JUN/11	JUL/11	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11		
RECEITA CORRENTE (I)	98.850.476	69.024.623	79.900.437	91.545.574	79.761.910	80.121.808	95.672.501	78.221.638	81.830.723	90.970.013	79.939.228	103.774.536	1.029.613.468	1.034.447.004
Receita Tributária	37.799.094	20.937.240	27.856.659	33.562.424	25.602.200	26.534.075	29.674.509	22.289.292	24.254.599	32.508.444	26.707.349	30.922.944	338.648.828	347.539.632
Receita de Contribuições	47.771.605	38.852.745	41.367.949	44.791.108	41.115.818	43.220.566	49.398.202	44.823.682	44.690.962	46.982.356	43.129.538	59.342.069	545.486.602	537.146.864
Receita Patrimonial	4.920.090	3.763.443	3.724.995	8.425.150	6.381.468	4.905.546	7.210.342	4.102.008	6.186.679	5.882.760	4.548.136	5.657.937	65.708.554	57.478.754
Receita Agropecuária	1.375	1.619	1.776	2.176	2.177	1.313	1.785	1.932	2.115	1.318	1.642	1.787	21.014	25.757
Receita Industrial	19.142	51.742	49.185	61.836	53.051	46.442	22.557	86.689	59.229	33.686	44.466	34.476	562.500	817.987
Receita de Serviços	5.960.487	2.893.486	4.219.694	2.543.439	4.305.218	3.148.326	5.673.219	3.782.184	4.306.813	3.254.305	3.156.098	4.732.578	47.975.847	44.663.613
Transferências Correntes	53.011	7.788	10.985	20.414	18.345	13.098	33.297	18.477	41.985	56.754	60.961	115.566	450.679	289.279
Receitas Correntes a Classificar[1]	5.245	(2.897)	(11)	(860)	2.039	(74)	1.061	(741)	142	4.855	(393)	(8.365)	(0)	0
Outras Receitas Correntes	2.320.428	2.519.458	2.669.205	2.139.887	2.281.595	2.252.517	3.657.528	3.118.115	2.288.200	2.245.536	2.291.431	2.975.543	30.759.445	46.485.118
DEDUÇÕES (II)	37.387.941	37.640.749	26.336.401	37.349.260	39.352.090	36.865.998	35.711.509	39.072.926	35.532.176	39.628.702	39.984.227	66.045.102	470.907.081	472.517.058
Transf. Constitucionais e Legais[2]	14.467.291	16.496.023	4.220.375	13.598.522	16.314.607	13.136.005	12.652.067	14.219.588	10.267.298	14.612.333	16.004.984	26.786.915	172.776.009	180.401.789
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social[3]	18.515.800	17.019.858	17.927.889	19.483.835	18.853.349	19.329.792	18.659.503	20.436.479	20.834.023	20.643.616	19.154.328	34.369.522	245.227.992	239.787.515
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor[4]	684.930	696.023	702.221	691.990	699.636	719.063	716.374	713.780	747.613	712.597	1.259.374	948.348	9.291.949	9.736.553
Compensação Financeira RGPS/RPPS	415	20	84	60	142	26	18	396	257	148	15	62	1.644	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	164.614	164.995	165.102	164.981	164.969	165.712	165.392	165.411	206.978	124.313	165.540	207.434	2.025.441	1.911.005
Contribuição p/ PIS/PASEP	3.554.892	3.263.830	3.320.730	3.409.870	3.319.386	3.515.401	3.518.154	3.537.271	3.476.007	3.535.696	3.399.987	3.732.822	41.584.047	40.680.197
PIS	2.958.327	2.669.647	2.719.847	2.807.252	2.756.010	2.924.381	2.954.762	2.986.943	2.895.998	2.999.817	2.865.423	3.104.931	34.643.337	-
PASEP	596.565	594.183	600.884	602.618	563.376	591.020	563.392	550.328	580.009	535.879	534.564	627.891	6.940.709	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	61.462.535	31.383.875	53.564.036	54.196.315	40.409.821	43.255.810	59.960.992	39.148.712	46.298.547	51.341.311	39.955.001	37.729.433	558.706.387	561.929.946

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se a classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.
[2] Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e ao fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB) são deduzidas integralmente. Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, conforme Parecer nº 21/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
[3] Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, inclui a Receita de Contribuições sobre Espetáculos Esportivos.
[4] Deduzido com base no inciso IV, "c" do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
[5] A previsão da receita é a constante na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011.
Nota: a metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: www.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/receita_corrente_liquida.asp

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2011	Até o Bimestre/ 2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	240.483.105	240.483.105	53.629.053	245.524.063	212.402.451
RECEITAS CORRENTES	240.343.105	240.343.105	53.583.906	245.445.572	212.359.237
Receitas de Contribuições	239.707.427	239.707.427	53.500.608	245.123.343	212.135.581
Dos empregadores	147.380.913	147.380.913	34.939.546	155.742.788	136.029.579
Dos trabalhadores e dos demais segurados	55.073.900	55.073.900	12.472.621	56.421.726	48.982.078
Outras Contribuições	37.252.614	37.252.614	6.088.441	32.958.829	27.123.924
Outras Receitas Correntes	635.678	635.678	83.298	322.230	223.655
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	767	767	77	1.644	725
Demais Receitas Correntes	634.911	634.911	83.221	320.585	222.931
RECEITAS DE CAPITAL	140.000	140.000	45.147	78.490	43.214
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	140.000	140.000	45.147	78.490	43.214
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	240.483.105	240.483.105	53.629.053	245.524.063	212.402.451

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2011	Até o Bimestre/ 2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS[2] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	268.733.652	276.136.175	50.894.805	275.213.993	246.359.300
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	273.908.421	273.908.421	50.579.353	273.821.017	245.055.673
Aposentadorias	182.803.597	182.803.597	33.401.858	182.716.261	163.798.898

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pensões	68.320.983	68.320.983	12.778.942	68.320.983	60.471.425
Outros Benefícios	22.783.841	22.783.841	4.398.553	22.783.773	20.785.350
Outras Despesas	1.412.670	1.412.670	315.452	1.392.976	1.303.626
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.412.565	1.412.565	315.451	1.392.871	1.303.470
Demais Despesas	105	105	0	105	157
A detalhar	(6.587.439)	815.084	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	268.733.652	276.136.175	50.894.805	275.213.993	246.359.300
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(28.250.547)	(35.653.070)	2.734.248	(29.689.930)	(33.956.849)

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Constam destes valores as contribuições sociais sobre a folha de salário e sobre o faturamento (CF, art. 195), os juros, as multas e os encargos incidentes sobre as receitas previdenciárias.
[2] As despesas previdenciárias obedecem ao regime de competência; não incluem precatórios e sentenças de benefícios.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	11.647.558	11.647.558	2.590.920	11.366.646	10.469.708
RECEITAS CORRENTES	11.647.558	11.647.558	2.590.920	11.366.646	10.469.708
Receita de Contribuições	11.647.558	11.647.558	2.590.920	11.366.646	10.469.708
Pessoal Civil	9.736.553	9.736.553	2.217.946	9.341.205	8.600.687
Contribuição Patronal Ativo Civil	0	0	10.285	50.058	28.104
Contribuição de Servidor Ativo Civil	7.499.183	7.499.183	1.680.319	7.038.383	6.485.500
Contribuição de Servidor Inativo Civil	1.689.590	1.689.590	399.326	1.703.950	1.565.637
Contribuição de Pensionista Civil	547.779	547.779	128.016	548.814	521.447
Pessoal Militar	1.911.005	1.911.005	372.974	2.025.441	1.869.021
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	1.911.005	1.911.005	372.974	2.025.441	1.869.021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-orçamentárias) (II)	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS (III)	0	0	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS (IV)	0	0	0	0	0
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	0	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (I + II + III + IV + V)	26.748.359	26.748.359	5.717.483	24.639.895	22.676.702

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS[1]	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2011			Em 2010	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-orçamentárias) (VII)	77.606.797	79.293.297	15.464.723	78.915.615	213.695	73.733.832	183.357
PREVIDÊNCIA SOCIAL[4]	77.606.797	79.293.297	15.464.723	78.915.615	213.695	73.733.832	183.357
Pessoal e Encargos Sociais	77.606.797	79.293.297	15.464.723	78.915.615	213.695	73.733.832	183.357
Pessoal Civil	25.086.272	50.312.052	11.302.120	56.962.210	201.571	52.345.608	176.038
Aposentadorias	17.829.709	33.754.704	7.436.013	36.436.213	101.700	32.788.591	47.201
Pensões	6.461.033	14.725.582	3.609.756	18.751.988	48.530	17.525.608	40.631
Outros Benefícios Previdenciários	795.530	1.831.766	256.351	1.774.009	51.341	2.031.408	88.206
Pessoal Militar[3]	27.471.217	28.879.556	4.162.604	21.953.405	12.123	21.388.224	7.319
Reformas	21.282.170	15.116.920	2.389.555	12.297.615	0	12.090.668	0
Pensões	6.114.396	13.626.805	1.751.126	9.535.143	8.768	9.206.518	6.766
Outros Benefícios Previdenciários	74.650	135.831	21.923	120.646	3.355	91.038	553
A detalhar	25.049.309	101.688	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-orçamentárias) (VIII)	41.615	37.658	10.977	17.166	10	5.285	4
RESERVA DO RPPS (IX)	0	0	0	0		-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (X) = (VII + VIII + IX)	77.648.413	79.330.955	15.475.700	78.932.781	213.704	73.739.117	183.360
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (XI) = (VI - X)	(50.900.054)	(52.582.596)	(9.758.218)		(54.506.590)		(51.245.775)

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	DEZ/2011	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	-	-	-
Bancos Conta Movimento	-	-	-
Investimentos	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Continua (1/2)
Nota: Os valores da coluna 'Receitas Realizadas - Até o Bimestre/2010' difere dos valores apresentados no respectivo demonstrativo publicado em 2010 em razão de o presente demonstrativo recalcular os valores dessa coluna para os meses de janeiro a abril de 2010 considerando a inclusão das naturezas de receita 12102917 - CONTR.SERV.ATIVO CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS, 12102918 - CONTR.SERV.INAT.CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS e 12102919 - CONTR.PENSIONISTA CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS, incluídas na metodologia de apuração a partir de abril de 2010.

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS CORRENTES	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994
Receita de Contribuições	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994
Pessoal Civil	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994
Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994
Pessoal Militar					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	15.100.801	15.100.801	3.126.563	13.273.249	12.206.994

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2011			Em 2010	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre			
PREVIDÊNCIA SOCIAL[4]	41.615	37.658	10.977	17.156	10	5.285	4
Pessoal e Encargos Sociais	41.615	37.658	10.977	17.156	10	5.285	4

SEM VERIFICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pessoal Civil	26.051	17.921	10.977	17.156	10	5.285	4
Aposentadorias	0	0	0	0	-	0	0
Pensões	0	0	0	0	-	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	26.051	17.921	10.977	17.156	10	5.285	4
A detalhar	15.564	19.738	-	-	-	-	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	41.615	37.658	10.977	17.166	10	5.285	4

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)
[1] Foram consideradas como despesas previdenciárias as subfunções Previdência do Regime Estatutário, Complementar e Especial, bem como Transferências e Outros Encargos Especiais.
[2] Esses valores não são detalhados em virtude da Lei Orçamentária ser elaborada no nível de modalidade de aplicação.
[3] Na dotação da despesa previdenciária do pessoal militar estão incluídas as despesas com pessoal civil do Ministério da Defesa.
[4] As despesas previdenciárias obedecem ao regime de competência.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO 2011

RREO - Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 DEZ/2010 (a)	Em 31 OUT/2011 (b)	Em 30 DEZ/2011 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.475.696.960	2.664.728.093	2.735.390.104
DEDUÇÕES (II)[1]	1.460.152.571	1.588.610.868	1.663.262.097
Ativo Disponível	405.585.450	456.676.086	476.761.167
Haveres Financeiros	1.079.963.064	1.152.545.402	1.210.593.295
(-) Restos a Pagar Processados	(25.395.944)	(20.610.620)	(24.092.365)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.015.544.388	1.076.117.225	1.072.128.007
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	48.140.203	48.140.203	48.140.203
PASSIVOS RECONHECIDOS (V) (*)	361.144.114	329.084.048	270.964.140
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	702.540.477	795.173.380	849.304.069

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	54.130.689	146.763.592

FONTE: Banco Central do Brasil e SIAFI - STN/CESEF
(*) Inclui o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO[1]
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III) R$ Milhares

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2011	Jan a Dez/2010
RECEITA TOTAL	180.098.681	990.406.085	919.773.320
RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I)	123.684.130	741.296.698	705.297.430
Receita Bruta	126.347.951	757.428.711	719.530.925
Receitas de Impostos	60.841.326	355.892.581	296.455.356
Impostos s/ Comércio Exterior	5.251.597	26.746.426	21.135.995
Impostos s/ Patrimônio e Renda	41.787.723	250.421.131	208.727.656
Impostos s/ Produção e Circulação	13.802.006	78.725.024	66.591.705
Receitas de Contribuições	45.836.436	285.659.472	249.829.509
Demais Receitas	19.670.189	115.876.658	173.246.061
Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0	0	74.807.616
Concessões de Serviços Públicos	2.105.836	3.938.275	1.158.396
Participações e Dividendos	2.633.352	19.962.368	22.414.450
Outras	14.931.001	91.976.014	74.865.598
(-) Restituições	(2.663.119)	(15.858.151)	(14.134.899)
(-) Incentivos Fiscais	(702)	(273.862)	(98.597)
RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II)	55.258.191	245.891.941	211.968.378
RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III)	1.156.360	3.217.447	2.507.511
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)	34.530.166	172.483.312	140.678.320
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I +II+III - IV)	**145.568.515**	**817.922.773**	**779.095.000**

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2011	Jan a Dez/2010
DESPESA TOTAL	138.845.402	724.403.118	700.322.135
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)	83.187.723	439.195.886	442.436.178
Pessoal e Encargos Sociais	34.150.949	179.277.049	166.486.428
Custeio e de Capital	48.676.141	257.783.120	274.707.799
Despesa do FAT	5.261.498	34.659.977	30.310.653
Subsídios e Subvenções Econômicas	1.487.258	10.522.287	8.038.966
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	4.233.934	24.904.786	22.234.212
Capitalização da Petrobrás	0	0	42.927.848
Outras Despesas de Custeio e de Capital	37.693.450	187.696.070	171.196.120
Transferências ao Banco Central	360.633	2.135.717	1.241.950
DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)	54.589.003	281.438.220	254.858.554
DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)	1.068.676	3.769.013	3.027.402
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB2 (IX)	0	0	0

RESULTADO PRIMÁRIO[3]	PERÍODO		
	No bimestre	Jan a Dez/2011	Jan a Dez/2010
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (X) = (V-(VI+VII+VIII)-IX)	6.723.113	93.519.655	78.772.865
Tesouro Nacional (XI) = (I-IV-VI-IX)	5.966.242	129.617.499	122.182.932
Previdência Social - RGPS4 (XII) = (II-VII)	669.188	(35.546.278)	(42.890.176)
Banco Central5 (XIII) = (III) - (VIII)	87.684	(551.566)	(519.891)

FONTE: STN/CESEF
[1] Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central.
[2] Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme prewisto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
[3] Os valores entre parênteses correspondem a déficit.
[4] Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.
[5] Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
					Em 31 de Dezembro de 2010	Em Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.258.887	(1.384.930)	19.678.484	4.195.474	71.609.210	30.584.277	(14.716.961)	53.789.148	33.687.377
LEGISLATIVO	64.908	(891)	57.168	6.848	377.682	333.320	(73.881)	315.370	321.751
Câmara dos Deputados	1.246	(891)	344	11	250.068	265.863	(30.061)	219.258	266.612
Senado Federal	63.662	0	56.825	6.838	66.969	1.690	(13.269)	49.445	5.946
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	60.645	65.767	(30.551)	46.667	49.194
JUDICIÁRIO	100.588	(1.421)	70.898	28.269	1.681.592	219.805	(180.106)	1.376.192	345.098
Supremo Tribunal Federal	51	0	51	0	49.470	668	(9.743)	40.305	90
Superior Tribunal de Justiça	165	0	162	3	41.886	33.183	(13.821)	44.380	16.868
Justiça Federal	11.493	(495)	8.844	2.154	550.633	94.769	(77.917)	434.535	132.951
Justiça Militar	142	(17)	105	20	8.672	348	(1.200)	7.555	265
Justiça Eleitoral	41.894	(413)	36.701	4.779	534.470	22.881	(37.063)	450.321	69.966
Justiça do Trabalho	37.302	(497)	15.540	21.265	359.459	66.587	(23.305)	292.340	110.401
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	9.256	0	9.209	47	60.150	676	(14.744)	35.992	10.090
Conselho Nacional de Justiça	285	0	285	0	76.851	694	(2.312)	70.765	4.468
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	4.803	(58)	3.444	1.301	199.943	75.835	(55.269)	183.270	37.240
Ministério Público da União	4.803	(58)	3.444	1.301	194.924	75.835	(55.250)	181.281	34.228
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	5.019	0	(19)	1.989	3.012
EXECUTIVO	25.088.588	(1.382.559)	19.546.974	4.159.055	69.349.993	29.955.317	(14.407.706)	51.914.316	32.983.288
Presidência da República	274.263	(8.311)	210.294	55.658	1.314.182	482.487	(233.244)	940.338	623.087
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	7.882	(18)	7.850	14	493.049	181.577	(207.273)	368.218	99.134
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	538.877	(6.736)	506.105	26.036	1.382.355	250.179	(382.180)	941.236	309.118
Ministério da Ciência e Tecnologia	443.964	(47.617)	287.247	109.101	1.748.484	356.856	(425.966)	938.490	740.885
Ministério da Fazenda	540.138	(535)	463.098	76.504	13.605.403	3.459.031	(3.961.379)	10.659.292	2.443.763
Ministério da Educação	1.952.252	(97.874)	1.467.382	386.996	6.712.653	1.602.884	(834.270)	5.815.624	1.665.643
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	21.997	(2.139)	9.783	10.075	109.146	63.331	(39.183)	68.913	64.381
Ministério da Justiça	59.806	(1.431)	54.762	3.614	897.542	354.844	(93.591)	798.983	359.812
Ministério de Minas e Energia	66.082	(84)	65.650	349	930.522	26.223	(21.375)	116.084	819.287
Ministério Previdência Social	12.990.597	(14.927)	12.942.960	32.710	556.116	134.836	(247.850)	381.967	61.134
Ministério das Relações Exteriores	438	(44)	3	391	35.983	1.198	(4.679)	25.461	7.041
Ministério da Saúde	4.424.311	(932.080)	871.999	2.620.232	5.855.072	2.005.218	(914.943)	4.019.924	2.925.422
Ministério do Trabalho e Emprego	6.660	(18)	6.632	10	782.123	114.782	(338.424)	462.578	95.903
Ministério dos Transportes	1.186.359	(1.904)	1.148.673	35.782	7.457.294	2.964.764	(924.156)	6.290.435	3.207.467
Ministério das Comunicações	2.889	(2)	2.879	9	419.933	30.041	(37.188)	372.119	40.666
Ministério da Cultura	81.612	(7.146)	60.852	13.614	502.605	136.598	(205.317)	275.703	158.183
Ministério do Meio Ambiente	3.043	(2.615)	187	242	147.837	27.109	(72.773)	88.043	14.129
Ministério do Desenvolvimento Agrário	124.159	(647)	66.598	56.914	1.927.914	1.582.520	(1.227.039)	1.293.320	990.075
Ministério do Esporte	2.934	(20)	1.174	1.740	799.234	933.907	(334.078)	437.598	961.465
Ministério da Defesa	680.221	(8.970)	611.091	60.160	4.922.557	470.452	(316.392)	4.280.816	795.802
Ministério da Integração Nacional	895.997	(29.677)	400.197	466.123	6.116.667	3.702.887	(1.621.510)	2.920.305	5.277.738
Ministério do Turismo	47.172	(551)	30.946	15.675	1.705.939	2.313.746	(768.049)	639.523	2.612.113
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	334.436	(218.660)	79.369	36.407	308.762	41.269	(47.032)	189.483	113.515
Ministério das Cidades	396.811	(555)	245.557	150.700	10.490.926	8.663.942	(1.120.324)	9.510.295	8.524.250
Ministério da Pesca e Aquicultura	5.688	(0)	5.688	0	127.696	54.638	(29.490)	79.568	73.276
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	191.909	(82.200)	105.029	4.681	907.141	341.878	(383.339)	484.239	381.440
TOTAL	25.450.797	(1.467.129)	19.783.513	4.200.154	72.516.350	30.926.154	(15.100.300)	54.273.387	34.068.817

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/2)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO (Despesas Intra-Orçamentárias)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
					Em 31 de Dezembro de 2010	Em Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	191.909	(82.200)	105.029	4.681	907.141	341.878	(383.339)	484.239	381.440
LEGISLATIVO	31	0	31	0	29.234	56.018	(34.025)	2.446	48.781
Câmara dos Deputados	31	0	31	0	10.875	26.726	(4.388)	1.675	31.538
Senado Federal	0	0	0	0	1.061	0	(340)	387	335
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	17.298	29.292	(29.298)	383	16.909
JUDICIÁRIO	1.434	(0)	1.432	2	66.655	8.309	(26.039)	17.372	31.553
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	500	31	(410)	121	0
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	5.974	2.062	(7.488)	469	79
Justiça Federal	37	(0)	37	0	21.003	2.591	(2.864)	7.051	13.679
Justiça Militar	0	(0)	0	0	131	0	(49)	82	0
Justiça Eleitoral	1.395	(0)	1.394	2	6.539	413	(1.742)	3.927	1.283
Justiça do Trabalho	2	0	2	0	32.260	3.212	(13.298)	5.662	16.512
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	196	0	(180)	16	0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	0	0	0	52	0	(8)	44	0
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	41.884	6.583	(45.291)	1.182	1.993
Ministério Público da União	0	0	0	0	40.894	6.583	(45.291)	1.180	1.006
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	989	0	0	2	988
EXECUTIVO	190.444	(82.200)	103.566	4.679	769.368	270.968	(277.983)	463.239	299.114
Presidência da República	199	(0)	196	3	19.029	1.003	(1.571)	6.878	11.583

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4.538	(0)	4.537	0	15.062	1	(12.772)	1.268	1.023
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.537	(2.198)	6.117	223	1.190	283	(575)	565	332
Ministério da Ciência e Tecnologia	677	0	565	112	2.625	704	(473)	1.775	1.082
Ministério da Fazenda	37	(2)	36	0	3.330	315	(1.107)	1.824	714
Ministério da Educação	18.465	(3.199)	10.936	4.330	614.064	241.825	(243.300)	355.550	257.039
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	5	0	5	0	2.277	156	(206)	1.208	1.019
Ministério da Justiça	19	(6)	8	6	5.583	1.184	(526)	3.184	3.057
Ministério de Minas e Energia	4.993	(0)	4.993	0	4.135	1.114	(860)	2.507	1.882
Ministério Previdência Social	68.102	0	68.102	0	6.569	1.011	(1.121)	2.409	4.049
Ministério das Relações Exteriores	0	0	0	0	743	14	(431)	250	77
Ministério da Saúde	77.266	(76.787)	477	2	8.116	4.505	(2.414)	6.616	3.591
Ministério do Trabalho e Emprego	0	0	0	0	490	0	(62)	427	0
Ministério dos Transportes	119	(7)	111	1	4.501	2.602	(3.382)	1.715	2.005
Ministério das Comunicações	0	0	0	0	2.343	1.339	(1.301)	1.134	1.246
Ministério da Cultura	72	0	72	0	2.933	185	(394)	1.205	1.519
Ministério do Meio Ambiente	3.528	0	3.528	0	877	21	(193)	461	243
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3	(1)	0	3	3.360	825	(2.186)	1.216	783
Ministério do Esporte	0	0	0	0	85	15	(42)	58	0
Ministério da Defesa	1.108	(0)	1.108	0	65.223	13.077	(3.182)	70.281	4.837
Ministério da Integração Nacional	1.386	0	1.386	0	4.127	505	(1.366)	654	2.611
Ministério do Turismo	0	0	0	0	218	3	(112)	109	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	0	0	0	557	24	(21)	501	59
Ministério das Cidades	1.386	(0)	1.386	0	1.636	66	(192)	1.246	264
Ministério da Pesca e Aquicultura	4	0	4	0	295	191	(193)	197	96
TOTAL	191.909	(82.200)	105.029	4.681	907.141	341.878	(383.339)	484.239	381.440

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)
Nota: Consideram-se Restos a Pagar Processados as obrigações decorrentes da execução das despesas orçamentárias liquidadas em exercícios anteriores.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

RECEITAS DO ENSINO

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	347.712.897	347.712.897	57.719.151	336.557.116	96,79
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	23.130.948	23.130.948	5.239.102	26.680.641	115,35
Imposto sobre Importação - II	22.942.572	22.942.572	5.228.492	26.656.325	116,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	162.049	162.049	13.163	58.107	35,86
Dívida Ativa do II	5.548	5.548	2.708	4.474	80,65
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	20.779	20.779	5.562	10.186	49,02
(-) Deduções da Receita do II			(10.823)	(48.451)	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	46.637	46.637	10.077	42.832	91,84
Imposto sobre Exportação - IE	46.197	46.197	1.704	11.890	25,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	198	198	11	65	32,70
Dívida Ativa do IE	149	149	26	27	18,35
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	93	93	24	26	27,94
(-) Deduções da Receita do IE			8.312	30.824	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	242.859.246	242.859.246	40.613.963	235.817.605	97,10
Imposto sobre Rendas - IR	237.390.620	237.390.620	40.969.235	241.575.526	101,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	4.094.995	4.094.995	577.968	3.022.235	73,80
Dívida Ativa do IR	615.685	615.685	58.275	277.953	45,15
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	757.945	757.945	63.001	347.429	45,84
(-) Deduções da Receita do IR			(1.054.515)	(9.405.539)	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	483.945	483.945	96.082	601.686	124,33
Imposto Territorial Rural - ITR	423.201	423.201	84.115	546.263	129,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	28.706	28.706	9.378	41.967	146,20
Dívida Ativa do ITR	16.839	16.839	802	3.284	19,50
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	15.199	15.199	1.787	8.892	58,50
(-) Deduções da Receita do ITR			(1)	1.280	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	49.241.445	49.241.445	6.075.364	41.470.980	84,22
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	48.400.234	48.400.234	8.122.348	45.613.522	94,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	569.814	569.814	37.164	234.562	41,16
Dívida Ativa do IPI	119.213	119.213	6.296	28.868	24,22
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	152.184	152.184	6.918	39.845	26,18
(-) Deduções da Receita do IPI			(2.097.362)	(4.445.817)	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	31.944.179	31.944.179	5.683.033	31.936.199	99,98
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	31.841.264	31.841.264	5.616.720	31.734.446	99,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	100.275	100.275	9.235	65.374	65,19
Dívida Ativa do IOF	888	888	88	769	86,63
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	1.752	1.752	127	951	54,26
(-) Deduções da Receita do IOF			56.863	134.659	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	6.497	6.497	1.531	7.173	110,41
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	6.497	6.497	1.482	6.489	99,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	49	684	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro			0	0	-

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS* No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS* Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS* % (c) = (b/a)x100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	62.801.648	62.801.648	8.862.516	48.070.193	76,54
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS[1] (23,5% de (1.3 + 1.5))	68.643.662	68.643.662	12.066.073	53.097.363	77,35
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	4.924.145	4.924.145	713.773	3.528.161	71,65
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB			4.796.036	25.965.308	
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS[2] (1.7)	6.497	6.497	1.526	6.929	106,65
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	241.972	241.972	73.130	396.873	164,02
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7)	136.617.925	136.617.925	26.513.054	131.064.828	95,94
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	211.094.972	211.094.972	31.206.097	205.492.288	97,35

RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	11.904.226	11.904.226	2.163.888	13.115.479	110,17
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0	-
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	0	0	866.330	294.732	-
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	11.904.226	11.904.226	3.030.218	13.410.211	112,65

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF Continua (1/2)

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL
VEDADA A VENDA, LOCAÇÃO OU SINAL DE PLANTÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	37.997.095	37.997.095	5.617.097	36.988.612	97,35

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f)/d)x100
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	2.675.250	2.675.250	391.337	2.390.046	285.204	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	782.869	786.529	61.792	293.224	489.320	99,49
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	165.443	179.436	37.228	144.304	16.632	89,69
18 - ENSINO MÉDIO	775.293	778.151	519.549	671.562	94.674	98,47
19 - ENSINO SUPERIOR	16.712.652	19.135.894	3.690.977	15.414.756	2.828.203	95,33
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	4.393.651	5.310.652	1.104.576	3.694.504	1.186.657	91,91
21 - OUTRAS	15.577.188	13.868.365	2.892.858	10.824.844	1.459.193	88,58
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	41.082.347	42.734.276	8.698.317	39.793.122		93,12

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37 p)**	324.845
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
26 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24 + 25)*	0
27 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO[3] [(22-26) / (9)] x 100%	19,36

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO BIMESTRE NOVEMBRO 2011 Valor (g)	NO BIMESTRE NOVEMBRO 2011 %[4] (h)=100x(g)/(30)	DEZEMBRO 2011 Valor (i)	DEZEMBRO 2011 %[4] (j)=100x(i)/(30)	ATÉ O BIMESTRE Valor (l)	ATÉ O BIMESTRE %[5] (m)=100x(l)/(30)
28 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	0	0	0	0	0
29 - OUTROS	634.016	100,00	1.190.397	100,00	8.917.500	100,00
30 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2011 (28 + 29)	634.016	100,00	1.190.397	100,00	8.917.500	100,00

LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL	ATÉ O BIMESTRE Valor (n)	ATÉ O BIMESTRE % (o)=100x(n)/(30)
31 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 8917499680)	2.675.250	2.675.250	30,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS EXECUTADAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EXECUTADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f)/d)x100
32 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.581.877	5.515.916	1.428.284	3.800.578	935.810	85,87
32.1 - Educação Infantil	170.187	207.077	12.217	45.710	138.705	89,06
32.2 - Educação Fundamental	235.959	468.845	230.953	405.943	40.094	95,14
32.3 - Ensino Médio	268.862	215.020	175.133	177.369	22.368	92,89
32.4 - Outras	3.906.869	4.624.974	1.009.980	3.171.556	734.643	84,46
33 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0	0	0	0	0	0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.891.904	2.621.216	417.206	1.561.156	442.254	76,43
34.1 - Educação Infantil	0	0	0	0	0	0,00
34.2 - Educação Fundamental	2.251	2.251	349	715	961	74,47
34.3 - Ensino Médio	45.734	57.918	38.726	57.781	16	99,79
34.4 - Ensino Superior	1.125.236	1.189.522	215.329	593.144	113.147	59,38
34.5 - Outras	718.682	1.371.525	162.802	909.516	328.130	90,24
35 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO						

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ENSINO (32 + 33 + 34)	6.473.781	8.137.132	1.845.490	6.739.799	82,83
36 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (22 + 35)	47.556.128	50.871.408	10.543.807	46.532.920	91,47

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2011 (p)
37 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	947.163	324.845

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

[1] CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".

[2] CF, art. 153 §5º.

[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[4] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual.

[5] Serão assegurados os repasses de, no mínimo, quarenta e cinco por cento da complementação anual até 31 de julho, e de cem por cento até 31 de dezembro.

[6] Dotação autorizada até o período de referência deste relatório.

* Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

** Dedução prevista no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume II, aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja 1ª edição foi aprovada pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, tendo sido submetida previamente à apreciação do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios instituído pela Portaria STN nº 135, de 6 de março de 2007. No entanto, em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art. 53, § 1º, inciso I - Anexo XI — R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	828.760.657	566.541.477	262.219.180

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	919.244.198	626.872.027	40.278.578	252.093.593
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0	0	0	0
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS (II)	919.244.198	626.872.027	40.278.578	252.093.593
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(90.483.542)	(100.609.128)		10.125.586

FONTE: STN/CCONT/GEINF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2046

RREO - Anexo XII (LRF, art. 53, §1º, inciso II) — R$ milhões

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	
	Valor (a)	% em relação ao PIB	Valor (b)	% em relação ao PIB	Valor (a-b)	% em relação ao PIB
2012	271.981	6,01%	316.600	7,00%	-44.619	-0,99%
2013	299.595	6,00%	348.687	6,98%	-49.092	-0,98%
2014	329.443	5,99%	385.084	7,00%	-55.641	-1,01%
2015	361.959	5,97%	427.034	7,04%	-65.074	-1,07%
2016	385.590	5,97%	455.451	7,05%	-69.861	-1,08%
2017	410.295	5,97%	485.597	7,06%	-75.302	-1,09%
2018	436.551	5,97%	517.602	7,07%	-81.051	-1,11%
2019	464.087	5,97%	551.591	7,09%	-87.504	-1,12%
2020	493.319	5,97%	587.677	7,11%	-94.358	-1,14%
2021	524.326	5,97%	625.962	7,12%	-101.636	-1,16%
2022	557.061	5,97%	666.416	7,14%	-109.355	-1,17%
2023	590.889	5,97%	709.121	7,16%	-118.232	-1,19%
2024	626.349	5,97%	754.134	7,18%	-127.785	-1,22%
2025	663.489	5,97%	801.440	7,21%	-137.952	-1,24%
2026	702.508	5,97%	851.320	7,23%	-148.812	-1,26%
2027	743.203	5,97%	903.207	7,25%	-160.004	-1,28%
2028	785.387	5,97%	957.611	7,27%	-172.224	-1,31%
2029	829.308	5,97%	1.014.605	7,30%	-185.297	-1,33%
2030	874.969	5,97%	1.074.284	7,32%	-199.315	-1,36%
2031	922.765	5,97%	1.136.775	7,35%	-214.010	-1,38%
2032	971.935	5,97%	1.202.294	7,38%	-230.359	-1,41%
2033	1.022.884	5,97%	1.270.957	7,41%	-248.073	-1,45%
2034	1.075.692	5,97%	1.343.022	7,45%	-267.330	-1,48%
2035	1.130.442	5,97%	1.418.678	7,49%	-288.235	-1,52%
2036	1.187.183	5,97%	1.498.277	7,53%	-311.094	-1,56%
2037	1.245.579	5,97%	1.581.997	7,58%	-336.419	-1,61%
2038	1.306.841	5,97%	1.670.042	7,62%	-363.200	-1,66%
2039	1.369.871	5,97%	1.762.665	7,68%	-392.794	-1,71%
2040	1.434.597	5,97%	1.859.978	7,73%	-425.382	-1,77%
2041	1.499.786	5,97%	1.962.339	7,81%	-462.553	-1,84%
2042	1.566.869	5,97%	2.069.986	7,88%	-503.117	-1,92%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2043	1.635.835	5,97%	2.183.425	7,96%	-547.590	-2,00%
2044	1.706.791	5,97%	2.303.286	8,05%	-596.494	-2,08%
2045	1.779.888	5,97%	2.429.667	8,14%	-649.780	-2,18%
2046	1.855.214	5,97%	2.562.783	8,24%	-707.569	-2,28%

Fonte: SPS/MPS
Nota: Projeção elaborada em 17/01/2011 e oficialmente enviada pelo Ministério da Previdência Social

Continua (1/2)

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 A 2046

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo XIII — R$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	
	Valor (a)	% do PIB	Valor (b)	% do PIB	Valor (a-b)	% do PIB
2012	33.231.650	0,73%	82.071.619	1,81%	(48.839.969)	1,08%
2013	34.900.647	0,70%	88.714.055	1,78%	(53.813.407)	1,08%
2014	36.640.485	0,67%	96.423.754	1,75%	(59.783.269)	1,09%
2015	38.458.500	0,63%	104.188.882	1,72%	(65.730.382)	1,08%
2016	39.983.573	0,62%	109.894.041	1,70%	(69.910.468)	1,08%
2017	41.630.370	0,61%	116.141.473	1,69%	(74.511.103)	1,08%
2018	43.308.271	0,59%	122.304.507	1,67%	(78.996.236)	1,08%
2019	45.020.448	0,58%	128.754.325	1,66%	(83.733.877)	1,08%
2020	46.790.191	0,57%	136.584.804	1,65%	(89.794.613)	1,09%
2021	48.637.265	0,55%	143.359.802	1,63%	(94.722.537)	1,08%
2022	50.580.850	0,54%	150.683.913	1,61%	(100.103.063)	1,07%
2023	52.598.227	0,53%	158.216.390	1,60%	(105.618.163)	1,07%
2024	54.694.296	0,52%	166.039.430	1,58%	(111.345.134)	1,06%
2025	56.876.787	0,51%	173.126.771	1,56%	(116.249.984)	1,05%
2026	59.141.955	0,50%	180.117.870	1,53%	(120.975.915)	1,03%
2027	61.543.023	0,49%	188.334.629	1,51%	(126.791.606)	1,02%
2028	63.989.616	0,49%	196.531.449	1,49%	(132.541.833)	1,01%
2029	66.514.495	0,48%	203.488.276	1,46%	(136.973.781)	0,99%
2030	69.126.696	0,47%	211.207.171	1,44%	(142.080.476)	0,97%
2031	71.833.573	0,46%	217.235.198	1,40%	(145.401.625)	0,94%
2032	74.598.667	0,46%	227.263.870	1,39%	(152.665.204)	0,94%
2033	77.421.838	0,45%	235.972.439	1,38%	(158.550.601)	0,92%
2034	80.385.180	0,45%	246.031.968	1,36%	(165.646.788)	0,92%
2035	83.399.958	0,44%	255.648.591	1,35%	(172.248.634)	0,91%
2036	86.506.915	0,43%	266.482.771	1,34%	(179.975.856)	0,90%
2037	89.707.580	0,43%	278.991.163	1,34%	(189.283.584)	0,91%
2038	92.930.591	0,42%	292.395.865	1,33%	(199.465.275)	0,91%
2039	96.187.262	0,42%	306.000.357	1,33%	(209.813.095)	0,91%
2040	99.545.417	0,41%	322.567.747	1,34%	(223.022.330)	0,93%
2041	102.987.921	0,41%	335.936.805	1,34%	(232.948.884)	0,93%
2042	106.493.271	0,41%	352.847.224	1,34%	(246.353.953)	0,94%
2043	110.083.321	0,40%	368.409.044	1,34%	(258.325.722)	0,94%
2044	113.801.981	0,40%	386.392.449	1,35%	(272.590.468)	0,95%
2045	117.670.835	0,39%	401.490.543	1,35%	(283.819.708)	0,95%
2046	121.704.129	0,39%	417.347.249	1,34%	(295.643.119)	0,95%

FONTE: CGAAI/DRPSP/SPS/MPS.
Notas:
1 - Os benefícios foram calculados em conformidade com as disposições das Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e nº 47/05 e teto remuneratório constitucional.
2 - A avaliação atuarial considerou o grupo aberto com taxa de reposição de 1:1 e rotatividade nula.
3 - Idade de vinculação do servidor à Previdência Social: adotou-se a idade de 18 anos.
4 - Riscos Expirados (1): Para os servidores enquadrados nas regras de transição considerou-se 3 anos como o tempo máximo de espera pela aposentadoria integral.
5 - Riscos Expirados (2): Considerou-se que todos os demais servidores classificados como riscos expirados (ou seja, que já cumpriram todos os requisitos para se aposentar, mas ainda não o fizeram) se aposentarão em 2012 (exercício seguinte ao da avaliação atuarial), fazendo com que o fluxo financeiro, no curto prazo, fique mais conservador.
6 - Na avaliação atuarial não foi considerada a hipótese de crescimento por produtividade, apenas por mérito, de 1% ao ano.
7 - Para a atualização monetária dos fluxos financeiros foi adotado como indexador inflacionário o IPCA projetado de 4,70% para 2012, 4,50% de 2013 a 2015 e 3,50% para 2016 em diante.
8 - As alíquotas de contribuição consideradas foram de 11% para os servidores e de 22% para o Tesouro da.
9 - As contribuições dos aposentados e pensionistas foram consideradas de 11% sobre a parcela excedente a R$ 3.916,20
10 - As receitas e despesas previdenciárias referem-se aos benefícios de aposentadorias e pensões.
11 - Tábua Biométrica utilizada: IBGE 2009 extrapolada para 111 anos pelo MPS

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 53, § 1º, inciso III - Anexo XIV — R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Ativos	5.430.729	1.936.460	3.494.269
Alienação de Bens Móveis	2.159.997	1.734.483	425.514
Alienação de Bens Imóveis	3.270.732	201.977	3.068.755
TOTAL	5.430.729	1.936.460	3.494.269

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS[1] (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	5.430.729	1.511.931	3.918.798
Investimentos	2.675.056	234.598	2.440.458
Inversões Financeiras	2.578.801	1.256.604	1.322.197
Amortização/Refinanciamento da Dívida	176.872	20.728	156.143
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	5.430.729	1.511.931	3.918.798

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	EXERCÍCIO (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)
	505.591	424.529	930.120

FONTE: STN/CCONT/GEINF
[1] Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320, de 1964.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RREO - Anexo XV (ADCT, art. 77) R$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b+c)/a)
DESPESAS CORRENTES	72.325.655	75.050.472	69.426.245	4.898.051	99,03
Pessoal e Encargos Sociais	13.985.661	14.712.544	14.364.828	80.842	98,19
Juros e Encargos da Dívida	17.136	8.974	5.230	117	59,59
Outras Despesas Correntes	58.322.858	60.328.954	55.056.186	4.817.092	99,24
DESPESAS DE CAPITAL	4.839.209	5.848.426	832.354	3.404.622	72,45
Investimentos	4.780.777	5.752.206	751.326	3.394.092	72,07
Inversões Financeiras	25.500	70.120	58.235	10.530	98,07
Amortização da Dívida	32.932	26.101	22.793	0	87,33
TOTAL	77.164.864	80.898.898	78.561.272		97,11

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% (d+e)/despesas com saúde
Despesas com Saúde	77.164.864	80.898.898	70.258.599	8.302.673	100,00
(-) Encargos Previdenciários	5.635.683	6.185.521	6.156.529	19.954	7,86
(-) Juros e Encargos da Dívida	17.136	8.974	5.230	117	0,01
(-) Amortização da Dívida	32.932	26.101	22.793	0	0,03
(-) Despesas custeadas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	0,00	0	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (I)	71.479.112	74.678.303	72.356.648		92,10

CÁLCULO DO LIMITE	VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB[1] %	DESPESAS EXECUTADA Até o Bimestre/2011 (f)	Até o Bimestre/2010 (g)	VARIAÇÃO % DE APLICAÇÃO ((f)/(g) * 100) -100
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (I)	16,38	72.356.648	61.976.698	16,75

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE[2]	6.335.369	(1.463.343)	1.119.344	3.752.682	6.402.677	(486.835)	4.030.447	1.885.395

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% (h+i)/total(h+i)
Atenção Básica	12.468.504	13.256.508	11.205.119	1.870.038	18,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	36.495.805	37.806.477	33.463.008	2.870.739	50,21
Suporte Profilático e Terapêutico	6.411.228	7.091.467	6.236.939	793.686	9,72
Vigilância Sanitária	328.146	322.855	279.460	29.911	0,43
Vigilância Epidemiologica	3.309.705	3.413.749	2.640.061	721.936	4,65
Alimentação e Nutrição	404.090	389.169	364.995	14.020	0,52
Planejamento e Orçamento	48.798	32.666	7.351	20.996	0,04
Administração Geral	8.818.648	9.078.022	8.375.571	351.441	12,06
Controle Interno	16.305	10.305	5.255	3.855	0,01
Normalização e Fiscalização	59.691	69.564	48.687	19.190	0,09
Tecnologia da Informação	225.142	235.092	163.340	59.661	0,31
Formação de Recursos Humanos	276.973	273.377	135.153	127.393	0,36
Comunicação Social	146.556	153.156	97.996	54.898	0,21
Informação e Inteligência	44.827	39.107	268	15.582	0,02
Cooperação Internacional	0	0	0	0	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0	0	0	0	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	24.501	24.501	11.758	10.405	0,03
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	85.218	77.437	76.666	558	0,11
Educação Superior	196.783	213.469	110.710	93.000	0,28
Educação Infantil	9.522	9.865	9.301	276	0,01
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	73.157	66.927	21.233	37.347	0,08
Assistência aos Povos Indígenas	368.621	331.760	272.141	34.534	0,42
Saneamento Básico Rural	227.375	120.175	4.942	98.978	0,14
Saneamento Básico Urbano	1.001.735	1.206.335	202.360	966.490	1,62
Preservação e Conservação Ambiental	3.000	2.400	529	1.046	0,00
Desenvolvimento Cientifico	257.692	276.710	195.590	76.487	0,38
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	33.517	20.426	3.422	1.305	0,01
Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico	32.687	35.869	33.755	2.042	0,05
Outros Encargos Especiais	110.884	120.915	108.437	6.788	0,16
TOTAL	71.479.112	74.678.303	64.074.046	8.282.602	100,00

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Apuração dos valores feita de acordo com os critérios estabelecidos pelo art. 51, parágrafo único da Lei nº 12.309/2010, conforme Parecer PGFN/CAF nº 1.215/2006.

[1] Os recursos mínimos aplicados serão equivalentes ao valor apurado no ano anterior corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto, conforme a alínea 'b' do inciso I do art. 77 do ADCT. Os valores utilizados para o cálculo da variação nominal do PIB, de 2010 em relação a 2009, referem-se aos dados preliminares do 3º Trimestre de 2011 divulgados pelo IBGE.

[2] Estão excluídas as despesas com "Encargos Previdenciários", "Juros e Encargos da Dívida", "Amortização da Dívida" e aquelas custeadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo XVIII (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita		1.966.015.896
Previsão Atualizada da Receita		1.966.015.896
Receitas Realizadas	297.208.375	1.700.996.880
Déficit Orçamentário	-	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial		1.964.392.359
Dotação Atualizada		2.013.672.268
Despesas Empenhadas	(78.973.766)	1.676.831.327
Despesas Executadas	365.865.507	1.676.831.327
Superávit Orçamentário	-	24.165.553

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	113.002.176	1.197.463.002
Despesas Executadas	302.293.794	1.197.463.002

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	558.706.387

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	53.629.053	245.524.063
Despesas Previdenciárias (II)	50.894.805	275.213.993
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	2.734.248	(29.689.930)
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (IV)	5.717.483	24.639.895
Despesas Previdenciárias (V)	15.475.700	79.146.485
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	(9.758.218)	(54.506.590)

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Bimestre
Resultado Nominal	146.763.592
Resultado Primário	93.519.655

(1/2)

FONTE: STN/CCONT/GEINF e STN/CESEF
[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, art. 48 - Anexo XVIII R$ milhares

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	25.450.797	(1.467.129)	19.783.513	4.200.154
Poder Executivo	25.279.033	(1.464.759)	19.650.539	4.163.734
Poder Legislativo	64.939	(891)	57.200	6.848
Poder Judiciário	102.022	(1.421)	72.330	28.270
Ministério Público	4.803	(58)	3.444	1.301
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	103.442.505	(15.100.300)	54.273.387	34.068.817
Poder Executivo	100.345.646	(14.685.689)	52.377.556	33.282.401
Poder Legislativo	796.254	(107.906)	317.815	370.532
Poder Judiciário	1.976.360	(206.145)	1.393.565	376.651
Ministério Público	324.245	(100.560)	184.452	39.233
TOTAL	128.893.302	(16.567.429)	74.056.900	38.268.972

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 18% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	39.793.122	18,00	19,36

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito	566.541.477	262.219.180
Despesa de Capital Líquida	667.150.605	252.093.593

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2022	2032	2046
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	271.981.248	557.061.124	971.934.772	1.855.214.188
Despesas Previdenciárias (II)	316.600.464	666.416.067	1.202.294.135	2.562.783.153
Resultado Previdenciário (I - II)	(44.619.216)	(109.354.943)	(230.359.363)	(707.568.965)
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	33.231.650	50.580.850	74.598.667	121.704.129
Despesas Previdenciárias (V)	82.071.619	150.683.913	227.263.870	417.347.249
Resultado Previdenciário (IV - V)	(48.839.969)	(100.103.063)	(152.665.204)	(295.643.119)
Repasse Recebido para Cobertura de Déficit do RPPS (VI)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.936.460	3.494.269
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	1.511.931	3.918.798

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Nominal do PIB %	Despesas Executadas		Variação % de Aplicação
		Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	16,38	72.356.648	61.976.698	16,75

FONTE: STN/CCONT/GEINC

(2/2)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TABELAS ADICIONAIS

TABELA 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LDO - Lei nº 12.309/2010, art. 53 R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (b-d)
			No Bimestre (c)	% (c/b)	Até o Bimestre (d)	% (d/b)	
RECEITAS CORRENTES	460.693.581	460.693.581	89.506.435	19,43	470.002.107	102,02	(9.308.526)
Receita Tributária	413.085	413.085	76.067	18,41	417.033	100,96	(3.949)
Receita de Contribuições	440.434.228	440.434.228	86.681.087	19,68	447.791.128	101,67	(7.356.900)
Receita Patrimonial	4.749.469	4.749.469	1.018.549	21,45	5.590.487	117,71	(841.018)
Receita Agropecuária	69	69	0	0,00	0	0,00	69
Receita Industrial	1.072	1.072	0	0,00	552	51,48	520
Receita de Serviços	6.595.632	6.595.632	30.552	0,46	6.272.623	95,10	323.010
Transferências Correntes	34.990	34.990	345	0,99	562	1,60	34.429
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	8.465.035	8.465.035	1.699.834	20,08	9.929.723	117,30	(1.464.688)
RECEITAS DE CAPITAL	143.380	143.380	53.448	143,07	202.557	174	(59.177)
Operações de Crédito	3.130	3.130	3.360	107,36	3.373	107,78	(243)
Alienação de Bens	140.250	140.250	50.087	35,71	93.268	66,50	46.982
Transferências de Capital	0	0	0	0,00	105.915	0,00	(105.915)
SUBTOTAL (I)	460.836.961	460.836.961	89.559.883	19,43	470.204.664	102,03	(9.367.703)
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	63.719.609	-	-
TOTAL (I + II)	460.836.961	460.836.961	89.559.883	19,43	533.924.273	115,86	(73.087.312)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EXECUTADAS						SALDO A EXECUTAR (f-j-k)
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em RP não-processados (k)	% (j+k/f)	
			No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
DESPESAS CORRENTES	507.956.548	531.182.956	93.946.013	527.067.007	97.463.715	520.572.286	6.494.721	99,23	4.115.949
Pessoal e Encargos Sociais	92.551.425	95.939.057	19.322.953	95.385.378	19.071.919	95.075.700	309.678	99,42	553.678
Juros e Encargos da Dívida	25.157	16.000	530	6.041	448	5.924	117	37,76	9.959
Outras Despesas Correntes	415.379.966	435.227.900	74.622.530	431.675.588	78.391.347	425.490.662	6.184.926	99,18	3.552.312
DESPESAS DE CAPITAL	7.520.867	8.870.066	4.324.529	6.857.266	859.652	1.542.703	5.314.562	77,31	2.012.800
Investimentos	7.453.006	8.765.158	4.268.149	6.761.794	810.265	1.457.761	5.304.033	77,14	2.003.364
Inversões Financeiras	26.107	70.615	54.309	69.259	47.146	58.730	10.530	98,08	1.355
Amortização da Dívida	41.754	34.293	2.072	26.213	2.241	26.213	0	76,44	8.080
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.390.067	97.030	0	0	0	0	0	0,00	97.030
SUBTOTAL (III)	519.867.481	540.150.051	98.270.542	533.924.273	98.323.366	522.114.989	11.809.283	98,85	6.225.778
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	519.867.481	540.150.051	98.270.542	533.924.273	98.323.366	522.114.989	11.809.283	98,85	6.225.778

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Continua (1/2)

Notas:
a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.
c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: . Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; . Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TABELA 9-A - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
Continuação
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LDO - Lei nº 12.309/2010, art. 53 R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
		No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS CORRENTES	52.495.229	7.929.313	50.460.237	2.034.992
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	51.955.558	7.852.053	49.981.918	1.973.640
Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	30.681.321	5.485.976	31.597.869	(916.548)
Receita de Parcelamentos - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	194.165	5.714	35.721	158.444
Cota-Parte da Contribuição Sindical	117.097	22.498	88.397	28.700
Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	(2.853)	(3.191)	3.191
Receita de Parcelamentos - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	566	2.630	(2.630)
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	382.201	74.595	405.088	(22.887)
Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	56	0	38	18
Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	10.913	1.531	8.618	2.295
Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	7.319	226	2.550	4.769
Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	481.200	49.675	411.615	69.585
Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	9.068	1.498	6.852	2.216
Prêmios Prescritos da Loteria Federal	27.169	0	11.984	15.186
Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva - Modalidade Futebol ("Timemania")	3.482	230	1.808	1.674
Outros Prêmios Prescritos	1.108	0	433	676
Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP	7.921.709	846.828	6.009.143	1.912.566
Receita de Parcelamentos - Contribuições para o PIS/PASEP	39.191	741	5.655	33.536
Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	12.045.133	1.363.115	11.385.936	659.196
Receita de Parcelamentos - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	34.425	1.100	6.926	27.499
Outras Contribuições Sociais	0	0	1	(1)
Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP - Intra	0	1	7	(7)
Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - Intra	0	(1)	(18)	18
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal	0	380	2.316	(2.316)
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Bombeiros Militares do Distrito Federal	0	231	1.540	(1.540)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	539.670	77.259	478.319	61.352
Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	131.486	35.288	179.820	(48.334)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	18.091	757	4.723	13.369
Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira	0	372	2.098	(2.098)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira.	0	56	260	(260)
Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP	40.419	5.809	36.871	3.548
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP	3.540	90	687	2.853
Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	81.990	16.475	87.367	(5.377)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	4.212	190	1.179	3.033
Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos	0	0	11	(11)
Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	3	0	2	0
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	12.226	1.705	9.466	2.760
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	4.097	123	744	3.352
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira	0	28	271	(271)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira	0	0	0	(0)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	3.330	327	2.099	1.231
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	971	14	114	857
Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	4.380	852	5.890	(1.510)
Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	883	35	207	676
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	80.860	7.773	91.569	(10.709)
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	38.708	868	5.230	33.477
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	52	1.397	(1.397)
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	0	0	1	(1)
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	68.900	1.977	18.344	50.556
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	10.160	148	1.106	9.054
Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	27.426	4.078	27.379	48
Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	7.990	240	1.471	6.519
Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP - Intra	0	0	13	(13)
Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - Intra	0	0	0	(0)
TOTAL	52.495.229	7.929.313	50.460.237	2.034.992

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

TABELA 14 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	135.979.555	39.863.774	11.558.824	3.238.369	1.337.963	8.143.417	64.142.347	200.121.902
A detalhar	1.606.858	314.039	60.001	9.728	11.746	87	395.600	2.002.458
Pessoal Civil	91.540.829	39.534.182	11.497.776	3.211.704	1.326.217	6.421.533	61.991.413	153.532.242
Vencimentos e Vantagens Fixas	42.770.772	19.930.614	6.114.820	2.140.957	841.998	2.303.283	31.331.671	74.102.443
Outras Despesas Variáveis	266.070	185.528	80.750	63.009	131.926	132.666	593.880	859.950
Aposentadoria	21.069.801	10.426.300	2.491.823	0	0	2.807.417	15.725.540	36.795.341
Pensões	11.532.798	3.143.589	785.752	0	0	515.032	4.444.373	15.977.172
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	104	0	8	155.042	32.921	0	187.972	188.075
Obrigações Patronais	8.263.500	4.202.318	1.408.701	766.774	215.093	35.713	6.628.599	14.892.099
Outras Aplicações[1]	7.637.784	1.645.833	615.922	85.922	104.279	627.422	3.079.377	10.717.161
Pessoal Militar	42.831.868	15.554	1.046	16.937	0	1.721.798	1.755.334	44.587.202
Vencimentos e Vantagens Fixas	14.498.709	69	0	0	0	1.668.310	1.668.379	16.167.089
Outras Despesas Variáveis	1.325.926	0	0	0	0	53.488	53.488	1.379.414
Reformas	13.905.782	0	0	0	0	0	0	13.905.782
Pensões	12.522.196	0	(0)	57	0	0	57	12.522.253
Obrigações Patronais	296.480	11.590	1.025	12.667	0	0	25.283	321.763
Outras Aplicações[1]	282.775	3.894	20	4.213	0	0	8.127	290.902
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	41.373	0	0	0	0	0	0	41.373
Transferências a Estados e ao DF	41.373	0	0	0	0	0	0	41.373
TOTAL (A)	136.020.928	39.863.774	11.558.824	3.238.369	1.337.963	8.143.417	64.142.347	200.163.275
EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	134.595.540	38.877.641	11.279.171	3.217.194	1.323.008	8.147.558	62.844.572	197.440.112
Pessoal Civil	91.804.599	38.862.121	11.278.152	3.200.257	1.323.008	6.425.760	61.089.297	152.893.896
Vencimentos e Vantagens Fixas	31.652.934	11.455.104	3.770.307	1.945.923	799.356	2.267.049	20.237.739	51.890.674
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	10.960.590	8.399.587	2.309.581	191.987	41.638	36.233	10.979.026	21.939.617
Outras Despesas Variáveis	265.170	179.921	75.445	61.462	131.905	132.666	581.399	846.569
Aposentadoria	21.058.581	10.414.556	2.487.063	0	0	2.807.415	15.709.034	36.767.615
Pensões	11.526.545	3.138.826	784.949	0	0	514.481	4.438.257	15.964.802
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	104	0	8	153.940	31.805	0	185.753	185.857
Obrigações Patronais	8.160.415	4.146.317	1.387.916	763.341	214.641	35.494	6.547.709	14.708.124
Outras Aplicações[1]	8.180.260	1.127.809	462.883	83.603	103.663	632.422	2.410.380	10.590.640
Pessoal Militar	42.790.942	15.521	1.019	16.937	0	1.721.798	1.755.275	44.546.216
Vencimentos e Vantagens Fixas	14.479.972	72	0	0	0	1.668.310	1.668.382	16.148.354
Outras Despesas Variáveis	1.329.805	0	0	0	0	53.488	53.488	1.383.293
Reformas	13.892.393	0	0	0	0	0	0	13.892.393
Pensões	12.516.151	0	0	57	0	0	57	12.516.208
Obrigações Patronais	294.922	11555	1.018	12.667	0	0	25.240	320.162
Outras Aplicações[1]	277.699	3894	2	4.213	0	0	8.108	285.808
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	41.373	0	0	0	0	0	0	41.373
Transferências a Estados e ao DF	41.373	0	0	0	0	0	0	41.373
TOTAL (B)	134.636.913	38.877.641	11.279.171	3.217.194	1.323.008	8.147.558	62.844.572	197.481.485
A EXECUTAR (% A/B)	1,0	2,5	2,4	0,7	1,1	(0,1)	2,0	1,3

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.
[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA 47, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto nas Portarias MF nº 183, de 31 de julho de 2003, respectivamente, e em conformidade com a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 38.673 (trinta e oito mil, seiscentos e setenta e três) Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, no valor econômico de R$ 85.816.989,95 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) em favor do Banco Central do Brasil - BCB em permuta por títulos CVS, observadas as seguintes características:

TÍTULO	VENCIMENTO	PU (R$)	QUANTIDADE	VALOR ECONÔMICO (R$)
NTN-B	15/08/2016	2.219,041449	38.673	85.816.989,95

§ 1º Os títulos NTN- B terão também as seguintes características:
I - data base: 15 de julho de 2000;
II - taxa de juros: seis por cento ao ano;
III - modalidade: nominativa;
IV - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);
V - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a data base do título;
VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título;
VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento;
VIII - os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º A emissão descrita no art. 1º será realizada em permuta por títulos CVS pertencentes a aquele Banco, os quais serão cancelados, com as seguintes características:

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
CVSA970101	1/1/2027	47.856
CVSB970101	1/1/2027	284
CVSC970101	1/1/2027	3.215
CVSD970101	1/1/2027	18
TOTAL		51.373

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º , inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, verificou-se a paralisação das obras e serviços de implantação; e a não apresentação da escrituração contábil necessária a confirmar a regularidade da aplicação da verba recebida;

Considerando que a Empresa ÁUREA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.027.061/0001-00, teve seu projeto aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.871, de 30 de novembro de 1989, no âmbito da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, e posteriormente enquadrado na nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução Condel/Sudam nº 7.350, de 24 de janeiro de 1992, com o objetivo de implantar o serviço de hotelaria, no Município de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que apesar do indeferimento da defesa escrita apresentada, em sede de recurso administrativo houve a reconsideração da decisão anteriormente adotada, dando parcial provimento ao recurso interposto. No tocante aos pedidos do recurso em que não houve a reconsideração, estes tiveram seu provimento negado, conforme Despacho nº 70, de 22 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 246, Seção 1, p. 50, em 23 de dezembro de 2011;

Considerando a constatação da inviabilidade do projeto exarada no Parecer Técnico s/nº, de 27 de janeiro de 2010; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000031/2007-68, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores não configurou desvio na aplicação de recursos do Finam; resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, sem desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa ÁUREA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.027.161/0001-00, com fulcro no art. 12, § 4º, inc. III, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991.

HENRIQUE SAMPAIO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 153, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão realizada no dia 18 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia n.º 2002.01.05897, resolve:

Retificar a Portaria n.º 3779 de 29 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 01 subseqüente, declarar anistiado político "post mortem" EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES, filho de ELVIRA DULCE MONTENEGRO GUIMARÃES, e conceder efeitos retroativos da data do óbito em 22.05.2002 a 09.01.1997, calculado sob uma prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.207,75 (três mil, duzentos e sete reais e setenta e cinco centavos), o que perfaz o valor de R$ 223.794.03 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e três centavos), em favor dos sucessores, se houver, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 154, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 82ª Sessão realizada no dia 07 de dezembro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.20213 / 2003.01.27177, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de ALBERTO NAPOLEÃO CASTRO portador do CPF nº 547.882.427-53, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 155, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2003.01.34112, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de MIGUEL TOMAZ SOARES filho de SANTINA DE BRITO BARBOSA, formulado por MARIA DO NASCIMENTO SOARES, portadora do CPF nº. 568.559.744-49.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 156, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 118ª Sessão realizada no dia 17 de novembro de 2011, no Requerimento de Anistia n.º 2003.01.37109, resolve:

Retificar a Portaria n.º 0659 de 29 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 03 subseqüente, declarar anistiado político "post mortem" FRANCISCO LUCIANO LEPERA, filho de ADELINA BALDASSARI, e conceder, a Sra. SILVIA HELENA BISPO LEPERA, portadora de CPF 982.495.258-68, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.671,87 (dois mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 17.11.2009 a 09.12.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 379.895,38 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), ante a ausência de dependentes econômicos, o valor do retroativo deverá ser transferido aos sucessores, se houver, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 157, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Julgamento, realizada no dia 14 de setembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2006.01.55581, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de NEWTON NUNES D'AVILA MELLO filho de MARIA STELLA NUNES D'AVILA MELLO, formulado por SARITA D'AVILA MELLO, portadora do CPF nº. 006.318.838.43.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 158, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Julgamento da Caravana da Anistia, na cidade de Recife / PE, realizada no dia 30 de setembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2007.01.56759, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem", em favor de SEVERINO MARQUES BRITO filho de BENVINDA MARIA DA CONCEIÇÃO, formulado por LUZINETE MARQUES BRITO, portadora do CPF nº. 933.775.334-00.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 159, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão realizada no dia 09 de novembro de 2011, no Requerimento de Anistia n.º 2009.01.63797, resolve:

Declarar GERALDO GONÇALVES PEREIRA filho de AMARA GONÇALVES DA SILVA, anistiado político "post mortem", conceder a NILZA GONÇALVES PEREIRA portadora do CPF nº 047.288.154-04, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 09.11.2011 a 23.04.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 71.453,20 (setenta e um mil, quatrocentos e cinqüenta e três reais e vinte centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 160, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Porto Alegre / RS, realizada no dia 26 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64638, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK filho de LÚCILIA DE FREITAS BECK, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 161, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2009.01.65721, resolve:

Declarar REALINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, portador do CPF nº. 041.605.416-15, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 162, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Foz de Iguaçu / PR realizada no dia 14 de outubro de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68050, resolve:

Declarar JOEL JOSE DE CARVALHO CAMPOS filho de ESTER CAMPOS, anistiado político "post mortem", conceder a MARIA DAS GRAÇAS SOUZA portadora do CPF nº 030.048.268-01, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.644,44 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 14.10.2011 a 21.09.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 208.479,40 (duzentos e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), que seja encaminhada cópia dos autos à Comissão Nacional da Verdade, para que apure os fatos narrados nos autos, em especial, as torturas sofridas no DOPS/SP, nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 163, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Salvador / BA, realizada no dia 06 de dezembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2010.01.68065, resolve:

Declarar TANIA AARÃO REIS, portadora do CPF nº. 023.411.997-71, anistiada política, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 164, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Recife / PE, realizada no dia 30 de setembro de 2011, no Requerimento de Anistia nº. 2010.01.68243, resolve:

Declarar GERALDO AZEVEDO DE AMORIM, portador do CPF nº. 204.124.447-04, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO DO CONSELHEIRO-RELATOR
Em 26 de janeiro de 2012

Nº 1 -
Ato de Concentração nº 08012.008074/2009-11
Requerentes: JBS S.A. e Bertin S.A.
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que desde 19 de janeiro de 2012 o quórum deste E. Conselho restou reduzido a cinco membros, e que o Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça encontra-se impedido para manifestação no Processo n. 08012.008074/2009-11, visto ter sido autor do Parecer SEAE apresentado no referido ato de concentração, constata-se que o Plenário deste Conselho não apresenta o quórum mínimo necessário ao julgamento do mencionado processo, o qual tem por requerentes as empresas JBS S.A. e Bertin S.A.

Portanto, no tocante ao Processo n. 08012.008074/2009-11, declaro automaticamente interrompida a contagem do prazo de tramitação referida no §6º do art. 54 da Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, iniciando-se a nova contagem imediatamente após a recomposição do quórum, nos termos do art. 4º, §5º, da Lei nº 8.884/94 e do art. 4º do Regimento Interno do CADE.

Por reconhecer existirem outros processos neste Conselho em situação processual análoga, remeto este despacho para Procuradoria do CADE para manifestação e demais providências necessárias à unificação de procedimentos nesta autarquia.

MARCOS PAULO VERISSIMO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 159, DE 10 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4143/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONAN SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 04.122.786/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 2108/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 169, DE 10 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4811/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HUMMER SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 06.982.643/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 17/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 251, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/28 / DPF/JPN/RO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CIESE - CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0002-39, sediada em RONDÔNIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

45000 (quarenta e cinco mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 284, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/49 / DPF/JVE/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0078-14, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

11 (onze) Espingarda(s) calibre 12,

24 (vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

154 (cento e cinquenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 286, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3631/DPF/NRI/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNIVERSO SYSTEM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.677.568/0002-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar no RIO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 2434/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 316, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4990/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEDESCO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.524.716/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 2523/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 319, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4793 / DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, sediada no PARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

3 (três) Espingarda(s) calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 320, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4886/DPF/RDO/PA, resolve: CONCEDER autorização, à empresa GPS VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.095.461/0002-15, especializada em segurança privada, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no PARÁ.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.039, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000058/2012-39-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/4095 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 13.974, de 18 de novembro de 2011, publicada no DOU em 24 de novembro de 2011. Onde se lê: "Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército: 29 (vinte e nove) revólveres calibre 38 e 522 (quinhentos e vinte e dois) cartuchos de munição calibre 38"; Leia-se: "Em estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento logístico do Comando do Exército: 22 (vinte e dois) revólveres calibre 38 e 522 (quinhentos e vinte e dois) cartuchos de munição calibre 38 e da empresa cedente SÃO PAULO FORT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 06.303.520/0001-50: 7 (sete) revólveres calibre 38".

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.041, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000050/2012-72-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/4923 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 14.417, de 09 de janeiro de 2012, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2012. Onde se lê: "ALVARÁ 14.417"; Leia-se: "ALVARÁ 42".

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 10.042, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000053/2012-14-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/4447 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 14.420, de 09 de janeiro de 2012, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2012. Onde se lê: "ALVARÁ 14.420"; Leia-se: "ALVARÁ 43".

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 10.043, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000056/2012-40-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/4394 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 14.418, de 09 de janeiro de 2012, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2012. Onde se lê: "ALVARÁ 14.418"; Leia-se: "ALVARÁ 45".

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 10.044, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000059/2012-83-CGCSP/DIREX, referente ao processo 2011/4929 - GESP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 14.419, de 09 de janeiro de 2012, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2012. Onde se lê: "ALVARÁ 14.419"; Leia-se: "ALVARÁ 46".

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 10.046, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.023329/2011-31-SR/DPF/CE resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OSASUNA PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.941.904/0001-00, para atuar no CEARÁ.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.057, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08362.006733/2011-11-DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRANCO CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº 04.893.215/0001-30, sediada no Estado do PARÁ para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, petrechos para recarga de munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 30.000 (trinta mil) Espoletas calibre 38;
- 1.500 (mil e quinhentas) Espoletas calibre 12;
- 1.000 (mil) Cartuchos de munição calibre .380;
- 2.000 (duas mil) Gramas de pólvora.

o prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.062, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.029934/2011-26-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de Vigilância Patrimonial , válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 60.889.573/0001-40, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 33419, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.064, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08520.015750/2011-80-SR/DPF/SE, resolve:

Conceder autorização à empresa E.S.V - EMPRESA SERGIPANA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 16.208.738/0001-89, sediada no Estado de SERGIPE para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 05 (cinco) Revólveres calibre 38;
- 90 (noventa) Cartuchos de munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.065, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000073/2012-87-CGCSP/DIREX (GESP-2011/5017), resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 40, de 10.01. 2012, publicado no D.O.U. em 10.01.2012;

b) Conceder autorização à empresa COPSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 03.038.653/0001-58, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

- 232 (duzentos e trinta e dois) Revólveres calibre 38;
- 2.370 (dois mil trezentos e setenta) cartuchos de munição calibre 38, pertencentes a empresa CENTURION SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA CNPJ/MF 67.668.194/0001-79;

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 10.001, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.035715/2011-16, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização concedida à empresa VIG MAN VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 00.788.199/0001-64, localizada no Rio de Janeiro.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de janeiro de 2012

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 101 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.011058/2011-12 em que são Requerentes: Editora Schwarcz S/A e Pearson Education do Brasil Ltda. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 102 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.000127/2012-43 em que são Requerentes: Apollo Investment Fund VII, L.P. e Taminco International S.a.r.l. Advs.: José Augusto Regazzini e outros.

Nº 103 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.000237/2012-13 em que são Requerentes: Robert Bosch GmbH; Bosch Power Tec GmbH e Conergy AG. Advs.: José Alexandre Buaiz Neto e outros.

Nº 104 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.001273/2010-24. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo - Grupo Especial de Delitos Econômicos. Representados: Aquecedor Solar Transsen Ltda.; Astéria Incorporações Ltda.; Enalter Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.; Heliotek Máquinas e Equipamentos Ltda.; Soletrol Tecnologia em Energias Renováveis e Obras Ltda.; Tuma Instalações Térmicas Ltda, Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA), José Ronaldo Kulb e Paulo Sérgio Ferrari Mazzon. Advogado(s): Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffman Formiga.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do DPDE, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com base no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, determinar (i) a instauração de Processo Administrativo, com fulcro no artigo 32 da Lei nº 8.884/94 e no artigo 47 da Portaria MJ nº 456/2010, em face de Aquecedor Solar Transsen Ltda., Astéria Incorporações Ltda., Enalter Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., Heliotek Máquinas e Equipamentos Ltda., Soletrol Tecnologia em Energias Renováveis e Obras Ltda., Tuma Instalações Térmicas Ltda., Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA), José Ronaldo Kulb e Paulo Sérgio Ferrari Mazzon, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 20, incisos I a IV c/c artigo 21, incisos I, II, III e VIII, ambos da Lei nº 8.884/94 e (ii) a notificação dos Representados, nos termos do art. 33 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 15 (quinze dias).

Nº 105 - Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.008654/2009-09. Representante: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Representados: Mercado de distribuição e revenda de GLP (P13) e de Combustíveis Líquidos de Feira de Santana/BA.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei n.º 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a promoção de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei n.º 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

Nº 106 - Ref.: Averiguação Preliminar 08012.001397/2008-95. Representante: Consórcio Gemini. Advogados: Bolívar Moura Rocha e outros. Representado: Companhia Paulista de Gás s/A - Comgás. Advogados: Gabriel Nogueira Dias e outros.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do DPDE, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e com base no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento da presente Averiguação Preliminar em virtude da insuficiência de indícios de infração à ordem econômica, com remessa dos autos de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ 456/2010.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO DA DIRETORA
Em 26 de janeiro de 2012

Nº 5 - Protocolo n. 08012.004139/2002-75. Representante: Associação Brasileira dos Produtores de Cal. Representado: CALBRÁS - Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda.

Compulsando os autos verifico que restaram frustradas as tentativas de intimar a empresa para manifestação em sede de Alegações Finais.

Diante do exposto determino o encaminhamento dos autos do processo de número 08012.004139/2002-75 para que seja publicado Edital de Citação.

JULIANA PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo N° 08391.006865/2011-04 - ROSA LEOCADIA SALAZAR CACERES

Processo N° 08102.008749/2010-49 - ANTONIO STRAVATO

Processo N° 08702.006003/2011-12 - HU CHUNHONG e ZHANG HONGWEI

Processo N° 08104.000573/2010-67 - NANCY JOSEE JOS VAN BAELEN

Processo N° 08501.013615/2011-28 - RICHARD MARCELO CHERIFF RODRIGUEZ.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo N° 08102.002499/2010-33 - HASSAN LECHKAB

Processo N° 08310.009781/2011-77 - ANTONIO DE OLIVEIRA MAIA

Processo N° 08102.000588/2010-45 - AARON CARLTON ROHR

Processo N° 08102.010292/2011-13 - GEORG HERBERT ECKERT

Processo N° 08400.013528/2011-17 - NIKICA GUNJACA

Processo N° 08102.001155/2010-15 - JOHN CHARLES GOMES DE FONSECA ROBBINS

Processo N° 08386.031769/2011-65 - ANGEL VASILEV VASILEV

Processo N° 08505.005073/2011-80 - LARS KRUSE

Processo N° 08102.008081/2010-30 - HEIKO KESSLER

Processo N° 08420.031948/2010-58 - MIGUEL BERNARD GAGE

Processo N° 08102.004393/2010-74 - PETER HERMANN PFANDER

Processo N° 08102.008705/2010-19 - ANTONIO INGENITO

Processo N° 08390.003430/2011-18 - FRANCESCO CALDERONI

Processo N° 08495.002815/2011-81 - BASSEL ALI FAHS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08495.005528/2011-23 - RUBEN DARIO DE AVILA

Processo N° 08505.056771/2011-43 - FABIO RENE GONZALEZ

Processo N° 08505.042767/2011-06 - CLAUDIA SOLEDAD CABRERA

Processo N° 08505.042764/2011-64 - CRISTINA AKI KATO

Processo N° 08460.018160/2011-61 - MARCELA VICTORIA DOBARRO.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo N° 08280.050388/2011-63 - JUAN EMILIO TORRES ENCISO.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente. Processo N° 08391.008953/2011-32 - NILDA ROSA ROJAS LOPEZ, DANIELA ROJAS LOPEZ e GUSTAVO ROJAS LOPEZ.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08441.004737/2011-85 - ANTONIO NUNEZ DIAZ

Processo N° 08441.004339/2011-69 - JIMENA CARDOZO SIGNORELLI

Processo N° 08386.034324/2011-37 - JONH PIERO CAMPOS MEDINA.

INDEFIRO o pedido de permanência, por não restar demonstrada a efetiva existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "b", da Lei n° 6.815/80. Processo N° 08505.037703/2010-02 - PEDRO VILLALBA TOLEDO, JADICHI JAZMIN VILLALBA AGUIRRE, CLAUDINA AGUIRRE CENTURION e PEGGY MARLY VILLALBA AGUIRRE.

CARLOS EUGÊNIO REZENDE E SILVA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08508.013467/2011-81 - FENGGANG GONG, até 26/12/2012

Processo Nº 08257.005370/2011-02 - CARA KNAUB SNYDER, até 30/03/2013

Processo Nº 08508.013480/2011-31 - JIANWEI LIN, até 26/12/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08353.002737/2011-30 - CESAR GOMEZ HERNANDEZ, até 21/10/2012

Processo Nº 08353.002788/2011-61 - JOIELLINE PHAMBU KUMBUMBA, até 12/02/2013

Processo Nº 08444.004473/2011-30 - JOSÉ MANUEL MARCOLINO, até 28/08/2012

Processo Nº 08460.025708/2011-29 - CATARINA ALEXANDRA FIGUEIREDO SOARES CARDOSO, até 09/09/2012

Processo Nº 08501.016256/2011-61 - SIOMARA BARROS DIAS DA TRINDADE, até 07/01/2013

Processo Nº 08501.016257/2011-13 - JOARENA ESMERALDA DOERFAL ANDRE, até 30/01/2013

Processo Nº 08501.016298/2011-00 - RAFAEL JORGE LOPES OLIVEIRA, até 27/02/2013

Processo Nº 08505.099122/2011-37 - MARA FRANGELLA, até 19/02/2013

Processo Nº 08505.099166/2011-67 - VICTOR MBESI WAFULA, até 05/02/2013

Processo Nº 08505.099119/2011-13 - SANDRA GAZZONI, até 01/01/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000859/2012-72 - TYLER JAMES LOMAS, até 17/02/2013

Processo Nº 08000.000860/2012-05 - BENJAMIN DANIEL CARLISLE, até 17/02/2013

Processo Nº 08000.000861/2012-41 - ANDREW MORGAN MAUGHAN, até 15/02/2013

Processo Nº 08000.000862/2012-96 - SARA COLLEEN MICHAEL, até 15/02/2013

Processo Nº 08000.000863/2012-31 - MARCO ANTONIO MUMMEY, até 15/02/2013

Processo Nº 08000.000864/2012-85 - LORI ANN LUND, até 17/02/2013

Processo Nº 08000.000865/2012-20 - REED TALMADGE HARSTON, até 17/02/2013

Processo Nº 08000.020384/2011-50 - DARRELL LAWRENCE SWALLOM, até 25/01/2013

Processo Nº 08000.020386/2011-49 - MCKORD KIRK HARRIS, até 20/01/2013.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Determino a Republicação do deferimento da prorrogação do prazo de estada no País até 11/08/2012, na forma do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo N° 08000.001481/2011-43 - ATHANASIOS BADRAS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 21/09/2010, Seção 1, pág. 41. Processo N° 08000.003586/2010-56 - ANDRZEJ ZBIGNIEW GRABOWSKI.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 05/11/2010, Seção 1, pág. 50. Processo N° 08000.006354/2010-50 - PIOTR JOZEF WOZNIAK.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 31/08/2010, Seção 1, pág. 58. Processo N° 08000.003346/2010-51 - LIZETH VELA CONTRERAS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 03/09/2010, Seção 1, pág. 54. Processo N° 08000.003394/2010-40 - AMADOR LABIDES PAQUIBOT.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado. Processo N° 08240.028731/2011-60 - LIU HOUJUN.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado. Processo N° 08505.099097/2011-91 - CHENG LI.

INDEFIRO o pedido de prorrogação, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980. Processo Nº 08000.019578/2011-11 - PABLO CARRASCOSA SALMORAL.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.071218/2011-31 - JAIME LEONARDO MENDOZA CANAS, até 01/10/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.005874/2011-16 - JOÃO PAULO ESTEVES, até 25/01/2013

Processo Nº 08354.005912/2011-31 - VICTOR MANUEL TORALES MARTINEZ, até 09/01/2013

Processo Nº 08364.002015/2011-56 - CLEIDE PATRICIA DE SOUSA FERNANDES, até 30/01/2013

Processo Nº 08364.002162/2011-26 - ROSA JULIO FERREIRA, até 30/01/2013

Processo Nº 08444.005330/2011-45 - JIMMY FERNANDO TARRILLO OLANO, até 30/01/2013

Processo Nº 08444.005661/2011-85 - JOSEFINA CARDOZO JARA, até 01/10/2012

Processo Nº 08495.004387/2011-21 - ELISANDRA LORENA DIOGO MORAIS, até 31/03/2012

Processo Nº 08495.004393/2011-89 - JAIME ANDRES LOZANO CADENA, até 18/01/2013

Processo Nº 08495.004778/2011-46 - MARIA LAURA OSTA VAZQUEZ, até 13/02/2013

Processo Nº 08495.005023/2011-69 - QIANG WANG, até 05/06/2012

Processo Nº 08505.049158/2011-70 - JENNY CAROLINA GAMEZ LOZANO, até 06/08/2012

Processo Nº 08505.052683/2011-72 - JUAN CARLOS CUTIPA LUQUE, até 18/08/2012

Processo Nº 08505.071158/2011-56 - LINA MARIA VARON CARDONA, até 18/09/2012

Processo Nº 08505.071203/2011-72 - LENIN MARCELO PAREDES TOBAR, até 14/10/2012.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, diante do término do curso. Processo Nº 08505.064954/2011-32 - AUSBERTA JESUS CABEZAS GARCIA.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 02/01/2012, Seção 1, pág. 48, Onde se lê: Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.

Processo Nº 08260.007192/2007-19 - Valeria Giannella Alves

LEIA-SE: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08260.007192/2007-19 - VALERIA GIANNELLA ALVES.

No Diário Oficial da União de 20/10/2011, Seção 1, pág. 37, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo N° 08000.012645/2011-68 - MARK MC MICHAEL MANCERA

LEIA-SE: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo N° 08000.012645/2011-68 - MARK MC MICHAEL MANCERA, até 21/09/2013.

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Interministerial MPS/MF/Nº 2, de 6 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 9/1/2012, Seção 1, página 59, onde se lê: "Art. 1º Os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2012, em 6,08% (seis inteiros e oito décimos por cento)", leia-se: "Art. 1º Os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2012, em 6,08% (seis inteiros e oito centésimos por cento).

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MTPS nº 24000.003384/91, sob o comando nº 349118360 e juntada nº 350533512, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração da denominação do Plano de Previdência SPASAPREV para Plano de Previdência ALPAPREV proposta para o Regulamento do Plano de Previdência SPASAPREV - CNPB: 2000.0067-11, administrado pela SPASAPREV - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS RONALDO MARTINS ANGOTI

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.281, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011(*)

Estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.273/GM/MS, de 21 de novembro de 2000, que estabelece mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência a Queimados e aprova as Normas para Cadastramento de Centros de Referência em Assistência a Queimados - Alta Complexidade;

Considerando a necessidade de melhorar a assistência oferecida às vítimas de queimaduras no país, reduzir os riscos de complicações nos quadros clínicos e minimizar a possibilidade de sequelas físicas e estéticas nos pacientes; e

Considerando a Portaria nº 1.009/SAS/MS, de 30 de dezembro de 20111, que inclui a Órtese, Prótese e Materiais (OPM), Matriz de Regeneração Dérmica, na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recurso financeiro no montante de R$ 1.831.375,32 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos), a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Fundos de Saúde dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Código	Município	Valor Anual
AC	120000	GESTAO ESTADUAL ACRE	619,83
AP	160000	GESTAO ESTADUAL AMAPA	206,61
BA	290000	GESTAO ESTADUAL BAHIA	206,61
BA	291360	ILHEUS	413,22
BA	291465	ITABELA	206,61
BA	292740	SALVADOR	619,83
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	206,61
CE	230440	FORTALEZA	70.624,32
DF	530000	GESTAO DISTRITO FEDERAL	28.084,44
ES	320000	GESTAO ESTADUAL ESPIRITO SANTO	2.479,32
GO	520800	FORMOSA	413,22
GO	520870	GOIANIA	206,61
GO	521830	POSSE	1.239,66
MA	210140	BALSAS	206,61

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MA	210530	IMPERATRIZ	206,61
MA	210570	LAGO DA PEDRA	206,61
MA	210990	SANTA INES	206,61
MA	211130	SAO LUIS	206,61
MG	310000	GESTAO ESTADUAL MINAS GERAIS	3.305,76
MG	310160	ALFENAS	206,61
MG	310560	BARBACENA	206,61
MG	310620	BELO HORIZONTE	3.512,37
MG	311860	CONTAGEM	206,61
MG	313670	JUIZ DE FORA	206,61
MG	313940	MANHUACU	206,61
MG	314330	MONTES CLAROS	413,22
MG	315460	RIBEIRAO DAS NEVES	206,61
MG	316860	TEOFILO OTONI	206,61
MG	317010	UBERABA	206,61
MG	317020	UBERLANDIA	206,61
MS	500270	CAMPO GRANDE	619,83
MT	510340	CUIABA	206,61
PA	150000	GESTAO ESTADUAL PARA	17.975,07
PA	150140	BELEM	413,22
PA	150220	CAPANEMA	2.272,71
PB	250400	CAMPINA GRANDE	206,61
PB	250750	JOAO PESSOA	619,83
PE	260000	GESTAO ESTADUAL PERNAMBUCO	8.677,62
PI	221100	TERESINA	2.479,32
PR	410000	GESTAO ESTADUAL PARANA	1.652,88
PR	410690	CURITIBA	399.173,85
PR	410830	FOZ DO IGUACU	206,61
PR	411370	LONDRINA	413,22
PR	411520	MARINGA	206,61
RJ	330000	GESTAO ESTADUAL RIO DE JANEIRO	413,22
RJ	330050	BOM JARDIM	206,61
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.033,05
RJ	330190	ITABORAI	206,61
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	206,61
RJ	330390	PETROPOLIS	206,61
RJ	330430	RIO BONITO	206,61
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	101.423,73
RJ	330580	TERESOPOLIS	206,61
RJ	330610	VALENCA	413,22
RN	240000	GESTAO ESTADUAL RIO GRANDE DO NORTE	1.446,27
RN	240260	CEARA-MIRIM	206,61
RN	240810	NATAL	826,44
RO	110000	GESTAO ESTADUAL RONDONIA	413,22
RR	140000	GESTAO ESTADUAL RORAIMA	206,61
RR	140010	BOA VISTA	413,22
RS	430000	GESTAO ESTADUAL RIO GRANDE DO SUL	1.446,27
RS	430510	CAXIAS DO SUL	619,83
RS	431440	PELOTAS	619,83
RS	431490	PORTO ALEGRE	228.187,89
RS	431870	SAO LEOPOLDO	206,61
SC	420000	GESTAO ESTADUAL SANTA CATARINA	42.539,88
SC	420430	CONCORDIA	206,61
SC	420910	JOINVILLE	14.662,05
SC	420930	LAGES	206,61
SE	280030	ARACAJU	413,22
SP	350000	GESTAO ESTADUAL SÃO PAULO	722.159,43
SP	350570	BARUERI	10.950,33
SP	351000	CANDIDO MOTA	206,61
SP	351380	DIADEMA	1.239,66
SP	351880	GUARULHOS	3.718,98
SP	352260	ITAPIRA	206,61
SP	352590	JUNDIAI	206,61
SP	354780	SANTO ANDRE	5.785,08
SP	354850	SANTOS	206,61
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	6.198,30
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	206,61
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	413,22
SP	355030	SAO PAULO	100.361,64
SP	355700	VOTORANTIM	3.718,98
TO	170000	GESTAO ESTADUAL TOCANTINS	27.877,83
Total			1.831.375,32

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 251-B, Seção 1, pág. 5, de 31-12-2011, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 137, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Desabilita o Centro de Especialidades Odontológica (CEO) do Município de Quixeramobim (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias n° 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/descredenciamento dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicos (CEO); e

Considerando as Portarias nº 117/GM/MS, de 19 de janeiro de 2006, e nº 4.107/GM/MS, de 17 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológica (CEO) a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNI-CÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO			INCENTIVO	
					CEO TIPO I	CEO TIPO II	CEO TIPO III	IMPLANTAÇÃO	CUSTEIO MENSAL
CE	231140	Quixeramobim	5175518	Municipal	1				6.600,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde interromperá a transferência, regular e automática, do valor mensal de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 138, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológica (CEO) de Lago da Pedra (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Básica - Coordenação Geral de Saúde Bucal, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços; e

Considerando a Portaria nº 7/SAS/MS, de 5 de janeiro de 2012, que habilita o Centro de Especialidades Odontológica (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal; resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo à Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológica - CEO.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, e na Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, ocorrerão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8934 - Atenção Especializada em Saúde Bucal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVO (R$)
					CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL
MA	2105708	Lago da Pedra	6531598	Municipal	II	8.800,00

PORTARIA Nº 139, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia de Saúde da Família, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 24 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família, a partir da competência financeira janeiro de 2012, do Município de Pedro Canário (ES).

Parágrafo único. A suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange à Equipe de Saúde da Família incompleta devido à ausência de profissional médico e ao descumprimento da carga horária, por parte do profissional odontólogo vinculado à Equipe de Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) Equipe de Saúde da Família e 1 (uma) Equipe de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 140, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Qualifica os Municípios de Palmeira dos Índios e Penedo do Estado de Alagoas para o recebimento do Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DSTs.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.313/GM/MS, de 19 de dezembro de 2002, que institui o Incentivo para Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DSTs e estabelece os critérios para qualificação;

Considerando a decisão da Comissão Intergestores Tripartite, de fevereiro de 2003, de qualificação "ad referendum" de Municípios para o incentivo no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DSTs;

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria Conjunta nº 1, de 11 de março de 2010, que define os valores anuais destinados ao Piso Fixo da Vigilância e Promoção à Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção à Saúde do Componente Vigilância e Promoção a Saúde de cada Estado; e

Considerando a decisão da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Alagoas, homologada em 10 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam qualificados os Municípios, conforme o anexo a esta Portaria, para o recebimento do Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DSTs.

Parágrafo único. Os Municípios relacionados nesta Portaria farão jus ao valor anual publicado, em três parcelas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor correspondente para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Fica determinado que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho 10.302.1444.20AC.0027 - Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir do primeiro quadrimestre de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e Outras DSTs.

UF	IBGE	Municípios	Valor Anual	Valor Quadrimestral
AL	270630	Palmeira dos Índios	75.000,00	25.000,00
AL	270670	Penedo	75.000,00	25.000,00

PORTARIA Nº 141, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, destinados à composição do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde dos Estados da PB, PI e SP.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Portaria nº 2.693/GM/MS, de 19 de novembro de 2011, que estabelece mecanismo de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde do Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, na forma dos anexos, destinados à composição do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde dos Estados de PB, PI e SP, em acordo com as resoluções das Comissões Intergestores Bipartite encaminhadas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos para os Fundos do Distrito Federal e Municipais de Saúde.

Art. 3º As transferências de recursos relativos à implantação da Vigilância Epidemiológica da Influenza se darão em parcela única e as transferências de recursos relativos à manutenção se darão de forma quadrimestral.

Art. 4º Não serão repassados recursos aos entes federados beneficiados que estejam com repasse de recursos do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde bloqueados, conforme estabelecido na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Os recursos orçamentários, de que tratam a presente Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.1444.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Repasse para implantação.

UF	IBGE	MUNICIPIO	POPULAÇÃO	Valor repasse	Fundo
PI	221100	Teresina	814.230	R$ 50.000,00	SMS
SUBTOTAL PI				R$ 50.000,00	
PB	250750	João Pessoa	723.515	R$ 50.000,00	SMS
SUBTOTAL PB				R$ 50.000,00	
TOTAL				R$ 100.000,00	

ANEXO II

Repasse para manutenção

UF	IBGE	MUNICIPIO	POPULAÇÃO	Valor repasse quadrimestral	Valor repasse anual	Fundo
PI	221100	Teresina	814.230	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SUBTOTAL PI				R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	
SP	355410	Taubaté	278.686	R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	SMS
SUBTOTAL SP				R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	
PB	250750	João Pessoa	723.515	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SUBTOTAL PB				R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	
TOTAL				R$ 92.000,00	R$ 276.000,00	

PORTARIA Nº 142, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza repasse destinado à qualificação de Municípios de GO e MS para financiamento de casas de apoio para pessoas vivendo com HIV/AIDS a ser alocado no Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados e Municípios;

Considerando a Portaria nº 2.555/GM/MS, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre o incentivo financeiro destinado ao custeio das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV/Aids (Casas de Apoio);

Considerando a Portaria Conjunta nº 1, de 11 de março de 2010, que define os valores anuais destinados ao Piso Fixo da Vigilância e Promoção à Saúde e Piso Variável de Vigilância e Promoção à Saúde do Componente Vigilância e Promoção a Saúde de cada Estado; e

Considerando a decisão das Comissões Intergestores Bipartite dos Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul; resolve:

Art. 1º Fica autorizada o repasse, destinado à qualificação de Municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul, para financiamento de casas de apoio para pessoas vivendo com HIV/AIDS a ser alocado no Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS), conforme os anexos a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática do valor quadrimestral para os Fundos Estaduais, Distrito Federal e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho:

UF	PT	VALOR
GO	10.302.1444.20 AC 0052	297.000,00
MS	10.302.1444.20 AC 0054	249.000,00

Art. 4º Os recursos do Bloco de Vigilância em Saúde serão repassados de forma regular e automática do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em três parcelas anuais, nos meses de janeiro, maio e setembro, em conta específica, vetada sua utilização para outros fins não previstos na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Ficam cessados os efeitos financeiros, a partir de janeiro de 2012, para os Municípios do Mato Grosso do Sul, constantes do anexo da Portaria 1.913/GM/MS, de 15 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2010, Seção 1.

Art. 6º Ficam cessados os efeitos financeiros, a partir de janeiro de 2012, para os Municípios do Goiás, constantes do anexo da Portaria 1.842/GM/MS, de 8 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 9 de julho de 2010, Seção 1.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir do 1º quadrimestre de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Goiás

IBGE	Fundo	Município	Valor/quadrimestre (em R$)	Valor/ano (em R$)
520110	SMS	Anápolis	35.000,00	105.000,00
520140	SMS	Aparecida de Goiânia	18.600,00	55.800,00
520870	SMS	Goiânia	29.400,00	88.200,00
521220	SMS	Jussara	16.000,00	48.000,00
Total			99.000,00	297.000,00

ANEXO II

Mato Grosso do Sul

IBGE	Fundo	Município	Valor/quadrimestre (em R$)	Valor/ano (em R$)
500660	SMS	Campo Grande	55.000,00	165.000,00
500270	SMS	Ponta Porã	28.000,00	84.000,00
Total			83.000,00	249.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 29 de setembro de 2011, processo n.° 33902.137304/2004-59, publicada no DOU nº 193, em 06 de outubro de 2011, Seção 1, página 64: onde se lê: "penalidade pecuniária fixada para R$ 313.520,00 (treze mil, quinhentos e vinte reais).... ". Leia-se: penalidade pecuniária fixada para R$ 13.520,00 (treze mil, quinhentos e vinte reais) ".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 224, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de cancelamento de registro dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 225, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição do produto saneante, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 226, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 227, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Revalidação, Retificação e a Declaração de Caducidade dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 228, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro, Cadastramento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 229, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 265, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de nova apresentação comercial, retificação de publicação, cancelamento de registro do medicamento, cancelamento de registro da apresentação e renovação de registro de produto biológico novo, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 266, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 267, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 317, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de medicamento novo, retificação de publicação, suspensão temporária de fabricação, registro de medicamento novo, cancelamento de registro do medicamento, inclusão de local de embalagem secundária, inclusão de novo acondicionamento, cancelamento de registro da apresentação do medicamento, registro de forma farmacêutica nova no país, cancelamento de registro do medicamento e redução do prazo de validade com manutenção dos cuidados de conservação, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 318, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir cancelamento de registro do medicamento e inclusão de nova apresentação comercial, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 319, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 320, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA,

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir caducidade de registro de medicamento, inclusão de nova forma farmacêutica e registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 321, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir renovação de registro de medicamento e registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 322, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento, retificação de publicação, ampliação do prazo de validade, inclusão de nova apresentação comercial, cancelamento de registro da apresentação, renovação do registro do medicamento, alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional, alteração da produção do medicamento, inclusão de novo acondicionamento, inclusão de nova forma farmacêutica já registrada no país, alteração de excipiente, suspensão temporária de fabricação. Alteração maior do processo de produção, alteração de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento, inclusão de local de fabricação do fármaco, inclusão de nova concentração já registrada no país, inclusão de sabor/odor/cor e alteração moderada de excipiente, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

ARESTO Nº 10, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 17/01/2012.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: Eurofarma Laboratórios Ltda
Medicamento: Pantocal (pantoprazol sódico sesqui-hidratado)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25000.006609/97-56
Expediente nº: 764366/10-7
Assunto: Indeferimento de Petição de renovação de registro do Medicamento
Parecer: 188/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

2.
Empresa: Dismédica Distribuidora de Produtos Hospitalares e Farmacêuticos Ltda.
Medicamento: Eutropin (somatropina).
Forma Farmacêutica: Pó Liófilo.
Processo nº: 25000.012631/98-71
Expediente nº: 643527/10-1
Assunto: Indeferimento de Petição Renovação do Registro do Produto Biológico.
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.

3.
Empresa: Merck S/A
Medicamento: Dinavital C (aspartato de arginina + ácido ascórbico)
Forma Farmacêutica: comprimido efervescente
Processo nº: 25000.002374/99-02
Expediente nº: 829194/10-2
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro de Medicamento Específico
Parecer: 206/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.

4.
Empresa: EMS S/A
Medicamento: norfloxacino
Forma Farmacêutica: comprimido
Processo nº: 25351014264/00-92
Expediente nº: 283269/09-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Alteração da Produção de Medicamento Genérico
Parecer: 130/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DE OBJETO.

5.
Empresa: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: amoxicilina + clavulanato de potássio
Forma farmacêutica: pó para suspensão oral
Processo nº: 25351.034992/2003-71
Expediente nº: 764434/10-5
Assunto: Indeferimento de Petição de renovação de registro de medicamento genérico
Parecer: 215/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 206, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Chiesi Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.363.032/0001-46 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.058-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 207, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º 1.01.236-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 208, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa União Química Farmacêutica Nacional S/A., CNPJ n° 60.665.981/0001-18 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.497-7;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 209, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa United Medical Ltda., CNPJ n.º 68.949.239/0001-46 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.576-2;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 210, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Arrow Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 33.150.764/0001-12 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.492-9;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 211, DE 23 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 221, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir, registro de alimentos e bebida importado, alteração de rotulagem, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 222, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder inclusão de marca, registro de alimentos e bebidas, revalidação de registro, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, inclusão de nova embalagem, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 223, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder retificação de publicação, cancelamento de registro de produto a pedido da empresa, registro de alimentos e bebidas, registro único de alimentos e bebidas - nacional, revalidação de registro, alteração do nome/designação do produto, alteração de fórmula do produto, registro de alimentos e bebida importado, alteração de rotulagem, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 230, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 231, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 232, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 233, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 234, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 235, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 236, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 237, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 238, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 239, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 240, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 241, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 242, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 243, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 244, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 245, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 246, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 247, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 248, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 249, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686 de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 250, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 251, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 252, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 253, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 254, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 255, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 256, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 257, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 258, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 259, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 260, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 261, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 262, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 263, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 264, DE 26 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 268, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no Art. 6º, Art. 8º e Art. 19 da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 269, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 270, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 271, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 272, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 273, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 274, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 275, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 276, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 277, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 278, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 279, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 280, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Concessão de Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos, abaixo citada, publicada pela Resolução nº 5.087 de 11 de novembro de 2011, no Diário Oficial da União nº 218 de 14 de novembro de 2011, Seção 1 pág. 67 e Suplemento pág. 48.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 281, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 282, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 283, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 284, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 285, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 286, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 287, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 288, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 289, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 290, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 291, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 292, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 293, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 294, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 295, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 296, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 297, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária do Estado do Rio Grande do Norte, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 298, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE N° 299, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 300, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 301, DE 27 DE JANEIRO DED 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado do Ceará, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 302, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 303, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., CNPJ n.º 33.009.945/0001-23 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.100-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 304, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa Gojo América Latina Ltda., CNPJ n.º 03.055.242/0001-70 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.07.719-9;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 305, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Farmoquímica S/A, CNPJ n.º 33.349.473/0001-58 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.390-6;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 306, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Laboratórios B. Braun S/A, CNPJ n.º 31.673.254/0001-02 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.085-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 307, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Agila Especialidades Farmacêuticas Ltda., CNPJ n.º 11.643.096/0001-22 e Autorização de Funcionamento n.º 1.08.830-7;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 308, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Aspen Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.433.631/0001-20 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.03.764-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 309, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Instituto Biochimico Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 33.258.401/0001-03 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.063-7;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 310, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no Art. 6º, Art. 8º e Art. 19 da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Renovação e de Aditamento de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais e Aditamento, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 311, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os artigo 6º e 7º, ambos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, o resultado insatisfatório da inspeção realizada na empresa Ben Venue Laboratories fabricante dos medicamentos BEDFORPOLY - B (sulfato de polimixina b), POLYTEK-B (sulfato de polimixina b), COLIS-TEK (colistimetato de sódio) e BEDFORDALPROST (alprostadil) nos Estados Unidos da América, no período entre 22 à 30/08/2011;

considerando, a declaração da empresa Ben Venue Laboratories de que descontinuou a produção do medicamento Alprostadil Injetável em 2008, e que o ultimo embarque deste produto para a Opem no Brasil ocorreu em 2007;

considerando ainda, a declaração da empresa Ben Venue Laboratories, relatando não fornecer mais produtos e nem aceitar ordens de compra para a Opem Pharmaceuticals do Brasil, constando a última venda realizada para a Opem em 22/09/2009, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da Importação, Distribuição, Comércio e Uso dos medicamentos BEDFORPOLY - B (sulfato de polimixina b), POLYTEK-B (sulfato de polimixina b), COLIS-TEK (colistimetato de sódio) e BEDFORDALPROST (alprostadil), todos os lotes, todas as apresentações comerciais, com rotulagem indicando fabricação pela empresa Ben Venue Laboratories (BVL), localizada em Northfield Road, 300, Bedford, Ohio - Estados Unidos da América, e importados pela empresa OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.909.503/0001-57, com endereço na Rua Frei Caneca, nº. 348, Consolação, São Paulo/SP.

Art. 2º Determinar o Recolhimento, na forma da Resolução RDC nº 55/2005, de todos os lotes, todas as apresentações comerciais, dos medicamentos BEDFORPOLY - B (sulfato de polimixina b), POLYTEK-B (sulfato de polimixina b), COLIS-TEK (colistimetato de sódio) e BEDFORDALPROST (alprostadil), importados pela empresa OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 312, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando o art. 7º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o resultado da inspeção realizada no Estabelecimento no período de 26/09 a 30/09/2011, quando foram detectadas diversas irregularidades, resolve;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os medicamentos injetáveis fabricados pela Empresa PRODOTTI LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. - CNPJ 51.603.488/0001-82, sediada na Av. João Dias, 1084, Santo Amaro, São Paulo (SP), por não atender às exigências de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º Determinar, ainda, que a Empresa promova o recolhimento de todas as unidades de medicamentos injetáveis existentes no mercado, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 313, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n.º 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA, CNPJ n.º 05.161.069/0001-10; 33.247.743/0001-10;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 314, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n.º 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de certificação da empresa BAYER S.A., CNPJ n.º 18.459.628/0001-15,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 315, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n.º 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006;

considerando a solicitação de inspeção pela empresa BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL, CNPJ n.º 60.831.658/0001-77;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação; resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 316, DE 27 DE JANEIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n.º 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE N.º 2.574 de 02 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 106, de 07 de junho de 2010, Seção 1 Pag.56 e Suplemento Págs 24 e 25.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA C.H.R. LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA JK ESQ. C RUA MAURILIO BEIRES, S/N, QUADRA 02, LOTE 01 E 02

BAIRRO: CENTRO CEP: 72940000 - ABADIÂNIA/GO

CNPJ: 06.352.740/0001-73

PROCESSO: 25351.380565/2006-12 AUTORIZ/MS: 0.47547.5

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/

COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA C.H.R. LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA JK ESQ. C RUA MAURILIO BEIRES, S/N, QUADRA 02, LOTE 01 E 02

BAIRRO: CENTRO CEP: 72940000 - ABADIÂNIA/GO

CNPJ: 06.352.740/0001-73

PROCESSO: 25351.380565/2006-12 AUTORIZ/MS: 0.47547.5

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 3.984 de 02 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 171, de 05 de setembro de 2011, Seção 1 Pag.86 e Suplemento Págs 44 e 49.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA SILVEIRA E VIEIRA LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MONSENHOR ARISTIDES ROCHA,

396

BAIRRO: DAS GRAÇAS CEP: 35300344 - CARATINGA/MG

CNPJ: 07.588.524/0001-94

PROCESSO: 25351.077257/2008-66 AUTORIZ/MS: 0.52857.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA SILVEIRA E VIEIRA LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA MONSENHOR ARISTIDES ROCHA, 396

BAIRRO: DAS GRAÇAS CEP: 35300344 - CARATINGA/MG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CNPJ: 07.588.524/0001-94
PROCESSO: 25351.077257/2008-66 AUTORIZ/MS: 0.52857.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE N.º 4.427 de 30 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 190, de 03 de outubro de 2011, Seção 1 Pag.91 e Suplemento Págs 124 e 125.
Onde se lê:
EMPRESA: ROMERO FARMÁCIA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOUTOR FAUSTO FIGUEIREDO - 01025 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 55540000 - PALMARES/PE
CNPJ: 02.617.932/0003-75
PROCESSO: 25351.320772/2007-91 AUTORIZ/MS: 0.50170.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: ROMERO FARMÁCIA LTDA (PALMARES)
ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, Nº 170
BAIRRO: CRUZ ALTA CEP: 55540000 - SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE
CNPJ: 02.617.932/0003-75
PROCESSO: 25351.320772/2007-91 AUTORIZ/MS: 0.50170.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Na Resolução RE nº 5.740, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 26 de dezembro de 2011, Seção 1, pág 250 e em Suplemento, página 1.
Onde se lê:
"na legislação acima citada"
Leia-se:
"no art. 4º e art. 23, inciso II, da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações".

Na resolução - RE N.º 4.571 de 07 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 195, de 10 de outubro de 2011, Seção 1 Pag.62 e Suplemento Págs 106 e 158.
Onde se lê:
EMPRESA: OSWALDO JOSE ALVES PINTO JUNIOR & CIA LTDA
ME
ENDEREÇO: RUA JORGE HONORATO MONTENEGRO Nº 114
BAIRRO: CENTRO CEP: 12980000 - JOANÓPOLIS/SP
CNPJ: 58.776.329/0001-29
PROCESSO: 25351.026263/2003-41 AUTORIZ/MS: 0.33804.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: OSWALDO JOSE ALVES PINTO JUNIOR & CIA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JORGE HONORATO MONTENEGRO Nº 114
BAIRRO: CENTRO CEP: 12980000 - JOANÓPOLIS/SP
CNPJ: 58.776.329/0001-29
PROCESSO: 25351.026263/2003-41 AUTORIZ/MS: 0.33804.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE N.º 4.575 de 7 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 195, de 10 de outubro de 2011, Seção 1 Pag.62 e Suplemento Págs 119, 146, 161 e 162.
Onde se lê:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JABAQUARA Nº1320
BAIRRO: SAUDE CEP: 04046200 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.605.664/0071-19
PROCESSO: 25351.597427/2010-49 AUTORIZ/MS: 0.70880.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JABAQUARA Nº1320
BAIRRO: SAUDE CEP: 04046200 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.605.664/0071-19
PROCESSO: 25351.597427/2010-49 AUTORIZ/MS: 0.70880.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA HADDOCK LOBO, Nº 378
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 01414001 - SÃO PAULO/
SP
CNPJ: 60.605.664/0085-14
PROCESSO: 25351.597444/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.70796.2
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA HADDOCK LOBO, Nº 378
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 01414001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.605.664/0085-14
PROCESSO: 25351.597444/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.70796.2
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: CAVICCHIOLLI, SILVEIRA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA LIMEIRA, N.º700, LUC 08
BAIRRO: LAGOA SECA CEP: 13454214 - SANTA BÁRBARA
D'OESTE/SP
CNPJ: 52.318.326/0002-46
PROCESSO: 25351.367724/2006-85 AUTORIZ/MS: 0.47463.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: CAVICCHIOLLI, SILVEIRA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA LIMEIRA, N.º700, LUC 08
BAIRRO: LAGOA SECA CEP: 13454214 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP
CNPJ: 52.318.326/0002-46
PROCESSO: 25351.367724/2006-85 AUTORIZ/MS: 0.47463.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na resolução - RE N.º 4.943 de 04 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 213, de 07 de novembro de 2011, Seção 1 Pag.110 e Suplemento Págs 174, 175 e 177.
Onde se lê:
EMPRESA:DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: ST HC/NORTE CL QUADRA 113 BLOCO D LOJA33
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70763540 - ASA NORTE/DF
CNPJ: 00.447.821/0063-73
PROCESSO: 25351.636860/2011-98 AUTORIZ/MS: 0.80624.5
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: ST HC/NORTE CL QUADRA 113 BLOCO D LOJA 33
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70763540 - ASA NORTE/DF
CNPJ: 00.447.821/0063-73
PROCESSO: 25351.636860/2011-98 AUTORIZ/MS: 0.80624.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: ST HC/NORTE CL QD 106 BL B LJ 24,38 TERREO
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70742520 - ASA NORTE/DF
CNPJ: 00.447.821/0064-54
PROCESSO: 25351.636861/2011-32 AUTORIZ/MS: 0.80625.9
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: SHC/NORTE CL QD 106 BL B LJ 24,38 TERREO
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70742520 - ASA NORTE/DF
CNPJ: 00.447.821/0064-54
PROCESSO: 25351.636861/2011-32 AUTORIZ/MS: 0.80625.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 5.099 de 11 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 218, de 14 de novembro de 2011, Seção 1 Pag.68 e Suplemento Págs 54, 55 e 56.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: ST HC/SUL CL QUADRA 114 BLOCO C LOJA 09
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70377530 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.447.821/0066-16
PROCESSO: 25351.661097/2011-33 AUTORIZ/MS: 0.80748.4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: ST HC/SUL CL QUADRA 114 BLOCO C LOJA 09
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70377530 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.447.821/0066-16
PROCESSO: 25351.661097/2011-33 AUTORIZ/MS: 0.80748.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE N.º 5.162 de 18 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1 Pag.96 e Suplemento Págs 32, 36 e 44.
Onde se lê:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA TUTOIA Nº 1045
BAIRRO: PARAISO CEP: 04007090 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.605.664/0095-96
PROCESSO: 25351.597456/2010-19 AUTORIZ/MS: 0.70646.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:
Leia-se:
EMPRESA: RAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA TUTOIA Nº 1045
BAIRRO: PARAISO CEP: 04007090 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.605.664/0095-96
PROCESSO: 25351.597456/2010-19 AUTORIZ/MS: 0.70646.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SITE DISPENSAÇÃO: www.drogaraia.com.br
Onde se lê:
EMPRESA:PLANTÃO PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALAR
E SERVIÇOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA ALMERINDO REHEN Nº 288
BAIRRO: CENTRO CEP: 48500000 - EUCLIDES DA CUNHA/BA
CNPJ: 13.467.147/0001-38
PROCESSO: 25351.509662/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.68670.0
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: PLANTÃO PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALAR E SERVIÇOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA ALMERINDO REHEN Nº 288
BAIRRO: CENTRO CEP: 48500000 - EUCLIDES DA CUNHA/BA
CNPJ: 13.467.147/0001-38
PROCESSO: 25351.509662/2010-71 AUTORIZ/MS: 0.68670.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 5.174, de 18 de novembro de 2011, publicada no D.O.U. n° 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1, Pág. 97 e Suplemento Pág. 56.
Onde se lê:
EMPRESA: NATUM BIO COSMETICOS DE CARANGOLA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA LUIZ BELLETI, 78 e 84
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 36800000 - CARANGOLA/MG
CNPJ: 10.575.107/0001-11
PROCESSO: 25351.179566/2011-12 AUTORIZ/MS: 2.05882.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS
FRACIONAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: COSMÉTICOS
Leia-se:
EMPRESA: NATUM BIO COSMETICOS DE CARANGOLA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA LUIZ BELLETI, 78 e 84
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 36800000 - CARANGOLA/MG
CNPJ: 10.575.107/0001-11
PROCESSO: 25351.179566/2011-12 AUTORIZ/MS: 2.05882.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 27 de janeiro de 2012

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.495450/2010-86 - AIS:651038/10-8 (697/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.495386/2010-91 - AIS:650957/10-6 (698/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
25351.218777/2009-66 - AIS:281703/09-9 (110/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOIRON MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS LTDA
25351.495323/2010-00 - AIS:650873/10-1 (699/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS
25351.218561/2009-61 - AIS:281420/09-0 (119/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ECCO FIBRAS ÓPTICAS E DISPOSITIVOS LTDA - EPP
25351.422262/2009-18 - AIS:546368/09-8 (375/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EDIOURO DUETTO EDITORIAL LTDA
25351.278910/2009-21 - AIS:357943/09-3 (196/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA
25351.132895/2009-50 - AIS:171379/09-5 (94/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25351.028706/2009-39 - AIS:035185/09-7 (22/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinqüenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25351.495296/2010-05 - AIS:650827/10-8 (721/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda,
INTERNET GROUP DO BRASIL S/A
25351.049497/2009-88 - AIS:061053/09-4 (34/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,
J WALTER THOMPSON PUBLICIDADE LTDA
25351.323681/2010-62 - AIS:421173/10-1 (429/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
MEDICAMENTOS DO BRASIL DE ASSIS LTDA - EPP
25351.015676/2009-65 - AIS:019451/09-4 (10/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NEWSMAG EDITORA LTDA ME
25351.495564/2010-19 - AIS:651169/10-4 (694/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
OITO ERVAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA-ME
25351.132910/2009-84 - AIS:171401/09-5 (93/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,
PIXEON COMERCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - EPP
25351.286695/2009-72 - AIS:367781/09-8 (193/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
PONTO W CRIAÇÕES LTDA.
25351.287982/2011-40 - AIS:400032/11-3 (151/11) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SÉRGIO SANTOS SILVA REFEIÇÕES
25351.523737/2009-21 - AIS:679643/09-5 (545/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SLR - SISTEMA LOGISTICO PARA REPRESENTACOES LTDA.
25351.638348/2010-90 - AIS:842339/10-3 (1125/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,
TBWA/BRASIL PUBLICIDADE LTDA.
25351.091577/2009-17 - AIS:115533/09-4 (42/09) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
TRIUNFO PROPAGANDA, MARKETING E CRIATIVIDADE LTDA.
25351.495250/2010-67 - AIS:650756/10-5 (770/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda.

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 85, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e
Considerando a Portaria GM/MS n° 1.097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011;
Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e
Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, por meio do Ofício n°. 1/2012-CIB/PR, de 2 de janeiro de 2012, e as Deliberações nº 130, de 19 de dezembro de 2011 e nº 1, de 2 de janeiro de 2012, resolve:
Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.
§1º O total de recurso financeiro anual do estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.699.207.934,27, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	713.961.427,15	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	916.170.101,70	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 5.702.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no valor de R$ 14.664.000,00.
§3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.
Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do Estado.
Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - JANEIRO/2012

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	273.200.372,14
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	440.761.055,01
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	713.961.427,15

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - JANEIRO/2012

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras Ufs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	0,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	0,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	1.757.976,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	0,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	217.218,84	12.883,68	0,00	26.445,24	0,00	0,00	0,00	0,00	256.547,76
410050	ALTONIA	904.561,96	36.000,00	0,00	123.826,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064.388,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	217.925,28	0,00	0,00	0,00	0,00	288.551,40
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	40.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	0,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00
410100	AMPERE	464.785,83	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	251.688,36
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	0,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	0,00
410110	ANDIRA	585.768,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	0,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00
410120	ANTONINA	412.555,22	59.539,47	0,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	0,01
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	11.103.975,44	7.915.332,84	2.452.687,32	1.549.306,08	0,00	0,00	0,00	0,00	23.021.301,68
410150	ARAPONGAS	13.380.803,69	7.680.098,48	2.346.372,35	0,00	0,00	22.742.474,52	0,00	0,00	664.800,00
410160	ARAPOTI	639.705,79	36.468,98	79.200,00	0,00	0,00	676.174,77	0,00	0,00	79.200,00
410165	ARAPUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	5.587.759,16	706.377,84	105.600,00	550.132,08	0,00	0,00	0,00	0,00	6.949.869,08
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410190	ASSAI	511.277,01	277.831,83	150.000,00	0,00	0,00	789.108,84	0,00	0,00	150.000,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,66	149.931,29	0,00	0,00	0,00	1.081.782,95	0,00	0,00	0,00
410210	ASTORGA	809.988,63	161.101,00	116.168,40	0,00	0,00	1.087.258,03	0,00	0,00	0,00
410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	1.203.497,52	141.802,79	185.620,08	0,00	0,00	1.530.920,39	0,00	0,00	0,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,28	44.411,89	0,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	0,01
410260	BARRACAO	487.424,40	130.965,84	0,00	235.218,36	0,00	0,00	0,00	0,00	853.608,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	376.937,68	49.081,13	0,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	0,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	0,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	0,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	23.217,12	0,00	0,00	40.199,16	0,00	0,00	0,00	0,00	63.416,28
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	40.339,09	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	0,00
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	0,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	0,00
410315	BOM JESUS DO SUL	10.103,76	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	18.664,44
410320	BOM SUCESSO	93.598,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	0,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	12.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	18.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,21	0,00	0,00	0,00	419.685,60	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	0,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	28.990,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,33	0,00	0,00	0,00	876.961,07	0,00	0,00	-0,01
410370	CAMBE	3.305.278,12	655.392,27	551.984,26	0,00	0,00	4.327.854,65	0,00	0,00	184.800,00
410380	CAMBIRA	29.676,24	0,00	0,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	0,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	-0,01
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	4.989.518,77	46.594.395,83	6.148.978,32	0,00	0,00	57.732.892,92	0,00	0,00	0,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	0,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	12.244.504,68	6.596.526,66	480.000,00	0,00	0,00	18.841.031,34	0,00	0,00	480.000,00
410425	CAMPO MAGRO	86.199,31	0,00	0,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	0,00
410430	CAMPO MOURAO	8.890.590,79	9.866.981,88	790.263,96	1.577.507,28	0,00	0,00	0,00	0,00	21.125.343,91
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	-0,01
410442	CANDOI	449.298,51	170.416,68	79.200,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	79.200,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	387.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	307.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	27.856.780,33	21.450.689,74	2.977.673,52	0,00	0,00	51.277.143,59	0,00	0,00	1.008.000,00
410490	CASTRO	2.000.800,23	159.862,13	255.600,00	0,00	0,00	2.160.662,36	0,00	0,00	255.600,00
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	13.510,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	0,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	706.174,62	379.231,35	0,00	0,00	0,00	1.085.405,97	0,00	0,00	0,00
410550	CIANORTE	6.276.018,11	5.827.576,32	375.452,40	29.514,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.508.560,83
410560	CIDADE GAUCHA	307.104,42	72.213,90	0,00	0,00	0,00	379.318,33	0,00	0,00	-0,01
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	0,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DESTINADO À IMPRENSA NACIONAL

410580	COLOMBO	4.337.111,96	1.710.724,02	451.472,16	0,00	0,00	6.393.708,14	0,00	0,00	105.600,00
410590	COLORADO	761.456,65	310.353,72	187.640,96	0,00	0,00	1.259.451,33	0,00	0,00	0,00
410600	CONGONHINHAS	158.135,96	0,00	3.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	0,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	272.731,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	0,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	0,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	0,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.067.623,22	3.924.079,84	773.223,43	0,00	0,00	7.659.326,49	0,00	0,00	105.600,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	709.814,71	0,00	0,00	0,00	0,00	709.814,71	0,00	0,00	0,00
410655	CORUMBATAI DO SUL	628,12	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	0,00
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	971.467,32	14.494,32	0,00	285.712,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.674,20
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	0,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	0,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,75	0,00	0,00	0,00	0,00	465.889,75	0,00	0,00	0,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	0,00
410690	CURITIBA	242.768.641,81	128.509.633,80	80.636.342,53	48.066.178,56	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	422.348.169,04
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	1.856.408,80	388.979,21	0,00	215.933,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.461.321,41
410725	DOURADINA	310.194,33	269.991,19	0,00	24.734,16	0,00	405.723,99	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	119.171,21	18.547,22	0,00	0,00	0,00	137.718,43	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	43.664,28	0,00	0,00	58.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.666,28
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,13	8.487,68	0,00	0,00	0,00	313.594,80	0,00	0,00	0,01
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	-0,01
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	0,00
410755	FAROL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	0,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	0,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	1.092.340,41	263.946,91	0,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	0,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	35.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	44.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	133.933,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	0,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,01
410830	FOZ DO IGUACU	41.628.957,47	7.991.716,64	1.192.800,00	2.736.226,92	0,00	0,00	0,00	0,00	53.549.701,03
410832	FRANCISCO ALVES	194.321,52	0,00	0,00	36.330,96	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	6.401.870,92	7.583.066,58	0,00	557.474,52	0,00	0,00	0,00	0,00	14.542.412,02
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00
410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	0,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	0,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	0,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	0,00
410860	GOIOERE	1.751.804,79	1.163.906,04	291.006,72	269.573,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.476.291,31
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00
410880	GUAIRA	829.350,80	17.759,04	0,00	0,00	0,00	847.109,83	0,00	0,00	0,01
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	18.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	0,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	12.120.740,56	8.113.212,01	1.976.323,08	0,00	0,00	21.317.475,65	0,00	0,00	892.800,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	838.762,27	41.694,44	0,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	0,00
410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	-0,01
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	1.535.205,05	288.271,47	385.940,64	0,00	0,00	2.024.617,16	0,00	0,00	184.800,00
410990	ICARAIMA	495.928,32	0,00	0,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	515.509,80
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	-0,01
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	-0,01
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	2.655.893,19	1.459.479,94	884.273,76	397.035,00	0,00	5.396.681,89	0,00	0,00	0,00
411080	IRETAMA	243.809,88	353.384,04	0,00	63.067,56	0,00	0,00	0,00	0,00	660.261,48
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	0,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	103.358,47	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	151.935,43	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	22.923,00	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	101.506,20
411125	ITAPERUCU	408.606,53	249.206,82	0,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	0,01
411130	ITAUNA DO SUL	127.833,90	0,00	18.728,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	0,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	-0,01
411150	IVAIPORA	3.683.372,20	3.599.867,00	0,00	0,00	0,00	7.283.239,20	0,00	0,00	0,00
411155	IVATE	32.090,52	0,00	0,00	17.419,68	0,00	0,00	0,00	0,00	49.510,20
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.027.340,39	1.828.251,07	485.975,96	0,00	0,00	4.341.567,42	0,00	0,00	0,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.107.220,05	122.699,10	0,00	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	-0,01
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	0,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	0,00
411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	0,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,01
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,01
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	198.416,07	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	-0,01
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	99.830,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	0,00
411320	LAPA	1.268.198,40	137.866,34	0,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	0,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.500.626,50	1.907.592,98	79.200,00	0,00	0,00	3.487.419,48	0,00	0,00	0,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	0,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	0,00
411350	LOANDA	961.782,62	738.275,54	0,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	0,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	81.765.406,64	45.759.145,34	13.952.837,28	6.838.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.315.517,26
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	0,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	0,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	-0,01
411400	MAMBORE	145.857,09	67.568,88	0,00	101.543,28	0,00	12.134,96	0,00	0,00	302.834,29
411410	MANDAGUACU	622.876,05	277.624,66	0,00	0,00	0,00	900.500,71	0,00	0,00	0,00
411420	MANDAGUARI	2.304.803,76	913.802,22	197.403,83	210.230,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.626.240,33
411430	MANDIRITUBA	361.619,64	35.039,90	0,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	0,01
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	507.100,75	33.053,31	0,00	0,00	0,00	540.154,06	0,00	0,00	0,00
411450	MANOEL RIBAS	199.726,66	4.851,74	51.015,84	0,00	0,00	255.594,24	0,00	0,00	0,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.846.575,87	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.115.918,38	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	75.545,16	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	112.339,32
411480	MARIALVA	927.120,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.127.573,05	0,00	0,00	0,00
411490	MARILANDIA DO SUL	35.312,65	0,00	0,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	0,00
411500	MARILENA	117.978,07	0,00	28.683,36	0,00	0,00	146.661,43	0,00	0,00	0,00
411510	MARILUZ	62.838,60	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	81.441,24
411520	MARINGA	56.383.562,12	44.377.844,43	5.770.437,24	4.252.429,68	0,00	0,00	0,00	0,00	110.784.273,47
411530	MARIOPOLIS	141.353,04	0,00	0,00	0,00	0,00	141.353,04	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	452.902,92	230.023,08	0,00	156.157,20	0,00	0,00	0,00	0,00	839.083,20
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	28.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	0,00
411560	MATELANDIA	658.947,55	375.622,45	0,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	-0,01
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	0,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	0,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	0,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	0,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	1.952.195,56	1.039.809,18	235.845,12	0,00	0,00	3.122.249,86	0,00	0,00	105.600,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00
411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	0,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	0,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	0,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	0,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00
411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	0,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	0,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	852.403,00	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	0,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.961,02	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,97
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,01
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00
411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	0,00	0,00	0,00	342.106,13	0,00	0,00	0,00
411720	NOVA OLIMPIA	63.277,88	18.196,66	64.125,36	104.286,00	0,00	131.015,82	0,00	0,00	118.870,08
411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	313.489,37	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	182.135,16
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	0,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	0,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	706.606,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,68	0,00	0,00	-0,01
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	768.332,19	0,00	0,00	0,00	0,00	768.332,19	0,00	0,00	0,00
411760	PALMAS	1.988.990,36	623.037,00	0,00	314.986,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.927.014,28
411770	PALMEIRA	1.019.304,45	71.151,02	86.455,20	0,00	0,00	1.176.910,67	0,00	0,00	0,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	79.200,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	79.200,00
411790	PALOTINA	853.241,18	4.511,04	0,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	0,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	0,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	0,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	4.783.524,33	1.737.431,27	0,00	0,00	0,00	6.520.955,61	0,00	0,00	-0,01
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,01
411840	PARANAVAI	4.323.071,35	4.728.343,31	1.091.188,92	0,00	0,00	10.063.403,58	0,00	0,00	79.200,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	10.647.763,39	14.318.211,65	211.200,00	2.392.455,24	0,00	0,00	0,00	0,00	27.569.630,28
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	2.710,08	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	13.089,36
411890	PEROLA	268.042,45	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	459.010,69
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	36.277,92	0,00	0,00	0,00	0,00	36.277,92	0,00	0,00	0,00
411915	PINHAIS	2.397.106,32	3.758.581,43	0,00	0,00	0,00	6.155.687,75	0,00	0,00	0,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.565,40	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.111,04
411930	PINHAO	830.592,23	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	0,01
411940	PIRAI DO SUL	627.318,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	0,00
411950	PIRAQUARA	1.918.277,51	8.570.540,15	0,00	0,00	0,00	10.488.817,66	0,00	0,00	0,00
411960	PITANGA	1.078.128,48	462.351,36	556.515,84	0,00	0,00	2.017.795,68	0,00	0,00	79.200,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,01
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	0,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	381.574,32
411990	PONTA GROSSA	22.460.664,97	8.878.209,06	3.378.286,27	0,00	0,00	33.392.360,30	0,00	0,00	1.324.800,00
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	0,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	0,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	29.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	0,00
412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,36	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,33
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	43.109,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	0,00
412060	PRUDENTOPOLIS	1.367.385,49	43.445,93	206.779,68	0,00	0,00	1.617.611,10	0,00	0,00	0,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	136.950,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	0,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,01
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	0,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	0,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	138.120,35	22.284,31	0,00	0,00	0,00	160.404,66	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,28	0,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	-0,01
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,32	0,00	0,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	-0,01
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	0,00
412140	REALEZA	450.529,31	0,00	0,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	245.163,12
412150	REBOUCAS	423.689,13	158.698,41	0,00	0,00	0,00	582.387,54	0,00	0,00	0,00
412160	RENASCENCA	64.300,92	0,00	0,00	132.234,60	0,00	0,00	0,00	0,00	196.535,52
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	-0,01
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	0,00	0,00	0,00	261.335,76	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	0,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	0,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,77	0,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	0,01
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	0,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	555.071,29	89.799,38	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	0,00
412230	RIO NEGRO	726.127,73	251.762,94	0,00	0,00	0,00	977.890,67	0,00	0,00	0,00
412240	ROLANDIA	2.869.091,71	1.262.600,03	469.451,91	0,00	0,00	4.266.343,65	0,00	0,00	334.800,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	0,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	0,00
412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	0,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	0,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	0,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	198.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	43.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	0,00
412340	SANTA FE	240.767,04	66.202,59	0,00	0,00	0,00	306.969,64	0,00	0,00	-0,01
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	479.765,04	0,00	0,00	180.282,48	0,00	0,00	0,00	0,00	660.047,52
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,01
412385	SANTA MARIA DO OESTE	350.019,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	0,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	35.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	0,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	320.046,33	664.580,44	105.600,00	0,00	0,00	984.626,77	0,00	0,00	105.600,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.369.816,14	888.857,03	79.200,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	79.200,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	639.244,34	17.431,96	0,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	336.619,44
412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	271.201,18	37.536,61	0,00	0,00	0,00	308.737,79	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	0,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	0,00
412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,01
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64
412530	SAO JORGE DO IVAI	136.871,15	22.471,80	0,00	0,00	0,00	159.342,95	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	379.619,86	186.428,62	26.252,88	33.502,72	0,00	112.724,40	0,00	0,00	513.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,01
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	11.023.743,00	2.054.047,08	735.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.813.390,08
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	838.563,94	112.216,37	159.517,56	0,00	0,00	1.110.297,87	0,00	0,00	0,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	953.567,30	166.205,15	105.600,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	105.600,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,01
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	4.686.012,21	4.463.970,88	0,00	0,00	0,00	9.149.983,09	0,00	0,00	0,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,01
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	0,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	0,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	26.905,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	0,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	203.475,72	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	216.363,96
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	-0,01
412710	TELEMACO BORBA	3.728.946,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	0,00
412720	TERRA BOA	1.022.687,81	200.185,70	0,00	423.717,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.646.590,75
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	18.182,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	0,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	372.502,08	72.525,36	0,00	76.800,24	0,00	0,00	0,00	0,00	521.827,68
412770	TOLEDO	5.242.201,23	3.173.752,64	105.600,00	0,00	0,00	8.521.553,87	0,00	0,00	0,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,97	0,00	0,00	0,00	329.926,37	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,83	0,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	-0,01
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	207.814,31	4.074,88	0,00	0,00	0,00	211.889,18	0,00	0,00	0,01
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	-0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	0,00	0,00	0,00	353.289,70	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	1.008.716,30	241.168,11	79.200,00	458.001,24	0,00	937.522,20	0,00	0,00	849.563,45
412810	UMUARAMA	13.535.366,99	12.166.225,85	290.400,00	82.999,20	0,00	0,00	0,00	0,00	26.074.992,04
412820	UNIAO DA VITORIA	4.748.810,86	2.892.191,49	916.101,00	0,00	0,00	8.557.103,35	0,00	0,00	0,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	0,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	0,00
412860	VERE	235.044,55	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	203.618,52
412862	Alto Paraiso	19.625,64	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	25.717,56
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,08
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										916.170.101,70

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - JANEIRO/2012

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Ofício GS/CIB-RJ nº 01, de 06 de janeiro de 2012 e Deliberação CIB-RJ nº 1.531, de 6 de janeiro 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§1º O total de recurso financeiro anual do estado do Rio de Janeiro, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.440.888.987,82, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	441.041.985,91	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.921.084.776,28	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	78.762.225,63	Anexo III

§2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.022.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 36.300.000,00.

§3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrte impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0033 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2012

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	232.173.840,42
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	208.868.145,49
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	441.041.985,91

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2012

VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (VALORES ANUAIS)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
330010	ANGRA DOS REIS	13.681.679,59	1.392.097,39	2.316.768,01	3.455.568,54	0,00	0,00	0,00	0,00	20.846.113,53
330015	APERIBE	584.240,03	13.986,52	0,00	359.548,76	0,00	957.775,31	0,00	0,00	0,00
330020	ARARUAMA	7.676.676,59	1.403.054,69	215.012,83	3.050.617,49	0,00	12.345.361,60	0,00	0,00	0,00
330022	AREAL	570.584,74	36.863,70	105.600,00	196.557,47	0,00	0,00	0,00	0,00	909.605,91
330023	ARMACAO DE BUZIOS	1.781.314,20	38.568,20	0,00	31.646,22	0,00	1.851.528,62	0,00	0,00	0,00
330025	ARRAIAL DO CABO	1.561.455,93	178.435,23	105.600,00	224.898,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.070.389,23
330030	BARRA DO PIRAI	9.151.249,33	474.150,20	953.400,86	457.799,73	0,00	0,00	0,00	0,00	11.036.600,12
330040	BARRA MANSA	16.373.347,09	8.621.336,21	1.399.346,45	992.849,31	0,00	0,00	0,00	0,00	27.386.879,06
330045	BELFORD ROXO	34.995.214,97	5.161.491,96	841.200,00	1.520.723,04	0,00	0,00	0,00	0,00	42.518.629,97
330050	BOM JARDIM	1.719.748,81	52.446,63	250.245,85	523.882,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.546.323,34
330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3.727.381,84	1.185.633,10	1.068.191,35	5.302.521,16	0,00	11.178.127,45	0,00	0,00	105.600,00
330070	CABO FRIO	17.505.050,59	15.825.682,82	195.335,75	3.473.311,43	0,00	36.999.380,59	0,00	0,00	0,00
330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3.705.511,42	41.114,48	105.600,00	538.349,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.390.575,80
330090	CAMBUCI	948.158,73	7.714,90	198.365,40	439.366,59	0,00	1.593.605,62	0,00	0,00	0,00
330093	CARAPEBUS	430.291,18	501,58	0,00	115.947,41	0,00	546.740,17	0,00	0,00	0,00
330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	359.944,71	1.932,02	0,00	641.593,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.469,82
330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	61.213.993,16	23.712.212,31	4.301.914,38	4.456.684,80	0,00	0,00	0,00	0,00	93.684.804,65
330110	CANTAGALO	1.463.900,12	157.658,32	198.322,64	357.171,26	0,00	2.177.052,34	0,00	0,00	0,00
330115	CARDOSO MOREIRA	444.359,28	138,60	0,00	337.188,22	0,00	781.686,10	0,00	0,00	0,00
330120	CARMO	1.401.684,40	24.965,79	92.864,09	2.409.242,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.928.756,68
330130	CASIMIRO DE ABREU	1.923.701,25	232.308,20	79.200,00	1.294.674,00	0,00	3.450.683,45	0,00	0,00	79.200,00
330140	CONCEICAO DE MACABU	905.151,87	20.557,28	0,00	1.858.860,18	0,00	2.784.569,33	0,00	0,00	0,00
330150	CORDEIRO	1.614.583,91	326.192,35	153.834,65	408.895,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503.505,96
330160	DUAS BARRAS	693.151,73	6.193,13	0,00	88.937,13	0,00	788.281,99	0,00	0,00	0,00
330170	DUQUE DE CAXIAS	62.507.615,48	15.523.768,34	2.124.000,00	1.557.985,40	0,00	0,00	0,00	0,00	81.713.369,22
330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	530.126,47	71.590,02	0,00	1.934.007,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.535.724,33
330185	GUAPIMIRIM	2.337.984,96	7.858,02	0,00	368.857,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.714.700,61
330187	IGUABA GRANDE	796.574,76	14.764,32	0,00	353.418,37	0,00	1.164.757,45	0,00	0,00	0,00
330190	ITABORAI	12.876.311,58	2.862.210,06	480.000,00	2.651.398,65	0,00	0,00	0,00	0,00	18.869.920,29
330200	ITAGUAI	6.081.272,37	22.947,63	585.600,00	4.620.593,97	0,00	0,00	0,00	0,00	11.310.413,97
330205	ITALVA	1.007.610,47	84.922,30	0,00	1.201.044,89	0,00	2.293.577,66	0,00	0,00	0,00
330210	ITAOCARA	1.383.587,39	555.184,18	0,00	1.078.668,98	0,00	3.017.440,55	0,00	0,00	0,00
330220	ITAPERUNA	13.678.175,69	21.171.057,60	3.405.223,20	8.285.941,92	0,00	0,00	0,00	0,00	46.540.398,41
330225	ITATIAIA	2.491.274,47	0,00	105.600,00	405.824,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.002.698,64
330227	JAPERI	7.116.334,69	587.907,20	585.600,00	594.916,67	0,00	8.299.158,56	0,00	0,00	585.600,00
330230	LAJE DO MURIAE	454.376,64	0,00	0,00	212.021,12	0,00	666.397,76	0,00	0,00	0,00
330240	MACAE	14.515.456,74	1.563.327,85	772.495,14	3.754.260,22	0,00	20.605.539,95	0,00	0,00	0,00
330245	MACUCO	181.761,81	6.135,67	0,00	194.013,59	0,00	381.911,07	0,00	0,00	0,00
330250	MAGE	12.919.443,45	116.877,82	894.000,00	914.356,79	0,00	0,00	0,00	0,00	14.844.678,06
330260	MANGARATIBA	2.378.484,60	89.546,27	105.600,00	375.157,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948.788,28
330270	MARICA	5.703.529,54	185.747,46	559.200,00	597.791,80	0,00	6.487.068,80	0,00	0,00	559.200,00
330280	MENDES	1.078.648,23	54.594,52	0,00	729.179,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.862.421,94
330285	MESQUITA	7.959.744,39	1.602.344,62	735.600,00	385.637,02	0,00	0,00	0,00	0,00	10.683.326,03
330290	MIGUEL PEREIRA	1.850.821,00	942.871,74	0,00	14.183,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.807.876,17
330300	MIRACEMA	2.090.879,38	127.624,19	255.012,00	607.257,90	0,00	3.080.773,47	0,00	0,00	0,00
330310	NATIVIDADE	1.226.306,72	671.210,08	256.292,71	1.855.329,30	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009.138,81
330320	NILOPOLIS	6.361.296,76	508.040,98	810.000,00	7.241.179,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.920.517,18
330330	NITEROI	44.825.913,75	30.367.329,76	10.799.011,93	12.129.900,55	0,00	0,00	20.438.158,52	0,00	77.683.997,47
330340	NOVA FRIBURGO	19.333.910,97	10.122.176,79	0,00	3.618.118,82	0,00	0,00	0,00	0,00	33.074.206,58
330350	NOVA IGUACU	61.295.095,06	16.708.634,33	5.464.110,17	26.823.480,12	0,00	0,00	0,00	0,00	110.291.319,68

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

330360	PARACAMBI	3.832.899,15	5.040.633,67	150.000,00	10.209.681,49	0,00	0,00	0,00	0,00	19.233.214,31
330370	PARAIBA DO SUL	2.399.516,75	100.964,55	374.416,53	923.357,13	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798.254,96
330380	PARATI	1.813.147,92	75.658,94	105.600,00	390.225,11	0,00	2.279.031,97	0,00	0,00	105.600,00
330385	PATY DO ALFERES	1.029.992,19	117,39	0,00	725.329,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.755.438,98
330390	PETROPOLIS	37.616.684,75	6.985.890,94	1.121.520,56	10.764.577,26	0,00	0,00	0,00	0,00	56.488.673,51
330395	PINHEIRAL	1.274.119,19	3.496,76	79.200,00	844.858,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.201.673,98
330400	PIRAI	1.967.260,37	496.244,60	249.328,21	468.599,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.181.432,91
330410	PORCIUNCULA	1.217.909,28	24.261,37	212.815,54	501.832,48	0,00	1.851.218,67	0,00	0,00	105.600,00
330411	PORTO REAL	1.344.170,16	30.580,48	105.600,00	353.474,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833.825,52
330412	QUATIS	941.353,00	3.976.248,70	65.656,45	8.920,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.992.179,04
330414	QUEIMADOS	8.356.618,81	20.561,60	300.000,00	13.861.937,00	0,00	22.239.117,41	0,00	0,00	300.000,00
330415	QUISSAMA	2.052.306,34	516.916,66	0,00	399.981,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.969.204,25
330420	RESENDE	11.561.623,18	1.360.827,09	834.959,31	1.042.286,66	0,00	0,00	0,00	0,00	14.799.696,24
330430	RIO BONITO	5.255.065,13	7.266.471,96	1.634.642,61	4.501.879,24	0,00	0,00	0,00	0,00	18.658.058,94
330440	RIO CLARO	1.168.235,87	0,00	79.200,00	54.338,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301.774,03
330450	RIO DAS FLORES	517.899,07	0,00	0,00	60.270,34	0,00	0,00	0,00	0,00	578.169,41
330452	RIO DAS OSTRAS	6.018.096,10	243.392,25	0,00	193.318,89	0,00	6.454.807,24	0,00	0,00	0,00
330455	RIO DE JANEIRO	590.308.517,93	98.944.257,47	52.861.225,02	202.033.968,29	0,00	21.000.000,00	58.324.067,11	0,00	864.823.901,60
330460	SANTA MARIA MADALENA	685.630,91	5.832,14	0,00	450.488,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.951,89
330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.434.539,65	129.076,07	79.200,00	519.719,82	0,00	4.083.335,54	0,00	0,00	79.200,00
330475	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2.981.539,35	0,00	0,00	341.252,72	0,00	3.322.792,07	0,00	0,00	0,00
330480	SAO FIDELIS	2.774.656,12	179.266,78	326.570,92	1.115.421,15	0,00	4.395.914,97	0,00	0,00	0,00
330490	SAO GONCALO	88.522.812,26	4.176.813,73	1.727.116,11	5.200.612,49	0,00	0,00	0,00	0,00	99.627.354,59
330500	SAO JOAO DA BARRA	1.633.886,21	23.864,86	58.582,12	253.594,25	0,00	1.969.927,44	0,00	0,00	0,00
330510	SAO JOAO DE MERITI	29.582.371,95	494.124,99	1.185.600,00	4.259.951,90	0,00	0,00	0,00	0,00	35.522.048,84
330513	SAO JOSE DE UBA	250.659,83	69,99	0,00	159.872,32	0,00	410.602,14	0,00	0,00	0,00
330515	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	1.006.856,86	57.464,61	105.600,00	579.713,73	0,00	1.644.035,20	0,00	0,00	105.600,00
330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	5.549.303,84	359.475,37	352.865,02	376.486,61	0,00	6.532.530,84	0,00	0,00	105.600,00
330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	731.594,29	56.670,41	115.849,52	984.127,37	0,00	1.888.241,59	0,00	0,00	0,00
330540	SAPUCAIA	618.309,64	12.252,88	0,00	339.667,90	0,00	0,00	0,00	0,00	970.230,42
330550	SAQUAREMA	3.923.551,58	84.145,54	105.600,00	887.047,50	0,00	4.894.744,62	0,00	0,00	105.600,00
330555	SEROPEDICA	3.548.132,09	0,00	405.600,00	1.858.872,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.812.604,36
330560	SILVA JARDIM	1.323.739,61	5.223,35	150.000,00	217.323,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.696.286,61
330570	SUMIDOURO	983.101,38	0,00	0,00	567.013,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.115,32
330575	TANGUA	2.071.291,88	1.583.631,90	150.000,00	186.858,50	0,00	3.841.782,28	0,00	0,00	150.000,00
330580	TERESOPOLIS	17.321.655,97	6.182.626,07	3.542.826,20	3.796.242,98	0,00	0,00	0,00	0,00	30.843.351,22
330590	TRAJANO DE MORAIS	136.196,59	26.662,75	0,00	1.005.602,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.461,76
330600	TRES RIOS	7.890.106,10	3.924.186,62	105.600,00	3.923.630,44	0,00	0,00	0,00	0,00	15.843.523,16
330610	VALENCA	7.149.268,57	655.702,07	900.693,65	3.524.610,12	0,00	0,00	0,00	0,00	12.230.274,41
330615	VARRE-SAI	559.383,38	0,00	0,00	49.262,29	0,00	608.645,67	0,00	0,00	0,00
330620	VASSOURAS	4.552.340,20	9.787.165,24	714.768,29	2.268.518,37	0,00	0,00	0,00	0,00	17.322.792,10
330630	VOLTA REDONDA	31.803.951,67	10.034.278,21	316.800,00	3.559.304,30	0,00	0,00	0,00	0,00	45.714.334,18
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.921.084.776,28

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2012

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	330330 - NITEROI	Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF	12505	30	05-01-2005	20.438.158,52
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Maternidade Escola da UFRJ	2270021	1892	13-10-2005	7.624.633,84
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Gafree Guinle/UNIRIO	2295415	1888	13-10-2005	8.499.698,38
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Doenças do Torax	5358833	000	01-01-1900	20.622,90
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	2708361	000	01-01-1900	105.176,81
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Escola São Francisco de Assis	2270668	000	01-01-1900	10.311,45
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	2280167	2726	28-12-2004	32.087.517,50
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Martagão Gesteira/UFRJ	2296616	144	13-10-2005	4.751.776,58
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Ginecologia da UFRJ	2296594	000	01-01-1900	10.998,88
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	2269430	1891	13-10-2005	5.213.330,77
TOTAL						78.762.225,63

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 30, de 14 de julho de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, o art. 27, inciso III, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e

Considerando solicitação de remanejamentos de recursos entre Unidades da Federação e entre programas de aplicação, no âmbito da área orçamentária de Habitação Popular, formulada pelo Agente Operador, com fulcro no disposto no subitem 1.6, do Anexo II, da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, acrescido pela Resolução nº 585, de 19 de dezembro de 2008, ambas do Conselho Curador do FGTS, resolve:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 30, de 14 de julho de 2011, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 15 de julho de 2011, Seção 1, páginas 67 e 68, 14 de julho de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
EXERCÍCIO 2011

Programas/Descontos	Metas Físicas (1) (2)	Empregos Gerados (2)	Valores (em R$ 1.000,00)
1) Pró-Moradia	153.632	111.300	2.000.000
2) Carta de Crédito Individual	267.637	980.423	17.617.670
3) Carta de Crédito Associativo	668	2.446	43.951
4) Apoio à Produção de Habitações	257.317	942.621	16.938.379
5) Descontos financ. pessoas físicas			5.500.000
Total Geral	**679.254**	**2.036.790**	**42.100.000**

Legenda:

(1) As metas físicas são expressas em número de unidades habitacionais.

(2) As metas físicas e os empregos gerados são calculados utilizando-se parâmetros nacionais e sua distribuição por Unidades da Federação guardam direta proporcionalidade com os recursos a elas alocados, a favor dos programas dispostos no Anexo II desta Instrução Normativa.

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
EXERCÍCIO 2011

(Valores em R$ 1.000,00)

UF / REGIÕES	Carta de Crédito Individual	Carta de Crédito Associativo	Apoio à Produção de Habitações	Total Habitação Popular Pessoas Físicas e Jurídicas
RO	70.925	0	88.544	159.469
AC	10.481	0	38.464	48.945
AM	34.752	250	191.585	226.587
RR	14.654	0	499	15.153
PA	154.468	0	358.447	512.915
AP	1.699	0	938	2.637
TO	40.497	0	27.403	67.900
NORTE	**327.476**	**250**	**705.880**	**1.033.606**
MA	183.666	65	239.985	423.716
PI	100.492	0	77.112	177.604
CE	315.921	0	244.302	560.223
RN	304.170	5.000	325.467	634.637
PB	466.411	155	154.477	621.043
PE	318.416	400	341.331	660.147
AL	230.023	250	417.640	647.913
SE	169.371	0	173.987	343.358
BA	575.572	700	936.542	1.512.814
NORDESTE	**2.664.042**	**6.570**	**2.910.843**	**5.581.455**
MG	2.280.377	12.000	1.277.204	3.569.581
ES	256.055	2.267	401.295	659.617
RJ	1.089.271	150	1.106.152	2.195.573
SP	3.346.442	11.585	5.936.287	9.294.314
SUDESTE	**6.972.145**	**26.002**	**8.720.938**	**15.719.085**
PR	2.117.079	189	933.716	3.050.984
SC	1.107.307	0	473.486	1.580.793
RS	1.785.193	3.000	987.855	2.776.048
SUL	**5.009.579**	**3.189**	**2.395.057**	**7.407.825**
MS	352.609	0	265.872	618.481
MT	303.376	2.940	360.649	666.965
GO	1.864.778	5.000	1.273.004	3.142.782
DF	123.665	0	306.136	429.801
C.OESTE	**2.644.428**	**7.940**	**2.205.661**	**4.858.029**
TOTAL	**17.617.670**	**43.951**	**16.938.379**	**34.600.000**

ANEXO III

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
DESCONTOS NOS FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2011

(valores em R$ 1.000,00)

UF / REGIÕES	VALOR (*)
RO	24.024
AC	4.091
AM	19.387
RR	2.840
PA	63.598
AP	191
TO	8.390
NORTE	**122.521**
MA	74.957
PI	53.181
CE	102.006
RN	123.719
PB	143.866
PE	147.366
AL	167.891
SE	66.081
BA	226.208
NORDESTE	**1.105.275**
MG	657.385
ES	70.933
RJ	262.048
SP	1.194.761
SUDESTE	**2.185.127**
PR	540.315
SC	263.750
RS	528.914
SUL	**1.332.979**
MS	97.528
MT	155.346
GO	468.186
DF	33.038
C.OESTE	**754.098**
TOTAL	**5.500.000**

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 JANEIRO DE 2012

Altera a Instrução Normativa nº 83, de 23 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995,

Considerando o disposto no subitem 1.5, do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, com a redação dada pelo item 1 da Resolução nº 564, de 11 de junho de 2008, ambas do Conselho Curador do FGTS;

Considerando o disposto no subitem 1.6, do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, acrescido pela Resolução nº 585, de 19 de dezembro de 2008, ambas do Conselho Curador do FGTS;

Considerando a necessidade de efetuar remanejamento no orçamento operacional do FGTS, aprovado pela Resolução nº 644, de 09 de novembro de 2010, destinados à área de saneamento básico para o exercício 2011, de modo a atender demanda do Agente Operador do FGTS;

Considerando o disposto no subitem 4.3, do Anexo I da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, com a redação dada pelo item 1 da Resolução nº 629, de 23 de março de 2010, do Conselho Curador do FGTS; resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Instrução Normativa nº 83, de 23 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Agente Operador observará, na aplicação dos recursos alocados à área de Saneamento Básico , os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo I desta Instrução Normativa:

I - ficam destinados até R$ 3.751.395.000,00 (três bilhões, setecentos e cinqüenta e um milhões e trezentos e noventa e cinco mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor público, e

II - ficam destinados até R$ 1.048.605.000,00 (um bilhão, quarenta e oito milhões e seiscentos e cinco mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor privado.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Instrução Normativa nº 83, de 2010, do Ministério das Cidades, que passa a vigorar conforme disposto no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO

Valores em R$ 1.000,00

UF REGIÃO	SANEAMENTO PARA TODOS / SETOR PÚBLICO	SANEAMENTO PARA TODOS / SETOR PRIVADO	TOTAL SANEAMENTO BÁSICO
RO	31.873	0	31.873
AC	0	0	0
AM	0	0	0
RR	0	0	0
PA	202.991	0	202.991
AP	0	0	0
TO	12.605	0	12.605
NORTE	**247.469**	**0**	**247.469**
MA	164	0	164
PI	16.227	0	16.227

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	0	0	0
RN	63.029	0	63.029
PB	129.945	0	129.945
PE	273.314	0	273.314
AL	0	0	0
SE	0	0	0
BA	134.715	18.964	153.679
NORDESTE	**617.394**	**18.964**	**636.358**
MG	461.855	0	461.855
ES	120.176	0	120.176
RJ	558.573	403.922	962.495
SP	1.159.037	427.982	1.587.019
SUDESTE	**2.299.641**	**831.904**	**3.131.545**
PR	50.394	0	50.394
SC	473.406	197.737	671.143
RS	25.034	0	25.034
SUL	**548.834**	**197.737**	**746.571**
MS	16.474	0	16.474
MT	0	0	0
GO	21.583	0	21.583
DF	0	0	0
CENTRO-OESTE	**38.057**	**0**	**38.057**
TOTAL	**3.751.395**	**1.048.605**	**4.800.000**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a distribuição, entre as regiões do território nacional, dos recursos orçamentários, referentes ao exercício de 2011, destinados ao Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e

Considerando o disposto no subitem 1.6, do Anexo II, da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, acrescido pela Resolução nº 585, de 19 de dezembro de 2008, ambas do Conselho Curador do FGTS, que admite a alocação final do Orçamento do FGTS em até trinta dias após o encerramento de cada exercício; e

Considerando a solicitação de remanejamento de recursos, referente ao exercício orçamentário de 2011, formulada pelo Agente Operador, com fulcro no subitem 3.2, do Anexo, da Instrução Normativa nº 5, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA, resolve:

Art. 1º Fica alterada, excepcionalmente para o exercício orçamentário de 2011, a distribuição, entre as regiões do território nacional, dos recursos destinados ao Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA, na forma da tabela a seguir:

REGIÕES DO TERRITÓRIO NACIONAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RECURSOS
Norte	1,90%
Nordeste	9,50%
Sudeste	62,60%
Sul	16,00%
Centro-Oeste	10,00%
TOTAL BRASIL	100%

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 47, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dá nova redação ao Anexo IX da Portaria nº 547/2011 do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50.000 habitantes, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o art. 11 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O Anexo IX da Portaria nº 547, de 28 de novembro de 2011, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de novembro de 2011, seção 1, páginas 100 a 103, que dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IX

CRONOGRAMA

30/11/2011	Início do período de cadastramento de propostas de projeto pelos estados e municípios, por meio do sítio eletrônico do Ministério das Cidades.
30/12/2011	Encerramento do período de cadastramento de propostas de projeto pelos estados e municípios, por meio do sítio eletrônico do Ministério das Cidades.
Até 03/02/2012	Divulgação do resultado das propostas selecionadas no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.
Até 23/03/2012	Envio do extrato dos Termos de Acordo e Compromisso firmados entre as instituições e agentes financeiros habilitados a operar os recursos do Programa e os proponentes.
Até 20/04/2012	Envio das informações para análise de enquadramento dos beneficiários aos critérios de participação no Programa, de que trata o inciso I do subitem 10.1 do Anexo I desta Portaria.
06/07/2012	Prazo final para contratação junto aos beneficiários finais do Programa.
Até 20/07/2012	Envio das informações referentes aos contratos firmados com os beneficiários, de que trata o inciso II do subitem 10.1 do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.014366/2009-41, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual OSCAR ANTONIO RUZZA JÚNIOR VISTORIAS DE VEÍCULOS - ME, CNPJ - 09.121.134/0001-35, situada no Município de Botucatu - SP, na Rua Paulo Francischini,126 - Vila dos Lavradores, CEP 18.609-560, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Botucatu no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 87, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.040267/2009-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica RMM VISTORIAS VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 11.259.356/0001-60, situada no Município de São José do Rio Preto - SP, na Rua General Glicério, 4359 - Centro, CEP 15.015-400, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 88, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.044486/2009-73, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica SANTA MARIA VISTORIA LTDA - ME, CNPJ - 05.894.870/0001-75, situada no Município de Cerquilho - SP, na Rua Dr. Campos, 1250 - Centro, CEP 18.520-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Cerquilho e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Rafard, Conchas, Porangaba e Pereiras no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 89, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.047309/2010-82, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da firma individual ANTONIO SIBIEM BONESSO JUNIOR VISTORIA VEICULAR - ME, CNPJ - 11.391.473/0002-64, situada no Município de Mogi-Mirim - SP, na Rua Padre José, 554 - Centro, CEP 13.800-170, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Mogi-Mirim no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 90, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.050552/2010-88, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica CENTRO VALE VISTORIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA ME, CNPJ - 12.811.194/0001-94, situada no Município de Rio do Sul - SC, na Rod. BR 470, 9.030, Km 143, Sala 03 - Progresso, CEP 89.160-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Rio do Sul e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Agrolândia, Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Laurentino, Lontras, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Rio do Oeste e Trombudo Central no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 497, de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 06 de junho de 2011, Seção 1, Página 36, onde se lê: 'na Rua Willy Barth, 4172, Fundos - Centro, CEP 89.900-000' Leia-se: 'na Rua Willy Barth, 1685 - Progresso, CEP 89.900-000'.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 123, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a utilização imediata das placas e tarjetas confeccionadas com películas refletivas, conforme disposto no Anexo da Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007.

O Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, 'ad referendum' do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 12, inciso I, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, combinado com o art. 6º do Regimento Interno daquele colegiado, nos termos do disposto no Decreto nº 4.711 de 29 de maio de 2003, que trata sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Deliberação CONTRAN nº 122, de 27 de dezembro de 2011, que altera o prazo estipulado no parágrafo único do art. 6º e no item 3.1 do art. 3º da Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007, com alteração dada pela Resolução CONTRAN nº 372, de 18 de março de 2011, que estabelece o Sistema de Placas de Identificação de Veículos;

Considerando que alguns órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal já estão totalmente aptos para a utilização das placas e tarjetas confeccionadas com películas refletivas, em atendimento ao disposto no Anexo da Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007

Considerando o que consta dos Processos Administrativos nº 80001.038420/2008-53 e 80001.025919/2008-09, resolve:

Art. 1º Os órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal que estejam aptos a implementar a utilização das placas e tarjetas confeccionadas com películas refletivas, previstas no Anexo da Resolução CONTRAN nº 231/2007, poderão fazê-lo de forma imediata independentemente do prazo previsto no art. 1º da Deliberação CONTRAN nº 122/2011.

Art. 2º Após o prazo estabelecido no art. 1º da Deliberação CONTRAN nº 122/2011 (1º de abril de 2012), a implantação das placas e tarjetas confeccionadas com películas refletivas será obrigatória, aplicando-se as sanções previstas nos artigos 221 e 230, incisos I, IV e VI, do Código de Trânsito Brasileiro, no caso de descumprimento.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data sua publicação.

JULIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 5, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Proposta de Termo de Autorização para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações - LGT, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua 635ª Reunião, realizada em 26 de janeiro de 2012, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42, da LGT e do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de Termo de Autorização para Explorar o Serviço de Acesso Condicionado, na forma do ANEXO à presente Consulta Pública.

1.Esta Consulta Pública tem como base as seguintes considerações:

1.1.O Poder Público deve garantir a toda população o acesso às telecomunicações, por meio da criação de oportunidades de investimento e do estímulo à expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, em ambiente competitivo;

1.2.A Agência deve viabilizar de forma transparente e democrática, assegurando a oitiva da sociedade em geral, a aprovação dos instrumentos que formalizam a relação a ser firmada entre o interessado em prestar o serviço e a União, por intermédio da Anatel;

1.3.Os Termos de Autorização, instrumentos que formalizam a Autorização para explorar o serviço, devem conter condições homogêneas para os interessados;

1.4.Por tratar-se de um serviço prestado em regime privado e, portanto, não sujeito a termo final, o Termo de Autorização deve conter disposições de cunho perene e facilmente adaptáveis a eventuais inovações ou alterações da legislação e regulamentação aplicável ao serviço;

1.5.Especificamente para as empresas que atualmente exploram serviços de TV por assinatura e migrarão para o SeAC, foi elaborado um capítulo exclusivo contendo a previsão de que elas devem cumprir, nos prazos previstos nas outorgas originais, as obrigações ali impostas, no que não conflitar com a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, visando assegurar o adimplemento do que foi pactuado anteriormente.

2. O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço apresentado a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

3. As contribuições e sugestões devem ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 08 de fevereiro de 2012.

4. Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 07 de fevereiro de 2012, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 5, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Proposta de Termo de Autorização para Explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC.

SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca

70070-940 - BRASÍLIA - DF

Fax n° (0xx61) 2312 - 2002

Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 309, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 53500.026962/2010.

Aprovar, a posteriori, a transferência do controle societário da empresa REAL NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA.- ME, CNPJ/MF nº 10.214.374/0001-63, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, caracterizada pela entrada de nova sócia IZABEL CRISTINA PENTEADO, CPF/MF nº 276.443.258-59. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE RESENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 311, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 53500.009765/2010.

Aprova, a posteriori, a transferência do controle da VIATEC COMÉRCIO LTDA.- ME, CNPJ/MF nº 09.199.730/0001-38, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, constante na terceira alteração contratual, de JOÃO PAULO MATOS MARTINS, CPF/MF nº 014.816.976-76 para WAGNER MARTINS SIQUEIRA, CPF/MF nº 080.075.807-27 e ADILSON PAGANINI FERRAREZI, CPF/MF nº 669.023.049-04. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE RESENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 20 de setembro de 2011

Nº 7.944/20111-CD - Processo nº 53545.000100/2009.

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por SERRA AZUL COMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ/MF nº 08.968.899/0001-42, contra decisão do Superintendente de Radiofreqüência e Fiscalização, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infração consoante no uso de radiofrequência sem autorização da Anatel, no Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, decidiu, em sua Reunião nº 600, realizada em 24 de março de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo por ausência do pressuposto objetivo de tempestividade, mantendo a sanção de multa aplicada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 215/2011-GCJV, de 14 de março de 2011.

Em 5 de outubro de 2011

Nº 8.457/20111-CD - Processo nº 53542.003180/2009

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por ALTAIR FRANCISCO MENDANHA-ME., CNPJ/MF nº 03.304.409/0001-90, contra decisão do Superintendente de Radiofreqüência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 2.669, de 4 de abril de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação de exploração do serviço por meio de estação sem licença de funcionamento, na localidade de Itaberaí, Estado de Goiás, em descumprimento ao que dispõe o art. 27 e art. 28 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272/2001, decidiu, em sua Reunião nº 623, realizada em 29 de setembro de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo, devido à ausência dos pressupostos processuais objetivos de tempestividade e legitimidade, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 753/2011-GCJV, de 31 de agosto de 2011.

Em 6 de outubro de 2011

Nº 8.494/20111-CD - Processo nº 53542.001659/2009

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por ALTAIR FRANCISCO MENDANHA-ME., CNPJ/MF nº 03.304.409/0001-90, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofreqüência e Fiscalização, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infração de exploração do Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização, no Município de Itaberaí, Estado de Goiás, decidiu, em sua Reunião nº 621, realizada em 8 de setembro de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo, mantendo a sanção de multa aplicada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 643/2011-GCJR, de 1º de setembro de 2011.

Em 21 de outubro de 2011

Nº 8.922/20111-CD - Processos nº 53542.000860/2000 (apensador); 53542.000861/2000, 53542.000866/2000 e 53542.000898/2000 (apensados).

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS-CELG, CNPJ/MF nº 01.543.032/0001-04, autorizada do Serviço Limitado Privado, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.794/2010-CD, de 9 de julho de 2010, nos autos dos processos em epígrafe, que têm por objeto averiguação de descumprimento à Norma nº 13/97, decidiu, em sua Reunião nº 626, realizada em 20 de outubro de 2011: a) não conhecer do Pedido de Reconsideração; b) determinar que a SRF oriente as ações de fiscalização para que a mesma atue da forma determinada neste VOTO em casos semelhantes, ou seja, ao constatar, em fiscalização, que a empresa autorizada do Serviço Limitado Privado de interesse restrito, para uso próprio, esteja operando com potência na saída do transmissor inferior à autorizada, conceda a ela prazo para correção a atualização das suas informações constantes no banco de dados da Anatel, sujeitando a prestadora à eventual instauração do devido Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações caso as medidas corretivas não sejam tomadas; e, c) modificar ex officio, com fundamento no artigo 64 da Lei de Processo Administrativo, a decisão recorrida, para aplicar a sanção de advertência, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 591/2011-GCER, de 14 de outubro de 2011, com o acréscimo contido no VOTO nº 617/2011-GCJV, de 19 de outubro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 518, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Osasco/SP, no período de 26/01/2012 a 28/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Multa (R$)	Enquadramento Legal	Despacho
53000.017170/2009	Associação Rádio Clube Opção Comunitária	Catalão/GO	02.221.965/0001-30	360,00	Arts. 78 c/c 82 da Res. nº 259/2001	8561, de 10/10/11
53551.000440/2011	Leoni Carneiro Sales	Araguaína/TO	731.278.921-87	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997	8418, de 04/10/11

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53575.000.145/2011	Associação Rádio Comunitária Araguari.	Ferreira Gomes-AP	03.434.763/0001-39	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	15/04/2011
53569.002.928/2011	Eliseu Ribeiro	Marmeleiro/PR	715.263.669-91	275,25	Art. 52, do anexo a resolução 73/1998,c/c art 131, da LGT, Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT.	17/10/2011
53569.002.492/2011	Jesvaldo Ferreira de Faria-me	Marabá-PA	01.767.932/0001-27	1.081,01	Art. 52, do anexo a resolução 73/1998,c/c art 131, da LGT, Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT.	31/08/2011
53569.002.480/2011	Emerson Aparecido Vieira	São Domingos do Capim/PA	043.513.119-24	275,25	Art. 173, inciso II c/c, art. 163, art 162, §2º da lei 9.472/97 c/c art. 55, inciso V, alínea "b" do anexo a resolução 242, 30/11/2000.	31/08/2011
53569.002.695/2011	Jose Oscar Braga de Carvalho	Cametá/PA		4.350,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT	23/08/2011
53569.002.237/2011	Maria do Carmo Pereira da Silva	Itupiranga/PA	182.835.943-20	4.350,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT	16/09/2011
53569.002.236/2011	Maria de Lourdes Costa do Nascimento	Itupiranga/PA	259.982.773-68	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97.	29/07/2011
53569.002.951/2011	Manoel de Jesus Farias Ribeiro	Cametá- Vila do Carmo/PA	303.487.902-44	2.850,00	Art. 173 e 163 inciso II lei 9.472/97, c/c arts.17, 78 e 80 do RUER.	18/10/2011
53569.003.155/2011	Paulo Roberto Caldas Garcia	Cametá/ Vila de Juaba/PA	878.469.852-72	4.350,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT	18/10/2011
53569.002.238/2011	Francisco Fernando Lima	Itupiranga/PA	026.438.933-60	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	09/09/2011
53000.025.944/2010	Associação Comunitária Unidos Pará.	Conceição do Araguaia/PA	04.219.530/0001-86	200,00	Art. 173 inciso II lei 9.472/97, c/c arts.17, 78 e 80 do RUER.	27/10/2011
53569.002.485/2011	Francinaldo de Souza Barbosa	Marabá-PA	297.802.922-68	75,25	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	17/08/2011
53569.002.240/2011	Gilderlan Teixeira de Olinda	Marabá/PA	931.414.592-15	2.850,00	Art. 173, inciso II c/c, art. 163, 9.472/97c/c, art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001	09/09/2011
53569.002.484/2011	Edson Luiz Lima	São Domingos do Araguaia/PA	437.053.670-72	275,25	Art. 173, inciso II c/c, art. 163, art 162, §2º da lei 9.472/97 c/c art. 55, inciso V, alínea "b" do anexo a resolução 242, 30/11/2000	31/08/2011
53569.001.5862011	Antônio Sipriano Filho	Canaã dos Carajás/PA	509.741.732-15	4.725,00	Art. 173, inciso II c/c, art. 163, art 162, §2º da lei 9.472/97 c/c art. 55, inciso V, alínea "b" do anexo a resolução 242, 30/11/2000	21/06/2011
53569.002.239/2011	Ildenizaura Silva Cabral	Itupiranga /PA	996.145.372-72	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	19/10/2011
53569.003.154/2011	Emerson Viana Pereira	Cametá/ Vila do Carmo/PA	440.518.162-49	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	17/10/2011
53569.001.177/2011	Associação de Difusão Comunitária Benevides FM	Benevides/PA	06.153.663/0001-22	200,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Item 5.1 resolução 67, 12/11/1998c/c art. 3º da portaria ANATEL nº 006, 20/01/2003	08/08/2011
53569.003.138/2011	Inviolável Parauapebas Comercio de Alarmes Eletrônicos Ltda.	Parauapebas/PA	10.909.838/0001-56	1.681,01	Art. 52, do anexo a resolução 73/1998,c/c art 131, da LGT, Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97	25/10/2011
53569.002.932/2011	Altel Alarmes e Telefonia Ltda	Goiatuba/GO	10.892.718/0001-93	275,25	Art. 52, do anexo a resolução 73/1998,c/c art 131, da LGT, Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT	18/10/2011
53000,025.772/201	Associação Comunitária Unidos.	Conceição do Araguaia/PA	04.219.530/0001-86	600,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Art. 78 e 82 anexo resolução 259, 19/04/2001 RUER, C/C ART. 18 do anexo resolução 303, de 2/07/2002 - RLEC.	28/10/2011
53569.000.346/2011	Jest Link - Importação e Exportação de Wireless Ltda	Campinas_SP	09.450.303/0001-80	1.035,00	Art. 173, inciso II lei 9.472/97 art 55, inciso IV, alínea "b", 39 anexo a resolução nº 242, 30/11/2000.	21/12/2011
53569.003.135/2011	R da Silva Sousa & Cia Ltda	Rio Maria/PA	13.281.708/0001-00	3.010,08	SCM - Art. 10, do anexo à Resolução nº 272/2001, c/c art. 52, do anexo à Resolução nº 73/1998,c/c art. 131, da LGT.	30/11/2011
53000.031984/2010	Associação de Radio Comunitária Cutias do Araguari.	Cutias/AP	06.118.911/0001-02	600,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Art. 78 e 82 anexo resolução 259, 19/04/2001 RUER, C/C ART. 18 do anexo resolução 303, de 2/07/2002 - RLEC.	30/11/2011
53000.044448/2009	Associação dos Filhos e Amigos de Santa Barbara do Pará.	Santa Barbara do Pará/PA	04.798.243/0001-78	800,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, item 18.1.4 da Norma 01/04, c/c art. 27 do RSRC.	01/12/2011
53000.023316/2010	Associação dos Filhos e Amigos de Santa Barbara do Pará.	Santa Barbara do Pará/PA	04.798.243/0001-78	1.000,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Art. 78 e 82 anexo resolução 259, 19/04/2001 RUER, C/c item. 18.3.2.2 da norma 01/04, c/c art. 18 anexo a resolução 303, de 2/07/2002 - RLEC.	30/11/2011
53000.033206/2010	Associação Comunitária Beneficente Santos Dumont	Redenção/PA	03.435.915/0001-18	600,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Art. 78 e 82 anexo resolução 259, 19/04/2001 RUER, C/C ART. 18 do RLEC.	01/12/2011
53569.002.950/2011	Alquindar Coelho Ferreira	Mocajuba/PA	121.802.462-34	2.850,00	Art. 17 do anexo à resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da lei nº 9.472/97, art. 4º c/c art. 55 V, alínea "b" do anexo a resolução 242/2000, c/c paragrafo 2º art. 162 da LGT	04/11/2011
53000.050458/2010	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá	São Miguel do Guamá/PA	05.106.388/0001-23	200,00	Art. 173, inciso II, da lei 9.472/97, Art. 78 e 82 anexo resolução 259, 19/04/2001 RUER	31/10/2011
53569.003.963/2011	Wilson Alves de Melo	Marabá/PA	299.685.422-53	881,01	Limitado Privado-Item 7.1, da Norma 13/1997 de 18/09/1997, c/c art. 52 do anexo a res. Nº 73/1998, c/c art. 131 da LGT.	21/12/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Multa (R$)	Enquadramento Legal	Despacho
53551.000129/2011	João Maciel da Silva	Divinópolis do Tocantins/TO	413.870.821-91	3.850,00	Art. 55, V, "b", da Res. nº 242/2000	3540, de 02/05/11
53545.001269/2011	F. A. da Mota ME	Vila Rica/MT	12.461.440/0001-25	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/97	7435, de 09/09/11
53000.032520/2009	Associação Beneficente a Assistencial do Combinado	Combinado/TO	04.297.086/0001-17	540,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001 e art. 18 da Res. 303/2002	8257, de 28/09/11
53542.001370/2011	Help Desk Net Telecomunicações Ltda ME	Goiânia/GO	03.092.172/0001-20	2.835,00	Art. 27 e 28 da Res. nº 272/2001	8243, de 28/09/11
53000.025880/2010	Televisão Nhambiquara Ltda	Guarantã do Norte/MT	37.483.948/0001-55	5.000,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001	8250, de 28/09/11
53542.001140/2011	Associação Cultural e Educativa de Goiatuba	Goiatuba/GO	01.220.154/001-51	800,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, item 18.3.2.2 da Norma nº 01/2004	7430, de 09/09/11
53000.058559/2009	Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas	Salinas/MG	02.703.434/0001-83	1.400,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, itens 18.1.3 e 18.3.2.2 da Norma nº 01/2004 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	7701, de 14/09/11
53545.000310/2011	Laminados Zero Oitenta Ltda	Peixoto de Azevedo/MT	03.351.353/0001-24	540,00	Itens 10.1 c/c 13.5, II, "c" da Norma MC nº 13/97	7436, de 09/09/11
53542.002779/2011	Rádio Caiapó Ltda	Rio Verde/GO	02.928.356/0001-15	1.080,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001	8244, de 28/09/11
53545.001270/2011	A. S. Brizola Provedor e Eletrônica ME	Vila Rica/MT	12.658.627/0001-13	3.311,09	Art. 131 da Lei nº 9.472/97	7434, de 09/09/11
53000.005929/2010	Associação de Radiodifusão Comunitária São Joaquim	São Joaquim/SC	05.070.604/0001-28	400,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001	8213, de 28/09/11
53000.006549/2010	Associação de Radiodifusão Comunitária Cumari	Cumari/GO	03.231.436/0001-80	1.000,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, item 18.3.2.1 da Norma nº 01/2004 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	7629, de 13/09/11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53545.001109/2007	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Várzea Grande	Várzea Grande/MT	07.938.891/0001-70	2.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997	8123, de 23/09/11
53545.001059/2011	Associação Comunitária, Cultural e Folclórica de Feliz Natal	Feliz Natal/MT	04.442.143/0001-04	720,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, item 18.3.2.1 da Norma nº 01/2004 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	7700, de 14/09/11
53000.061440/2010	Associação Cultural e Comunitária de Itapema	Itapema/SC	02.476.281/0001-32	1.200,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, art. 5º do Decreto nº 2.615/98 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	8209, de 28/09/11
53000.005839/2009	Rádio Planalto de Major Vieira Ltda	Major Vieira/SC	76.323.971/0001-34	1.080,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001	8255, de 28/09/11
53000.033210/2010	Associação Comunitária e Cultural Professora Elzita Santana	Nerópolis/GO	03.025.573/0001-68	1.000,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, art. 5º do Decreto nº 2.615/98 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	8212, de 28/09/11
53545.000840/2011	Vilson Covolan	Nova Mutum/MT	318.058.418-15	969,11	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997	8214, de 28/09/11
53000.043940/2009	Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araujo	Inajá/PR	02.989.774/0001-12	900,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, art. 5º do Decreto nº 2.615/98 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	7631, de 13/09/11
53000.005680/2010	Associação Comunitária Valo do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal	Ribeirão do Pinhal/PR	07.728.965/0001-44	600,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001 e artigo 18 da Res. nº 303/2002	8205, de 28/09/11
53000.014779/2010	Associação Beneficente das Crianças Carentes e Abandonadas de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	04.652.925/0001-78	200,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001	8208, de 28/09/11
53548.001660/2011	Anderson de Oliveira Coelho	Campo Grande/MS	286.063.128-35	4.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/97 e art. 55, V, "b", da Res. nº 242/2000	7100, de 31/08/11
53000.023320/2010	Associação Rádio Comunitária União Sul	Joinville/SC	02.841.075/0001-20	360,00	Item 18.1.5 da Norma nº 01/2004	10118, de 28/11/11
53542.003339/2011	Gildenilton Pereira	Itumbiara/GO	06.344.270/0001-04	881,01	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997	9280, de 01/11/11
53000.009899/2010	Associação de Radiodifusão de Inácio Martins	Inácio Martins/PR	05.089.378/0001-27	720,00	Item 18.3.2.1 da Norma nº 01/2004 e art. 18 da Res. nº 303/2002	8207, de 28/09/11
53000.027219/2009	Rádio Atual Guairaçá de Mandaguari Ltda	Mandaguari/PR	79.157.715/0001-02	6.480,00	Itens 5.4.2 e 4.14 da Res. nº 116/1999 e art. 18 da Res. nº 303/2002	9275, de 01/11/11
53542.002890/2011	Thiago Teodoro Alves	Aparecida de Goiânia/GO	012.647.391-92	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997	7433, de 09/09/11
53542.001039/2011	Antônio Marcos Holanda Diniz 79753787120	Rio Verde/GO	12.814.337/0001-11	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997	8256, de 28/09/11
53545.001340/2011	Agropecuária Passo do Lobo Ltda	Nova Mutum/MT	52.043.411/0001-68	450,00	Item 9.8 da Norma MC nº 13/97	9283, de 01/11/11
53542.002729/2011	Gedson Borges da Silva	Iporá/GO	960.259.561-20	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997	7633, de 13/09/11
53542.003370/2011	Rádio Tangará Ltda	Tangará da Serra/MT	01.355.205/0001-52	9.720,00	Art. 26, § 8º c/c 53 da Res. nº 259/2001, Itens 3.2.3, 6.3.1 "I", 6.1.3 e 6.1.5 da Res. nº 116/1999 e art. 18 da Res. nº 303/2002	9282, de 01/11/11

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARANÁ

DESPACHO DA GERENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53516.004639/2011	Antonio Carlos Pedroso Ferreira	Art. 162, §2º, e 163 da Lei 9.472/97.	R$ 275,25	PR	13/10/11
53516.004656/2011	Fundação Cesumar	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.600,00	PR	14/10/11
53516.004655/2011	Fundação Cesumar	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 3.200,00	PR	17/10/11
53516.004777/2011	Fundação Maranata de Comunicação Social	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 800,00	PR	20/10/11
53516.003801/2011	Leste Sul Telecomunicações Ltda.	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.850,00	PR	18/08/11
53520.002770/2011	Ponto Net Computadores e Redes Ltda.	Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.040,18	SC	11/10/11
53516.007663/2009	Via Rede Sul Serviços de Informática Ltda.	Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	PR	15/10/10
53516.001620/2009	Via Rede Sul Serviços de Informática Ltda.	Art. 10 da Res 272/01 e art. 162, § 2º da Lei 9.472/97	R$4.035,08	PR	15/10/10
53516.003176/2008	Wagner Rafael Eckert	Art. 10 da Res. 272/01 e art. 162, § 2º da Lei 9.472/97	R$ 7.710,08	PR	25/08/10
53516.004649/2011	Televisão Cidade Modelo Ltda.	Art. 1º da Portaria 001/2004 e itens 7.3, 9.3.1 e 9.3.5 da Res. 284/01	Advertência e R$ 9.180,00	PR	19/10/11

TEREZA FIALKOSKI DEQUECHE

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 415, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.039093/2005, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da LÍDER RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, utilizando o canal 252 (duzentos e cinquenta e dois), classe A2.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2012

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, substituta eventual, PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA, designada pela Portaria nº 281, de 5 de dezembro de 2011, publicada no DOU subseqüente, no uso das atribuições que lhe conferem pelo Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com as alterações dadas pelas Portaria nº 591 de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006; nº 711, publicada em 12 de novembro de 2008,publicada no DOU de 13/11/2008; nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06.05.2010; nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.019.654/2010, e, em especial, da Nota Técnica nº 3301/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC, a TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S.A., executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na Localidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, a efetuar a modificação do seu quadro diretivo, de acordo com os termos da minuta da Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 2011, com prazo de mandato de seus membros, com vencimento na data de 30 de abril de 2012, conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º Determinar que a entidade apresente a Ata contendo a modificação autorizada, registrada no órgão competente, para aprovação deste Ministério, devidamente formalizada, dependendo dessa medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mas tornar-se-á sem efeito caso o interessado não comprove ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias, contada desta data, a formalização do documento que originou a presente autorização.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere artigo 1º da Portaria nº 137, de 27 de junho de 2011, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.054419/2011. Art. 1º Aplicar à Empresa de Televisão João Pessoa Ltda., outorgada para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, que opera no canal 12+, no município de João Pessoa, estado da Paraíba, a penalidade de multa no valor de R$ 4.657,25, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base na Portaria MC nº 858, de 18 de dezembro de 2008, por contrariar o disposto na alínea "b" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação alterada pelo Decreto nº 88.067, de 25 de janeiro de 1983.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA

RETIFICAÇÃO

No item 19, alínea "b", do Submódulo 2.4 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa n. 457, de 8 de novembro de 2011 (a qual foi publicada no DOU de 11 de novembro de 2011, seção 1, p. 102, v. 148, n. 127), disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br:

Onde se lê:

"b) para as concessionárias enquadradas na área de atuação da SUDENE/SUDAM as alíquotas de IRPJ e CSLL somam 15,25%;"

Leia-se:

"b) para as concessionárias enquadradas na área de atuação da SUDENE/SUDAM as alíquotas de IRPJ e CSLL somam 15,25%, proporcionalmente à receita faturada na área de concessão sujeita ao benefício fiscal;".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de janeiro de 2012

Nº 258 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria 1.850, de 05 de julho de 2011, considerando os termos da Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.005058/1999-67, resolve: Alterar as características técnicas do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Santa Fé, localizada no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, outorgada, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.272, de 26 de fevereiro de 2008, à empresa Usina Santa Fé S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 45.281.813/0001-35, que passa a ser constituído por uma Linha de 138 kV em estruturas padrões utilizadas pela CPFL, para circuito duplo, com um circuito lançado, condutores 336 MCM Linnet, temperatura de projeto 75/95ºC e cabo OPGW, com cerca de 15 km de extensão, interligando de forma radial com a subestação Gavião Peixoto, de propriedade da concessionária de distribuição CPFL, a ser implantado conforme o seguinte cronograma: a) implantação da Subestação até 1º de março de 2014; b) implantação da Linha de Transmissão até 28 de abril de 2014; c) desativação do atual sistema de 34,5 kV até 28 de abril de 2014.

HÉLVIO NEVES GUERRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de janeiro de 2012

Nº 282 - Processo: 48500.006699/2011-78.
Decisão: i - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Taquari-Guaçu, localizado na sub-bacia 64, no Estado de São Paulo, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 26/12/2011 pela empresa Maringá S/A - Cimento e Ferro-Liga, inscrita no CNPJ sob o nº 61.082.988/0002-50, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. ii - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 30/01/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado.

Nº 283 - Processo: 48500.002120/2001-19.
Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro concedido ao Sr. Antonio Nunes Severo Gomes (CPF n° 033.925.971-04), por meio do Ofício n° 592/2001-SPH/ANEEL, de 7/8/2001, visando à elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ximari, localizado na sub-bacia 17, no Estado de Mato Grosso, devido a manifestação de desistência por parte do interessado.

Nº 284 - Processo nº 48500.006652/2011-12.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH S4A, com potência estimada de 1,09 MW, às coordenadas 14°41'36.24" de Latitude Sul e 59°21'17.61" de Longitude Oeste, situada no rio Sararé, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2011 pela empresa Linear Participações e Incorporações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 26.595.835/0001-25, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 285 - Processo nº 48500.006654/2011-01.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH A8b, com potência estimada de 5,50 MW, às coordenadas 14°41'13.21" de Latitude Sul e 59°19'24.12" de Longitude Oeste, situada no Córrego Atoleiro, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2011 pela empresa Linear Participações e Incorporações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 26.595.835/0001-25, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 286 - Processo nº 48500.006645/2011-11.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Meia Lua, com potência estimada de 4,20 MW, às coordenadas 26°52'48,3" de Latitude Sul e 52°52'42,7" de Longitude Oeste, situada no rio Burro Branco, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 14/12/2011 pela empresa Mauê S.A. - Geradora e Fornecedora de Insumos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.004.149/0001-98, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 287 - Processo nº 48500.006394/2011-66.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Candengo, com potência estimada de 10,70 MW, às coordenadas 13°20'45" de Latitude Sul e 39°06'09" de Longitude Oeste, situada no rio Una, sub-bacia 51, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado da Bahia, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 06/12/2011 pela empresa Companhia Valença Industrial, inscrita no CNPJ sob o nº 15.102.098/0001-65, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 288 - Processo nº 48500.006752/2011-31.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Ado Popinhaki, com potência estimada de 19,30 MW, às coordenadas 27°27'39" de Latitude Sul e 50°31'12" de Longitude Oeste, situada no rio Canoas, sub-bacia 71, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/12/2011 pela empresa Companhia Energética Canoas, inscrita no CNPJ sob o nº 10.618.009/0001-14, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 289 - Processo nº 48500.006651/2011-60.
Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH S1a, com potência estimada de 5,70 MW, às coordenadas 14°38'23.65" de Latitude Sul e 59°20'07.43" de Longitude Oeste, situada no rio Sararé, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2011 pela empresa Linear Participações e Incorporações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 26.595.835/0001-25, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 290 - Processo nº 48500.006653/2011-59.

Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH A5/L10, com potência estimada de 2,55 MW, às coordenadas 14°41'12.10"/14°40'29.13" de Latitude Sul e 59°16'53.75"/59°18'03.80" de Longitude Oeste, situada no Rio Limpo e Córrego Atoleiro, sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 16/12/2011 pela empresa Linear Participações e Incorporações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 26.595.835/0001-25, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 27/03/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 291 - Processo nº 48500.002839/2007-52.
Decisão: i - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São Domingos, localizado na sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso do Sul, apresentados pela empresa Heber Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.523.814/0001-73.

Nº 292 - Processo nº 48500.008115/2008-01.
Decisão: i - Transferir o registro para a elaboração do projeto básico da PCH Quilombo I, situada no rio Jundiaí, sub-bacia 62, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de São Paulo, concedido à empresa Agropecuária Santa Luzia Ltda., para a condição de inativo com base no § 1° do Art. 8° da Resolução n° 395/1998. ii - Revogar o Despacho n° 4.747, de 19 de dezembro de 2008.
A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

AYMORÉ DE CASTRO ALVIM FILHO
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de janeiro de 2012

Nº 87 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:
I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e
II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0213052	A. G. LEME - MINIMERCADO - EPP	11.179.148/0001-51	FLORINIA	SP	48610.001115/2012-10
GLP/MG0213053	ADIL CORREIA DE FARIA - CPF: 163.640.906-72 - ME.	01.267.474/0001-67	TARUMIRIM	MG	48610.001102/2012-32
GLP/PA0213054	ALESSANDRO B. LIMA - ME	13.160.465/0001-51	SANTAREM	PA	48610.000351/2012-19
GLP/AC0213055	ALISON S LEBRE	13.874.480/0001-61	RIO BRANCO	AC	48610.001108/2012-18
GLP/SP0213056	ALTINO ANTÔNIO DE ARAÚLO - ME.	08.888.809/0002-94	ITUVERAVA	SP	48610.000975/2012-28
GLP/RO0213057	ANA PAULA DE OLIVEIRA LOPES	14.371.279/0001-24	PORTO VELHO	RO	48610.000348/2012-97
GLP/AC0213058	ANACLETO E ANACLETO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	34.713.289/0001-08	RIO BRANCO	AC	48610.000349/2012-31
GLP/MT0213059	ANDERSON VILANI - ME	13.011.626/0001-45	CUIABA	MT	48610.000288/2012-11
GLP/MG0213060	ANTONIO GEOVANI MILITANI - ME.	04.791.938/0001-28	NEPOMUCENO	MG	48610.001088/2012-77
GLP/ES0213061	COMERCIAL DE GAS W.B LTDA - ME	13.892.748/0001-98	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.001119/2012-90
GLP/RO0213062	COMERCIAL J A LTDA - ME	10.554.747/0001-45	PORTO VELHO	RO	48610.001110/2012-89
GLP/SP0213063	DEOLINDO WAGNER NETTO - ME	12.471.179/0001-44	ITABERA	SP	48610.000574/2012-78
GLP/PA0213064	E. C. DIAS DA SILVA COMÉRCIO - ME	14.517.466/0001-73	SANTAREM	PA	48610.000344/2012-17
GLP/SP0213065	FABRICIO DE LIMA SANTOS - ME.	14.532.531/0001-30	ITUVERAVA	SP	48610.000976/2012-72
GLP/SP0213066	FARIA & SANTAROSA COMERCIO DE GÁS LTDA ME	13.525.531/0001-40	SERTAOZINHO	SP	48610.000309/2012-90
GLP/SP0213067	GENEDY AMORIM DE ARAUJO - ME	10.533.086/0001-71	SANTO EXPEDITO	SP	48610.001114/2012-67
GLP/MS0213068	GONÇALVES CONVENIENCIA E GAS LTDA EPP.	09.009.378/0001-20	TRES LAGOAS	MS	48610.000285/2012-79
GLP/RN0213069	IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS - ME.	08.700.130/0011-10	MACAIBA	RN	48610.001104/2012-21
GLP/SP0213070	JOSÉ NUNES JUNIOR - ME	14.263.419/0001-40	BOITUVA	SP	48610.000304/2012-67
GLP/BA0213071	JOSÉ RAIMUNDO SANTOS DE OLIVEIRA	10.396.037/0001-34	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000345/2012-53
GLP/SC0213072	JOSÉ VALDENIR DOS SANTOS - ME	14.555.374/0001-88	CURITIBANOS	SC	48610.001112/2012-78
GLP/MT0213073	L. VIEGAS DE SOUZA - ME	03.632.435/0001-47	CACERES	MT	48610.000563/2012-98
GLP/RJ0213074	LICIA GÁS DISTRIBUIDORA LTDA EPP	13.900.244/0001-72	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.000314/2012-01
GLP/SC0213075	LUIZ ROBERTO DOS SANTOS	14.629.591/0001-75	CRICIUMA	SC	48610.001111/2012-23
GLP/PA0213076	MACIEL E SANTANA COMÉRCIO LTDA - ME	12.045.458/0001-46	SANTA ISABEL DO PARA	PA	48610.001096/2012-13
GLP/PR0213077	MARCOS DUARTE COMERCIO DE GAS	13.256.826/0001-68	RESERVA DO IGUACU	PR	48610.000979/2012-14
GLP/MG0213078	MARIA PERPETUA DA SILVA ME	10.594.582/0001-35	QUARTEL GERAL	MG	48610.000566/2012-21
GLP/MT0213079	MARTINS & MARTINS LTDA	03.790.896/0002-29	SINOP	MT	48610.000284/2012-24
GLP/PR0213080	MGI GUARATUBA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	04.838.419/0001-78	GUARATUBA	PR	48610.000313/2012-58
GLP/RJ0213081	MINISTRO GÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	14.496.002/0001-28	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.000564/2012-32
GLP/SC0213082	PONTO GAS LTDA ME.	14.587.947/0001-55	SAO JOSE	SC	48610.000977/2012-17
GLP/PI0213083	R & I COMERCIO DE GLP LTDA	69.665.651/0001-05	TERESINA	PI	48610.001117/2012-09
GLP/PA0213084	R. M. BRITO ME	10.798.586/0001-35	OEIRAS DO PARA	PA	48610.001105/2012-76
GLP/PR0213085	R. V. SCOLARO	10.783.535/0001-30	QUERENCIA DO NORTE	PR	48610.001109/2012-54

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/GO0213086	RAPHAEL FELICIO DA SILVA - RP GAS	14.468.726/0001-68	CALDAS NOVAS	GO	48610.000308/2012-45
GLP/MS0213087	ROCHA COMÉRCIO E CONVENIÊNCIA LTDA - ME	13.345.578/0001-21	ARAL MOREIRA	MS	48610.000316/2012-91
GLP/MG0213088	ROGÉRIO JOSE VEIGA 04484891638	14.191.871/0001-44	ITUIUTABA	MG	48610.000571/2012-34
GLP/MG0213089	SEBASTIAO MAGALHAES SILVA	25.753.195/0002-52	SAO JOAO EVANGELISTA	MG	48610.011101/2012-04
GLP/PR0213090	SERVGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S. A.	55.332.811/0011-53	LONDRINA	PR	48610.000307/2012-09
GLP/RR0213091	V N DA PONTE - ME	11.896.985/0001-00	BOA VISTA	RR	48610.001118/2012-45

Nº 88 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto no artigo 53, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, torna pública a anulação do ato administrativo de concessão das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, tendo em vista a inobservância ao disposto no artigo 6º, da Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, quando da outorga das autorizações às revendas varejistas a seguir listadas, e considerando-se o não atendimento à exigência quando intimadas, via ofício, para supri-la. Portanto, ficam sem efeito as autorizações outorgadas às revendas varejistas ora mencionadas:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0088044	AUTO POSTO DART LTDA	62.630.330/0001-18	SAO PAULO	SP	48610.016017/2010-15
PR/SP0079796	AUTO POSTO MONTANA LTDA	43.513.001/0001-42	SAO PAULO	SP	48610.000573/2010-61
AL0161369	MARIA DE LOURDES BELTRÃO TAVARES	12.244.992/0001-81	JUNQUEIRO	AL	48610.005933/2003-92
PR/SP0082625	POSTO NAVEGANTES LTDA	59.167.270/0001-34	DIADEMA	SP	48610.005996/2010-78
PR/SP0083366	POSTO RESTAURANTE ECLUSA LTDA	44.498.350/0001-03	IGARACU DO TIETE	SP	48610.007349/2010-09

N.º 89 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.000302/00, torna público o cancelamento do registro n.º 118 e a revogação da Autorização para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, publicados no D.O.U. em 04/05/2001, da General Eletric do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.482.241/0003-35, situada na R. Miguel Ângelo, nº 37, Maria da Graça, no município de Rio de Janeiro - RJ, a pedido da empresa.

Nº 90 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0107142	AUTO POSTO ALMIRANTE CURSINO LTDA.	13.965.583/0001-37	SAO PAULO	SP	48610.000859/2012-17
PR/MS0107227	AUTO POSTO ITASUL LTDA - EPP	13.866.450/0001-03	PONTA PORA	MS	48610.000845/2012-95
PR/AL0107202	AUTO POSTO LEVINOS LTDA - ME	14.055.688/0001-11	ARAPIRACA	AL	48610.000867/2012-55
PR/SP0107223	AUTO POSTO ROTATÓRIA JANDAIA LTDA	14.733.831/0001-87	BIRIGUI	SP	48610.000843/2012-04
PR/SP0107203	AUTO POSTO RUYCE DIADEMA LTDA	14.605.965/0001-12	DIADEMA	SP	48610.000869/2012-44
PR/RS0107144	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS VIDAL LTDA.	14.410.862/0001-05	NOVA PALMA	RS	48610.000865/2012-66
PR/SP0107262	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA MÉDIA SOROCABANA	46.844.338/0028-40	MARACAI	SP	48610.000844/2012-41
PR/MG0107143	FONSECA ROCHA LTDA.	17.463.852/0001-18	SAO FRANCISCO	MG	48610.000860/2012-33
PR/BA0107183	GENTIL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL TEIXEIRA DE FREITAS LTDA.	14.587.951/0001-13	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.000877/2012-91
PR/SP0106922	IGARAPETRO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	05.498.173/0001-03	IGARACU DO TIETE	SP	48610.006567/2003-99
PR/SP0105786	L SOLDATI NETO POSTO E CONVENIENCIA	13.176.719/0001-20	ARIRANHA	SP	48610.015675/2011-62
PR/RN0107167	MANOEL NASCIMENTO FILHO EPP	14.696.943/0001-05	TENENTE LAURENTINO CRUZ	RN	48610.000858/2012-64
PR/AC0100383	P BENTO BEZERRA	00.563.480/0001-07	RIO BRANCO	AC	48610.011178/2011-95
PR/SP0107162	POSTO CENTRAL DO GUARANI LTDA.	12.772.318/0001-70	SAO PAULO	SP	48610.000870/2012-79
PR/SP0105065	POSTO COMPANHEIRO P1 LTDA.	14.442.336/0001-19	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	48610.015125/2011-43
PR/BA0107222	POSTO DE COMBUSTIVEIS JULIANA LTDA EPP	14.587.040/0001-96	CONCEICAO DO COITE	BA	48610.000854/2012-86
PR/PR0107182	POSTO DOIS VIZINHOS LTDA	75.915.355/0001-00	DOIS VIZINHOS	PR	48610.000851/2012-42
PR/BA0107165	RILZENE MATOS DE L. OLIVEIRA ME	01.181.165/0005-01	PONTO NOVO	BA	48610.000878/2012-35

Nº 91 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SC0008195	A.L. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	03.475.804/0001-35	SAO JOAO DO SUL	SC	48610.010556/2000-61
PR/TO0084642	ARAGUAINA COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.333.127/0001-09	ARAGUAINA	TO	48610.009463/2010-65
CE0023007	ATLANTA COMERCIAL DE PETROLEO LTDA	01.460.909/0001-95	FORTALEZA	CE	48610.018361/2001-41
CE0011248	ATLAS COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.203.509/0001-92	FORTALEZA	CE	48610.008433/2001-41
GO0029524	AUTO POSTO TIGRÃO LTDA	00.752.741/0001-29	SAO LUIZ DO NORTE	GO	48610.014296/2002-64
SP0000904	AUTO POSTO ÁGUIA DE PRATA LTDA	03.532.011/0001-00	DIADEMA	SP	48610.004829/2900-11
PR/ES0079722	AUTO POSTO BR 101 LTDA	10.919.569/0001-09	SERRA	ES	48610.000507/2010-91
SP0018162	AUTO POSTO BRASIL DE CATANDUVA LTDA.	02.569.011/0001-12	CATANDUVA	SP	48610.019615/2001-47
SP0182913	AUTO POSTO CORREA & COSTA LTDA	06.302.984/0001-41	BAURU	SP	48600.000261/2005-18
RJ0229252	AUTO POSTO E LAVAJATO BOM PASTOR LTDA	06.301.541/0001-36	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.005765/2008-40
SP0021220	AUTO POSTO GUARU CENTER LTDA	52.009.909/0001-04	GUARULHOS	SP	48610.002123/2002-11
AM0205328	AUTO POSTO NOGUEIRA COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	08.090.709/0001-37	MANAUS	AM	48610.012857/2006-14
SP0201778	AUTO POSTO REDENÇÃO DE TAQ. LTDA.	06.977.850/0001-20	TAQUARITINGA	SP	48610.010146/2006-13
MG0196081	AUTO POSTO SAAR LTDA.	07.720.003/0001-49	MANHUACU	MG	48610.004242/2006-14
PR/GO0079567	AUTO POSTO SÃO JUDAS TADEU LTDA.	11.322.263/0001-33	ITUMBIARA	GO	48610.000128/2010-00
PR0022309	AUTO POSTO XH LTDA	78.445.764/0001-88	CASCAVEL	PR	48610.002963/2002-66
CE0161808	BANGUELE COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	05.610.617/0001-42	PACAJUS	CE	48610.006315/2003-61
RS0016272	BROCK COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	02.119.130/0001-73	PASSO FUNDO	RS	48610.017197/2001-53
AP0024066	CALCOMAR INDUSTRIA DE PESCA LTDA	03.554.283/0001-01	CALCOENE	AP	48610.003912/2002-51
CE0013782	CATUANA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.254.349/0001-00	CAUCAIA	CE	48610.010519/2001-33
CE0022817	CENTRO AUTOMOBILISTICO BEZERRA DE MENEZES LTDA	06.645.519/0002-94	FORTALEZA	CE	48610.003474/2002-21
SP0015202	CENTRO AUTOMOTIVO DALLAS LTDA	03.942.228/0001-99	SAO PAULO	SP	48610.011303/2001-95
CE0031230	COMERCIAL DE PETROLEO APARECIDA LTDA	72.303.738/0001-39	MARACANAU	CE	48600.000623/2003-17
CE0017199	COMERCIAL NOBRE DE PETROLEO LTDA	01.078.406/0001-50	FORTALEZA	CE	48610.019020/2001-91
MT0004336	COMERCIAL RODORIO DE PETRÓLEO LTDA.	37.460.615/0001-00	VARZEA GRANDE	MT	48610.001234/2001-11
CE0185847	DR - COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	07.245.288/0001-03	MARACANAU	CE	48610.002819/2005-72
PA0230376	E. DE D. VIEIRA	08.456.002/0001-00	PARAUAPEBAS	PA	48610.006278/2008-02
CE0028262	E.A. DE LIMA COMBUSTIVEIS ME	04.166.063/0001-73	CASCAVEL	CE	48600.002624/2002-15
PR/PR0068104	ERIVELTO ANTONIO LIMA DA LUZ	10.509.827/0001-89	MANGUEIRINHA	PR	48610.004083/2009-09
SP0027550	FERED ARABE & CIA. LTDA.	50.857.291/0002-98	JOSE BONIFACIO	SP	48610.010344/2002-45
GO0187405	FERREIRA SERV. DE LIMPEZA,TRANSP. E COM. DE PETROLEO LT	02.881.921/0027-75	ANAPOLIS	GO	48610.004286/2005-63
GO0189822	FERREIRA SERV. DE LIMPEZA,TRANSP. E COM. DE PETROLEO LT	02.881.921/0029-37	TEREZOPOLIS DE GOIAS	GO	48600.002173/2005-42
CE0158805	FORMASA - FORTALEZA MAQUINAS AUTOS S/A	07.201.627/0003-11	FORTALEZA	CE	48600.003457/2001-22
CE0028138	FRANCISCA LIONETE PINHEIRO BEZERRA & CIA LTDA	02.208.758/0001-45	FORTALEZA	CE	48610.012582/2002-95
CE0028073	GLAUCIA MARIA BEZERRA ROCHA	04.276.718/0001-66	CAUCAIA	CE	48610.010721/2002-46
CE0009342	J B REVENDEDORA DE PETROLEO LTDA	03.794.652/0001-33	FORTALEZA	CE	48610.007052/2001-44
CE0009341	J B REVENDEDORA DE PETROLEO LTDA	03.794.652/0002-14	FORTALEZA	CE	48610.007051/2001-16
RN0016901	J M BEZERRA & CIA LTDA.	08.510.133/0003-81	GUAMARE	RN	48610.014166/2001-41
SP0006166	J R W AUTO POSTO LTDA	67.338.137/0001-21	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	48610.004442/2001-62
CE0020436	J.B.M. COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	02.805.154/0001-86	FORTALEZA	CE	48610.001327/2002-17
GO0022191	JC REVENDA DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS LTDA	04.265.890/0001-14	JATAI	GO	48610.000281/2002-19
GO0203192	JM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. ME.	07.931.458/0001-03	SANTA HELENA DE GOIAS	GO	48610.011040/2006-29
CE0013557	LCM - COMERCIO DE PETROLEO LTDA	63.363.030/0001-82	EUSEBIO	CE	48610.013332/2001-91
CE0018009	LIMODIESEL LIMOEIRO DIESEL LTDA	11.800.992/0002-39	TABULEIRO DO NORTE	CE	48610.019424/2001-85
CE0032030	MAP PETROLEO LTDA	02.814.198/0001-72	FORTALEZA	CE	48610.003410/2003-11
CE0015822	MARAPONGA POSTO SHOPPING LTDA	00.235.801/0002-17	FORTALEZA	CE	48610.015997/2001-31

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GO0003120	MARTINS & BORBA LTDA	00.063.843/0001-37	MOZARLANDIA	GO	48610.002705/2001-15
SC0187927	MF - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA.	78.986.437/0003-03	NAVEGANTES	SC	48600.001528/2005-86
SC0001482	MILON AUTO POSTO LTDA	01.387.684/0002-70	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	SC	48610.008302/2000-82
CE0214048	MP DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	05.288.102/0001-78	FORTALEZA	CE	48610.008339/2007-87
CE0002021	NEW PETRÓLEO LTDA	03.957.109/0001-00	FORTALEZA	CE	48610.009942/2000-18
CE0012824	NORDESTE E EMPREENDIMENTOS DE PETRÓLEO LTDA.	04.435.999/0001-52	CAUCAIA	CE	48610.009359/2001-81
CE0211575	O. S. COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	01.060.369/0001-52	FORTALEZA	CE	48610.005889/2007-44
CE0019555	ORGANIZAÇAO R & C LTDA	00.176.806/0001-35	FORTALEZA	CE	48610.000047/2002-91
CE0026635	PICO AUTO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.	04.324.853/0002-10	CAUCAIA	CE	48610.008765/2002-14
CE0020553	PONTUAL COMERCIAL DE PETRÓLEO ÁGUA FRIA LTDA.	02.696.758/0001-31	FORTALEZA	CE	48610.001459/2002-49
CE0016488	PONTUAL COMERCIAL DE PETRÓLEO ALAGADIÇO LTDA.	04.444.669/0001-23	FORTALEZA	CE	48610.013479/2001-81
CE0185946	PONTUAL COMERCIAL DE PETRÓLEO ALAGADIÇO LTDA.	04.444.669/0002-04	FORTALEZA	CE	48610.002911/2005-32
SC0007639	POSTO ARCO VERDE LTDA	79.940.722/0001-86	CAIBI	SC	48610.005524/2001-24
ES0030495	POSTO CAMINHONEIRO LTDA	01.273.090/0001-57	SAO MATEUS	ES	48610.000913/2003-25
MG0161225	POSTO CINCO ESTRELAS LTDA	17.854.951/0003-92	JOAO MONLEVADE	MG	48610.005942/2003-83
RJ0214375	POSTO DE GASOLINA TRES AMIGOS UNIDOS I LTDA - ME.	05.161.706/0001-59	NOVA IGUACU	RJ	48610.008348/2007-78
PR/RS0067781	POSTO DIBEM - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.223.346/0001-60	PORTO ALEGRE	RS	48610.003984/2009-75
MG0002566	POSTO DO OSCAR LTDA	03.830.052/0001-83	FRUTAL	MG	48610.000083/2001-74
MG0022707	POSTO JACUTINGA LTDA	17.882.911/0001-92	JACUTINGA	MG	48610.003604/2002-26
MG0019187	POSTO MANEZÃO LTDA	20.852.299/0001-10	LAVRAS	MG	48610.021340/2001-11
RN0023580	POSTO SOARES LTDA.	03.098.543/0001-81	NATAL	RN	48610.004420/2002-83
GO0027697	PRESIDENTE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	00.145.151/0001-38	PORANGATU	GO	48610.011805/2002-13
RJ0023446	PST VEICULOS E PEÇAS LTDA	33.075.227/0001-55	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.004166/2002-13
CE0191827	RAPHAEL SOUZA FREITAS - ME	06.253.171/0001-09	BARRO	CE	48610.009620/2005-75
RS0170594	RODA COMERCIAL DE PEÇAS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	88.059.951/0002-68	RIO GRANDE	RS	48610.003987/2004-11
GO0016268	RODRIGUES BORGES & SILVA LTDA	00.502.814/0001-24	SANTA RITA DO ARAGUAIA	GO	48610.017326/2001-11
ES0193804	ROMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA.	07.748.436/0001-02	VITORIA	ES	48610.001796/2006-61
RS0027259	ROSA MARIA ROSSATO VIDAL	01.575.066/0001-72	NOVA PALMA	RS	48610.010984/2002-55
RS0002877	SANTA HELENA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	68.748.599/0002-60	NOVO HAMBURGO	RS	48610.001936/2001-95
CE0030901	SOBRAL & PALACIO PETROLEO LTDA.	07.240.641/0012-15	FORTALEZA	CE	48610.001688/2003-44
CE0024499	T. H. VASCONCELOS & CIA LTDA	06.969.331/0002-00	FORTALEZA	CE	48610.018748/2001-12
AM0179793	V. ARAÚJO DA SILVA	06.539.314/0001-43	ITACOATIARA	AM	48610.011713/2004-89
PR0012912	1001CELSO TETU E CIA LTDA	76.494.327/0003-90	CURITIBA	PR	48610.014832/2001-41

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de janeiro de 2012

Nº 86 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.011972/2006-71, considerando:

-as informações, os estudos e o projeto referentes às adequações do Ponto de Entrega de gás natural de Santa Rita, localizado no km 291 do Gasoduto Guamaré-Cabo (Nordestão), no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba, apresentados pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, na qualidade de líder do Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pela TAG, Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS e Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN;

-a solicitação feita pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, através da correspondência TAG/DTO 0420/2011, datada de 20 de julho de 2011 e protocolizada nesta ANP em 21 de julho de 2011; resolve:

1.Publicar extrato (sumário) do memorial descritivo do projeto de adequação do Ponto de Entrega de gás natural de Santa Rita, localizado no km 291 do Gasoduto Guamaré-Cabo (Nordestão), no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba, totalmente baseado nas informações, nos estudos e no projeto apresentados pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG à ANP, que faz parte do Anexo do presente despacho;

2.Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3.Informar que a publicação do presente despacho não implica em uma autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

Descrição Sucinta do Empreendimento

O empreendimento denominado "Ponto de Entrega Santa Rita" está instalado no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba, na Estação de Santa Rita existente e situada no km 291 do Gasoduto Guamaré-Cabo 12" (Nordestão). O Ponto de Entrega Santa Rita é formado por dois ramais, um para fornecer gás para Campina Grande e outro para João Pessoa, e tem a finalidade de regular a pressão do gás e medir as variáveis usadas para calcular a vazão e o volume de gás transferido para o Cliente PBGÁS.

O projeto de adequação tem o objetivo de ampliar a capacidade de fornecimento de gás natural à PBGÁS no ramal João Pessoa para atendimento ao mercado secundário, sem alterar a capacidade global do Ponto de Entrega Santa Rita.

Aspectos técnicos do projeto

O projeto de adequação do Ponto de Entrega Santa Rita teve como premissas as condições de processo descritas na tabela abaixo.

Tabela: Valores de Processo do Ponto de Entrega de Santa Rita

		Condições de Entrada	Condições de Saída CAMPINA GRANDE	Condições de Saída JOÃO PESSOA
Geral	FLUIDO	GÁS NATURAL	GÁS NATURAL	GÁS NATURAL
	ESTADO FÍSICO	GÁS	GÁS	GÁS
Vazão (x1000m³/dia)*	NORMAL	70 a 440	20 a 200	50 a 375
	MÁXIMA	440**	200	375
	MÍNIMA	70	20	50
Pressão (kgf/cm²)	NORMAL	40 a 100	38 a 41	27 a 29
	MÁXIMA	100	44	33
	MÍNIMA	40	35	26
	PROJETO	100	51	51
Temperatura (º C)	OPERAÇÃO	15 a 51,6	5 a 55	1,2 a 55
	PROJETO (mín/máx)	15 / 55	5 / 60	0 / 60

*Condição de referência para vazão 1 ATM e 20°C
** A soma dos fluxos para Campina Grande e João Pessoa será limitada em 440.000 m³/d.

MAOP da Linha da PBGÁS = 33,0 kgf/cm²man - Ramal João Pessoa

MAOP da Linha da PBGÁS = 44,0 kgf/cm²man - Ramal Campina Grande

MAOP: Maximum Allowable Operating Pressure ou Pressão Máxima de Operação Admissível das instalações da Cia. Distribuidora. Visando atender aos requisitos estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com o cliente, as SDVs do sistema de redução de pressão deverão ser especificadas e ajustadas de forma a garantir que a pressão do gás entrega não ultrapasse o valor da MAOP.

Embora os PEs Santa Rita/João Pessoa e Santa Rita/Campina Grande compartilhem os sistemas de filtragem e aquecimento, não estão previstas alterações nestas instalações ou nas instalações do PE Santa Rita/Campina Grande. A capacidade total dos dois pontos de entrega será mantida em 440 mil m³/dia.

Descrição das instalações

Atualmente, o Ponto de Entrega de Santa Rita/João Pessoa está localizado na Estação de Santa Rita, e compartilha os sistemas de filtragem e aquecimento com o Ponto de Entrega de Santa Rita/Campina Grande.

O escopo deste projeto contempla a substituição (i) das válvulas de bloqueio automático (SDV 214 A/B) dos tramos do sistema de regulagem de pressão e de seus "spools" de interligação e (ii) das placas de orifício do sistema de medição do PE Santa Rita/João Pessoa. A substituição dos equipamentos indicados deverá ser realizada sem a interrupção do fornecimento de gás através do PE Santa Rita/João Pessoa. Nesta situação, a substituição em um dos tramos deverá ocorrer com o tramo reserva em operação, dentro das condições normais de operação da estação.

Basicamente, o Ponto de Entrega é constituído das seguintes instalações:

- Filtragem;
- Aquecimento;
- Regulagem de pressão, um módulo para cada ramal de entrega;
- Medição de vazão, um módulo para cada ramal de entrega;
- Limitadora de vazão, uma válvula para cada ramal de entrega;
- Sistema de controle local;
- Interligação com Sistema de Supervisão;
- Utilidades.

As instalações existentes de Filtragem, Aquecimento, Sistema de controle local, Interligação com Sistema de Supervisão e Utilidades não serão modificadas neste projeto.

O projeto de adequação deste Ponto de Entrega consiste na modificação dos módulos de regulagem de pressão e de medição de vazão para possibilitar a elevação da vazão máxima de operação para 375.000 m³/d (20ºC e 1,033 kgf/cm²) no ramal João Pessoa.

i) Sistema de regulagem e limitação de pressão

Cada módulo é composto de dois tramos, sendo um em "hot stand-by". Os componentes principais de

cada tramo são:

a- uma válvula de bloqueio com fechamento automático por alta pressão. Esta válvula limita a pressão máxima em caso de falha das reguladoras;

b- duas válvulas reguladoras de pressão, sendo uma operando como ativa e outra operando como monitora;

c- duas válvulas de bloqueio manual, tipo esfera, para isolamento do tramo;

d- uma válvula de retenção.

- Modificações no Módulo de Regulagem de Pressão

No módulo de regulagem do ramal de João Pessoa, as válvulas reguladoras serão modificadas para atender a vazão máxima de 375.000 m³/d (20ºC e 1,033 kgf/cm²).

(iii) Medição de vazão

Os principais componentes de cada ramal são:

a - um medidor tipo placa de orifício;

b - um retificador de fluxo;

c - duas válvulas de bloqueio manual, uma na entrada e outra na saída, para isolar o ramal.

- Modificações no Módulo de Medição de Vazão

No módulo de medição de vazão do ramal de João Pessoa, o sistema de medição deve ser modificado para atender a vazão máxima de 375.000 m³/d (20ºC e 1,033 kgf/cm²).

(iv) Limitadora de vazão

Para o controle da vazão de gás natural, existem instaladas duas válvulas limitadoras de vazão, uma para Campina Grande e outra para João Pessoa. O controle terá como objetivo estabelecer a vazão máxima que cada consumidor poderá retirar do ponto de entrega. O valor limite será ajustado pela operação conforme acordado com cada consumidor. O ajuste da válvula limitadora da entrega para Campina Grande deve ser o complemento do ajuste da válvula limitadora de João Pessoa, de forma que o somatório não ultrapasse a capacidade das instalações de 440.000 m³/d.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cada módulo de limitação de vazão é composto dos seguintes elementos:

a- uma válvula de controle tipo borboleta;

b- duas válvulas de bloqueio manual para isolamento da válvula de controle;

c- "by-pass" com válvula de bloqueio.

Normas

As principais normas a serem utilizadas neste Ponto de Entrega são:

Projeto - ASME B 31.8/ABNT NBR-12712

Tubos - API 5L

Elétrica - IEC

Flanges - ASME B 16.5

Medição - API MPMS 14.3 (AGA 3)

Válvulas - API 6D

Meio Ambiente

Para esse projeto, a empresa interessada está consultando o órgão ambiental responsável sobre a necessidade de licenciamento das adequações. O Ponto de Entrega, na configuração atual (prévia às adequações), conta com a Licença de Operação n.º 314/2010, emitida em 22 de fevereiro de 2010, pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA do Estado da Paraíba, com validade até 22 de fevereiro de 2012.

Cronograma de execução

Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
Gerenciamento / Fiscalização	Jul/2011	Mar/2012
Suprimentos	Out/2011	Nov/2011
Construção e Montagem	Mar/2012	Mar/2012
Comissionamento/Testes/ Pré-Operação	Mar/2012	Mar/2012
Partida	Mar/2012	Abr/2012

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR GERAL

Processo DNPM nº 840.039/1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, usando da competência delegada pela Portaria Ministerial n° 005/95, autoriza a averbação do ato de rescisão do Contrato de Arrendamento de Concessão de lavra. (5.02)

Arrendante: SAFIRA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME CNPJ: 02.486.441/0001-70

Arrendatária: SPECK E SOUZA LTDA. - CNPJ: 08.981.601/0001-34

840.039/1997 - Portaria de Lavra n° 176/1999 - PAULISTA/PE

INSTRUMENTO DE RECISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO: TERMO DE Encerramento ao Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários e Outras Obrigações datado de o4.05.2011.

Processo DNPM nº 840.039/1997

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso da delegação de competência baixada pela Portaria Ministerial n° 5/95, tendo em vista o disposto no § 3° do art. 176 da Constituição Federal, concede prévia anuência aos atos de Cessão e autoriza a averbação dos atos de Arrendamento da portaria de Concessão de lavra. (4.49)

ARRENDANTE: SAFIRA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME CNPJ: 02.486.441/0001-70

ARRENDATÀRIA: ALVES COMÉRCIO DE ÀGUS MINERAL LTDA.CNPJ: 14.164.525/0001-77

Objeto do Arrendamento:

PROCESSO DNPM n° 840.039/1997 - Portaria de Lavra n° 176/1999 - PAULISTA/PE

Prazo de Arrendamento: 6(seis) anos.

Instrumento do Arrendamento; Contrato particular de Arrendamento datado 16/07/2011

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

800.821/2011-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°63/2012

800.858/2011-LUZARDO ARRUDA ALVES-ME-OF. N°65/2012

800.858/2011-LUZARDO ARRUDA ALVES-ME-OF. N°65/2012

800.867/2011-P.W.VASCONCELOS ME-OF. N°62/2012

800.868/2011-P.W.VASCONCELOS ME-OF. N°62/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

800.877/2008-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2012

800.878/2008-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2012

800.879/2008-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2012

800.880/2008-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2012

800.881/2008-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2012

800.591/2009-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA ME-OF. N°64/2012

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

800.855/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.856/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.857/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.858/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.859/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.860/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.882/2008-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA

800.887/2008-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A

800.894/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

800.913/2008-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A

800.916/2008-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A

800.917/2008-VALE S A

801.012/2008-VALE S A

801.013/2008-VALE S A

800.458/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.459/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.460/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.461/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.462/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.463/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.464/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.465/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.466/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

800.467/2009-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)

801.150/2008-JEFFERSON RÉGIS DANTAS DO NASCIMENTO- Alvará n°10.794/2009 - Cessionário: CHAVES S/A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA- CNPJ 07.207.822/0001-97

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

800.727/2009-REJANE MARY SANTIAGO GONÇALVES-Registro de Licença n°1192/2012 de 19/01/2012-Vencimento em 23/10/2013

800.511/2010-ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA-Registro de Licença n°1154/2011 de 19/01/2012-Vencimento em 17/08/2021

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

801.029/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°66/2012

801.102/2011-LUIZ FELIPE PINHEIRO DA SILVA ME-OF. N°67/2012

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

800.003/2005-ROGERIO MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°71/2012

800.381/2005-ACERT INDÚSTRIA DE ACABAMENTOS CERÂMICOS E TELHAS LTDA-OF. N°72/2012

800.211/2007-ROGERIO MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°71/2012

800.448/2009-ROGERIO MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°71/2012

JOÃO SÉRGIO AMARAL PONTES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

a l m Mineração e Comércio Internacional Ltda - 896851/06 - Not.985/2011 - R$ 219,13

Areias do Manfrine LTDA. - EPP. - 896147/04 - Not.937/2011 - R$ 226,94

Braspedras Comércio Importação e Exportação Ltda - 896300/05 - Not.924/2011 - R$ 211,73

Carlos Aguido Dos Passos -M.E. - 896682/03 - Not.919/2011 - R$ 211,73

Cebel - Cerâmica Boa Esperança Ltda - 896610/04 - Not.921/2011 - R$ 198,79

Construtora Deorce Ltda - 896649/05 - Not.925/2011 - R$ 211,73

Dalcimar José Fioroti - 896217/05 - Not.939/2011 - R$ 241,71

Edson Fardim ME. - 896610/03 - Not.944/2011 - R$ 226,94

Facilita-cred Construtora e Incorporadora Ltda-me - 896011/07 - Not.1001/2011 - R$ 219,13

Fox Mineracao Ltda - 896288/04 - Not.920/2011 - R$ 211,73

General Stones Granitos do Brasil Ltda - 896099/06 - Not.926/2011 - R$ 211,73

Gramacap - Granitos e Marmores Capixaba Ltda - 896411/03 - Not.942/2011 - R$ 241,71

Granabra Granitos Abranches LTDA. - 896220/05 - Not.923/2011 - R$ 198,79

Gumercindo Nicoli - 896919/06 - Not.994/2011 - R$ 219,13

Hilton Cardoso Boechat - 896150/07 - Not.1006/2011 - R$ 219,13

Iracema Lourdes Caldara da Silva - 896870/06 - Not.988/2011 - R$ 219,13

Itamar Alvarenga Nicolini - 896008/07 - Not.998/2011 - R$ 219,13

José Carlos Vieira da Silva - 896068/07 - Not.1002/2011 - R$ 219,13

José Nero Batista - 896562/03 - Not.945/2011 - R$ 241,71

Jovelino Venturim Filho - 896921/06 - Not.995/2011 - R$ 219,13, 896922/06 - Not.996/2011 - R$ 219,13

Lucileia Ribeiro Pereira de sá - 896903/06 - Not.991/2011 - R$ 219,13

Mic Mineração Irmãos Conceição LTDA. - 896175/06 - Not.927/2011 - R$ 198,79

Miguel Vieira Borges - 896257/99 - Not.940/2011 - R$ 240,38

Ormindo Boldrine Filho - 896904/06 - Not.992/2011 - R$ 219,13

Osmar Geraldo Frisso - me - 896074/07 - Not.1003/2011 - R$ 219,13

Patricia Aparecida Machado - 896953/06 - Not.997/2011 - R$ 219,13

Ramon Benicio Bartels - 896911/06 - Not.993/2011 - R$ 219,13

Reginaldo Felis Guedes - 896125/07 - Not.1004/2011 - R$ 219,13, 896129/07 - Not.1005/2011 - R$ 219,13

rn Granitos LTDA. - 890579/91 - Not.938/2011 - R$ 242,21

Sérgio Magalhães Freitas - 890644/93 - Not.936/2011 - R$ 226,94

Silvia Maria Gomes da Rocha - 896894/06 - Not.989/2011 - R$ 219,13

Valdeir Bergamin - 896123/05 - Not.922/2011 - R$ 211,73

RELAÇÃO Nº 16/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

896.581/2009-MONTE MORIAH GRANITOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.145/2010-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°0020/2012 DNPM/ES

896.390/2010-JORGE JUNIOR DAVID-OF. N°0103/2012 DNPM/ES

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.129/1995-HELIO CARLOS MACHADO-ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0001/2012-50.000t-AREIA- Validade:VINCULADA A L.O.

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

890.306/1984-MINERAÇÃO ROCHABRAS LTDA.-OF. N°0013 e 0015/2012 DNPM/ES

890.150/1989-MINERAÇÃO FÁTIMA LTDA.-OF. N°0097/2012 DNPM/ES

890.395/1993-MINERACAO ECOLOGICA LTDA. ME-OF. N°0022/2012 DNPM/ES

896.507/1998-NEMER MÁRMORES E GRANITOS SA.-OF. N°0.075/2012 DNPM/ES

896.712/2002-CARLOS JOSE SABOIA-OF. N°0017/2012 DNPM/ES

896.341/2006-EURO BRASIL, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°0043/2012 DNPM/ES

896.342/2006-GRANITOS PAZ LTDA.- ME-OF. N°0044/2012 DNPM/ES

897.033/2007-ELOGRAN MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°0045/2012 DNPM/ES

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

890.306/1984-MINERAÇÃO ROCHABRAS LTDA.-OF. N°0014/2012 DNPM/ES-SESSENTA (60) DIAS dias

890.314/1988-GERALDO MAJELLA MARIM CAZELLI-OF. N°0041/2012 DNPM/ES-Sessenta (60) dias dias

Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)

896.526/1999-WL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:896.526/1999-WL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:896.581/2009 Monte Moriah Ltda-e 896.433/2010 Pemagran Marmores e Granitos Ltda

Determina arquivamento definitivo do processo(1039)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

896.433/2010-PEMAGRAN PEDRAS MÁRMORES E GRANITOS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.395/1993-MINERACAO ECOLOGICA LTDA. ME-OF. N°0023/2012 DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
804.929/1976-LINHAGUA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0076/2012 DNPM/ES

RELAÇÃO Nº 20/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Angelica Azeredo de Araújo - 896255/96 - Not.7/2012 - R$ 735,32
Antonio de Souza Jorge - 896209/00 - Not.27/2012 - R$ 2.771,64, 896333/96 - Not.39/2012 - R$ 3.237,58, 896332/96 - Not.60/2012 - R$ 3.308,68
Antonio Roberto Pereira Gomes - 896301/01 - Not.33/2012 - R$ 1.747,15, 896301/01 - Not.35/2012 - R$ 1.492,98, 896301/01 - Not.37/2012 - R$ 1.294,75
Aristeu Targa Delmaschio - 896373/96 - Not.16/2012 - R$ 3.475,68
Bianor Nunes Galvao - 896496/99 - Not.15/2012 - R$ 1.167,10
Camilo Henrique Sartorio Peterle - 896205/00 - Not.9/2012 - R$ 1.090,82
Carlos Pinheiro Rangel - 896079/00 - Not.2/2012 - R$ 2.419,38
Dióclis Sossai - 896014/97 - Not.42/2012 - R$ 1.931,99, 896015/97 - Not.43/2012 - R$ 1.830,82
Edinilton Gonçalves Bastos - 896233/00 - Not.48/2012 - R$ 3.470,35
Elenilson Anholeti Nunes - 896407/99 - Not.40/2012 - R$ 1.759,62
Ernani Cecon - 896453/95 - Not.18/2012 - R$ 231,61
Espólio de Aristeu Frisso - 896296/01 - Not.8/2012 - R$ 1.248,13
Étero Antônio Favarato - 896526/01 - Not.29/2012 - R$ 3.494,31, 896526/01 - Not.31/2012 - R$ 2.985,94
Giovani de Almeida Hemerly - 896299/00 - Not.11/2012 - R$ 1.069,26
Glaudiston Faustini Zimerer - 896309/00 - Not.12/2012 - R$ 3.455,97, 896310/00 - Not.13/2012 - R$ 3.235,77, 896140/00 - Not.10/2012 - R$ 1.822,05
Granitos e Marmores Machado LTDA. - 896464/99 - Not.70/2012 - R$ 3.144,32
Ildefonso Vanini - 896142/00 - Not.45/2012 - R$ 3.052,38
José Carlos Acerbi - 896385/00 - Not.49/2012 - R$ 636,73
José Carlos Fortuna - 896389/00 - Not.50/2012 - R$ 2.359,75
José Gomes Filho - 890884/93 - Not.20/2012 - R$ 146,76
Jose Luiz de Souza - 896291/97 - Not.17/2012 - R$ 174,72
Julimar Antônio Guidi - 896151/99 - Not.66/2012 - R$ 3.494,31
Luciano de Oliveira sá - 896011/00 - Not.56/2012 - R$ 15,86
Marcos Vieira Secchin - 896324/99 - Not.67/2012 - R$ 236,69
Marise Figueiredo Xavier - 896291/01 - Not.28/2012 - R$ 1.762,35
Marmorexport Mineração e Exportação de Mármores e Granitos Ltda - 896396/95 - Not.54/2012 - R$ 1.008,08
Megaport Mineração LTDA. - 896391/00 - Not.52/2012 - R$ 3.297,02, 896394/00 - Not.53/2012 - R$ 1.760,08, 896393/00 - Not.14/2012 - R$ 1.088,15
Mineração Apiaká LTDA. me - 896223/98 - Not.61/2012 - R$ 2.789,02
Mineração Granijardim Ltda - 896381/00 - Not.74/2012 - R$ 127,67
Minerbraz Importacao e Exportacao Ltda - 896244/01 - Not.76/2012 - R$ 1.269,16, 896540/99 - Not.72/2012 - R$ 1.353,78, 896404/99 - Not.68/2012 - R$ 65,87, 896405/99 - Not.69/2012 - R$ 1.009,59, 896250/01 - Not.21/2012 - R$ 205,83, 896249/01 - Not.23/2012 - R$ 230,10, 896243/01 - Not.25/2012 - R$ 195,68, 896202/00 - Not.6/2012 - R$ 1.726,75, 896360/99 - Not.41/2012 - R$ 2.196,38
Pedro Francisco Tuler - 896316/01 - Not.80/2012 - R$ 3.445,72
Pierre Corteletti Folli - 896109/99 - Not.4/2012 - R$ 3.082,67
Rafael Hipolito VOLPASSO. - 896502/98 - Not.62/2012 - R$ 2.461,52, 896502/98 - Not.64/2012 - R$ 2.103,40
Rimaldo Facini - 896178/96 - Not.59/2012 - R$ 3.494,31
Rogério Marcos Nogueira - 896181/00 - Not.46/2012 - R$ 174,72, 896182/00 - Not.47/2012 - R$ 168,19
Sérgio Magalhães Freitas - 890494/93 - Not.57/2012 - R$ 3.494,31
Silas Bruno da Silva - 896495/96 - Not.3/2012 - R$ 44,14
Unitelha Produtos Cerâmicos Ltda Epp - 896397/99 - Not.55/2012 - R$ 171,22
Waldemar José de Barros - 896043/00 - Not.44/2012 - R$ 3.493,71

RELAÇÃO Nº 21/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Antonio de Souza Jorge - 896334/96 - Not.86/2012 - R$ 3.334,10

RELAÇÃO Nº 22/2012

Fase Requerimento de Pesquisa (1.78)
Ficam NOTIFICADOS a pagar ou parcelar débitos (TAH) no prazo de 10 (dez) dias

896.315/2001 - PEDRO FRANCISCO TULER - Not. 9999/2012 - R$2.698,30

SAMANTA AUGUSTA SOUZA CRUZ
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2012

CONCESSÃO DE LAVRA
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o(s) recursos(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgados improcedentes; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Processo de Cobrança nº 960.500/2006 Notificado: Lemos Materiais de Constução Ltda.
CNPJ/CPF 03.417.227/0001-25 NFLDP nº 0002/2006 - Valor: R$ 7.262,35
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 961.948/2011 Notificado: Ipê Ind. e Com. de Água Min. e Refrigerantes Ltda
CNPJ/CPF 02.392.929/0001-39 NFLDP nº 1785/2011 - Valor: R$ 80.924,74
Processo de Cobrança nº 961.949/2011 Notificado: Gran Pedras Comércio de Pedras Ltda
CNPJ/CPF 01.270.710/0001-02 NFLDP nº 1784/2011 - Valor: R$ 398,39
Processo de Cobrança nº 962.006/2011 Notificado: Mineradora Areia Cristal Ltda
CNPJ/CPF 03.899.875/0001-65 NFLDP nº 1797/2011 - Valor: R$ 39.606,74
Processo de Cobrança nº 962.009/2011 Notificado: Areia Anhanguera Ltda
CNPJ/CPF 02.522.005/0001-00 NFLDP nº 1796/2011 - Valor: R$ 822,23
Processo de Cobrança nº 962.015/2011 Notificado: Mineração Araras Ltda
CNPJ/CPF 02.718.764/0001-42 NFLDP nº 1798/2011 - Valor: R$ 21.058,62
Processo de Cobrança nº 962.016/2011 Notificado: Mineração Araras Ltda
CNPJ/CPF 02.718.764/0001-42 NFLDP nº 1799/2011 - Valor: R$ 14.331,28
Processo de Cobrança nº 961.898/2011 Notificado: Delvani Rodrigues de Souza Lima
CNPJ/CPF 25.027.442/0001-52 NFLDP nº 1777/2011 - Valor: R$ 211,83
LICENCIAMENTO
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que o(s) recursos(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgados improcedentes; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (7.72)
Processo de Cobrança nº 960.502/2006 Notificado: Lemos Materiais de Constução Ltda.
CNPJ/CPF 03.417.227/0001-25 NFLDP nº 0004/2006 - Valor: R$ 16.754,68
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (7.72)

Processo de Cobrança nº 961.720/2011 Notificado: Pedras Urtigão Ind. e Com. de Prod. Min. Ltda.
CNPJ/CPF 08.798.033/0001-30 NFLDP nº 0001.603/2011 - Valor: R$ 227.861,30
Processo de Cobrança nº 961.950/2011 Notificado: Mineração e Transportes Corumbá Ltda
CNPJ/CPF 02.094.748/0001-26 NFLDP nº 1786/2011 - Valor: R$ 37.435,64
Processo de Cobrança nº 961.896/2011 Notificado: Magnória Maria da Silva
CNPJ/CPF 533.691.731-15 NFLDP nº 1780/2011 - Valor: R$ 171,99
Processo de Cobrança nº 962.018/2011 Notificado: Agência Municipal de Obras
CNPJ/CPF 02.584.100/0001-38 NFLDP nº 1805/2011 - Valor: R$ 26.543,62
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que julgou-se parcialmente procedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 962.008/2011 Notificado: Selvy Augusto Quinta
CNPJ/CPF 168.069.721-87 NFLDP nº 1800/2011 - Valor: R$ 484,82
Processo de Cobrança nº 962.093/2011 Notificado: Formacol Areia e Cascalho Ltda
CNPJ/CPF 01.707.025/0001-92 NFLDP nº 1852/2011 - Valor: R$ 11.725,51

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.134/2009-ALGEMIR LUNARDI BRUNETTO- Cessionário:Amazongold Pesquisas Minerais Ltda- CPF ou CNPJ 09.133.818/0001-57- Alvará n°14238/2009
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
866.013/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.985/2011-SERGIO DA SILVA
866.986/2011-SERGIO DA SILVA
866.006/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO NORTE DE MATO GROSSO
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.044/2006-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT - Guia n° 05/2012-30.000t-Areia- Validade:03/03/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.438/2011-J.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°001/12-GCA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
866.727/2010-ELZOLANDINA MARTINS DE ANDRADE
866.005/2011-ALTEMIR LOPES DA SILVA
866.743/2011-GERALDO JOAO DA COSTA
867.077/2011-BECKER - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
867.130/2011-DAVID BANCOW FILHO - ME
867.155/2011-J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S. A.
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
866.730/2011-FERNANDO CHRUSCIAK FONTANA
866.994/2011-GIOVANI FACCIO

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 21/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Adalton Martinelli - 830578/97 - Not.476/2012 - R$ 3.494,31
Ademar André de Borba - 835050/07 - Not.658/2012 - R$ 3.398,55
Agatha Mineração de Ferro e Transportes Ltda - 833804/07 - Not.628/2012 - R$ 4.785,97, 833798/07 - Not.589/2012 - R$ 5.073,35
Ailton Cortes de Souza - 834630/07 - Not.654/2012 - R$ 2.237,67, 834631/07 - Not.656/2012 - R$ 2.431,87
Alfredo Peloso da Silveira - 833380/08 - Not.416/2012 - R$ 4.823,85
Antônio Edson Deroma Júnior - 835366/95 - Not.611/2012 - R$ 3.273,37, 835376/95 - Not.183/2012 - R$ 3.494,31

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antônio Luiz Rodrigues Pereira - 836041/95 - Not.618/2012 - R$ 174,72

Antônio Pádua Viana - 830264/10 - Not.776/2012 - R$ 1.425,73

Antonio Xavier da Cruz - 832909/96 - Not.607/2012 - R$ 3.494,31

Autemar Correa de Souza - 833852/08 - Not.799/2012 - R$ 1.730,97

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 830331/01 - Not.806/2012 - R$ 6.538,28, 830506/94 - Not.808/2012 - R$ 3.367,03, 830508/94 - Not.809/2012 - R$ 3.358,10, 832652/95 - Not.810/2012 - R$ 2.242,36, 832219/94 - Not.822/2012 - R$ 3.129,16, 833636/95 - Not.824/2012 - R$ 996,53, 835470/94 - Not.815/2012 - R$ 1.519,66, 830500/94 - Not.816/2012 - R$ 3.494,31, 833373/96 - Not.817/2012 - R$ 381,87, 833373/96 - Not.818/2012 - R$ 326,31, 832133/96 - Not.606/2012 - R$ 3.459,37, 836639/94 - Not.615/2012 - R$ 1.658,88, 837128/94 - Not.575/2012 - R$ 123,45, 833455/96 - Not.576/2012 - R$ 3.494,31, 835083/94 - Not.595/2012 - R$ 174,72, 835083/94 - Not.596/2012 - R$ 149,30, 831675/96 - Not.560/2012 - R$ 3.494,31, 837113/94 - Not.562/2012 - R$ 1.048,29, 837125/94 - Not.564/2012 - R$ 3.478,02, 837943/94 - Not.565/2012 - R$ 3.494,31, 833451/96 - Not.569/2012 - R$ 3.494,31, 832561/96 - Not.519/2012 - R$ 6.988,62, 830010/97 - Not.520/2012 - R$ 174,72, 830524/97 - Not.522/2012 - R$ 174,72, 833917/96 - Not.545/2012 - R$ 3.060,03, 831676/96 - Not.547/2012 - R$ 3.494,31, 834338/96 - Not.548/2012 - R$ 174,72, 834768/94 - Not.550/2012 - R$ 174,72, 834817/95 - Not.552/2012 - R$ 1.046,94, 830564/96 - Not.554/2012 - R$ 3.494,31, 830926/01 - Not.555/2012 - R$ 3.494,31, 831141/96 - Not.557/2012 - R$ 3.144,88, 834814/95 - Not.512/2012 - R$ 174,45, 834814/95 - Not.513/2012 - R$ 149,07, 831752/01 - Not.515/2012 - R$ 3.494,31, 831752/01 - Not.516/2012 - R$ 2.985,94, 838070/94 - Not.527/2012 - R$ 167,44, 838070/94 - Not.529/2012 - R$ 195,95, 837848/94 - Not.531/2012 - R$ 3.494,31, 837848/94 - Not.533/2012 - R$ 2.985,94, 832458/94 - Not.535/2012 - R$ 3.494,31, 833145/94 - Not.536/2012 - R$ 3.494,31, 833452/96 - Not.470/2012 - R$ 3.494,31, 833454/96 - Not.471/2012 - R$ 3.494,31, 833159/94 - Not.472/2012 - R$ 3.424,43, 833162/94 - Not.473/2012 - R$ 1.744,48, 830646/94 - Not.474/2012 - R$ 3.494,31, 830313/95 - Not.477/2012 - R$ 1.045,53, 831446/00 - Not.478/2012 - R$ 1.645,86, 831446/00 - Not.480/2012 - R$ 1.406,40, 832131/96 - Not.488/2012 - R$ 1.432,66, 832131/96 - Not.490/2012 - R$ 1.224,24, 831932/96 - Not.492/2012 - R$ 2.311,85, 831932/96 - Not.494/2012 - R$ 1.975,51, 833453/96 - Not.496/2012 - R$ 3.494,31, 833453/96 - Not.498/2012 - R$ 2.985,94, 835878/94 - Not.184/2012 - R$ 1.918,14, 835898/95 - Not.185/2012 - R$ 3.452,87, 837847/94 - Not.186/2012 - R$ 3.485,57, 837847/94 - Not.188/2012 - R$ 2.978,48, 832569/96 - Not.190/2012 - R$ 174,72, 832689/94 - Not.191/2012 - R$ 2.711,15, 833189/94 - Not.192/2012 - R$ 171,22, 833674/94 - Not.193/2012 - R$ 1.961,19, 837902/94 - Not.175/2012 - R$ 2.727,31, 837905/94 - Not.176/2012 - R$ 3.366,24, 830165/95 - Not.149/2012 - R$ 3.494,31, 838211/94 - Not.150/2012 - R$ 2.718,35, 836379/93 - Not.151/2012 - R$ 1.288,15, 836379/93 - Not.153/2012 - R$ 1.738,25, 836379/93 - Not.154/2012 - R$ 1.485,37, 833759/96 - Not.161/2012 - R$ 3.494,31, 833751/96 - Not.162/2012 - R$ 3.494,31, 833744/96 - Not.163/2012 - R$ 1.747,15, 833637/96 - Not.164/2012 - R$ 3.144,88, 833867/96 - Not.197/2012 - R$ 174,72, 832434/96 - Not.205/2012 - R$ 3.494,31, 832563/96 - Not.206/2012 - R$ 172,97, 830554/94 - Not.207/2012 - R$ 3.494,31, 830557/94 - Not.209/2012 - R$ 3.494,31, 831039/96 - Not.211/2012 - R$ 3.233,12, 831013/96 - Not.212/2012 - R$ 3.483,80, 830690/96 - Not.214/2012 - R$ 3.144,88, 833458/94 - Not.215/2012 - R$ 3.459,37, 836797/94 - Not.220/2012 - R$ 174,72, 830510/94 - Not.222/2012 - R$ 3.494,31, 830626/94 - Not.223/2012 - R$ 3.237,02, 833194/94 - Not.224/2012 - R$ 3.417,60, 830630/94 - Not.225/2012 - R$ 3.494,31, 830635/94 - Not.226/2012 - R$ 3.494,31, 831137/96 - Not.227/2012 - R$ 3.494,31, 831245/94 - Not.228/2012 - R$ 539,44, 833452/94 - Not.229/2012 - R$ 2.925,26, 832130/96 - Not.230/2012 - R$ 3.459,37, 832435/96 - Not.231/2012 - R$ 3.466,36, 832683/94 - Not.232/2012 - R$ 445,40, 833372/96 - Not.233/2012 - R$ 5.269,19, 833460/94 - Not.234/2012 - R$ 1.782,10, 833755/96 - Not.235/2012 - R$ 2.376,79, 833755/96 - Not.237/2012 - R$ 2.031,01, 834367/96 - Not.239/2012 - R$ 253,44, 834376/96 - Not.240/2012 - R$ 730,80, 834376/96 - Not.241/2012 - R$ 624,49, 830505/94 - Not.254/2012 - R$ 3.040,48, 830516/94 - Not.255/2012 - R$ 3.494,31, 830517/94 - Not.256/2012 - R$ 3.494,31, 830519/94 - Not.257/2012 - R$ 3.494,31, 834340/96 - Not.258/2012 - R$ 3.034,94, 834340/96 - Not.260/2012 - R$ 2.593,40, 830624/94 - Not.262/2012 - R$ 3.494,31, 830530/94 - Not.263/2012 - R$ 3.494,31, 830532/94 - Not.264/2012 - R$ 3.494,31, 830536/94 - Not.265/2012 - R$ 3.494,31, 833738/96 - Not.266/2012 - R$ 3.494,31, 833753/96 - Not.267/2012 - R$ 3.161,23, 833757/96 - Not.268/2012 - R$ 3.473,34, 833918/96 - Not.269/2012 - R$ 3.247,30, 831505/96 - Not.273/2012 - R$ 227,13, 831505/96 - Not.275/2012 - R$ 194,09, 831938/96 - Not.277/2012 - R$ 3.494,31, 831985/96 - Not.278/2012 - R$ 3.494,31, 832129/96 - Not.279/2012 - R$ 3.493,95, 830625/94 - Not.280/2012 - R$ 3.001,61, 830631/94 - Not.281/2012 - R$ 3.494,31, 830637/94 - Not.282/2012 - R$ 3.494,31, 831008/94 - Not.283/2012 - R$ 2.446,01, 831207/92 - Not.284/2012 - R$ 2.420,77, 830638/94 - Not.291/2012 - R$ 3.494,31, 831246/94 - Not.292/2012 - R$ 3.483,67, 830183/95 - Not.293/2012 - R$ 621,88, 830256/96 - Not.294/2012 - R$ 45,36, 830513/97 - Not.295/2012 - R$ 3.494,31, 830515/97 - Not.296/2012 - R$ 3.494,31, 830515/97 - Not.297/2012 - R$ 2.985,94, 830538/97 - Not.299/2012 - R$ 2.752,92, 830559/94 - Not.300/2012 - R$ 3.494,31, 832212/94 - Not.301/2012 - R$ 1.699,46, 832227/96 - Not.244/2012 - R$ 3.426,90, 832627/95 - Not.245/2012 - R$ 2.802,60, 832627/95 - Not.247/2012 - R$ 2.394,86, 836156/94 - Not.249/2012 - R$ 2.491,74, 836156/94 - Not.251/2012 - R$ 2.915,97, 835951/94 - Not.304/2012 - R$ 3.494,31, 837122/94 - Not.305/2012 - R$ 2.606,56, 837903/94 - Not.307/2012 - R$ 2.936,57, 834373/96 - Not.308/2012 - R$ 1.031,09, 830578/94 - Not.310/2012 - R$ 3.494,31, 833761/96 - Not.314/2012 - R$ 3.494,31, 830577/94 - Not.289/2012 - R$ 3.482,27

Brazminco Ltda - 831233/97 - Not.315/2012 - R$ 2.688,51, 831233/97 - Not.317/2012 - R$ 2.297,38, 831658/97 - Not.311/2012 - R$ 678,65, 831658/97 - Not.312/2012 - R$ 579,92, 831261/97 - Not.285/2012 - R$ 1.018,92, 831261/97 - Not.287/2012 - R$ 870,69, 831513/98 - Not.145/2012 - R$ 3.319,60, 831513/98 - Not.147/2012 - R$ 2.836,64, 835141/95 - Not.180/2012 - R$ 2.072,29, 835141/95 - Not.181/2012 - R$ 1.770,80, 830588/00 - Not.156/2012 - R$ 2.242,32, 830588/00 - Not.158/2012 - R$ 1.916,10, 830051/04 - Not.136/2012 - R$ 2.020,34, 831260/97 - Not.140/2012 - R$ 497,69, 831260/97 - Not.142/2012 - R$ 582,43, 835372/95 - Not.194/2012 - R$ 2.344,55, 830819/00 - Not.500/2012 - R$ 6.988,62, 830819/00 - Not.502/2012 - R$ 5.971,89, 835363/95 - Not.538/2012 - R$ 2.579,79, 831182/97 - Not.484/2012 - R$ 3.276,11, 831182/97 - Not.486/2012 - R$ 2.799,49, 831179/97 - Not.558/2012 - R$ 2.599,83, 831621/97 - Not.541/2012 - R$ 1.168,12, 831621/97 - Not.543/2012 - R$ 998,18, 835353/95 - Not.572/2012 - R$ 1.839,39, 830314/01 - Not.566/2012 - R$ 3.494,31, 831844/99 - Not.602/2012 - R$ 3.092,46, 831844/99 - Not.604/2012 - R$ 2.642,56, 830998/01 - Not.834/2012 - R$ 2.338,68, 831234/97 - Not.825/2012 - R$ 1.399,90, 831234/97 - Not.827/2012 - R$ 1.196,23

Calmag Comercio e Transpotes LTDA. - 830130/11 - Not.720/2012 - R$ 82,25

Campex Comercial Exportadora de PROD. Alimentícios Ltda - 832755/08 - Not.412/2012 - R$ 4.886,29, 832754/08 - Not.408/2012 - R$ 5.076,66

Carlos Eugênio Gomes Farias - 833326/94 - Not.609/2012 - R$ 812,95

Carlos Roberto de Souza - 833919/07 - Not.426/2012 - R$ 5.076,46

Carmem Lúcia Westin Borges Deroma - 831413/98 - Not.467/2012 - R$ 6.475,22

Cláudia Márcia Lopes - 832517/09 - Not.789/2012 - R$ 1.252,14

Comercial Dpm Ltda me - 832913/06 - Not.592/2012 - R$ 2.538,33

Comércio de Granitos Diamante Negro Ltda me - 831801/09 - Not.764/2012 - R$ 44,14

Construtora Andrade Rocha Ltda - 832835/10 - Not.702/2012 - R$ 277,37

Dalton Guimarães - 833979/08 - Not.420/2012 - R$ 4,01

Decio Ferreira Xavier - 831622/98 - Not.469/2012 - R$ 2.659,17

Diamantes do Triângulo Mineiro Ltda - 831600/07 - Not.758/2012 - R$ 1.461,41, 830352/06 - Not.760/2012 - R$ 723,98

Dsj Industria Serviços e Comércio Ltda me - 830679/09 - Not.762/2012 - R$ 770,46

Elizabete Moreira de Assis - 832511/06 - Not.644/2012 - R$ 2.372,30

Elpídio Gonçalves Pereira Neto - 834736/07 - Not.660/2012 - R$ 1.047,06

Epamy José Dos Anjos - 831451/00 - Not.578/2012 - R$ 798,88, 832020/01 - Not.466/2012 - R$ 3.451,25

Evandro Durso de Oliveira - 832040/08 - Not.404/2012 - R$ 1.269,17

Evandro Toledo - 832778/09 - Not.340/2012 - R$ 1.977,01

Farley Salomão - 834339/08 - Not.381/2012 - R$ 2.750,74

Fausto Batista de Lima - 834201/10 - Not.742/2012 - R$ 4.949,80, 834894/10 - Not.712/2012 - R$ 5.066,74, 834973/10 - Not.714/2012 - R$ 5.003,82, 834974/10 - Not.718/2012 - R$ 5.051,86

Ferboc Ltda - 834095/10 - Not.734/2012 - R$ 2.295,52

Fernando Guilhermino - 831254/99 - Not.201/2012 - R$ 2.672,03, 831254/99 - Not.202/2012 - R$ 2.283,29

Francisco Markowicz Junior - 831401/99 - Not.504/2012 - R$ 6.988,62

Geraldo Antônio da Cunha - 830697/07 - Not.650/2012 - R$ 1.172,99

Getulio Mendonça de Aguiar - 834139/10 - Not.740/2012 - R$ 2.285,77

Gilson Xavier de Azevedo - 830687/07 - Not.642/2012 - R$ 444,51

Grangripp Mineração e Comércio Ltda - 831218/07 - Not.638/2012 - R$ 1.744,58

Granitos Fortes LTDA. - 833271/07 - Not.752/2012 - R$ 2.519,70

Guilherme Simões Corrêa - 830694/91 - Not.616/2012 - R$ 1.676,41

Henrique Cançado Rohlfs - 834872/08 - Not.373/2012 - R$ 1.411,66, 834873/08 - Not.367/2012 - R$ 771,10

Herbert Rodrigues - 832710/10 - Not.694/2012 - R$ 4.773,91, 832711/10 - Not.696/2012 - R$ 3.971,30, 832712/10 - Not.698/2012 - R$ 5.020,59, 832713/10 - Not.700/2012 - R$ 4.248,54, 832709/10 - Not.766/2012 - R$ 4.391,34, 832707/10 - Not.768/2012 - R$ 4.751,28, 832706/10 - Not.770/2012 - R$ 4.466,42, 832705/10 - Not.772/2012 - R$ 5.039,71

hy Brazil Energia S.A. - 832831/09 - Not.779/2012 - R$ 490,05

in And Out Exportadora e Mineradora Ltda - 830659/98 - Not.468/2012 - R$ 174,72

Incris Mineração Ltda - 831260/98 - Not.829/2012 - R$ 2.239,82

Jaqueline Aparecida de Araújo - 834799/08 - Not.795/2012 - R$ 477,92

Jayme Cardoso - 832571/09 - Not.785/2012 - R$ 125,57

João Batista Vieira - 833921/07 - Not.387/2012 - R$ 5.076,46, 834677/08 - Not.353/2012 - R$ 2.650,86

Job Rocha - 832084/99 - Not.617/2012 - R$ 174,72

Jose Antonio Dias Dos Santos - 834082/10 - Not.738/2012 - R$ 4.670,08

Jose Antonio Dos Santos - 834638/08 - Not.797/2012 - R$ 84,53

José Carlos Alves Osório - 831720/06 - Not.646/2012 - R$ 3.837,51, 831319/06 - Not.648/2012 - R$ 3.570,15

José Luiz Moreira - 830151/98 - Not.518/2012 - R$ 1.735,32

José Maria Filho da Silva - 832012/09 - Not.754/2012 - R$ 2.384,81

José Nely Gusmão - 830875/01 - Not.509/2012 - R$ 1.747,15

Jovelino Marcial - 832559/09 - Not.787/2012 - R$ 4.429,01

Kelly Gonçalves da Silva - 834821/10 - Not.505/2012 - R$ 2.434,46, 834822/10 - Not.507/2012 - R$ 2.533,00, 834799/10 - Not.389/2012 - R$ 2.509,12, 834724/10 - Not.365/2012 - R$ 2.350,57, 834797/10 - Not.385/2012 - R$ 2.461,16, 834800/10 - Not.393/2012 - R$ 2.399,92, 834801/10 - Not.397/2012 - R$ 2.462,31, 834805/10 - Not.406/2012 - R$ 2.389,79, 834806/10 - Not.410/2012 - R$ 2.279,62, 834807/10 - Not.414/2012 - R$ 5.065,04, 834808/10 - Not.418/2012 - R$ 5.075,70, 834803/10 - Not.402/2012 - R$ 2.532,11, 834966/10 - Not.451/2012 - R$ 5.005,59, 834970/10 - Not.453/2012 - R$ 3.632,08, 834969/10 - Not.456/2012 - R$ 5.010,94, 834967/10 - Not.458/2012 - R$ 4.778,84, 834968/10 - Not.461/2012 - R$ 4.929,32, 834814/10 - Not.422/2012 - R$ 2.449,09, 834796/10 - Not.428/2012 - R$ 5.076,16, 834795/10 - Not.433/2012 - R$ 5.036,25, 834794/10 - Not.437/2012 - R$ 4.948,88, 834793/10 - Not.440/2012 - R$ 5.076,00, 834792/10 - Not.355/2012 - R$ 5.076,06, 834728/10 - Not.358/2012 - R$ 2.482,24, 834726/10 - Not.361/2012 - R$ 2.473,58, 834825/10 - Not.342/2012 - R$ 2.444,74, 834819/10 - Not.345/2012 - R$ 2.390,29, 834818/10 - Not.348/2012 - R$ 2.534,93, 834729/10 - Not.351/2012 - R$ 2.441,50, 834790/10 - Not.369/2012 - R$ 2.536,61, 834786/10 - Not.371/2012 - R$ 1.840,42, 834816/10 - Not.375/2012 - R$ 2.480,08, 834815/10 - Not.379/2012 - R$ 2.510,16, 834889/10 - Not.319/2012 - R$ 4.591,74, 834890/10 - Not.321/2012 - R$ 4.785,90, 834959/10 - Not.324/2012 - R$ 4.828,28, 834960/10 - Not.326/2012 - R$ 4.911,14, 834961/10 - Not.328/2012 - R$ 4.884,77, 834962/10 - Not.330/2012 - R$ 4.761,53, 834963/10 - Not.332/2012 - R$ 5.030,47, 834964/10 - Not.334/2012 - R$ 5.017,34, 834965/10 - Not.336/2012 - R$ 126,15, 834824/10 - Not.338/2012 - R$ 2.473,65

Leonardo Pereira Chaves - 830554/10 - Not.774/2012 - R$ 4.743,79, 834453/10 - Not.692/2012 - R$ 1.148,12, 833857/10 - Not.710/2012 - R$ 2.221,83

Lourenço Miranda de Mendonça - 832711/09 - Not.781/2012 - R$ 51,63

Lusia Aparecida de Souza - 832760/96 - Not.464/2012 - R$ 3.494,31

Manoel de Matos Junior - 834360/07 - Not.391/2012 - R$ 2.534,68, 831233/09 - Not.363/2012 - R$ 2.509,17

Marcos Antonio de Andrade Pedreira me - 830606/11 - Not.728/2012 - R$ 2.534,15

Marcos Batasson Tannus - 830652/88 - Not.567/2012 - R$ 200,85

Maria Das Graças Guimarães Lima Monteiro - 830722/00 - Not.213/2012 - R$ 3.459,37

Mayanna Aparecida Marques & Cia Ltda - 830717/11 - Not.730/2012 - R$ 4.499,41

Milton Ribeiro Dos Santos - 831204/98 - Not.600/2012 - R$ 3.669,03

Mineração Dois Irmãos Ltda - 833658/10 - Not.706/2012 - R$ 370,40

Mineração Grafite Pedra Azul Ltda - 834931/10 - Not.750/2012 - R$ 24,01

Mineração Piazza Brasil Ltda - 833501/04 - Not.431/2012 - R$ 1.230,64

Newlands Empreendimentos e Participações Ltda - 833731/10 - Not.625/2012 - R$ 4.650,07, 833732/10 - Not.708/2012 - R$ 1.513,32

Nilzete Rucak Lagrimante - 834667/10 - Not.690/2012 - R$ 98,74

Onária Teotonia Coelho - 830012/09 - Not.791/2012 - R$ 1.013,84

Orleir da Silva - 834366/10 - Not.748/2012 - R$ 5.044,22

Osmar Duarte Duraes - 834259/10 - Not.744/2012 - R$ 571,58

Otoniel Martins de Almeida - 833639/96 - Not.812/2012 - R$ 171,22

Paulo Sales Alves - 835009/10 - Not.716/2012 - R$ 851,38

Paulo Sérgio Cal Duarte - 833924/07 - Not.652/2012 - R$ 5.076,66

Pedra Formosa EXP. Ltda - 832649/09 - Not.783/2012 - R$ 59,60

Pedro Henrique de Castro Alves - 832863/07 - Not.627/2012 - R$ 152,53

Petra Participações Comércio Exportação e Importação Ltda - 832489/07 - Not.630/2012 - R$ 1.708,37, 832487/07 - Not.632/2012 - R$ 100,31, 832486/07 - Not.634/2012 - R$ 1.168,58

Polimak Materiais de Construção Ltda - me - 834371/10 - Not.801/2012 - R$ 425,04, 834370/10 - Not.803/2012 - R$ 437,02, 830480/11 - Not.724/2012 - R$ 581,66

Rapere - Comercial Construtora & Representações LTDA. - 830278/99 - Not.830/2012 - R$ 2.159,48

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Reginaldo Carvalho Dos Santos - 832152/09 - Not.756/2012 - R$ 2.529,42

Reginaldo Felis Guedes - 830064/10 - Not.778/2012 - R$ 401,13

Renato Laignier Scherre - 830451/08 - Not.399/2012 - R$ 1.684,26

Rio Novo Mármore e Granito LTDA. - 832022/99 - Not.831/2012 - R$ 1.189,42, 832022/99 - Not.832/2012 - R$ 1.016,38

Ronaldo da Silva Grigório-me - 831304/08 - Not.623/2012 - R$ 12,97

Ronaldo Luiz Pimenta - 833920/07 - Not.383/2012 - R$ 5.076,46

Rosilene Pansini - 834113/08 - Not.424/2012 - R$ 4.796,40

Sergio Luiz Eller Figueira - 830144/11 - Not.726/2012 - R$ 4.890,89, 830143/11 - Not.722/2012 - R$ 4.325,80

Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 833935/96 - Not.510/2012 - R$ 244,14

Teixeira Dos Anjos Material de Construção Ltda-me - 830775/11 - Not.732/2012 - R$ 1.071,60, 830776/11 - Not.736/2012 - R$ 427,33

Temay Comercial, Importadora e Exportadora Ltda - 830018/09 - Not.444/2012 - R$ 2.497,44

Úrsula Paula Deroma - 830312/94 - Not.540/2012 - R$ 1.311,16, 831045/94 - Not.475/2012 - R$ 3.153,78, 834633/93 - Not.524/2012 - R$ 457,36, 834633/93 - Not.525/2012 - R$ 390,82, 831223/97 - Not.601/2012 - R$ 1.511,19, 835600/94 - Not.598/2012 - R$ 3.494,31, 836450/93 - Not.574/2012 - R$ 1.004,82, 834403/93 - Not.570/2012 - R$ 902,22, 834703/95 - Not.571/2012 - R$ 3.477,66, 834715/95 - Not.610/2012 - R$ 2.164,76, 835472/94 - Not.613/2012 - R$ 1.433,46, 830597/94 - Not.290/2012 - R$ 2.962,25, 830297/94 - Not.253/2012 - R$ 1.475,32, 835763/94 - Not.302/2012 - R$ 3.494,31, 834105/95 - Not.270/2012 - R$ 237,45, 834105/95 - Not.271/2012 - R$ 202,90, 835767/94 - Not.216/2012 - R$ 3.494,31, 836380/93 - Not.218/2012 - R$ 3.494,31, 836498/93 - Not.219/2012 - R$ 1.078,98, 831298/94 - Not.204/2012 - R$ 3.494,31, 833812/95 - Not.198/2012 - R$ 3.494,31, 833812/95 - Not.199/2012 - R$ 2.985,94, 834522/94 - Not.243/2012 - R$ 3.406,95, 834755/95 - Not.195/2012 - R$ 1.635,86, 834735/95 - Not.196/2012 - R$ 308,52, 835463/94 - Not.143/2012 - R$ 3.443,28, 833269/93 - Not.138/2012 - R$ 3.494,31, 834756/95 - Not.177/2012 - R$ 3.032,37, 834816/95 - Not.178/2012 - R$ 3.459,37, 835120/94 - Not.179/2012 - R$ 723,45, 834431/95 - Not.160/2012 - R$ 1.747,15, 835466/94 - Not.165/2012 - R$ 3.396,47, 835116/94 - Not.166/2012 - R$ 339,67, 835114/94 - Not.167/2012 - R$ 1.262,83, 834701/95 - Not.168/2012 - R$ 3.278,29, 834749/95 - Not.169/2012 - R$ 1.120,85, 834810/95 - Not.171/2012 - R$ 3.494,31, 834749/95 - Not.172/2012 - R$ 957,79, 835721/93 - Not.820/2012 - R$ 3.494,31, 835364/93 - Not.821/2012 - R$ 3.494,31, 835731/93 - Not.805/2012 - R$ 2.730,97

Vilarinho Comércio de Granitos e Mármores LTDA. - 834823/08 - Not.793/2012 - R$ 2.341,76

Viumar Gomes da Costa - 831722/00 - Not.482/2012 - R$ 3.494,31

Wanderley Fernandes da Silva - 834838/07 - Not.395/2012 - R$ 4.846,54

Wilson Mariante - 830994/07 - Not.640/2012 - R$ 2.487,16

RELAÇÃO Nº 27/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adelio Vitor Dos Santos - 834364/10 - Not.360/2012 - R$ 2.177,72

Ademar André de Borba - 835050/07 - Not.659/2012 - R$ 2.224,76

Adilânia Joaquim Oliveira - 833254/04 - Not.132/2012 - R$ 207,62

Agatha Mineração de Ferro e Transportes Ltda - 833798/07 - Not.590/2012 - R$ 2.465,05, 833804/07 - Not.629/2012 - R$ 2.224,76

Ailton Cortes de Souza - 834630/07 - Not.655/2012 - R$ 2.224,76, 834631/07 - Not.657/2012 - R$ 2.224,76

Alfredo Peloso da Silveira - 833380/08 - Not.417/2012 - R$ 4.355,43

Anildo Coelho Costa - 833305/04 - Not.133/2012 - R$ 207,62

Antônio Pádua Viana - 830264/10 - Not.777/2012 - R$ 2.251,64

Areal Dois Irmãos Ltda - 830013/07 - Not.430/2012 - R$ 2.177,72, 832781/06 - Not.435/2012 - R$ 2.177,72, 833791/10 - Not.443/2012 - R$ 2.177,72

Autemar Correa de Souza - 833852/08 - Not.800/2012 - R$ 2.251,64

Braspedras Comércio Importação e Exportação Ltda - 832605/06 - Not.621/2012 - R$ 2.134,31

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 832652/95 - Not.811/2012 - R$ 2.706,89

Brazminco Ltda - 830051/04 - Not.137/2012 - R$ 4.728,18

Calmag Comercio e Transpotes LTDA. - 830130/11 - Not.721/2012 - R$ 2.251,64

Campex Comercial Exportadora de PROD. Alimentícios Ltda - 832754/08 - Not.409/2012 - R$ 4.355,43, 832755/08 - Not.413/2012 - R$ 4.355,43

Carlos Roberto de Souza - 833919/07 - Not.427/2012 - R$ 4.355,43

Célio Almeida Moreira - 830590/09 - Not.439/2012 - R$ 2.177,72

Cláudia Márcia Lopes - 832517/09 - Not.790/2012 - R$ 2.251,64

Comercial Dpm Ltda me - 832913/06 - Not.593/2012 - R$ 2.211,32

Comércio de Granitos Diamante Negro Ltda me - 831801/09 - Not.765/2012 - R$ 4.503,27

Comércio de Pedras Recanto do Sobradinho LTDA. - 833074/04 - Not.130/2012 - R$ 207,62

Construtora Andrade Rocha Ltda - 832835/10 - Not.703/2012 - R$ 2.251,64

Dalton Guimarães - 833979/08 - Not.421/2012 - R$ 4.355,43

Diamantes do Triângulo Mineiro Ltda - 831600/07 - Not.759/2012 - R$ 2.251,64, 830352/06 - Not.761/2012 - R$ 2.251,64

Dsj Industria Serviços e Comércio Ltda me - 830679/09 - Not.763/2012 - R$ 2.251,64

Elizabete Moreira de Assis - 832511/06 - Not.645/2012 - R$ 4.449,51

Elpídio Gonçalves Pereira Neto - 834736/07 - Not.661/2012 - R$ 2.224,76

Epamy José Dos Anjos - 831451/00 - Not.579/2012 - R$ 2.690,98

Estrela Guia Mineradora Ltda - 832477/04 - Not.594/2012 - R$ 252,46

Evandro Durso de Oliveira - 832040/08 - Not.405/2012 - R$ 4.355,43

Evandro Toledo - 832778/09 - Not.341/2012 - R$ 2.177,72

Farley Salomão - 834339/08 - Not.382/2012 - R$ 4.355,43

Fausto Batista de Lima - 834920/10 - Not.323/2012 - R$ 2.177,72, 834894/10 - Not.713/2012 - R$ 2.251,64, 834973/10 - Not.715/2012 - R$ 2.251,64, 834974/10 - Not.719/2012 - R$ 2.251,64, 834201/10 - Not.743/2012 - R$ 2.251,64

Ferboc Ltda - 834095/10 - Not.735/2012 - R$ 2.251,64

Geraldo Antônio da Cunha - 830697/07 - Not.651/2012 - R$ 2.224,76

Getulio Mendonça de Aguiar - 834139/10 - Not.741/2012 - R$ 2.251,64

Gilson Xavier de Azevedo - 830687/07 - Not.643/2012 - R$ 2.224,76

Grangripp Mineração e Comércio Ltda - 831218/07 - Not.639/2012 - R$ 2.224,76

Granitos Fortes LTDA. - 833271/07 - Not.753/2012 - R$ 2.251,64

Henrique Cançado Rohlfs - 834873/08 - Not.368/2012 - R$ 4.355,43, 834872/08 - Not.374/2012 - R$ 4.355,43

Herbert Rodrigues - 832710/10 - Not.695/2012 - R$ 2.251,64, 832711/10 - Not.697/2012 - R$ 2.251,64, 832712/10 - Not.699/2012 - R$ 2.251,64, 832713/10 - Not.701/2012 - R$ 2.251,64, 832709/10 - Not.767/2012 - R$ 2.251,64, 832707/10 - Not.769/2012 - R$ 2.251,64, 832706/10 - Not.771/2012 - R$ 2.251,64, 832705/10 - Not.773/2012 - R$ 2.251,64

hy Brazil Energia S.A. - 832831/09 - Not.780/2012 - R$ 2.251,64

Indústria e Comércio de Alimentos Esmeraldas Ltda - 834140/10 - Not.347/2012 - R$ 2.177,72

Izabel Cristina Barbosa - 831678/08 - Not.401/2012 - R$ 2.177,72, 830354/09 - Not.442/2012 - R$ 2.177,72

Jaqueline Aparecida de Araújo - 834799/08 - Not.796/2012 - R$ 2.251,64

Jayme Cardoso - 832571/09 - Not.786/2012 - R$ 2.251,64

João Batista Vieira - 833921/07 - Not.388/2012 - R$ 4.355,43, 834677/08 - Not.354/2012 - R$ 4.355,43

Joaquim Antonio Resende - 832901/10 - Not.705/2012 - R$ 2.251,64

Jose Antonio Dias Dos Santos - 834082/10 - Not.739/2012 - R$ 2.251,64

Jose Antonio Dos Santos - 834638/08 - Not.798/2012 - R$ 4.503,27

José Carlos Alves Osório - 831720/06 - Not.647/2012 - R$ 4.449,51, 831319/06 - Not.649/2012 - R$ 4.449,51

José Maria Ferreira de Queiroz - 834937/10 - Not.622/2012 - R$ 2.218,04

José Maria Filho da Silva - 832012/09 - Not.755/2012 - R$ 4.503,27

Jovelino Marcial - 832559/09 - Not.788/2012 - R$ 2.251,64

Kelly Gonçalves da Silva - 834821/10 - Not.506/2012 - R$ 2.184,44, 834822/10 - Not.508/2012 - R$ 2.184,44, 834969/10 - Not.457/2012 - R$ 2.177,72, 834967/10 - Not.459/2012 - R$ 2.177,72, 834968/10 - Not.462/2012 - R$ 2.177,72, 834966/10 - Not.452/2012 - R$ 2.177,72, 834970/10 - Not.454/2012 - R$ 2.177,72, 834792/10 - Not.356/2012 - R$ 2.177,72, 834819/10 - Not.346/2012 - R$ 2.177,72, 834729/10 - Not.352/2012 - R$ 2.177,72, 834818/10 - Not.349/2012 - R$ 2.177,72, 834825/10 - Not.343/2012 - R$ 2.177,72, 834816/10 - Not.376/2012 - R$ 2.177,72, 834815/10 - Not.380/2012 - R$ 2.177,72, 834790/10 - Not.370/2012 - R$ 2.177,72, 834786/10 - Not.372/2012 - R$ 2.177,72, 834726/10 - Not.362/2012 - R$ 2.177,72, 834728/10 - Not.359/2012 - R$ 2.177,72, 834724/10 - Not.366/2012 - R$ 2.177,72, 834959/10 - Not.325/2012 - R$ 2.177,72, 834960/10 - Not.327/2012 - R$ 2.177,72, 834961/10 - Not.329/2012 - R$ 2.177,72, 834962/10 - Not.331/2012 - R$ 2.177,72, 834963/10 - Not.333/2012 - R$ 2.177,72, 834964/10 - Not.335/2012 - R$ 2.177,72, 834965/10 - Not.337/2012 - R$ 2.177,72, 834824/10 - Not.339/2012 - R$ 2.177,72, 834889/10 - Not.320/2012 - R$ 2.177,72, 834890/10 - Not.322/2012 - R$ 2.177,72, 834799/10 - Not.390/2012 - R$ 2.177,72, 834800/10 - Not.394/2012 - R$ 2.177,72, 834801/10 - Not.398/2012 - R$ 2.177,72, 834803/10 - Not.403/2012 - R$ 2.177,72, 834805/10 - Not.407/2012 - R$ 2.177,72, 834807/10 - Not.415/2012 - R$ 2.177,72, 834806/10 - Not.411/2012 - R$ 2.177,72, 834794/10 - Not.438/2012 - R$ 2.177,72, 834793/10 - Not.441/2012 - R$ 2.177,72, 834797/10 - Not.386/2012 - R$ 2.177,72, 834795/10 - Not.434/2012 - R$ 2.177,72, 834814/10 - Not.423/2012 - R$ 2.177,72, 834808/10 - Not.419/2012 - R$ 2.177,72, 834796/10 - Not.429/2012 - R$ 2.177,72

Kledson Keiler Santos Lobão - 830247/10 - Not.449/2012 - R$ 2.177,72

Laerte Domingos de Souza - 832533/10 - Not.447/2012 - R$ 2.177,72

Leonardo Pereira Chaves - 833857/10 - Not.711/2012 - R$ 2.251,64, 834453/10 - Not.693/2012 - R$ 2.251,64, 830554/10 - Not.775/2012 - R$ 2.251,64

Lourenço Miranda de Mendonça - 832711/09 - Not.782/2012 - R$ 4.503,27

Lourival de Paula Coutinho Júnior - 833353/04 - Not.134/2012 - R$ 207,62

Manoel de Matos Junior - 831233/09 - Not.364/2012 - R$ 4.355,43, 834360/07 - Not.392/2012 - R$ 2.177,72

Marcos Antonio de Andrade Pedreira me - 830606/11 - Not.729/2012 - R$ 2.251,64

Marcos Batasson Tannus - 830652/88 - Not.568/2012 - R$ 4.583,27

Maria do Camo Batista Santos - 833373/04 - Not.135/2012 - R$ 207,62

Mayanna Aparecida Marques & Cia Ltda - 830717/11 - Not.731/2012 - R$ 2.251,64

Mineração & Construção São João Del Rei Ltda - 830087/11 - Not.350/2012 - R$ 2.177,72

Mineração Córrego Dos Freitas Ltda - 830930/09 - Not.436/2012 - R$ 2.177,72

Mineração Dois Irmãos Ltda - 833658/10 - Not.707/2012 - R$ 2.251,64

Mineração Grafite Pedra Azul Ltda - 834931/10 - Not.751/2012 - R$ 2.251,64

Mineração Piazza Brasil Ltda - 833501/04 - Not.432/2012 - R$ 4.355,43

Newlands Empreendimentos e Participações Ltda - 833732/10 - Not.709/2012 - R$ 2.251,64, 833731/10 - Not.626/2012 - R$ 2.224,76

Nilzete Rucak Lagrimante - 834667/10 - Not.691/2012 - R$ 2.251,64

Onária Teotonia Coelho - 830012/09 - Not.792/2012 - R$ 2.251,64

Orleir da Silva - 834366/10 - Not.749/2012 - R$ 2.251,64

Osmar Duarte Duraes - 834259/10 - Not.745/2012 - R$ 2.251,64

Paulo Sales Alves - 835009/10 - Not.717/2012 - R$ 2.251,64

Paulo Sérgio Cal Duarte - 833924/07 - Not.653/2012 - R$ 2.224,76

Pedra Formosa EXP. Ltda - 832649/09 - Not.784/2012 - R$ 4.503,27

Petra Participações Comércio Exportação e Importação Ltda - 832489/07 - Not.631/2012 - R$ 2.224,76, 832487/07 - Not.633/2012 - R$ 2.224,76, 832486/07 - Not.635/2012 - R$ 2.224,76

Polimak Materiais de Construção Ltda - me - 830480/11 - Not.725/2012 - R$ 2.251,64, 834371/10 - Not.802/2012 - R$ 2.251,64, 834370/10 - Not.804/2012 - R$ 2.251,64

Reginaldo Carvalho Dos Santos - 832152/09 - Not.757/2012 - R$ 2.251,64

Renato Laignier Scherre - 830451/08 - Not.400/2012 - R$ 4.355,43

Roberto Antonio Damião - 834196/10 - Not.344/2012 - R$ 2.177,72

Robson Carlos Gomes de Oliveira - 834391/10 - Not.357/2012 - R$ 2.177,72

Ronaldo da Silva Grigório-me - 831304/08 - Not.624/2012 - R$ 2.478,49

Ronaldo Luiz Pimenta - 833920/07 - Not.384/2012 - R$ 4.355,43

Rosilene Pansini - 834113/08 - Not.425/2012 - R$ 4.355,43

Sergio Luiz Eller Figueira - 830144/11 - Not.727/2012 - R$ 2.251,64, 830143/11 - Not.723/2012 - R$ 2.251,64

Teixeira Dos Anjos Material de Construção Ltda-me - 830775/11 - Not.733/2012 - R$ 2.251,64, 830776/11 - Not.737/2012 - R$ 2.251,64

Temay Comercial, Importadora e Exportadora Ltda - 830018/09 - Not.445/2012 - R$ 4.355,43

Ubirajara Rodrigues - 833090/04 - Not.131/2012 - R$ 207,62

Vetor Sul Mineração Ltda - 833624/07 - Not.446/2012 - R$ 2.177,72, 833626/07 - Not.448/2012 - R$ 2.177,72, 833623/07 - Not.450/2012 - R$ 2.177,72, 833622/07 - Not.455/2012 - R$ 2.177,72, 833619/07 - Not.463/2012 - R$ 2.177,72, 833621/07 - Not.460/2012 - R$ 2.177,72

Vilarinho Comércio de Granitos e Mármores LTDA. - 834823/08 - Not.794/2012 - R$ 4.503,27

Wanderley Fernandes da Silva - 834838/07 - Not.396/2012 - R$ 4.355,43

Wilson Mariante - 830994/07 - Not.641/2012 - R$ 4.449,51

RELAÇÃO Nº 56/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Aristides Faustino - 831618/01 (Alvará nº 9.612, DOU 31/10/01) - Not. 581/2012 - R$ 2.391,65.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Incris Mineração Ltda. - 830374/00 (Alvará nº 15.953, DOU 15/08/00)- Not. 582/2012 - R$ 503,28; 831709/99 (Alvará nº 14.289, DOU 15/08/00)- Not. 585/2012 - R$ 4.466,85; 830500/00 (Alvará nº 15.963, DOU 15/08/00)- Not. 587/2012 - R$ 6.985,12; 830372/00 (Alvará nº 15.952, DOU 15/08/00)- Not. 588/2012 - R$ 6.255,90; 830375/00 (Alvará nº 15.954, DOU 15/08/00)- Not. 591/2012 - R$ 4.403,46.

José Aildes Cardoso Jardim - 831663/01 (Alvará nº 9623, DOU 31/10/01)- Not.836/2012 - R$ 3.494,31, Not. 837/2012 - R$ 2.985,94, Not. 839/2012 - R$ 2.589,50.

RELAÇÃO Nº 57/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Aguada Extração e Comércio de Areia Ltda Cpf/cnpj :17.717.760/0001-17 - Processo minerário: 831756/00 - Processo de cobrança: 930239/12 Valor: R$.3.680,87, Processo minerário: 831756/00 - Processo de cobrança: 930240/12 Valor: R$.369,12

Titular: Aliança Primo Ltda Cpf/cnpj :17.281.866/0001-10 - Processo minerário: 831195/97 - Processo de cobrança: 930229/12 Valor: R$.3.944,05

Titular: Antonio José Ferreira Cpf/cnpj :025.715.106-06 - Processo minerário: 851754/74 - Processo de cobrança: 930211/12 Valor: R$.3.039,55

Titular: Areial Rio Minas Ltda Cpf/cnpj :66.424.623/0001-08 - Processo minerário: 831069/99 - Processo de cobrança: 930237/12 Valor: R$.4.800,61

Titular: Cerâmica Natipoly Ltda Cpf/cnpj :02.749.846/0001-54 - Processo minerário: 831839/98 - Processo de cobrança: 930235/12 Valor: R$.3.207,51

Titular: Ceramica Santo Antonio Ltda Cpf/cnpj :18.772.921/0001-38 - Processo minerário: 833230/94 - Processo de cobrança: 930226/12 Valor: R$.2.232,39

Titular: Cerâmica Tijolão LTDA. Cpf/cnpj :18.420.513/0001-17 - Processo minerário: 830955/00 - Processo de cobrança: 930238/12 Valor: R$.2.219,69

Titular: Colorminas Colorifício e Mineração s a Cpf/cnpj :80.084.809/0001-88 - Processo minerário: 832009/89 - Processo de cobrança: 930219/12 Valor: R$.92,91

Titular: Eduardo Melo de Souza Cpf/cnpj :06.068.363/0001-45 - Processo minerário: 830059/78 - Processo de cobrança: 930212/12 Valor: R$.3.406,00

Titular: Fontex Importadora e Exportadora Ltda Cpf/cnpj :50.985.597/0001-49 - Processo minerário: 832021/85 - Processo de cobrança: 930216/12 Valor: R$.2.447,71

Titular: Gilsan Exração e Comercio Ltda me Cpf/cnpj :02.046.532/0001-95 - Processo minerário: 832021/97 - Processo de cobrança: 930231/12 Valor: R$.1.845,01

Titular: Incope Indústria e Comércio de Pedras Ltda Cpf/cnpj :17.956.848/0001-91 - Processo minerário: 832298/93 - Processo de cobrança: 930225/12 Valor: R$.3.384,67

Titular: Jair Dutra do Nascimento Cpf/cnpj :01.238.776/0001-07 - Processo minerário: 830509/01 - Processo de cobrança: 930241/12 Valor: R$.2.381,97

Titular: João Carlos Clemente Cpf 543.934.936 72 me Cpf/cnpj :65.353.781/0001-43 - Processo minerário: 831831/98 - Processo de cobrança: 930234/12 Valor: R$.2.627,91

Titular: Klace s a Pisos e Azulejos Cpf/cnpj :50.629.385/0001-29 - Processo minerário: 831196/97 - Processo de cobrança: 930230/12 Valor: R$.4.268,38

Titular: m & m Mineração LTDA. Cpf/cnpj :02.385.653/0001-61 - Processo minerário: 832943/92 - Processo de cobrança: 930224/12 Valor: R$.3.672,32

Titular: Mincoel - Mineração Indústria Comércio e Exportação LTDA. Cpf/cnpj :18.531.152/0001-86 - Processo minerário: 831194/88 - Processo de cobrança: 930218/12 Valor: R$.2.745,50, Processo minerário: 832069/83 - Processo de cobrança: 930215/12 Valor: R$.2.473,63

Titular: Mineração Engenho Ltda Cpf/cnpj :71.293.781/0001-06 - Processo minerário: 831310/86 - Processo de cobrança: 930217/12 Valor: R$.3.397,96

Titular: Mineração Garoca Ltda Cpf/cnpj :19.717.198/0001-57 - Processo minerário: 830752/82 - Processo de cobrança: 930214/12 Valor: R$.2.371,07

Titular: Mineração Marcilio e Santos Ltda Cpf/cnpj :66.354.366/0001-77 - Processo minerário: 831330/98 - Processo de cobrança: 930233/12 Valor: R$.1.985,46

Titular: Paulo Coutinho de Faria Cpf/cnpj :00.868.920/0001-26 - Processo minerário: 831032/96 - Processo de cobrança: 930228/12 Valor: R$.2.501,86

Titular: Pedro Gloria Cpf/cnpj :999.902.960-49 - Processo minerário: 830404/79 - Processo de cobrança: 930213/12 Valor: R$.3.088,53

Titular: Porto de Areia Rifaina Ltda Cpf/cnpj :64.050.297/0001-82 - Processo minerário: 820085/91 - Processo de cobrança: 930220/12 Valor: R$.2.765,05

Titular: Porto de Areia São Geraldo LTDA. Cpf/cnpj :19.061.472/0001-82 - Processo minerário: 834633/95 - Processo de cobrança: 930227/12 Valor: R$.3.201,10

Titular: Robson Pereira de Almeida Cpf/cnpj :02.894.958/0001-07 - Processo minerário: 830969/99 - Processo de cobrança: 930236/12 Valor: R$.2.595,98

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
826.399/2011-JAMRA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-OF. N°31/2012-DOU de 23/01/2012

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 84, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO o encerramento do Convênio SICONV Nº 700363 - UG concedente SR-11/RS, não havendo parcelas de recursos a serem liberadas, resolve:

Art. 1º Excluir o Convênio SICONV Nº 700363 da relação anexa a Portaria/INCRA/P Nº 610, de 03 de novembro de 2011, publicada no DOU N° 212, seção 1 página 48 de 04 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

PORTARIA Nº 85, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO que não há parcelas de recursos a serem liberadas para execução do Convênio SICONV Nº 702209 - UG concedente SR-07/RJ, resolve:

Art. 1º Excluir o Convênio SICONV Nº 702209 da relação anexa a Portaria/INCRA/P Nº 610, de 03 de novembro de 2011, publicada no DOU N° 212, seção 1 página 48 de 04 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO que não há parcelas a serem liberadas para execução do Convênio SIAFI Nº 577585, UG concedente SR-19/RN, resolve:

Art. 1º Excluir o Convênio SIAFI Nº 577585 da relação anexa a Portaria/INCRA/P Nº 610, de 03 de novembro de 2011, publicada no DOU N° 212, seção 1 página 48 de 04 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

PORTARIA Nº 87, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 122, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 8 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011; e

CONSIDERANDO o encerramento do Convênio SICONV Nº 756091 - UG concedente SR-11/RS, não havendo parcelas de recursos a serem liberadas, resolve:

Art. 1º Excluir o Convênio SICONV Nº 756091 da relação anexa a Portaria/INCRA/P Nº 610, de 03 de novembro de 2011, publicada no DOU N° 212, seção 1 página 48 de 04 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o repasse de recursos federais aos estados do Acre e do Amazonas para a execução de ações socioassistenciais nos municípios com grande contingente de imigrantes haitianos.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição, o art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, tendo em vista o disposto no art. 12, III, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995,

CONSIDERANDO que a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovadas, respectivamente, pelas Resoluções nº 130, de 15 de julho de 2005, e nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, estabelecem, no âmbito dos serviços de proteção social especial, o atendimento às situações de risco pessoal e social, em especial às situações de rompimento de vínculos comunitários, o que exige soluções protetivas mais flexíveis; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre as provisões dos serviços de proteção social especial de alta complexidade a promoção de apoio e proteção à população atingida pelas situações de migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, resolve:

Art. 1º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome prestará apoio técnico e financeiro aos estados do Acre e Amazonas para atender as situações de imigração dos indivíduos haitianos que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Art. 2º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.2037.2A69 - Serviços Específicos de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na categoria econômica de custeio, e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Art. 3º A definição dos valores a serem repassados na forma desta Portaria levará em consideração o número de imigrantes haitianos indicado pelos respectivos governos estaduais, para atendimento das ações de assistência social, conforme a tabela constante no Anexo I.

Art. 4º Os recursos serão repassados no exercício de 2012, em parcela única, de acordo com os valores estabelecidos no Anexo II, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos estaduais de assistência social dos respectivos estados.

Art. 5º A prestação de contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma da Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 6º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, prestará assessoramento técnico aos estados do Acre e Amazonas, conforme o art. 1º, nas atividades de planejamento e implementação das ações.

Art. 7° Os conselhos de assistência social dos estados deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO I

CRITÉRIO PARA A DEFINIÇÃO DOS VALORES A SEREM REPASSADOS AOS ESTADOS DO ACRE E DO AMAZONAS

Nº Imigrantes haitianos	Valor Base
Até 1.000	R$ 100 por indivíduo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entre 1.001 e 2.000	R$ 50 por indivíduo
Entre 2.001 e 3.000	R$ 30 por indivíduo
Acima de 3.001	-

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DO REPASSE DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME AOS ESTADOS DO ACRE E DO AMAZONAS*

UF	Quantidade de imigrantes	Valor a ser repassado
AC	1.400	R$ 360.000,00
AM	4.600	R$ 540.000,00

* Considerando impreterível a permanência dos suportes e apoios prestados pelos gestores da assistência social por um período mínimo de três meses.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 22, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Regimento Interno da Assessoria Parlamentar - ASPAR do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providencias

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 46 do anexo I do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Assessoria Parlamentar, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Portaria nº 037, de 30 de janeiro de 2001, publicada no Boletim de Serviço, Ano VII, nº 01/2001, Janeiro, Pág. 27 e os artigos 8º e 11 da Portaria nº 340, de 6 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 7 de dezembro de 2006, Págs. 120/121.

IZABELLA TEIXEIRA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR

Seção I

Das Atribuições

Art. 1º A Assessoria Parlamentar - Aspar, órgão pertencente à estrutura do Gabinete do Ministro - GM, de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, tem por competência, no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas, planejar, promover e coordenar as ações relacionadas ao acompanhamento das atividades parlamentares, especialmente do processo legislativo junto ao Congresso Nacional, em conformidade com Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL, e especificamente nos assuntos de:

I - Análises Legislativas:

a) assessorar o Ministro e outras autoridades do Ministério e entidades vinculadas em representações políticas e legislativas, junto ao Congresso Nacional;

b) identificar, acompanhar e controlar sistematicamente a tramitação de Projetos de Lei, Propostas de Emendas à Constituição, Medidas Provisórias e outras proposições legislativas de interesse do Ministério e entidades vinculadas em tramitação no Congresso Nacional, mantendo o Ministro de Estado informado sobre cenários políticos e tendências de votações;

c) recepcionar e prestar esclarecimentos aos parlamentares, assessores e autoridades do Poder Legislativo sobre matéria de competência do Ministério;

d) articular-se com as esferas de governo federal, estadual, municipal e entidades de classe, sobre matéria legislativa no âmbito do Ministério;

e) coletar, junto aos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, os pareceres sobre o mérito e, junto à Consultoria Jurídica, sobre a constitucionalidade dos projetos de lei e proposições legislativas, controlando e informando todas as etapas evolutivas do processo;

f) acompanhar e dar apoio aos representantes do Ministério e das entidades vinculadas nas audiências públicas, reuniões e outros trabalhos junto ao Congresso Nacional;

g) acompanhar, analisar e elaborar minuta de resposta aos pronunciamentos dos parlamentares, proferidos em plenários e referentes às questões ambientais;

h) acompanhar os trabalhos das Comissões Permanentes e Especiais, dos Plenários, das Comissões Parlamentares de Inquérito e confeccionar relatórios;

i) informar às Bancadas Parlamentares da presença do Ministro de Estado nas respectivas regiões;

j) elaborar informativo diário sobre os acontecimentos do Congresso Nacional e divulgar junto aos órgãos do Ministério;

k) auxiliar na interação dos órgãos e entidades vinculadas com o Congresso Nacional para assegurar os interesses do Ministério nas matérias legislativas;

l) atuar como canal de comunicação direta entre os parlamentares, suas assessorias e o Ministério; e

m) manter arquivo da representação parlamentar e das matérias encaminhadas ao Ministro pelo Poder Legislativo e pelo órgão central do SIAL, relativas às proposições legislativas.

II - Atendimento Parlamentar:

a) receber os pleitos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, dos Governos Estaduais, das Assembléias Legislativas, das Prefeituras e das Câmaras Municipais e encaminhar aos órgãos e entidades vinculadas do Ministério para exame e manifestação, preparando a minuta de resposta do Ministério com base nos posicionamentos técnicos dos órgãos e entidades vinculadas;

b) receber as indicações da competência do Ministério, repassadas pela Presidência da República, e encaminhar aos órgãos e entidades vinculadas para análise e manifestação;

c) receber, analisar e distribuir aos órgãos e entidades vinculadas os requerimentos de informações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dirigidos ao Ministro de Estado, controlando os prazos legais para resposta;

d) preparar minuta de resposta do Ministério aos requerimentos de informações, aos pleitos e às indicações com base nos posicionamentos técnicos dos órgãos e entidades vinculadas;

e) acompanhar os eventos de iniciativa dos poderes legislativos municipais, estaduais e federal, a fim de que o Ministério interaja ativamente em assuntos de sua competência, por meio de seus órgãos e entidades vinculadas;

f) manter os parlamentares devidamente informados sobre os programas existentes no Ministério;

g) acompanhar as emendas parlamentares ao orçamento, desde sua elaboração até a tramitação dos respectivos projetos no Ministério;

h) preparar e acompanhar as audiências parlamentares com o Ministro de Estado e elaborar relatórios periódicos; e

i) providenciar o registro nos sistemas informatizados, das ações executadas sobre documentos e processos que tramitem na unidade, bem como de dados e informações específicas, como as audiências realizadas com parlamentares.

Art. 2º A Assessoria Parlamentar será dirigida pelo Chefe de Assessoria.

Parágrafo Único. Ao Chefe da Assessoria Parlamentar incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades afetas às respectivas unidades;

II - apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam as competências das respectivas unidades; e

III - elaborar e submeter à chefia superior os relatórios das atividades executadas pela unidade.

Seção II

Das Atividades e Procedimentos

Art. 3º Todas as atividades realizadas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente ou por entidades vinculadas de interesse dos membros do Congresso Nacional devem ser oportunamente informadas à Assessoria Parlamentar.

Art. 4º A Assessoria Parlamentar deve submeter à consideração e avaliação das áreas técnicas pertinentes, na forma prevista pelos dispositivos desta Seção II, em formulário próprio, cópias dos projetos de lei o outras iniciativas legislativas de interesse do Ministério do Meio Ambiente para elaboração de parecer técnico e propositura de emendas e sugestões.

Parágrafo único. Cabe ao Gabinete do Ministro, no cumprimento ao disposto nesta Portaria, o estabelecimento de orientações complementares, além de dirimir as dúvidas e decidir sobre os casos omissos.

Subseção I

Dos Requerimentos de Informação

Art. 5º Todo requerimento de informação oriundo da Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, ou mesmo do Executivo Estadual deve ser submetido pela Assessoria Parlamentar à apreciação das áreas técnicas pertinentes.

§1º A Assessoria Parlamentar deve encaminhar a demanda para manifestação das áreas técnicas pertinentes no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de seu recebimento.

§2º Havendo mais de uma área técnica correlata à matéria, a Assessoria Parlamentar deve designar aquela que consolidará a informação institucional.

§3º Toda manifestação técnica deve ser elaborada por meio de Nota Técnica ou Informativa e deve contar com a anuência ou discordância fundamentada expressa do titular da Secretaria ou entidade vinculada.

§4º A informação técnica consolidada deve ser encaminhada à Assessoria Parlamentar no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 6º Cabe à Assessoria Parlamentar a elaboração da minuta de resposta a requerimento de informação, a qual deve ser encaminhada ao Gabinete do Ministro, com pelo menos cinco dias de antecedência do termo do prazo legal de trinta dias, para assinatura e encaminhamento ao interessado.

Subseção II

Das Indicações Parlamentares

Art. 7º Toda indicação parlamentar deve ser submetida pela Assessoria Parlamentar à apreciação das áreas técnicas pertinentes.

§1º Entende-se indicação parlamentar, proposição por meio da qual membro do Poder Legislativo sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre matéria de sua exclusiva iniciativa.

§2º O prazo para resposta da indicação parlamentar à Casa Civil da Presidência da República é de 20 (vinte) dias, caso outro não seja determinado pelo Gabinete do Ministro.

§3º A tramitação de indicação parlamentar deve obedecer, onde aplicável, aos critérios estabelecidos na Subseção I para os requerimentos de informação.

Subseção III

Dos Projetos de Lei

Art. 8º Ao tomar conhecimento de assunto de interesse do Ministério do Meio Ambiente em tramitação no Congresso Nacional, a Assessoria Parlamentar deve dar ciência ao Gabinete do Ministro, que avaliará a pertinência do assunto e o encaminhará às áreas técnicas pertinentes para manifestação e indicação de técnico para acompanhar o tema juntamente à Assessoria Parlamentar, se for o caso.

Parágrafo único. A Aspar deve manter controle sistematizado sobre os projetos de lei.

Art. 9º Consultas ou solicitações de subsídio técnico sobre projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional devem ser submetidas pela Assessoria Parlamentar à apreciação das áreas técnicas pertinentes com indicação de prazo para manifestação.

Parágrafo único. Recebida a manifestação técnica consolidada, a Assessoria Parlamentar deve encaminhar o expediente ao Gabinete do Ministro, acompanhado de minuta de resposta ao interessado, para assinatura e encaminhamento.

Art. 10. O projeto de lei recebido da Presidência da República pelo Gabinete do Ministro, para proposta de veto ou sanção do Ministro do Meio Ambiente, deve ser imediatamente remetido à Assessoria Parlamentar com indicação de prazo para manifestação das áreas técnicas pertinentes.

§1º O posicionamento de área técnica pelo "veto" do projeto de lei analisado deve necessariamente ser fundamentado na existência de relevante contrariedade ao interesse público, não devendo manifestar discordância ou propor conteúdo distinto.

§2º Recebida a manifestação técnica consolidada, a Assessoria Parlamentar deve encaminhar o expediente à Consultoria Jurídica para avaliação, a quem compete a análise da constitucionalidade do Projeto de Lei.

§3º Após o retorno do expediente da Consultoria Jurídica, a Assessoria Parlamentar deve elaborar minuta de Aviso Ministerial a ser encaminhado ao Gabinete do Ministro para as providências cabíveis, da qual constarão:

I - a proposta de veto ou de sanção do Ministro do Meio Ambiente;

II - as manifestações das áreas técnicas pertinentes;

III - a manifestação da Consultoria Jurídica.

Art. 11. A tramitação de projeto de lei deve obedecer, onde aplicável, aos critérios estabelecidos na Subseção I para os requerimentos de informação.

Subseção IV

Das Emendas Parlamentares

Art. 12. A Assessoria Parlamentar deve no tocante às emendas parlamentares:

I - acompanhar a tramitação no Congresso Nacional dos projetos de lei referentes ao sistema orçamentário, prestando as informações solicitadas pelo Gabinete do Ministro;

II - prover o Gabinete do Ministro com informações relativas aos processos e sua tramitação, nas Secretarias e órgãos vinculados, das emendas parlamentares destinadas ao Ministério do Meio Ambiente;

III - atender e prestar, quando requisitada e em conjunto com a Secretaria Executiva, informações aos gabinetes dos parlamentares de processos originários de emendas à Lei Orçamentária, visando a celebração de convênios e contratos de repasse, nos termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Art. 13. O tratamento de Emendas Parlamentares no âmbito do Ministério do Meio Ambiente deve obedecer as orientações e determinações da Controladoria-Geral da União - CGU acerca do assunto e demais instruções de caráter normativo emanadas dos órgãos de controle externos e interno.

Art. 14. A celebração de convênios e contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos originados de Emendas Parlamentares deve observar as normas contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Decreto 6.170/2007 e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Eventual recebimento de indicação da entidade a ser beneficiada por recursos provenientes de emenda parlamentar não vincula a escolha a ser realizada pelo órgão competente, nem o exime de obedecer aos critérios legais correspondentes.

Subseção V

Das Audiências e Reuniões

Art. 15. Para efeito do disposto nesta Portaria, as audiências marcadas com parlamentares por iniciativa ou não do Ministério do Meio Ambiente devem ser acompanhadas pelo Chefe da Assessoria Parlamentar ou por servidor por ele designado.

Art. 16. Qualquer servidor vinculado ao Ministério do Meio Ambiente ou entidade vinculada que seja convidado ou convocado a participar de audiência pública, reunião técnica com parlamentar ou convocado para Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI deve previamente dar ciência do fato à Assessoria Parlamentar.

Art. 17. Todo pedido de audiência ou reunião de parlamentar deve ser encaminhado, pelas unidades do Ministério do Meio Ambiente ou por entidades vinculadas, ao Gabinete do Ministro para designação de representante e demais encaminhamentos pertinentes.

Parágrafo único. A resposta a pedido de indicação de representante deve ser encaminhada pelas ao Gabinete do Ministro no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de seu recebimento.

Seção III

Dos Relatórios de Acompanhamento e Atividades

Art. 18. A Assessoria Parlamentar deve apresentar ao Gabinete do Ministro:

I - trimestralmente, Relatório de Acompanhamento das atividades e procedimentos em curso; e

II - até 31 de janeiro de cada ano, Relatório de Atividades contendo a consolidação de todas ações realizadas no ano anterior.

Parágrafo único. O formato dos relatórios descritos nos incisos acima será definido pela Assessoria Parlamentar e previamente aprovado pelo Gabinete do Ministro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 18, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, resolvem:

Art. 1º Autorizar a contratação de 3.059 (três mil e cinquenta e nove) professores nos termos do inciso X do artigo 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito do Ministério da Educação, para atender ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni.

Art. 2º Caberá ao Ministro de Estado da Educação a fixação do quantitativo de professores de que trata o art. 1º por Instituição Federal de Ensino Superior, respeitados o escalonamento e a carga horária previstos no Anexo a esta Portaria, bem como os quantitativos previstos nos Termos de Acordos de Metas firmados entre o Ministério da Educação e as Universidades Federais e o cumprimento da meta de ofertas de vagas no ensino de graduação presencial neles fixados.

Art. 3° A contratação dos profissionais de que trata o art. 1º deverá ser efetuada por meio de processo seletivo simplificado, conforme previsto no art. 3º da Lei nº 8.745, de 1993.

Parágrafo único. Poderão ser contratados profissionais previamente selecionados em processo seletivo simplificado realizado anteriormente, exceto quando selecionados exclusivamente por análise curricular.

Art. 4° O prazo de duração dos contratos deverá ser de seis meses, a contar de março de 2012, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, conforme previsto no art. 4º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.745, de 1993, desde que a prorrogação seja devidamente justificada pelo Ministro de Estado da Educação, com base nas necessidades de conclusão das atividades de que trata o caput do art. 1º desta Portaria e mediante novo atesto orçamentário emitido pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5° A remuneração dos profissionais a serem contratados será fixada em conformidade com o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 6° As despesas com as contratações autorizadas por esta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias de cada Unidade Orçamentária do Ministério da Educação, nas quais se efetivarão as contratações, consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "1 - Pessoal e Encargos Sociais".

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

ANEXO

Período	Carga Horária	Número de Docentes
março a agosto de 2012	40h	900
	20h	900
abril a setembro de 2012	40h	629
	20h	630
TOTAL		3.059

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 52, § 2º, inciso III, alínea "a", e o disposto no § 3º do art. 90, ambos da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e

Considerando a promulgação da Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, que desvinculou, até 31 de dezembro de 2015, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, resolve:

Art. 1º Proceder, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, à troca de fonte de recursos condicionada, constante da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, pela fonte definitiva, cuja alteração na vinculação foi aprovada até o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2012 para sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO

ÓRGÃO: 01000 - Câmara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0553	**Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados**							**836.661.637**
		ATIVIDADES							
01 122	**0553 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**753.251.222**
01 122	0553 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							753.251.222
			F	1	1	90	0	100	753.251.222
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0553 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**83.410.415**
01 122	0553 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							83.410.415
			F	1	0	91	0	100	83.410.415
TOTAL - FISCAL									**836.661.637**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**836.661.637**

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	**Atuação Legislativa do Senado Federal**							**631.557.907**
		ATIVIDADES							
01 122	**0551 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**545.972.961**
01 122	0551 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							545.972.961
			F	1	1	90	0	100	545.972.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0551 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**85.584.946**
01 122	0551 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							85.584.946
			F	1	0	91	0	100	85.584.946
TOTAL - FISCAL									**631.557.907**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**631.557.907**

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0550	**Controle Externo**							**282.049.588**
		ATIVIDADES							
01 122	**0550 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**238.562.322**
01 122	0550 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							238.562.322
			F	1	1	90	0	100	238.562.322
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0550 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**43.487.266**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

01 122	0550 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	43.487.266 43.487.266
TOTAL - FISCAL									**282.049.588**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**282.049.588**

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	**Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**							**71.796.184**
		ATIVIDADES							
02 122	**0565 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**61.075.029**
02 122	0565 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	61.075.029 61.075.029
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0565 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.721.155**
02 122	0565 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	10.721.155 10.721.155
TOTAL - FISCAL									**71.796.184**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**71.796.184**

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	**Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça**							**183.665.814**
		ATIVIDADES							
02 122	**0568 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**155.435.677**
02 122	0568 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	155.435.677 155.435.677
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0568 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**28.230.137**
02 122	0568 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	28.230.137 28.230.137
TOTAL - FISCAL									**183.665.814**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**183.665.814**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**1.433.835.882**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.204.299.320**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.204.299.320 1.204.299.320
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**229.536.562**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	229.536.562 229.536.562
TOTAL - FISCAL									**1.433.835.882**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.433.835.882**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**79.163.541**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**67.779.445**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	67.779.445 67.779.445
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**11.384.096**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	11.384.096 11.384.096
TOTAL - FISCAL									**79.163.541**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**79.163.541**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**74.456.114**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**63.765.941**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	63.765.941 63.765.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.690.173**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	10.690.173 10.690.173
TOTAL - FISCAL									**74.456.114**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**74.456.114**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**124.568.643**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**105.626.407**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							105.626.407
			F	1	1	90	0	100	105.626.407
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**18.942.236**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							18.942.236
			F	1	0	91	0	100	18.942.236
TOTAL - FISCAL									**124.568.643**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**124.568.643**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**73.199.550**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**62.228.057**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							62.228.057
			F	1	1	90	0	100	62.228.057
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.971.493**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							10.971.493
			F	1	0	91	0	100	10.971.493
TOTAL - FISCAL									**73.199.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**73.199.550**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**44.936.234**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.672.168**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.672.168
			F	1	1	90	0	100	38.672.168
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.264.066**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							6.264.066
			F	1	0	91	0	100	6.264.066
TOTAL - FISCAL									**44.936.234**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**44.936.234**

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	**Prestação Jurisdicional Militar**							**54.940.472**
		ATIVIDADES							
02 122	**0566 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**46.729.126**
02 122	0566 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							46.729.126
			F	1	1	90	0	100	46.729.126
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0566 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**8.211.346**
02 122	0566 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							8.211.346
			F	1	0	91	0	100	8.211.346
TOTAL - FISCAL									**54.940.472**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.940.472**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**169.780.921**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.596.072**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							161.596.072
			F	1	1	90	0	100	161.596.072
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**8.184.849**
02 122	0570 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							8.184.849
			F	1	0	91	0	100	8.184.849
TOTAL - FISCAL									**169.780.921**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**169.780.921**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**8.776.423**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.601.132**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.601.132
			F	1	1	90	0	100	7.601.132

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.175.291**
02 122	0570 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	F	1	0	91	0	100	1.175.291
TOTAL - FISCAL									**8.776.423**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.776.423**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**19.487.015**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.861.365**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	16.861.365
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.625.650**
02 122	0570 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	100	2.625.650
TOTAL - FISCAL									**19.487.015**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.487.015**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**21.124.429**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.323.736**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	18.323.736
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.800.693**
02 122	0570 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas	F	1	0	91	0	100	2.800.693
TOTAL - FISCAL									**21.124.429**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.124.429**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**52.296.109**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**45.044.314**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	45.044.314
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.251.795**
02 122	0570 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	100	7.251.795
TOTAL - FISCAL									**52.296.109**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.296.109**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**35.157.052**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.355.864**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	30.355.864
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.801.188**
02 122	0570 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	100	4.801.188
TOTAL - FISCAL									**35.157.052**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**35.157.052**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**16.736.870**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**14.696.365**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	14.696.365
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.040.505**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	2.040.505
									2.040.505
TOTAL - FISCAL									**16.736.870**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.736.870**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**18.665.997**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.215.390**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.215.390
			F	1	1	90	0	100	16.215.390
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.450.607**
02 122	0570 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							2.450.607
			F	1	0	91	0	100	2.450.607
TOTAL - FISCAL									**18.665.997**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.665.997**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**31.746.564**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**27.550.525**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							27.550.525
			F	1	1	90	0	100	27.550.525
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.196.039**
02 122	0570 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							4.196.039
			F	1	0	91	0	100	4.196.039
TOTAL - FISCAL									**31.746.564**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.746.564**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**28.216.170**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**24.555.264**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							24.555.264
			F	1	1	90	0	100	24.555.264
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.660.906**
02 122	0570 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão							3.660.906
			F	1	0	91	0	100	3.660.906
TOTAL - FISCAL									**28.216.170**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.216.170**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**19.353.263**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.787.628**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.787.628
			F	1	1	90	0	100	16.787.628
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.565.635**
02 122	0570 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							2.565.635
			F	1	0	91	0	100	2.565.635
TOTAL - FISCAL									**19.353.263**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.353.263**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**18.681.527**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.190.911**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.190.911
			F	1	1	90	0	100	16.190.911
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.490.616**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100	2.490.616
									2.490.616
TOTAL - FISCAL									**18.681.527**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.681.527**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**96.124.004**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**82.370.600**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							82.370.600
			F	1	1	90	0	100	82.370.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.753.404**
02 122	0570 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							13.753.404
			F	1	0	91	0	100	13.753.404
TOTAL - FISCAL									**96.124.004**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**96.124.004**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**27.208.145**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.692.275**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							23.692.275
			F	1	1	90	0	100	23.692.275
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.515.870**
02 122	0570 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							3.515.870
			F	1	0	91	0	100	3.515.870
TOTAL - FISCAL									**27.208.145**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.208.145**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**25.525.704**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.084.853**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							22.084.853
			F	1	1	90	0	100	22.084.853
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.440.851**
02 122	0570 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							3.440.851
			F	1	0	91	0	100	3.440.851
TOTAL - FISCAL									**25.525.704**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**25.525.704**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**48.662.081**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**42.110.459**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							42.110.459
			F	1	1	90	0	100	42.110.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.551.622**
02 122	0570 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							6.551.622
			F	1	0	91	0	100	6.551.622
TOTAL - FISCAL									**48.662.081**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**48.662.081**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**43.700.697**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.099.311**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.099.311
			F	1	1	90	0	100	38.099.311
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.601.386**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	100	5.601.386
									5.601.386
TOTAL - FISCAL									**43.700.697**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.700.697**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**27.088.711**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.437.807**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							23.437.807
			F	1	1	90	0	100	23.437.807
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.650.904**
02 122	0570 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							3.650.904
			F	1	0	91	0	100	3.650.904
TOTAL - FISCAL									**27.088.711**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.088.711**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**69.385.974**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**59.383.498**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							59.383.498
			F	1	1	90	0	100	59.383.498
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.002.476**
02 122	0570 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							10.002.476
			F	1	0	91	0	100	10.002.476
TOTAL - FISCAL									**69.385.974**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**69.385.974**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**21.150.189**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.184.455**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							18.184.455
			F	1	1	90	0	100	18.184.455
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.965.734**
02 122	0570 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							2.965.734
			F	1	0	91	0	100	2.965.734
TOTAL - FISCAL									**21.150.189**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.150.189**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**47.071.251**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**40.319.580**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							40.319.580
			F	1	1	90	0	100	40.319.580
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.751.671**
02 122	0570 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							6.751.671
			F	1	0	91	0	100	6.751.671
TOTAL - FISCAL									**47.071.251**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**47.071.251**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**14.705.517**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**12.755.034**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							12.755.034
			F	1	1	90	0	100	12.755.034
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.950.483**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	100	1.950.483
									1.950.483
TOTAL - FISCAL									**14.705.517**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.705.517**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**29.904.888**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**25.823.878**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							25.823.878
			F	1	1	90	0	100	25.823.878
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.081.010**
02 122	0570 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							4.081.010
			F	1	0	91	0	100	4.081.010
TOTAL - FISCAL									**29.904.888**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**29.904.888**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**110.862.226**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**95.108.327**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							95.108.327
			F	1	1	90	0	100	95.108.327
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**15.753.899**
02 122	0570 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							15.753.899
			F	1	0	91	0	100	15.753.899
TOTAL - FISCAL									**110.862.226**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**110.862.226**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**15.735.229**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.659.715**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							13.659.715
			F	1	1	90	0	100	13.659.715
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.075.514**
02 122	0570 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							2.075.514
			F	1	0	91	0	100	2.075.514
TOTAL - FISCAL									**15.735.229**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.735.229**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**14.493.742**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**12.593.272**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							12.593.272
			F	1	1	90	0	100	12.593.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.900.470**
02 122	0570 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							1.900.470
			F	1	0	91	0	100	1.900.470
TOTAL - FISCAL									**14.493.742**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.493.742**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**9.991.510**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.681.186**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							8.681.186
			F	1	1	90	0	100	8.681.186
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.310.324**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	100	1.310.324
									1.310.324
TOTAL - FISCAL									**9.991.510**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.991.510**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**8.896.496**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.841.235**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.841.235
			F	1	1	90	0	100	7.841.235
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.055.261**
02 122	0570 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							1.055.261
			F	1	0	91	0	100	1.055.261
TOTAL - FISCAL									**8.896.496**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.896.496**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**161.923.583**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**140.427.073**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							140.427.073
			F	1	1	90	0	100	140.427.073
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**21.496.510**
02 122	0571 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							21.496.510
			F	1	0	91	0	100	21.496.510
TOTAL - FISCAL									**161.923.583**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**161.923.583**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**286.398.326**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**241.236.491**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							241.236.491
			F	1	1	90	0	100	241.236.491
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**45.161.835**
02 122	0571 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							45.161.835
			F	1	0	91	0	100	45.161.835
TOTAL - FISCAL									**286.398.326**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**286.398.326**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**354.569.345**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**296.783.759**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							296.783.759
			F	1	1	90	0	100	296.783.759
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**57.785.586**
02 122	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							57.785.586
			F	1	0	91	0	100	57.785.586
TOTAL - FISCAL									**354.569.345**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**354.569.345**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**272.170.294**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**228.249.681**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							228.249.681
			F	1	1	90	0	100	228.249.681
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**43.920.613**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0571 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100	43.920.613
									43.920.613
TOTAL - FISCAL									**272.170.294**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**272.170.294**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**233.197.337**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**195.253.979**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							195.253.979
			F	1	1	90	0	100	195.253.979
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**37.943.358**
02 122	0571 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							37.943.358
			F	1	0	91	0	100	37.943.358
TOTAL - FISCAL									**233.197.337**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**233.197.337**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**175.909.682**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**148.229.534**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							148.229.534
			F	1	1	90	0	100	148.229.534
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**27.680.148**
02 122	0571 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							27.680.148
			F	1	0	91	0	100	27.680.148
TOTAL - FISCAL									**175.909.682**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**175.909.682**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**129.121.338**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**109.041.368**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							109.041.368
			F	1	1	90	0	100	109.041.368
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**20.079.970**
02 122	0571 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							20.079.970
			F	1	0	91	0	100	20.079.970
TOTAL - FISCAL									**129.121.338**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**129.121.338**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**62.914.420**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**52.745.596**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							52.745.596
			F	1	1	90	0	100	52.745.596
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.168.824**
02 122	0571 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							10.168.824
			F	1	0	91	0	100	10.168.824
TOTAL - FISCAL									**62.914.420**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**62.914.420**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**85.278.883**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**71.524.112**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							71.524.112
			F	1	1	90	0	100	71.524.112
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.754.771**
02 122	0571 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							13.754.771
			F	1	0	91	0	100	13.754.771
TOTAL - FISCAL									**85.278.883**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**85.278.883**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**165.509.106**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**139.402.645**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							139.402.645
			F	1	1	90	0	100	139.402.645
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**26.106.461**
02 122	0571 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							26.106.461
			F	1	0	91	0	100	26.106.461
TOTAL - FISCAL									**165.509.106**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**165.509.106**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**95.063.307**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**79.059.346**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							79.059.346
			F	1	1	90	0	100	79.059.346
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**16.003.961**
02 122	0571 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							16.003.961
			F	1	0	91	0	100	16.003.961
TOTAL - FISCAL									**95.063.307**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**95.063.307**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**77.794.241**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**65.541.208**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							65.541.208
			F	1	1	90	0	100	65.541.208
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**12.253.033**
02 122	0571 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							12.253.033
			F	1	0	91	0	100	12.253.033
TOTAL - FISCAL									**77.794.241**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**77.794.241**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**120.280.172**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**100.775.345**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							100.775.345
			F	1	1	90	0	100	100.775.345
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**19.504.827**
02 122	0571 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							19.504.827
			F	1	0	91	0	100	19.504.827
TOTAL - FISCAL									**120.280.172**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**120.280.172**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**79.620.472**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**66.588.175**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							66.588.175
			F	1	1	90	0	100	66.588.175
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.032.297**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0571 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	100	13.032.297
TOTAL - FISCAL									**79.620.472**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**79.620.472**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**59.089.624**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**49.587.272**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							49.587.272
			F	1	1	90	0	100	49.587.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.502.352**
02 122	0571 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							9.502.352
			F	1	0	91	0	100	9.502.352
TOTAL - FISCAL									**59.089.624**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.089.624**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**268.212.410**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**227.209.296**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							227.209.296
			F	1	1	90	0	100	227.209.296
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**41.003.114**
02 122	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							41.003.114
			F	1	0	91	0	100	41.003.114
TOTAL - FISCAL									**268.212.410**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**268.212.410**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**39.664.754**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**33.496.168**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							33.496.168
			F	1	1	90	0	100	33.496.168
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.168.586**
02 122	0571 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão							6.168.586
			F	1	0	91	0	100	6.168.586
TOTAL - FISCAL									**39.664.754**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**39.664.754**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**54.807.057**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**45.652.036**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							45.652.036
			F	1	1	90	0	100	45.652.036
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.155.021**
02 122	0571 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							9.155.021
			F	1	0	91	0	100	9.155.021
TOTAL - FISCAL									**54.807.057**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.807.057**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**69.047.176**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**58.319.886**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							58.319.886
			F	1	1	90	0	100	58.319.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.727.290**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0571 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100	10.727.290
									10.727.290
TOTAL - FISCAL									**69.047.176**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**69.047.176**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**37.406.071**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**31.654.648**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							31.654.648
			F	1	1	90	0	100	31.654.648
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.751.423**
02 122	0571 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							5.751.423
			F	1	0	91	0	100	5.751.423
TOTAL - FISCAL									**37.406.071**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**37.406.071**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**31.114.387**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**26.113.149**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							26.113.149
			F	1	1	90	0	100	26.113.149
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.001.238**
02 122	0571 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							5.001.238
			F	1	0	91	0	100	5.001.238
TOTAL - FISCAL									**31.114.387**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.114.387**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**45.327.848**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.156.956**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.156.956
			F	1	1	90	0	100	38.156.956
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.170.892**
02 122	0571 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							7.170.892
			F	1	0	91	0	100	7.170.892
TOTAL - FISCAL									**45.327.848**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.327.848**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**26.192.888**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.119.891**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							22.119.891
			F	1	1	90	0	100	22.119.891
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.072.997**
02 122	0571 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							4.072.997
			F	1	0	91	0	100	4.072.997
TOTAL - FISCAL									**26.192.888**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**26.192.888**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**45.021.258**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**37.908.795**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							37.908.795
			F	1	1	90	0	100	37.908.795
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.112.463**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0571 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	F	1	0	91	0	100	7.112.463
									7.112.463
TOTAL - FISCAL									**45.021.258**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.021.258**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**43.128.130**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.236.989**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							36.236.989
			F	1	1	90	0	100	36.236.989
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.891.141**
02 122	0571 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100	6.891.141
TOTAL - FISCAL									**43.128.130**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.128.130**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**419.976.495**
		ATIVIDADES							
02 122	**0567 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**353.075.523**
02 122	0567 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							353.075.523
			F	1	1	90	0	100	353.075.523
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0567 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**66.900.972**
02 122	0567 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	66.900.972
TOTAL - FISCAL									**419.976.495**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**419.976.495**

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	**Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário**							**7.483.784**
		ATIVIDADES							
02 122	**1389 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.871.486**
02 122	1389 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.871.486
			F	1	1	90	0	100	6.871.486
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**1389 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**612.298**
02 122	1389 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	612.298
TOTAL - FISCAL									**7.483.784**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.483.784**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**60.167.782**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**60.012.744**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							60.012.744
			F	1	1	90	0	100	60.012.744
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**155.038**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	155.038
TOTAL - FISCAL									**60.167.782**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**60.167.782**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20107 - Secretaria de Aviação Civil
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**3.926.444**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.926.444**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							3.926.444
			F	1	1	90	0	100	3.926.444
TOTAL - FISCAL									**3.926.444**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.926.444**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20114 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**724.899.251**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**592.260.822**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional								592.260.822
			F	1	1	90	0	100		592.260.822
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**								**132.638.429**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional								132.638.429
			F	1	0	91	0	100		132.638.429
TOTAL - FISCAL										**724.899.251**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**724.899.251**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**126.008.806**
		ATIVIDADES							
06 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**106.210.329**
06 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							106.210.329
			F	1	1	90	0	100	106.210.329
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**19.798.477**
06 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							19.798.477
			F	1	0	91	0	100	19.798.477
TOTAL - FISCAL									**126.008.806**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**126.008.806**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20121 - Secretaria de Direitos Humanos
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2102	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos**							**6.361.044**
		ATIVIDADES							
14 122	**2102 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.150.992**
14 122	2102 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.150.992
			F	1	1	90	0	100	6.150.992
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2102 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**210.052**
14 122	2102 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							210.052
			F	1	0	91	0	100	210.052
TOTAL - FISCAL									**6.361.044**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.361.044**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2104	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres**							**2.431.581**
		ATIVIDADES							
14 122	**2104 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.431.581**
14 122	2104 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							2.431.581
			F	1	1	90	0	100	1.931.581
			F	1	1	91	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									**2.431.581**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.431.581**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20125 - Controladoria-Geral da União
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**208.573.678**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**172.064.642**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							172.064.642
			F	1	1	90	0	100	172.064.642
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**36.509.036**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							36.509.036
			F	1	0	91	0	100	36.509.036
TOTAL - FISCAL									**208.573.678**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**208.573.678**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20126 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2103	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**							**1.922.677**
		ATIVIDADES							
14 122	**2103 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.922.677**
14 122	2103 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.922.677
			F	1	1	90	0	100	1.922.677
TOTAL - FISCAL									**1.922.677**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.922.677**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20128 - Secretaria de Portos
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**6.297.151**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.297.151**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.297.151
			F	1	1	90	0	100	6.297.151
TOTAL - FISCAL									**6.297.151**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.297.151**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**626.503**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**626.503**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							626.503
			F	1	1	90	0	100	626.503
TOTAL - FISCAL									**626.503**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**626.503**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20214 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**86.405.261**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**72.377.207**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							72.377.207
			F	1	1	90	0	100	72.377.207
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**14.028.054**
26 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							14.028.054
			F	1	0	91	0	100	14.028.054
TOTAL - FISCAL									**86.405.261**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**86.405.261**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20225 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**48.711.530**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**39.709.302**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							39.709.302
			F	1	1	90	0	100	39.709.302
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.002.228**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							9.002.228
			F	1	0	91	0	100	9.002.228
TOTAL - FISCAL									**48.711.530**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**48.711.530**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**51.905.270**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**51.905.270**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							51.905.270
			F	1	1	90	0	100	51.905.270
TOTAL - FISCAL									**51.905.270**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**51.905.270**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**609.608.629**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**511.584.368**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							511.584.368
			F	1	1	90	0	100	511.584.368
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 122	**2105 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**98.024.261**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20 122	2105 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	98.024.261 98.024.261
TOTAL - FISCAL									**609.608.629**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**609.608.629**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**509.633.311**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**509.633.311**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	509.633.311 509.633.311
TOTAL - FISCAL									**509.633.311**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**509.633.311**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**146.912.619**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**146.912.619**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	146.912.619 146.912.619
TOTAL - FISCAL									**146.912.619**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**146.912.619**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**207.351.362**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**172.842.821**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	172.842.821 172.842.821
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**34.508.541**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	34.508.541 34.508.541
TOTAL - FISCAL									**207.351.362**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**207.351.362**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**34.716.370**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.283.593**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	28.283.593 28.283.593
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.432.777**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	6.432.777 6.432.777
TOTAL - FISCAL									**34.716.370**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.716.370**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**155.788.559**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**129.782.122**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	129.782.122 129.782.122
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**26.006.437**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	26.006.437 26.006.437
TOTAL - FISCAL									**155.788.559**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**155.788.559**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**1.000.000**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.000.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.000.000 1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**52.193.159**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**52.193.159**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	52.193.159 52.193.159
TOTAL - FISCAL									**52.193.159**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.193.159**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**43.043.424**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**43.043.424**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	43.043.424 43.043.424
TOTAL - FISCAL									**43.043.424**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.043.424**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**231.063.386**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**195.218.193**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	195.218.193 195.218.193
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**35.845.193**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	35.845.193 35.845.193
TOTAL - FISCAL									**231.063.386**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**231.063.386**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**784.339.641**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**400.000.000**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	400.000.000 400.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**384.339.641**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	384.339.641 384.339.641
TOTAL - FISCAL									**784.339.641**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**784.339.641**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**475.498.246**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**393.477.946**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	393.477.946 393.477.946
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**82.020.300**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	82.020.300 82.020.300
TOTAL - FISCAL									**475.498.246**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**475.498.246**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2030	**Educação Básica**							**2.223.308.187**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 847	**2030 0E36**	**Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**							**2.223.308.187**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 847	2030 0E36 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional							2.223.308.187
			F	3	1	30	0	100	1.111.654.094
			F	3	1	40	0	100	1.111.654.093
TOTAL - FISCAL									**2.223.308.187**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.223.308.187**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**67.819.362**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**58.425.084**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							58.425.084
			F	1	1	90	0	100	58.425.084
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.394.278**
14 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							9.394.278
			F	1	0	91	0	100	9.394.278
TOTAL - FISCAL									**67.819.362**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**67.819.362**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**18.770.283**
		ATIVIDADES							
04 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.568.013**
04 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.568.013
			F	1	1	90	0	100	16.568.013
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.202.270**
04 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.202.270
			F	1	0	91	0	100	2.202.270
TOTAL - FISCAL									**18.770.283**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.770.283**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**529.025.493**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**431.224.514**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							431.224.514
			F	1	1	90	0	100	431.224.514
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**97.800.979**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							97.800.979
			F	1	0	91	0	100	97.800.979
TOTAL - FISCAL									**529.025.493**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**529.025.493**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**903.927.011**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**739.886.411**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							739.886.411
			F	1	1	90	0	100	739.886.411
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**164.040.600**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							164.040.600
			F	1	0	91	0	100	164.040.600
TOTAL - FISCAL									**903.927.011**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**903.927.011**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30109 - Defensoria Pública da União - DPU
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**52.876.572**
		ATIVIDADES							
03 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**43.331.605**
03 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							43.331.605
			F	1	1	90	0	100	43.331.605
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.544.967**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

03 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	9.544.967 9.544.967
TOTAL - FISCAL									**52.876.572**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.876.572**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**85.823.744**
		ATIVIDADES							
14 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**72.320.402**
14 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	72.320.402 72.320.402
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.503.342**
14 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	13.503.342 13.503.342
TOTAL - FISCAL									**85.823.744**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**85.823.744**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**539.136.100**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**453.269.067**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	453.269.067 453.269.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**85.867.033**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	85.867.033 85.867.033
TOTAL - FISCAL									**539.136.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**539.136.100**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**32.119.401**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**27.168.176**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	27.168.176 27.168.176
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.951.225**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	4.951.225 4.951.225
TOTAL - FISCAL									**32.119.401**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**32.119.401**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**115.696.767**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**97.442.249**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	97.442.249 97.442.249
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**18.254.518**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	18.254.518 18.254.518
TOTAL - FISCAL									**115.696.767**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**115.696.767**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**215.831.143**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**180.822.478**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	180.822.478 180.822.478
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**35.008.665**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	35.008.665
									35.008.665
TOTAL - FISCAL									**215.831.143**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**215.831.143**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**295.453.525**
		ATIVIDADES							
07 122	**2118 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**255.443.623**
07 122	2118 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	255.443.623
									255.443.623
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 122	**2118 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**40.009.902**
07 122	2118 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	40.009.902
									40.009.902
TOTAL - FISCAL									**295.453.525**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**295.453.525**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**1.918.560**
		ATIVIDADES							
07 122	**2118 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.918.560**
07 122	2118 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.918.560
									1.918.560
TOTAL - FISCAL									**1.918.560**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.918.560**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**591.442.019**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0643**	**Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)**							**591.442.019**
28 846	0909 0643 0001	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	100	591.442.019
									591.442.019
	2127	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego**							**455.012.067**
		ATIVIDADES							
11 122	**2127 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**374.992.262**
11 122	2127 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	374.992.262
									374.992.262
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 122	**2127 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**80.019.805**
11 122	2127 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	80.019.805
									80.019.805
TOTAL - FISCAL									**1.046.454.086**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.046.454.086**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2127	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego**							**15.958.550**
		ATIVIDADES							
11 122	**2127 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.157.857**
11 122	2127 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	13.157.857
									13.157.857
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 122	**2127 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.800.693**
11 122	2127 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	2.800.693
									2.800.693
TOTAL - FISCAL									**15.958.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.958.550**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**54.800.006**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**48.548.459**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	48.548.459
									48.548.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.251.547**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	6.251.547 6.251.547
TOTAL - FISCAL									**54.800.006**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.800.006**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**34.805.096**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**34.805.096**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	34.805.096 34.805.096
TOTAL - FISCAL									**34.805.096**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.805.096**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**59.672.269**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**50.169.917**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	50.169.917 50.169.917
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.502.352**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	9.502.352 9.502.352
TOTAL - FISCAL									**59.672.269**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.672.269**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**22.773.988**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.273.122**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	19.273.122 19.273.122
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.500.866**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	3.500.866 3.500.866
TOTAL - FISCAL									**22.773.988**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.773.988**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**131.690.496**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**109.184.926**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	109.184.926 109.184.926
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**22.505.570**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	22.505.570 22.505.570
TOTAL - FISCAL									**131.690.496**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**131.690.496**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39253 - Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**2.485.247**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.485.247**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.485.247 2.485.247
TOTAL - FISCAL									**2.485.247**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.485.247**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**23.702.367**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**20.451.562**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	20.451.562 20.451.562
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.250.805**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	3.250.805 3.250.805
TOTAL - FISCAL									**23.702.367**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**23.702.367**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**4.507.791**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.507.791**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.507.791 4.507.791
TOTAL - FISCAL									**4.507.791**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.507.791**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**195.605.254**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.596.837**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	161.596.837 161.596.837
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**34.008.417**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	34.008.417 34.008.417
TOTAL - FISCAL									**195.605.254**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**195.605.254**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**22.800.043**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.199.152**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	19.199.152 19.199.152
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.600.891**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	3.600.891 3.600.891
TOTAL - FISCAL									**22.800.043**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.800.043**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**11.322.109**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**9.371.626**
18 122	2124 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	9.371.626 9.371.626
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.950.483**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.950.483 1.950.483
TOTAL - FISCAL									**11.322.109**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.322.109**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**89.724.383**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**74.220.546**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	74.220.546 74.220.546
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**15.503.837**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	15.503.837 15.503.837
TOTAL - FISCAL									**89.724.383**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**89.724.383**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**292.317.975**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 846	**0909 0623**	**Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes**							**292.317.975**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

04 846	0909 0623 0001	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100		292.317.975
										292.317.975
2125		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**								**533.814.075**
		ATIVIDADES								
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**								**258.253.590**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100		258.253.590
										258.253.590
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
04 122	**2125 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**								**275.560.485**
04 122	2125 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100		275.560.485
										275.560.485
TOTAL - FISCAL										**826.132.050**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**826.132.050**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2125		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**311.191.040**
		ATIVIDADES							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**260.178.414**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	260.178.414
									260.178.414
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2125 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**51.012.626**
04 122	2125 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	51.012.626
									51.012.626
TOTAL - FISCAL									**311.191.040**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**311.191.040**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2125		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**5.922.948**
		ATIVIDADES							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.922.948**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.922.948
									5.922.948
TOTAL - FISCAL									**5.922.948**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.922.948**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2120		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**11.443.000**
		ATIVIDADES							
21 122	**2120 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**11.443.000**
21 122	2120 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	11.443.000
									11.443.000
TOTAL - FISCAL									**11.443.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.443.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2120		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**168.386.239**
		ATIVIDADES							
21 122	**2120 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**139.879.183**
21 122	2120 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	139.879.183
									139.879.183
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 122	**2120 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**28.507.056**
21 122	2120 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	28.507.056
									28.507.056
TOTAL - FISCAL									**168.386.239**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**168.386.239**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51204 - Autoridade Pública Olímpica - APO

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2123		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte**							**27.581.828**
		ATIVIDADES							
27 122	**2123 20EE**	**Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO**							**27.581.828**
27 122	2123 20EE 0001	Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO - Nacional	F	1	1	71	0	100	27.581.828
									27.581.828
TOTAL - FISCAL									**27.581.828**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.581.828**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.173.360.365**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**1.173.360.365**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.173.360.365
									1.173.360.365
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**1.529.909.125**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**180.633.065**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	180.633.065
									180.633.065
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**1.311.766.776**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.311.766.776
									1.311.766.776
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**37.509.284**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	37.509.284
									37.509.284
TOTAL - FISCAL									**1.529.909.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.173.360.365**
TOTAL - GERAL									**2.703.269.490**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.687.792.367**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**3.687.792.367**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional	S	1	1	90	0	100	3.687.792.367
									3.687.792.367
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**5.568.346.119**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.660.923**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	161.660.923
									161.660.923
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**5.373.176.903**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.373.176.903
									5.373.176.903
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**33.508.293**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	33.508.293
									33.508.293
TOTAL - FISCAL									**5.568.346.119**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.687.792.367**
TOTAL - GERAL									**9.256.138.486**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**1.535.735.607**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**170.298.078**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	170.298.078
									170.298.078
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**1.334.429.855**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.334.429.855
									1.334.429.855
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**31.007.674**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	31.007.674
									31.007.674
TOTAL - FISCAL									**1.535.735.607**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.535.735.607**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**16.359.696**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.359.696**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	16.359.696
									16.359.696
TOTAL - FISCAL									**16.359.696**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.359.696**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**36.224.156**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.722.794**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	30.722.794
									30.722.794
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.501.362**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	S	1	0	91	0	100	5.501.362 5.501.362
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**36.224.156**
TOTAL - GERAL									**36.224.156**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**22.459.533**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.983.920**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	19.983.920 19.983.920
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.475.613**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	2.475.613 2.475.613
TOTAL - FISCAL									**22.459.533**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.459.533**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**80.367.441**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**80.367.441**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	80.367.441 80.367.441
TOTAL - FISCAL									**80.367.441**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.367.441**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**5.125.811**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.125.811**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.125.811 5.125.811
TOTAL - FISCAL									**5.125.811**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.125.811**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**8.066.894**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.111.658**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	7.111.658 7.111.658
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**955.236**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	955.236 955.236
TOTAL - FISCAL									**8.066.894**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.066.894**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**70.795.511**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**59.292.664**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	59.292.664 59.292.664
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**11.502.847**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	11.502.847 11.502.847
TOTAL - FISCAL									**70.795.511**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**70.795.511**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**2.000.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**2049 00AF**	**Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**							**2.000.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28 845	2049 00AF 0001	Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional	F	3	3	90	0	100	2.000.000.000 2.000.000.000
TOTAL - FISCAL									**2.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000.000**

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	**Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público**							**9.754.337**
		ATIVIDADES							
03 122	**2100 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.157.834**
03 122	2100 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	8.157.834 8.157.834
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**2100 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.596.503**
03 122	2100 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.596.503 1.596.503
TOTAL - FISCAL									**9.754.337**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.754.337**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)**							**15.005.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	**0905 0455**	**Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**15.005.000.000**
28 843	0905 0455 0001	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional	F	6	0	90	0	100	15.005.000.000 15.005.000.000
TOTAL - FISCAL									**15.005.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.005.000.000**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**411.209.742**
		ATIVIDADES							
28 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**347.193.898**
28 122	2110 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia	F	1	1	90	0	100	69.957.767 69.957.767
28 122	2110 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	0	100	117.694.716 117.694.716
28 122	2110 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	100	159.541.415 159.541.415
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**64.015.844**
04 122	2110 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	100	12.503.095 12.503.095
04 122	2110 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	100	20.505.075 20.505.075
04 122	2110 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	100	31.007.674 31.007.674
TOTAL - FISCAL									**411.209.742**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**411.209.742**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Agricultura Familiar**							**472.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 601	**2012 0281**	**Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)**							**472.000.000**
20 601	2012 0281 0001	Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	472.000.000 472.000.000
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**528.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	**2014 0294**	**Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)**							**259.000.000**
20 605	2014 0294 0001	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	259.000.000 259.000.000
20 605	**2014 0300**	**Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)**							**110.000.000**
20 605	2014 0300 0001	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	110.000.000 110.000.000
20 605	**2014 0301**	**Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)**							**159.000.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20 605	2014 0301 0001	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	159.000.000 159.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**800.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 631	**2066 0427**	**Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas**							**800.000.000**
21 631	2066 0427 0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Nacional	F	5	0	90	0	100	800.000.000 800.000.000
TOTAL - FISCAL									**800.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**800.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**1.071.932.645**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 661	**2055 0569**	**Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante**							**1.071.932.645**
26 661	2055 0569 0001	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante - Nacional	F	5	0	90	0	100	1.071.932.645 1.071.932.645
TOTAL - FISCAL									**1.071.932.645**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.071.932.645**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Min. do Desenv. Agrário

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**100.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 631	**2066 0061**	**Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras**							**100.000.000**
21 631	2066 0061 0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Nacional	F	5	0	90	0	100	100.000.000 100.000.000
TOTAL - FISCAL									**100.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74907 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Integração Nacional

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**2.000.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**2029 0353**	**Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)**							**784.555.173**
28 846	2029 0353 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	F	5	0	90	0	100	784.555.173 784.555.173
28 846	**2029 0355**	**Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)**							**1.215.444.827**
28 846	2029 0355 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	F	5	0	90	0	100	1.215.444.827 1.215.444.827
TOTAL - FISCAL									**2.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000.000**

ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência
UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**6.331.702.727**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	**0999 0998**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**6.331.702.727**
99 999	0999 0998 0105	Reserva de Contingência - Financeira - Fiscal	F	9	0	99	0	100	6.187.792.367 6.187.792.367
99 999	0999 0998 0249	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência/Recursos para o Atendimento do Art. 169, § 1º, Inciso II da Constituição	F	1	1	90	0	100	143.910.360 143.910.360
TOTAL - FISCAL									**6.331.702.727**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.331.702.727**

ÓRGÃO: 01000 - Câmara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0553	**Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados**							**836.661.637**
		ATIVIDADES							
01 122	**0553 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**753.251.222**
01 122	0553 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	753.251.222 753.251.222
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0553 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**83.410.415**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

01 122	0553 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	83.410.415
									83.410.415
TOTAL - FISCAL									**836.661.637**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**836.661.637**

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	**Atuação Legislativa do Senado Federal**							**631.557.907**
		ATIVIDADES							
01 122	**0551 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**545.972.961**
01 122	0551 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							545.972.961
			F	1	1	90	0	900	545.972.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0551 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**85.584.946**
01 122	0551 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							85.584.946
			F	1	0	91	0	900	85.584.946
TOTAL - FISCAL									**631.557.907**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**631.557.907**

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0550	**Controle Externo**							**282.049.588**
		ATIVIDADES							
01 122	**0550 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**238.562.322**
01 122	0550 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							238.562.322
			F	1	1	90	0	900	238.562.322
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
01 122	**0550 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**43.487.266**
01 122	0550 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							43.487.266
			F	1	0	91	0	900	43.487.266
TOTAL - FISCAL									**282.049.588**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**282.049.588**

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	**Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**							**71.796.184**
		ATIVIDADES							
02 122	**0565 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**61.075.029**
02 122	0565 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							61.075.029
			F	1	1	90	0	900	61.075.029
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0565 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.721.155**
02 122	0565 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							10.721.155
			F	1	0	91	0	900	10.721.155
TOTAL - FISCAL									**71.796.184**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**71.796.184**

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	**Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça**							**183.665.814**
		ATIVIDADES							
02 122	**0568 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**155.435.677**
02 122	0568 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							155.435.677
			F	1	1	90	0	900	155.435.677
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0568 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**28.230.137**
02 122	0568 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							28.230.137
			F	1	0	91	0	900	28.230.137
TOTAL - FISCAL									**183.665.814**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**183.665.814**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**1.433.835.882**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.204.299.320**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.204.299.320
			F	1	1	90	0	900	1.204.299.320
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**229.536.562**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							229.536.562
			F	1	0	91	0	900	229.536.562
TOTAL - FISCAL									**1.433.835.882**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.433.835.882**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**79.163.541**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**67.779.445**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							67.779.445
			F	1	1	90	0	900	67.779.445
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**11.384.096**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							11.384.096
			F	1	0	91	0	900	11.384.096
TOTAL - FISCAL									**79.163.541**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**79.163.541**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**74.456.114**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**63.765.941**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							63.765.941
			F	1	1	90	0	900	63.765.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.690.173**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							10.690.173
			F	1	0	91	0	900	10.690.173
TOTAL - FISCAL									**74.456.114**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**74.456.114**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**124.568.643**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**105.626.407**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							105.626.407
			F	1	1	90	0	900	105.626.407
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**18.942.236**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							18.942.236
			F	1	0	91	0	900	18.942.236
TOTAL - FISCAL									**124.568.643**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**124.568.643**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**73.199.550**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**62.228.057**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							62.228.057
			F	1	1	90	0	900	62.228.057
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.971.493**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							10.971.493
			F	1	0	91	0	900	10.971.493
TOTAL - FISCAL									**73.199.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**73.199.550**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**44.936.234**
		ATIVIDADES							
02 122	**0569 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.672.168**
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.672.168
			F	1	1	90	0	900	38.672.168
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0569 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.264.066**
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							6.264.066
			F	1	0	91	0	900	6.264.066
TOTAL - FISCAL									**44.936.234**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**44.936.234**

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	**Prestação Jurisdicional Militar**							**54.940.472**
		ATIVIDADES							
02 122	**0566 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**46.729.126**
02 122	0566 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							46.729.126

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		F	1	1	90	0	900	46.729.126
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
02 122	**0566 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**						**8.211.346**
02 122	0566 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional						8.211.346
		F	1	0	91	0	900	8.211.346
TOTAL - FISCAL								**54.940.472**
TOTAL - SEGURIDADE								**0**
TOTAL - GERAL								**54.940.472**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**169.780.921**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.596.072**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							161.596.072
			F	1	1	90	0	900	161.596.072
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**8.184.849**
02 122	0570 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							8.184.849
			F	1	0	91	0	900	8.184.849
TOTAL - FISCAL									**169.780.921**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**169.780.921**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**8.776.423**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.601.132**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.601.132
			F	1	1	90	0	900	7.601.132
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.175.291**
02 122	0570 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							1.175.291
			F	1	0	91	0	900	1.175.291
TOTAL - FISCAL									**8.776.423**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.776.423**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**19.487.015**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.861.365**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.861.365
			F	1	1	90	0	900	16.861.365
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.625.650**
02 122	0570 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							2.625.650
			F	1	0	91	0	900	2.625.650
TOTAL - FISCAL									**19.487.015**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.487.015**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**21.124.429**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.323.736**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							18.323.736
			F	1	1	90	0	900	18.323.736
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.800.693**
02 122	0570 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							2.800.693
			F	1	0	91	0	900	2.800.693
TOTAL - FISCAL									**21.124.429**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.124.429**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**52.296.109**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**45.044.314**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							45.044.314
			F	1	1	90	0	900	45.044.314
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.251.795**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	900	7.251.795
									7.251.795
TOTAL - FISCAL									**52.296.109**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.296.109**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**35.157.052**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.355.864**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							30.355.864
			F	1	1	90	0	900	30.355.864
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.801.188**
02 122	0570 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							4.801.188
			F	1	0	91	0	900	4.801.188
TOTAL - FISCAL									**35.157.052**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**35.157.052**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**16.736.870**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**14.696.365**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							14.696.365
			F	1	1	90	0	900	14.696.365
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.040.505**
02 122	0570 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							2.040.505
			F	1	0	91	0	900	2.040.505
TOTAL - FISCAL									**16.736.870**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.736.870**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**18.665.997**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.215.390**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.215.390
			F	1	1	90	0	900	16.215.390
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.450.607**
02 122	0570 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							2.450.607
			F	1	0	91	0	900	2.450.607
TOTAL - FISCAL									**18.665.997**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.665.997**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**31.746.564**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**27.550.525**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							27.550.525
			F	1	1	90	0	900	27.550.525
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.196.039**
02 122	0570 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							4.196.039
			F	1	0	91	0	900	4.196.039
TOTAL - FISCAL									**31.746.564**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.746.564**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**28.216.170**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**24.555.264**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							24.555.264
			F	1	1	90	0	900	24.555.264
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.660.906**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	900	3.660.906
									3.660.906
TOTAL - FISCAL									**28.216.170**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.216.170**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**19.353.263**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.787.628**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.787.628
			F	1	1	90	0	900	16.787.628
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.565.635**
02 122	0570 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							2.565.635
			F	1	0	91	0	900	2.565.635
TOTAL - FISCAL									**19.353.263**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.353.263**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**18.681.527**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.190.911**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.190.911
			F	1	1	90	0	900	16.190.911
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.490.616**
02 122	0570 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.490.616
			F	1	0	91	0	900	2.490.616
TOTAL - FISCAL									**18.681.527**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.681.527**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**96.124.004**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**82.370.600**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							82.370.600
			F	1	1	90	0	900	82.370.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.753.404**
02 122	0570 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							13.753.404
			F	1	0	91	0	900	13.753.404
TOTAL - FISCAL									**96.124.004**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**96.124.004**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**27.208.145**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.692.275**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							23.692.275
			F	1	1	90	0	900	23.692.275
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.515.870**
02 122	0570 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							3.515.870
			F	1	0	91	0	900	3.515.870
TOTAL - FISCAL									**27.208.145**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.208.145**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**25.525.704**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.084.853**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							22.084.853
			F	1	1	90	0	900	22.084.853
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.440.851**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	900	3.440.851
									3.440.851
TOTAL - FISCAL									**25.525.704**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**25.525.704**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**48.662.081**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**42.110.459**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							42.110.459
			F	1	1	90	0	900	42.110.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.551.622**
02 122	0570 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							6.551.622
			F	1	0	91	0	900	6.551.622
TOTAL - FISCAL									**48.662.081**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**48.662.081**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**43.700.697**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.099.311**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.099.311
			F	1	1	90	0	900	38.099.311
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.601.386**
02 122	0570 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							5.601.386
			F	1	0	91	0	900	5.601.386
TOTAL - FISCAL									**43.700.697**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.700.697**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**27.088.711**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.437.807**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							23.437.807
			F	1	1	90	0	900	23.437.807
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.650.904**
02 122	0570 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							3.650.904
			F	1	0	91	0	900	3.650.904
TOTAL - FISCAL									**27.088.711**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.088.711**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**69.385.974**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**59.383.498**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							59.383.498
			F	1	1	90	0	900	59.383.498
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.002.476**
02 122	0570 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							10.002.476
			F	1	0	91	0	900	10.002.476
TOTAL - FISCAL									**69.385.974**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**69.385.974**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**21.150.189**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.184.455**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							18.184.455
			F	1	1	90	0	900	18.184.455
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.965.734**
02 122	0570 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							2.965.734
			F	1	0	91	0	900	2.965.734
TOTAL - FISCAL									**21.150.189**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.150.189**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**47.071.251**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**40.319.580**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							40.319.580
			F	1	1	90	0	900	40.319.580
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.751.671**
02 122	0570 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							6.751.671
			F	1	0	91	0	900	6.751.671
TOTAL - FISCAL									**47.071.251**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**47.071.251**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**14.705.517**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**12.755.034**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							12.755.034
			F	1	1	90	0	900	12.755.034
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.950.483**
02 122	0570 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							1.950.483
			F	1	0	91	0	900	1.950.483
TOTAL - FISCAL									**14.705.517**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.705.517**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**29.904.888**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**25.823.878**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							25.823.878
			F	1	1	90	0	900	25.823.878
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.081.010**
02 122	0570 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							4.081.010
			F	1	0	91	0	900	4.081.010
TOTAL - FISCAL									**29.904.888**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**29.904.888**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**110.862.226**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**95.108.327**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							95.108.327
			F	1	1	90	0	900	95.108.327
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**15.753.899**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	900	15.753.899
									15.753.899
TOTAL - FISCAL									**110.862.226**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**110.862.226**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**15.735.229**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.659.715**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							13.659.715
			F	1	1	90	0	900	13.659.715
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.075.514**
02 122	0570 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							2.075.514
			F	1	0	91	0	900	2.075.514
TOTAL - FISCAL									**15.735.229**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.735.229**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**14.493.742**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**12.593.272**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							12.593.272
			F	1	1	90	0	900	12.593.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.900.470**
02 122	0570 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							1.900.470
			F	1	0	91	0	900	1.900.470
TOTAL - FISCAL									**14.493.742**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.493.742**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**9.991.510**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.681.186**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							8.681.186
			F	1	1	90	0	900	8.681.186
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.310.324**
02 122	0570 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima							1.310.324
			F	1	0	91	0	900	1.310.324
TOTAL - FISCAL									**9.991.510**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.991.510**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**8.896.496**
		ATIVIDADES							
02 122	**0570 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.841.235**
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.841.235
			F	1	1	90	0	900	7.841.235
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0570 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.055.261**
02 122	0570 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							1.055.261
			F	1	0	91	0	900	1.055.261
TOTAL - FISCAL									**8.896.496**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.896.496**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**161.923.583**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**140.427.073**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							140.427.073
			F	1	1	90	0	900	140.427.073
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**21.496.510**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0571 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	21.496.510 21.496.510
TOTAL - FISCAL									**161.923.583**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**161.923.583**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**286.398.326**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**241.236.491**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	241.236.491 241.236.491
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**45.161.835**
02 122	0571 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	900	45.161.835 45.161.835
TOTAL - FISCAL									**286.398.326**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**286.398.326**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**354.569.345**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**296.783.759**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	296.783.759 296.783.759
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**57.785.586**
02 122	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	900	57.785.586 57.785.586
TOTAL - FISCAL									**354.569.345**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**354.569.345**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**272.170.294**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**228.249.681**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	228.249.681 228.249.681
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**43.920.613**
02 122	0571 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	900	43.920.613 43.920.613
TOTAL - FISCAL									**272.170.294**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**272.170.294**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**233.197.337**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**195.253.979**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	195.253.979 195.253.979
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**37.943.358**
02 122	0571 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	900	37.943.358 37.943.358
TOTAL - FISCAL									**233.197.337**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**233.197.337**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**175.909.682**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**148.229.534**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	148.229.534 148.229.534
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**27.680.148**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0571 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	900	27.680.148
									27.680.148
TOTAL - FISCAL									**175.909.682**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**175.909.682**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**129.121.338**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**109.041.368**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							109.041.368
			F	1	1	90	0	900	109.041.368
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**20.079.970**
02 122	0571 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							20.079.970
			F	1	0	91	0	900	20.079.970
TOTAL - FISCAL									**129.121.338**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**129.121.338**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**62.914.420**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**52.745.596**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							52.745.596
			F	1	1	90	0	900	52.745.596
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.168.824**
02 122	0571 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							10.168.824
			F	1	0	91	0	900	10.168.824
TOTAL - FISCAL									**62.914.420**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**62.914.420**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**85.278.883**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**71.524.112**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							71.524.112
			F	1	1	90	0	900	71.524.112
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.754.771**
02 122	0571 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							13.754.771
			F	1	0	91	0	900	13.754.771
TOTAL - FISCAL									**85.278.883**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**85.278.883**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**165.509.106**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**139.402.645**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							139.402.645
			F	1	1	90	0	900	139.402.645
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**26.106.461**
02 122	0571 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							26.106.461
			F	1	0	91	0	900	26.106.461
TOTAL - FISCAL									**165.509.106**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**165.509.106**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**95.063.307**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**79.059.346**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							79.059.346
			F	1	1	90	0	900	79.059.346
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**16.003.961**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0571 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	900	16.003.961
									16.003.961
TOTAL - FISCAL									**95.063.307**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**95.063.307**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**77.794.241**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**65.541.208**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							65.541.208
			F	1	1	90	0	900	65.541.208
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**12.253.033**
02 122	0571 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							12.253.033
			F	1	0	91	0	900	12.253.033
TOTAL - FISCAL									**77.794.241**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**77.794.241**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**120.280.172**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**100.775.345**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							100.775.345
			F	1	1	90	0	900	100.775.345
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**19.504.827**
02 122	0571 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							19.504.827
			F	1	0	91	0	900	19.504.827
TOTAL - FISCAL									**120.280.172**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**120.280.172**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**79.620.472**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**66.588.175**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							66.588.175
			F	1	1	90	0	900	66.588.175
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.032.297**
02 122	0571 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							13.032.297
			F	1	0	91	0	900	13.032.297
TOTAL - FISCAL									**79.620.472**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**79.620.472**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**59.089.624**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**49.587.272**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							49.587.272
			F	1	1	90	0	900	49.587.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.502.352**
02 122	0571 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							9.502.352
			F	1	0	91	0	900	9.502.352
TOTAL - FISCAL									**59.089.624**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.089.624**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**268.212.410**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**227.209.296**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							227.209.296
			F	1	1	90	0	900	227.209.296
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**41.003.114**
02 122	0571 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							41.003.114
			F	1	0	91	0	900	41.003.114
TOTAL - FISCAL									**268.212.410**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**268.212.410**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**39.664.754**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**33.496.168**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							33.496.168
			F	1	1	90	0	900	33.496.168
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.168.586**
02 122	0571 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão							6.168.586
			F	1	0	91	0	900	6.168.586
TOTAL - FISCAL									**39.664.754**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**39.664.754**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**54.807.057**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**45.652.036**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							45.652.036
			F	1	1	90	0	900	45.652.036
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.155.021**
02 122	0571 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							9.155.021
			F	1	0	91	0	900	9.155.021
TOTAL - FISCAL									**54.807.057**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.807.057**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**69.047.176**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**58.319.886**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							58.319.886
			F	1	1	90	0	900	58.319.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.727.290**
02 122	0571 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							10.727.290
			F	1	0	91	0	900	10.727.290
TOTAL - FISCAL									**69.047.176**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**69.047.176**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**37.406.071**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**31.654.648**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							31.654.648
			F	1	1	90	0	900	31.654.648
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.751.423**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0571 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	900	5.751.423
									5.751.423
TOTAL - FISCAL									**37.406.071**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**37.406.071**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**31.114.387**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**26.113.149**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							26.113.149
			F	1	1	90	0	900	26.113.149
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.001.238**
02 122	0571 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							5.001.238
			F	1	0	91	0	900	5.001.238
TOTAL - FISCAL									**31.114.387**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.114.387**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**45.327.848**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**38.156.956**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							38.156.956
			F	1	1	90	0	900	38.156.956
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.170.892**
02 122	0571 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							7.170.892
			F	1	0	91	0	900	7.170.892
TOTAL - FISCAL									**45.327.848**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.327.848**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**26.192.888**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.119.891**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							22.119.891
			F	1	1	90	0	900	22.119.891
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.072.997**
02 122	0571 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							4.072.997
			F	1	0	91	0	900	4.072.997
TOTAL - FISCAL									**26.192.888**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**26.192.888**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**45.021.258**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**37.908.795**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							37.908.795
			F	1	1	90	0	900	37.908.795
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.112.463**
02 122	0571 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							7.112.463
			F	1	0	91	0	900	7.112.463
TOTAL - FISCAL									**45.021.258**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.021.258**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**43.128.130**
		ATIVIDADES							
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.236.989**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							36.236.989
			F	1	1	90	0	900	36.236.989
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.891.141**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0571 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	900	6.891.141 6.891.141
TOTAL - FISCAL									**43.128.130**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.128.130**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**419.976.495**
		ATIVIDADES							
02 122	**0567 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**353.075.523**
02 122	0567 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	353.075.523 353.075.523
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**0567 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**66.900.972**
02 122	0567 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	66.900.972 66.900.972
TOTAL - FISCAL									**419.976.495**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**419.976.495**

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	**Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário**							**7.483.784**
		ATIVIDADES							
02 122	**1389 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.871.486**
02 122	1389 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	6.871.486 6.871.486
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	**1389 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**612.298**
02 122	1389 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	612.298 612.298
TOTAL - FISCAL									**7.483.784**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.483.784**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**60.167.782**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**60.012.744**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	60.012.744 60.012.744
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**155.038**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	155.038 155.038
TOTAL - FISCAL									**60.167.782**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**60.167.782**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20107 - Secretaria de Aviação Civil
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**3.926.444**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.926.444**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	3.926.444 3.926.444
TOTAL - FISCAL									**3.926.444**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.926.444**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20114 - Advocacia-Geral da União
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**724.899.251**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**592.260.822**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	592.260.822 592.260.822
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**132.638.429**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	132.638.429 132.638.429
TOTAL - FISCAL									**724.899.251**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**724.899.251**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**126.008.806**
		ATIVIDADES							
06 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**106.210.329**
06 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							106.210.329

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	1	1	90	0	900	106.210.329
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**19.798.477**
06 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							19.798.477
			F	1	0	91	0	900	19.798.477
TOTAL - FISCAL									**126.008.806**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**126.008.806**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20121 - Secretaria de Direitos Humanos
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2102	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos**							**6.361.044**
		ATIVIDADES							
14 122	**2102 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.150.992**
14 122	2102 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.150.992
			F	1	1	90	0	900	6.150.992
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2102 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**210.052**
14 122	2102 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							210.052
			F	1	0	91	0	900	210.052
TOTAL - FISCAL									**6.361.044**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.361.044**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2104	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres**							**2.431.581**
		ATIVIDADES							
14 122	**2104 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.431.581**
14 122	2104 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							2.431.581
			F	1	1	90	0	900	1.931.581
			F	1	1	91	0	900	500.000
TOTAL - FISCAL									**2.431.581**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.431.581**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20125 - Controladoria-Geral da União
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**208.573.678**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**172.064.642**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							172.064.642
			F	1	1	90	0	900	172.064.642
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**36.509.036**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							36.509.036
			F	1	0	91	0	900	36.509.036
TOTAL - FISCAL									**208.573.678**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**208.573.678**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20126 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2103	**Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**							**1.922.677**
		ATIVIDADES							
14 122	**2103 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.922.677**
14 122	2103 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.922.677
			F	1	1	90	0	900	1.922.677
TOTAL - FISCAL									**1.922.677**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.922.677**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20128 - Secretaria de Portos
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**6.297.151**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.297.151**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.297.151
			F	1	1	90	0	900	6.297.151
TOTAL - FISCAL									**6.297.151**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.297.151**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**626.503**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**626.503**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	626.503 626.503
TOTAL - FISCAL									**626.503**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**626.503**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20214 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**86.405.261**
		ATIVIDADES							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**72.377.207**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	72.377.207 72.377.207
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**14.028.054**
26 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	14.028.054 14.028.054
TOTAL - FISCAL									**86.405.261**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**86.405.261**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20225 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**48.711.530**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**39.709.302**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	39.709.302 39.709.302
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.002.228**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	9.002.228 9.002.228
TOTAL - FISCAL									**48.711.530**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**48.711.530**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**51.905.270**
		ATIVIDADES							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**51.905.270**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	51.905.270 51.905.270
TOTAL - FISCAL									**51.905.270**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**51.905.270**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2105		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**609.608.629**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**511.584.368**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	511.584.368 511.584.368
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 122	**2105 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**98.024.261**
20 122	2105 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	98.024.261 98.024.261
TOTAL - FISCAL									**609.608.629**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**609.608.629**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2105		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**509.633.311**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**509.633.311**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	509.633.311 509.633.311
TOTAL - FISCAL									**509.633.311**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**509.633.311**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2105		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**146.912.619**
		ATIVIDADES							
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**146.912.619**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	146.912.619 146.912.619
TOTAL - FISCAL									**146.912.619**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**146.912.619**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**207.351.362**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**172.842.821**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	172.842.821 172.842.821
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**34.508.541**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	34.508.541 34.508.541
TOTAL - FISCAL									**207.351.362**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**207.351.362**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**34.716.370**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.283.593**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	28.283.593 28.283.593
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.432.777**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	6.432.777 6.432.777
TOTAL - FISCAL									**34.716.370**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.716.370**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**155.788.559**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**129.782.122**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	129.782.122 129.782.122
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 122	**2106 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**26.006.437**
19 122	2106 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	26.006.437 26.006.437
TOTAL - FISCAL									**155.788.559**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**155.788.559**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**1.000.000**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.000.000**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	1.000.000 1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**52.193.159**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**52.193.159**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	52.193.159 52.193.159
TOTAL - FISCAL									**52.193.159**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.193.159**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**43.043.424**
		ATIVIDADES							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**43.043.424**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional								43.043.424
			F	1	1	90	0	900		43.043.424
TOTAL - FISCAL										**43.043.424**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**43.043.424**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**231.063.386**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**195.218.193**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							195.218.193
			F	1	1	90	0	900	195.218.193
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**35.845.193**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							35.845.193
			F	1	0	91	0	900	35.845.193
TOTAL - FISCAL									**231.063.386**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**231.063.386**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**784.339.641**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**400.000.000**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							400.000.000
			F	1	1	90	0	900	400.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**384.339.641**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							384.339.641
			F	1	0	91	0	900	384.339.641
TOTAL - FISCAL									**784.339.641**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**784.339.641**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**475.498.246**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**393.477.946**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							393.477.946
			F	1	1	90	0	900	393.477.946
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**82.020.300**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							82.020.300
			F	1	0	91	0	900	82.020.300
TOTAL - FISCAL									**475.498.246**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**475.498.246**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2030	**Educação Básica**							**2.223.308.187**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 847	**2030 0E36**	**Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**							**2.223.308.187**
12 847	2030 0E36 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional							2.223.308.187
			F	3	1	30	0	900	1.111.654.094
			F	3	1	40	0	900	1.111.654.093
TOTAL - FISCAL									**2.223.308.187**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.223.308.187**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**67.819.362**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**58.425.084**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							58.425.084
			F	1	1	90	0	900	58.425.084
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.394.278**
14 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							9.394.278
			F	1	0	91	0	900	9.394.278
TOTAL - FISCAL									**67.819.362**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**67.819.362**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**18.770.283**
		ATIVIDADES							
04 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.568.013**
04 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	16.568.013
									16.568.013
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.202.270**
04 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	2.202.270
									2.202.270
TOTAL - FISCAL									**18.770.283**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**18.770.283**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**529.025.493**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**431.224.514**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	431.224.514
									431.224.514
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**97.800.979**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	97.800.979
									97.800.979
TOTAL - FISCAL									**529.025.493**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**529.025.493**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**903.927.011**
		ATIVIDADES							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**739.886.411**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	739.886.411
									739.886.411
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**164.040.600**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	164.040.600
									164.040.600
TOTAL - FISCAL									**903.927.011**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**903.927.011**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30109 - Defensoria Pública da União - DPU

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**52.876.572**
		ATIVIDADES							
03 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**43.331.605**
03 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	43.331.605
									43.331.605
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.544.967**
03 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	9.544.967
									9.544.967
TOTAL - FISCAL									**52.876.572**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.876.572**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**85.823.744**
		ATIVIDADES							
14 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**72.320.402**
14 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	72.320.402
									72.320.402
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**13.503.342**
14 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	13.503.342
									13.503.342
TOTAL - FISCAL									**85.823.744**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**85.823.744**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**539.136.100**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**453.269.067**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	453.269.067
									453.269.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**85.867.033**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	85.867.033 85.867.033
TOTAL - FISCAL									**539.136.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**539.136.100**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**32.119.401**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**27.168.176**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	27.168.176 27.168.176
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.951.225**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	4.951.225 4.951.225
TOTAL - FISCAL									**32.119.401**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**32.119.401**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**115.696.767**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**97.442.249**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	97.442.249 97.442.249
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**18.254.518**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	18.254.518 18.254.518
TOTAL - FISCAL									**115.696.767**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**115.696.767**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**215.831.143**
		ATIVIDADES							
03 122	**0581 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**180.822.478**
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	180.822.478 180.822.478
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**0581 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**35.008.665**
03 122	0581 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	35.008.665 35.008.665
TOTAL - FISCAL									**215.831.143**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**215.831.143**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**295.453.525**
		ATIVIDADES							
07 122	**2118 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**255.443.623**
07 122	2118 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	255.443.623 255.443.623
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 122	**2118 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**40.009.902**
07 122	2118 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	40.009.902 40.009.902
TOTAL - FISCAL									**295.453.525**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**295.453.525**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**1.918.560**
		ATIVIDADES							
07 122	**2118 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.918.560**
07 122	2118 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	1.918.560 1.918.560
TOTAL - FISCAL									**1.918.560**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.918.560**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**591.442.019**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0643**	**Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)**							**591.442.019**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28 846	0909 0643 0001	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	900	591.442.019
									591.442.019
2127		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego**							**455.012.067**
		ATIVIDADES							
11 122	**2127 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**374.992.262**
11 122	2127 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	374.992.262
									374.992.262
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 122	**2127 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**80.019.805**
11 122	2127 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	80.019.805
									80.019.805
TOTAL - FISCAL									**1.046.454.086**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.046.454.086**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2127	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego**							**15.958.550**
		ATIVIDADES							
11 122	**2127 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.157.857**
11 122	2127 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	13.157.857
									13.157.857
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 122	**2127 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.800.693**
11 122	2127 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	2.800.693
									2.800.693
TOTAL - FISCAL									**15.958.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.958.550**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**54.800.006**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**48.548.459**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	48.548.459
									48.548.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.251.547**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	6.251.547
									6.251.547
TOTAL - FISCAL									**54.800.006**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.800.006**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**34.805.096**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**34.805.096**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	34.805.096
									34.805.096
TOTAL - FISCAL									**34.805.096**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.805.096**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**59.672.269**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**50.169.917**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	50.169.917
									50.169.917
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.502.352**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	9.502.352
									9.502.352
TOTAL - FISCAL									**59.672.269**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.672.269**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**22.773.988**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.273.122**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	19.273.122
									19.273.122
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.500.866**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	3.500.866 3.500.866
TOTAL - FISCAL									**22.773.988**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.773.988**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**131.690.496**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**109.184.926**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	109.184.926 109.184.926
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 122	**2126 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**22.505.570**
26 122	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	22.505.570 22.505.570
TOTAL - FISCAL									**131.690.496**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**131.690.496**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39253 - Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**2.485.247**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.485.247**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	2.485.247 2.485.247
TOTAL - FISCAL									**2.485.247**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.485.247**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**23.702.367**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**20.451.562**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	20.451.562 20.451.562
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.250.805**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	3.250.805 3.250.805
TOTAL - FISCAL									**23.702.367**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**23.702.367**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**4.507.791**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.507.791**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	4.507.791 4.507.791
TOTAL - FISCAL									**4.507.791**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.507.791**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**195.605.254**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.596.837**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	161.596.837 161.596.837
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**34.008.417**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	34.008.417 34.008.417
TOTAL - FISCAL									**195.605.254**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**195.605.254**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**22.800.043**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.199.152**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	19.199.152 19.199.152
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.600.891**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	3.600.891 3.600.891
TOTAL - FISCAL									**22.800.043**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.800.043**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**11.322.109**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**9.371.626**
18 122	2124 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	900	9.371.626 9.371.626
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.950.483**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	1.950.483 1.950.483
TOTAL - FISCAL									**11.322.109**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.322.109**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**89.724.383**
		ATIVIDADES							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**74.220.546**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	74.220.546 74.220.546
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**15.503.837**
18 122	2124 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	15.503.837 15.503.837
TOTAL - FISCAL									**89.724.383**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**89.724.383**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**292.317.975**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 846	**0909 0623**	**Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes**							**292.317.975**
04 846	0909 0623 0001	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	900	292.317.975 292.317.975
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**533.814.075**
		ATIVIDADES							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**258.253.590**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	258.253.590 258.253.590
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2125 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**275.560.485**
04 122	2125 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	275.560.485 275.560.485
TOTAL - FISCAL									**826.132.050**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**826.132.050**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**311.191.040**
		ATIVIDADES							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**260.178.414**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	260.178.414 260.178.414
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2125 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**51.012.626**
04 122	2125 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	51.012.626 51.012.626
TOTAL - FISCAL									**311.191.040**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**311.191.040**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**5.922.948**
		ATIVIDADES							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.922.948**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	900	5.922.948
									5.922.948
TOTAL - FISCAL									**5.922.948**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.922.948**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2120	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**11.443.000**
		ATIVIDADES							
21 122	**2120 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**11.443.000**
21 122	2120 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							11.443.000
			F	1	1	90	0	900	11.443.000
TOTAL - FISCAL									**11.443.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.443.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2120	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**168.386.239**
		ATIVIDADES							
21 122	**2120 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**139.879.183**
21 122	2120 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							139.879.183
			F	1	1	90	0	900	139.879.183
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 122	**2120 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**28.507.056**
21 122	2120 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							28.507.056
			F	1	0	91	0	900	28.507.056
TOTAL - FISCAL									**168.386.239**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**168.386.239**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51204 - Autoridade Pública Olímpica - APO
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2123	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte**							**27.581.828**
		ATIVIDADES							
27 122	**2123 20EE**	**Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO**							**27.581.828**
27 122	2123 20EE 0001	Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO - Nacional							27.581.828
			F	1	1	71	0	900	27.581.828
TOTAL - FISCAL									**27.581.828**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.581.828**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.173.360.365**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**1.173.360.365**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional							1.173.360.365
			S	1	1	90	0	900	1.173.360.365
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**1.529.909.125**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**180.633.065**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							180.633.065
			F	1	1	90	0	900	180.633.065
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**1.311.766.776**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							1.311.766.776
			F	1	1	90	0	900	1.311.766.776
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**37.509.284**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							37.509.284
			F	1	0	91	0	900	37.509.284
TOTAL - FISCAL									**1.529.909.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.173.360.365**
TOTAL - GERAL									**2.703.269.490**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.687.792.367**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**3.687.792.367**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional							3.687.792.367
			S	1	1	90	0	900	3.687.792.367
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**5.568.346.119**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**161.660.923**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							161.660.923
			F	1	1	90	0	900	161.660.923
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**5.373.176.903**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							5.373.176.903
			F	1	1	90	0	900	5.373.176.903
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**33.508.293**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	900	33.508.293
									33.508.293
TOTAL - FISCAL									**5.568.346.119**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.687.792.367**
TOTAL - GERAL									**9.256.138.486**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**1.535.735.607**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**170.298.078**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							170.298.078
			F	1	1	90	0	900	170.298.078
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**1.334.429.855**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							1.334.429.855
			F	1	1	90	0	900	1.334.429.855
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**31.007.674**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							31.007.674
			F	1	0	91	0	900	31.007.674
TOTAL - FISCAL									**1.535.735.607**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.535.735.607**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**16.359.696**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.359.696**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							16.359.696
			F	1	1	90	0	900	16.359.696
TOTAL - FISCAL									**16.359.696**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.359.696**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**36.224.156**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.722.794**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							30.722.794
			S	1	1	90	0	900	30.722.794
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.501.362**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							5.501.362
			S	1	0	91	0	900	5.501.362
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**36.224.156**
TOTAL - GERAL									**36.224.156**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**22.459.533**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.983.920**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							19.983.920
			F	1	1	90	0	900	19.983.920
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.475.613**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.475.613
			F	1	0	91	0	900	2.475.613
TOTAL - FISCAL									**22.459.533**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.459.533**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**80.367.441**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**80.367.441**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							80.367.441
			F	1	1	90	0	900	80.367.441
TOTAL - FISCAL									**80.367.441**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.367.441**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**5.125.811**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.125.811**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							5.125.811
			F	1	1	90	0	900	5.125.811
TOTAL - FISCAL									**5.125.811**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.125.811**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**8.066.894**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.111.658**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.111.658
			F	1	1	90	0	900	7.111.658
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**955.236**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							955.236
			F	1	0	91	0	900	955.236
TOTAL - FISCAL									**8.066.894**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.066.894**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**70.795.511**
		ATIVIDADES							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**59.292.664**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							59.292.664
			F	1	1	90	0	900	59.292.664
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2111 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**11.502.847**
04 122	2111 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							11.502.847
			F	1	0	91	0	900	11.502.847
TOTAL - FISCAL									**70.795.511**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**70.795.511**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**2.000.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**2049 00AF**	**Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**							**2.000.000.000**
28 845	2049 00AF 0001	Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional							2.000.000.000
			F	3	3	90	0	900	2.000.000.000
TOTAL - FISCAL									**2.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000.000**

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	**Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público**							**9.754.337**
		ATIVIDADES							
03 122	**2100 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.157.834**
03 122	2100 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							8.157.834
			F	1	1	90	0	900	8.157.834
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	**2100 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.596.503**
03 122	2100 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							1.596.503
			F	1	0	91	0	900	1.596.503
TOTAL - FISCAL									**9.754.337**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.754.337**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)**							**15.005.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	**0905 0455**	**Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**15.005.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28 843	0905 0455 0001	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional	F	6	0	90	0	900	15.005.000.000 15.005.000.000
TOTAL - FISCAL									**15.005.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.005.000.000**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**411.209.742**
		ATIVIDADES							
28 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**347.193.898**
28 122	2110 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia	F	1	1	90	0	900	69.957.767 69.957.767
28 122	2110 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	0	900	117.694.716 117.694.716
28 122	2110 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	900	159.541.415 159.541.415
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**64.015.844**
04 122	2110 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	900	12.503.095 12.503.095
04 122	2110 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	900	20.505.075 20.505.075
04 122	2110 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	900	31.007.674 31.007.674
TOTAL - FISCAL									**411.209.742**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**411.209.742**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Agricultura Familiar**							**472.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 601	**2012 0281**	**Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)**							**472.000.000**
20 601	2012 0281 0001	Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	900	472.000.000 472.000.000
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**528.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	**2014 0294**	**Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)**							**259.000.000**
20 605	2014 0294 0001	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	900	259.000.000 259.000.000
20 605	**2014 0300**	**Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)**							**110.000.000**
20 605	2014 0300 0001	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	900	110.000.000 110.000.000
20 605	**2014 0301**	**Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)**							**159.000.000**
20 605	2014 0301 0001	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	900	159.000.000 159.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**800.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 631	**2066 0427**	**Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas**							**800.000.000**
21 631	2066 0427 0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Nacional	F	5	0	90	0	900	800.000.000 800.000.000
TOTAL - FISCAL									**800.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**800.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**1.071.932.645**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 661	**2055 0569**	**Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante**							**1.071.932.645**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 661	2055 0569 0001	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante - Nacional	F	5	0	90	0	900	1.071.932.645 1.071.932.645
TOTAL - FISCAL									**1.071.932.645**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.071.932.645**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Min. do Desenv. Agrário
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**100.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
21 631	**2066 0061**	**Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras**							**100.000.000**
21 631	2066 0061 0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Nacional	F	5	0	90	0	900	100.000.000 100.000.000
TOTAL - FISCAL									**100.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74907 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Integração Nacional
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**2.000.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**2029 0353**	**Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)**							**784.555.173**
28 846	2029 0353 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	F	5	0	90	0	900	784.555.173 784.555.173
28 846	**2029 0355**	**Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)**							**1.215.444.827**
28 846	2029 0355 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	F	5	0	90	0	900	1.215.444.827 1.215.444.827
TOTAL - FISCAL									**2.000.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000.000**

ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência
UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**6.331.702.727**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	**0999 0998**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**6.331.702.727**
99 999	0999 0998 0105	Reserva de Contingência - Financeira - Fiscal	F	9	0	99	0	900	6.187.792.367 6.187.792.367
99 999	0999 0998 0249	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência/Recursos para o Atendimento do Art. 169, § 1º, Inciso II da Constituição	F	1	1	90	0	900	143.910.360 143.910.360
TOTAL - FISCAL									**6.331.702.727**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.331.702.727**

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA - Substituta, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à LICIA FABIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 01653.574/0001-21, da área de uso comum do povo com 55,92m² na Avenida Oceânica, 56, Barra, Município de Salvador/Bahia, destinada à instalação de uma estrutura em balanço, avançando em direção ao passeio público, compreendida em toda a fachada do Camarote Daniela Mercury, visando a comemoração do Carnaval 2012, durante o período de 16 a 21 de fevereiro de 2012, de acordo com os elementos constantes do Processo n° 04941.000029/2012-64.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 600,99(Seiscentos reais e noventa e nove centavos).

Art. 3° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, 01 (uma) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "SALVADOR - BAHIA".

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA MARIA RODRIGUES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2o, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU no 200, de 29 de junho de 2010, art. 1o da Portaria no 40, de 18 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, da Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o processo de no 04991.000795/2011-52, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, do imóvel constituído sobre os Lotes 18 e 19, da Quadra 11, 4o andar, Edifício Serra Dourada, Salas 401 a 409, do Setor Comercial Sul, Brasília-DF, com área total de 603,58m², registrado sob as matrículas nos 15980 a 15988, no Livro 2, do Cartório do 1o Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1o destina-se à instalação e funcionamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR.

Art. 3º O prazo de cessão será de 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIA HELENA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, nomeada por intermédio da Portaria MP nº 736, de 06/11/2007, publicada no Diário Oficial da União, nº 214 de 07/11/2007, Seção 2, página 35, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SPU nº 200, de 29/06/2010, publicada no DOU de 30/06/2010, Seção II, página 75 c/c o Art. 1º, inciso VII, da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010 e demais elementos que integram o processo de nº 04991.001725/2011-11, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, Empresa Pública de Direito Privado, inscrita sob CNPJ/MF 00.082.024/0001-37, a realizar as obras de implantação da Estação Elevatória de Esgoto- EEE Aux. 1, em área de domínio da União, na Colônia Agrícola Vicente Pires, Chácara 12, inserida numa área total de 1.807,4470ha da gleba de terras denominada Fazenda Brejo ou Torto, Distrito Federal.

Art. 2o - A autorização de obras a que se refere o Art. 1º, destina-se à ampliação do atendimento e melhoria da qualidade dos sistemas implantados e serviços de esgotamento sanitário prestados à comunidade, com a instalação da Estação Elevatória de Esgoto - EEE Aux. 1, pertencente ao Sistema de Esgotamento Sanitário da Colônia Agrícola Vicente Pires.

Parágrafo único. Exclui-se da presente autorização, quaisquer intervenções fora dos limites do imóvel onde se localizará a Estação Elevatória de Esgoto - EEE Aux.1, exceto a execução de obras de escavação para passagem de tubulação destinada ao escoamento sanitário, sob pena de aplicação das sanções prevista em leis.

Art. 3º - A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio, por parte da União, sobre a área a qualquer título.

Art. 4º - A presente autorização não exime a interessada de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvará necessários à implantação do empreendimento, bem como observar rigorosamente a legislação de regência os respectivos regulamentos emanados das autoridades competentes, especialmente dos órgãos responsáveis pela proteção e conservação ambiental Federal e Estadual.

Parágrafo único. O início das obras ficará condicionado à apresentação das licenças de que trata o caput deste artigo, sob pena de cancelamento do ato autorizativo contido nesta Portaria.

Art. 5º - Durante o período de execução da obra a que se refere o Art. 1º, é obrigatório a fixação de 01(uma) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando, no final, "Brasília/DF"

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIA HELENA DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 8, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo incisos VI do artigo 2º da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e os elementos que integram o processo n° 04947. 001795/2008-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão Provisória de Uso Gratuito, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do imóvel denominado Prédio da Estação de Matilde composto por terreno com 6.224,47m2 e benfeitorias nele encravadas, localizado em Matilde no Município de Alfredo Chaves/ES.

Art. 2º A Cessão Provisória de Uso Gratuito, a que se refere o artigo 1°, destina-se a preservação da Memória Ferroviária, e terá vigência pelo prazo necessário à incorporação do imóvel ao patrimônio da União e sua substituição por instrumento definitivo de cessão, pelo prazo de 20 anos, em caráter irretratável e irrevogável, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, ou doação do imóvel ao IPHAN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 2º inciso VII da Portaria nº 200 de 29 de junho de 2.010 da Senhora Secretária do Patrimônio da União, publicada no DOU de 30/06/2.010, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04921.000130/2005-24, resolve: :

Art. 1º Autorizar a Doação com Encargos de imóvel situado à rua Travessa Guia Lopes, nº 19, Bairro São Francisco, com área de 3.960,00m², objeto da matrícula nº 177.126, Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Grande/MS;

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à implantação do Centro Especializado Municipal que atenderá a população local com especialidades médicas;

Parágrafo Único - A donatária terá prazo de 03 anos, a partir da assinatura do Contrato de Doação com Encargos, para iniciar as obras descritas no caput deste artigo;

Art. 3° Responderá a donatária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes;

Art. 4° O encargo de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito a donatária a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independente de ato especial, se:

I - não for cumprida a finalidade da doação, no prazo estipulado no Parágrafo Único do artigo 2° desta Portaria;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais;

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO SERGIO SOBRAL COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 57, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 842, de 17 de outubro de 2011, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001,resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título gratuito e precário, a Fundação Cultural de João Pessoa, órgão municipal, CNPJ : 01.072.474/0001-01, de uma área de 3.000m² de uso comum do povo, localizada na Praia de Tambaú em João Pessoa/PB, faixas de terras localizadas entre o Hotel Tambaú (praia de Tambaú) e o Hotel Litoral (praia de Cabo Branco) para instalação de 10 (dez) tendas nas dimensões d de 10x30m cada, onde se apresentarão grupos de Cultura Popular, dentro do contexto de realização dos eventos "Projeto "Natal, Música do Mundo, Reveillon" e "Estação Nordeste". Os eventos acontecerão nos períodos de 10/12/2011 a 01/02/2012 sendo a presente autorização válida para o mesmo período,tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.002625/2011-17. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º do artigo 14, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA DE MIRANDA PEREIRA

PORTARIA Nº 60, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 842, de 17 de outubro de 2011, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, ao GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ 08.761.124.0001-00, de uma área 20.000,00m² , na área de uso comum do povo, na praia do Cabo Branco, (em frente ao restaurante Fellini), nesta Capital, com a finalidade de realização do evento intitulado "VERÃO CULTURAL", podendo ser utilizados os seguintes equipamentos: 01 tenda, som, stand, palco medindo (12,00m X 08,00m) e gerador. A presente autorização é válida para o período de 29 de dezembro de 2011 a 15 de Janeiro de 2012, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.002770/2011-06, após o qual toda a área deverá estar totalmente livre.

Art. 2° Art. 2° A outorga da permissão de uso atribui ao GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, além de outras obrigações como o zelo e responsabilidade pela área no período mencionado, o pagamento de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) à União pelo uso do bem público.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA DE MIRANDA PEREIRA

PORTARIA Nº 13, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 364, de 17 de Julho de 2009, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso a título oneroso e precário a Porto Pinheiro Recepções de uma área de 200 m² de uso comum do povo, localizada na Praia do Bessa na Av. Argemiro de Figueiredo, 636, João Pessoa/PB, para instalação de estrutura montada com o objetivo de realização de cerimônia de casamento. O evento acontecerá no dia 28/01/2012 sendo a presente autorização válida para o mesmo período, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.000086/2012-62. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 591,86 (quinhentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º do artigo 14, do Decreto no 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA DE MIRANDA PEREIRA

PORTARIA Nº 14, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 842, de 17 de outubro de 2011, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à Televisão Cabo Branco LTDA, CNPJ 08.843.575/0001-88 de uma área de 60m² de uso comum do povo, localizada na praia de Manaíra/Bessa, próximo ao Mag Shopping, em João Pessoa-PB, para instalação do estruturas para realização do evento intitulado 'VERÃO JPB'. A presente autorização é válida para o período de 27 a 28 de janeiro de 2012, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.000092/2012-10, após o qual toda a área deverá estar totalmente livre.

Art. 2° A outorga da permissão de uso atribui à Empresa de Televisão Cabo Branco LTDA, além de outras obrigações como o zelo e responsabilidade pela área no período mencionado, o pagamento de R$ 492,56 (quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos) à União pelo uso do bem público.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA DE MIRANDA PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 47, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2012, Seção 1, página 77, referente à Permissão de uso à Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação de João Pessoa, onde se lê "Permitir o uso a título oneroso e precário", leia-se "Permitir o uso a título gratuito e precário".

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, do Decreto-Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 11, § 3º, do Decreto nº 3.725, de 10 de Janeiro de 2001, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso II, da Portaria nº 200, de 09 de Julho de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, e de acordo com os elementos que integram os Processos nº 14235.000167/94-30, 14235.000163/94-87, 23999.000543/92-5, 04916.000478/2008-33, 23999.000536/92-91, 23127.001120/94-20, 23127.001121/94-92, 23127.001122/94-55, 14235.000165/94-12, 14235.000304/93-28, 14235.000168/94-01, 14235.000300/94-58, 14235.000166/94-77 e 04916.000472/2008-66, resolve:

Art.1º. Autorizar a cessão provisória, sob o regime de cessão gratuita ao Estado do Rio Grande do Norte, dos imóveis situados nos municípios de Mossoró/RN: Rua Souza Leão s/nº, Bairro Carnaubal, onde funciona a Escola Estadual Monsenhor Francisco de Sales Cavalcante e Rua Francisco Porfírio s/n, Bairro Abolição IV, onde funciona a Escola Estadual Jerônimo Vingt Rosado Maia; Apodi/RN: Rua Francisco Virginio de Oliveira s/nº, Bairro Lagoa Seca, onde funciona a Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias; Santo Antônio/RN: Travessa Padre Andrade s/nº, Bairro São Domingos, onde funciona a Escola Estadual Prefeito José do Carmo dos Santos; São José do Mipibu/RN: Avenida Senador João Câmara s/nº, Bairro Tancredo Neves, onde funciona a Escola Estadual Hilton Gurgel de Castro; Ceará-Mirim/RN: Rua Macaíba s/nº, Bairro Novos Tempos, onde funciona a Escola Estadual Professor Otto de Brito Guerra; Nova Cruz/RN: Rua Pedro Maurício Tavares s/nº, Bairro Frei Damião, onde funciona a Escola Estadual Prefeita Joanita Arruda Câmara; Natal/RN: Av. Jerônimo Câmara s/nº, Bairro Lagoa Nova, onde funciona a CEJA- Professor Reginaldo Teófilo; Santa Cruz/RN: Rua Padre Cícero s/nº, Bairro Paraíso II, onde funciona a Escola Estadual Pedro Severino Bezerra; Assu/RN: Rua Adalberto Amorim s/nº, Bairro Vertentes, onde funciona a Escola Estadual Poeta Renato Caldas; Currais Novos/RN: Rua Dr. Einar Galvão Chacon s/nº, Bairro Manoel Salustino, onde funciona a Escola Estadual Poeta Celestino Alves; Caicó/RN: Rua André Sales, nº 667, Bairro Paulo VI, onde funciona a Escola Estadual Senador Dinarte Mariz; Macaíba/RN: Rua Dr. Geraldo Pinheiro, s/nº, Bairro Campo da Mangueira, onde funciona a Escola Estadual Deputado Jesse Pinto Freire Filho e Parnamirim/RN: Rua Cândido Martins dos Santos s/nº, Bairro Rosa dos Ventos, onde funciona a Escola Estadual Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo..

Art.2º A cessão dos imóveis a que se refere o art. 1º, destina-se ao funcionamento das escolas estaduais supra citadas, bem como a sua guarda, proteção, manutenção e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas do imóvel.

Art. 3º A Cessão terá vigência a partir da assinatura do contrato e terá validade até decisão final no procedimento administrativo que trata da doação, podendo ser revogada a qualquer momento se o interesse público o exigir.

Art. 4º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes aos imóveis de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º A destinação de que trata o art. 2º desta Portaria, será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - Não for cumprida a finalidade da cessão, estipulada no art. 2º desta Portaria;

II - Cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - Ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art.2 da presente Portaria;

IV - Ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais ou

V - Na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente, ressalvada em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento a União.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 3, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SPU/RN, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 474, de 12.06.2003, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e de acordo com o artigo 22 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725, de 10/1/ 2001 e Portaria nº 06/SPU de 31.01.2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título oneroso e precário ao Serviço Social do Comércio - SESC-AR/RN, cadastrado no CNPJ nº 03.591.097/0001-42, da área de uso comum do povo, com 1.460,00m², na praia Pirangi do Norte, no município de Parnamirim/RN, no período de 05 a 30/01/2012 para instalação de estruturas e realização do evento denominado "CIRCUITO VERÃO SESC INTERTV CABUGI", nos dias 07 e 08, 14 e 15, 21 e 22, e 28 e 29 de Janeiro de 2012, de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04916.000001/2012-34.

Art. 2º Foi cobrado do Permissionário o valor total de R$ 2.357,25 (dois mil, trezentos e cinqüenta e sete reais e vinte e hum centavos), sendo R$ 1.962,44 (Hum mil novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente à retribuição pela Permissão de Uso, e R$ 394,81 (trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e hum centavos) a título de ressarcimento do custo administrativo da União, nos termos do disposto no parágrafo 6º, art. 14 do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, importância essa recolhida ao Tesouro Nacional através de DARF, cuja cópia encontra-se anexada ao processo.

Art. 3º Durante o período a que se refere a presente Permissão de Uso, ficou o Permissionário obrigado a afixar na área em que se realizou o evento e em locais visíveis ao público, 01 (um) banner horizontal ou placa, confeccionado segundo o Manual de Placas da SPU e modelo encaminhado ao Permissionário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 10, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo nº 04977.004454/2010-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, a realizar obras em áreas de domínio da União, compostas por Terrenos de Marinha e Acrescidos de Marinha, cuja localização encontra-se descrita e caracterizada nos termos do processo 04977.004454/2010-53, para construção de trecho de ciclovia na orla marítima daquele Município, próximo à divisa com o Município de São Vicente.

Art. 2º O prazo da referida autorização será por tempo indeterminado, válido a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, especialmente em relação aos órgãos ambientais, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2o, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1o, inciso I, do Decreto no 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04977.006615/2009-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a Prefeitura da Estância Hidromineral de Águas da Prata de imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no município de Águas da Prata, descritos e caracterizados como: Imóvel 1 - Benfeitorias situadas no Terreno de NBP 3009002 - 0, denominadas - NBP 450695-0 - Armazém e NBP 450696-0 - Estação Ferroviária de Águas da Prata; Imóvel 2 - Benfeitorias situadas no Terreno de NBP 3009004-0, denominadas - NBP 450703-0 e NBP 353399-0 - Estação Ferroviária do bairro da Cascata; ambos apresentados no processo nº 04977.006615/2009-18.

Art. 2º Os imóveis a que se refere o artigo anterior destinam-se a realização de exposições de obras artísticas e eventualmente, abrigará em seus pátios, pequenas reuniões promovidas pela comunidade do bairro, fora desta utilização os imóveis permanecerão fechados, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura a qual cuidará também dos agendamentos das atividades nos imóveis, no município de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao Patrimônio da União e sua substituição por instrumento definitivo de destinação;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 223, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, INTERINO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 4º do Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2000, resolve:

Art. 1º Destinar as vagas relacionadas no anexo a esta Portaria à reversão de aposentadoria dos cargos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, na forma determinada pelo artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

ANEXO

Cargo	Código	Origem da vaga
Agente Administrativo	0195186	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0196984	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0197734	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0197869	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0199652	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0199659	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0201209	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0201510	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0202330	FALECIMENTO
Agente Administrativo	0822751	FALECIMENTO
Administrador	0196590	APOSENTADORIA
Administrador	0201990	APOSENTADORIA
Administrador	0579232	APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 224, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, INTERINO, no uso da competência que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 11 e 12, do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o constante dos arts. 11 e 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos/CGRH/SPOA para, no âmbito da Administração Central e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, praticar os atos necessários à efetivação de remoção de servidores, nas modalidades previstas nas alíneas a e b do inciso III, do artigo 36, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 27 de janeiro de 2012

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094030808201181 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: EDMUND DIMACULANGAN REYES Passaporte: EB0065018, Processo: 46094032251201113 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: MARTIN ROESTEL Passaporte: C3JK4MRJZ, Processo: 46094016278201169 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Estrangeiro: DAVID ROSS STRANGE Passaporte: 476463229, Processo: 46094003451201088 Empresa: HOMEX BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA Estrangeiro: EDGAR ADRIAN PERAZA CASTRO Passaporte: G04579460, Processo: 46094007315201067 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: E WANG Passaporte: G30113743, Processo: 46094008731201082 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Estrangeiro: YU SONG Passaporte: G15918425, Processo: 46094012517201110 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: Liguo Wang Passaporte: G45956828, Processo: 46094026604201146 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Estrangeiro: Liang Zhihua Passaporte: P00357190, Processo: 46094003873201053 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Estrangeiro: KAZIMIERZ JAN WLODARCZYK Passaporte: AH6109205, Processo: 46094016183201064 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: JORGE LUIS HURTADO ROJAS Passaporte: G05788392, Processo: 46094008913201134 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: DAVID COAKLEY Passaporte: 401764282, Processo: 46094010096201184 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: ROBERT IAN FINCH Passaporte: E4003225, Processo: 46094012478201142 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: CHRISTOPHER NOLAN HUSSER Passaporte: 403554991, Processo: 46094014185201108 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: EMMANOUIL MAKRAKIS Passaporte: AE7221371, Processo: 46094014421201188 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: SEAN LANGLEY MCNAMARA Passaporte: BA452686, Processo: 46094019043201129 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: ALEXANDER KONSTANTINOV Passaporte: 704682028, Processo: 46094017061201176 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: SHANE MICHAEL ALLEN Passaporte: 480838806, Processo: 46094021556201108 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Estrangeiro: REINER RUPERT NEUMEIER Passaporte: C4WKTPPWW, Processo: 46094035500201122 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: JOSEPH BENEDICT EMBRES JR. Passaporte: 428192810, Processo: 46094035511201111 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: HOWELL GARDNER HALL Passaporte: 207106517, Processo: 46094016565201179 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Estrangeiro: NATASHA LOUISE STOUGH Passaporte: 707239374, Processo: 46094021141201126 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Estrangeiro: EMANUEL YACOUB Passaporte: 82224492, Processo: 46000017019200932 Empresa: KGL BRASIL SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E AGENCIAMENTO LTDA Passaporte: JR3664582 Estrangeiro: MYOUNGKI CHO, Processo: 46000002644200807 Empresa: IMMOBILIDREAM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA Passaporte: 589990B Estrangeiro: DIEGO FESTA, Processo: 46000008501201015 Empresa: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS PARA METALURGIA LTDA. Passaporte: G6U914U Estrangeiro: ALAIN GABRIEL GASTON KIEFFER, Processo: 46094002342201043 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA. Passaporte: 134191009 Estrangeiro: DAVID PAUL HAYES, Processo: 46094002280201070 Empresa: C E C TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Passaporte: 463777491 Estrangeiro: KEVIN JORDAN BRACY SIMIEN, Processo: 46000031545200913 Empresa: SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA. Passaporte: 00 L057838039 Estrangeiro: RICHARD MYHRE, Processo: 46000013387201045 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: AP4135587 Estrangeiro: RADOSLAW SZWARC, Processo: 46000010056201053 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 400448253 Estrangeiro: BRIAN ANTHONY SCIORTINO, Processo: 46000008032201034 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 435915096 Estrangeiro: JAY ALLEN HEATER, Processo: 46000006608201029 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA. Passaporte: 207120343 Estrangeiro: DAVID EUGENE NASH, Processo: 46000001470201071 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Passaporte: 310287601 Estrangeiro: JEREMY CHAD HOLBROOK, Processo: 46000002644200807 Empresa: IMMOBILIDREAM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. Passaporte: 589990B Estrangeiro: DIEGO FESTA, Processo: 46000014062201080 Empresa: BALFOUR BEATTY DO BRASIL FERROVIAS LTDA Passaporte: 106716177 Estrangeiro: GARETH JAMES WHISSON, Processo: 46000007955201079 Empresa: BALFOUR BEATTY DO BRASIL FERROVIAS LTDA Passaporte: 093006693 Estrangeiro: GORDON FORBES SHAW, Processo: 46000007563201018 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS LTDA. Passaporte: AA5357777 Estrangeiro: ETTORE ORLANDO, Processo: 46094000875201091 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 652447507 Estrangeiro: DUNCAN MONTGOMERY, Processo: 46000018947200914 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: QQ0897836 Estrangeiro: GUALBERTO RAPADAS CAÑETE, Processo: 46000018051201079 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 018022493 Estrangeiro: KENNETH THOMAS MOROWSKY, Processo: 46000012481201087 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 470604902 Estrangeiro: CASEY JUDE FREMIN, Processo: 46000010819201066 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 445901650 Estrangeiro: ERIC HARVEY, Processo: 46000009052201022 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 099087017 Estrangeiro: THOMAS HAINING, Processo: 46000007353201011 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 070579491 Estrangeiro: ROBERT STEPHEN STEWART, Processo: 46000007189201042 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 446054852 Estrangeiro: ROBERT EDWARD GOSSETT JR., Processo: 46000006594201043 Empresa: SCORPION SERVIÇOS OFFSHORE LTDA. Passaporte: 434289731 Estrangeiro: LARON RILEY SELF.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 46094026990201176 Empresa: HTML DESIGNERS INFORMATICA E ARTES GRAFICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FARSHAD SHAHROKNI Passaporte: 761272843, Processo: 46094037748201128 Empresa: OFL-TOURISTIK LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Katarina Burghardt Passaporte: 595102607, Processo: 46094036801201173 Empresa: BENARD OCHIENG PACHO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENARD OCHIENG PACHO Passaporte: A1699302, Processo: 46094039601201172 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK JULIEN EMILE LIEVRE Passaporte: 04BK78606, Processo: 46094042836201141 Empresa: DALVA E DITO RESTAURANTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTEO MANZINI Passaporte: E577145, Processo: 46094043081201101 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL RUIZ MANZORRO Passaporte: AAD746711, Processo: 46094043079201123 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO ISIDORO RODRIGUEZ ARENCIBIA Passaporte: AAD693995, Processo: 46094043460201192 Empresa: IWES DO BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Devin Chris Cedeno Passaporte: TA397571, Processo: 46094040870201181 Empresa: MABE CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO BENASSATI Passaporte: C047702, Processo: 46094043082201147 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUGENIO LOPEZ CESPEDES Passaporte: AD825011, Processo: 46094043077201134 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO PEREA LOPEZ Passaporte: AAE487030, Processo: 46094043083201191 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO ANTONIO SÁNCHEZ PÉREZ Passaporte: AAD409514, Processo: 46094043078201189 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN GARCIA MORIANO Passaporte: AAA928595, Processo: 46094042985201119 Empresa: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Antonio Bellu Passaporte: AA3536621, Processo: 46094043080201158 Empresa: TERRATEST BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MORALES MORENO Passaporte: AAA833231, Processo: 46880000144201160 Empresa: GESTAO URBANISTICA R.S. CONSTRUTORA E INCORPORADORA (GURS) LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA ISABEL SEMPERE VICENTE Passaporte: AAD684732, Processo: 46094040717201154 Empresa: NEUMAN & ESSER SISTEMAS DE MOAGEM E CLASSIFICACAO LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MARC THORSTEN GIERSEMEHL Passaporte: 506170289, Processo: 46094038591201158 Empresa: KINSAO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUORONG FENG Passaporte: G26857763, Processo: 46094041433201185 Empresa: MANGIARE MIX COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JULIO CESAR FRANCO BAYONA Passaporte: CC72252681.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0031/2012 de 23/01/2012, 0032/2012 de 24/01/2012, 033/2012 de 25/01/2012 e 0034/2012 de 26/01/2012, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094001958201269 Empresa: ASSOCIACAO ATLETICA FRANCANA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: VICTOR ALEXIS MENDOZA BRAMBILA Passaporte: G08292702, Processo: 46094001276201256 Empresa: SUEO MATSUBARA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tchano Romeo Passaporte: 05PS113, Processo: 46094001431201234 Empresa: CRUZEIRO ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DIEGO ALEJANDRO ARIAS HINCAPIÉ Passaporte: AN368549, Processo: 46094002345201249 Empresa: CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS VICENTE TENORIO MEDINA Passaporte: A2321068, Processo: 46094002123201226 Empresa: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADALBERTO ROMAN BENITEZ. Passaporte: 58111, Processo: 46094002124201271 Empresa: RESENDE FUTEBOL CLUBE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL PIÑEIRO MARTINEZ Passaporte: G01178716, Processo: 46094002834201209 Empresa: SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hernán Barcos Passaporte: 30627709.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094035597201173 Empresa: EMPRESA JORNALISTICA ECONOMICO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ana Rita Correia de Carvalho Passaporte: L677977, Processo: 46094032302201115 Empresa: ECOL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER LLODIO LECHUGA Passaporte: AAC903454, Processo: 46094037448201149 Empresa: FACULDADES CATOLICAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRIAM LOUISE PERIER Passaporte: 06AZ97713, Processo: 46094036761201160 Empresa: H. M. SIMOES CARNEIRO - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MELCHOR HUAMÁN COSI Passaporte: 4149367, Processo: 46094042923201107 Empresa: VERTRANS SERVICOS LOGISTICOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP JOSHUA KNOX Passaporte: 038761344, Processo: 46094043225201111 Empresa: LOGOPLASTE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL SÉRGIO MARTINS VIEIRA Passaporte: L766841, Processo: 46094039214201136 Empresa: BRIGANTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVA VALLESPI VICENT Passaporte: AAB100806, Processo: 46094039711201134 Empresa: HUSKY DO BRASIL SISTEMAS DE INJECAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMONE BORILE Passaporte: AA1130745, Processo: 46094040732201101 Empresa: EDUARDO PINHEIRO ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO PASCARELLA Passaporte: AA4337275, Processo: 46094041167201191 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA KAN CHAN Passaporte: 219124857, Processo: 46215040864201119 Empresa: A PIMENTEIRA 6.250 - BAR, LANCHONETE & RESTAURANTE LTDA - ME. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANZ MARCEL GILLES BRIAND Passaporte: 11AY59962, Processo: 46094038001201197 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHIQIAN WU Passaporte: G27225418, Processo: 46094033024201113 Empresa: ORCIMED INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GILLAUME HENRI JÉRÔME DUGUET Passaporte: 05EK92658, Processo: 46094038317201189 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIJUN LIU Passaporte: G28345667, Processo: 46094038314201145 Empresa: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BINGXIA LIU Passaporte: G21289273, Processo: 46094038109201180 Empresa: F.B.M. INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ANDRES CHIOCCONI Passaporte: 17305568N, Processo: 46094038721201152 Empresa: GETRONICS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA CLEMENCIA RODRIGUEZ PEREZ Passaporte: AM769485, Processo: 46094041829201122 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIO CESAR GAMARRA ROY Passaporte: 3899296, Processo: 46094038884201135 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BIN CHEN Passaporte: G31991368, Processo: 46094038882201146 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHENGSI LEI Passaporte: G21915532, Processo: 46094038587201190 Empresa: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOPENG ZHANG Passaporte: G20139235, Processo: 46094038589201189 Empresa: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINZHANG YANG Passaporte: G47944546, Processo: 46094039171201199 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAILONG ZHAO Passaporte: G26717195, Processo: 46094038889201168 Empresa: CRITEO DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS DE INTERNET LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANZISKA ALEXA MÜLLER Passaporte: C7010N87N, Processo: 46094042091201111 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CÉDRIC OLIVIER JÉRÔME DEPINCE Passaporte: 04KH20697, Processo: 46094040161201104 Empresa: P C E PROJETOS E CONSULTORIAS DE ENGENHARIA LIMITADA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL REIS PAMPLONA CORTE-REAL Passaporte: J465090, Processo: 46094039765201108 Empresa: ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO CHARTERS RIBEIRO SÁ Passaporte: J929790, Processo: 46094039516201112 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEI XIA Passaporte: G18123325, Processo: 46094039746201173 Empresa: TBR CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE DA FONSECA CUNHA LOPES Passaporte: H338140, Processo: 46094039747201118 Empresa: TBR CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELISEU MANUEL VARANDA LUCAS Passaporte: G869074, Processo: 46094042092201165 Empresa: BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: ANTHONY ROSS QUEEN Passaporte: 440388221, Processo: 46094043357201142 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL HERVE Passaporte: 11CT67496, Processo: 46094043355201153 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS NOËL BERNARD MARIE BRULÉ Passaporte: 05DK16977, Processo: 46094043351201175 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD LAURENT MARC ROBERT GUIGNOT Passaporte: 04TI58253, Processo: 46094040466201116 Empresa: ACEL-FORUS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KNUT HUSEBØ Passaporte: 25723771, Processo: 46094041043201113 Empresa: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAXIMILIAN SPIDALIERI Passaporte: AA 4132132, Processo: 46094042877201138 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Domingos Fernandes Machado Passaporte: L160582, Processo: 46094043024201113 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE TORRES GUZMAN Passaporte: 220180406, Processo: 46094040382201174 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE RAMON LORENZO LORENZO Passaporte: AAE568438, Processo: 46094041437201163 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICHOLAS JOHN CHAMBERS Passaporte: 454721571, Processo: 46094041968201156 Empresa: FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEMEL MAYO ORTEGA Passaporte: 436346203, Processo: 46094042648201113 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS MATSON DOUGHERTY II Passaporte: 047310263, Processo: 46094043136201174 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RITSUO IMAI Passaporte: TZ0435869, Processo: 46094043144201111 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHOICHI KURIYAMA Passaporte: TK1543313, Processo: 46094043145201165 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOONSIK KIM Passaporte: M23416218, Processo: 46094041196201152 Empresa: ELO GROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMANUELE ASCOLI Passaporte: 06AK59532, Processo: 46094043254201182 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUKI YAMAMOTO Passaporte: TK1651358, Processo: 46094043255201127 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOHEI ENDA Passaporte: TH6263914, Processo: 46094042766201121 Empresa: IBERICA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO ABAD PASCUAL Passaporte: AAE016878, Processo: 46094040492201136 Empresa: BRAPOR ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Sucena Lavoura Passaporte: L305699, Processo: 46094041746201133 Empresa: WELLNESS E CIA - COMERCIO E SERVICOS DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAQUEL NEVES Passaporte: 04BH37761, Processo: 46094040851201155 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QINGCHEN LI Passaporte: G22246942, Processo: 46094041370201167 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES MARTIN GARCIA PLAZA Passaporte: 0913762407, Processo: 46094042350201111 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP ANTHONY VERRILL BROWN Passaporte: E4068229, Processo: 46094043150201178 Empresa: PANORO ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUIDO DALU Passaporte: AA3518576, Processo: 46094041819201197 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAX ULRICH RAU Passaporte: X1948140, Processo: 46094041791201198 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER MÜLLER Passaporte: C86HP4WWH, Processo: 46094041071201122 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEI LUO Passaporte: G26413394, Processo: 46094041744201144 Empresa: CRANE WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dylan Morgan Ross Passaporte: 477694103, Processo: 46094041451201167 Empresa: LLOYDS REGISTER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME ROBERTO ENCISO PATIÑO Passaporte: CC 19184737, Processo: 46094043422201130 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANBIN XIE Passaporte: G52359425, Processo: 46094043354201117 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AHMED BENTAHAR Passaporte: 08AC34726, Processo: 46094041622201158 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Atsushi Ota Passaporte: TH5707596, Processo: 46094042840201118 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASAKAZU NONISHI Passaporte: TZ 0590966, Processo: 46094043421201195 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIWEI NI Passaporte: G37106231, Processo: 46094041770201172 Empresa: MG GOLD INDUSTRIA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAFFAELE ZANELLA Passaporte: AA5986533, Processo: 46094042192201191 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO RANZANI Passaporte: YA1596264, Processo: 46094042191201147 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA CARGNELUTTI Passaporte: YA0373933, Processo: 46094041581201108 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TREVOR WALTER SCHUMACHER Passaporte: 453567752, Processo: 46094041613201167 Empresa: ENTELGY DO BRASIL CONSULTORIA EM TI LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEGUNDO SIMON GARCIA MORALES Passaporte: 3094797, Processo: 46094043135201120 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAISUKE HORI Passaporte: TK4347288, Processo: 46094041856201103 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMANUEL SEBASTIAN RAINER KLONOWSKI Passaporte: 646753823, Processo: 46094041948201185 Empresa: JONES DAY - CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO / DIREITO NORTE-AMERICANO E ESPANHOL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL CULHANE HARPER Passaporte: 481799023, Processo: 46094041916201180 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE CARLOS PEREIRA GUEDES Passaporte: L901490, Processo: 46094042093201118 Empresa: GENZYME DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUDOVIC YANNICK JEHAN RAUD Passaporte: 08AB52537, Processo: 46094041769201148 Empresa: TEKNIA TECNOTUBO AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO GARCIA PEREZ Passaporte: BD905178, Processo: 46094041765201160 Empresa: TEKNIA TECNOTUBO AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN DE DIOS GOMEZ CALMAESTRA Passaporte: BE499185, Processo: 46094041826201199 Empresa: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR MANUEL BANDA MENDEZ Passaporte: 5097801, Processo: 46094041924201126 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENGGANG YU Passaporte: P00848837, Processo: 46094041926201115 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANJUN CHEN Passaporte: G40245092, Processo: 46094041918201179 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KHURUM HUSSAIN Passaporte: 800706114, Processo: 46094042816201171 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Salvador Gonzalez Mendoza Passaporte: G07002207, Processo: 46094042480201146 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Radim Biciste Passaporte: 40240146, Processo: 46094041949201120 Em-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

presa: THOMSON REUTERS SERVICOS ECONOMICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SONIA SANMARTIN GANDARA Passaporte: BD265227, Processo: 46094042146201192 Empresa: HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL ODOHERTY Passaporte: LT0002925, Processo: 46218016296201105 Empresa: INTERACT DEVELOPMENT - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE GESTAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Justo Fernando Estrada Hora Passaporte: 3553860, Processo: 46094042127201166 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELMIRA VALIYANOVA Passaporte: 70 2602024, Processo: 46094043194201106 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAJITH KUNNATH Passaporte: F7544866, Processo: 46094043251201149 Empresa: IAV DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENÉ PIERRE ROMAIN FROISSARD Passaporte: 08CX61415, Processo: 46094042126201111 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINA BENIGNETTI Passaporte: AA2603398, Processo: 46094043199201121 Empresa: ASSOCIACAO DO LABORATORIO DE SISTEMAS INTEGRAVEIS TECNOLOGICO LSI-TEC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luz Gabriela Mingan Nuñez Passaporte: 25288323, Processo: 46094042949201147 Empresa: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS KRAFT Passaporte: 504302812, Processo: 46094042237201128 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HILDE OLSEN Passaporte: 25261539, Processo: 46094043260201130 Empresa: ASSOCIACAO DO LABORATORIO DE SISTEMAS INTEGRAVEIS TECNOLOGICO LSI-TEC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Heiner Grover Alarcón Cubas Passaporte: 3950842, Processo: 46094043174201127 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE OBERSON MAU Passaporte: X2506311, Processo: 46094042544201117 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTÓBAL ALVAREZ GASPAR Passaporte: XDA016981, Processo: 46094042874201102 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JISHUN ZHA Passaporte: P00819329, Processo: 46094042920201165 Empresa: JOHN DEERE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER KENT CHIDLEY Passaporte: 487126011, Processo: 46094042782201114 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA REGUART GIMÉNEZ Passaporte: BB613284, Processo: 46094042783201169 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTHIAN EDUARDO CUESTAS CASTRO Passaporte: 800882388, Processo: 46094043038201137 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK ALEXANDER JETER Passaporte: 463036391, Processo: 46094043039201181 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVIA ELISA QUINTANA JETER Passaporte: 432644832, Processo: 46094042990201113 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sarah Ellen Adams Passaporte: 113008116, Processo: 46094042931201145 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELENA MARGARIDA DA CONCEIÇÃO MARCELINO Passaporte: L881853, Processo: 46094042872201113 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN MAURICIO GUTIERREZ FORERO Passaporte: CC79953634, Processo: 46094042781201170 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO RUBIO QUESADA Passaporte: AAE541704, Processo: 46094043040201114 Empresa: YUDO SA FABRICACAO DE CAMARA QUENTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VITOR HUGO FERREIRA MACHADO Passaporte: L893265, Processo: 46094042905201117 Empresa: FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTÔNIO PEDRO PEREIRA LIMA Passaporte: L645181, Processo: 46094043302201132 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DONNALYN FULLER Passaporte: WQ859100, Processo: 46094042906201161 Empresa: FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS JOSÉ RAPOSO PRETO MONDRAGÃO Passaporte: L874779, Processo: 46094042787201147 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELOISA MARIA MOREIRA CARDOSO Passaporte: L874183, Processo: 46094042618201115 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MANUEL BRANCO DELGADO FIDALGO Passaporte: J198819, Processo: 46094042873201150 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LING LIU Passaporte: P01357796, Processo: 46094042615201173 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGOR GOMEZ CABRERA Passaporte: AAE6215053, Processo: 46094042489201157 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHU XUCHANG Passaporte: G21675496, Processo: 46094042786201101 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN LUIS PINILLA BARON Passaporte: AAE670886, Processo: 46094042785201158 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MILENA MARIA CASTAÑO ESPINAL Passaporte: CC43997448, Processo: 46094043023201179 Empresa: ATLAS COPCO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS BERTIL SUNDBERG Passaporte: 63187382, Processo: 46094042848201176 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BEN ANDREW COATES Passaporte: 456946226, Processo: 46094043063201111 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEI ZHOU Passaporte: G27881614, Processo: 46094042849201111 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMA LAURA SOUTHALL Passaporte: 761243311, Processo: 46094042856201112 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHERIF ELNAGDY Passaporte: 135602799, Processo: 46094043026201111 Empresa: BG E & P BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bilal Ahmad Passaporte: 761256643, Processo: 46094043048201172 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Matthias M. R. Decock Passaporte: EG630940, Processo: 46094042847201121 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK GLEN BURGESS Passaporte: QA796266, Processo: 46094043016201177 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCELO PEREZ BENITEZ Passaporte: 1708051675, Processo: 46094042927201187 Empresa: SOLAZYME BRASIL OLEOS RENOVAVEIS E BIOPRODUTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI JORGE CASTANHAS BARBOSA GOMES Passaporte: H35063, Processo: 46094043175201171 Empresa: CLARO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAYMUNDO SALVADOR DUENAS URBANO Passaporte: G07523005, Processo: 46094042932201190 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDRA MARIA LOPES AUGUSTO Passaporte: J761239, Processo: 46094042935201123 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI CARLOS PEREIRA DA COSTA NEVES Passaporte: J908452, Processo: 46094042930201109 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO FILIPE OLIVEIRA BARBOSA Passaporte: L901717, Processo: 46094043286201188 Empresa: LUFTHANSA CARGO A G Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO SPRAWE Passaporte: C5NTXZ5GY, Processo: 46094043197201131 Empresa: GEODATA GEOENGENHARIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOMENICO DARIO TALARICO Passaporte: AA1969000, Processo: 46094043349201104 Empresa: GEODATA GEOENGENHARIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LINA MARIA SOTELO ARIZA Passaporte: AM578681, Processo: 46094043250201102 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO ANTONIO CRUZ ROMERO Passaporte: AAD677741, Processo: 46094042982201177 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERMIN VALIÑA MIRAMONTES Passaporte: 050464898, Processo: 46094042987201108 Empresa: GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dimas Guillermo Luna Cisneros Passaporte: 030507111, Processo: 46094043252201193 Empresa: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN JOACHIM GERHARD BITTER Passaporte: C4W7Y2CC4, Processo: 46094043198201186 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO DEL CORRAL TRUJILLANO Passaporte: BF172481, Processo: 46208011701201118 Empresa: PSAFE TECNOLOGIA S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREY PARFENOV Passaporte: 704786161, Processo: 46094000637201247 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT ALEXANDER VOLKERS Passaporte: M7199762.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094033372201182 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIAN DING Passaporte: G26238093, Processo: 46094038234201190 Empresa: FLUXO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER LOYOLA ESPINOZA Passaporte: G06259329, Processo: 46094040157201138 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD EHITSHAM Passaporte: G7654965, Processo: 46094043769201182 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAGOBERTO DELGADO VIÑA Passaporte: CC 14228833, Processo: 46094040259201153 Empresa: BRASFOND FUNDACOES ESPECIAIS S A Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: JAMES RONALD LEWIS Passaporte: 473181571, Processo: 46094040258201117 Empresa: BRASFOND FUNDACOES ESPECIAIS S A Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: WESLEY SMITH Passaporte: 472436706, Processo: 46094043771201151 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO LARA MATIAS Passaporte: G05602655, Processo: 46094043768201138 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO JAVIER JUAREZ Passaporte: 29057327N, Processo: 46215041078201121 Empresa: MARINTEK DO BRASIL PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAKIM ALEKSANDER TABY Passaporte: 20694359, Processo: 46094041233201122 Empresa: SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MASASHI OISHI Passaporte: TK5356464, Processo: 46094043667201167 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF PAWEL GRYGIANIEC Passaporte: AJ1783060, Processo: 46094043665201178 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIROSLAW ALOJZY SIKORA Passaporte: AL3249986, Processo: 46094043610201168 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN KAZIMIERZ DETMER Passaporte: EA4616153, Processo: 46094043668201110 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUSZ WLADYSLAW WOLSZLEGER Passaporte: AJ3352875, Processo: 46094040937201188 Empresa: C-MAR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE E HERNANDEZ Passaporte: 442919474, Processo: 46094040131201190 Empresa: MAN DIESEL & TURBO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER CARL QUAADE Passaporte: 205052350, Processo: 46094042801201111 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TADASHI TAKEDA Passaporte: TH7920384, Processo: 46094043770201115 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO DE LA CRUZ VILCHEZ Passaporte: 5443992, Processo: 46094043572201143 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PER RUNE RYDLAND Passaporte: 28358250, Processo: 46094043844201113 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUTAKA SHIMIZU Passaporte: TH7877175, Processo: 46094043847201149 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIRONARI OHASHI Passaporte: TK5085608, Processo: 46094043850201162 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKAHIRO TAKESHITA Passaporte: TG7578311, Processo: 46094042701201186 Empresa: SISINT BRASIL PROJETO, MANUTENCAO E GESTAO DE REDES DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM AUGUSTO DA SILVA ALVES Passaporte: L818275, Processo: 46094043510201131 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE DE VIETRO Passaporte: Y 334611, Processo: 46094043947201175 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AJAYKUMAR DHANJIBHAI PATEL Passaporte: F6472984, Processo: 46094043948201110 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANAND BASANT CHHAJED Passaporte: F8631156, Processo: 46094043949201164 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ATUL NANGIA Passaporte: F3040894, Processo: 46094043950201199 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAXESH NAVINCHANDRA PARIKH Passaporte: J8371928, Processo: 46094043951201133 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK GIRDHAR Passaporte: F8770972, Processo: 46094043952201188 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DHANYA SUKUMARAN NAIR Passaporte: G0167519, Processo: 46094043953201122 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HEMANG BHALCHANDRA BUCH Passaporte: J7901782, Processo: 46094043954201177 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD SAQUIB Passaporte: J2249892, Processo: 46094043955201111 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MUKESHKUMAR BHARATSINH DESAI Passaporte: J7901339, Processo: 46094043957201119 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NITINKUMAR SADASHIV DARADE Passaporte: H8161448, Processo: 46094043958201155 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRAGNESH CHANDRAVADANBHAI PATEL Passaporte: F1428923, Processo: 46094043959201108 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASHANT RAMCHANDRA PANDIT Passaporte: F1620012, Processo: 46094043960201124 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANJAN KUMAR Passaporte: J5630266, Processo: 46094043962201113 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RINTO ANTONY Passaporte: E6912612, Processo: 46094043963201168 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: UDAY SUDHIRKUMAR DAYAL Passaporte: E5062960, Processo: 46094043964201111 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIRENKUMAR GOVINDBHAI CHOCHA Passaporte: G0951208, Processo: 46094043692201141 Empresa: SOPHIS BRASIL SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBANA AVDULAJ Passaporte: 03ID16404, Processo: 46094043546201115 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEONG WOO JEON Passaporte: M06852816, Processo: 46094043659201111 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERLEND STEINSLAND Passaporte: 25143987, Processo: 46094043652201107 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN KROHN Passaporte: 20393844, Processo: 46094043653201143 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMMY MARTINSEN Passaporte: 25469359, Processo: 46094043654201198 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MORTEN FRIVOLL Passaporte: 27592141, Processo: 46094043655201132 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN STENERSEN MCSHANE Passaporte: 26924131, Processo: 46094043651201154 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAN WILHELM BERGSTEN Passaporte: 81098633, Processo: 46094043658201176 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRODI POULSEN Passaporte: 102297119, Processo: 46094043650201118 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN Á FLOEGHAMRI Passaporte: 101792339, Processo: 46094043626201171 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARRY EDMUND HOSET Pas-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

saporte: 27939579, Processo: 46094043648201131 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KNUT SVERRE NILSEN Passaporte: 26210999, Processo: 46094043649201185 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARNER THOMASSEN Passaporte: 205035413, Processo: 46094043657201121 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STIAN MYKLEBUST HELLAND Passaporte: 26113066, Processo: 46094043656201187 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANALD JOHN TULLOCH Passaporte: 401697309, Processo: 46094043514201110 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS GHEORGHE MORGOVAN Passaporte: 050438152, Processo: 46094043886201146 Empresa: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH FRASER Passaporte: 209834960, Processo: 46094043851201115 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI SUZUKI Passaporte: TK4353319, Processo: 46094043846201102 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EIICHI IWAI Passaporte: TG3133544, Processo: 46094043848201193 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NORIAKI MATSUYA Passaporte: TG7314348, Processo: 46094043506201173 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN VOICU Passaporte: 14199854, Processo: 46094043508201162 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETRU GHEORGHE VAIDA Passaporte: 11330394, Processo: 46094043507201118 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO REYES GATDULA Passaporte: WW0323813, Processo: 46094043504201184 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RALF NELLIS Passaporte: CHGN48HYW, Processo: 46094043499201118 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN WAYNE TAYLOR Passaporte: 215361227, Processo: 46094043940201153 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNSHU ZHANG Passaporte: P01062982, Processo: 46094043938201184 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIWU LIANG Passaporte: P00981919, Processo: 46094043690201151 Empresa: GUSMAO VIDROS COMERCIO E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO BIGIOLLI Passaporte: AA2938139, Processo: 46094043688201182 Empresa: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BARRY JOHN MARTIN Passaporte: LA274401, Processo: 46094043925201113 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeroen Godefridus Petrus van der Poel Passaporte: NTJ9198C4, Processo: 46094043941201106 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHENGLIN REN Passaporte: P01329430.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094043117201148 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS MICHAEL BLASS Passaporte: P4601660, Processo: 46094043327201136 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENICHI SHICHIDA Passaporte: TK3684958, Processo: 46094043308201118 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ETSUO KUZE Passaporte: TH5277039, Processo: 46094042039201164 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES FINLEY WELCH Passaporte: 222 760 876, Processo: 46094042915201152 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATISH KUMAR CHERUKURU VENUGOPALRAO Passaporte: G5858044, Processo: 46094043332201149 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOICHI CHIBA Passaporte: TH1839152, Processo: 46094043329201125 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIGERU SHIRAI Passaporte: TH0775305, Processo: 46094043331201102 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TETSUYA KIDA Passaporte: TK0322366, Processo: 46094043330201150 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI SHINTOME Passaporte: TH4776561, Processo: 46094043325201147 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHIAKI OKA Passaporte: TG6647388, Processo: 46094043326201191 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUHIRO KAWAMURA Passaporte: TH0148536, Processo: 46094043571201107 Empresa: NOBLE DENTON & ASSOCIATES SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZACHERY GARLAND Passaporte: WJ228614, Processo: 46094042098201132 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCIANO BRUSCELLA Passaporte: 6787092117, Processo: 46094043328201181 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAMI YAMADA Passaporte: TG8079205, Processo: 46094043594201111 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN FENDT Passaporte: F0021311, Processo: 46094043524201155 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERARD ROBERT PINCHON Passaporte: 05HH10505, Processo: 46094043166201181 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN NICOLAE BUNEA Passaporte: 085268989, Processo: 46094043168201170 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTIA PELIZZON Passaporte: YA2166716, Processo: 46094043522201166 Empresa: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIGERU KAWANISHI Passaporte: TH5966726, Processo: 46094043526201144 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYEONG HEE LEE Passaporte: M82344920, Processo: 46094043575201187 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL-ERIK KARLSSON Passaporte: 82849384, Processo: 46094043576201121 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KJETIL HAMRE Passaporte: 26973882, Processo: 46094043577201176 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KNUT EIVIND ELVIK AADLAND Passaporte: 28811901, Processo: 46094043520201177 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLO TORRIGINO Passaporte: YA0187273, Processo: 46094043578201111 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER ULRICH ROENNBERG Passaporte: 53853152, Processo: 46094043579201165 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND VALENTINO AUGUSTSSON Passaporte: 80557819, Processo: 46094043534201191 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEERYONG LEE Passaporte: M30665445, Processo: 46094043532201100 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INHONG CHAE Passaporte: M15161610, Processo: 46094043533201146 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEHWA LEE Passaporte: KR0293420, Processo: 46094043724201116 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhou Tong Passaporte: G52387113, Processo: 46094043718201151 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Duan Hao Dong Passaporte: G53236390, Processo: 46094043721201174 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dai Hai Feng Passaporte: G51934261, Processo: 46094043574201132 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONE MARDAL Passaporte: 28567165, Processo: 46094043722201119 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Xiao Deng Passaporte: G52587874, Processo: 46094043719201103 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yang Qin Passaporte: G51756340, Processo: 46094043717201114 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Fang Yi Passaporte: G32294715, Processo: 46094043517201153 Empresa: SAUER-DANFOSS HIDRAULICA MOBIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DYLAN JOHN HAYES Passaporte: 220685683, Processo: 46094043519201142 Empresa: SAUER-DANFOSS HIDRAULICA MOBIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIK JUSTESEN Passaporte: 204935393, Processo: 46094043518201106 Empresa: SAUER-DANFOSS HIDRAULICA MOBIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARY JOAN CLASEMAN Passaporte: 480464611, Processo: 46094043723201163 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Fang Xiao Feng Passaporte: FANG XIAO FENG, Processo: 46094043072201110 Empresa: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Tu Yuanjie Passaporte: G50534060, Processo: 46094043070201112 Empresa: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Pan Yanbo Passaporte: G50554969, Processo: 46094043069201198 Empresa: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Wang Shuang Passaporte: ´G39948383, Processo: 46094043073201156 Empresa: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Cheng Xiangzhi Passaporte: G43385690, Processo: 46094043699201162 Empresa: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEE SHARP Passaporte: 800810747, Processo: 46094043521201111 Empresa: KURASHIKI CHEMICAL PRODUCTS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKUYA ICHIKAWA Passaporte: TZ0417628, Processo: 46094043109201100 Empresa: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL ALEXANDER HOFSTETTER Passaporte: CFG097FMG, Processo: 46094043866201175 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAD LEE TURNER Passaporte: 220593968, Processo: 46094043603201166 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SENTHILKUMA SHANMUGAM Passaporte: H2737597, Processo: 46094043365201199 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David Andre Cazabat Passaporte: 09AL48107, Processo: 46094043716201161 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO UENOYAMA Passaporte: TG8065500, Processo: 46094043715201117 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISAO KOBAYASHI Passaporte: TG8397475, Processo: 46094043714201172 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI SHIBANO Passaporte: TK0644121, Processo: 46094043604201119 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUBASH GUNASEKARAN Passaporte: G3060667, Processo: 46094043364201144 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Geert Amandus Annie Schoofs Passaporte: EI124086, Processo: 46094042972201131 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAN JAMES TRAVIS POOLE Passaporte: 099031165, Processo: 46094042977201164 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAMIEN WAKE Passaporte: 085074309, Processo: 46094042978201117 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARREN JOHN MCCOWAN Passaporte: 462851380, Processo: 46094042975201175 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOAQUIN SAUL ALBERTO ARAVENA Passaporte: 32212797N, Processo: 46094042976201110 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO ALEJANDRO DELUCA Passaporte: 33437599N, Processo: 46094043516201117 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LORENZO BURELLI Passaporte: YA2167345, Processo: 46094043343201129 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENDRIK AFMAN Passaporte: NVRF1HP43, Processo: 46094043342201184 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHIEL JOHANNES GERARDUS MARIA ZOETEKOUW Passaporte: NWPP604R4, Processo: 46094043128201128 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Charles Grimard Passaporte: WS054303, Processo: 46094043129201172 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Anthony Bédard Trottier Passaporte: WP526350, Processo: 46094043130201105 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Simon Côté Passaporte: BA391614, Processo: 46094043133201131 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mathieu Yargeau Passaporte: BA391201, Processo: 46094043599201136 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARALD MICHAEL HEINEMANN Passaporte: 692410698, Processo: 46094043290201146 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT JOHN GARTLEY Passaporte: 401936050, Processo: 46094043414201193 Empresa: SATYAM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAMAL GUPTA Passaporte: J7855108, Processo: 46094043596201101 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT CASELLI Passaporte: X4402797, Processo: 46094043595201158 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN PIERRE BOSSEL Passaporte: F2606770, Processo: 46094043301201198 Empresa: KPMG TAX ADVISORS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER CROSBY DAVID GRISBROOK Passaporte: 401331224, Processo: 46094043598201191 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER HEIM Passaporte: F1238937, Processo: 46094043300201143 Empresa: KPMG TAX ADVISORS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NATALIA PRILEPOVA Passaporte: 714621011, Processo: 46094043459201168 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACQUES JEAN YVES PADEL Passaporte: 04EH77543, Processo: 46094043920201182 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHANE ELLINGTON LEIGHTON Passaporte: 448561493, Processo: 46094044028201119 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIRK WIERIKE Passaporte: C7X0V3X3Z, Processo: 46094043601201177 Empresa: MEMOFLEX INFORMATICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIAN GAOFENG Passaporte: G52608945, Processo: 46094043608201199 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dominic Louis De Prins Passaporte: EH647854, Processo: 46094043491201143 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO BORDIN Passaporte: YA0033935, Processo: 46094043492201198 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIANO BONA Passaporte: YA0251603, Processo: 46094043863201131 Empresa: AMT PRODUTOS ELETRICOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHI-LI, WANG Passaporte: 300135020, Processo: 46094043874201111 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARALD ANTON MAYER Passaporte: CGV66RLZX, Processo: 46094043873201177 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRITHJOF WURST Passaporte: C8H3G35VW, Processo: 46094043876201119 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEINRICH MATTHIAS EBERLE Passaporte: 934807750, Processo: 46094043875201166 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALFRED SCHWEIGER Passaporte: P 2980085, Processo: 46094043558201140 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Louis Pilon Ulving Todsen Passaporte: 28498574, Processo: 46094043689201127 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER QUINN KOCSIS Passaporte: 422171702, Processo: 46094043767201193 Empresa: BIANCOGRES CERAMICA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO MAZZA Passaporte: X2314929, Processo: 46094043675201111 Empresa: CAPROCK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL KEVIN RIPLEY SR Passaporte: 420799979, Processo: 46094043674201169 Empresa: CAPROCK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID WAYNE DAVIS Passaporte: 401727392, Processo: 46094043676201158 Empresa: CAPROCK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD MATTHEW RANDOLPH Passaporte: 310553001, Processo: 46094043739201176 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Michael Rutsch Passaporte: CHM3YC-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JT3, Processo: 46094043738201121 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Josef Puaschitz Passaporte: P3131301, Processo: 46094043737201187 Empresa: BDP SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Franco Luigi Locati Passaporte: YA2499813.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094001936201207 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DARIUSZ MICHAL BRZOZOWSKI Passaporte: EB8496543 Estrangeiro: DIRK ZEISER Passaporte: 561724536 Estrangeiro: GEIR PETTER BRATLAND Passaporte: 25266810 Estrangeiro: PAWEL LESZEK JAROSZEWICZ Passaporte: AT2841851 Estrangeiro: RUDIGER DREFFEIN Passaporte: C1J7WVPW9 Estrangeiro: RUNE MAGNUSSON Passaporte: 28741063 Estrangeiro: SASCHA HELMSTÄDT Passaporte: C905YRXFM Estrangeiro: STIAN TOMT THORESEN Passaporte: 27554885 Estrangeiro: SVEN ATLE KOPPERUD Passaporte: 27004460 Estrangeiro: TERJE ANDERSEN Passaporte: 25622547 Estrangeiro: TOM RUNE ANDERSEN ORRE Passaporte: 26427177 Estrangeiro: URSULA MONIKA RASCHKE Passaporte: C8RTL5CWV Estrangeiro: YVETTE UHLMANN Passaporte: CCG5JGHMY, Processo: 46094002143201205 Empresa: CINNAMON COMUNICACAO E AUDIO VISUAL LTDA-EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JENS MANUEL ENGELS Passaporte: 500425855 Estrangeiro: JONAS WIESE Passaporte: C28K18M65 Estrangeiro: KEVIN BRADLEY SMITH Passaporte: 713181680 Estrangeiro: MORITZ ANNESTIS HORN Passaporte: CH2V1FHW7 Estrangeiro: TILL BOTTERWECK Passaporte: 954267310, Processo: 46094002201201292 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALI SHIRAZINIA Passaporte: 481816036, Processo: 46094002200201248 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PAUL MANISCALCO Passaporte: M2217921, Processo: 46094002056201240 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIN ALSOP Passaporte: 211502029, Processo: 46094002055201203 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANNE SCHWANEWILMS Passaporte: 265124780, Processo: 46094002198201215 Empresa: ANDERSON RAGO DA COSTA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY DOUGLAS HEALEY Passaporte: 095217928, Processo: 46094001084201240 Empresa: L.PE PRODUCOES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE GERARD CRAVERO Passaporte: 10CH34898 Estrangeiro: FRANZ ERL Passaporte: PD826206001 Estrangeiro: JEAN-MARIE ECAY Passaporte: P04B102731 Estrangeiro: MICHAEL TREVOR COLLINS MONDESIR Passaporte: 094561438 Estrangeiro: WILBERT JONATHAN GILL Passaporte: 705630925 Estrangeiro: WILLIAN EMANUEL COBHAM HEADLEY Passaporte: P1685505, Processo: 46094002584201207 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ABIGAIL EVA LESTER Passaporte: 706649613 Estrangeiro: ABIGAIL PATRICIA LAUREN POTTER Passaporte: 099268336 Estrangeiro: ALEJANDRO CARBALLO Passaporte: 463754195 Estrangeiro: ARTURO MARTINEZ JR Passaporte: 421795931 Estrangeiro: BILL TODD ROBINSON Passaporte: 219094165 Estrangeiro: CARLOS DUARTE PIÑA Passaporte: G06053564 Estrangeiro: CLEMENT JOHN RYAN Passaporte: E4033927 Estrangeiro: DANIEL PETER FARAGO Passaporte: 038673824 Estrangeiro: DAVID MAXWELL Passaporte: LB0058346 Estrangeiro: EDUARDO SALOMON LOYO FERNANDEZ Passaporte: 429740619 Estrangeiro: FRANCISCO DE JESUS YAÑEZ LOYO Passaporte: G07741799 Estrangeiro: FRANCISCO XAVIER LOYO Passaporte: 038920508 Estrangeiro: FUMIHIKO OKAZAKI Passaporte: TZ0523051 Estrangeiro: GERARDO SILVA CARRILLO Passaporte: 427015847 Estrangeiro: GINO CARDELLI Passaporte: 112844666 Estrangeiro: JAMES EDWARD MALONE Passaporte: 429219665 Estrangeiro: JEFFREY ALAN NATHANSON Passaporte: 483687610 Estrangeiro: JESSICA LOUISE WINDSOR Passaporte: M5970445 Estrangeiro: JOHN STEPHEN CHADWICK Passaporte: 093191089 Estrangeiro: JOSEPH VASSALLO Passaporte: 457852745 Estrangeiro: KELLIE KRISTINE CLANTON Passaporte: 425883621 Estrangeiro: LUIS MIGUEL GALLEGO BASTERI Passaporte: 10859544809 Estrangeiro: MARK ANTHONY HANEY Passaporte: 452126784 Estrangeiro: MARK EDWARDS Passaporte: 707386554 Estrangeiro: MARKUS MEYER Passaporte: C4G3JWCT7 Estrangeiro: OLGA MICHELLE BROCKHAUS Passaporte: 028473279 Estrangeiro: PATRICK ALAN LACHMAN Passaporte: 475464413 Estrangeiro: PETER DYKE OLSTAD Passaporte: 216072262 Estrangeiro: RAMON FLORES Passaporte: 462120729 Estrangeiro: ROBERT MICHAEL KEATING Passaporte: 711 117 401 Estrangeiro: SCOTT NELSON CHASE Passaporte: 422045238 Estrangeiro: SERAFIN CARLOS AGUILAR Passaporte: 038412565 Estrangeiro: STEVEN LOUIS BORGES Passaporte: 113293246 Estrangeiro: THOMAS ANTHONY AROS Passaporte: 476406084 Estrangeiro: THOMAS WAYNE WALLS Passaporte: 459856729 Estrangeiro: TOSHIO KUMAGAI Passaporte: TZ0597507 Estrangeiro: URBANA REYES ORTEGA Passaporte: G08317497 Estrangeiro: VICTOR DE JESUS LOYO Passaporte: 208706771 Estrangeiro: WILLIAM BERNARD BROCKHAUS Passaporte: 422082295 Estrangeiro: WILLIE ALLEN GREEN Passaporte: 452067811.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094045131201186 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EDGARDO III CALIMBAS SORIANO Passaporte: EB1883771 Estrangeiro: JOSEF EHAMMER Passaporte: P5972981 Estrangeiro: MAI-CATHRIN REMME Passaporte: 27469338 Estrangeiro: MARIO GALLO Passaporte: AA0808290 Estrangeiro: MR - RABIN KUMAR MAHARJAN Passaporte: 3489556 Estrangeiro: NERVIN PAGLINAWAN MALAPAD Passaporte: EB1570780, Processo: 46094002809201217 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGUNG DWIPAYANA Passaporte: V016192 Estrangeiro: CRESCENDO WINLOCK DIMITRI DIRKS Passaporte: 476779101 Estrangeiro: DANIJEL SPOLJAR Passaporte: 000849863 Estrangeiro: ELENA NIKOLOVA UZUNOVA Passaporte: 380533507 Estrangeiro: JAY GARO DELA CRUZ Passaporte: XX5617750 Estrangeiro: JOHN LEONARD AMPARO Passaporte: TT0854264 Estrangeiro: MAGDALENA HANNA MAZUR Passaporte: C5M41T60T Estrangeiro: MICHAIL KAPPAS Passaporte: AH3050985 Estrangeiro: MIROSLAV STRUHARIK Passaporte: P0875935 Estrangeiro: MR PICHAI LOURNGPAN Passaporte: K706686 Estrangeiro: NIKOLAY ZAHARIEV GEORGIEV Passaporte: 364896210 Estrangeiro: SANDY BIOLONGO PROCESO Passaporte: XX0671425, Processo: 46094001487201299 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABEGAEL FLORIDA SALAMATIN Passaporte: EB1010835 Estrangeiro: ALFRED ANTON NAPOTNIK Passaporte: P3303759 Estrangeiro: ALFREDO DEGOLA PARRO Passaporte: XX3601990 Estrangeiro: ALLAN DELOTAVO DE GUZMAN Passaporte: XX1112518 Estrangeiro: ALLAN SUELO DEMASIADO Passaporte: EB2396810 Estrangeiro: ALLWYN SIMON DMONTY Passaporte: G4120628 Estrangeiro: ANNA MARIA HALAT Passaporte: AU6678397 Estrangeiro: ANTIONNETTE OLIVIER Passaporte: 475511676 Estrangeiro: ARNALDO BELIGON CAWIT Passaporte: XX3656618 Estrangeiro: BOGDAN ANDRZEJ DEMKOWICZ Passaporte: AJ8524804 Estrangeiro: BRADLEY EUGENE LUKE Passaporte: 464182032 Estrangeiro: CAILYN JASMIN CROOK Passaporte: 478674198 Estrangeiro: CATARINA ISABEL GALVÃO CORREIA LOPES Passaporte: L160165 Estrangeiro: CELSO SOSAS BARIL Passaporte: XX3341920 Estrangeiro: CHAD GARRETT ATCHLEY Passaporte: 039371285 Estrangeiro: CHARLENE HENDRIKSE Passaporte: 450737024 Estrangeiro: CHRISTOPHER SOCO LEE Passaporte: EB2171376 Estrangeiro: COLLEEN LYNN WILLIAMSON Passaporte: 220670782 Estrangeiro: CSABA BESZTERCZEY Passaporte: BB1036688 Estrangeiro: DANI IVANOVIC Passaporte: 004117771 Estrangeiro: DARIUSZ MIROSLAW PELECHATY Passaporte: AU7721757 Estrangeiro: DARPLARIÑO I ARANILLO DABU Passaporte: EB4027700 Estrangeiro: DARREYN CASIMIR RAYMOND PEREIRA Passaporte: F1461794 Estrangeiro: DARRIN CHRISTOPHER SMITH Passaporte: 215719037 Estrangeiro: DENISE MARIE MARTIN Passaporte: 208515741 Estrangeiro: DENNIS BASIT CABALLERO Passaporte: XX0722529 Estrangeiro: DENNIS ROBERT DUBBIN Passaporte: WS644070 Estrangeiro: DONALD NATUYAG IMMATONG Passaporte: XX0102598 Estrangeiro: DRAZEN DRUGOVIC Passaporte: 003989251 Estrangeiro: EDGARDO BALLESTEROS MIGUEL Passaporte: XX2807541 Estrangeiro: EDUARDO JAVIER CAYCHO SALDAÑA Passaporte: C018954 Estrangeiro: EDWIN TAPDASAN VILLAFLOR Passaporte: EB1582524 Estrangeiro: ELMAN SELLOPE ARBON Passaporte: XX2729954 Estrangeiro: ERECSON PALACIOS ALANDY Passaporte: EB1937797 Estrangeiro: EUNICE ELISA MUCAVELE Passaporte: AD047934 Estrangeiro: FERENC SCHUBERT Passaporte: BB7749899 Estrangeiro: FRANCIS ALLAN AGUIRRE TAPUSO Passaporte: XX2762526 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER LÓPEZ ALLENDE Passaporte: 16.301.494-7 Estrangeiro: GORAN SHARLAMANOV Passaporte: A0111611 Estrangeiro: GRACE DODDS Passaporte: 108465403 Estrangeiro: GRGO TAFRA Passaporte: 073922719 Estrangeiro: IVAYLO ENCHEV NIKOLOV Passaporte: 368872981 Estrangeiro: JAYSON DIONISIO SENIO Passaporte: XX2175109 Estrangeiro: JEFFREY SORIA RAMIREZ Passaporte: EB0701761 Estrangeiro: JENNYLANE MANAHAN AGUILAR Passaporte: XX3293746 Estrangeiro: JOEL MARTINEZ PADOLINA Passaporte: XX0203590 Estrangeiro: JOHN MICHAEL SADIWA LATOZA Passaporte: WW0547100 Estrangeiro: JOJENE SARCE AGTOTO Passaporte: XX3013321 Estrangeiro: JORDAN JOSE JR. DEL CASTILLO NARCISO Passaporte: EB3665340 Estrangeiro: JORGE CRISTIAN PINO MONTENEGRO Passaporte: 12.622.731-0 Estrangeiro: JOSE GURA SULSE Passaporte: EB3282126 Estrangeiro: JOSÉ MANUEL LOPES GODINHO Passaporte: H577099 Estrangeiro: JULIUS CHRISTIAN TIAMZON SARMIENTO Passaporte: XX4022573 Estrangeiro: KARL VINCENT ACORIN VILLANUEVA Passaporte: EB3367498 Estrangeiro: KRISTIN NOLLAU Passaporte: 765023035 Estrangeiro: KUNAL CHAKRAWARTI KALBHOR Passaporte: F3587615 Estrangeiro: LEIYAWON AWUNGSHI SHIMRAY Passaporte: G1302921 Estrangeiro: LEO REBELLO Passaporte: J1630026 Estrangeiro: LESTER BAUTISTA LUSTRE Passaporte: XX3427668 Estrangeiro: LYNETTE GITTINS Passaporte: 099244748 Estrangeiro: MA. THERESA SUELAN CARDINAL Passaporte: XX2715199 Estrangeiro: MARC CANDELORO Passaporte: 210969271 Estrangeiro: MARIE JOYCELINE PERRINE Passaporte: 1221783 Estrangeiro: MARLON TIAMZON CRUZ Passaporte: XX3968992 Estrangeiro: MATTHIAS FERLIC Passaporte: P2180596 Estrangeiro: MAXIMO LIZARDO QUILAO Passaporte: EB4204558 Estrangeiro: MELANIE JUDITH MARCEL PETERS Passaporte: N3052489 Estrangeiro: MICHAEL DEAN CAMPBELL Passaporte: QE802451 Estrangeiro: MICHAEL SCOTT ZINK Passaporte: 017922774 Estrangeiro: MIKAKO SHIBUTA Passaporte: TG3954320 Estrangeiro: MUZAFFER UTKULUER Passaporte: U03819672 Estrangeiro: NATHANIEL PIAMONTE ROMALES Passaporte: EB0296365 Estrangeiro: NERINGA MIKELEVICIUTE Passaporte: 22485205 Estrangeiro: NICOLE DREWING Passaporte: C4882T6WJ Estrangeiro: NIMROD PENARROYO ORDILLANO Passaporte: EB0418066 Estrangeiro: OLIVER TRUJILLO AGELLON Passaporte: XX1334675 Estrangeiro: PAOLO ALARIO Passaporte: AA0410404 Estrangeiro: PATRICK EDWARD MALLEY Passaporte: 483657170 Estrangeiro: PAWEL CEZARY KRZYZYKOWSKI Passaporte: AS9034521 Estrangeiro: PETAR VALERIEV PETKOV Passaporte: 380020597 Estrangeiro: PETR SLECHTA Passaporte: 39046600 Estrangeiro: PIA ANDREA REHBEIN JOFRÉ Passaporte: 13.760.654-2 Estrangeiro: RAINER KURT AULIS NIITTO-AHO Passaporte: 16404146 Estrangeiro: RAPUNZEL MIRASOL MOYANO Passaporte: XX0634192 Estrangeiro: RASHMI SAMUEL PRICE Passaporte: K0459838 Estrangeiro: RAYMOND CASTRO CAJUCOM Passaporte: XX4872126 Estrangeiro: RICHARD COCHICO GACHE Passaporte: EB1678076 Estrangeiro: RICHARD JAMES DONARBER CAYETA Passaporte: EB0158394 Estrangeiro: RILANA DE BUHR Passaporte: C2L1832LH Estrangeiro: ROBERT ALAN MONTGOMERY Passaporte: 220237145 Estrangeiro: ROGEL LEO TORRES AMARO Passaporte: WW0101474 Estrangeiro: ROMARICO PERAS ARMADA Passaporte: XX0370349 Estrangeiro: ROSS ALEXANDER SMERDON Passaporte: 706842183 Estrangeiro: ROSTISLAVS AVCINNIKOVS Passaporte: LZ2068739 Estrangeiro: RUNE HALVORSEN Passaporte: 26992143 Estrangeiro: RYAN CHRISTOPHER ALEGRE GAMULAO Passaporte: EB3645731 Estrangeiro: SALOMON RAS MALBOG Passaporte: XX3952746 Estrangeiro: SALVATORE CASALE Passaporte: AA3079022 Estrangeiro: SANAM TEHRANI Passaporte: 208245212 Estrangeiro: SANDI IVANOVIC Passaporte: 003190727 Estrangeiro: SEAN TICZON CORDERO Passaporte: XX1046158 Estrangeiro: SHEETAL UMESH YADAV Passaporte: Z2186561 Estrangeiro: SHERIDAN RUTH GEORGE Passaporte: M6243442 Estrangeiro: SOUFIANE LAMARTI MESSAOUDI CHERKAOUI Passaporte: BC635816 Estrangeiro: SOYAOLA PHEIRIM SHIRIK Passaporte: H4306921 Estrangeiro: SRDAN JAKOVIC Passaporte: 001584368 Estrangeiro: SVJETLAN PERKO Passaporte: 097403957 Estrangeiro: SYLVETH DIA CARLOS ISIP Passaporte: EB4297282 Estrangeiro: SZILÁRD PETÖ Passaporte: BB8538253 Estrangeiro: TATSUO TAKEBAYASHI Passaporte: TZ0546185 Estrangeiro: TIBOR BORSICKY Passaporte: P0572448 Estrangeiro: TIMEA BÁLINT Passaporte: BB1715668 Estrangeiro: TRICIA OWENS Passaporte: 464615517 Estrangeiro: TYRONE PLAZA SOFIA Passaporte: EB1673020 Estrangeiro: WILLIAM TALUSIT ENVERGA Passaporte: XX5452937 Estrangeiro: ZERNAN ALFILER FALLER Passaporte: XX5726990 Estrangeiro: ZOLTÁN KÁROLY OTVÖS Passaporte: BB8731854, Processo: 46094002808201272 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY BEA LISTANA Passaporte: XX3731474 Estrangeiro: I KETUT DENY HUTAMA Passaporte: T974712 Estrangeiro: MICHAEL TUPAS AGUSTIN Passaporte: EB1944446 Estrangeiro: QUIRINO JR. GREGORIO QUIPIT Passaporte: WW0488184 Estrangeiro: REGGIE ALVAREZ APELACIO Passaporte: EB1335873, Processo: 46094002807201228 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALFRED LADINES CAJIPE Passaporte: EB2054369 Estrangeiro: ANTONIE GERRIT STARKE Passaporte: NW1LBFH44 Estrangeiro: DAVID CLEARY LEVIN Passaporte: 472542870 Estrangeiro: DIANA JUNYENT SERRANO Passaporte: AAD472675 Estrangeiro: EDGARDO RICALDE REPISO Passaporte: EB4324715 Estrangeiro: FRANCISCO XAVIER JOLITON GOMES Passaporte: H2627198 Estrangeiro: JONALYN CASTELO PEREZ Passaporte: EB3847817 Estrangeiro: KARL SAM ROBERT HELENIUS Passaporte: PT3917163 Estrangeiro: RAFFY SEVILLA BENHARAN Passaporte: XX3428509 Estrangeiro: REYNALDO KAK SONSON Passaporte: XX0132855 Estrangeiro: RICHARD JAMES PAYNE Passaporte: 099166189 Estrangeiro: SALDE JAVIER VELASCO Passaporte: XX0523813 Estrangeiro: SIMONA GABRIELA MOVILEANU Passaporte: 050203404 Estrangeiro: WALTER SANTIAGO AMORIN Passaporte: XX0728063, Processo: 46094002205201271 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMIT KUMAR KAMAL PRASAD SHARMA Passaporte: E9589012 Estrangeiro: ANTONIO JR GOMEZ BENITO Passaporte: EB1588110 Estrangeiro: ARINDAM GUPTA Passaporte: E3781884 Estrangeiro: ARUN KUMAR RAMCHANDRA PRASAD Passaporte: G4720037 Estrangeiro: DARY MENEZES Passaporte: G2540808 Estrangeiro: EDGARDO TRANQUILINO DAVAC Passaporte: XX2772199 Estrangeiro: EMANUELE COLOMBO Passaporte: AA0109503 Estrangeiro: GOROMOKYO D COSTA Passaporte: F3576573 Estrangeiro: HENRY CLAUDY ROY PINTO Passaporte: G5003745 Estrangeiro: JAIME TIJARO VARGAS Passaporte: CC79572999 Estrangeiro: JASPAL DEGUNE Passaporte: G7848452 Estrangeiro: JULIO CESAR PALACIOS URBINA Passaporte: 5324390 Estrangeiro: LUZVIMINDA FONTANILLA RODRIGUEZ Passaporte: XX5200108 Estrangeiro: MARCO ANTONIO VASQUEZ MANRIQUE Passaporte: 4883088 Estrangeiro: MARLON BENSING GRAVOSO Passaporte: XX5053286 Estrangeiro: MICHELLE MORALES GARCIA Passaporte: EB1590799 Estrangeiro: ROMIELYN CASILE RAMOS Passaporte: XX4536285 Estrangeiro: ROMMEL MERCA TABADA Passaporte: XX1832029 Estrangeiro: RONEY COUTINHO Passaporte: H3370920 Estrangeiro: SACHIN PANDURANG TORASKAR Passaporte: G1665843, Processo: 46094002810201241 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY JOHN FERNANDES Passaporte: E9197855 Estrangeiro: DZMITRY SHABLIUK Passaporte: MP3005571 Estrangeiro: EMMANUEL MADRIA Passaporte: VV0818556 Estrangeiro: SAPIK Passaporte: A1844403, Processo: 46094002202201237 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO ANTONIO LECANDA AGUILAR Passaporte: 13.435.267-1, Processo: 46094002203201281 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOKO SUYOTO Passaporte: W 791046, Processo: 46094002204201226 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: I KETUT ARIANA Passaporte: U 670933, Processo: 46094002378201299 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DERICK ALZATE PALCON Passaporte: XX2617325 Estrangeiro: EDISON LISING PINEDA Pas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

saporte: EB1038580 Estrangeiro: GUSTAVO ANSELMO PRADA CUADRA Passaporte: 3586723 Estrangeiro: MOSES MATHEW PEREIRA Passaporte: G2421020 Estrangeiro: RAFAEL ESCALA DE CASTRO Passaporte: XX0205492, Processo: 46094002379201233 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL ARIS Passaporte: S 777394 Estrangeiro: AGUS GUNAWAN Passaporte: U 076064 Estrangeiro: AGUS HARDYANSAH Passaporte: A 0188339 Estrangeiro: AGUS ZAENI SE ALI Passaporte: U 333772 Estrangeiro: ANAK AGUNG BAGUS UDIANA PUTRA Passaporte: T 404632 Estrangeiro: CARLO ANDREA PARISI Passaporte: YA2537175 Estrangeiro: FERNANDO ANDRE VILLAIZAN TORREJON Passaporte: 5499397 Estrangeiro: FERNANDO ARIEL NUERNBERG Passaporte: 30067558N Estrangeiro: HERY SISWOYO Passaporte: S 073103 Estrangeiro: I PUTU ARDI ADNYANA MERTHA Passaporte: S 500133 Estrangeiro: I WAYAN SUASTAWAN Passaporte: W 384337 Estrangeiro: IDA BAGUS NYOMAN PUTRA YASA Passaporte: W 386525 Estrangeiro: IRVAN ZALDY Passaporte: T 123048 Estrangeiro: LUIS ERNESTO BURGOS DIAZ Passaporte: 002253690 Estrangeiro: NIMER NAGUIH GARCIA CAHUAS Passaporte: 5487398 Estrangeiro: PANDE MADE PUTRAYASA Passaporte: T 855566 Estrangeiro: PAOLA RUIZ GUERRERO Passaporte: 4660480 Estrangeiro: ROBER MANOLO GARCIA HUARCA Passaporte: 4652269 Estrangeiro: ROGELIO FANGONILO ENRIQUEZ Passaporte: EB4061902 Estrangeiro: ROLANDO JR BALASBAS SAMANIEGO Passaporte: XX3488274 Estrangeiro: ROMMEL MANEJA LAUREL Passaporte: EB3434066 Estrangeiro: ROMUALDO JR BOOC FELIPE Passaporte: XX3411231 Estrangeiro: RUEL SORIA SORIANO Passaporte: EB2490430 Estrangeiro: STENLY LUMINGKEWAS Passaporte: S 563017 Estrangeiro: YUSUF MAULANA Passaporte: A 0068629, Processo: 46094002527201210 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LILIANA ALEXANDRA TOVAR AGUDELO Passaporte: CC52809775 Estrangeiro: ROSEN VENELINOV TANEV Passaporte: 367864626 Estrangeiro: SARWOKO Passaporte: R052951, Processo: 46094002525201221 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FLORIANO MARTA FERNANDES Passaporte: F6056600 Estrangeiro: QIANYUAN ZHANG Passaporte: G44619367 Estrangeiro: XIDA CHEN Passaporte: G41724736, Processo: 46094002875201297 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCIS FERMINO DSOUZA Passaporte: H9411061 Estrangeiro: JERVIS CEDRIC VINCENT PEREIRA Passaporte: G0791249 Estrangeiro: JOHN CHARLES CARDENAS LEONARDO Passaporte: 5473427 Estrangeiro: LAZARUS VIKAS CHEMPICHERY Passaporte: J6064428 Estrangeiro: MARK OSCAR SEDLACZEK Passaporte: F8419522 Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY MAURICE PEREIRA Passaporte: G0998858 Estrangeiro: PUNIT JOKHAI DIXIT Passaporte: G7575435 Estrangeiro: RAHUL PATIL Passaporte: J2050040 Estrangeiro: RICARDO DIAZ TAPAHUASCO Passaporte: 5481573 Estrangeiro: ROBIN VICTOR FERNANDES Passaporte: H0698812 Estrangeiro: ROOSVELT LUIS SIRVEL Passaporte: Z1729075 Estrangeiro: SAVIO JOHN DIAS Passaporte: G1955872 Estrangeiro: SUCORO FERNANDES Passaporte: E6768710, Processo: 46094002526201275 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IDA BAGUS NOVI DARMA YOGA Passaporte: R339590, Processo: 46094002878201221 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OMAR ANTONIO CHAVEZ ALFARO Passaporte: 1 0955 0269, Processo: 46094002877201286 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GEORGIOS TRAGANIS Passaporte: AE3588476, Processo: 46094002874201242 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER KOGEL-DOERING Passaporte: C1HV19P5L Estrangeiro: ANDREAS WENSING Passaporte: C1T06PJXJ Estrangeiro: FREDIE PUMARAS MARTIN Passaporte: EB4199034 Estrangeiro: ROQUE MACALINO GUIAO Passaporte: XX0946017 Estrangeiro: TOBIAS FRITZSCHE Passaporte: CCHY7TY8R, Processo: 46094002876201231 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO RECEDE GARCIA Passaporte: XX2430699 Estrangeiro: ANDREAS SETYO DWI ANGGORO Passaporte: W 396976 Estrangeiro: ARIEL DE OCAMPO COLLERA Passaporte: XX0901827 Estrangeiro: BERLYANA RINA WATI Passaporte: S 647363 Estrangeiro: HONOR HAMLET MORALES ABADIA Passaporte: EB1823141 Estrangeiro: JUN PAUL CAPUSO VILLANUEVA Passaporte: EB4027402 Estrangeiro: RAYMUNDO ESTACIO QUIJANO Passaporte: EB0009608.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094034669201165 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESSIE BORDADOR LAPRADES Passaporte: XX4755144, Processo: 46094035834201104 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN RUSSELL STEWART Passaporte: 460922087, Processo: 46094040649201123 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: Ionel Albu Passaporte: 12493748, Processo: 46094040633201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: Reynaldo Vecina Gloria Passaporte: XX4659702, Processo: 46094043149201143 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TEUNIS JOHANNES BINNENKAMP Passaporte: NXJK031B2, Processo: 46094042694201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: JOENEL RED BAUSING Passaporte: XX5651083, Processo: 46094044621201165 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARVIN SESE ARTILLERO Passaporte: EB0761162, Processo: 46094045181201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJNEESH KUMAR RANA Passaporte: Z2252887, Processo: 46094042371201129 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ROBERTO VILLAS ALDAVE Passaporte: XX3941679, Processo: 46094044116201111 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: RONNY TOMMERBAKKE Passaporte: 25386808, Processo: 46094043454201135 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: ERIC DORILAG DILAG Passaporte: EB1501231, Processo: 46094043453201191 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: NOEL LUIS ROBLES Passaporte: XX5640661, Processo: 46094043455201180 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: ROLAND SAAD EUGENIO Passaporte: EB3332574, Processo: 46094042574201115 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNDT MARCUS HOLTKAMP Passaporte: 167710961, Processo: 46094044422201157 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADEL SAID HASSAN ELWAKIL Passaporte: A01562325 Estrangeiro: HASHEM ABOUELFADL ISMAIL ABDELHADI Passaporte: 1398086 Estrangeiro: HASSAN ALI MAHMOUD ELMAGAIRI Passaporte: 3004369 Estrangeiro: IBRAHIM HUSSEIN IBRAHIM ABOUKHASHABA Passaporte: 1752620 Estrangeiro: IBRAHIM IBRAHIM MOHAMED IBRAHIM Passaporte: 3113469 Estrangeiro: MAHMOUD AHMED ISMAIL MOHAMED AMER Passaporte: 599679 Estrangeiro: MAHMOUD SOBHI MOUSTAFA MOHAMED Passaporte: A01008565 Estrangeiro: MOHAMED IBRAHIM MOHAMED HASSAN Passaporte: A02267407, Processo: 46094042692201123 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SPYRIDON PETSIS Passaporte: AH2070876, Processo: 46094043566201196 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADLY MAHMOUD HOSSNY MOHAMED HASSAN Passaporte: A02819002 Estrangeiro: AHMED EID ABD EL MONEM ELSAYED ALY Passaporte: 621064 Estrangeiro: AHMED IBRAHIM ALI IBRAHIM KAAMOUSH Passaporte: 3101125 Estrangeiro: BAHER SHAABAN IBRAHIM SHAABAN Passaporte: 1655897 Estrangeiro: EMAD AHMED ASFOUR ABOELHASAN AHMED Passaporte: 3033978 Estrangeiro: MOHAMED ALY ELSAYED ALY GHALLAB Passaporte: 544693 Estrangeiro: MOHAMED MOHAMED ALY ELGAWISH Passaporte: 580781 Estrangeiro: SAMEH ALY ABDALLA MOHAMED Passaporte: 2093287, Processo: 46094044117201165 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ANDERS ERIK HANSSON Passaporte: 82172786, Processo: 46094043059201152 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: CRISANTO NOVO SOUTO Passaporte: BC502259 Estrangeiro: JUAN MANUEL VIVANCOS MURCIA Passaporte: AA234426, Processo: 46094044182201191 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Valentin Dilcu Passaporte: 050185790, Processo: 46094044278201159 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMIE HODGE Passaporte: 099196482, Processo: 46094044280201128 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEPPE GULD Passaporte: 202968693, Processo: 46094044279201101 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS STENKJAER PAULSEN Passaporte: 200437292, Processo: 46094043565201141 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAA MOHAMED ABD ELWAHAB MOHAMED KHALAF Passaporte: 842742 Estrangeiro: ISLAM AHMED TANTAWI HASSAN ALLAM Passaporte: 2131609 Estrangeiro: MAHMOUD MOHAMED MOUSTAFA MAHMOUD Passaporte: 650725 Estrangeiro: MOHAMED AWAD ABD ELKADER IBRAHIM Passaporte: 2133895 Estrangeiro: MOHAMED HAMMOUDI MAHMOUD HAMMOUDI Passaporte: 570411 Estrangeiro: MOUSTAFA AHMED ELSAYED MILAD Passaporte: A03118467 Estrangeiro: WAIL MOHAMED MOHEYELDIN SOLIMAN SALEH Passaporte: 3041110 Estrangeiro: WALID SAAD SAYED AHMED EL FEKY Passaporte: 2101943, Processo: 46094043163201147 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH LEROY AUSTERMANN Passaporte: 461174661, Processo: 46094043451201100 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN HEWITT Passaporte: 080009505, Processo: 46094044674201186 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 27/04/2013 Estrangeiro: BRYANT JAMISON FREEMAN Passaporte: 485344187, Processo: 46094044675201121 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 27/04/2013 Estrangeiro: STEVEN EDWARD MARSHALL Passaporte: 407604844, Processo: 46094044282201117 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN MICHAEL GOLDEN Passaporte: 711045085, Processo: 46094044785201192 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: DOMINIQUE GONZALEZ Passaporte: 11AX09834, Processo: 46094043696201129 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: THOMAS STEWART ROBINSON Passaporte: 652518125, Processo: 46094043760201171 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT STEPHEN STEWART Passaporte: 801535078, Processo: 46094044120201189 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: MAGDALENA RAS Passaporte: EB 2501090, Processo: 46094043754201114 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARON RILEY SELF Passaporte: 434289731, Processo: 46094044740201118 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: JOHN THOMSON Passaporte: M2004139, Processo: 46094044424201146 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IBRAHIM SAID IBRAHIM HASHISH Passaporte: 643164 Estrangeiro: KHALED GHANEM ALY YOUSSEF Passaporte: 609737, Processo: 46094044423201100 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FAWZY AHMED OMAR ELARNOSSY Passaporte: 2133278 Estrangeiro: HATEM MOHAMED ABD ELKHALIK ELKILANY Passaporte: 3384164 Estrangeiro: MOHAMED GOMAA MAHMOUD ABD ELKADER Passaporte: 1241727 Estrangeiro: SAMIR ABDELMONEM KAMEL MOHAMED AHMED Passaporte: 2047300, Processo: 46094044426201135 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMADELDIN HUSSEIN FAWZY AWADALLA Passaporte: 599348, Processo: 46094044121201123 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: FRANCISCO EVERA DELA CRUZ Passaporte: XX5432602, Processo: 46094044427201180 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES GILL Passaporte: 459226239, Processo: 46094043758201101 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL GERARD DWORACZYK Passaporte: 466000676, Processo: 46094044862201112 Empresa: WILSON, SONS OFFSHORE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIBNARAYAN MISHRA Passaporte: E7637708, Processo: 46094044305201193 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS ALLAN DOCHERTY Passaporte: 466558260, Processo: 46094044306201138 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICHOLAS MARK JOHNSON Passaporte: E4049841, Processo: 46094044153201129 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRITO TUMANENG PLACIDO Passaporte: XX0938113, Processo: 46094044800201101 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: ANDRZEJ JAN WISNIEWSKI Passaporte: AU0707060 Estrangeiro: GRZEGORZ WACLAW SZCZEPANIAK Passaporte: AP7027261 Estrangeiro: IGNACY JAN WLODARCZYK Passaporte: AH8448236 Estrangeiro: KAZIMIERZ JAN WLODARCZYK Passaporte: AH6109205 Estrangeiro: RALPH BERNARD CURD III Passaporte: 017688210 Estrangeiro: SEBASTIAN FRANCISZEK FRACZYK Passaporte: AJ7861021 Estrangeiro: STANISLAW IWANOWICZ Passaporte: EB1607296 Estrangeiro: WLADYSLAW JAN JOCHIM Passaporte: AU4771706 Estrangeiro: ZBIGNIEW ANDRZEJ WOLSKI Passaporte: EC6056634 Estrangeiro: ZBIGNIEW JAN KIJOWSKI Passaporte: AV2212950, Processo: 46094044124201167 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ØYSTEIN TRAETTEN Passaporte: 28708238, Processo: 46094043858201129 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: JESUS ALBERTO GASPAR LOPEZ Passaporte: 08410006694 Estrangeiro: JOHN ALLEN SEVILLLE Passaporte: 483775958 Estrangeiro: LORENZO ROMULO CRISANTO CASILDO Passaporte: C261360 Estrangeiro: PETER BROOKE SHANNON Passaporte: 420426087 Estrangeiro: VICTOR ANDRES CANETT MENDOZA Passaporte: G04841081 Estrangeiro: VICTOR JOSUE SOTELO SERRANO Passaporte: G04467013, Processo: 46094043911201191 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Prazo: até 30/12/2012 Estrangeiro: ANGEL VARGAS SANCHEZ Passaporte: G04739412 Estrangeiro: ANTONIO LOPEZ LOPEZ Passaporte: 08450000515 Estrangeiro: DAVID LARA SIU Passaporte: G08302846 Estrangeiro: FRANCISCO BARRAGAN ROBLES Passaporte: G04740015 Estrangeiro: JESUS ROSAS CAMACHO Passaporte: G08357155 Estrangeiro: JORGE LOPEZ LUSTRES Passaporte: AAE650687 Estrangeiro: JUAN JIMENEZ DIAZ Passaporte: 07310019140 Estrangeiro: PASCUAL OVANDO HERNANDEZ Passaporte: G06998289 Estrangeiro: PASCUAL OVANDO LOPEZ Passaporte: G08326470, Processo: 46094043885201100 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIK SEIDELIN DAM Passaporte: 200935608, Processo: 46094043801201120 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/09/2013 Estrangeiro: Miguel Angel Contreras Leal Passaporte: 040856423, Processo: 46094044425201191 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMR KHALIL SHAMS ELDIN AHMED Passaporte: 583615 Estrangeiro: OSSAMA AHMED SHAWKI MOUSTAFA IBRAHIM Passaporte: A01438088, Processo: 46094043859201173 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: AARON

MICHAEL LANET Passaporte: 120966901 Estrangeiro: DALE ALLAN JOHNSON Passaporte: 210156743 Estrangeiro: DAVID PAUL WOOD Passaporte: 211133768 Estrangeiro: HARRIS ALBERCK COOPER WARREN Passaporte: C565619 Estrangeiro: JAMIE LEE BOSTON Passaporte: 437592730 Estrangeiro: JASON MATTHEW GIERY Passaporte: 207008976, Processo: 46094044741201162 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAKUR MOHAMMED PATEL Passaporte: F6613632, Processo: 46094044307201182 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEAN PAUL ORMROD Passaporte: 761305508, Processo: 46094044738201149 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: EVA MARINA RUDIN Passaporte: 62666382, Processo: 46094044739201193 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: DAVID FRANÇOIS ETIENNE RAPIDEL Passaporte: 11CT95321, Processo: 46094044122201178 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: ILIYA NIKOLOV LAZAROV Passaporte: 380445905, Processo: 46094044429201179 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ANDREW PETER JACOBS Passaporte: 099152844 Estrangeiro: GERALD FREDERIC BARAUT Passaporte: 10AC30945, Processo: 46094044430201101 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: AUREL RONDOLEANU Passaporte: 457267221 Estrangeiro: BRANDON LEE BURNS Pas-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

saporte: 488665661, Processo: 46094044428201124 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: RAMON ALEJANDRO REYES DIAZ Passaporte: SC0294298, Processo: 46094043896201181 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: ABDUL JAMEEL SHAFEEK Passaporte: E6437766 Estrangeiro: ABDUL MAZEED Passaporte: F5432897 Estrangeiro: EDAYATH KUNHIMOOSA @ BAVA Passaporte: G5041713, Processo: 46094043853201104 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: TONY REYNALDO ZELAYA BODDEN Passaporte: C888900, Processo: 46094043855201195 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: GASPAR SANTOS ALDEMAR MAYO RIVERA Passaporte: G07234075, Processo: 46094044737201102 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ARMANDO MADRONA SALISE Passaporte: XX2943981 Estrangeiro: BERNARDO DE LOS REYES LOPEZ Passaporte: EB0759252 Estrangeiro: JULIUS GIL VILLEGAS Passaporte: XX1747821, Processo: 46094044155201118 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 10/09/2012 Estrangeiro: GEORGII CHEREMNYKH Passaporte: EA623767 Estrangeiro: GRAEME ALEXANDER ANDERSON Passaporte: 099008417 Estrangeiro: HARLEY TIMPUG DE JESUS Passaporte: EB0636745 Estrangeiro: IGOR PASICHNYK Passaporte: EC273275 Estrangeiro: IGOR TURKEVYCH Passaporte: EA125551 Estrangeiro: IURII DUDAS Passaporte: EC828422 Estrangeiro: IURII GEVEL Passaporte: EH708516 Estrangeiro: KOSTYANTYN SAYENKO Passaporte: EE604753 Estrangeiro: KOSTYANTYN VEDYENYEV Passaporte: EK890923 Estrangeiro: LEONID SAVUSHYN Passaporte: EK682884, Processo: 46094045088201159 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLE NERLANDSREM Passaporte: 26319543, Processo: 46094044416201108 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL CHRISTOPHER KELLEY Passaporte: 218447768, Processo: 46094045085201115 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 30/05/2012 Estrangeiro: OTTAR ANDRE FUROE Passaporte: 27053974, Processo: 46094044538201196 Empresa: MAERSK FPSO BRASIL SERVICOS DE PRODUCAO MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IDRIS BUCABAL ALFORNON Passaporte: EB1454553, Processo: 46094044736201150 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: ENRICO TOLENTINO DE CASTRO Passaporte: XX0019200 Estrangeiro: REY OROC VIRTUDAZO Passaporte: XX0842496 Estrangeiro: ROGELIO MENZON OPERARIO Passaporte: EB2313057, Processo: 46094043970201160 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 11/02/2012 Estrangeiro: ANTON KOSHELEV Passaporte: 702221148 Estrangeiro: SAUT TUA PASARIBU Passaporte: T140645, Processo: 46094044415201155 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES GARY WALLEY JR Passaporte: 403465948, Processo: 46094043828201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIOS THEODORAKIS Passaporte: AI1137143 Estrangeiro: NIKOLAOS KRIMITSAS Passaporte: AI1090019, Processo: 46094045083201126 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS JACOB GONLAG Passaporte: BVF7J2D59, Processo: 46094044085201106 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/10/2012 Estrangeiro: MART MARRINK Passaporte: NT865PHC3, Processo: 46094044154201173 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 10/09/2012 Estrangeiro: LEONID OMETCINSKII Passaporte: 2075058 Estrangeiro: LEOWEL DURONIO DELFIN Passaporte: EB0439000 Estrangeiro: MARIO KENNETH FRANCIS GORING Passaporte: 093206805 Estrangeiro: MARK SHERRAH Passaporte: E3011946 Estrangeiro: OLEG GARKUSHA Passaporte: EA457980 Estrangeiro: SERGII BURGUN Passaporte: EA051452 Estrangeiro: SERGII LIESKOV Passaporte: EE575988 Estrangeiro: SERGIY BUTSKYY Passaporte: EH117155 Estrangeiro: STEPHEN JOHN MASTERS Passaporte: 464294458 Estrangeiro: VYACHESLAV LYASHAN Passaporte: EH491064, Processo: 46094045509201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMEO DAGUISONAN SANCHEZ Passaporte: XX0773506, Processo: 46094044540201165 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALISTAIR MURRAY Passaporte: 402656758, Processo: 46094044411201177 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES PATRICK EMBERLEY Passaporte: BA450850, Processo: 46094044294201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EFREN JR. FERIA DECANO Passaporte: EB0759580, Processo: 46094044199201148 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAWEL KUBASIEWICZ Passaporte: EB0075500, Processo: 46094043829201167 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 08/11/2013 Estrangeiro: Marcin Szczepan Lataszewicz Passaporte: ED7104098, Processo: 46094044201201189 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS BUSCHMANN Passaporte: 7085736949, Processo: 46094044435201126 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERICSON GOMEZ CALLANTA Passaporte: XX5440666, Processo: 46094044128201145 Empresa: GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA Prazo: até 30/12/2012 Estrangeiro: JEFFREY BRANDON LAMBECK Passaporte: 134541430 Estrangeiro: JESSIE JAMES HUDSPETH Passaporte: 439153720 Estrangeiro: TOMMY JOE KRAEMER Passaporte: 135316924 Estrangeiro: WESLEY DALE RAVENCRAFT Passaporte: 136087472, Processo: 46094044202201123 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNY JOSÉ MATUS ESCOBAR Passaporte: 145724465, Processo: 46094044203201178 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ENRIQUE PINTO FIERRO Passaporte: 90807722, Processo: 46094044125201110 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN JOSE URBINO SERENIO Passaporte: EB3158809, Processo: 46094044296201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: ANDREAS CHATZISPYROU Passaporte: AE3525386, Processo: 46094044297201185 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: DUMITRU MINIOSU Passaporte: 050034994, Processo: 46094044281201172 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAWRENCE PATRICK VICE JR Passaporte: 435392423, Processo: 46094044293201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: NIRAJKUMAR RATILAL KAPADIA Passaporte: G0972057, Processo: 46094044475201178 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DMYTRO RYABKO Passaporte: ET505635 Estrangeiro: OLEKSANDR NAKIDEN Passaporte: AK385080, Processo: 46094044453201116 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN LANGE Passaporte: 27789133, Processo: 46094044410201122 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCOIS EMILE GASTON WEEMAELS Passaporte: EI856759, Processo: 46094044539201131 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAYMOND ALEXANDER MACKAY Passaporte: 099004559, Processo: 46094044408201153 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES WILLIAM THORNBURG Passaporte: 485770516, Processo: 46094045089201101 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIRK STRUIJF Passaporte: NX0901D47, Processo: 46094044480201181 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYRYLO GREBESHKOV Passaporte: AT003593 Estrangeiro: RUSLAN RAVCHYEYEV Passaporte: AT032663 Estrangeiro: YEVGEN BRYKIN Passaporte: AX744428, Processo: 46094044298201120 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS PIEDAD BALANTAC Passaporte: EB2101930, Processo: 46094044477201167 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS ZALDIVAR LUIS Passaporte: XX1901984 Estrangeiro: RICARDO MANDAP TICHEPCO Passaporte: XX4332324, Processo: 46094044209201145 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL IAN FRY Passaporte: 099163524, Processo: 46094044301201113 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: CHRISJOHN MARK ELARCO OBLEADA Passaporte: XX2582960 Estrangeiro: TIEL DHEL MARK ELLOSO DAYO Passaporte: XX2584003, Processo: 46094044436201171 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 26/03/2012 Estrangeiro: ARKADIUSZ KARWALA Passaporte: AP6116359, Processo: 46094045077201179 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 30/05/2012 Estrangeiro: SIGMUND ANDRE SCHJOLL HERTZBERG Passaporte: 28833062, Processo: 46094044473201189 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARKO DEKOVIC Passaporte: 003936264, Processo: 46094044127201109 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG SILAS HOWARD Passaporte: 459214483, Processo: 46094044474201123 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS NAVARRO ENTICE Passaporte: EB1630483, Processo: 46094045086201160 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 30/05/2012 Estrangeiro: BENGT GUNNAR ALEXANDER KIROVIC Passaporte: 81152179, Processo: 46094044303201102 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: GEORGIOS ROUSSETOS Passaporte: AH3297126, Processo: 46094044308201127 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 08/11/2013 Estrangeiro: Piotr Hetmanski Passaporte: EB4476200, Processo: 46094044302201150 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: CARLOS JR. ESCANILLA ZAMORA Passaporte: XX4581834 Estrangeiro: ROGER NOMOS MUYANA Passaporte: XX1582136, Processo: 46094044451201119 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINHUN PARK Passaporte: M48034565, Processo: 46094044900201129 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2012 Estrangeiro: FERNANDO PASCUAL Passaporte: EB1080644 Estrangeiro: IOANNIS SANOUDOS Passaporte: AH2916228, Processo: 46094045084201171 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: TROND KVAMME Passaporte: 25833276, Processo: 46094044885201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: MARK ANTHONY DUMALE MANAHAN Passaporte: XX3898304 Estrangeiro: OLIVER BOSIKET POCLAN Passaporte: XX3070573, Processo: 46094044431201148 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL FLANNIGAN Passaporte: 109162853, Processo: 46094044452201163 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT JAMES MCEWEN WEBSTER Passaporte: 801805192, Processo: 46094044441201183 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICK TRIER MADSEN Passaporte: 205536759, Processo: 46094044448201103 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: CONRADO MALABANAN BRUCE Passaporte: XX1043275, Processo: 46094044673201131 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN-ADRIAN MURESAN Passaporte: 085662960, Processo: 46094044440201139 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM DAVID HUGHSON Passaporte: 705538043, Processo: 46094045168201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERT ABDON JOSEPH BARRETTO Passaporte: H7464259 Estrangeiro: SIRAJUL MUNEER PEVUNTHARA Passaporte: G4965791, Processo: 46094044439201112 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MAURICIO TERRAZA TAPIA Passaporte: 91765101, Processo: 46094044901201173 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: ALEJANDRO DAGOHOY ORBOC Passaporte: WW0085672, Processo: 46094044442201128 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRODE KRISTIAN MIDTSAETER Passaporte: 20461927, Processo: 46094044902201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVOR GRGAT Passaporte: 027218559, Processo: 46094045082201181 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN GEORGE FORBES Passaporte: 099186779, Processo: 46094044897201143 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/10/2013 Estrangeiro: ATISHAY SHAMAN Passaporte: J2709972 Estrangeiro: KARNA BANDLAMUDI Passaporte: Z1462763 Estrangeiro: KEDAR MADHUKAR CHAUBAL Passaporte: F9894515 Estrangeiro: NIRAV JANAKBHAI PATEL Passaporte: H9880828 Estrangeiro: PRAKASH HIRA SOLANKI Passaporte: G5155908 Estrangeiro: ROHAN DALE NORBERT FIGUEIREDO Passaporte: G3328711 Estrangeiro: SUSHIL KUMAR Passaporte: H6362257 Estrangeiro: VINAY SHANKAR PONULLI Passaporte: J3097481, Processo: 46094044466201187 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEREZ SILMEROS DELIGERO Passaporte: EB4128212, Processo: 46094044888201152 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIY OZERIN Passaporte: 638256741, Processo: 46094044999201169 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: FRANK BERGMAN Passaporte: NVF0HKR0, Processo: 46094044903201162 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2013 Estrangeiro: DMITRIJS SOROKINS Passaporte: LN0736146, Processo: 46094044447201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: RONALDO CAPACIA CARANDANG Passaporte: VV0392714, Processo: 46094044450201174 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK KIRK ELLIS Passaporte: 458167866, Processo: 46094044998201114 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: MELVYN GRAHAM THOMPSON MCQUADE Passaporte: 457265368, Processo: 46094044853201113 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Ante Silic Passaporte: 130117072 Estrangeiro: Edwin Estillore Passaporte: XX0093420 Estrangeiro: Remi Daniel Anderson Passaporte: 761250876 Estrangeiro: Sven Louis Roman Passaporte: EH663408 Estrangeiro: Tomislav Bakotic Passaporte: 081870449 Estrangeiro: Tomislav Pelcic Passaporte: 004099113, Processo: 46094045081201137 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURIE CARGILL Passaporte: 503656066, Processo: 46094044880201196 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAREK EDWARD LESZCZYNSKI Passaporte: AT6598995, Processo: 46094044890201121 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/04/2013 Estrangeiro: DENNIS DIZOR DALIDA Passaporte: XX5512589, Processo: 46094045079201168 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISTIJAN MARCHESI Passaporte: 002716538, Processo: 46094044898201198 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS HALLER BAGGESEN Passaporte: 205562329 Estrangeiro: SOEREN ENGHOLM PEDERSEN Passaporte: 102503380, Processo: 46094044467201121 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO JR. LAPUZ LUMBA Passaporte: XX4480123, Processo: 46094044889201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: TOM TWIST Passaporte: 27458249, Processo: 46094044884201174 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: YURIY MYKHALCHENKO Passaporte: ET342870, Processo: 46094044899201132 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: CHRISTIAN WILLEMOES VIUM Passaporte: 203399448 Estrangeiro: JAN BOWIE RASMUSSEN Passaporte: 205110302 Estrangeiro: JESTONI MOSQUITE JAMANTOC Passaporte: XX1029148, Processo: 46094044535201152 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Ralph Edwin Giancarlo Koch Passaporte: NSHHPP535, Processo: 46094045429201196 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: EDSON FARAVI FLORES CASANOVA Passaporte: G01645881, Processo: 46094044881201131 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER LANE MC QUILLIN Passaporte: 407921578 Estrangeiro: LUKE MICHAEL BRIGGS Passaporte: 484474583 Es-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

trangeiro: MATTHEW PHILIP SOMERS Passaporte: 490769196, Processo: 46094044854201168 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Alen Duric Passaporte: 091623798 Estrangeiro: Baso Kasim Passaporte: V190035 Estrangeiro: Janez Pucnik Passaporte: POO629437 Estrangeiro: Noel Richard Gabriel Burvenich Passaporte: EJ154248 Estrangeiro: Petar Brusic Passaporte: 127519691, Processo: 46094044882201185 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCIS EDWARD CLARKE Passaporte: A00753552, Processo: 46094044895201154 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH ROMAN WICINSKI Passaporte: AU6660763, Processo: 46094044887201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: VADIM RUDAKOV Passaporte: 51N4779756, Processo: 46094044855201111 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Ado Krehic Passaporte: 055110888 Estrangeiro: Dragan Stanovic Passaporte: 004214833 Estrangeiro: Jurgen Sel Passaporte: EI112969 Estrangeiro: Jurica Randic Passaporte: 071836358 Estrangeiro: Luchinglen Meetei Ngathem Passaporte: G2494077 Estrangeiro: Tonci Radovic Passaporte: 004091571, Processo: 46094045080201192 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEIL ALAN WATKINS Passaporte: LN079487, Processo: 46094045511201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SZYMON PIOTR CZYZEWSKI Passaporte: EB9202516, Processo: 46094044894201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: ANTHONY WILLIAM LING Passaporte: 761217784, Processo: 46094044891201176 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEKSANDR GUMENIUK Passaporte: 640564502, Processo: 46094044886201163 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: PRABODH KOLGE Passaporte: H3689718, Processo: 46094044907201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: MICHAEL JORGE CRUCERO SALVILLA Passaporte: XX5652106, Processo: 46094044904201115 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/10/2012 Estrangeiro: HARALABOS MANTZAFOS Passaporte: AI0924644, Processo: 46094044905201151 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: ANDY PAUL MALONES BATALLONES Passaporte: EB0465013, Processo: 46094044893201165 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JACOB TIZON Passaporte: XX0554683, Processo: 46094045153201146 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 15/10/2013 Estrangeiro: ANTHONY MICHAEL DEEBANK Passaporte: 761092898, Processo: 46094044679201117 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN JABON IBARROLA Passaporte: XX0107555 Estrangeiro: MAREK KOPCZYNSKI Passaporte: AP 5292782 Estrangeiro: ROBERT MACIEJ RUTKOWSKI Passaporte: EC 5254842, Processo: 46094044896201107 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: KJELL ARNESEN Passaporte: 26165574, Processo: 46094045248201160 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STIG MILJETEIG KALLESTAD Passaporte: 25968501, Processo: 46094044678201164 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN SOROÑO BARDAGO Passaporte: XX3199536, Processo: 46094045007201111 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOEREN MARTIN BULL Passaporte: 205311938, Processo: 46094044868201181 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW LAWLOR Passaporte: WJ209243, Processo: 46094045006201176 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIELS RYBORG Passaporte: 203988549, Processo: 46094045005201121 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIELS JOERGEN POULSEN Passaporte: 205505726, Processo: 46094045301201122 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIKTOR LUPENKO Passaporte: AK291459, Processo: 46094045001201143 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: PAULINO JR. ARES BUTAYA Passaporte: XX5419791, Processo: 46094045164201126 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SPYRIDON GIDAS Passaporte: AH3432405, Processo: 46094045165201171 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAOS KONTIS Passaporte: AI1280504, Processo: 46094044924201188 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO JOSE BOLIVAR MILANO Passaporte: F0045096, Processo: 46094044922201199 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR HUGO BERRIO VILLA Passaporte: CC19224198, Processo: 46094045014201112 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 01/03/2012 Estrangeiro: JÓN SOFUS JOENSEN Passaporte: 205423882, Processo: 46094045302201177 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: RODERICK INOCENCIO DELA CRUZ Passaporte: EB4043741, Processo: 46094045166201115 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: KIM SALAYA BALICAO Passaporte: EB0055734, Processo: 46094045009201118 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIL MOHON MAGPARANGALAN Passaporte: XX0196698, Processo: 46094045395201130 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRE MUSSCHE Passaporte: BCH36B686 Estrangeiro: EDWIN VALDUEZA NORIO Passaporte: ZZ223735 Estrangeiro: HENDRIK JOHAN DE WITH Passaporte: NPBBJF0D5 Estrangeiro: HENDRIK MARTIN LUIDER Passaporte: NV2KLRP85 Estrangeiro: JASPER DE JONGE Passaporte: NWD13J8F6 Estrangeiro: MARCO DE BRUIN Passaporte: BK6K6K399, Processo: 46094045187201131 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 11/02/2012 Estrangeiro: ANDREJ KOVALIOV Passaporte: 22773577 Estrangeiro: DMYTRO PODPALYI Passaporte: EH550779 Estrangeiro: JOSE TOCHE ALIANZA HARE Passaporte: XX5233768 Estrangeiro: ROBERT MARCUS NII NARTEH ADAMS Passaporte: H1787449, Processo: 46094045515201107 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Viaceslav Stoliarov Passaporte: 22440314, Processo: 46094045396201184 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN BARKHAN Passaporte: EH772169 Estrangeiro: OLEKSIY NIKOLAYEV Passaporte: AK157181, Processo: 46094045397201129 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANATOLIY SHABATIN Passaporte: 63 4414576 Estrangeiro: ANDREY PRESNOV Passaporte: 71 4285696, Processo: 46094045394201195 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EXEQUIEL AGENA SILANG Passaporte: XX5692789 Estrangeiro: JEROEN ARJAN VAN HERK Passaporte: BD62R7R58 Estrangeiro: RAMON PLANIA PACURIB Passaporte: EB1300822 Estrangeiro: ROLAND GOMOLON HAMPAC Passaporte: XX4672097, Processo: 46094045292201170 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIOTR PAWEL GRABOWSKI Passaporte: AT8747153 Estrangeiro: RAFAL ROZANSKI Passaporte: AT5323277, Processo: 46094045398201173 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: ARNOLD REYES AURE Passaporte: XX4518273, Processo: 46094045289201156 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO CARLOS ALVAREZ MALDONADO Passaporte: AAC541007 Estrangeiro: PER CHRISTIAN KLEMETSEN Passaporte: 27525973, Processo: 46094045195201187 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Romuald Tomasz Balazy Passaporte: EC 6165466, Processo: 46094045294201169 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: SAVVAS PAPADATOS Passaporte: AH3906678, Processo: 46094045279201111 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIHAI BENIAMIN RADU Passaporte: 15151669, Processo: 46094045194201132 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Jakub Kozicki Passaporte: AS 3043635, Processo: 46094045296201158 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/05/2012 Estrangeiro: CHAKRESH SINGH CHAUHAN Passaporte: F3436811, Processo: 46094045297201101 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/12/2012 Estrangeiro: EDGAR PADILLA ESPINO Passaporte: EB2179869, Processo: 46094045288201110 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Karlo Occidentale Passaporte: 001025025.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094043857201184 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: BLAKE EUGENE MILLER Passaporte: 465572958 Estrangeiro: CRYSTAL IRENE NAILOR Passaporte: 486936902 Estrangeiro: DALE LEROY BOYD Passaporte: 475202332 Estrangeiro: DAVID FRANK BEAN Passaporte: 213314067 Estrangeiro: JAMES CHARLES WOODFORD Passaporte: 476744316 Estrangeiro: JENO KARL KOCH Passaporte: 047194689, Processo: 46094043854201141 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: JAI PRAKASH Passaporte: Z2187229, Processo: 46094043856201130 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: BRIAN YOZEF WELTENS Passaporte: 307846029 Estrangeiro: D'ARCY MICHAEL MARCELL Passaporte: 077963488 Estrangeiro: JOHN PATRICK CHILDRESS Passaporte: 435350985 Estrangeiro: JOSE LEONARDO VALENTIN FREDERICK Passaporte: C356385 Estrangeiro: MELVIN JAMES KUFELDT Passaporte: 464776004 Estrangeiro: MICHAEL CARL MASEK Passaporte: 427745517 Estrangeiro: MICHAEL WALLACE AHEARN Passaporte: 443270243.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094041130201162 Empresa: SKANSKA BRASIL LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: EMMALEE DOW MORRIS Passaporte: 483764008, Processo: 46094044511201101 Empresa: SKANSKA BRASIL LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: FRANCIS KIERAN BREEN Passaporte: P432809, Processo: 46094041305201131 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: até 31/05/2012 Estrangeiro: KATHARINA ALEXANDRA BIANCA KORNMANN Passaporte: C6H995HMZ, Processo: 46094045150201111 Empresa: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: BRETT PALMER BYRON Passaporte: 444481059, Processo: 46094042582201161 Empresa: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA Prazo: até 17/06/2012 Estrangeiro: DENNIS SCHEIMANN Passaporte: C7JLRHWM6, Processo: 46094044071201184 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 9 Mês(es) Estrangeiro: PRASHANT DODEJA Passaporte: G1744925, Processo: 46094044338201133 Empresa: VISCOFAN DO BRASIL SOCIEDADE COMERCIAL E IND. LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GORETTI MARICHALAR ECHENIQUE Passaporte: AAE340784, Processo: 46094044341201157 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JESUS ANTONIO REZA VALENCIA Passaporte: G05132800, Processo: 46094044343201146 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROMINA JESICA CAPPARI Passaporte: 31010404N, Processo: 46094044829201184 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SALVADOR HASSAN YANEZ BALBOA Passaporte: 07420010084.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094044911201117 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOLANDA RUFINA CONDORIMAY TACSI Passaporte: 4533328.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094036581201188 Empresa: MATSUI DO BRASIL REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKASHI TAKENAKA Passaporte: TZ0765643, Processo: 46094039909201118 Empresa: SINOCHEM PEREGRINO CONCESSIONARIA DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAOHUI HUANG Passaporte: P01144860, Processo: 46094039212201147 Empresa: MONSANTO DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JENNIFER LAMBERT RALSTON Passaporte: 434279523, Processo: 46094040820201102 Empresa: HAMILTON LANE INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Filipe D'Ochôa Pires Cerqueira Caldas Passaporte: L769558, Processo: 46094041060201142 Empresa: EDEN COMERCIO ELETRONICO DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KIMBALL SPENCER THOMAS Passaporte: 420532531, Processo: 46094041059201118 Empresa: EDEN COMERCIO ELETRONICO DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MC KAY MONTANA THOMAS Passaporte: 038684748, Processo: 46094041061201197 Empresa: EDEN COMERCIO ELETRONICO DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DAVIS MARSTON SMITH Passaporte: 220089255, Processo: 46094043590201125 Empresa: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEPHAN CHRISTIAN ROGER DESCHAMPS Passaporte: LA983897, Processo: 46094041758201168 Empresa: SEAWING INDUSTRIA E COMERCIO DE MANGOTES MARITIMOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XAVIER ALEXANDRE DELINEAU Passaporte: 02ZC25218, Processo: 46094043629201112 Empresa: ARINOS QUIMICA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: NORMAND GOYER Passaporte: BA560127, Processo: 46094042583201114 Empresa: PROTEGO BRASIL VALVULAS E CORTA CHAMAS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SASCHA PINEDA Passaporte: C1XR0WZ49, Processo: 46094042136201157 Empresa: LG ELECTRONICS DE SAO PAULO LIMITADA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: EUN SEOK CHANG Passaporte: M89131996, Processo: 46094043036201148 Empresa: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUN MORIMASA Passaporte: TH0425314, Processo: 46094043693201195 Empresa: RATIONAL BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE SISTEMAS DE COCCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE BRITO MARQUINA Passaporte: BA250060, Processo: 46094043619201179 Empresa: JM&A BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TRAVIS MARSHALL MAZZA Passaporte: 480361237, Processo: 46094043785201175 Empresa: T-SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PETER JUNG Passaporte: 153623128, Processo: 46215000119201218 Empresa: SOENERGY - SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MEDARDO ANTONIO SANCHEZ DUQUE Passaporte: C1910802.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094037915201131 Empresa: LEAX DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Benny Marcus Virensjö Passaporte: 80800348, Processo: 46094038231201156 Empresa: NEXWAY COMERCIO ELETRONICO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAÚL MARAÑA MERCHAN Passaporte: AAE586848, Processo: 46094040374201128 Empresa: GC LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SÉRGIO PAULO NETTO NUNES Passaporte: L101640, Processo: 46094041017201187 Empresa: BARROWS BRASIL CONSULTORIA EM ESTRATEGIA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Joss Farrell Myers Passaporte: 472531051, Processo: 46094044009201192 Empresa: VISTA ALEGRE - INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Antônio Paulo Faceira de Carvalho Lages Passaporte: L398081, Processo: 46094044011201161 Empresa: VISTA ALEGRE - INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Gaspar Ferreira da Silva Passaporte: L527331, Processo: 46094043791201122 Empresa: EFFILIATION PUBLICIDADE ONLINE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELE TAVIANI Passaporte: AA0946674.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094036424201172 Empresa: SERRA NOVA MINERACAO S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Roger Anthony Roberts Passaporte: 099081991.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094037598201152 Empresa: J.L. BAG IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUE JIN Passaporte: G38394333, Processo: 46094041963201123 Empresa: TAAWA SERVICOS DE MARKETING LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENJAMIN GEORG HOPI SOMMER Passaporte: C3J3CH7CT, Processo: 46094042970201142 Empresa: CAMABRAS IMOBILIARIA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BRUNO CLECH Passaporte: 04CI66110, Processo: 46094043817201132 Empresa: ZHENG COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LILI ZHENG Passaporte: G51573716, Processo: 46215046075201183 Empresa: GUSTO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO CONFORTI Passaporte: D219080.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 27 de janeiro 2012

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1)Em apreciação de recurso voluntário:

1.1Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46300.001573/2011-38	018120539	R. B. Manutenção e Montagens S/S Ltda	MS
02	46300.001571/2011-49	018120555	R. B. Manutenção e Montagens S/S Ltda	MS
03	46300.001572/2011-93	018120547	R. B. Manutenção e Montagens S/S Ltda	MS
04	46017.005735/2011-11	019297394	Infinity Agrícola S/A	MS
05	46017.005738/2011-46	019297424	Infinity Agrícola S/A	MS
06	46017.005768/2011-52	019296355	Usina Naviraí S/A	MS
07	46017.005776/2011-07	019296789	Usina Naviraí S/A	MS
08	46017.005784/2011-45	019296916	Usina Naviraí S/A	MS
09	46017.005771/2011-76	019296371	Usina Naviraí S/A	MS
10	46017.005785/2011-90	019296924	Usina Naviraí S/A	MS
11	46017.005772/2011-11	019296398	Usina Naviraí S/A	MS
12	46017.005760/2011-96	019296274	Usina Naviraí S/A	MS
13	46017.005770/2011-21	019296363	Usina Naviraí S/A	MS
14	46017.005775/2011-54	019296819	Usina Naviraí S/A	MS
15	46017.005782/2011-56	019296878	Usina Naviraí S/A	MS
16	47998.003477/2010-13	021723109	TDM Friction do Brasil S/A	SP
17	47998.003479/2010-02	021723125	TDM Friction do Brasil S/A	SP
18	47998.003481/2010-73	021723141	TDM Friction do Brasil S/A	SP
19	47998.003476/2010-61	021723096	TDM Friction do Brasil S/A	SP
20	47998.003478/2010-50	021723117	TDM Friction do Brasil S/A	SP
21	46267.000364/2007-44	013562657	Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho	SP
22	46267.000362/2007-55	013562631	Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho	SP
23	46267.003183/2006-99	012150801	Pé de Ferro Calçados e Artefatos de Couro Ltda	SP
24	46267.003830/2006-62	012151041	Fábio Aparecido de Andrade	SP
25	46267.000543/2007-81	013563173	Júlio C da S. Pimenta - ME	SP
26	46267.000544/2007-26	013563165	Couroquímica couros e Acabamentos Ltda	SP
27	46267.000361/2007-19	013562622	Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho	SP
28	46267.000363/2007-08	013562649	Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho	SP
29	46267.000554/2007-61	013563203	Júlio C da S. Pimenta - ME	SP
30	46267.000360/2007-66	013562614	Santa Casa de Misericórdia de Pedregulho	SP
31	46617.003854/2006-02	012516660	Frigorífico Nova Araçá	RS
32	46300.002021/2011-47	018126928	MonteVerde Agro-Energética S/A	MS
33	46300.002023/2011-36	018141161	MonteVerde Agro-Energética S/A	MS
34	46300.002022/2011-91	018126936	MonteVerde Agro-Energética S/A	MS
35	46300.002016/2011-34	18141706	MonteVerde Agro-Energética S/A	MS
36	46300.002015/2011-90	018141714	MonteVerde Agro-Energética S/A	MS
37	46262.004531/2009-38	015901751	Benevides Comércio e Prod de Frios Ltda	SP
38	46230.003306/2006-17	014018403	Fraspol Ind e Comércio Ltda	RJ
39	46219.026286/2009-45	015910201	Casa Padre Moye	SP
40	46219.028747/2009-14	015911918	Centro Estadual de Apoio Prof ao Adolescente	SP
41	46219.028743/2009-36	015911942	Kitchens Com de Aparelhos Domésticos Ltda	SP
42	47999.001759/2006-81	011959088	Guaibe Engenharia Ltda	SP
43	46219.000815/2010-14	019752954	Spread Teleinformática Ltda	SP
44	46266.012935/2007-01	007743688	Felício Vigorito & Filhos Ltda	SP
45	46269.003707/2009-74	015813991	Marfinite Prod Sintéticos Ltda	SP
46	46219.009032/2009-62	015412326	Doce Mel Confecções de Roupas	SP
47	46219.005709/2009-93	0154428900	Flex Service Ltda	SP
48	46219.005708/2009-49	015442896	Flex Service Ltda	SP
49	46322.000218/2008-98	016046609	CiaNorte Malhas Ltda	PR
50	46322.000217/2008-43	016046595	CiaNorte Malhas Ltda	PR
51	46322.000216/2008-07	016046617	CiaNorte Malhas Ltda	PR
52	46215.044198/2006-12	013957147	ABN AMRO	RJ
53	46473.001061/2009-75	013666711	HSBC Bank Brasil	SP
54	46473.001060/2009-21	013666703	HSBC Bank Brasil	SP
55	46473.001751/2008-43	015753859	Condomínio E Edifício Casablanca	SP
Nº	PROCESSO	NFGC	EMPRESA	UF
01	46318.000147/2005-40	505.453.282	Telenge Telecomunicações E eng Ltda	PR
02	46334.004488/2007-58	505.971.801	Clube dos Quinhentos	RJ
03	46313.002416/2007-14	505.960.567	Aslowa Comércio e Ind de Cosméticos Ltda	RJ
04	46230.002309/2005-44	505.519.755	Grupo Itapuca Educadores Associados Ltda	RJ
05	46215.014601200689	505.672.049	Associação Educacional Souza Marques S/C	RJ
06	46215.003625/2005-21	505.449.196	Botafogo Futebol e Regatas	RJ
07	46666.000048/2007-70	100.090.991	Comércio Artesão do Pão Ltda ME	RJ
08	46666.000722/2007-16	505.867.281	PC Amorim Hotéis e Restaurante EPP	RJ
09	46215.022472/2006-01	505.705.028	Instituto Metodista Bennett	RJ
10	46266.012936/2007-48	505.983.681	Felício Vigorito & Filhos Ltda	SP
11	46230.003146/2006-06	505.718.367	Fraspol Ind e Comércio ltda	RJ

1.2Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747.004410/2009-14	019473770	Banco Mercantil do Brasil S/A	MG
Nº	PROCESSO	NfGC	EMPRESA	UF
01	46215.008652/2008-33	506.032.574	Nova Barra Estacionamentos e Garagens Ltda - EPP	RJ
02	46215.017871/2004-80	505.319.284	Imprimo Impressos Modernos Ltda	RJ

1.3 Pela Improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46017001186/2010-16	19293097	Miguel de Souza Resende	MA
02	46017001150/2010-32	19292996	Miguel de Souza Resende	MA
03	46017001153/2010-76	19292813	Miguel de Souza Resende	MA
04	46017.001189/2010-50	19293127	Miguel de Souza Resende	MA
05	46017.001160/2010-78	19292970	Miguel de Souza Resende	MA
06	46017.001164/2010-56	19293186	Miguel de Souza Resende	MA
07	46017.001158/2010-07	19292953	Miguel de Souza Resende	MA
08	46017.001157/2010-54	19292945	Miguel de Souza Resende	MA
09	46017.001156/2010-18	19292937	Miguel de Souza Resende	MA
10	46017.001165/2010-09	19293208	Miguel de Souza Resende	MA
11	46017.001192/2010-73	19293101	Miguel de Souza Resende	MA
12	46017.001191/2010-29	19293143	Miguel de Souza Resende	MA
13	46017.001175/2010-36	19292911	Miguel de Souza Resende	MA
14	46017.001190/2010-84	19293135	Miguel de Souza Resende	MA
15	46017.001183/2010-82	19293062	Miguel de Souza Resende	MA
16	46017.001182/2010-38	19293054	Miguel de Souza Resende	MA
17	46017.001152/2010-21	19292791	Miguel de Souza Resende	MA
18	46017.001196/2010-51	19293232	Miguel de Souza Resende	MA
19	46017.001181/2010-93	19293046	Miguel de Souza Resende	MA
20	46017.001180/2010-49	19293038	Miguel de Souza Resende	MA
21	46017.001178/2010-70	19293020	Miguel de Souza Resende	MA
22	46017.001179/2010-14	19293011	Miguel de Souza Resende	MA
23	46017.001151/2010-87	19292783	Miguel de Souza Resende	MA
24	46017.001185/2010-71	19293089	Miguel de Souza Resende	MA
25	46017.001177/2010-25	19293003	Miguel de Souza Resende	MA
26	46017.001195/2010-15	19293241	Miguel de Souza Resende	MA
27	46017.001148/2010-63	19293259	Miguel de Souza Resende	MA
28	46017.001184/2010-27	19293071	Miguel de Souza Resende	MA
29	46017.001173/2010-47	19292899	Miguel de Souza Resende	MA
30	46017.001166/2010-45	19293216	Miguel de Souza Resende	MA
31	46017.001176/2010-81	19292988	Miguel de Souza Resende	MA
32	46017.001187/2010-61	19293194	Miguel de Souza Resende	MA
33	46017.001194/2010-62	19292872	Miguel de Souza Resende	MA
34	46017.001159/2010-43	19292961	Miguel de Souza Resende	MA
35	46017.001218/2010-83	19292881	Miguel de Souza Resende	MA
36	46017.001155/2010-65	19292929	Miguel de Souza Resende	MA
37	46017.001149/2010-16	19292775	Miguel de Souza Resende	MA
38	46017.001163/2010-10	19293178	Miguel de Souza Resende	MA
39	46017.001174/2010-91	19292902	Miguel de Souza Resende	MA
40	46017.001162/2010-67	19293160	Miguel de Souza Resende	MA
41	46017.001188/2010-13	19293119	Miguel de Souza Resende	MA
42	46017.001168/2010-34	19292830	Miguel de Souza Resende	MA
43	46017.001167/2010-90	19292767	Miguel de Souza Resende	MA
44	46017.001154/2010-11	19292821	Miguel de Souza Resende	MA
45	46017.001169/2010-89	19292848	Miguel de Souza Resende	MA
46	46017.001171/2010-58	19292864	Miguel de Souza Resende	MA
47	46017.001170/2010-11	19292856	Miguel de Souza Resende	MA

2) Em apreciação ao Recurso de Ofício:

2.1 Pela Improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46017.001161/2010-12	19293151	Miguel de Souza Resende	MA
02	46379.000062/2006-28	008358397	Antonio Munenori Yamazato	SP
03	46215.008664/2008-68	015127982	Nova Barra Estacionamentos e Garagens Ltda - EPP	RJ
04	47747.003035/2008-04	014880962	Atividade Editora Gráfica Ltda	MG
05	47999.005524/2007-40	015301257	Ind Químicas Taubaté S/A	SP
06	46393.000393/2007-61	013671201	Lib's Hotel Ltda	SP
07	47999.004823/2006-86	011863242	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	SP
08	46205.013415/2009-94	017492548	Ducoco Alimentos S/A	CE
09	46393.000132/2006-60	011956216	Construtora Remo Ltda	SP
10	46253.000113/2008-08	015966445	Fischer S/A Agroindústria	SP

2.2Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747.004710/2009-95	019473761	Banco Mercantil do Brasil S/A	MG
Nº	PROCESSO	NFGC	EMPRESA	UF
01	47747.004411/2009-50	100.140.751	Banco Mercantil do Brasil S/A	MG
02	47747.004711/2009-30	100.141.447	Banco Mercantil do Brasil S/A	MG
03	46215007256/2008-99	100.113.915	Colégio Freitas Ltda	RJ
04	46215.026679/2008-16	506.107.086	Cooperar Saúde - Coop Prest Serv de Saúde Ltda	RJ

2.3 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47533.003934/2009-95	019718063	Clube de Campo Pró vida	PR
02	46210.000292/2009-52	019161280	Zenir B. Savi	MT
03	46215.008663/2008-13	0151278974	Nova Barra Estacionamentos e Garagens Ltda - EPP	RJ
04	46393.000451/2007-56	015315207	George Luciano Bezerra Jundiá ME	SP
05	46369.000050/2009-65	015499138	Jose Carlos Moreno e Outro	SP
06	46393.000276/2006-16	013422634	Madembar Embalagens e Artef de Madeira Ltda	SP
Nº	PROCESSO	NFGC	EMPRESA	UF
01	46215.008653/2008-88	506.032.680	Nova Barra Estacionamentos e Garagens Ltda - EPP	RJ

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 Remissão prevista no art.14 da Lei 11.941/2009:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46262.004251/2002-53	008788341	Remaço Equipamentos Ind. Ltda	SP
02	46262.001659/2002-73	008777942	Tempe Industrial Ltda	SP
03	46262.001806/2002-13	008774161	Sauvi Saúde E Vida Clínica Médica S/C Ltda	SP
04	46262.002052/2002-19	008780455	Remaço Equipamentos Ind. Ltda	SP
05	46262.002119/2002-15	008780757	Rentalcenter Com. Loc. Bens Móveis Ltda	SP
06	46262.002120/2002-31	008780749	Rentalcenter Com. Loc. Bens Móveis Ltda	SP
07	46262.002427/2002-32	008775966	Rubi Pães E Doces De Santo André Ltda	SP
08	46262.002429/2002-21	008775982	Rubi Pães E Doces De Santo André Ltda	SP
09	46262.002434/2002-34	008775991	Rubi Pães E Doces De Santo André Ltda	SP
10	46262.002566/2002-66	008781320	Sociedade Amigos Do Bairro Jardim Zaíra E Circunvizinhos	SP
11	46262.002872/2001-11	006031633	Tecnsleeter Indústria E Com. Ltda	SP
12	46262.003137/2002-14	008783900	Rosemeire Da Conceição Fernandes	SP
13	46262.003144/2002-16	008783896	Seta Plast Ind. E Com. De Manufaturados Ltda	SP
14	46262.003197/2002-29	008783641	Sopave S A Abc Sociedade Paulista De Veículos	SP
15	46262.003533/2001-52	006029191	Sonia Maria Pereira Fracasso Modas	SP
16	46262.003630/99-23	000263419	Show Mídia Informática Com. Serv. Ltda	SP
17	46262.003637/2002-48	008788553	Sul Brasileira Plásticos E Metalurgica Ltda	SP
18	46262.003711/2001-45	006034403	R. Morini Análises Clínicas E Anat. Patológicas S/C Ltda	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19	46262.003713/2001-34	006034357	R. Morini Análises Clínicas E Anat. Patológicas S/C Ltda	SP
20	46262.003714/2001-89	006034349	R. Morini Análises Clínicas E Anat. Patológicas S/C Ltda	SP
21	46262.003840/2002-14	008788944	S.T.A. Montagem E Com De Filtros Ltda	SP
22	46262.004010/99-84	000261963	Telemax Telecomunicações Ltda	SP
23	46262.003136/2002-61	008783918	Rosemeire Da Conceição Fernandes	SP
24	46262.001600/00-05	000266574	Santo André Microinformática Editorial Ltda	SP
25	46262.000121/2002-41	006031480	Silp Choperia E Frutos Do Mar Ltda	SP
26	46262.000615/2002-26	008774986	Pizzaria E Restaurante San Michelle Ltda	SP
27	46262.000693/2001-40	004327985	Retrosolo Empreendimentos E Construções Ltda	SP
28	46262.001627/2002-78	008777926	Pizzaria E Restaurante San Michelle Ltda	SP
29	46262.001626/2002-23	008777900	Pizzaria E Restaurante San Michelle Ltda	SP
30	46262.000694/2001-94	004327977	Retrosolo Empreendimentos E Construções Ltda	SP
31	46262.003319/2002-87	008783675	Pet Shop Love Dog Artigos Animais Ltda	SP
32	46262.002009/2002-45	008780447	Padaria E Confeitaria Esplanada Ltda	SP
33	46262.000735/2002-23	008776059	Panificadora Iguassu Ltda	SP
34	56262.000361/2002-46	008772088	Olking Auto Motriz Ltda	SP
35	46262.003695/2001-91	006037135	Pedras Primos Ltda	SP
36	46262.000350/2002-66	008771740	New Seg Empresa De Segurança E Vigilancia Ltda	SP
37	46262.000352/2002-55	008771731	New Seg Empresa De Segurança E Vigilancia Ltda	SP
38	46262.000867/2002-55	008772592	Officio Servs. De Vigil. E Seg. Ltda	SP
39	46262.001093/2002-80	008772690	Officio Servs. De Vigil. E Seg. Ltda	SP
40	46262.001139/2002-61	008778221	Pedras Hr Comércio E Colocação Ltda	SP
41	46262.001140/2002-95	008778230	Pedras Hr Comércio E Colocação Ltda	SP
42	46262.001141/2002-30	008778248	Pedras Hr Comércio E Colocação Ltda	SP
43	46262.001160/2002-66	008772703	Officio Servs. De Vigil. E Seg. Ltda	SP
44	46262.001253/2001-18	004332296	Panificadora Nossa Senhora Aparecida Do Norte Ltda	SP
45	46262.001280/2002-63	008772258	Oestem Contábil S/C Ltda	SP
46	46262.001631/2002-36	008781761	Panificadora Floresta Ltda	SP
47	46262.001632/2002-81	008781770	Panificadora Floresta Ltda	SP
48	46262.001633/2002-25	008781796	Panificadora Floresta Ltda	SP
49	46262.002110/2002-04	008780731	Odoardi Indústria E Comércio Ltda	SP
50	46262.002128/2002-06	008783306	Odoardi Indústria E Comércio Ltda	SP
51	46262.002455/2002-50	008777217	Panificadora Nossa Senhora Aparecida Do Norte Ltda	SP
52	46262.002895/2002-15	008782199	Pierre Saby Ltda	SP
53	46262.002897/2002-04	008782211	Pierre Saby Ltda	SP
54	46262.002899/2002-95	008782202	Pierre Saby Ltda	SP
55	46262.003057/2002-51	008783497	Najamec Indústria Mecânica Ltda	SP
56	46262.003059/2002-40	008783489	Najamec Indústria Mecânica Ltda	SP
57	46262.003060/2002-74	008783471	Najamec Indústria Mecânica Ltda	SP
58	46262.003356/2002-95	008784655	Panificadora Floresta Ltda	SP
59	46262.003527/2002-86	008785864	Officio Servs. De Vigil. E Seg. Ltda	SP
60	46262.003531/00-57	004289048	Pastelaria E Lanches Max Ltda	SP
61	46262.003894/2002-80	008786984	Odoardi Indústria E Comércio Ltda	SP
62	46262.003895/2002-24	008786992	Odoardi Indústria E Comércio Ltda	SP
63	46262.004084/00-26	000276502	Omar Fernandes De Oliveira	SP
64	46262.004254/2001-14	008770824	Oestem Contábil S/C Ltda	SP
65	46262.004436/2002-68	008792542	Panificadora Nossa Senhora Aparecida Do Norte Ltda	SP
66	46262.004444/2002-12	008792615	Panificadora Nossa Senhora Aparecida Do Norte Ltda	SP
67	46262.004663/2001-11	006035949	Panificadora Nossa Senhora Aparecida Do Norte Ltda	SP
68	46262.005100/00-16	004289242	Pastelaria E Lanches Max Ltda	SP
69	46262.005153/00-82	004294068	Omar Fernandes De Oliveira	SP
70	46262.005154/00-45	004294076	Omar Fernandes De Oliveira	SP
71	46262.004402/00-40	004292049	Pro Album Albuns Fotográficos Ltda	SP
72	46262.004318/2002-50	008784701	Print Tours Viagens E Turismo Ltda	SP
73	46262.003909/00-86	000273937	Ritmo Quente Importação E Exportação Ltda	SP
74	46262.003864/98-34	000257133	Protemp Consult. Em Recursos Humanos Ltda	SP
75	46262.003789/2002-41	008779678	Rj Manutenção Mecânica Ltda	SP
76	46262.003596/2001-17	006031200	Renovadora De Veículos Bull Power Ltda	SP
77	46262.003571/2002-96	008788537	Pro Force Segurança E Vigilância S/C Ltda	SP
78	46262.003450/2002-44	008787743	Proimper Pinturas Técnicas Anticorrosivas Ltda	SP
79	46262.003447/2002-21	008784671	Print Tours Viagens E Turismo Ltda	SP
80	46262.003368/2002-10	008784230	Rmm Ind. Metalúrgica Ltda	SP
81	46262.002915/99-38	000260860	Protefama Equip. De Proteção Ltda	SP
82	46262.002536/2002-50	008783365	Potencial Manutenção Ind. E Com. Ltda	SP
83	46262.001874/2002-74	008776181	Rosset Produções S/C Ltda	SP
84	46262.000451/2002-37	008772517	Maria Helena Barbosa	SP
85	46262.000719/2002-31	008775559	Manchete Industrial E Comercial Ltda	SP
86	46262.000734/2002-89	008775176	Manchete Industrial E Comercial Ltda	SP
87	46262.001317/2001-72	004330251	Marcos Ignácio Da Silva Recuperadora	SP
88	46262.001318/2001-17	004330242	Marcos Ignácio Da Silva Recuperadora	SP
89	46262.002602/2001-19	006029434	Marcus Rodrigues Faria	SP
90	46262.002604/2001-08	006029442	Marcus Rodrigues Faria	SP
91	46262.002605/2001-44	006029426	Marcus Rodrigues Faria	SP
92	46262.002698/2002-98	008781672	Manchete Industrial E Comercial Ltda	SP
93	46262.003438/2001-59	006034268	Marcos Ignácio Da Silva Recuperadora	SP
94	46262.003788/2002-04	008779660	Marcos Rodrigues Faria	SP
95	46262.003904/2002-87	008789657	Maria Helena Barbosa	SP
96	46262.004030/2002-85	008790302	Manchete Industrial E Comercial Ltda	SP
97	46262.004028/2002-14	008790329	Manchete Industrial E Comercial Ltda	SP
98	46262.004162/2001-26	008770271	Marcus Rodrigues Faria	SP
99	46262.000075/2002-81	006032389	Padaria europan Ltda	SP

3.2 Incidência da prescrição prevista no art.1º-A da Lei 9.873/99:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	47747.003587/2005-61	010410236	MTW Engenharia Ltda	MG
02	47747.003588/2005-14	010410163	MTW Engenharia Ltda	MG
03	47533.003122/2002-73	009270655	Condomínio tom Jobim	PR
04	46255.003955/2003-89	008684928	TF Construções Ltda	SP

3.3 Incidência da prescrição prevista no art.1º§ 1º da Lei 9.873/99:

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46399.000325/2006-61	012046591	Gilson Ferreira de Andrade	SP
02	46224.005433/2007-11	007843704	Portal Administradora de Bens Ltda	PB
03	46224.003476/2005-91	010825746	Intrafrut Ind. Transformadora de Frutos S.A	PB
04	46224.003424/2003-53	003765881	A.R.M Engenharia Ltda	PB
05	46224.001933/2004-22	007835159	BSA S/A	PB
06	46224.003981/2007-06	007876106	Junielly Duarte Candeia	PB
07	46224.001011/2004-15	007830530	Rima Instalações Ltda	PB
08	46224.003985/2003-52	007831081	São Paulo Alpargatas S/A	PB
09	46224.000980/2004-59	007830521	Portal Administradora de Bens Ltda	PB
10	46224.000127/2006-07	004793242	Portal Administradora de Bens Ltda	PB
11	46224.003982/2007-42	007876092	Aluminio São Paulo Ltda	PB
12	46306.000691/2006-10	012801100	Fibracotton Beneficiamento de algodão Ltda	MT

HÉLIDA ALVES GIRÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SIT n.º 277, de 06 de outubro de 2011, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2011, Seção 1, págs. 82 a 88, no art. 8º (NR-18), onde se lê:

18.14.21.1	218.9012-7	4

Leia-se:

18.14.21.1	218.912-7	4

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 30, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

Institui o Comitê Gestor - CG COPATUR e o Grupo Técnico Executivo - GTE COPATUR, para planejar, coordenar e acompanhar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das ações estratégicas para a preparação das cidades sedes e do seu entorno turístico com vistas à Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nº art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição, resolve:

Art 1º Fica instituído o Comitê Gestor - CG COPATUR e o Grupo Técnico Executivo - GTE COPATUR, com a finalidade de planejar, coordenar e acompanhar a execução das ações estratégicas para a preparação das cidades sedes e do seu entorno turístico com vistas à realização da Copa das Confederações - FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 2º Compete ao CG COPATUR orientar, acompanhar e aprovar os trabalhos desenvolvidos pelo GTE COPATUR.

Art. 3º O CG COPATUR será presidido pelo Ministro de Estado do Turismo e integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário-Executivo;

II - Secretário Nacional de Políticas de Turismo;

III - Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e

IV - Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo.

§ 1º O Presidente do CG COPATUR poderá convidar outros participantes para participar das reuniões do Grupo.

§ 2º O CG COPATUR contará com um Secretário-Executivo, a ser designado pelo Ministro de Estado do Turismo, ao qual compete convocar reuniões e prover os recursos administrativos e logísticos necessários às atividades do Comitê Getor.

Art. 4º Compete ao GTE COPATUR a coordenação e o monitoramento da execução das ações elegíveis para a preparação para a Copa das Confederações - FIFA 2013 e para a Copa do Mundo - FIFA 2014, de responsabilidade do Ministério do Turismo, em plena articulação com o Grupo Executivo da Copa de Mundo FIFA 2014 - GECOPA, instituído pelo Decreto de 26 de julho de 2011, coordenado pelo Ministério do Esporte.

Parágrafo único. O GTE COPATUR fica diretamente subordinado ao Gabinete do Ministro de Estado do Turismo.

Art. 5º O GTE COPATUR será coordenado pelo representante do Gabinete do Ministro de Estado do Turismo e terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Gabinete do Ministro;

II - dois representantes da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo;

III - três representantes da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e

IV - dois representantes da EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo.

Parágrafo único. No exercício de suas atividades o GTE COPATUR deverá desenvolver estudos e propor ao Comitê Gestor o encaminhamento de ações com vistas:

I - ao oferecimento de condições de acessibilidade para os atrativos turísticos e para o mobiliário urbano;

II - à implantação de sinalização turística adequada e informativa em dois idiomas no âmbito das cidades sede e para os atrativos turísticos;

III - a garantir a oferta de capacidade de hospedagem nas cidades sedes e entorno;

IV - a garantir condições de oferta de serviços de qualidade aos turistas nacionais e internacionais; e

V. à promoção do Brasil e as cidades sedes no Brasil e no exterior.

Art. 6º Os representantes de que trata os incisos I a IV do caput do art. 5º serão designados pelo Ministro de Estado do Turismo.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 93, de 29 de maio de 2009.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO DIAS VIEIRA

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 9, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura no setor de transportes, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

CAPÍTULO I

DO REQUERIMENTO E ANÁLISE DE PROJETOS

Art. 1º A pessoa jurídica de direito privado, estabelecida sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, interessada em implementar projetos de investimento na área de infraestrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária, naval, centros logísticos e portuária fluvial e lacustre, deve submetê-los à aprovação do Ministério dos Transportes nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização nas áreas de infraestrutura supracitadas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A submissão do projeto será realizada eletronicamente por meio de formulário próprio (Anexos I a III), disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes, acompanhado dos seguintes documentos, em formato PDF, a serem encaminhados para o endereço debentures@transportes.gov.br:

I - inscrição, no registro do comércio, do ato constitutivo da SPE;

II - indicação do número da inscrição da SPE no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - relação das pessoas jurídicas que integram a SPE, com indicação de seus respectivos números de inscrição no CNPJ e dos documentos que atestem o mandato de seus administradores;

IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou de Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União; e

V - outros documentos ou certidões que comprovem regularidade fiscal relativa a créditos tributários e não tributários específicos do modal.

Parágrafo único. A submissão deverá ser por projeto de investimento, a ser financiado no todo ou em parte com a emissão de debênture, nos termos do art. 2º, da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT instruir o pleito e atestar a conformidade da documentação apresentada, submetida na forma do art. 2º.

Parágrafo único. Constatada a não conformidade da documentação apresentada, a requerente será notificada a regularizar as pendências e terá dez dias, contados do recebimento da notificação, para regularizá-las, sob pena de arquivamento do processo.

CAPÍTULO II

DA APROVAÇÃO PELO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Art. 4º A aprovação do projeto como prioritário se dará pelo Ministro de Estado dos Transportes e terá validade a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Na Portaria de aprovação do projeto como prioritário deverão constar:

I - o nome empresarial, o número de inscrição no CNPJ da SPE titular do projeto e a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - a descrição do projeto, com a especificação que se enquadra no setor de transportes;

III - a relação dos documentos apresentados; e

IV - o local de implantação do projeto.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 5° A SPE deverá encaminhar anualmente, ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda, até o encerramento do 1° quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto considerado prioritário, destacando a destinação específica dos recursos captados por meio de emissão de debêntures beneficiadas pelo disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, de acordo com formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (Anexo IV).

§ 1° A SPE deverá informar, no prazo de trinta dias, à SFAT, através de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (Anexo V), toda e qualquer alteração na execução dos investimentos, inclusive quanto ao prazo previamente informado de implementação do projeto, suportados pelos recursos captados com as emissões de debêntures de que trata o caput deste artigo.

§2° O prazo da prioridade concedida é de um ano, devendo a SPE que não realizar a emissão da debênture neste prazo informar à SFAT, por meio do formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (Anexo VI).

Art. 6º Para fins do disposto no Decreto nº 7.603, de 2011, a SPE responsável pela implementação e gestão dos projetos prioritários deve manter atualizada, a relação das pessoas jurídicas que a integram através de formulário disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Transportes (Anexo VII).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7° O Agente Fiduciário, nomeado pela escritura de emissão das debêntures, que gozem do benefício previsto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, enviará à SFAT, anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, cópia do relatório gerencial encaminhado aos debenturistas por força do inciso XVII do art. 12 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 8º A eventual aprovação de que trata o art. 4º não exime a SPE de obter a aprovação da agência reguladora para endividamento, quando as normas assim o exigirem.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SERGIO PASSOS

ANEXO I

CADASTRO DO PROJETO PRIORITÁRIO

DADOS GERAIS
1. Denominação Comercial :
2. Razão Social : *3.CNPJ:*
4. Endereço da Sede :
5. Cidade: *6. UF:* *7: CEP:*
8. Telefone : ( ) *9. Fax :*
10. Endereço Eletrônico (e-mail):
11. Objeto da SPE:
12. Registro do Ato Constitutivo da SPE:
13. Data da Constituição da SPE :
14. Data do arquivamento de atos constitutivos da SPE:
15. Data da publicação de atos constitutivos da SPE :
16. Descrição do Projeto de Investimento:
17. Prazo de duração:
18. Contrato de Obras Nº: *( ) Permissão ( ) Concessão ( ) Ato de autorização*

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Valores**
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	
Ajustes	
Depreciação e amortização	
Juros e variações monetárias, líquidas	
Variação nos ativos e passivos	
Contas a receber	
Tributos a recuperar	
Despesas antecipadas	
Outros ativos	
Fornecedores	
Salários, encargos e contribuições sociais	
Tributos a pagar	
Outros passivos	
Caixa aplicado nas operações	
Juros pagos	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	
Adições ao intangível	
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Ingressos de empréstimos	
Aumento de capital social	
Amortização de empréstimos	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

QUADRO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO

(Em R$ mil)

ITENS	REALIZADO ATÉ ____/____/____	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	%
USOS				100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-0peracionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais				
2 - Investimentos Não Financiáveis				
2.1. Máquinas/Equipamentos Importados				
FONTES				100%
Recursos Próprios				
Sistema BNDES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

ANEXO IV

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL DE USOS E FONTES DO INVESTIMENTO

Projeto Nº

Portaria MT/Nº /

(Em R$ mil)

ITENS	REALIZADO ATÉ ____/____/____	TOTAL A REALIZAR	TOTAL DO PROJETO	%
USOS				100%
1- Investimentos Financiáveis				
1.1. Fixo e Giro				
- Obras Civis				
- Montagens e Instalações				
- Estudos e Projetos				
- Despesas Pré-0peracionais				
- Despesas de Internação				
- Capital de Giro				
1.2. Máquinas/Equipamentos Nacionais				
1.3. Investimentos Sociais				
1.4. Investimentos Ambientais				
1.5. Outros				
FONTES				
Debêntures				
Outras fontes				

Obs.: A SPE deverá encaminhar anualmente, até o encerramento do 1º quadrimestre, o quadro de usos e fontes do projeto priorizado, destacando a destinação específica dos recursos por meio de debêntures abrangidas nesta Portaria.

ANEXO V

ALTERAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS SUPORTADOS PELA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Projeto Nº

Portaria MT/Nº /

EMISSÃO DE DEBÊNTURES				EXECUÇÃO			
DATA DA EMISSÃO	VALOR TOTAL	PRAZO	DATA DE VENCIMENTO	APROVADA / PRIORIZADA	REALIZADA	NÃO REALIZADA	JUSTIFICATIVAS [2]

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OBS.: [1] De acordo com o § 5º do art. 2º da Lei nº12.431, de 24.06.2001, as pessoas jurídicas integrantes da SPE, que deixarem de implementar os projetos de investimento na área de infraestrutura, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% do valor total da

[2] As justificativas que não couberem no espaço acima poderão ser feitas em separado e anexadas ao quadro.

ANEXO VI

JUSTIFICATIVA DA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Projeto Nº :

Portaria MT Nº /

Autorização para emissão Nº / Data: ____/____/____

JUSTIFICATIVAS PARA NÃO EMISSÃO DE DEBÊNTURES OU NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

ANEXO VII

ALTERAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS QUE INTEGRAM A SPE

Projeto Nº :

Portaria MT Nº /

PESSOA JURÍDICA		CNPJ
ENTRADA	SAÍDA	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 38, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, e da subdelegação de competência que lhe confere a Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a decisão proferida pelo Juiz Federal Substituto Paulo Ricardo de Souza Cruz, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 3395-97.2012.4.01.3400, resolve suspender, com a respectiva baixa no SICAF, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 2 (dois) anos e a multa no valor de R$ 331.450,00 (trezentos e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais), aplicadas pela Portaria/SAAD-MT nº 26, de 18/1/2012, publicada no DOU nº 14, de 19/1/2012.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO

PORTO DO ITAQUI - SÃO LUÍS - MARANHÃO
CGC: 06.347.892/0001-88
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 12.081.2142

BALANCETE PATRIMONIAL SINTÉTICO

Data e Mês: novembro de 2011
Decreto Nº 682 de 13-11-92

Descrição	Valor
Ativo	219.413.991,19
Ativo Circulante	51.549.870,79
Disponibilidades	44.801.454,39
Bens Numerários	255,56
Bancos	1.101.052,88
Apl. a Curto prazo-ext. Mercado	43.700.145,95
Realizável a Curto Prazo	6.748.416,40
Duplicatas e Contas a Receber	3.330.312,43
Adiantamento a Empregados	599.547,48
Almoxarifado	32.516,29
Depósitos Judiciais e Contrat.	37.421,93
Imposto de Renda Antecipado	8.776,63
Devedores p/ Convênio	2.739.615,24
ISS a Compensar	226,40
Dir. Real. após Term. Ex. Segui	4.394.150,47
Empréstimos e Adiant. Terceiros	3.862.172,29
Depósitos Judiciais e Contratos	382.201,54
Títulos em Custódia	2.431,73
Débito de Terceiros	147.344.91
Ativo Permanente	163.469.969,93
Investimentos	313.504,33
Participação em Outras Socied.	74.190,21
Incentivos Fiscais	239.314,12
Imobilizado	654.029,14
Bens Móveis	888.962,07
Depreciação Acum. Bens Moveis	271.969,50
Bens Imóveis	37.366,32
Depreciação Acum. Bens Imóveis	329,75
Permanente - Investimentos	162.502.436,46
Bens Moveis-Investimentos	13.274.506,30
Deprec.Acumul.B.Move-Investimentos	6.741.029,29
Bens Imóveis-Investimentos	178.255.817,60
Deprec. Acum. Bens Imov-Investimentos	32..724.840,44
Imobilizações em Curso-Investimentos	10.437.982,29
Passivo	219.413.991,19
Passivo Circulante	43.835.562,45
Obrig. Venc. no Exercício Seguinte	43.835.562,45
Contas a Pagar	909.646,21
Provisões	2.639.950.41
Obrig. Fiscais e Trabalhista	9.772,27
Cred. P/depósitos Caucionados	238.504,74
Imp Contrib. Consig.a Recolher	681.716,66
Títulos Adiantamentos a Pagar	11.921.913,68
Patrimônio da Portobrás	24.817,91
Transf. União	27.223.384,47
Credores por Transf. Recursos	121.149,61
Creditos de Terceiros	36.018,00
Parcelamento de Dívidas	28.688,49
Exigível a Longo Prazo	2.818.960,80
Obrig. Venc. Apos Term. Ex. Subseq	2.867.226,47
Encargos Sociais	2.867.226,47
Recursos-Convenio/DNIT	48.265,67
CODOMAR/PORTOS - MA	48.265,67
Patrimônio Liquido	172.759.467,94
Capital Social	191.792.175,26
Capital Subscrito	191.792.175,26
Reservas de Capital	239.010,52
Aplic. Em Incent. Fisc/s. Rend	239.010,52
Lucros ou Prejuízos Acumulados	19.271.717,84
Lucro ouPrejuizo Exerc. Anter	9.818.703,42
Resultado do Exercício	9.453.014,42

JORGE LUIZ CAETANO LOPES

Diretor Administrativo-Financeiro

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 3.771, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Aprova a 4ª Revisão Ordinária, a 3ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da BR-101/RJ, trecho Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, explorado pela concessionária Autopista Fluminense S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 008/12, de 26 de janeiro de 2012, no que consta dos Processos nº 50500.099041/2011-43 e 50500.122730/2011-69;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI, Cláusulas 6.26 a 6.42, do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 004/2007, firmado com a Autopista Fluminense S.A.; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a 4ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 2,34500 para R$ 2,32144, com um decréscimo de 1,00 % (um inteiro por cento) e seu reajuste, com base na variação do IPCA.

Art. 2º Aprovar a 3ª Revisão Extraordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 2,32144 para R$ 2,41998, com um acréscimo de 4,24 % (quatro inteiros e vinte e quatro centésimos por cento).

Art. 3º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 2,82082 para R$ 3,10145, com um acréscimo de 9,95 % (nove inteiros e noventa e cinco centésimos por cento).

Art. 4º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) para R$ 3,10 (três reais e dez centavos), nas praças de pedágio P1, em Campos dos Goytacazes, P2, em Conceição de Macabu, P3, em Casimiro de Abreu, P4, em Rio Bonito, e P5, em São Gonçalo, com um acréscimo de 10,71 % (dez inteiros e setenta e um centésimos por cento).

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor a partir da zero hora do dia 2 de fevereiro de 2012.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças P1, P2, P3, P4, e P5

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	3,10
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	6,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	4,65
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	9,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	6,20
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	12,40
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	15,50
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	18,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	1,55

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011

PRM-JOA-RJ-00008052/2011.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000281/2011-98, determina:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR - Notícia de má prestação de serviço pelos Correios. Omissão da Ouvidoria em responder a reclamações em tempo razoável. Não entrega de encomenda em domicílio, sob alegação de falta de acesso. Averiguação dos critérios para tal classificação. Município de São João de Meriti.".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 41, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011

PRM-JOA-RJ-00008062/2011.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000266/2011-40, determina:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR - Possível ausência de código de endereçamento postal (CEP) na Rua Romênia, Lote 08, Quadra 66, Vila Central, Queimados.".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 9, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000659/2011-01, que visa apurar infração a legislação nacional de organismos geneticamente modificados;

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000659/2011-01, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000659/2011-01, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 12, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000094/2010-62, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000094/2010-62, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000094/2010-62, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000096/2010-51, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000096/2010-51, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000096/2010-51, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 14, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000097/2010-04, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000097/2010-04, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000097/2010-04, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 15, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000098/2010-41, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000098/2010-41, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000098/2010-41, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000099/2010-95, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000099/2010-95, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000099/2010-95, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 17, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que é função institucional do Ministério Público a promoção de inquérito civil público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal; art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75/1993);

b) considerando o novo teor da Resolução n° 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que impede, conforme seu artigo 4°, parágrafo 1º, as antes aceitas prorrogações sucessivas de prazos de procedimentos administrativos, os quais, dessa forma, passam a ser um meio de apuração utilizável apenas em questões de célere solução;

c) considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República, do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000060/2010-78, que visa a apurar irregularidades no cultivo de organismos geneticamente modificados.

d) considerando o prazo vencido do Procedimento Administrativo e a necessidade de realização de novas diligências para elucidação das irregularidades apontadas;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.25.001.000060/2010-78, a partir do desentranhamento de documentação constante do Procedimento Administrativo nº 1.25.001.000060/2010-78, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LYANA HELENA JOPPERT KALLUF PEREIRA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 398, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

No período de 23/01/2012 a 27/01/2012 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

DENISE VINCI TULIO
1.29.000.000275/2007-54 1.21.005.000008/2008-14
1.29.000.000157/2008-27 1.14.000.000258/2009-10
1.14.000.001438/2009-19 1.19.000.000361/2009-75
1.20.001.000119/2009-71 1.31.001.000194/2009-58
1.14.002.000096/2010-25 1.17.001.000169/2010-87
1.22.002.000089/2010-51 1.22.011.000188/2010-24
1.23.000.000488/2010-03 1.24.001.000010/2010-28
1.30.006.000129/2010-53 1.31.001.000190/2010-11
1.33.008.000279/2010-35 1.12.000.000560/2011-59
1.12.000.000870/2011-73 1.14.000.001075/2011-28
1.14.007.000082/2011-42 1.15.000.002084/2011-07
1.15.002.000180/2011-92 1.16.000.000895/2011-28
1.17.000.000859/2011-27 1.17.000.001446/2011-60
1.22.009.000216/2011-33 1.22.011.000045/2011-01
1.24.000.001908/2011-12 1.25.000.003529/2011-11
1.25.011.000023/2011-21 1.27.000.002013/2011-85
1.33.005.000684/2011-64 1.34.001.000602/2011-84
1.35.000.001805/2011-61 1.35.000.001878/2011-52
MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI
1.12.000.000575/2005-79 1.12.000.000116/2007-57
1.36.000.000731/2007-21 1.22.002.000406/2008-15
1.15.000.002285/2009-81 1.20.002.000004/2009-76
1.29.020.000019/2009-91 1.21.005.000002/2010-53
1.22.009.000191/2010-97 1.22.011.000071/2010-41
1.22.012.000237/2010-19 1.26.000.002060/2010-85
1.26.002.000039/2010-25 1.29.000.000994/2010-71
1.12.000.000704/2011-77 1.12.000.000864/2011-16
1.14.007.000040/2011-10 1.14.007.000066/2011-50
1.15.000.002059/2011-15 1.17.000.001856/2011-19
1.19.000.000519/2011-21 1.19.000.000669/2011-35
1.20.000.000029/2011-12 1.22.002.000075/2011-19
1.22.003.000007/2011-40 1.29.000.001054/2011-80
1.29.000.001111/2011-21 1.29.010.000482/2011-76
1.29.011.000143/2011-80 1.30.007.000102/2011-31
1.30.012.000072/2011-94 1.31.000.001051/2011-98
1.34.015.000098/2011-63 1.35.000.001813/2011-15
1.16.000.000004/2012-14 1.22.002.000006/2012-96
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
1.18.000.014120/2003-55 1.30.012.000154/2004-18
1.14.000.000657/2005-49 1.00.000.001982/2006-03
1.14.001.000066/2006-42 1.30.018.000037/2006-58
1.04.004.000375/2007-10 1.26.000.002504/2008-68
1.31.001.000038/2008-14 1.34.010.000370/2008-50
1.14.004.000225/2009-21 1.29.000.002033/2009-67
1.30.017.000186/2009-70 1.20.002.000094/2010-39
1.23.001.000210/2010-18 1.26.000.001158/2010-15
1.29.011.000311/2010-56 1.34.007.000104/2010-09
1.14.000.000324/2011-68 1.14.007.000084/2011-31
1.15.000.000521/2011-40 1.20.000.001421/2011-71
1.22.011.000150/2011-32 1.24.000.001915/2011-14
1.25.010.000238/2011-52 1.26.000.001134/2011-47
1.26.000.002642/2011-42 1.26.000.003051/2011-92
1.26.002.000026/2011-37 1.30.017.000216/2011-62
1.33.001.000104/2011-79 1.33.002.000152/2011-57
1.33.004.000026/2011-82 1.33.007.000098/2011-08
1.34.007.000272/2011-77 1.34.007.000310/2011-91
SAMANTHA CHANTAL DOBROWOLSKI
1.29.000.000344/2002-15 1.30.012.000147/2004-16
1.30.019.000057/2005-38 1.34.001.000713/2005-42
1.30.019.000065/2006-65 1.25.009.000312/2008-74
1.04.004.000216/2009-87 1.33.012.000086/2009-81
1.14.002.000108/2010-11 1.19.000.001371/2010-61
1.20.000.000234/2010-99 1.22.003.000964/2010-95
1.23.000.001713/2010-11 1.23.000.002052/2010-41
1.26.000.002989/2010-12 1.27.000.001560/2010-62
1.13.000.002090/2011-21 1.14.007.000059/2011-58
1.15.000.001777/2011-74 1.15.000.002078/2011-41
1.15.000.002163/2011-18 1.16.000.001448/2011-96
1.17.000.001728/2011-67 1.19.000.000044/2011-73
1.20.000.000072/2011-70 1.23.000.001430/2011-50
1.23.000.002088/2011-13 1.24.000.001867/2011-56
1.26.000.002697/2011-52 1.27.000.002534/2011-32
1.33.005.000400/2011-30 1.33.012.000059/2011-23
1.34.008.000339/2011-63 1.34.008.000472/2011-10
1.34.016.000264/2011-11 1.34.029.000129/2011-27
1.35.000.001899/2011-78
VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADA NUNES
1.30.012.000466/2001-71 1.13.000.000469/2005-58
1.16.000.002183/2005-03 1.14.000.000103/2006-22
1.18.000.005152/2007-93 1.25.003.013823/2007-25
1.26.005.000029/2007-64 1.24.001.000075/2008-59
1.16.000.003159/2009-15 1.23.000.001088/2009-73
1.26.000.000796/2009-85 1.20.000.001436/2010-58
1.26.000.002249/2010-78 1.27.000.001053/2010-29
1.29.017.000198/2010-59 1.30.012.000269/2010-42
1.10.000.000723/2011-78 1.14.000.001056/2011-00
1.17.000.001106/2011-39 1.17.002.000096/2011-02
1.23.000.000579/2011-11 1.24.001.000159/2011-98
1.26.000.002294/2011-11 1.27.000.002604/2011-52
1.29.000.000482/2011-95 1.29.000.000910/2011-80
1.29.018.000197/2011-85 1.33.005.000455/2011-40
1.33.005.000546/2011-85 1.33.012.000023/2011-40
1.34.001.007133/2011-24 1.34.004.001490/2011-59
1.34.004.001491/2011-01 1.34.009.000475/2011-43
1.34.029.000130/2011-51 1.19.000.000105/2012-83
Total de procedimentos distribuídos: 181

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 1.33.002.000135/2011-10. Assunto: Construção de Área de lazer na aldeia Toldo Chimbangue. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

O Ministério Público Federal, por seu agente signatário, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, inc. V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, entre outras, zelas pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, inciso III, da Carta Magna e artigo 5º, III, alínea "e", da Lei Complementar nº. 75/1993).

CONSIDERANDO que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

CONSIDERANDO, que é função institucional do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo foi instaurado a partir de documento encaminhado pelo Sr. Valmir Fernandes, Cacique do Toldo Chimbangue, noticiando a intenção de construção de uma área de lazer destinada ao acolhimento de índios que vendem artesanatos fora da aldeia, com o objetivo de levar a sociedade até a reserva para compra de artesanatos e coibir a situação de mendicância dos indígenas nas ruas de Chapecó-SC;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar os impactos ambientais que poderão ocorrer em razão da construção de tal área, bem como garantir os direitos dos indígenas;

CONSIDERANDO também que esta Procuradoria está aguardando manifestação da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, através do Antropólogo da PR/SC, quanto a viabilidade da construção de referida área de lazer;

O Procurador da República no Município de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 129, inc. II, III e VI da CF/88; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 6º, inc. VII, art. 7º, inc. I e art. 8º, todos da Lei Complementar nº. 75/93; art. 1º, caput, art. 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução nº. 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º e art. 4º da Resolução nº. 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público), resolve:

Converter o presente procedimento preparatório de inquérito civil em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para dar continuidade à instrução, determinando a adoção das seguintes medidas:

a) Registro da presente portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº. 87/2006 do CSMPF e da Resolução nº. 23/2007 do CNMP;

b) Expedição de cópia da presente Portaria de Instauração à 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, para fins do disposto nos artigos 6º e 16 da Resolução nº. 87/2006 e, nos artigos 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, procedendo-se à juntada aos autos da comprovação do envio do documento.

Proceda-se às anotações no sistema de acompanhamento processual do Ministério Público Federal (ÚNICO), inclusive a respeito da conversão do procedimento preparatório de inquérito civil em inquérito civil público.

Sem prejuízo, acaso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um ano, sejam os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

RENATO DE REZENDE GOMES

PORTARIA Nº 5, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.33.002.000117/2011-38. Assunto: Licenciamento Ambiental concedido pela FATMA à empresa REALIZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

O Ministério Público Federal, por seu agente signatário, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, inc. III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional promover ação civil pública e inquérito civil público, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, bem como, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II e III da CF).

CONSIDERANDO que é dever do Estado e da coletividade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que é preciso conscientizar a coletividade e empreendedor de que existe um dever consistente na prática de atos positivos, seja para impedir o dano ambiental, seja para reparar o dano ocorrido;

CONSIDERANDO, que é função institucional do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a informação recebida sobre suposta irregularidade no licenciamento ambiental concedido pela FATMA à empresa REALIZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA para a implantação do Loteamento Santos Dumont, no Bairro Quedas do Palmital, neste Município de Chapecó;

CONSIDERANDO, também que esta Procuradoria está aguardando manifestação do Batalhão de Polícia Militar Ambiental "Dr. Fritz Muller" quanto ao resultado de vistoria no local do empreendimento, bem como quanto ao estágio da vegetação existente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Procurador da República no Município de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 129, inc. II, III e VI da CF/88; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 6º, inc. VII, art. 7º, inc. I e art. 8º, todos da Lei Complementar nº. 75/93; art. 1º, caput, art. 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução nº. 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º e art. 4º da Resolução nº. 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público), resolve:

Converter o presente procedimento preparatório de inquérito civil (Procedimento Administrativo) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para para dar continuidade à instrução, determinando a adoção das seguintes medidas:

a) Registro da presente portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº. 87/2006 do CSMPF e da Resolução nº. 23/2007 do CNMP;

b) Expedição de cópia da presente Portaria de Instauração à 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, para fins do disposto nos artigos 6º e 16 da Resolução nº. 87/2006 e, nos artigos 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, procedendo-se à juntada aos autos da comprovação do envio do documento.

Proceda-se às anotações no sistema de acompanhamento processual do Ministério Público Federal (ÚNICO), inclusive a respeito da conversão do procedimento preparatório de inquérito civil em inquérito civil público.

Sem prejuízo, acaso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um ano, sejam os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

RENATO DE REZENDE GOMES

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, lotado e em exercício no 13º Ofício na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127, caput);

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos, para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor (LC nº 75/93, art. 6º, alínea c);

CONSIDERANDO a necessidade de confecção de Registro Administrativo de Nascimento Indígena para crianças da Comunidade Guarani de Granja Vargas;

CONSIDERANDO que o expediente já foi prorrogado e a referida demanda ainda não foi atendida pela FUNAI; resolve:

Nos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, converter o Procedimento Administrativo nº 1.29.000.000937/2011-72 em Inquérito Civil Público, mantendo-se o mesmo objeto "Confecção de Registro Administrativo de Nascimento Indígena para crianças da Comunidade Guarani de Granja Vargas".

DETERMINA:

I - Comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 6ª CCR/MPF;

II - Cumpra-se o item 2 do despacho de fl. 18.

JULIANO STELLA KARAM

PORTARIA Nº 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

(ETIQUETA Nº 846/2012)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, XI e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o artigo 129, inciso V, da Constituição Federal, determinou como função institucional do Ministério Público "defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas."

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.24.000.000820/2011-75 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS FATOS INVESTIGADOS: Indígena. Aldeia Jacaré de César. Desmatamento de área. Conflito.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: JOSÉ EDSON SOARES DE LIMA.

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: JOSEMAR SOARES DE LIMA (índio) e RAIMUNDO SOARES GOMES (índio)

Determina que a Secretaria da PRDC aguarde por 20 dias resposta ao Ofício nº 66/2012/PR/PB/PRDC, enviado à FUNAI, em 13/01/2012 (fl. 28), solicitando informações sobre a condição de indígena do Sr. José Edson Soares de Lima e delimitação da área por ele explorada. Após a resposta da FUNAI/PB, tragam-me conclusos os autos, para providências.

Ordena, ainda, que seja comunicada a 6ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo.

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 163, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº REP 000368.2011.01.003/1 - 303, instaurado de ofício nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, INSTITUTO VIDA E SAÚDE - INVISA, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na intermediação de mão de obra para o Município de Porciúncula, notadamente na área de saúde;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve: instaurar o Inquérito Civil nº 000368.2011.01.003/1 - 303, em face de INSTITUTO VIDA E SAÚDE - INVISA. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 169, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados nos autos do Procedimento Preparatório nº 000925.2008.01.006/0-604, instaurado com a finalidade de apurar denúncia de irregularidades no pagamento de verbas trabalhistas aos empregados, ausência de registro do contrato de trabalho e jornada excessiva.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000925.2008.01.006/0-604 em face de CASA DE SAÚDE SANTA RITA DE CÁSSIA S/C, CNPJ: 30.110.902/0001-41, com sede na Alameda São Boaventura, 321, Fonseca, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho MAURICIO GUIMARÃES DE CARVALHO, que poderá ser secretariado pela servidora CRISTINA PINHEIRO ARAUJO PIRES, Analista Processual.

MAURICIO GUIMARÃES DE CARVALHO

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 50, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 001536.2011.08.000/6
Denunciante : CARLOS RAIMUNDO COSTA ARAÚJO e OUTRO
Denunciado/Inquirido (s): PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
Objetos: - Trabalho na Administração Pública
- Irregularidade na Contratação para Execução de Programas Governamentais
- Vale-Transporte

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a ocorrência de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima;

Considerando que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 51, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 001656.2011.08.000/6
DENUNCIANTE : DISQUE DENÚNCIA
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): VIAJE BEM TRANSPORTE
OBJETOS: - CTPS e Registro de Empregados;
- Jornada de Trabalho;
- Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei;
- Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional;

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho;

Resolve determinar, a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 53, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000037.2012.08.000/5
DENUNCIANTE: DISQUE DENÚNCIA
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): MARCOS PRINT LTDA. EPP
OBJETOS: - Fraudes decorrentes de Sucessão, Falência e Recuperação Judicial de
Empregadores;
- Empregados obrigados a fazer a mudança da empresa;
- Não pagamento de horas Extras.

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a ocorrência de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO
Procuradora do Trabalho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 54, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000041.2012.08.000/0
DENUNCIANTE : DISQUE DENÚNCIA
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): - GRECO FORMA ACADEMIA LTDA.
OBJETOS: - Fraudes para Descaracterizar a Relação de Emprego;
- Desvirtuamento de Estágio

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR, a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

Registre-se. Autue-se. Publique-se.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 59, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000055.2012.08.000/7
DENUNCIANTE : INSS
DENUNCIADO/INQUIRIDO(s): FROTA OCEÂNICA DA AMAZÔNIA
OBJETOS: - Atividades e Operações Insalubres
- EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 66, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000062.2012.08.000/3
DENUNCIANTE: SINTCVAPA
DENUNCIADO/INQUIRIDO(s): LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
OBJETO(S): - Remuneração e Benefícios
- Vinculação do recebimento do adiantamento à assiduidade do empregado

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a ocorrência de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 64, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000004.2012.08.000/4
DENUNCIANTE: SIGILOSO
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): - SR. VALTER
OBJETO(S): - EPI e EPC - Equipamentos de proteção Individual ou Coletiva

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a ocorrência de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima; considerando que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 90, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000756.2011.08.000/7
DENUNCIANTE: ALEXANDRE PEREIRA BENTES
DENUNCIADO/INQUIRIDO: E G S - ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
OBJETOS: - Assedio Moral e Discriminação a Trabalhadores
- Doença congênita ou adquirida

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR, a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 67, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 00801.2011.08.000/7
DENUNCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): METELÚRGICA SÃO JOÃO
OBJETO(S): - Aprendizagem;
- Cota legal

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR, a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 92, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000063.2012.08.000/0
DENUNCIANTE: ROCICLÉIA NUNES SOUSA
DENUNCIADO/INQUIRIDO (s): CONDOMÍNIO DO CASTANHEIRA SHOPPING CENTER
OBJETO(S): - Assédio Moral

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º. Inciso VIII, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com o art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQUÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para a apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

PORTARIA Nº 87, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000565.2011.08.000/1
DENUNCIANTE: SRTE/PA
DENUNCIADO/INQUIRIDO: FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA - GABRIELA VIANA BRAGA TINOCO
OBJETO(S):- Trabalho análogo a escravo: condição degradante.

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º, inciso VII, e art. 84, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pelo Procurador do Trabalho signatário, para apuração dos fatos denunciados.

FAUSTINO BARTOLOMEU ALVES PIMENTA

PORTARIA Nº 88, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

PROCESSO Nº 000026.2012.08.000/0
DENUNCIANTE: 13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM
DENUNCIADO/INQUIRIDO: PAYSANDU SPORT CLUB
OBJETO(S): - Fraudes nas relações de trabalho.

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que há notícia de lesão aos direitos relacionados aos temas descritos acima na Denunciada/Inquirida;

CONSIDERANDO que as supostas lesões ensejam a atuação do Ministério Público do Trabalho, segundo as funções previstas no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, concorrente com o art. 6º, inciso VII, e art. 84, § 1º, da Lei nº 7.347/1985 e com art. 4º da Resolução nº 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; resolve:

DETERMINAR a instauração de INQÉRITO CIVIL em face da empresa em epígrafe, que será presidido pela Procuradora do Trabalho signatária, para apuração dos fatos denunciados.

CAROL GENTIL ULIANA PORTO

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 15, DE 25 DE JANEIRO DE 2012 (*)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos arts. 31, inciso I, e 28, inciso XLIII, do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO NARDES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)**	
	Liquidadas(a)	***Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados(b)***
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.143.701.534,07**	**21.092.471,93**
Pessoal Ativo	728.596.812,64	15.096.623,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	415.104.721,43	5.995.848,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**215.387.543,82**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.096.994,82	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	210.290.549,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**928.313.990,25**	**21.092.471,93**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)	**949.406.462,18**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**558.706.386.600,00**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**0,1699%**
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	**2.402.437.462,38**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	**2.282.315.589,26**

Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2011, Portaria STN nº 30, de 18 de Janeiro de 2011 (RCL)
Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA(c) = (a - b)**
Contr.Social S/O Lucro das P.Jurídicas (51)	28.557,84	0,00	28.557,84
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	-2.776.673,79	0,00	-2.776.673,79
	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**-2.748.115,95**	**0,00**	**-2.748.115,95**
Recursos Ordinários (00)	224.198.477,17	66.917.962,23	157.280.514,94
Recursos não-financeiros dir. arrecadados (50)	80,00	0,00	80,00
Fonte a classificar (77)	-3.978,13	0,00	-3.978,13
Recursos Diversos (90)	-75,10	0,00	-75,10
Doações de Entidades Internacionais (95)	3.279,00	0,00	3.279,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**224.197.782,94**	**66.917.962,23**	**157.279.820,71**
TOTAL (III) = (I + II)	**221.449.666,99**	**66.917.962,23**	**154.531.704,76**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2011
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI — R$ 1,00

Destinação de Recursos	**Restos a Pagar**				**Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar Não Processados do Exercício**	**Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)**
	Liquidados e Não Pagos		**Empenhados e Não Liquidados**			
	De Exercícios Anteriores	**Do Exercício**	**De Exercícios Anteriores**	**Do Exercício**		
Contr.Social S/O Lucro das P.Jurídicas (51)	0,00	0,00	0,00	0,00	28.557,84	0,00
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.673,79	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Recursos Vinculados (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.748.115,95**	**0,00**
Recursos Ordinários (00)	0,00	905,18	66.102.721,51	66.032.046,08	157.280.514,94	0,00
Rec.não-fin. diret.arrecadados (50)	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fonte a classificar (77)	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.978,13	0,00
Recursos Diversos (90)	0,00	0,00	0,00	0,00	-75,10	0,00
Doações de Ent. Internacionais (95)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.279,00	0,00
Total dos Recursos Não Vinculados (II)	**0,00**	**905,18**	**66.102.721,51**	**66.032.046,08**	**157.279.820,71**	**0,00**
TOTAL (III) = (I+II)	**0,00**	**905,18**	**66.102.721,51**	**66.032.046,08**	**154.531.704,76**	**0,00**

Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2011

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	949.406.462,18	0,1699%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.402.437.462,38	0,4300%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.282.315.589,26	0,4085%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	66.032.046,08	154.531.704,76

Fonte: Demonstrativos Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.

Carlos Roberto Caixeta
Secretário-Geral de Administração -em substituição
Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Secretário de Controle Interno
José Eliomá Oliveira Albuquerque
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

(*) Republicada em decorrência de incorreção no documento original, publicado no Diário Oficial da União de 27/1/2012, seção 1, página 78/79.

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 3/2012 (ORDINÁRIA)
Sessão em 1º de fevereiro de 2012, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-004.579/2011-9
Natureza: Relatório de Monitoramento
Responsável: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA (03.659.166/0035-51)
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.253/2008-8
Natureza: Acompanhamento
Órgão: Conselho Nacional de Justiça - CNJ
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.794/2001-0
Natureza: Tomada de Contas Simplificada -
Exercício: 2000
Órgão/Entidade: Parque de Material Bélico da Aeronáutica - Rio de Janeiro
Responsáveis: Adeir do Couto Vieira (790.180.688-53) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.625/2011-9
Natureza: Relatório de Levantamento
Interessados: Ministério Público do Estado de Mato Grosso (00.000.000/0001-23); Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Goiás (01.409.598/0001-30)
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador); Secretaria de Estado da Saúde de Goiás; Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná; Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Saúde Em Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.315/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria Especial de Portos; Secretaria Executiva - MME; Secretaria Executiva - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.589/2011-0
Natureza: Representação
Órgão: Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministéro da Saúde - MS
Interessada: Associação Brasileira da Indústria Gráfica/Regional do Distrito Federal - Abigraf-DF
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-003.540/2011-1
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso - Secex/MT.
Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.317/2011-8
Natureza: Monitoramento
Responsável: Aloísio Teixeira (CPF 806.412.370-49).
Interessado: Secex-RJ.
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.869/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Luiz Antônio Pagot (CPF 435.102.567-00), Luís Munhoz Prosel Júnior (CPF 459.516.676-15), Hideraldo Luiz Caron (CPF 323.497.930-87) e Nilton de Brito (CPF 140.470.121-49).
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: Rodrigo de Miranda Azevedo (OAB/PE 21164) e outros.

TC-037.021/2011-7
Natureza: Consulta
Entidades: Secretaria de Infraestrutura do Rio Grande do Norte
Interessada: Kátia Marina Cardoso Pinto
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-005.018/2003-2
Natureza: Acompanhamento
Interessados: Luiz Duboc Pinaud (CPF 031.987.077-49); Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Ministério da Justiça (MJ) (vinculador); Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Responsáveis: Aécio Alves da Costa (042.611.277-68); Carioca Christiani Nielsen S/A (40.450.769/0001-26); Carlos Augusto Siqueira (454.436.537-68); Clayton Alfredo Nunes (038.486.298-52); Guilherme Tupper Caldas (549.132.927-49); Ijapoan Moteiro Pereira (343.934.127- 53); João Luiz Duboc Pinaud (031.987.077-49); Marco Aurelio Marques Correa (399.400.557-49); Mauricio do Nascimento (421.635.877-20); Paulo Eduardo Murad (300.060.407-30); Pedro Patrício Filho (253.039.107-68); Sergio Marques Fabiano Alves (314.737.097-68); Silvio Palhares (771.009.997-15); Ângelo Roncalli de Ramos Barros (185.218.601-10).
Órgãos/Entidades: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Ministério da Justiça (MJ) (vinculadores); Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Advogados constituídos nos autos: Flávia Firgulha da Costa Souza (OAB-/RJ 147.953); Beatris Jardim de Azevedo (OAB/RJ 17.413)

TC-005.904/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Francisco Carlos Santos (195.052.726-34); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Sebastião Donizete de Souza (288.866.236-15); Sílvio Duarte Melo (204.285.296-15)
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Advogados constituídos nos autos: Evandro França Magalhães OAB/MG 33.017 e outros.

TC-013.551/2001-2
Apensos: 014.690/2010-1; 003.601/1999-4; 008.870/2001-3; 001.144/2001-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício 2000
Responsáveis: Hugo de Almeida (000.998.054-72); Madson Antonio Brandão da Costa (059.263.352-72); Maurício Benedito Barreira Vasconcelos (130.387.707-44); Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (138.881.291-68)
Órgão/Entidade: Superintendência de Desenv. da Amazônia/PA
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.496/2006-9
Apensos: 004.724/2007-6 (Solicitação); 012.072/2008-8 (Relatório de Levantamento); 007.978/2007-1 (Relatório de Levantamento)
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsáveis: Alexandre de Oliveira (737.967.786-15); Arg Ltda. (20.520.862/0001-52); Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); Gelson Cunha (080.110.876-49); Hugo Sternick (296.677.716-87); João de Sousa Freitas (104.715.101-49); Sebastião de Abreu Ferreira (044.253.596-15); Álvaro Campos de Carvalho (013.034.732-91)
Interessados: Congresso Nacional e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT (04.892.707/0001-00)
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex/MG)
Advogado constituído nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947)

TC-018.508/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Márcia Maria Souza da Costa Moura (321.381.211-00); Simone Nassar Tebet (010.995.617-60)
Entidade: Município de Três Lagoas/MS
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.846/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José dos Reis (243.826.636-87); Gilson Domingos da Silva (458.504.886-34); Aender Alves de Araújo (975.807.676-00); Maria José de Oliveira e Silva (815.318.266-87) e Construtora Chaves & Rangel Ltda. (21.316.427/0001-73)
Entidade: Município de Itabirinha de Mantena/MG
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG).
Advogado constituído nos autos: Walassy Magno Feliciano Reis (OAB/MG 85.754)

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-019.437/2011-0
Natureza: Representação
Representantes: Deputados Federais Duarte Nogueira e Vanderlei Macris
Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.105/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Melo e Pinheiro Ltda.
Unidade: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: Wendel Meireles (OAB/DF nº 20.234)

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.716/2011-2
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT/MTE
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.011/2010-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura - MinC, Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.926/2010-1
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador) e Instituto Brasileiro de Turismo - MTur
Advogado constituído nos autos: não há

TC-034.989/2011-0
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso - TRE/MT
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso - TRE/MT
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-324.002/1994-7
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrentes: Jorge Alberto Anders (CPF 379.762.227-91), José de Oliveira Camillo (CPF 039.306.517-00) e Reginaldo de Almeida (CPF 905.434.917-49).
Entidade: Município de Vila Velha/ES.
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098), José Júlio dos Reis (OAB/DF 22.057), Luis Carlos da Silva Neto (OAB/RJ 71.111) e Renatta Lima de Oliveira (OAB/DF19.879)

Interessado(s) na Sustentação Oral
Walter Costa Porto - OAB/DF 6098

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-026.069/2008-4
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Relatório de Acompanhamento
REVISOR: Ministro AROLDO CEDRAZ (ATA 54/2011)
Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-026.969/2010-6
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC
Recorrente: Dental Rio Branco Ltda. (CNPJ: 01.920.430/0001-94)
Advogada constituída nos autos: Márcia Chisthiny Costa Barbosa (OAB/AC 2.525).

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-000.054/2012-7
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Entidade: Fundo Garantidor de Créditos - FGC
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-036.094/2011-0
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero.
Interessado: Tribunal de Contas da União (Secob-1)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-018.940/2011-0
Natureza: Representação
Órgão: Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
Interessado: Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação (CNPJ 05.085.461/0001-28).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-008.506/2004-0
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Simplificada)
Órgão/Entidade: Hospital Militar de Área de Campo Grande
Responsáveis: Alaor Simao Leiria (327.342.470-20); Armando Carlos Giannini Masseron (075.433.098-23); Ary Goulart Posterlli (145.831.738-22); Ediberto Nunes (171.886.282-20); Fernando Jose Mautoni (521.772.466-87); Firmino Antonio Morais Canedo (004.943.721-68); Ivo Luiz Pereira da Rosa (137.615.790-04); Jorge Cafure Júnior (355.978.791-20); Jorge Freitas da Silva Filho (622.684.737-91); Jose Tadachi Sugai (025.075.758-32); Lincoln Jose Pereira Marques (354.519.631-34); Meyer Ostrowsky (211.629.996-91); Otavio Godoi das Virgens (562.749.391-72); Paulo de Tarso Goncalves Chaves (432.859.886-49); Sebastiao Sergio Barbosa da Rocha (371.660.699-53); Suprimed Comércio de Materiais Médicos Hospitalar e Laboratorial Ltda. (24.660.664/0001-45)
Interessados: Hospital Militar de Área de Campo Grande (00.394.452/0381-78)
Advogado constituído nos autos: Fernando Amaral Santos Velho (OAB/MS 3.289)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-011.660/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Município de Pão de Açúcar, Alagoas e Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas.
Responsáveis: Antonio Carlos Lima Rezende (061.353.584-72); Diogenes Otero Galhardo Braga (403.184.277-53); Edson Duarte Pacheco (129.494.934-91); Empretel Empreendimentos Técnicos do Nordeste Ltda. (12.189.759/0001-43); Jasson Silva Gonçalves (215.984.364-49); Roosevelt Patriota Cota (035.997.104-06)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-016.532/2010-4
Natureza: Administrativo
Órgão/Entidade: não há.
Interessado: Aderbal Amaro de Souza (098.071.441-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-002.130/2008-0
Natureza: Recurso em processo administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Recorrente: Ricardo Fava Corsatto.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-016.025/2006-0
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.
Recorrentes: Maria da Glória Lopes Pereira (CPF 194.491.196-00); Pedro Aranha Corrêa do Lago (CPF 532.830.077-72).
Advogado constituído nos autos: Guilherme D'Aguiar (OAB/RJ 135.174.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.179/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Instituto de Tecnologia Aplicada à Educação - Novo Horizonte.
Responsáveis: Instituto de Tecnologia Aplicada à Educação - Instituto Novo Horizonte (CNPJ 04.482.911/0001-53), Antônio Carlos de Souza Medeiros (CPF 920.431.356-00 e CPFs cancelados 822.090.906-44 e 867.218.106-97), Luiz Carlos Coelho de Medeiros (504.299.061-53 e CPF cancelado 210.685.261-49), Aniceto Weber (CPF 034.922.659-87), Natália Gedanken (CPF 134.580.604-30), Joe Carlo Viana Valle (CPF 308.642.911-91), Rosani Aparecida Araujo (CPF 529.016.376-04) e empresa T&Z Copiadora Papelaria e Informática Ltda. (CNPJ 07.234.132/0001-27).
Interessado: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
Advogados constituídos nos autos: Dênia Érica Gomes Ramos Magalhães (OAB/DF 19.090); Délio Lins e Silva (OAB/DF 3.439).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-006.340/2010-5
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União
Interessada: Rozana Haddad de Assis (TEFC, matrícula TCU 2110-5)
Advogado constituído nos autos: Luciane Coêlho Carvalho, OAB/DF 21.550.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.414/2011-3
Natureza: Representação
Unidade: Casa Civil da Presidência da República
Responsáveis: Fabio Mota (123.253.416-15); Jorge Alberto Rocha de Menezes (291.350.101-00); Maria de Fatima Campos Oliveira (219.941.293-87)
Advogado constituído nos autos: Sergio Peres Faria, OAB/DF 15.829.

TC-032.786/2011-5
Apensos: 032.695/2011-0 (processo que trata da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos), 032.696/2011-6 (processo que trata da concessão do Aeroporto Internacional de Brasília), 034.225/2011-0 e 034.229/2011-6.
Natureza: Desestatização.
Órgão: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).
Responsável: Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Anac (CPF 837.440.611-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-037.495/2011-9
(processo eletrônico).
Natureza: Representação.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Interessado: Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Norte - Sindesp (CNPJ 40.811.849/0001-80).
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-008.575/2005-6
Apensos: TC 014.500/2009-3, TC 014.676/2007-0, TC 006.284/2008-4, TC 007.430/2010-8, TC 019.811/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração (em Relatório de Levantamento).
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Interessados: Adauto César Ferreira Machado Filho e Ernesto Escóssia Araújo Camarço.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.856/1995-0
Natureza: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em
Interessado: Gerson Pereira Valle
Entidade: Fundação Nacional de Artes - Funarte
Advogados constituídos nos autos: Luiz Manoel Nasi Sandes, OAB/RJ n.º 39.791, Rosane Rosalvo Santos, OAB/RJ nº 86.910-E, e Luísa de Pinho Valle, OAB/DF nº 19.371.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-009.404/2008-8
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2008).
Entidade: Secretaria de Infraestrutura Hídrica.
Responsável: Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-018.949/2011-8
Natureza: Representação (com requerimento de medida cautelar)
Órgão: Superintendência Regional na Paraíba do Departamento de Polícia Federal - DPF
Interessada: Falconseg - Segurança de Valores Ltda. (CNPJ 05.554.220/0001-80)
Advogado constituído nos autos: Pedro Henrique Nunes Freire (OAB/PB 16.061)

TC-037.317/2011-3
Natureza: Representação com pedido de medida cautelar
Entidade: Município de Araras/SP
Interessada: Mapa Construtora e Empreendimentos Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Nilton Stachissini (OAB/SP 79.671)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-007.036/2005-6
Natureza: Pedido de Reexame
Unidade: Prefeitura Municipal de Goiânia - GO
Responsáveis: Adhemar Palocci (005.815.438-82); Argemiro Antônio Fontes Mendonça (252.234.101-49); Clodoveu Reis Pereira (136.296.201-59); Darci Accorsi (060.983.551-34); Everton Sérgio Schmaltz (302.348.676-04); Júlio César Costa (031.417.131-20); Maisa Miralva da Silva (476.798.401-72); Nelson Caproni Júnior (716.927.388-87); Nelson de Salles Guerra Guzzo (004.547.611-04); Nion Albernaz (002.939.201-25); Otaliba Libanio de Morais Neto (464.382.971-00); Pedro Wilson Guimaraes (004.231.901-30); Prefeitura Municipal de Goiânia - GO (01.612.092/0001-23)
Advogados constituídos nos autos: José do Carmo Alves Siqueira (OAB/GO 12.903).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.280/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Hospital Clementino Fraga Filho; Hospital da Lagoa; Hospital de Ipanema; Hospital do Andaraí; Hospital Federal Cardoso Fontes; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Universitário Antonio Pedro; Hospital Universitário Gaffree e Guinle da UNIRIO; Instituto Evandro Chagas; Instituto Fernandes Figueira; Instituto Nacional de Cardiologia; Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia; Instituto Nacional do Câncer
Responsáveis: Cremer S.A. (82.641.325/0001-18); Edina Alipio Gomes (485.545.027-87); Leslie de Albuquerque Aloan (185.241.507-00); Manoel Vieira Peixoto Junior (682.827.887-91); Marcelo Viana Araújo (535.448.207-06); Sandra da Silva Azevedo Pinho (409.733.607-04); Tarcisio Rivello de Azevedo (014.377.987-72); Valcinea de Sousa Pinheiro Carvalho (366.117.437-15)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-008.594/2009-4
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Gerson Oliveira Penna (ex-secretário, CPF 083.733.102-15)
Unidade: Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: Edelberto Luiz da Silva (OAB/DF 11.292)

TC-010.038/2008-7
Apensos: TC 018.820/2009-0 e TC 018.821/2009-8
Natureza: Recurso de revisão em tomada de contas especial
Recorrente: Edvaldo Fraga da Silva (ex-prefeito, CPF 784.388.888 87)
Unidade: Prefeitura Municipal de Ouroeste/SP
Advogado constituído nos autos: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF nº 28.361)

TC-015.328/2004-7
Natureza: Pedido de reexame em processo de auditoria
Recorrentes: Ícaro de Sousa Moreira (reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC, CPF 090.783.123-00), Fernando Henrique Monteiro Carvalho (superintendente de Recursos Humanos, CPF 143.038.763-72), Carlos Augusto Nunes Rodrigues (diretor do Departamento de Administração de Pessoal, CPF 164.833.243-91) e Antônio Aroldo Lins Soares (ex-superintendente de Recursos Humanos, CPF 001.782.923-20)
Unidade: Universidade Federal do Ceará - UFC/MEC
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-006.284/2009-2
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Unidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap
Responsáveis: Ângelo José de Carvalho Baptista (CPF: 976.247.137-72) e João Rodolfo Ribeiro Gonçalves (CPF: 000.541.353-20)
Advogada constituída nos autos: Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-021.003/2009-8
(com 03 anexos)
Natureza: Representação
Representante: Secex/RR
Unidade: Boa Vista Energia S/A - BV Energia (Eletrobras Distribuição Roraima)
Advogado constituído nos autos: Gerson Alves de Oliveira Júnior (OAB/DF 9.339)

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-009.327/2008-7
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Francisco das Chagas e Silva (CPF 312.075.966 04) e Paulo César de Oliveira Carvalho (CPF 114.307.375 49).
Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
Advogado constituído nos autos: Fernando Antonio Freire de Andrade (OAB/DF 748-A)

TC-024.761/2009-3
Apenso: TC 023.760/2009-1
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Banco do Brasil S.A. e SIA Teledata Inovações Tecnológicas Ltda.
Unidade: Banco do Brasil S/A
Advogado constituído nos autos: Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-010.467/2004-8
Apenso: TC 021.848/2005-0
Unidade: Município de Monte Negro/RO.
Responsáveis: Jair Miotto (CPF 239.456.059 20); Terra Sul Construções e Terraplanagem Ltda. (CNPJ 03.227.405/0001 55).
Advogado constituído nos autos: Whanderley da Silva Costa (OAB/RO 916)

TC-028.046/2006-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Luis Teixeira de Almeida (CPF 240.849.051-00) e Marilena Terumi Mariama de Almeida (CPF 275.016.801-59).
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira -Superintendência Regional da Amazônia Oriental - Núcleo de Extensão de Alta Floresta (Ceplac/Supor/Aflo).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-022.871/2009-6
Natureza: Monitoramento
Unidade: Ministério da Fazenda - Gerência Regional de Administração no Estado do Acre
Responsável: Andreia Maria Costa Santos, CPF 078.961.072-87
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-008.297/2010-0
Natureza: Representação
Interessado: Secex/TO
Unidade: Município de Araguaína/TO
Responsáveis: Valderez Castelo Branco Martins (CPF 056.983.751-00), Mahmoud Wadih Elkadi (CPF 166.266.481-87) Francelino Martins Borges (CPF 117.466.291-34), Marco Antonio Machado Junior (CPF 598.006.236-04), Alessandra A. França Alves (CPF 849.029.906-44), Leonardo Rossini da Silva (CPF 810.496.501-82), Giancarlo G. Menezes (CPF 758.221.051-49), Félix Valuar de Sousa Barros (CPF 094.853.251-34), Nourival Batista Ferreira (CPF 084.746.561-68), Fábio Levy Rocha (CPF 229.765.746-34), Walmir de Sousa Ribeiro (CPF 427.192.081-91), Construtora Central do Brasil Ltda. (CNPJ 02.156.313/0001-69)
Advogados constituídos nos autos: Ronan Pinho Nunes Garcia, OAB/TO 1.956, e Regis Antônio Caetano, OAB/TO 1.863.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe I - Recursos

TC-012.708/2004-2
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Geraldo Francisco da Costa, CPF 113.829.452-72.
Entidade: Município de São Luiz do Anauá/RR.
Advogados constituídos nos autos: Francisco de Assis Guimarães Almeida (OAB/RR 157-B)

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-010.936/2009-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Interessada: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgãos/Entidades: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, Fundação Nacional do Índio - Funai, Fundação Nacional da Saúde - Funasa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e Museu Paraense Emílio Goeldi.

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-014.551/2005-0
Apenso: TC 005.417/2004-5
Natureza: Relatório de Inspeção
Órgão: 9º Batalhão de Infantaria Motorizado
Responsáveis: Fabio Mauch Palmeira (CPF 755.155.980-91); Giuliano Fuculo Machado (CPF 882.251.780-68); Guilherme Lima Torres Sangineto (CPF 018.505.217-78); Ivo Manoel da Silva Junior (CPF 469.781.607-25); Jairo Antônio Pinv Thorow (CPF 723.937.500-53); Jose Carlos Poppl Filho (CPF 251.327.920-49); José Carlos Pinheiro da Silva (CPF 051.565.645-34); Leandro Lemos de Lima (CPF 180.776.898-84); Marcos Alexandre de Avila Leivas (CPF 576.112.540-49); Rodrigo Elpidio da Silva (CPF 180.777.198-99); H.M. Krolow & Cia Ltda. (CNPJ 03.165.306/0001-96); e Coffer Comércio de Equipamentos Ltda. (04.411.116/0001-74)
Advogados constituídos nos autos: Cláudio Leite Pimentel AO/RS 19.507; Rafael Orlandi Bareño OAB/RS 63.490; Fabrício Zamprogna Matiello OAB/RS 30.729

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-018.364/2008-0
Natureza: Representação
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí (Sescoop/PI) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Responsáveis: Flávio André Pereira Moura (CPF 397.397.833-68); José Gutemberg Ferreira dos Santos (CPF 349.569.213-49); José Pinto de Alencar (CPF 181.828.874-53); Raimundo de Carvalho Noronha Araujo (CPF 203.836.222-04)
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Piauí - Ministério Público Federal (MPF)
Advogado constituído nos autos: Paulo Germano Martins Aragão (OAB/PI 5.128)

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-012.827/2011-8
Natureza: Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria).
Interessado: Congresso Nacional.
Responsáveis: Antonio Geraldo Alves Bosshard (054.501.014-49); Construtora Sam Ltda. (11.520.665/0001-42); Fabrício Gaudêncio Baptista (244.793.654-00).
Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MICI.
Advogado constituído nos autos: Gustavo Vieira de Melo Monteiro (OAP/PE 16.799).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-033.411/2011-5
Natureza: Monitoramento.
Interessados: Procuradoria da República no Município de Campinas e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região/Campinas/SP - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 27 de janeiro de 2012.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 2/2012 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 1º de fevereiro de 2012, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-036.353/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.480/2011-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.835/2011-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.567/2011-0
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-006.766/2009-1
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-006.051/2011-1
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-021.087/2009-8
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-034.879/2011-0
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-024.384/2011-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.103/2011-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.817/2011-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-019.827/2011-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.886/2011-2
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.587/2011-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-033.048/2008-4
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art.112 do R.I.)
Natureza: Tomada de Contas Especial
REVISOR: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (ATA 15/2011)
Advogados constituídos nos autos: Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998); J. A. Lima Gonçalves (OAB/SP 66510); Arthur Brant de Carvalho (OAB/SP 196.755); Cinthia Costa de Souza (OAB/RJ 60.402); José Eduardo Rangel de Alckmin (OAB/DF 2.977); Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826); Maria Joanez Muniz de Sousa (OAB/DF 12.918).

Sustentação Oral em nome de CLÁUDIO NESS MAUCH e DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO

Interessado(s) na Sustentação Oral
João Geraldo Piquet Carneiro - OAB/DF 800-A

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-006.232/2008-8
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ nº 67.460; Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ nº 62.929.

Sustentação Oral em nome da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

Interessado(s) na Sustentação Oral
Eduardo Rodrigues Lopes - OAB/DF 29283
Christiane Pantoja - OAB/DF 15.372

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-036.647/2011-0
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-034.399/2011-9
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.154/2011-7
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-036.874/2011-6
Natureza: Desestatização.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-006.582/2009-4
(com 2 volumes e 21 anexos)
Apensos: TC-004.942/2009-1 e TC 011.653/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame
Advogados constituídos nos autos: Francisco Eduardo Carrilho Chaves (OAB/DF nº 22.322).

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe VI - Matérias remetidas pelo Relator ou pelas Câmaras, na forma estabelecida no § 1º do art. 17 e no parágrafo único do art. 139.

TC-014.359/2010-3
Natureza: Pensão Civil
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 27 de janeiro de 2012.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

ATO Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea "a", e III, Alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2011, na forma dos anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ANEXOS

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro a Dezembro de 2011)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.906.323.696,30	
Pessoal Ativo	1.703.189.612,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.128.048.848,63	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	75.085.234,77	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	536.248.563,43	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	12.542.261,12	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	66.142.945,31	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	457.563.357,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.370.075.132,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.370.075.132,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	558.706.387.000,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86%	4.804.874.928,20
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82%	4.581.392.373,40

FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 30, de 18 de janeiro de 2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Foram computados no cálculo da despesa bruta com pessoal ativo os gastos com auxílio-creche registrados na conta 3.3.3.90.08.55, no valor de R$ 3.691.155,78, segundo o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010.

BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA
Diretora Financeira em exercício

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

Tabela 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte 56 - Contrib. Ao Plano de Seguridade Social do Servidor	17.633.021,73	38.275,99	17.594.745,74
Fonte 69 - Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social do Servidor	19.284.180,90	369.311,84	18.914.869,06
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	36.917.202,63	407.587,83	36.509.614,80
Fonte 00 - Recursos Ordinários	240.848.446,27	44.063.317,36	196.785.128,91
Fonte 43 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	177.761,59	177.761,59	0,00
Fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	45.446,03	41.002,95	4.443,08
Fonte 48 - Operações de Crédito Externas - Em moeda	257.221,07	625.962,78	-368.741,71
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	57.709.668,10	452.385,45	57.257.282,65
Fonte 51 - Contrib. Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas	32.283.774,30	1.271.478,47	31.012.295,83
Fonte 53 - Contrib. p/ Refinanciamento da Seguridade Social	78.637,57	2.520,58	76.116,99
Fonte Não Cadastrada (Garantias Contratuais - Cauções)	1.475.927,81	1.475.927,81	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	332.876.882,74	48.110.356,99	284.766.525,75
TOTAL (III) = (I + II)	369.794.085,37	48.517.944,82	321.276.140,55
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES(1)			

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF

BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA
Diretora Financeira em exercício

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

Tabela 6 - Demonstrativo dos Restos a Pagar

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte 56 - Contrib. Ao Plano de Seguridade Social do Servidor					17.594.745,74	
Fonte 69 - Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social do Servidor					18.914.869,06	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)					36.509.614,80	
Fonte 00 - Recursos Ordinários		1.439.633,25	6.280.392,04	55.828.331,76	196.785.128,91	
Fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional					4.443,08	
Fonte 48 - Operações de Crédito Externas - Em moeda				1.496.998,12	-368.741,71	
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados		452.385,45		3.418.002,52	57.257.282,65	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fonte 51 - Contrib. Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas					31.012.295,83	
Fonte 53 - Contrib. p/ Refinanciamento da Seguridade Social					76.116,99	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	1.892.018,70	6.280.392,04	60.743.332,40	284.766.525,75	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.892.018,70	6.280.392,04	60.743.332,40	321.276.140,55	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES1						

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF

BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA
Diretora Financeira em exercício

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.370.075.132,87	0,42
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,86%>	4.804.874.928,20	0,86
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,82%>	4.581.392.373,40	0,82

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	60.743.332,40	321.276.140,55

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF

BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA
Diretora Financeira em exercício

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora-Geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 26, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º quadrimestre de 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011 (Anexos I, II e III), a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**42297,39**	**52,81**	**42980,2**
Pessoal Ativo	**40.068**	**53**	**40.121**
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.860	0	2.860
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**2788,62**	**52,81**	**2841,43**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	29	53	81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.760	0	2.760
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40138,77	0	40138,77
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**558.706.387**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	**0,007184%**	**0,000000%**	**0,007184%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,024685%			**137.917**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,023451%			**131.021**

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

que proferiram as decisões, conforme art. 29 da Lei 12.017/2009 - LDO, e compõem a despesa realizada do órgão que originou o débito.

MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	991.756	2.005	989.751
127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	26.822	77	26.745
133 - RECURSOS DO PROG DE ADM PATRIM IMOBILIARIO	0	-	0
150 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAM ARRECADADOS	1.177	-	1.177
151 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	5.793	-	5.793
153 - CONTRIBUICAO P/ FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL	40.202	-	40.202
156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.371	148	4.223
169 - CONTRIB PATRONAL P/PLANO DE SEGUR SOC SERV	9.297	40	9.257
174 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0	-	0
190 - RECURSOS DIVERSOS	6.984	-	6.984
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS	83.460	-	83.460
329 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.499	-	1.499
351 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	0	-	0
388 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB DO TESOURO NACIONAL	1.427	-	1.427
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.172.789**	**2.269**	**1.170.519**
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	-	1	(1)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**-**	**1**	**(1)**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.172.789**	**2.270**	**1.170.519**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

FONTE: SIAFI GERENCIAL
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

ANEXO III

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.727	76.716	1.926.126	3.562.733	989.751.196	
127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	-	-	76.675	930.430	26.744.836	
133 - RECURSOS DO PROG DE ADM PATRIM IMOBILIARIO	-	-	-	-	300	
150 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM ARRECADADOS	-	-	-	211.095	1.176.867	
151 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	-	-	-	-	5.793.485	
153 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	40.202.276	
156 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	-	-	147.785	-	4.223.036	
169 - CONTRI PATRONAL P/PLANO DE SEGURID SOC SERV	-	-	40.462	-	9.256.531	
174 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	-	-	-	-	1	
190 - RECURSOS DIVERSOS	-	-	-	-	6.984.277	
300 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	-	-	83.460.344	
329 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	-	-	-	-	1.499.353	
351 - CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	-	-	-	-	39	
388 - REMUNERACAO DAS DISPONIB DO TESOURO NACIONAL	-	-	-	-	1.426.673	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.727**	**76.716**	**2.191.048**	**4.704.257**	**1.170.519.214**	
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos					(543)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(543)**	
TOTAL (III) = (I + II)	**1.727**	**76.716**	**2.191.048**	**4.707.257**	**1.170.518.671**	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						

FONTE: SIAFI GERENCIAL
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÃO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0004173-39.2009.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: WALTER GALANTE
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional no PEDLEF nº 2009.51.51.066212-3/RJ, em acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO"

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504882-31.2010.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARIA SILVANIA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO - EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU.

1. Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. A autora pleiteia receber os valores relativos ao auxílio-doença devidos entre a intimação do INSS da liminar que antecipou os efeitos da tutela e a sentença que revogou esta decisão.

3. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fática-jurídica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
5. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509688-73.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MATILDE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que a autora possui escoliose dorso lombar moderada, não sendo considerada incapaz pelo perito judicial.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.51.043193-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NEIDE FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LEONORA CRISTINA DOS SANTOS CORRÊA NETTO OAB: RJ-93366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional no PEDLEF nº 2009.51.51.066212-3/ RJ, em acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO"

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que o autor possui protusões discais (não se tratando de hérnias de disco).

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004722-80.2008.4.03.6304
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA APARECIDO CAMILO DOLFI
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTARO OAB: SP 162.958
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014326-59.2008.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: HERMELINA AUGUSTA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: OSWALDO LIMA JÚNIOR OAB: SP-76836
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004668-20.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO FERNANDES DE CAMPOS
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000829-41.2009.4.03.6306
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ BENEDICTO CRUZ
PROC./ADV.: OSWALDO LIMA JÚNIOR OAB: SP-76836
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022011-35.2008.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA PAULINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: SUEIDH MORAES DINIZ VALDIVIA OAB: SP-162 082
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007352-15.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: AURELIO FERREIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011217-46.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO SOBRINHO DA CRUZ
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011741-43.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANUEL JESUS LENE
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011216-61.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL REZENDE FILHO
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004238-65.2008.4.03.6304
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GLECIA DONIZETI ACIOLI FUCARINO
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTARO OAB: SP 162.958
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2005.82.00.505195-9/ PB, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1 - A expectativa de sobrevida aplicável no cálculo do fator previdenciário a ser considerado na apuração da Renda Mensal Inicial da aposentadoria deve ser aquela contida na tábua de mortalidade vigente na data do requerimento do benefício, não a que estava em vigor na época em que o segurado reuniu as condições necessárias à sua concessão.

2 - Não há direito adquirido à utilização de dados estatísticos não condizentes com a realidade. O art. 29, §7 º da Lei nº 8.213/91 assevera que a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição a serem considerados na apuração do fator previdenciário são aqueles contemporâneos ao pedido de aposentadoria.

3 - Incidente de uniformização e provido, determinada a devolução dos recursoa com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art.15,§§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão a seguir proferida:

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que o autor possui protusões discais (não se tratando de hérnias de disco).

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.72.50.000382-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ FELICIO PETRY
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0507924-86.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LAZARO DE SALES FERREIRA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE JANEIRO DE 2012

Presidente da Turma: Senhor Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 15:27 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0001602-42.2007.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DO AMARAL SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO: 0003767-53.2007.4.03.6314
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: WALTER GONZALES SANCHES
PROC./ADV.: ALEXANDRE LATUFE CARNEVALE TUFAILE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0007788-29.2008.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DANTE STEFANI
PROC./ADV.: FRANCISCO ISIDORO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0009344-55.2006.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SANDRA REGINA FRANCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0009543-77.2006.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL ANTONIO MOREIRA
PROC./ADV.: ONEIDE MARQUES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0011794-68.2006.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FERNANDO PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DO AMARAL SANTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO: 0013050-02.2008.4.03.6303
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: OSCAR BRITO
PROC./ADV.: ALINE PRADO DE MORAES FRANCISCO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500523-64.2007.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: PAULA FERNANDA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501648-18.2008.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELIA MARIA DA COSTA SILVA
PROC./ADV.: ZENEIDE DO CARMO LIMA
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Perdas e danos - Inadimplemento - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 0501796-58.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE ASSIS VALCACIO
PROC./ADV.: KAROLYNE BASTOS VERAS
PROC./ADV.: ELISANGELA QUEIROZ M. DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502051-42.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO COSME DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Provas - Processo e Procedimento - Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 0504136-64.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEOJOAN MOURA CAVALCANTE
PROC./ADV.: MARIANA ACCIOLY ANDRADE DE LIMA
PROC./ADV.: RAISSA DE SENA XAVIER
PROC./ADV.: DANIELLA PEREIRA BARBOSA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: 1/3 de férias - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 0505226-55.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ ÁMERICO DE PAIVA
PROC./ADV.: OSWALDO MOREIRA DE MEDEIROS FILHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Auxílio-invalidez - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 0506806-03.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADELSON BATISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: HELENITA LEONI SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0510350-80.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VERA LUCIA DOS SANTOS UCHÔA
PROC./ADV.: REGINA ALVES DE SOUSA LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0511222-61.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MADALENA DE LIMA OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: GILMAR COELHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade do Fornecedor - Direito do Consumidor
PROCESSO: 0512823-39.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDUARDO ELHEUTERO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0538314-64.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: REBECCA MEIRA VIRGINIO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Direito Civil
PROCESSO: 2004.61.84.312532-4
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SÉRGIO SILVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCELO MARCOS ARMELLINI
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 2006.71.53.000257-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALCIDES SOARES
PROC./ADV.: CÉSAR JOSÉ BERGUENMAIER HOLANDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Auxílio-invalidez - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2007.71.58.004825-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SOLANGE LUISA SCHEID WINCK
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Contagem recíproca de tempo de serviço - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2007.71.58.007346-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALMERINDA LEMOS DA CRUZ
PROC./ADV.: JEFFERSON PICOLI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.70.50.027015-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SUCESSÃO DE JOSE THEODOMIRO DE ALMEIDA E SILVA FERREIRA
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: FUSEX/FUNSA/FUSMA/Fundo de Saúde das Forças Armadas - Contribuições Especiais - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 2008.70.51.006344-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FABRICIU TAUSSIG SOARES
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS GUIMARÃES JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Reembolso auxílio-creche - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 2009.70.50.002227-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO CORREA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.70.54.001708-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EMERSON ARCO KUBICA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Direito Civil
PROCESSO: 2009.72.50.005249-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZ PAULO COSTA SILVA
PROC./ADV.: LUCILA MOURA SANTOS CARDOSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.72.50.009965-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PABLO MARTIN FERREIRA DE VILLAMARTIN
PROC./ADV.: MARCEL ANDREI BATTISTELA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.72.50.010180-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JACKSON WEBER
PROC./ADV.: ANTÔNIO CELSO MELEGARI
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.72.50.013134-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MICHAEL LUCIANO VEDIA PORFÍRIO
PROC./ADV.: RAFAEL DE LIMA LOBO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2009.72.50.013258-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REINHART KRUEGER
PROC./ADV.: JOAO JANNIS JUNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Direito Civil
PROCESSO: 2009.72.54.010542-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA COSTA
PROC./ADV.: RODRIGO CUSTÓDIO DE MEDEIROS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.72.50.001806-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA ELISA SILVESTRE
PROC./ADV.: LUÍS FERNANDO NANDI VICENTE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO: 2010.72.52.003945-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABETE DE ASSIS
PROC./ADV.: JANI DE MENEZES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.72.55.006161-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELINA ADELAIDE SANSÃO SPENGLER
PROC./ADV.: Viviane Guntzel
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Pagamento indevido - Atos unilaterais - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 2010.72.57.001958-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JULITA BUSS ASSING
PROC./ADV.: SANDRO VOLPATO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS PAZINI FILHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO: 2010.72.60.001248-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUANA PAULA SEHNEN
PROC./ADV.: ANILSE S. SEIBEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 27 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

(*) SÚMULA Nº 32
(ALTERADA)

O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

Referência Legislativa:
Decreto n. 53.831, de 25/3/1964
Decreto n. 4.882, de 18/11/2003
Precedentes:
PEDILEF 2004.61.84.075231-9 - julgamento: 24/11/2011
PEDILEF 2006.71.95.024335-3 - julgamento: 24 /11/2011
PEDILEF 2007.71.95.004182-7 - julgamento: 24/11/2011. DOU 02/12/2011
PEDILEF 2008.32.00.703490-8 - julgamento: 24 /11/2011

(*) Julgando os incidentes de uniformização acima mencionados, na sessão de 24.11.2011, a Turma Nacional de Uniformização deliberou pela alteração da Súmula n. 32.

Publique-se.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

SÚMULA Nº 44

Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.

Referência legislativa:
LEG:FED LEI: 8.213 ANO: 1991
ART: 142
Precedentes:
PEDILEF 2008.72.59.001951-4 - julgamento: 05 /05/2011. DOU 17/06/2011
PEDILEF 2008.72.64.002046-4 - julgamento: 02/08/2011. DOU 30/08/2011
PEDILEF 0022551-92.2008.4.01.3600 - julgamento: 24 /11/201. DOU 09/12/2011

Publique-se.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

SÚMULA Nº 45

Incide correção monetária sobre o salário-maternidade desde a época do parto, independentemente da data do requerimento administrativo.

Precedentes:
PEDILEF 2007.83.00.537101-1 - julgamento: 05 /05/2011. DOU 24/05/2011
PEDILEF 2007.83.00.534892-0 - julgamento: 05 /05/2011. DOU 17/06/2011
PEDILEF 0011597-23.2008.4.01.3200 - julgamento: 24/11/2011. DOU 09/12/2011

Publique-se.

Brasília, 24 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 32, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum do Órgão Especial, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso XXXIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, e o constante no Processo TST nº 501.367/2011-8, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, nos termos do art. 55, §2° da Lei Complementar n°101/2000.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	539.366	1.575	540.941
Pessoal Ativo	402.943	1.575	404.518
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	100	0	100
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Ativo	402.843	1.575	404.418
Pessoal Inativo e Pensionistas	136.423	0	136.423
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	210	0	210
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	136.213	0	136.213
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	150.031	0	150.031
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	87	0	87
Decorrentes de Decisão Judicial	100	0	100
Despesas de Exercícios Anteriores	18.196	0	18.196
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	131.648	0	131.648
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	389.335	1.575	390.910

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,069685%	0,000282%	0,069967%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,182102%			1.017.416
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,172997%			966.545

FONTE: SIAFI e DICONT/SEAOF/TST

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA [2] [3] (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS [2] [3] (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	966	4	962
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Servidor	691	414	277
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.657	418	1.239
00 - Recursos Ordinários [2]	233.997	161.835	72.162
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	6.723	1.517	5.206
88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	321	321	-
90 - Recursos Diversos	58	58	-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	241.099	163.731	77.368
TOTAL (III) = (I + II)	242.756	164.149	78.607
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	1.657	418	1.239

FONTE: SIAFI e DICONT/SEAOF/TST

Notas: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o passivo atuarial.

[2] Nas colunas Disponibilidade de Caixa Bruta e Obrigações Financeiras estão incluídos R$ 835 mil, como recursos não vinculados, fonte 00 - Recursos Ordinários referentes a cauções recebidas em garantia.

[3] Os valores abaixo discriminados foram incluídos em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário, relativos às disponibilidades e obrigações financeiras do Orgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho:

a) 11216.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: R$ 187.621 mil.
b) 11424.00.00 - Sub-Repasse Concedido Diferido: R$ 5.956 mil.
c) 21216.22.00 - Recursos a Liberar para Pagamento de RP: R$ 103.601 mil.
d) 21422.00.00 - Cota Recebida Diferida: R$ 53.058 mil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [2]	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	962	
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc.Serv.	-	-	-	-	277	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	1.239	-
00 - Recursos Ordinários	1.411	895	2.957	37.350	72.162	
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	82	722	34	4.341	5.206	
	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.493	1.617	2.991	41.691	77.368	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.493	1.617	2.991	41.691	78.607	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	1.239	

FONTE: SIAFI e DICONT/SEAOF/TST

Notas: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

[2] Incluído o valor de R$ 36.915 mil referente à Disponibilidade de Caixa Líquida do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	390.910	0,069967
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,182102%	1.017.416	0,182102
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,172997%	966.545	0,172997

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1]
Valor Total	41.691	78.607

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Deminstrativo dos Restos a Pagar - DICONT/SEAOF/TST.

Nota: [1] Incluído o valor de R$ 36.915 mil, referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho. A Disponibilidade de Caixa Líquida do TST totalizou R$ 41.691 mil, correspondente à Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício.

JOÃO ORESTE DALAZEN

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA

Diretora-Geral Substituta da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Secretário de Controle Interno

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º , inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro a dezembro de 2011 .

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 249/STN/MF, de 30 de abril de 2010 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	302.611	0	302.611
Pessoal Ativo	141.597	0	141.597
Pessoal Inativo e Pensionistas	161.014	0	161.014
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	154.388	0	154.388
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	120	0	120
Despesas de Exercícios Anteriores	3.904	0	3.904
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	150.364	0	150.364
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	148.223	0	148.223

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,026530%	0,000000%	0,026374%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080726%		451.021
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076689%		428.470

servações:

(1) Fonte dos dados: SIAFI2011.

(2) RCL publicada pela Portaria nº 30/STN, de 18/01/2012.

(3) Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução nº . 26/CNJ, de 05.12.2006).

(4) Do valor de R$ 36.492.763,89 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R$ 32.572.233,44, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados as fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

(5) Do valor de R$ 142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R$ 22.800,22, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados as fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

(6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei nº 4.320/64.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL S (FTE 156)	9	0	9
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SO(FTE 169)	152	0	152
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	161	0	161
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS (CAUÇÃO)	172	172	0
DEPÓSITOS	237	237	0
RECURSOS ORDINÁRIOS (FONTE 100)	24.876	443	24.433
CUSTAS E EMOLUMENTOS - P. JUDICIÁRIO (FONTE 127)	1.950	0	1.950
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADA-STM (FONTE 150)	375	0	375
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JUR (FONTE 151)	54	0	54
RECURSOS DIVERSOS (FONTE 190)	41	0	41
RECURSOS ORDINARIOS (FONTE 300)	1	0	1
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	27.706	852	26.854
TOTAL (III) = (I + II)	17.867	852	27.015
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	161	0	161

FONTE: SIAFI2011
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0
RECURSOS ORDINARIOS (FONTE 100)	46	395	238	12.652	24.433	0
CUSTAS E EMOLUMENTOS - P. JUDICIÁRIO (FONTE 127)	0	0	0	1.046	1.950	0
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADA-STM (FONTE 150)	0	0	0	37	375	0
CONTRIBUIÇÃO .SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS (FONTE 151)	0	0	0	0	53	0
RECURSOS DIVERSOS (FONTE 190)	0	0	0	0	41	0
RECURSOS ORDINARIOS (FONTE 300)	0	0	0	0	1	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	46	395	238	13.735	26.853	0
TOTAL (III) = (I + II)	46	395	238	13.735	26.853	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						

FONTE: SIAFI2011
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	148.223.114,00	0,265296974
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080726%	451.021.000,00	0,807259431
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,076689%	428.470.000,00	0,766896549

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	13.735.676,00	26.855.503,00

FONTE: SIAFI2011

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-Presidente

MOZART ARRUDA CAVALCANTI
Diretor-Geral
Em exercício

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento
Em exercício

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MARIA HELENA CISNE

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**927055,06**	**1501,71**	**928556,77**
Pessoal Ativo	782.124	1.258	783.382
Pessoal Inativo e Pensionistas	144.931	243	145.174
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**136052,5**	**103,45**	**136155,95**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	664	11	675
Decorrentes de Decisão Judicial	134	0	134
Despesas de Exercícios Anteriores	3.354	92	3.447
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	131.900	0	131.900
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**791002,56**	**1398,26**	**792400,82**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**558.706.387**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,141578%**	**0,000250%**	**0,141828%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,257251%**			**1.437.278**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,244388%**			**1.365.414**

FONTE: Siafi Gerencial
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
DIRETORA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

ASS JADERSON CORREA DOS PASSOS
DIRETOR GERAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 - Recursos ordinários	59.737	7.367	52.370
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	10.730	1.283	9.447
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	3.068	0	3.068
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	4	4	-
190 - Recursos diversos	2.044	-	2.044
388 -Remuneração das disponib. do tesouro nacional	1.931	-	1.931
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**77.513**	**8.654**	**68.860**
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	838	3.158	(2.321)
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**838**	**3.158**	**(2.321)**
TOTAL (III) = (I + II)	**78.351**	**11.812**	**66.539**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			-

FONTE: Siafi Gerencial
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
DIRETORA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

JADERSON CORREA DOS PASSOS
DIRETOR GERAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	895	630	5.842	52.246	52.370	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	12	-	1.271	9.572	9.447	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	0	-	-	3.068	3.068	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	-	-	4	-	-	
190 - Recursos diversos	-	-	-	-	2.044	
388 -Remuneração das disponib. do tesouro nacional	-	-	-	1.931	1.931	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**907**	**630**	**7.116**	**66.816**	**68.860**	**-**
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos					(2.321)	
...						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.321)**	**-**
TOTAL (III) = (I + II)	**907**	**630**	**7.116**	**66.816**	**66.539**	**-**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						

FONTE: Siafi Gerencial
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. Os dados não são referentes a uma republicação.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
DIRETORA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

JADERSON CORREA DOS PASSOS
DIRETOR GERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 275, DE 24 DE JANEIRO DE 2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O presidente do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e art. 1º da Resolução nº CJF-RES-2012/00001, de 12/01/2012, ad referendum do Conselho de Administração, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região referente ao 3º quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO HADDAD

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.263.844,32**	**3.952,53**	**1.267.796,85**
Pessoal Ativo	1.115.235	1.275	1.116.510
Pessoal Inativo e Pensionistas	148.609	2.677	151.286
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**144.885,72**	**3.952,53**	**148.838,25**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	687	0	687
Decorrentes de Decisão Judicial	388	0	388
Despesas de Exercícios Anteriores	6.717	3.943	10.660
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	137.094	10	137.103
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.118.958,6**	**0**	**1.118.958,6**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**558.706.387**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,200277%**	**0,000000%**	**0,200277%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,356130%**			**1.989.721**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,338324%**			**1.890.235**

FONTE: Siafi Gerencial
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria
MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
MARISOL ÁVILA RIBEIRO
Diretora-Geral, em exercício

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
100 - Recursos ordinários	131.853	45.915	85.938
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	4.541	385	4.157
150 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados	572	-	572
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	5.308	-	5.308
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	11	-	11
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv	282	282	0
190 - Recursos diversos	1.390	-	1.390
300 - Recursos ordinários	9.667	0	9.667
329 - Recursos de concessões e permissões	1.500	1.500	0
388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional	16	-	16
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**155.141**	**48.082**	**107.060**
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	3	4.788	(4.784)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**3**	**4.788**	**(4.784)**
TOTAL (III) = (I + II)	**155.145**	**52.869**	**102.275**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			**-**

FONTE: SIAFI GERENCIAL
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota: A apuração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Anexo II, encontra-se de acordo com a metodologia indicada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho da Justiça Federal.
Identifica-se na coluna obrigações financeiras a duplicidade de lançamentos nos demonstrativos de recursos vinculados nas fontes 100, 127 e 169 e não vinculados, referentes às contas 2.1.1.1.4.02.00 - ISS, 2.1.1.1.5.00.00 - Planos de Previdência e Assistência Médica, 2.1.1.1.6.00.00 - Entidades Representativas de Classe, 2.1.1.4.5.00.00 - Depósito Retido sobre Fornecedor, perfazendo o total de R$ 3.397.582,47 (três

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).
O acréscimo das obrigações financeiras gerado pela referida duplicidade desencadeou a diminuição da disponibilidade de caixa líquida, também transportada para o Anexo III - Demonstrativo de Restos a Pagar.
Efetuando os ajustes das obrigações financeiras obtém-se o total de R$ 49.471.860,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e sessenta reais) e a disponibilidade de caixa de R$ 105.672.935,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e novecentos e trinta e cinco reais), encontrando-se superior à inscrição em restos a pagar.

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria
MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
MARISOL ÁVILA RIBEIRO
Diretora-Geral, em exercício

ANEXO III

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	1.465	2.643	41.807	85.958	85.938	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	66	-	318	4.157	4.157	
150 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados	-	-	-	-	572	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	4.820	5.308	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	-	-	-	10	11	
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv	-	1	281	-	-	
190 - Recursos diversos	-	-	-	-	1.390	
300 - Recursos ordinários	0	-	-	9.664	9.667	
329 - Recursos de concessões e permissões	-	-	1.500	-	-	
388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional	-	-	-	16	16	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.532**	**2.644**	**43.906**	**104.625**	**107.060**	**-**
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	-	-	-	-	(4.784)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.784)**	**-**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.532**	**2.644**	**43.906**	**104.625**	**102.275**	**-**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						

FONTE:SIAFI GERENCIAL
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota: A apuração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Anexo II, encontra-se de acordo com a metodologia indicada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho da Justiça Federal.
Identifica-se na coluna obrigações financeiras a duplicidade de lançamentos nos demonstrativos de recursos vinculados nas fontes 100, 127 e 169 e não vinculados, referentes às contas 2.1.1.1.4.02.00 - ISS, 2.1.1.1.5.00.00 - Planos de Previdência e Assistência Médica, 2.1.1.1.6.00.00 - Entidades Representativas de Classe, 2.1.1.4.5.00.00 - Depósito Retido sobre Fornecedor, perfazendo o total de R$ 3.397.582,47 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).
O acréscimo das obrigações financeiras gerado pela referida duplicidade desencadeou a diminuição da disponibilidade de caixa líquida, também transportada para o Anexo III - Demonstrativo de Restos a Pagar.
Efetuando os ajustes das obrigações financeiras obtém-se o total de R$ 49.471.860,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e sessenta reais) e a disponibilidade de caixa de R$ 105.672.935,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e novecentos e trinta e cinco reais), encontrando-se superior à inscrição em restos a pagar.

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria
MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
MARISOL ÁVILA RIBEIRO
Diretora-Geral, em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 73, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ANEXO I

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	670844,62	116,17	670960,79
Pessoal Ativo	574.205	108	574.313
Pessoal Inativo e Pensionistas	96.639	9	96.648
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	92465,52	50,67	92516,19
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	415	0	415
Decorrentes de Decisão Judicial	1.592	0	1.592
Despesas de Exercícios Anteriores	1.950	51	2.001
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	88.508	0	88.508
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	578379,1	65,5	578444,6
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,103521%	0,000012%	0,103533%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,229255%			1.280.862
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,217792%			1.216.819

FONTE:
Siafi Gerencial

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

que proferiram as decisões, conforme art. 29 da Lei 12.017/2009 - LDO, e compõem a despesa realizada do órgão que originou o débito.

ROSIMEIRE LIMA GREGÓRIO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituta
SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno
Des. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO V
(CLRF, art.55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

Destinação de recursos	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Obrigações financeiras(b)	Disponibilidade de caixa líquida (c) = (a - b)
100 - recursos ordinários	46.150	9.335	36.815
127 - custas e emolumentos - poder judiciário	2.779	287	2.492
150 - recursos nao-financeiros diretam. Arrecadados	37	-	37
151 - contr.social s/o lucro das pessoas juridicas	88	-	88
153 - contribuicao p/financiam.da seguridade social	1.701	-	1.701
156 - contribuiçao plano seguridade social servidor	6	-	6
169 - contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv.	26	-	26
190 - recursos diversos	5.886	-	5.886
300 - recursos ordinários	12.000	-	12.000
329 - recursos de concessoes e permissoes	21	21	-
388 - remuneração das disponib. Do tesouro nacional	10.749	-	10.749
Total dos recursos vinculados (i)	79.441	9.643	69.798
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	48	6.253	(6.206)
Total dos recursos não vinculados (ii)	48	6.253	(6.206)
Total (iii) = (i + ii)	79.489	15.896	63.593
Regime próprio de previdência dos servidores¹			

Fonte: Siafi Gerencial
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
ROSIMEIRE LIMA GREGÓRIO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituta
SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno
Des. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente do Tribunal

ANEXO III

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

Destinação de recursos	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	80	454	8.802	33.390	36.815	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	3	1	283	2.245	2.492	
150 - Recursos não-financeiros diretam arrecadados	-	-	-	-	37	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	60	88	
153 - Contribuição p/financ da seguridade social	-	-	-	-	1.701	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	-	-	-	-	6	
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv	-	-	-	-	26	
190 - Recursos diversos	-	-	-	-	5.886	
300 - Recursos ordinários	-	-	-	12.000	12.000	
329 - Recursos de concessões e permissões	-	-	21	-	-	
388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional	-	-	-	10.749	10.749	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	82	455	9.106	58.443	69.798	
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	-	-	-	-	(6.206)	
Total dos recursos não vinculados (ii)	-	-	-	-	(6.206)	
Total (iii) = (i + ii)	82	455	9.106	58.443	63.593	
Regime próprio de previdência dos servidores¹						

FONTE: Siafi Gerencial
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
ROSIMEIRE LIMA GREGÓRIO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituta
SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

Des. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente do Tribunal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XVI e XLI do artigo19 do Regimento Interno e tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; caput do artigo 54, inciso III; e artigo 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PEDRO RANZI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea a) R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.585	209
Pessoal Ativo	23.239	209
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-

Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	23.239	209
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.346	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	2.346	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1o do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1o do art.19 da LRF) (II)	2.132	110
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	28	110
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.104	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.453	99
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b)	23.552	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) 1	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	0,004215
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - <%> 0,008454	47.233
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - <%> 0,008031	44.870

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

1 Valores referentes à Portaria STN nº. 30 de 18/01/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. Pedro Ranzi
Presidente

Osman Rodrigues de Sales
Diretor-Geral

Altamiro Dantas Cruz
Secretário de Administração e Orçamento

Paulo Justino Pereira
Coordenador de Controle Interno, em exercício

Raimundo Dênis dos Anjos
Coordenador de Orçamento e Finanças, em exercício

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

ATIVO	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	4.777	505	4.272
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	142	142	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	2	-	2
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	10	10	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.931	658	4.273
TOTAL (III) = (I + II)	4.931	658	4.273

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Des. Pedro Ranzi
Presidente

Osman Rodrigues de Sales
Diretor-Geral

Altamiro Dantas Cruz
Secretário de Administração e Orçamento

Paulo Justino Pereira
Coordenador de Controle Interno, em exercício

Raimundo Dênis dos Anjos
Coordenador de Orçamento e Finanças, em exercício

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF, Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDA DE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCR. POR INSUFIC. FINANC.)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados) (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	24	205	273	4.272	4.272	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	142	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	2	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac.	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	24	205	415	4.272	4.273	-
TOTAL (III) = (I + II)	24	205	415	4.272	4.273	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Des. Pedro Ranzi
Presidente
Paulo Justino Pereira
Coordenador de Controle Interno, em exercício

Osman Rodrigues de Sales
Diretor-Geral
Raimundo Dênis dos Anjos
Coordenador de Orçamento e Finanças, em exercício

Altamiro Dantas Cruz
Secretário de Administração e Orçamento

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011.
LRF, art.48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.552	0,004215
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	47.233	0,008454
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	44.870	0,008031

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor apurado nos demonstrativos respectivos	4.272	4.273

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

Des. Pedro Ranzi
Presidente
Paulo Justino Pereira
Coordenador de Controle Interno, em exercício

Osman Rodrigues de Sales
Diretor-Geral
Raimundo Dênis dos Anjos
Coordenador de Orçamento e Finanças, em exercício

Altamiro Dantas Cruz
Secretário de Administração e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA N° 42, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 3º quadrimestre do exercício 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2011		
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESA EXECUTADA Últimos 12 Meses**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) [2]	**60.955**	**2.022**
Pessoal Ativo	55.044	2.022
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.911	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**9.282**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	3.939	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.342	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**51.674**	**2.022**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)		**53.696**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [3]	**558.706.387**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	**0,009611**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) **0,016665%**	**93.108**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) **0,015832%**	**88.453**
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE	

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - No total da Despesa Bruta com Pessoal a Ação Orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União) perfaz o montante de R$ 6.953.

3 - Valor referente à Portaria STN nº 30 de 18/01/2012.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2011		
RGF - Anexo VII (LRF, Art. 48)		R$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	53.696	0,009611
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	93.108	0,016665
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	88.453	0,015832

RESTOS A PAGAR	**INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)**
Valor Total	4.612	4.612
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE		

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2011			
RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, III, "a")			R$ Mil
Destinação de Recursos	**Disponibilidade de Caixa Bruta (a)**	**Obrigações Financeiras (b)**	**Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a - b)**
0151 - Contrib. Social sobre o lucro das Pessoas jurídicas			
0153 - Contribuição para o financiamento da seg. social			
0156 - Contribuição Plano Seguridade social do servidor	2	-	2
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**2**	-	**2**
0100 - Recursos Ordinários	5.821	1.211	4.610
0127 - Custas e emolumentos - poder Judiciário			
0150 - Recursos não-financeiros dir. arrecadados			
0190 - Recursos diversos			
0196 - Doações de pessoas físicas Inst. Publ. E Priv. Nac.			
0300 - Recursos Ordinários - exercício anterior			
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**5.821**	**1.211**	**4.610**
TOTAL (III) = (I + II)	**5.823**	**1.211**	**4.612**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES [1]	2	-	2
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE			

Nota:
1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO						
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A DEZEMBRO/2011						
RGF - Anexo VI (LRF, Art. 55, III, "b")						R$ Mil
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**RESTOS A PAGAR**				**Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)**	**Empenhos não Liquidados Cancelados (não inscritos por insuf. financ.)**
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		**EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS**			
	De Exerc. Anter.	**Do Exerc.**	**De Exerc. Anter.**	**Do Exerc.**		
0151 - Pagamento de Pessoal						
0153 - COFINS - exercício corrente						
0156 - Cont. para o PSSS					2	
0169 - Cont. para o PSSS						
0174 - Taxas pelo Exerc. do Poder de Polícia						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)					**2**	
0100 - Recursos Ordinários	110	520	556	4.612	4.610	
0127 - Custas e emolumentos						
0150 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados						
0190 - Recursos Diversos						
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac						
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores						
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**110**	**520**	**556**	**4.612**	**4.610**	
TOTAL (III) = (I + II)	**110**	**520**	**556**	**4.612**	**4.612**	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES [1]					2	
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE						

Nota:
1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS
Gestor Financeiro
MARCUS CHRISTIANUS BEZERRA VIEIRA
Coordenador de Controle Interno em exercício
De acordo.
MARCONDES GRACE SILVA
Diretor-Geral
Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de janeiro/2011 a dezembro/2011.

Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.282	72
Pessoal Ativo	55.782	72
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	55.782	72
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.500	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.118	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	5.382	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.692	23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	96	-
Despesas de Exercícios Anteriores	607	23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.989	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.590	50
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		55.640
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,009959
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,016696		93.282
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,015861		88.616

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1] Valor referente à Portaria STN n.º 30, de 18 de janeiro de 2012.
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, escritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPOBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
0151-Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169-Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	1	1	-
0174-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1	1	-
0100-Recursos Ordinários	3.545	104	3.442
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-
0150-Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350-Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.545	104	3.442
TOTAL (III) = (I + II)	3.547	105	3.442
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	1	1	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇAO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSC. POR INSUFIC. FINANC.)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores		
051-Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169-Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100-Recursos Ordinários	2	1	40	3.442	3.442	-
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-
0150-Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350-Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388-Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2	1	40	3.442	3.442	-
TOTAL (III) = (I + II)	2	1	40	3.442	3.442	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, Art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	55.640	0,009959
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	93.282	0,016696
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	88.616	0,015861

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

R$ Milhares

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.442	3.442

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Presidente do TRE/AM, em exercício
Pedro César da Silva Batista
Diretor-Geral
Ana Paula Mendes Simões Pereira
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças
Alessandra Gonçalves Correa
Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, anexo a esta Portaria.

Des. JOÃO DE ASSIS MARIOSI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**53.322**	**2039**
Pessoal Ativo	**40595**	**380**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	**40.595**	**380**
Pessoal Inativo e Pensionista	**12.727**	**1.658**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	**12.727**	**1.658**
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**13.383**	**1.947**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.090	358
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.293	1.590
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**39.939**	**92**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a+IIIb)		**40.031**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,007165
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II, III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023607	131.894
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,022427	125.301

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 30, de 18/1/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	15	3	(12)	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	8	1.586	1.581	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	23	1.590	1.569	-
0100 - Recursos Ordinários	34	273	3.657	7.028	7.050	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	82	-	(2)	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**34**	**273**	**3.739**	**7.028**	**7.048**	**-**
TOTAL (III) = (I+II)	**34**	**273**	**3.762**	**8.618**	**8.618**	**-**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**-**	**-**	**23**	**1.590**	**1.569**	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
NOTA: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor[2]	3	15	(12)
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	1.590	8	1.581
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.593	23	1.569
0100 - Recursos Ordinários	11.014	3.964	7.050
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	80	82	(2)
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	11.094	4.046	7.048
TOTAL (III) = (I + II)	**12.687**	**4.069**	**8.618**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**1.593**	**23**	**1.569**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial
[2]A Disponibilidade de Caixa Líquida invertida, na fonte 156, refere-se a inscrição a menor em Recursos a Receber para Pagamento de RP, ajustado conforme documentos SIAFI 2012NL000054 e 55 - UG 070026 e 2012NL000057 - UG 070025.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	40.031	0,007165
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	131.894	0,023607
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	125.301	0,022427
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.618	8.618

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro
ROSINETE GONÇALVES DE MENDONÇA
Coordenadora de Controle Interno
Substituta
FÁBIO MOREIRA LIMA
Diretor-Geral
Desembargador MARIO MACHADO
Presidente, em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 48, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSUÉ DE OLIVEIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
ANEXO I - PORTARIA Nº 048/2012-PRE
RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") - R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**57.857**	-
Pessoal Ativo	52.649	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros Órgãos da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	52.649	
Pessoal Inativo e Pensionistas	**5.208**	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros Órgãos da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	5.208	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	**8.071**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.470	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.600	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**49.787**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**49.878**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		558.706.387
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100		0,008911
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,016198%	90.499
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,0153881%	85.974

Fonte: SIAFI, SAC/COF/SAO/TRE-MS e COFIC/SOF/TSE

NOTA 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2: O valor da RCL é apurado e divulgado pelo STN, conforme Portaria STN nº 30 de 18/01/2012 (DOU de 20/01/2012)

Luís Maciel Malves da Silva
Secretário de Administração e Orçamento em substituição
Sérgio Roberto da Silva
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Letânia Ferraz de Brito Coutinho
Diretora-Geral
Desembargador Josué de oliveira
Presidente

ANEXO II - PORTARIA Nº 048/2012-PRE
RGF - ANEXO V (LRF, Art.55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DO RECURSO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/	1	-	1
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	1	-	1
0100 - Recursos Ordinários	5.185	60	5.125
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-
0150 - Recurso não-financeiros diretamente arrecadados	14	-	14
0190 - Recursos diversos	-	-	-
0300 - Recursos ordinários - Exercícios anteriores	790	-	790
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	40	40	-
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.029	100	5.929
TOTAL (III) = (I+II)	6.029	100	5.930
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	1	-	1

Fonte: SIAFI, SAC/COF/SAO/TRE-MS e COFIC/SOF/TSE
NOTA[1]: A disponibilidade de caixa do RPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Luís Maciel Malves da Silva
Secretário de Administração e Orçamento em substituição
Sérgio Roberto da silva
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Letânia Ferraz de Brito Coutinho
Diretora-Geral
Desembargador Josué de Oliveira
Presidente
ANEXO III - PORTARIA 048/2012-PRE
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disp.de caixa líquida (antes Da insc, em restos a pagar não processados Do exercício)	Empenhos não liquidados Cancelados (não inscritos por insuficiência Financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	Exerc. Ant.	Do Exerc.	Exerc. Ant.	Do Exerc.		
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor						
0169 - Contrib. Patronal p/Plano Seguridade Social Servidor					1	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)					1	
0100 - Recursos Ordinários		2	57	5.126	5.125	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário						
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados					14	
0190 - Recursos Diversos						
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores				790	790	
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso						
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		2	57	5.916	5.929	
TOTAL (III) = (I + II)		2	57	5.916	5.930	
REGIME PRÓPRIO DE PREV. DOS SERVIDORES[1]					1	

FONTE: SIAFI, SAC/COF/SAO/TRE-MS E COFIC/SOF/TSE
NOTA: [1] A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial
Luís Maciel Malves da Silva
Secretário de Administração e Orçamento em substituição
Sérgio Roberto da Silva
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Letânia Ferraz de Brito Coutinho
Diretora-Geral
Desembargador Josué de oliveira
Presidente
ANEXO IV - PORTARIA 048/2012-PRE
LRF, art. 48 - Anexo VII
R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	49.787	0,008911
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	90.499	0,016198
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	85.974	0,015388

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP.DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERC.)
Valor total	5.916	5.930

FONTE: SIAFI, SAC/COF/SAO/TRE-MS e COFOC/SOF/TSE
Luís Maciel Malves da Silva
Secretário de Administração e Orçamento em substituição
Sérgio Roberto da Silva
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Letânia Ferraz de Brito Coutinho
Diretora-Geral
Desembargador Josué de oliveira
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 52, DE 4 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 4º do artigo 78 da Lei nº 12.465/2011 e no anexo V da Lei nº 12.595/2012, resolve:

TORNAR PÚBLICO o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício de 2011:

ÓRGÃO: 14.116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA	SALDO TOTAL
7	0	0	7

Des. IRAJÁ PRESTES MATTAR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SARAIVA SOBRINHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**73.329**	**1.127**
Pessoal Ativo	**57.676**	**1.127**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	**57.676**	**1.127**
Pessoal Inativo e Pensionistas	**15.653**	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	15.653	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**15.784**	**2**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	148	2
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.636	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**57.546**	**1.125**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**58.671**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,010501
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,024545	137.134
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,023318	130.279

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 30, de 18/01/2012

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor[2]	-	5	(5)
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	5	(5)
0100 - Recursos Ordinários	5.958	472	5.486
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	34	34	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	1	-	1
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	18	18	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.012	525	5.487
TOTAL (III) = (I + II)	**6.012**	**530**	**5.487**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	**5**	**(5)**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial
Nota: [2] A disponibilidade de caixa líquida invertida, na fonte 169, refere-se a inscrição indevida em recursos diferidos, a ser regularizada após a baixa automática pela CCONT/STN.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	**(5)**	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	**(5)**	-
0100 - Recursos Ordinários	-	**26**	**446**	**5.482**	**5.486**	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	**1**	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	**26**	**446**	**5.482**	**5.487**	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	**26**	**446**	**5.482**	**5.482**	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	**(5)**	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
NOTA: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	58.671	0,010501
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	137.134	0,024545
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	130.279	0,023318
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO)**
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.482	5.482

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

DESEMBARGADOR SARAIVA SOBRINHO
Presidente do TRE

IAPERI GÁBOR DAMASCENO ÁRBOCZ
Diretor-Geral
Substituto

JORGE HENRIQUE DE ALMEIDA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Substituto

IAPERI GÁBOR DAMASCENO ÁRBOCZ
Secretário de Administração e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art.48, no inciso III do art. 54, na alínea "a" inciso I e nas alíneas "a" e "b" inciso III do art. 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 249/2010 da STN, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUIZ ZVEITER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares'

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**296.054**	**3.497**
Pessoal Ativo	**181.063**	**2.339**

PROIBIDA POR TERCEIROS

Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	181.063	2.339
Pessoal Inativo e Pensionistas	**114.991**	**1.158**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	114.991	1.158
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)	**116.743**	**1.219**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	2.173	61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	114.571	1.158
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**179.311**	**2.278**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**181.589**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	**558.706.387**
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V) * 100	**0,032502**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,104352	**583.021**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> 0,099135	**553.874**

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1] Valor referente à Portaria STN nº 30, de 18 de janeiro de 2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares'

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	0
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	0	0	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	68	0	68
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	1.214	64	1.149
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.282**	**64**	**1.217**
0100 - Recursos Ordinários	18.589	4.797	13.792
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	76	0	76
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	58	0	57
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac	0	0	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	0
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec.-Exercícios Anteriores	0	0	0
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	0	0
Recursos não submetidos À classificação por Fonte de Recursos	4	4	0
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**18.727**	**4.801**	**13.926**
TOTAL (III) = (I +II)	20.008	4.865	15.143
REGIME PRÓPRIODE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**1.282**	**64**	**1.217**

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	0	0	0	0
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	0	0	0	0	0	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	68	0
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	1.158	1.149	0
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0**	**0**	**0**	**1.158**	**1.217**	**0**
0100 - Recursos Ordinários	626	1.817	2.102	13.909	13.792	0
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	0	6	0	76	76	0
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	0	0	0	0	57	0
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac	0	0	0	0	0	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec.-Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**626**	**1.817**	**2.102**	**13.985**	**13.926**	**0**
TOTAL (III) = (I + II)	626	1.817	2.102	15.143	15.143	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0**	**0**	**0**	**1.158**	**1.217**	**0**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	181.589	0,032502
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	583.021	0,104352
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	553.874	0,099135

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	15.143	15.143

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

ELIZABETH RIGHETTI MORAIS
Secretária de Orçamento e Finanças

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Secretário de Controle Interno e Auditoria

REGINA CÉLIA M. S. HICKMAN DOMENICI
Diretora-Geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA P Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Desembargador Luiz Cezar Medeiros, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUIZ CEZAR MEDEIROS
Interino

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.576	424
Pessoal Ativo	79.998	424
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	79.998	424
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.578	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	20.578	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	19.655	390
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	53	390
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.603	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	80.921	34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		80.955
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	558.706.387	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	0,014490	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,034894	194.955	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,033149	185.206	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] Valor referente à Portaria STN nº 30, de 18/01/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n. 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei n. 4.320/64.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituta

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Presidente do Tribunal
Interino

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-

0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	9.862	4.361	5.501
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	2.112	-	2.112
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	3	3	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	11.978	4.364	7.613
TOTAL (III) = (I + II)	11.978	4.364	7.613
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Presidente do Tribunal
Interino

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	81	925	3.355	5.501	5.501	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	2.112	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	81	925	3.355	5.501	7.613	-
TOTAL (III) = (I+II)	81	925	3.355	5.501	7.613	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
NOTA: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Presidente do Tribunal
Interino

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	80.955	0,014490
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	194.955	0,034894
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	185.206	0,033149
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.501	7.613

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Presidente do Tribunal
Interino

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA 98, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e em face do contido no P.A. 15.855/2011, resolve:

Art. 1º Alterar, com fundamento no artigo 7º da Resolução n. 02, publicada no D.J. de 21.01.2000, seção 03, deste Tribunal, a especialidade de 01 (um) cargo vago de Analista Judiciário, área Administrativa, especialidade Segurança, para 01 (um) cargo de Analista Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Medicina-Clínica Médica em decorrência de aposentadoria de Abel Rodrigues, conforme Portaria GPR/N 781, publicada no D.O. de 20.07.2011, seção 02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DÁCIO VIEIRA
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O Vice-Presidente no exercício regimental da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS ALBERTO ARAÚJO DRUMMOND

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011
RGF-ANEXO I (LRF. art.55, Inciso I, Alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)**		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM R. A PAGAR NÃO PROC.	**TOTAL**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.225.488**	**0**	**1.225.488**
Pessoal Ativo	811.121	0	**811.121**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	54	0	**54**
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	0	0	**0**
Demais Despesas com Pessoal Ativo	811.067	0	**811.067**
Pessoal Inativo e Pensionistas	414.367	0	**414.367**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	1.099	0	**1.099**
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	0	0	**0**
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	413.268		**413.268**
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0	0	**0**
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	**454.475**		**454.475**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	280	0	**280**
Decorrentes de Decisão Judicial	138	0	**138**
Despesas de Exercícios Anteriores	58.772	0	**58.772**
I nativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	395.285	0	**395.285**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I -II)	**771.013**	**0**	**771.013**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**558.706.387**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V)=(III/IV) x 100	0,138000%	0,000000%	0,138000**%**
LIMITE MÁXIMO(inc.I,II e III, art.20 da LRF) 0,327940%			**1.832.222**
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art.22 da LRF)- 0,311543%			**1.740.611**

FONTES: SIAFI e SECOP/DCON/SOF

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): R$ 31.635.745,17.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 16.255.982,27 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R$ 266.582,73.

4) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 11.978.450,82.

5) No período de janeiro a dezembro/2011, não foi contabilizado saldo na conta 195140200 (Outros Cancelamentos de RP), referente ao grupo de despesa 1.

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONILIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/ 2011
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, Alínea "a") R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)**
	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
FONTE 00 - Recursos Ordinários	24.576 2.381	15.478	9.098
FONTE 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		261	2.120

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**26.957**	**15.739**	**11.218**
TOTAL (III) = (I + II)	**26.957**	**15.739**	**11.218**

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E DCON/SOF

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/ 2011
LRF, art 55, Inciso III, Alínea "b", Anexo VI R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**RESTOS A PAGAR**				**DISP CAIXA LÍQUID (ANTES INSC RP NÃO PROC EXERC)**	**EMP NÃO LIQUID CANCEL. -NÃO INSCRI INSUFIC FINANC**
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		**EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS**			
	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**DO EXERCÍCIO**	**EXER ANTERIORES**	**DO EXERCÍCIO**		
	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	326	911	13.005	9.263	11.218	-
Fonte 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	161	39	61	1.955	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	487	950	13.066	11.218	11.218	-
TOTAL (III) = (I + II)	487	950	13.066	11.218	11.218	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI E DCON/SOF
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011
LRF, art. 48 Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	771.013	0,138000
Limite máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF) - <%>	1.832.222	0,327940
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - <%>	1.740.611	0,311543

DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	11.218	11.218

Fontes: SIAFI e DCON/SOF

DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO ARAÚJO DRUMMOND
Vice-Presidente no exercício regimental da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região
JOSÉ MÁRCIO DA SILVA ALMEIDA
Diretor-Geral
SÉRGIO HONORATO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno
MARCELO ABREU DA SILVA
Diretor da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

2ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Anexo VI do Ato nº 2, de 26 de janeiro de 2012, publicado no DOU em 27/01/2012, Seção 1, páginas 173/174, os valores corretos na coluna "Restos a Pagar / Liquidados e Não Pagos / Do Exercício", são:

FONTE 169 - Contribuição Patr. para o Plano de Seg.Soc.Serv.: 48

TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I): 48

FONTE 100 - Recursos Ordinários: 6.354

FONTE 127 - Custas e Emolumentos - Poder Jud.: 1

FONTE 181 - Recursos de Convênios: 682

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II): 7.036

TOTAL (III) = (I+II): 7.084

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES: 48

5ª REGIÃO

ATO Nº 25, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do Anexo a seguir.

Desª VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3.º QUADRIMESTRE DE 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquid.	Insc. R. a Pagar não Proces.	Total
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	*661.674*	*3.815*	*665.489*
Pessoal Ativo	*482.106*	*2.511*	*484.617*
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-		-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	*482.106*	*2.511*	*484.617*
Pessoal Inativo e Pensionistas	*179.568*	*1.304*	*180.872*
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	*179.568*	*1.304*	*180.872*
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	*193.256*	*2.914*	*196.170*
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial			-
Despesas de Exercícios Anteriores	*15.234*	*1.703*	*16.937*
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	*178.022*	*1.211*	*179.233*
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	*468.418*	*901*	*469.319*

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

Receita Corrente Líquida - RCL (IV)			558.706.387
% Da Desp Total c/ Pessoal-TDP s/ a RCL (V)=(IIIc/IV)x100	*0,083840%*	*0,000161%*	*0,084001%*
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,207065%			*1.156.885*
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) 0,196712%			*1.099.041*

FONTE: SVC/TRT5

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (DESTAQUE): despesa liquidada R$ 2.394;

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor(RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (DESTAQUE): despesa liquidada R$ 325;

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 24.143;

5) No item " Demais Despesa com Pessoal Ativo" estão acrescidos os valores de R$ 71.982, R$ 2.511 e R$ 743 relativos a Obrigações Patronais - Obrigações Intra-Orçamentárias referentes às Despesas Liquidadas, Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados e Despesas de Exercícios Anteriores, respectivamente;

6) Cancelamento de Restos a Pagar não Processados, referente à inscrição ocorrida em Dezembro de 2010, no valor de R$ 16, na Ação 0396.

Assinaturas (dispositivo relacionado: Art. 54, III, § único da LRF):

Desª VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES
Presidente do Tribunal

TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS
Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
Diretor da S.O.F.

MAURÍCIO BAPTISTA DE MELO
Diretor do Órgão de Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9ª REGIÃO

PORTARIA JP Nº 5, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 25 do Regimento Interno e do contido no Memorando SERCONT-SECOF nº 4/2012, resolve determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a dezembro/2011, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Des. ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	568.952	3.603	572.555
Pessoal Ativo	471.344	2.774	474.118
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	471.344	2.774	474.118
Pessoal Inativo e Pensionistas	97.608	829	98.437
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	97.608	829	98.437
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	122.969	3.603	126.572
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.054	0	1.054
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	32.029	3.074	35.103
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	89.886	529	90.415
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	445.983	0	445.983
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)=(IIIc/IV)x100	0,079824%	0,000000%	0,079824%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,115872%			647.384
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,110078%			615.015

FONTE: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas liquidadas com precatórios:

a) Precatórios da Administração Direta: R$ 7.969.975,70;

b) Precatórios referentes a Sentenças de Pequeno Valor: R$ 2.342.095,33;

c) Precatórios da Administração Indireta: R$ 5.859.506,14.

3) Não houve no período de janeiro a dezembro de 2011 cancelamento de RP não processados referente à despesas com pessoal.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0156000000	0	0	0
0169000000	530	0	530
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	530	0	530
0100000000	19.657	150	19.507
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.657	150	19.507
TOTAL (III) = (I + II)	20.187	150	20.037
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0	0	0

Fonte: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª Região

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b") — R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0156000000	0	0	0	0	0	0
0169000000	0	0	0	530	530	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	530	530	0
0100000000	20	130	80	19.427	19.507	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	20	130	80	19.427	19.507	0
TOTAL (III) = (I + II)	20	130	80	19.957	20.037	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª Região

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo VII — R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	445.983	0,079824%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	647.384	0,115872%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	615.015	0,110078%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	19.957	20.037

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO
Desembargadora Federal do Trabalho
Presidente do TRT da 9ª Região
PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa
MARHUSKA SANTOS POLLI
Diretora da Secretaria de Controle Interno
LUIZ CARLOS SANCHES
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Substituto

13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o constante no Processo TRT nº 00911/2012, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2011, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal).

Des. PAULO MAIA FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**252.631**	**947**	**253.578**
Pessoal Ativo	220.829	718	**221.547**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	7.167	-	**7.167**
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	213.662	718	**214.380**
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.802	229	**32.031**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.198	-	**1.198**
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30.604	229	**30.833**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**44.942**	947	**45.889**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	7.398	-	**7.398**
Despesas de Exercícios Anteriores	10.109	947	**11.056**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.435	-	**27.435**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**207.689**	-	**207.689**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**558.706.387**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL [(V) = (III / IV) x 100]	**0,037173%**	**0,000000%**	**0,037173%**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,067704%			**378.267**
LIMITE PRUDENCIAL (§ Único, art. 22 da LRF) 0,064319%			**359.353**

FONTE: SIAFI 2011 / NCONT / SPF

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesa de Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização de crédito (destaque) R$ 5.059.910,02

3) Despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de crédito (destaque) R$ 1.347.488,75

Des. PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO
Presidente do Tribunal

GLAUCO DA SILVA CAMPOS
Diretor-Geral

CAIO GERALDOBARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno
Substituto

FRANCISCO LUIZ GOMES
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças
Substituto

17ª REGIÃO

PORTARIA Nº 59, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

DESª CLAUDIA CARDOSO DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**173.957**	**215**	**174.172**
Pessoal Ativo	**154.475**	**213**	**154.688**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	154.475	213	154.688
Pessoal Inativo e Pensionistas	**19.482**	**2**	**19.484**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Orgão e de outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	19.482	2	19.484
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**29.562**	**215**	**29.777**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	11.653	215	11.868
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.909	0	17.909
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**144.395**	**0**	**144.395**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**558.706.387**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c /IV) x 100	**0,025845%**	**0,000000 %**	**0,025845%**
LIMITE MÁXIMO(incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,037679%			**210.515**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,035795%			**199.989**

FONTE: SIAFI2011 e SEOFI/TRT17ª R.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$5.599.647,00.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$833.037,60.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN N. 030/2012, de 18/01/2012, publicada em 20/01/2012 no DOU, Seção I, página 29.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ Mil

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (c) = (a-b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0**	**0**	**0**
0100000000 - REC. ORDINÁRIOS	4.921	197	**4.724**
0100000000 - REC. ORDINÁRIOS P/ PGTO DE RP	8.464	7.831	**633**
0181000000 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	40	0	**40**
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**13.425**	**8.028**	**5.397**
TOTAL (III) = (I +II)	**13.425**	**8.028**	**5.397**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1			

FONTE: SIAFI 2011 e SEOFI TRT/17ª

Notas: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Não existem saldos ref. "Depósitos e Cauções"; contas 11112.99.04, 21141.00.00 e 22121.00.00 com saldos zero.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSC. POR INSUFIC. FINANCEIRA)
	Liquidados e Não pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0100 - RECURSOS ORDINARIOS	99	73	7.831	5.360	5.357	0
0181 - RECURSOS DE CONVENIOS	0	3	0	37	40	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**99**	**76**	**7.831**	**5.397**	**5.397**	**0**
TOTAL (III) = (I+II)	**99**	**76**	**7.831**	**5.397**	**5.397**	**0**
REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.397	5.397

Fonte: SIAFI2011 e SEOFI/TRT/17ª
Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	144.395	0,025845
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,037679%	210.515	0,037679
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 0,035795%	199.989	0,035795

Fonte: SIAFI2011 e SEOFI/TRT17ª
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

DESª CLAUDIA CARDOSO DE SOUZA
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
Substituto

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Diretor do Núcleo de Controle Interno

18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011, período janeiro/2011 a dezembro/2011, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Des. MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**213.506**	**9**	**213.515**
Pessoal Ativo	188.710	7	**188.717**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Ativo	188.710	7	**188.717**
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.796	2	**24.798**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	24.796	2	**24.798**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**28.472**	**-**	**28.472**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial			-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.792		6.792
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.680		21.680
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**185.034**	**9**	185.043

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,033118%**	**0,000002%**	**0,033120%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,049680%**			**277.565**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,047196%**			**263.687**

FONTE: SIAFI e SOF/TRT 18ª
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
R$ mil: 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada 293.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada 812 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processado 13.
4) Do total de 9.506, referente a Despesas de Exercícios Anteriores, 2.714 foi realizado com recursos vinculados, restando não computados 6.792.

MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Serv.	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
00 - Recursos Ordinários	8	10	1.484	12.671	12.671	
81 - Recursos de Convênios	-	-	-	1.516	1.516	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**8**	**10**	**1.484**	**14.188**	**14.188**	**-**
TOTAL (III) = (I + II)	**8**	**10**	**1.484**	**14.188**	**14.188**	**-**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI e SOF/TRT 18ª
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Serv.	-	-	-
...			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
00 - Recursos Ordinários	14.234	1.563	12.671
81 - Recursos de Convênios	1.516		1.516

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**15.751**	**1.563**	**14.188**
TOTAL (III) = (I + II)	**15.751**	**1.563**	**14.188**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			-

FONTE: SIAFI e SOF/TRT 18ª
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
R$ mil 2) Os recursos referentes a "Depósitos e Cauções" correspondem a 60.

MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	185.043	0,03312
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	277.565	0,04968
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	263.687	0,047196

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	14.188	14.188

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo do Restos a Pagar.

MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 93, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.309 de 09 de Agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. JOÃO LEITE DE ARRUDA ALENCAR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**114.293**		**114.293**
Pessoal Ativo	103.001		103.001
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	103.001		103.001
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.292		11.292
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	11.292		11.292
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II)	**14.032**		**14.032**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	4.466		4.466
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.566		9.566
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**100.261**		**100.261**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100	**0,017945%**	**0,000000%**	**0,017945%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,037725%**		**210.772**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,035839%**		**200.233**

Fonte: SIAFI 2009 E 2011 - SCAN/SOF - TRT 19ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

c) Do total das despesas correspondentes às Sentenças Judiciais c/ precatórios, R$ 15.206 mil refere-se às Sentenças de Pequeno Valor, R$ 335 mil refere-se a precatórios da administração direta.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) O valor referente a destaques recebidos para pagamento de precatórios da administração indireta foi de R$ 59 mil.

e) Informo conforme item 5.1.3 da mensagem que o valor referente a outros cancelamentos é de R$ 212 mil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
ANEXO V(LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO (a)	OBRIGAÇÃO FINANCEIRA (b)	DISPONI- BILIDA CAIXA LIQUIDA C = a - b
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS			
0100-Recursos Ordinários	5.642	1.170	4.472
0181-Transferência convênio União e Entidades	400		400
0150-Depósito de diversas origens	1		1
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.043	1.170	4.873
TOTAL III=I+II	6.043	1.170	4.873
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			

FONTE: SIAFI/2011 - SCAN/SOF - TRT 19ª Região.
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
a)a fonte 0181 0 - Refere-se a convencionado do Banco do Brasil, junto ao Tribunal.
b)A fonte 0150 - É decorrente de inscrição no concurso para Juízes substitutos deste Tribunal.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011
ANEXO VI(LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Mil

DESTINA-ÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIB. DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES-SADOS DO EXERCÍCIO)	EMP. NÃO LIQ. (NÃO INSCRI-TOS POR INSU-FICIÊNCIA FI-NANCEIRA)
	De exercícios Anteriores	Do exercício	De exercícios Anteriores	Do exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)						
0100-Recursos Ordinários	23	35	1.023	4.473	4.473	
0181-Transferência convênio União e Entidades				400	400	
0150-Depósitos diversas origens				1	1	
TOTALDOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23	35	1.023	4.874	4.874	
TOTAL (III) = (I +II)	23	35	1.023	4.874	4.874	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

FONTE: SIAFI 2011/SCAN/SOF - TRT 19ª REGIÃO.
Nota. A disponibilidade de caixa RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.
a)Informo que os valores referentes a fontes: 0181, refere-se a transferência de convênio do Banco do Brasil, junto com este Tribunal.
b)A fonte 0150 é decorrente de inscrições para o concurso de Juiz substituto deste Tribunal, que será realizado em 2012.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesas total com Pessoal - DTP	100.261	0,017945
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,037725%	210.772	0,037725
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,035839%	200.233	0,035839
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada líquida		
Limite por Resolução do Senado		
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das garantias concedidas		
Limite por Resolução do Senado		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de crédito internas e externas		
Operações de crédito por antecipação de receita		
Limite do Senado para Operações de crédito internas e externas		
Limite do Senado para Operações de crédito por antecipação de receita		
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor total	5.896	4.873

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar.
João Leite da Arruda Alencar
Desembargador do TRT da 19ª Região em exercício da Presidência
Guilherme A. Feitosa Falcão
Ordenador de Despesas
José Ângelo de Araújo
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento e Finanças
Flávia Caroline F. Amorim
Diretora Substituta do Serviço de Controle Interno

21ª REGIÃO

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro/2011 a dezembro/2011, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. RONALDO MEDEIROS DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**141.828**	-	**141.828**
Pessoal Ativo	125.088	-	**125.088**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	125.088	-	**125.088**
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.740	-	**16.740**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	16.740	-	**16.740**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**18.227**	-	**18.227**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.514	-	5.514
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.713	-	12.713
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**123.601**	-	123.601

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,022123%**	**0,000000%**	**0,022123%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,038802%**			**216.789**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,036862%**			**205.950**

FONTE: SIAFI 2011 e SECAN/SOF/TRT21

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas Liquidadas com Precatórios da Adm. Direta, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R$ 5.662

3) Despesas Liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R$ 3.939

4) Despesas Liquidadas com Precatórios da Adm. Indireta: R$ 5.231

5) Do total das Despesas com Pessoal Ativo, R$ 19.076 referem-se a Contribuição Patronal.

6) Não houve cancelamento de RP não Processados de Pessoal uma vez que não houve inscrição em dezembro/2010.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1=SIM 2 =NÃO) 2
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
< Identificação do Recurso Vinculado >	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	5.749	560	5.189
0150 - Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	30	-	30
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**5.779**	**560**	**5.219**
TOTAL (III) = (I + II)	**5.779**	**560**	**5.219**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			-

FONTE: SIAFI/2011 e SECAN/SOF/TRT21

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1=SIM 2=NÃO) 2
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
< Identificação do Recurso Vinculado >	-	-	-	-	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	17	97	36	5.152	5.189	-
0150 - Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	1	-	30	-
...						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**17**	**97**	**37**	**5.152**	**5.219**	-
TOTAL (III) = (I + II)	**17**	**97**	**37**	**5.152**	**5.219**	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						

FONTE: SIAFI 2011 e SECAN/SOF/TRT21
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	123.601	0,022123
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	216.789	0,038802
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	205.950	0,036862

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.152	5.219

FONTE: SIAFI 2011 e SECAN/SOF/TRT21

Ronaldo Medeiros de Souza
Desembargador Presidente
Tareja Christina Seabra de Freitas Medeiros
Ordenadora de Despesas
Jairo de Lima Dantas
Assessor de Controle Interno
Enock de Paiva Cavalcante
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
Delma Cabral Rodrigues Pinto Varela
Gestora Financeira Substituta

22ª REGIÃO

ATO Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista os arts. 54 "III" e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região - 3º Quadrimestre de 2011, referente ao período de janeiro/2011 a dezembro/2011, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	77.613	334	77.947
Pessoal Ativo	73.246	316	73.562
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	48	-	48
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	73.198	316	73.514
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.367	18	4.385

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	4.367	18	4.385
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	8.281	334	8.615
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.957	316	4.273
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.324	18	4.342
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	69.332	-	69.332

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				558.706.387
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (V) = (III c/ IV) * 100		0,012409%	0,000000%	0,012409%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,017255%			96.405
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,016392%			91.585

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SOF/TRT
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) As despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) no importe de R$ 59.749,83 foram executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaques).
3) Não foram incluídas referentes a destaques recebidos para Pagamento de Precatórios da Administração Indireta no valor de R$ 796.370,71.

Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor Geral de Administração

LETÍCIA ALMENDRA FREITAS MENDES DE CARVALHO
Diretora do Serviço de Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")			R$ Mil
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
56 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	1	1	-
69 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	17	17	-
			-
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	18	18	-
00 - Recursos Ordinários	8.273	8.273	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	8.273	8.273	-
TOTAL (III) = (I + II)	8.291	8.291	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (*)			

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SOF/TRT
Nota: (*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor Geral de Administração

LETÍCIA ALMENDRA FREITAS MENDES DE CARVALHO
Diretora do Serviço de Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")	R$ Mil					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De exercícios anteriores	Do exercício	De exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Pla-no de Seguridade Social Servidor	-	-	-	1	1	-
69 - Contribuição Patronal Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	17	17	-
TOTAL DOS RECUR-SOS VINCULADOS (1)	-	-	-	18	18	-
00 - Recursos Ordiná-rios	262	84	334	7.594	8.273	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TOTAL DOS RECUR-SOS NÃO VINCULA-DOS (II)	262	84	334	7.594	8.273	-
TOTAL (III) = (I + II)	262	84	334	7.612	8.291	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (*)						

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SOF/TRT
Nota: (*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor Geral de Administração

LETÍCIA ALMENDRA FREITAS MENDES DE CARVALHO
Diretora do Serviço de Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII		R$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	69.332	0,012409
Limite Máximo (inci-sos I, II e III, art. 20 da LRF)	96.405	0,017255
Limite Prudencial (Parágrafo único, art. 22 da LRF)	91.585	0,016392

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO-CESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.612	7.612

FONTE: Demonstrativo de Pessoal, Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar

Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor Geral de Administração

LETÍCIA ALMENDRA FREITAS MENDES DE CARVALHO
Diretora do Serviço de Controle Interno

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24ª REGIÃO

PORTARIA Nº 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2011.

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF-ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PA-GAR NÃO PRO-CESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	127.947	-	127.947
Pessoal Ativo	118.179	-	118.179
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	118.179	-	118.179
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.768	-	9.768
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	134	-	134
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.634	-	9.634
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	12.536	-	12.536
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	21	-	21
Despesas de Exercícios Anteriores	3.648	-	3.648
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.867	-	8.867
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	115.411	-	115.411
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,020657%	0,000000%	0,020657%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,036802%			205.615
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,034962%			195.334

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Despesa com Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - SPV executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 141.658,99.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	13.679	5.552	8.127
Fonte 81 - Recursos de Convênios	1.480	-	1.480
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	15.159	5.552	9.607
TOTAL (III) = (I + II)	15.159	5.552	9.607
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: SIAFI, SOF/TRT 24ª REGIÃO
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI — R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	2.324	569	2.659	8.127	8.127	-
Fonte 81 - Recursos de Convênios	-	-	-	1.480	1.480	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.324	569	2.659	9.607	9.607	-
TOTAL (III) = (I + II)	2.324	569	2.659	9.607	9.607	-
REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, SOF/TRT 24ª REGIÃO
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	115.411	0,020657
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	205.615	0,036802
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	195.334	0,034962

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	9.607	9.607

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):
Adriano Pires de Souza
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
Substituto
Edna Maria Massulo Elias
Diretora do Serviço de Controle Interno
Substituta
Marcio Vasques Thibau de Almeida
Desembargador Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 418, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Cria o Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração - PRODER, aprova seu Regulamento - e dá outras providências

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CFA aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 392, de 3 de dezembro de 2010,

CONSIDERANDO a importância dos resultados para o cumprimento da missão, finalidades e funções sociais, legais e regimentais do Sistema CFA/CRAs, impõe-se a contínua melhoria de padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração e da política de atuação dos Conselhos Regionais de Administração, com disponibilidade de recursos e monitoramento dos resultados por meio de instrumentos capazes de incentivar o seu progressivo desenvolvimento,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de novos critérios voltados, inclusive, para incentivar resultados que signifiquem parâmetros de eficiência e de inovação que assegurem o alcance dos objetivos do Sistema CFA/CRAs,

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos da Comissão Permanente do PROAR - Programa de Apoio aos Conselhos Regionais de Administração, e a Decisão do Plenário do CFA em sua 29ª reunião, realizada no dia 9 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Criar o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO - PRODER, e o seu respectivo Fundo de Recursos Financeiros.

Art. 2º Aprovar o Regulamento do PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO - PRODER.

Art. 3º Os efeitos da presente Resolução Normativa retroagem a 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa CFA nº 367, de 20 de junho de 2009.

SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Altera o artigo 1º; alínea "a" do art. 3º; art. 24 e § 3º do art. 26 da Resolução CFB n. 96/2009, publicada no Diário Oficial da União de 13/01/09, Seção 1, páginas 98 e 99, que dispõe sobre as eleições do Plenário do Conselho Federal de Biblioteconomia.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação das Contas dos CRB, como requisito para participação no processo eleitoral do CFB;

CONSIDERANDO a extinção do CRB-12, o que diminuiu a vaga de representação no Plenário do CFB; resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º; caput e alínea "a" do art. 3º; art. 24 e § 3º do art. 26 da Resolução CFB n. 96/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - As eleições para composição do Plenário do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) serão realizadas trienalmente no mês de abril, em Brasília, em data previamente definida pelo Plenário do CFB e de acordo com as regras e condições estabelecidas pela presente Resolução.

Art.3º - A composição do Conselho Federal de Biblioteconomia será definida em Assembleia Geral de Delegados Eleitores, obedecendo à seguinte sistemática:

a)7 (sete) Conselheiros Federais efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos por escrutínio secreto e maioria de votos;

[..]

Art.24 - Será iniciada a votação dos 7 (sete) membros efetivos e dos 3 (três) suplentes, dentre os candidatos registrados de acordo com o Art. 8º desta Resolução.

Art.26 - [...]

3º - Serão considerados eleitos para Conselheiros efetivos os 7 (sete) candidatos que obtiverem maior número de votos e para Conselheiros Suplentes, o 8º (oitavo), 9º (nono) e 10º (décimo) candidato mais votado.

[...]

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NÊMORA ARLINDO RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.379, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Federal de Contabilidade em aprovar seu plano de trabalho, o orçamento e as respectivas modificações, bem como as operações referentes as mutações patrimonias prevista no inciso XX, do art.17 da Res.CFC nº 960/03, bem como no inciso VII, do art.13 da Res.CFC nº 1.252/09;

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nº 4.320/64;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Câmara de Controle Interno, mediante parecer de 24/11/2011, à aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012; resolve:

Art. 1º - Aprovar o plano de trabalho e o orçamento do Conselho Federal de Contabilidade para o exercício financeiro de 2012, onde estima a receita em R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - As receitas corrente e de capital foram previstas, observando o seguinte desdobramento:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.2.1	Receitas Rorrentes	44.385.385,52
6.2.1.1	Rontribuições	40.000.000,00
6.2.1.1.02	Rota parte	40.000.000,00
6.2.1.2	Rxploração de Bens e Serviços	1.300.712,39
6.2.1.2.01	Exploração de Bens	1.000,00
6.2.1.2.02	Exploração de Serviços	1.299.712,39
6.2.1.3	Financeiras	3.084.673,13
6.2.1.3.01	Juros e Enc. s/ Empréstimos Concedidos	83.673,13
6.2.1.3.05	Rem. Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	3.001.000,00
6.2.2	Receitas de Capital	614.614,48
6.2.2.4	Amortização de Empréstimos Concedidos	614.614,48
6.2.2.4.01	Amortização de Empréstimos Concedidos	614.614,48
TOTAL		45.000.000,00

Art. 3º - As despesas corrente e de capital foram fixadas, observando o seguinte desdobramento:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3.1	Despesas Correntes	41.955.800,00
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	18.164.000,00
6.3.1.1.01	Pessoal e Encargos	18.164.000,00
6.3.1.2	Benefícios Assistenciais	272.000,00
6.3.1.2.01	Benefícios Assistenciais	272.000,00
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	21.904.600,00
6.3.1.3.01	Material de Consumo	1.377.000,00
6.3.1.3.02	Serviços	20.527.600,00
6.3.1.4	Financeiras	623.500,00
6.3.1.4.01	Financeiras	623.500,00
6.3.1.5	Transferências Correntes	450.000,00
6.3.1.5.01	Transferências Correntes	450.000,00
6.3.1.6	Tributárias e Contributivas	462.500,00
6.3.1.6.01	Tributárias e Contributivas	462.500,00
6.3.1.9	Outras Despesas Correntes	79.200,00
6.3.1.9.01	Outras Despesas Correntes	79.200,00
6.3.2	Despesas de Capital	3.044.200,00
6.3.2.1	Investimentos	2.084.200,00
6.3.2.1.01	Obras, Instalações e Reformas	750.000,00
6.3.2.1.03	Equipamentos e Materiais Permanentes	1.325.000,00
6.3.2.1.05	Intangível	9.200,00
6.3.2.2	Empréstimos Concedidos	700.000,00
6.3.2.2.01	Empréstimos Concedidos	700.000,00
6.3.2.4	Transferências de Capital	260.000,00
6.3.2.4.01	Transferências de Capital	260.000,00
TOTAL		45.000.000,00

Art. 4º - O Presidente fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, obrigatoriamente, com a indicação das fontes de recursos oriundas de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa fixada.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário.

ATA CFC Nº 959

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.380, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a aprovação do Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Conselho Federal de Contabilidade, para o Exercício de 2011.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Federal de Contabilidade em aprovar seu Plano de Trabalho, Orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes a mutações patrimoniais previstas no inciso XX, do art.17 da Resolução CFC n.º 960/03, bem como no inciso VII do art.13 da Resolução CFC n.º 1.252/09;

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei n.º 4.320/64;

CONSIDERANDO a Resolução CFC n.º 1.326/2010, que aprovou o orçamento do Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício de 2011;

CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, por meio da qual foi verificada a necessidade de realizar os ajustes nas dotações orçamentárias, resolve, ad referendum:

Art. 1º Aprovar a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Conselho Federal de Contabilidade para o exercício financeiro de 2011, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), nas seguintes dotações:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
6.3.1	Despesas Correntes	300,00
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	300,00
6.3.1.1.01	Pessoal e Encargos	300,00
6.3.1.1.01.01	Remuneração Pessoal	300,00
6.3.1.1.01.01.001	Adicional Noturno	300,00
TOTAL DO CRÉDITO		300,00

Art. 2º Os valores a serem utilizados serão cobertos com recursos provenientes da seguinte dotação:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
6.3.1	Despesas Correntes	300,00
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	300,00
6.3.1.3.02	Serviços	300,00
6.3.1.3.02.01	Serviços	300,00
6.3.1.3.02.01.047	Inscrições	300,00
TOTAL DO CRÉDITO		300,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

ATA CFC Nº 961

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.381, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Altera o cronograma de implementação da Resolução N.º 1.161/2009, que aprova o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1° Alterar o cronograma de implementação do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC N.º 1.161/2009.

Art. 2° O cronograma de implementação passa a vigorar com a seguinte redação:

EXERCÍCIO	Depreciação
2011 (Facultativo) 2012 (Obrigatório)	Provisões para Créditos a Receber a) Cota parte b) Devedores duvidosos
	Reavaliação e redução ao valor recuperável
	Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC
	Inventário de bens patrimoniais
FACULTATIVO	Sistemas de Custos
	Demonstração do Resultado Econômico - DRE

Art. 3° Em razão das alterações promovidas nesta Resolução e também pela INT/VPCI N.° 003/2012, fica prorrogado para 29/02/2012 o prazo para apresentação do Processo de Balancetes referente ao mês de dezembro de 2011.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ

DECISÃO Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão do prazo para parcelamento de anuidades referentes ao exercício de 2012.

O Conselho Regional de Enfermagem do Pará - COREN/PA, neste ato representado por seu Presidente, em conjunto com o Secretário do Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais; decidem ad referendum:

Art. 1º - Conceder o parcelamento da anuidade de 2012, sem desconto, em 5 (cinco) quotas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 3% (três por cento) ao mês, até 29 de Fevereiro de 2012.

Art. 2º - Todas as demais regras previstas na Resolução nº 404/2011 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, após homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem, revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO ANTÔNIO MORAES VIEIRA
Presidente do Conselho

WALKIRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS
8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2012

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n°6.583, de 20 de outubro de 1978, pelo Decreto n°84.444, de 30 de janeiro de 1980 e, considerando:

▪a necessidade de adequação à Resolução CFN 506/2011, que altera a Resolução CFN nº 442/208.

▪a necessidade de regulamentar o pagamento de hospedagem, alimentação, estacionamento e transporte urbano, por ocasião de deslocamentos dos membros da Diretoria, Conselheiros, Delegacias e/ou Representantes e Colaboradores Eventuais, nos termos do artigo 5º, incisos II e III alíneas "a/e" da citada Resolução.

▪a necessidade de fixar o valor do pagamento de ajuda de custos, resolve:

Artigo 1º - Os membros do Conselho Regional de Nutricionistas - 8ª Região, ou Colaboradores Eventuais, Delegados e/ou Representantes, devidamente autorizados em Reuniões Plenárias, que se deslocarem para participar de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões e Eventos, que forem convocados ou designados pelo Presidente para representar o Conselho em qualquer instância, farão jus à ajuda de custo ou diária, na conformidade desta Portaria.

Parágrafo Primeiro: Diária refere-se ao valor percebido aos membros do CRN-8, Colaboradores Eventuais e Representantes, que se deslocarem para participar de reuniões, eventos entre outros, fora do município de seu domicílio, para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação e transporte urbano.

Parágrafo Segundo: Ajuda de Custo refere-se ao valor percebido aos membros do CRN-8, Representantes e Colaboradores Eventuais que se deslocarem para participação em reuniões, Plenárias, Diretoria, Comissões e Eventos, no município de Curitiba, e no caso de Representantes, ou Delegacias nos municípios onde estiverem instaladas as respectivas Representações, ou Delegacias, destinando-se tal valor para alimentação, transporte e estacionamento.

Artigo 2º - A diária será no valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) para todo o território nacional, desde que haja pernoite.

Artigo 3º - A diária será no valor de US$ 286,00 (duzentos e oitenta e seis dólares) para deslocamentos internacionais.

Artigo 4º - A diária será paga, antecipadamente, ao desempenho da missão.

Parágrafo Primeiro: Além do valor das diárias, como complemento do custeio de transporte urbano, será pago até R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), destinado à cobertura de deslocamentos até o local de embarque e do desembarque até o local do trabalho, hospedagem e vice-versa.

Parágrafo Segundo: Cumulativamente ao previsto no § primeiro, será pago até R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), para cada desdobramento que a viagem vier a ter.

Parágrafo Terceiro: No cumprimento de atividades fora do município de seu domicílio que não exigem hospedagem (pernoite) será pago o valor de meia diária.

Artigo 5º - O não comparecimento à missão ou evento, obriga à devolução de valores recebidos no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Artigo 6º - Aos participantes de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões de eventos, e outros de interesse do CRN-8, e que tenham domicílio na sede do Conselho Regional, e desde que estas reuniões ou eventos sejam realizados também em Curitiba, independentemente destas reuniões serem internas ou externas será pago ajuda de custo no valor de R$ 143,00 (cento e quarenta e três reais) por dia.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos serão realizados conforme comprovação de frequência nas reuniões internas as quais serão anotadas em livro próprio a cada final de mês até o 5º dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão realizados quando das reuniões externas ou eventos, mediante relatório do desempenho da missão e atividades desenvolvidas.

Artigo 7º - Para a execução de outras atividades que não importem naquelas previstas no artigo 6º e que sejam para a execução de outras atividades de interesse do Sistema CFN/CRN, o valor máximo da ajuda de custo será de R$ 71,50 (setenta e um reais e cinquenta centavos) ao dia, limitada a concessão do benefício a R$ 143,00 (cento e quarenta e três reais) por semana.

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, tendo sido aprovada "ad referendum" na 268ª Reunião de Diretoria de 04.01.2012, revogando-se as disposições anteriores.

LILI PURIM NIEHUES
Presidente do Conselho

EDILCEIA DOMINGUES DO AMARAL RAVAZZANI
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012013000237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil

A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.

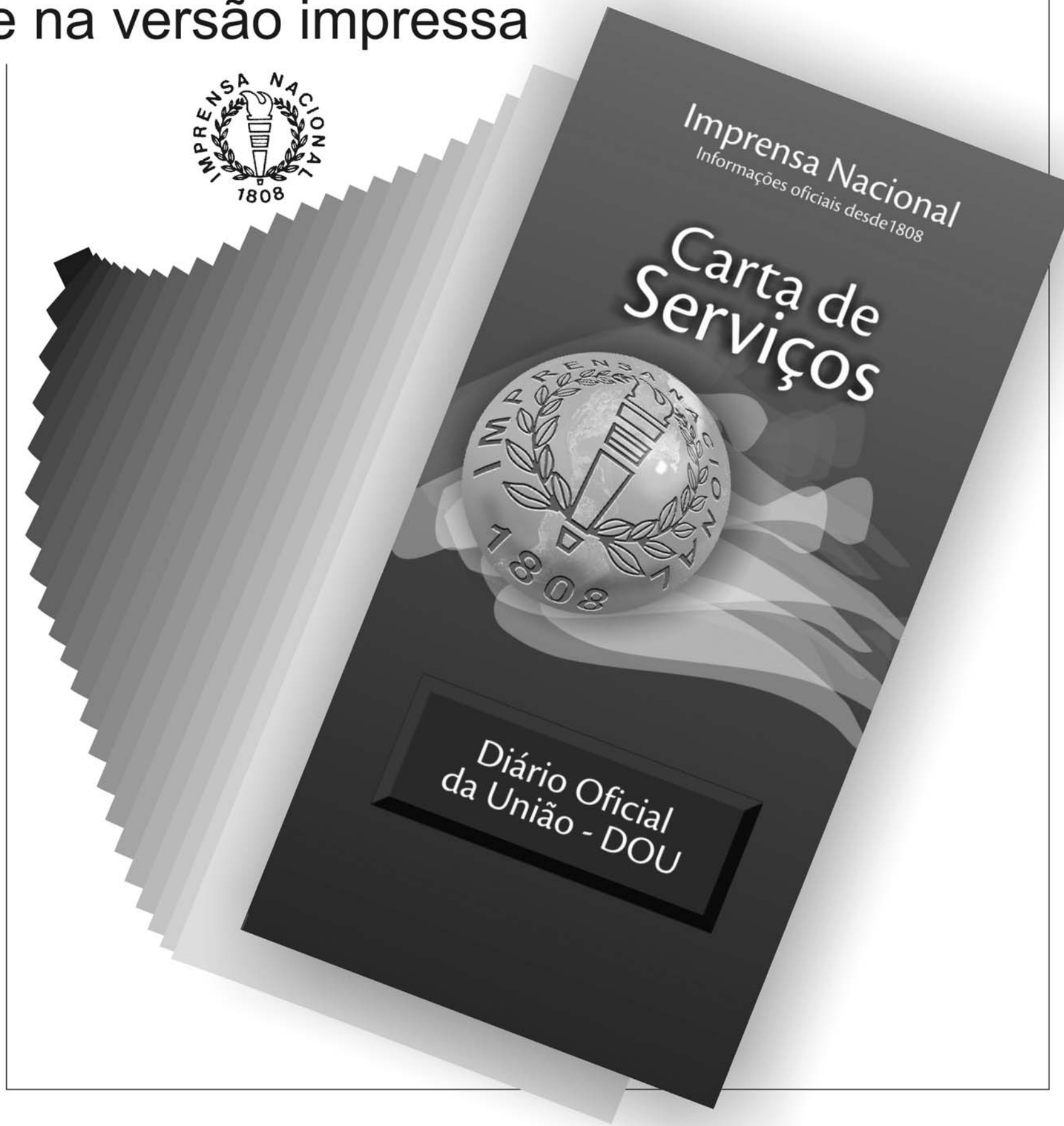


IN Busca Total

IMPRENSA NACIONAL 1808

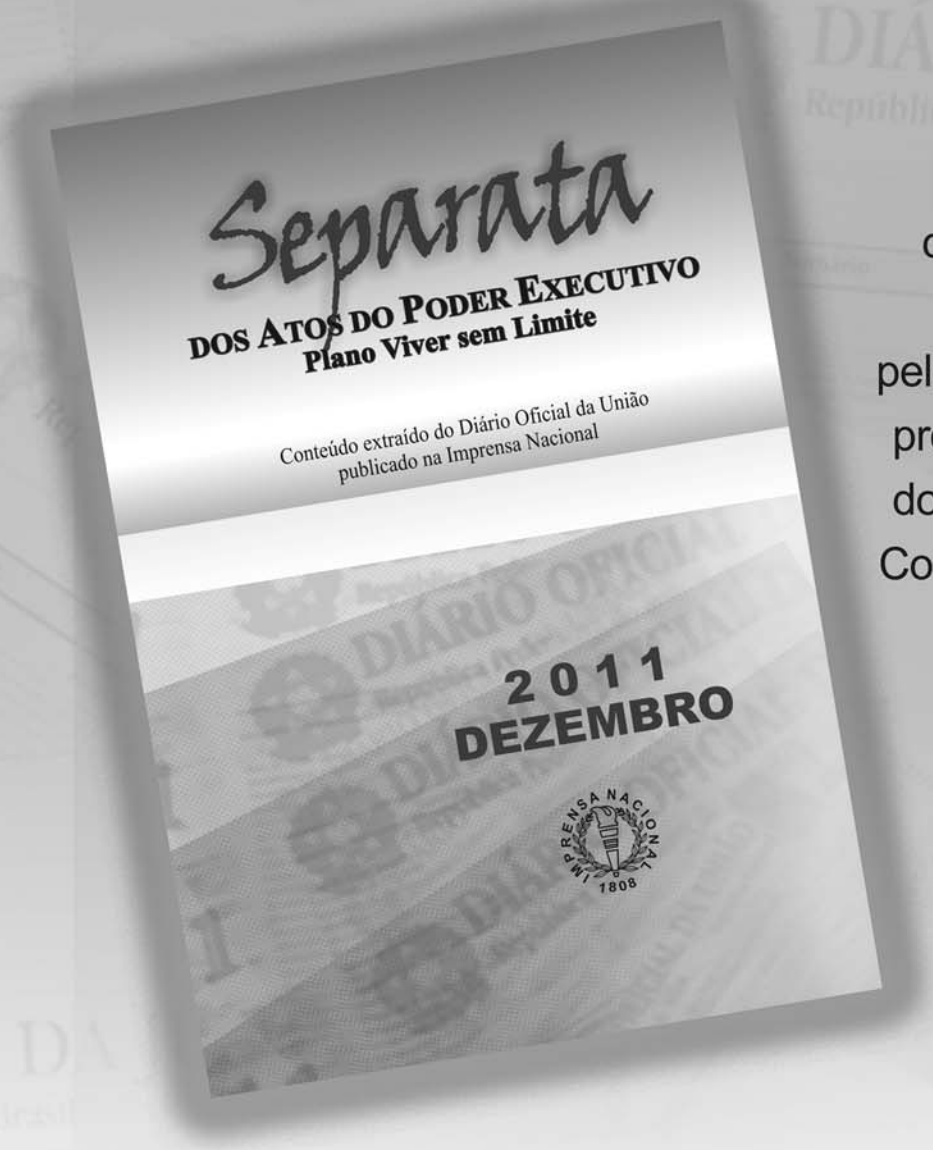
Acesse agora mesmo http://inbuscatotal.in.gov.br, conheça os detalhes do novo serviço e cadastre-se no ***IN Busca Total***. Ou se preferir, entre em contato com a central de atendimento pelo telefone 0800 7256787 e receba as orientações.

Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa



Separata Especial

Plano Viver sem Limite



Encontra-se disponível para venda, a separata especial contendo o conjunto de medidas que compõem o **Plano Viver sem Limite**, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência. Com a publicação, a Imprensa Nacional busca difundir as normas que regem esta importante política pública, com portabilidade, tendo em conta seu valor para a promoção da inclusão social de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

IMPRENSA NACIONAL 1808